

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS - INDUSTRIAL E SERVIÇOS

CNPJ/MF: 11.313.971/0001-08

Devedora dos Direitos Creditórios:



PETROBRAS

no montante de

R\$72.500.000,00

Classificação de risco das Cotas Seniores da 1ª Série - Standard & Poor's - **brAA+**
Classificação de risco das Cotas Subordinadas Mezanino A - Standard & Poor's - **brBf**

Código ISIN para as Cotas Seniores da 1ª Série: **BRFPTRCTF009**
A Oferta foi registrada na CVM sob o nº CVM/SRE/RFD/2009/031

Oferta pública de cotas seniores da 1ª série ("**Cotas Seniores da 1ª Série**") de emissão do "**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS - INDUSTRIAL E SERVIÇOS**" ("**Fundo**"), deliberada pela instituição administradora deste em 11 de novembro de 2009. O Fundo e a distribuição das Cotas Seniores da 1ª Série ("**Oferta**") foram registrados na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") em 22 de dezembro de 2009, sendo que a Oferta foi registrada sob o nº CVM/SRE/RFD/2009/031.

A primeira emissão de cotas do Fundo compreende a emissão de (i) 72.500 (setenta e duas mil e quinhentas) Cotas Seniores da 1ª Série, com valor inicial de R\$1.000,00 (mil reais) cada, perfazendo o valor total inicial de R\$72.500.000,00 (setenta e dois milhões e quinhentos mil reais), as quais são objeto de distribuição pública junto a Investidores Autorizados, conforme definidos neste prospecto ("**Prospecto**"). Os direitos e características das Cotas Seniores da 1ª Série estão descritos neste Prospecto e no regulamento do Fundo ("**Regulamento**"), que integra este Prospecto como seu Anexo I. Também serão emitidas 17.500 (dezesete mil e quinhentas) cotas subordinadas da primeira classe mezanino ("**Cotas Subordinadas Mezanino A**"), com valor inicial de R\$1.000,00 (mil reais) cada, perfazendo o total de R\$17.500.000,00 (dezesete milhões e quinhentos mil reais), as quais serão objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação; e 10.000 (dez mil) cotas subordinadas da classe júnior ("**Cotas Subordinadas Classe Júnior**"), com valor inicial de R\$1.000,00 (mil reais) cada, perfazendo o total de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), as quais não serão objeto de oferta pública e serão subscritas privadamente pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

A deliberação de constituição do Fundo e o Regulamento foram registrados sob o nº 799131 no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 11 de novembro de 2009, tendo sido a deliberação de primeira alteração do Regulamento averbada sob o nº 800984 em 1º de dezembro de 2009, a deliberação de segunda alteração do Regulamento averbada sob o nº 802645 em 15 de dezembro de 2009, a deliberação de terceira alteração do Regulamento averbada sob o nº 807470, em 2 de fevereiro de 2010, a deliberação de quarta alteração do Regulamento averbada sob o nº 811050, em 9 de março de 2010, a deliberação de quinta alteração do Regulamento averbada sob o nº 819720, em 27 de maio de 2010, a deliberação de sexta alteração do Regulamento averbada sob o nº 821637 em 14 de junho de 2010, e a deliberação de sétima alteração do Regulamento averbada sob o nº 827976 em 23 de julho de 2010. O Fundo é administrado BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, sociedade autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º andar, parte, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 59.281.253/0001-23.

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO EMISSOR, BEM COMO SOBRE AS COTAS SENIORES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO FATORES DE RISCO, NAS PÁGINAS 29 A 34.

Veja outros avisos importantes na página 1 deste prospecto.

Somente investidores qualificados, conforme definidos na regulamentação vigente, e os demais investidores autorizados pela legislação pertinente podem adquirir Cotas Seniores da 1ª Série.



Prospecto de acordo com
Código ANBIMA de Regulação
e Melhores Práticas para os
Fundos de Investimento.

"Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas a Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das cotas deste Fundo de Investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários e da ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de seu administrador ou das demais instituições prestadoras de serviços."

Estruturação, Distribuição, Administração, Gestão e Custódia



Assessores Legais

VAZ, BARRETO, SHINGAKI & OIOLI
ADVOGADOS

Agência Classificadora de Risco

**STANDARD
& POOR'S**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

AVISOS DA ANBIMA E OUTROS AVISOS IMPORTANTES

Este Fundo utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus cotistas.

O investimento no Fundo de que trata este Prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Instituição Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Além disso, qualquer rentabilidade que venha a ser obtida pelo Fundo não representará garantia de rentabilidade futura.

O Fundo de que trata este Prospecto não conta com garantia da Instituição Administradora, do Gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Ainda, não há compromisso ou garantia por parte da Instituição Administradora de que o objetivo de investimento do Fundo será atingido.

Todo Cotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de ciência de risco e de adesão ao Regulamento e a este Prospecto, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do fundo, de sua política de investimento, da composição da carteira, da taxa de administração devida pelo Fundo, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, bem como, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido no Fundo.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas e disposições relativas ao objetivo e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.

Este Fundo busca manter uma carteira de ativos financeiros com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da Cota se comparada à de fundos similares com prazo médio inferior.

O tratamento tributário aplicável ao investidor deste Fundo depende do período de aplicação do investidor bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do imposto de renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor. Não há garantias de que o tratamento tributário aplicável aos investidores quando da amortização e/ou resgate de suas Cotas Seniores será o mais benéfico entre os previstos na legislação tributária vigente.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SUMÁRIO

AVISOS DA ANBIMA E OUTROS AVISOS IMPORTANTES	1
GLOSSÁRIO	9
IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E DEMAIS ENTIDADES	
ENVOLVIDAS NA OFERTA	21
SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA E DO FUNCIONAMENTO DO FUNDO.....	23
Informações relativas à Oferta	23
Informações relativas ao Fundo	25
<i>Público alvo e Adequação do Investimento</i>	<i>26</i>
<i>Inadequação do Investimento</i>	<i>26</i>
<i>Assembléia Geral</i>	<i>26</i>
Fluxograma da securitização.....	27
FATORES DE RISCO	29
Risco de mercado	29
<i>Flutuação de preços dos ativos</i>	<i>29</i>
<i>Descasamento de taxas</i>	<i>29</i>
Risco de crédito	29
<i>Fatores macroeconômicos</i>	<i>29</i>
<i>Cobrança judicial e extrajudicial</i>	<i>30</i>
Risco de Liquidez.....	30
<i>Fundo fechado e mercado secundário</i>	<i>30</i>
<i>Inexistência de mercado secundário para negociação de Direitos Creditórios</i>	<i>30</i>
<i>Insuficiência de recursos no momento da liquidação do fundo</i>	<i>30</i>
Risco proveniente do uso de derivativos.....	31
<i>Oscilações no patrimônio do fundo</i>	<i>31</i>
Riscos específicos.....	31
<i>Riscos operacionais.....</i>	<i>31</i>
<i>Falhas do Custodiante</i>	<i>31</i>
<i>Guarda dos Documentos Comprobatórios.....</i>	<i>31</i>
<i>Verificação do lastro dos Direitos Creditórios</i>	<i>31</i>
<i>Risco dos originadores</i>	<i>32</i>
<i>Inadimplemento dos Contratos</i>	<i>32</i>
<i>Invalidade ou ineficácia da cessão de Direitos Creditórios.....</i>	<i>32</i>
<i>Risco de descontinuidade</i>	<i>33</i>
<i>Liquidação Antecipada</i>	<i>33</i>
<i>Outros</i>	<i>33</i>
<i>Intervenção ou liquidação do Custodiante</i>	<i>33</i>
<i>Redução das Cotas Subordinadas</i>	<i>33</i>
<i>Risco de concentração</i>	<i>33</i>
<i>Alteração do Regulamento.....</i>	<i>33</i>
<i>Despesas com a defesa dos direitos dos Cotistas</i>	<i>34</i>
<i>Restrições de natureza legal ou regulamentar à constituição dos Direitos Creditórios ou</i>	
<i>à sua cessão ao Fundo</i>	<i>34</i>
<i>Cessão de Direitos Creditórios por Fornecedores ao Banco BTG Pactual S.A.</i>	<i>34</i>
<i>Aquisição de Direitos Creditórios cedidos pelo Banco BTG Pactual S.A.</i>	<i>35</i>

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA	35
Características da Oferta	35
<i>A Oferta</i>	<i>35</i>
<i>Público alvo e Adequação do Investimento</i>	<i>35</i>
<i>Inadequação do Investimento</i>	<i>35</i>
<i>Registro da Oferta</i>	<i>35</i>
<i>Quantidade de Cotas Seniores da 1ª Série objeto da Oferta.....</i>	<i>35</i>
<i>Cotas Subordinadas</i>	<i>35</i>
<i>Preço de emissão das Cotas Seniores da 1ª Série</i>	<i>36</i>
<i>Preço de subscrição das Cotas Seniores da 1ª Série durante o prazo de colocação.....</i>	<i>36</i>
Procedimento de distribuição	36
Cronograma de etapas da Oferta	37
Coleta de intenções de investimento (bookbuilding)	37
Regime de distribuição.....	37
Início e encerramento da distribuição	37
<i>Divulgação de anúncios relacionados à Oferta</i>	<i>38</i>
<i>Manifestação de aceitação ou de revogação da aceitação</i>	<i>38</i>
<i>Modificação, suspensão, cancelamento e prorrogação da Oferta.....</i>	<i>38</i>
<i>Devolução e reembolso aos investidores.....</i>	<i>39</i>
Distribuição, subscrição e integralização das Cotas Seniores da 1ª Série	39
Negociação das Cotas Seniores da 1ª Série	40
<i>Demonstrativo do custo da Oferta.....</i>	<i>40</i>
Outras informações	40
CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO	42
Base legal e classificação ANBIMA	42
Objeto	42
Forma de constituição.....	42
Prazo de duração	42
Objetivo de investimento	42
Política de investimento	42
<i>Aplicação em Direitos Creditórios</i>	<i>42</i>
<i>Critérios de Elegibilidade.....</i>	<i>43</i>
<i>Condições de Cessão</i>	<i>46</i>
<i>Formalização da cessão</i>	<i>46</i>
<i>Condições mínimas de contratação de seguro.....</i>	<i>47</i>
<i>Aplicação da parcela remanescente do PL.....</i>	<i>48</i>
<i>Operações com derivativos e demais operações permitidas.....</i>	<i>48</i>
<i>Operações vedadas.....</i>	<i>49</i>
<i>Preço de Cessão</i>	<i>49</i>
<i>Outras informações relevantes acerca da política de investimento do Fundo.....</i>	<i>50</i>
Ordem e aplicação dos recursos	50
Regras de movimentação	51
Cotas	52
<i>Características gerais.....</i>	<i>52</i>
<i>Classes de Cotas.....</i>	<i>52</i>
<i>Relação mínima entre o PL e o valor das Cotas Seniores.....</i>	<i>53</i>

<i>Classificação de risco das Cotas Seniores da 1ª Série</i>	<i>53</i>
<i>Novas emissões</i>	<i>53</i>
<i>Valorização das Cotas.....</i>	<i>53</i>
<i>Valorização excedente</i>	<i>54</i>
Amortização e resgate das Cotas	54
<i>Disposições gerais.....</i>	<i>54</i>
<i>Amortização de Cotas Seniores</i>	<i>55</i>
<i>Amortização das Cotas Seniores da 1ª Série</i>	<i>55</i>
<i>Amortização das Cotas Subordinadas Mezanino</i>	<i>56</i>
<i>Amortização das Cotas Subordinadas de Classe Júnior</i>	<i>56</i>
<i>Amortização Compulsória</i>	<i>56</i>
<i>Outras informações a respeito da amortização de Cotas</i>	<i>56</i>
Manutenção de reservas	57
<i>Reserva de Amortização</i>	<i>57</i>
<i>Reserva de Pagamento</i>	<i>57</i>
Metodologia de avaliação dos ativos do Fundo e das Cotas de cada classe	58
<i>Metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos.....</i>	<i>58</i>
<i>Metodologia de avaliação das Cotas.....</i>	<i>60</i>
Assembléia Geral	60
<i>Competência.....</i>	<i>60</i>
<i>Procedimentos de convocação e instalação</i>	<i>61</i>
<i>Direito de voto e critérios para apuração das deliberações</i>	<i>62</i>
<i>Representante dos Cotistas</i>	<i>63</i>
<i>Divulgação e eficácia das deliberações da Assembléia Geral.....</i>	<i>64</i>
Liquidação do Fundo.....	64
<i>Eventos de Avaliação</i>	<i>64</i>
<i>Eventos de Liquidação Antecipada</i>	<i>66</i>
<i>Procedimentos de liquidação antecipada do Fundo</i>	<i>67</i>
<i>Custos referentes à defesa dos Cotistas.....</i>	<i>68</i>
Procedimentos de resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios e/ou Outros Ativos.....	69
Informações complementares	70
<i>Despesas e encargos do Fundo.....</i>	<i>70</i>
<i>Informações obrigatórias e periódicas.....</i>	<i>71</i>
<i>Publicações</i>	<i>73</i>
<i>Atendimento aos Cotistas.....</i>	<i>73</i>
DIREITOS CREDITÓRIOS.....	74
Características e processo de origem.....	74
<i>Natureza</i>	<i>74</i>
<i>Normas aplicáveis aos Contratos.....</i>	<i>74</i>
<i>Cadastro de Fornecedores.....</i>	<i>74</i>
<i>Cadastro Corporativo.....</i>	<i>75</i>
<i>Categorias de Fornecedores.....</i>	<i>75</i>
<i>Inscrição do Fornecedor no Cadastro Corporativo</i>	<i>77</i>
<i>Descrição dos Critérios de Avaliação</i>	<i>81</i>
<i>Critérios de Avaliação obrigatórios e classificatórios</i>	<i>82</i>

CRCC	82
Tabela de pontuação do CRCC	83
Atualização cadastral do Fornecedor.....	84
Status do Fornecedor no Cadastro Corporativo	84
Renovação da inscrição do Fornecedor no Cadastro Corporativo	85
<i>Avaliação periódica dos Fornecedores</i>	86
BAD	86
Conceitos do BAD	87
Consequências da avaliação	87
<i>Conteúdo mínimo dos contratos celebrados entre os Fornecedores e a Petrobras</i>	88
Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado.....	89
Manual de Procedimentos Contratuais	91
Condições de Fornecimento de Material	92
Condições de Reajustamento e Pagamento.....	94
<i>Fluxograma do procedimento de contratação da Petrobras</i>	95
Recebimento e cobrança dos Direitos Creditórios	95
Procedimentos em relação a falências e recuperação judicial.....	96
Inexistência de garantias	97
Concentração dos Direitos Creditórios por devedor	97
Taxas de Desconto	97
Pré-pagamentos de Direitos Creditórios	98
Acréscimo, remoção e substituição de Direitos Creditórios	98
Verificação do lastro dos Direitos Creditórios	99
Experiência prévia em operações de securitização.....	99
Número de Direitos Creditórios cedidos e valor total.....	99
Política de concessão de crédito	100
Prazos de vencimento e períodos de amortização	101
Perdas, atrasos e outras informações sobre carteira de créditos semelhantes aos	
Direitos Creditórios.....	101
<i>Créditos Performados</i>	101
Informações.....	101
Metodologia	102
<i>Créditos a Performar</i>	103
Informações.....	103
Metodologia	104
PRESTADORES DE SERVIÇOS.....	105
Coordenador Líder	105
<i>Histórico</i>	105
<i>Remuneração do Coordenador Líder</i>	106
Instituição Administradora	106
<i>Histórico</i>	107
<i>Obrigações, vedações e responsabilidades da Instituição Administradora</i>	107
<i>Contratação de terceiros prestadores de serviço</i>	109
<i>Remuneração da Instituição Administradora</i>	110
<i>Substituição da Instituição Administradora</i>	110

Gestor.....	111
<i>Histórico.....</i>	<i>111</i>
<i>Obrigações, vedações e responsabilidades do Gestor.....</i>	<i>111</i>
<i>Remuneração do Gestor.....</i>	<i>111</i>
<i>Substituição do Gestor.....</i>	<i>111</i>
Custodiante	112
<i>Responsabilidades do Custodiante.....</i>	<i>112</i>
<i>Remuneração do Custodiante.....</i>	<i>113</i>
<i>Substituição do Custodiante.....</i>	<i>113</i>
Auditor.....	114
<i>Remuneração do Auditor.....</i>	<i>114</i>
<i>Substituição do Auditor.....</i>	<i>114</i>
Agência Classificadora de Risco	114
<i>Remuneração da Agência Classificadora de Risco.....</i>	<i>114</i>
<i>Substituição da Agência Classificadora de Risco.....</i>	<i>114</i>
REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO	114
<i>Taxa de Administração e remuneração do Gestor.....</i>	<i>114</i>
<i>Taxa de Performance</i>	<i>115</i>
<i>Taxa de custódia</i>	<i>115</i>
<i>Outras despesas.....</i>	<i>115</i>
SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES	116
Contratos de Cessão	116
<i>Procedimentos de cessão</i>	<i>116</i>
<i>Responsabilidades do Fornecedor.....</i>	<i>117</i>
<i>Recompra de Direitos Creditórios</i>	<i>119</i>
<i>Resolução da cessão dos Direitos Creditórios.....</i>	<i>120</i>
Contrato de Colocação.....	121
<i>Objeto</i>	<i>121</i>
GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	122
OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITOS DE INTERESSE.....	123
Aquisição de Direitos Creditórios pelo Banco BTG Pactual S.A.....	123
REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL E TRIBUTAÇÃO	124
Tributação do Fundo	124
Tributação dos Cotistas	124
INFORMAÇÕES RELATIVAS À PETROBRAS	125
Histórico.....	125
Atividades	126
<i>Visão geral.....</i>	<i>126</i>
<i>Abastecimento.....</i>	<i>127</i>
<i>Exploração e Produção</i>	<i>128</i>
<i>Gás e Energia</i>	<i>129</i>
<i>Distribuição.....</i>	<i>129</i>
<i>Internacional</i>	<i>130</i>
<i>Turbulências econômicas em 2008.....</i>	<i>130</i>
<i>Alteração do marco regulatório de exploração e produção de petróleo no Brasil</i>	<i>131</i>
Subsidiárias	132

PROMINP	133
Composição do capital social	133
Administração	134
<i>Conselho de Administração.....</i>	<i>134</i>
Márcio Pereira Zimmerman.....	134
José Sergio Gabrielli de Azevedo	134
Guido Mantega.....	135
Silas Rondeau Cavalcanti Silva	135
Francisco Roberto de Albuquerque	136
Luciano Galvão Coutinho.....	136
Fabio Colletti Barbosa	136
Jorge Gerdau Johannpeter	137
Sérgio Franklin Quintella.....	137
<i>Diretoria executiva</i>	<i>137</i>
Renato de Souza Duque	138
Guilherme de Oliveira Estrella.....	138
Maria das Graças Silva Foster.....	138
Paulo Roberto Costa	139
Almir Guilherme Barbassa	139
Jorge Luiz Zelada.....	139
Demonstrações financeiras	140
 ANEXO I	
REGULAMENTO DO FUNDO	143
 ANEXO II	
INFORMAÇÕES SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DO FUNDO	279
 ANEXO III	
ESTATUTO SOCIAL DA PETROBRAS	293
 ANEXO IV	
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA PETROBRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO	
SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009.....	313
 ANEXO V	
DECLARAÇÕES DO COORDENADOR LÍDER E DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA	555
 ANEXO VI	
MODELO DE CONTRATO DE CESSÃO.....	563
 ANEXO VII	
SUPLEMENTO DA 1ª SÉRIE DE COTAS SENIORES	611

GLOSSÁRIO

Agência Classificadora de Risco	Standard & Poor's Rating Services, divisão da McGraw Hill, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 201, 18º andar
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta
Assembléia Geral	Assembléia geral de cotistas do Fundo
Auditor	KPMG Auditores Independentes Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33, 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29
Autorização de Cessão	Documento pelo qual a Petrobras declara sua ciência e anuência em relação à cessão dos Direitos Creditórios, bem como autoriza a transferência do domicílio bancário dos Direitos Creditórios em favor do Fundo, cujos modelos constam do Contrato de Cessão como seu Anexo II, para a cessão de Direitos Creditórios a Performar, e como seu Anexo II-A, para a cessão de Direitos Creditórios Performados
BACEN	Banco Central do Brasil
BAD	Boletim de Avaliação de Desempenho, elaborado pela Petrobras para cada contrato em vigor. Por meio deste documento, o funcionário da Petrobras responsável pela fiscalização do cumprimento do contrato atribui ao Fornecedor uma nota que varia de um mínimo de zero a um máximo de 100

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, empresa pública com sede na Avenida República do Chile, nº 100, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.657.248/0001-89
Boletim de Medição	Boletim elaborado pela Petrobras a respeito da performance do Fornecedor em relação a cada Contrato, em que a Petrobras se baseia para a liberação do pagamento de valores devidos por ela aos Fornecedores
BR	Petrobras Distribuidora S.A., subsidiária integral da Petrobras
Cadastro Corporativo	Conjunto de informações sobre fornecedores habilitados a participar de licitações na Petrobras, em base de dados única, disponível eletronicamente para todas as unidades da Petrobras. A inscrição do Fornecedor no Cadastro Corporativo é comprovada pelo CRCC
CETIP	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
Classe Mezanino	Corresponde a determinada classe de Cotas Subordinadas com preferência no recebimento de rendimentos ou no pagamento de amortizações e/ou resgates em relação a uma ou mais Classes Mezanino de Cotas Subordinadas e de Cotas Subordinadas Classe Júnior, porém subordinada às Cotas Seniores.
Classe Júnior	Classe de Cotas Subordinadas que se subordinam às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas Mezanino. Para efeitos de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo
CMN	Conselho Monetário Nacional

CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002
Condições de Cessão	São as condições que devem ser atendidas antes da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo e validadas pela Instituição Administradora
Condições de Fornecimento de Material	Documento editado pela diretoria executiva da Petrobras, com vigência desde 1º de novembro de 2005, que estabelece as condições aplicáveis e o conteúdo mínimo dos contratos celebrados entre os Fornecedores e a Petrobras cujo objeto seja o fornecimento de material ou equipamento à Petrobras, bem como a prestação dos serviços associados
Condições de Reajustamento e Pagamento	Documento editado pela diretoria executiva da Petrobras, com vigência desde 14 de outubro de 2003, que integra os contratos celebrados entre Fornecedores e a Petrobras, estabelecendo as condições de reajustamento de preços e de seus respectivos pagamentos aplicáveis a estes contratos
Conta Vinculada	Conta reserva de titularidade do Fornecedor mantida junto ao Custodiante na qual deverão ser depositados e/ou transferidos pela Petrobras os recursos decorrentes do pagamento de cada Contrato
Contrato	Significa qualquer modalidade de contrato celebrado entre o Fornecedor e a Petrobras, cujos Direitos Creditórios tenham sido adquiridos pelo Fundo de acordo com os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão
Contrato de Cessão	Contrato com cláusulas padronizadas celebrado entre o Fundo e cada Fornecedor por meio do qual estes últimos comprometem-se a entregar Direitos Creditórios ao Fundo em contrapartida do pagamento do preço de cessão, cujo modelo integra o presente Prospecto como Anexo VI

Coordenador Líder	Banco BTG Pactual S.A.
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
Cotistas	Significa, sem distinção, tanto os titulares de Cotas Seniores como os titulares de Cotas Subordinadas
Cotas	Significa, em conjunto, as Cotas Seniores e Cotas Subordinadas
Cotas Seniores	São aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo
Cotas Seniores da 1ª Série	São as Cotas Seniores integrantes da primeira série de Cotas emitidas pelo Fundo
Cotas Subordinadas	São, em conjunto, as Cotas Subordinadas Mezanino e as Cotas Subordinadas Classe Júnior
Cotas Subordinadas Classe Júnior	São aquelas que se subordinam às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas Mezanino para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo
Cotas Subordinadas Mezanino	São aquelas que (i) se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo e (ii) tem preferência no recebimento de rendimentos ou no pagamento de amortizações e/ou resgates em relação a uma ou mais Classes Mezanino de Cotas Subordinadas e de Cotas Subordinadas Classe Júnior
Cotas Subordinadas Mezanino A	São as Cotas Subordinadas Mezanino integrantes da primeira Classe Mezanino emitida pelo Fundo
CPF/MF	Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda

CRCC	Certificado de Registro e Classificação Cadastral, emitido pela Petrobras em favor dos Fornecedores que estiverem devidamente inscritos no Cadastro Corporativo
Crítérios de Avaliação	Cinco classes de parâmetros utilizados pela Petrobras para fins de aceitação ou recusa da inscrição de Fornecedor no Cadastro Corporativo. Têm a finalidade de aferir a capacidade dos Fornecedores na produção de bens e na gerência de contratos que exigem altos níveis de excelência. Cada Critério de Avaliação se desdobra em indicadores, que se estruturam em requisitos, com aumento da especificidade das informações exigidas do Fornecedor, gerando um universo de dados detalhado a respeito de cada Fornecedor
Crítérios de Elegibilidade	São os critérios que devem ser atendidos pelos Direitos Creditórios para integrarem a carteira do Fundo, definidos na cláusula 11 do Regulamento e reproduzidos no item “Características gerais do Fundo - Política de investimento - Aplicação em Direitos Creditórios - Critérios de Elegibilidade”, os quais serão verificados pelo Custodiante
Custodiante	Banco BTG Pactual S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data de Subscrição Inicial	Data a partir da qual as Cotas emitidas serão subscritas e integralizadas, a ser determinada pela Instituição Administradora
Data de Amortização	Cada uma das datas para realização do pagamento das amortizações periódicas das Cotas Seniores de cada Série, conforme fixadas no Suplemento de cada Série
Data de Verificação	Significa o último dia útil de cada mês calendário, no qual o Custodiante verificará os atrasos de pagamento dos Direitos Creditórios por Safra de Vencimento

Dataprev	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
Direitos Creditórios	Significa cada prestação devida pela Petrobras, sempre em moeda corrente nacional, líquida de qualquer taxa de administração ou de serviço, decorrente de contratação de prestação de serviços e /ou contrato de compra e venda mercantil ou fornecimento de bens entre o Fornecedor e a Petrobras, nos termos de qualquer instrumento ou contrato, adquirida ou passível de aquisição pelo Fundo
Direito Creditório a Performar	Significa um Direito Creditório cuja prestação ainda não é exigível da Petrobras em função da não entrega, total ou parcial, pelo Fornecedor, de serviço ou bem objeto do respectivo Contrato
Direito Creditório Performado	Significa um Direito Creditório cuja prestação é exigível da Petrobras
Documentos Comprobatórios	Em relação um Contrato, são, em conjunto: (i) os instrumentos que formalizam o Contrato, bem como os instrumentos que formalizam eventuais aditamentos do Contrato; (ii) o CRCC do Fornecedor; (iii) BAD ou RAD do Contrato, quando houver; e (iv) Boletins de Medição do Contrato, quando houver
Documentos do Fundo	Significa, em conjunto ou isoladamente, o Regulamento, o Contrato de Cessão, o Termo de Cessão e a Autorização de Cessão
Eventos de Avaliação	Eventos que, caso ocorram, ensejarão convocação de Assembléia Geral para deliberar sobre (i) a declaração de um Evento de Liquidação Antecipada; ou (ii) a alteração dos Documentos do Fundo, listados no item 23.1.1 do Regulamento e reproduzidos no item “Características gerais do Fundo – Liquidação do Fundo – Eventos de Avaliação” deste Prospecto

Eventos de Liquidação Antecipada	Eventos definidos no item 23.3 do Regulamento e reproduzidos no item “Características gerais do Fundo – Liquidação do Fundo – Eventos de Liquidação Antecipada” deste Prospecto, que ensejam a liquidação antecipada do Fundo
Famílias de Materiais	Conjunto de materiais assemelhados ou afins, fabricados e/ou comercializados por um determinado conjunto de Fornecedores qualificados
Famílias de Serviços	Serviços de interesse permanente da Petrobras em que os Fornecedores de serviços ou executantes de obras podem ser cadastrados para fornecimento
FGC	Fundo Garantidor de Créditos
Fornecedor	Pessoa jurídica que tenha celebrado com a Petrobras contrato de prestação de serviços, de compra e venda e/ou de fornecimento de bens
Fundo	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços
Gestor	BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM, sociedade com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º andar, parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.650.082/0001-00.
Investidor Autorizado	São os investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores, e os demais investidores autorizados pela legislação a adquirir as Cotas
Instituição Administradora	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM

ISO 9001	Significa a norma ABNT NBR ISO 9001, que estabelece requisitos para o sistema de gestão da qualidade de uma organização, não significando, necessariamente, conformidade de produto às suas respectivas especificações. Seu objetivo é prover confiança ao consumidor de que o fornecedor poderá fornecer, de forma consistente e repetitiva, bens e serviços de acordo com as especificações fixadas pelo consumidor
KPMG	KPMG Auditores Independentes Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar
Manual de Procedimentos Contratuais	Manual editado pela diretoria executiva da Petrobras que complementa as disposições do Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado
Materiais NRQT	Equipamentos ou materiais que não requerem qualificação técnica do respectivo fabricante, pois a performance do equipamento ou do material no processo industrial da Petrobras não pode comprometer a continuidade da atividade da Petrobras, nem ameaçar a segurança das pessoas, instalações ou do meio-ambiente, bem como os produtos que, incluídos no processo produtivo como matérias-primas, não podem comprometer a qualidade do produto final da Petrobras
Materiais RQT	Equipamentos ou materiais que requerem qualificação técnica do respectivo fabricante, pois a performance do equipamento ou do material no processo industrial da Petrobras pode comprometer a continuidade da atividade da Petrobras e ameaçar a segurança das pessoas, instalações ou do meio-ambiente, bem como os produtos que, incluídos no processo produtivo como matérias-primas, podem comprometer a qualidade do produto final da Petrobras

OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
Oferta	A presente distribuição de Cotas Seniores da 1ª Série de emissão do Fundo.
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
Outros Ativos	Ativos integrantes da carteira do Fundo que não constituam Direitos Creditórios, incluindo recursos em moeda corrente nacional
Partes Relacionadas	Em relação a qualquer pessoa jurídica, (i) as pessoas jurídicas controladoras de tal pessoa jurídica; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa jurídica; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa jurídica; e/ou (iv) sociedades sob o mesmo controle que tal pessoa jurídica
Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, sociedade de economia mista com sede na Avenida República do Chile, 65, Centro, CEP 20.031-170, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.000.167/0001-01, bem como suas subsidiárias e/ou controladas
PL	Valor do patrimônio líquido do Fundo
Portal de Cadastro	Sítio eletrônico da Petrobras por meio do qual é realizado o cadastro dos Fornecedores
Prazo de Carência	Significa o prazo de carência para início do pagamento das amortizações de cada Série, pelo Regime de Caixa, definido no respectivo Suplemento
Prospecto	O presente prospecto de distribuição de Cotas Seniores da 1ª Série
RAD	Relatório de Avaliação de Desempenho, elaborado pela Petrobras para cada Fornecedor com quem possua contrato em vigor

Regime de Caixa	Significa a metodologia de pagamento prioritariamente adotada no Regulamento quando da amortização ou resgate de Cotas, por meio da qual a base de cálculo para apuração dos valores devidos aos respectivos Cotistas será definida, tomando-se em conta o montante efetivamente recebido pelo Fundo, quando do pagamento dos Direitos Creditórios e/ou na hipótese de alienação dos Direitos Creditórios pelo Fundo
Regulamento	O regulamento do Fundo
Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado	Regulamento que estabelece procedimento licitatório simplificado aplicável à Petrobras, anexo ao Decreto nº 2.745, de 24 de agosto de 1998
Relação Mínima	Relação mínima admitida entre o PL do Fundo e o valor das Cotas Seniores, equivalente a 137,93%
Relatório de Avaliação	Formulário preenchido pelo Fornecedor durante sua inscrição no Cadastro Corporativo para demonstrar que atende os Critérios de Avaliação
Reserva de Pagamento	Reserva para pagamento de despesas e encargos do Fundo
Reserva de Amortização	Reserva para o pagamento das amortizações e resgate das Cotas Seniores
Seguradora(s) Autorizada(s)	Sociedade devidamente habilitada a operar com seguros cuja contratação seja autorizada pela Instituição Administradora e seja ratificada pela Agência Classificadora de Risco sem que implique no rebaixamento de qualquer classificação de risco das Cotas
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
Série	Qualquer série de Cotas Seniores

Serviços Críticos	Serviços indicados pelas áreas de negócios da Petrobras cujo desempenho, confiabilidade e garantia do respectivo contrato, além do atendimento aos requisitos de saúde, meio-ambiente e segurança, são considerados vitais para a atividade-fim da Petrobras
SISBACEN	Sistema de Informações Banco Central
Sistema de Consequências	Conjunto de ferramentas que permite à Petrobras avaliar o desempenho dos fornecimentos realizados pelos Fornecedores, bem como registrar e avaliar ocorrências ao longo do relacionamento comercial do Fornecedor com a Petrobras
SMS	Saúde, meio-ambiente e segurança
Suplemento	Documento que contém as características de cada Série ou de cada Classe Mezanino que eventualmente venham a ser emitidas pelo Fundo, nos termos do Regulamento e que, uma vez assinado e averbado pela Instituição Administradora no registro do Regulamento em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, constituirá parte integrante do Regulamento
Taxa de Administração	Valor a ser pago pelo Fundo à Instituição Administradora como contrapartida pelos serviços de administração por ela prestados
Taxa de Performance	Corresponde a 20% do valor excedente após a distribuição dos rendimentos às Cotas Subordinadas Classe Júnior
Taxa DI	Taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, over Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, ao ano, base 252 dias úteis
Taxa SELIC	Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia

TED	Transferência Eletrônica Disponível
Termo de Cessão	Instrumento por meio do qual é formalizada a cessão de Direitos Creditórios pelo Fornecedor ao Fundo, nos termos do respectivo Contrato de Cessão
Transpetro	Petrobras Transportes S.A. – Transpetro, subsidiária integral da Petrobras
Valor Máximo de Amortização	Valor máximo fixado no Suplemento de cada Série que poderá ser pago a cada um dos titulares de Cotas Seniores da respectiva Série, observado o Regime de Caixa, por ocasião de cada Data de Amortização

**IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E DEMAIS ENTIDADES ENVOLVIDAS
NA OFERTA**

Coordenador Líder	Banco BTG Pactual S.A. At.: Marcos Wanderley Pereira Praia de Botafogo, 501, 6º andar 22250-040 – Rio de Janeiro – RJ Telefone: (11) 3383-2732 Fax: (11) 3383-2001 Correio eletrônico: marcos.wanderley@btgpactual.com www.btgpactual.com
Instituição Administradora	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM At.: Fernando Domingues Praia de Botafogo, 501, 5º andar, parte 22250-040 – Rio de Janeiro – RJ Telefone: (21) 3262-9214 Fax: (21) 3262-8600 Correio eletrônico: fernando.domingues@btgpactual.com www.btgpactual.com
Gestor	BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM At.: Yuri Kibel Praia de Botafogo, 501, 5º andar, parte 22250-040 – Rio de Janeiro – RJ Telefone: (21) 3262-3966 Fax: (21) 3262-8645 Correio eletrônico: yuri.kibel@btgpactual.com.br www.btgpactual.com
Custodiante das Cotas	Banco BTG Pactual S.A. At.: Felipe Peçanha Praia de Botafogo, 501, 6º andar 22250-040 – Rio de Janeiro – RJ Telefone: (21) 3262-9600 Fax: (21) 3262-9600 Correio eletrônico: felipe.pecanha@btgpactual.com www.btgpactual.com

Agência de Risco	<p>Standard & Poor's Rating Services At.: Jean-Pierre Cote Gil Avenida Brigadeiro Faria Lima, 201, 18º andar 01415-000 - São Paulo - SP Telefone: (11) 3039-9743 Fax: (11) 3039-9701 Correio eletrônico: jp_gil@standardandpoors.com www.standardandpoors.com.br</p>
Consultores legais	<p>Vaz, Barreto, Shingaki & Oioli Advogados At.: Erik Frederico Oioli Rua Gomes de Carvalho, 1329, 8º andar 04547-005 – São Paulo – SP Telefone: (11) 3443-6245 Fax: (11) 3443-6201 www.vbsoadvogados.com.br</p>
Entidade reguladora	<p>Comissão de Valores Mobiliários Rua Sete de Setembro, nº 111 20050-901 – Rio de Janeiro – RJ Telefone e Fax: (21) 3233-8686 www.cvm.gov.br</p>
Mercado de negociação primária e secundária	<p>CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar 20031-919 - Rio de Janeiro – RJ Telefone: (21) 2276-7474 / 2138-7474 Fax: (21) 2276-7435</p> <p>Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar 01009-000 – São Paulo – SP Telefone: (11) 3111-1400 / 2138-1400 Fax: (11) 3111-1563 www.cetip.com.br</p>

SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA E DO FUNCIONAMENTO DO FUNDO

O presente capítulo contém informações sobre a colocação pública das Cotas Seniores da 1ª Série pelo Coordenador Líder. Para informações adicionais e mais completas, veja o capítulo “Características gerais do Fundo” abaixo.

Informações relativas à Oferta

Emissor das Cotas	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras - Industrial e Serviços
Forma de Constituição	Condomínio fechado
Coordenador Líder	Banco BTG Pactual S.A.
Regime de distribuição	Melhores esforços de colocação
Cedente dos Direitos Creditórios	Fornecedores
Direitos Creditórios	Cada prestação devida pela Petrobras, sempre em moeda corrente nacional, líquida de qualquer taxa de administração ou de serviço, decorrente de contratação de prestação de serviços e/ou contrato de compra e venda mercantil ou fornecimento de bens celebrado entre o Fornecedor e a Petrobras, nos termos de qualquer instrumento ou contrato passível de aquisição pelo Fundo
Volume de emissão e valor unitário de Cotas Seniores da 1ª Série	Emissão de 72.500 Cotas Seniores da 1ª Série no valor de R\$1.000,00 cada, perfazendo o volume total de emissão de R\$72.500.000,00
Valor mínimo de aplicação em Cotas Seniores da 1ª Série	R\$25.000,00
Volume de emissão e valor unitário de Cotas Subordinadas Mezanino A	Emissão de 17.500 Cotas Subordinadas Mezanino A no valor de R\$1.000,00 cada, perfazendo o volume total de R\$17.500.000,00. As Cotas Subordinadas Mezanino A não serão objeto da presente Oferta
Volume de emissão e valor unitário de Cotas Subordinadas Classe Júnior	Emissão de 10.000 Cotas Subordinadas Classe Júnior no valor de R\$1.000,00 cada, perfazendo o volume total de R\$10.000.000,00. As Cotas Subordinadas Classe Júnior não serão objeto da presente Oferta

Remuneração alvo das Cotas Seniores da 1ª Série	120% da Taxa DI
Amortização das Cotas Seniores da 1ª Série	<p>O Prazo de Carência para o pagamento de amortizações das Cotas Seniores da 1ª Série será de 12 meses, findo o qual iniciar-se-ão os pagamentos de amortizações, pelo Regime de Caixa, nas condições previstas no Regulamento, neste Prospecto e também abaixo especificadas.</p> <p>As Datas de Amortização das Cotas Seniores da 1ª Série ocorrerão no dia 15 (quinze) de cada mês, caso a Data de Amortização não seja um Dia Útil, a Instituição Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente.</p>
Resgate das Cotas Seniores da 1ª Série	O resgate das Cotas Seniores da 1ª Série ocorrerá na data da última amortização das Cotas Seniores da 1ª Série, que ocorrerá em 4 anos contados da Data de Subscrição Inicial.
Reforços de créditos e garantias existentes	<p>O Fundo adotará os seguintes mecanismos de reforço de crédito: (i) manutenção de Relação Mínima entre o PL e o valor das Cotas Seniores equivalente a 137,93%, sendo que a diferença do PL do Fundo é representada por Cotas Subordinadas, cuja composição deverá ser, no mínimo, de 10% do PL de Cotas Subordinadas Juniores e 17,5% do PL de Cotas Subordinadas Mezanino. Essa relação, incluindo a Relação Mínima, deve ser apurada pelo Custodiante e disponibilizada à Instituição Administradora todo dia útil, e o desenquadramento da Relação Mínima por período superior a 5 dias úteis contados da verificação do desenquadramento constitui Evento de Avaliação; (ii) manutenção de Reserva de Pagamento, mecanismo pelo qual a Instituição Administradora, até o 30º dia útil anterior a data de pagamento de cada despesa ou encargo, deve segregar Outros Ativos cujo valor de resgate e/ou alienação, projetado até tal data de pagamento, deverá ser equivalente a 100% do valor estimado pela Instituição Administradora para a referida despesa ou encargo; (iii) manutenção de Reserva de Amortização composta exclusivamente em Outros Ativos com liquidez diária, de forma a garantir o pagamento tempestivo das amortizações e resgates, que deverá, 30 dias antes das Datas de Amortização ou da data do resgate, reter 100% do valor futuro estimado do respectivo resgate ou do respectivo Valor Máximo de Amortização, ficando condicionada a</p>

	<p>aquisição de novos Direitos Creditórios pelo Fundo à observância de tais parâmetros; (iv) obrigação de recompra de Direitos Creditórios inadimplidos pelos respectivos Fornecedores, a exclusivo critério da Instituição Administradora, nos termos do Contrato de Cessão, aplicável aos Direitos Creditórios em cujo Termo de Cessão referida obrigação seja pactuada; e (v) obrigatoriedade de contratação de seguro de performance previamente à cessão ao Fundo de Direitos Creditórios a Performar por Fornecedor que não possua CRCC válido, devendo o respectivo Fornecedor contratar este seguro de performance junto às Seguradoras Autorizadas, quitar integralmente o respectivo prêmio previamente à cessão, e devendo o referido seguro atender às condições mínimas dispostas no Anexo II do Regulamento e reproduzidas no item “Características gerais do Fundo - Política de Investimento - Aplicação em Direitos Creditórios - Condições mínimas de contratação de seguro” abaixo, bem como cobrir integralmente o valor nominal do respectivo Direito Creditório</p>
Publicações	Valor Econômico, edição nacional
Negociação	As Cotas Seniores da 1ª Série serão registradas para negociação no mercado secundário através do SF - Módulo de Fundos, sendo a liquidação financeira dos eventos e a custódia realizada pela CETIP
Público Alvo	Investidores Autorizados

Informações relativas ao Fundo

O Fundo tem como objeto e prioridade a aquisição de Direitos Creditórios. O Fundo pode manter o remanescente de seu PL em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo exclusivamente em títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central e cotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa” ou “Referenciado DI”, cujas carteiras sejam compostas exclusivamente por títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central podendo tais fundos de investimento prever nas respectivas políticas de investimento a utilização de derivativos, exclusivamente para os fins de proteção das posições detidas à vista (*hedge*). O investidor interessado, antes de adquirir Cotas Seniores da 1ª Série, deve ler cuidadosamente a seção “Características gerais do Fundo – Política de investimento”, na página 42.

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração de cada Série ou classe ou em virtude de sua liquidação, sendo admitida a amortização das Cotas, conforme disposto na seção “Características gerais do Fundo – Amortização e resgate das Cotas” na página 54.

O Fundo terá prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado nas hipóteses expressamente previstas no item “Características gerais do Fundo – Liquidação do Fundo” na página 64.

Cada Série poderá ter prazo de duração distinto, o qual será estabelecido no respectivo Suplemento. O Suplemento relativo às Cotas Seniores da 1ª Série encontra-se no Anexo VII deste Prospecto.

A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, está sujeita a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados no capítulo “Fatores de Risco”, na página 29, que deve ser lido cuidadosamente pelo investidor interessado em aplicar seus recursos no Fundo.

Público alvo e Adequação do Investimento

O Fundo é destinado a Investidores Autorizados que busquem retorno no médio e longo prazo de rentabilidade condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes à aplicação nas Cotas Seniores da 1ª Série, bem como o prazo de maturação do investimento.

Inadequação do Investimento

O investimento nas Cotas Seniores da 1ª Série não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das cotas de fundos de investimento em direitos creditórios no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr os riscos relacionados a investimentos em fundos de investimento em direitos creditórios ou dos Direitos Creditórios que compõem sua carteira.

Assembléia Geral

Na Assembléia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um Cotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos Cotistas presentes. No entanto, há deliberações que demandam quórum qualificado.

A cada Cota corresponde um voto, independentemente da respectiva classe.

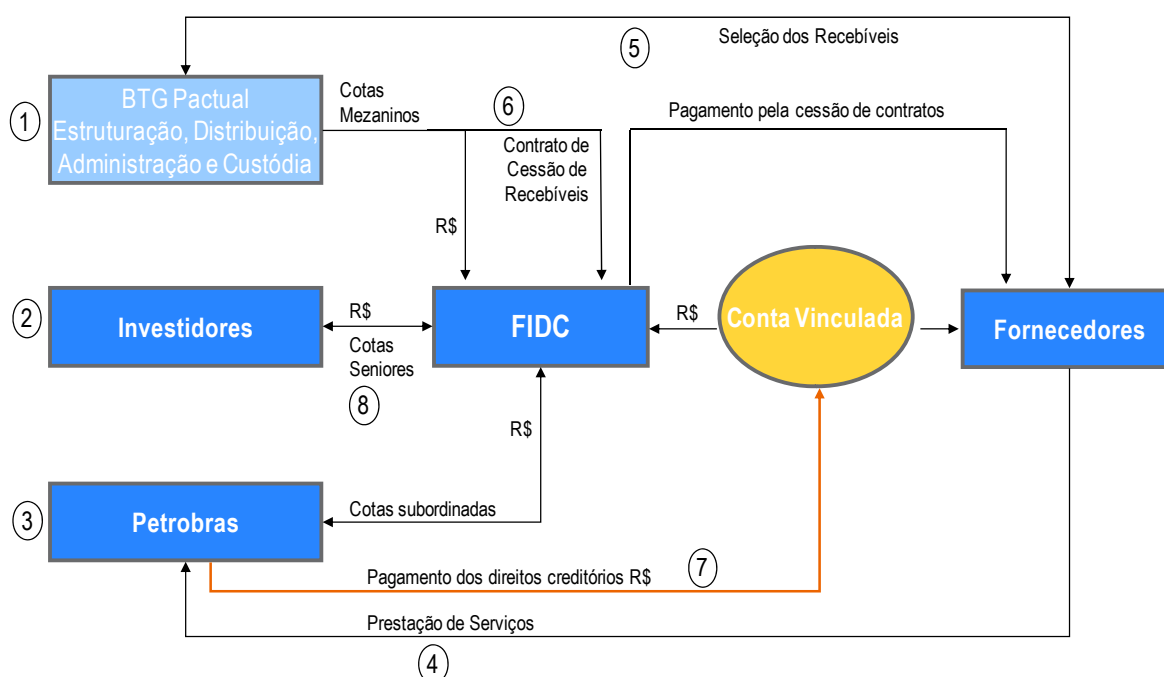
A convocação da Assembléia Geral deve ser feita mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, na qual devem constar dia, hora e local de realização da Assembléia Geral e os assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas.

Não se realizando a Assembleia Geral, deve ser publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas, com antecedência mínima de 5 dias.

Descrição detalhada das competências, dos procedimentos de convocação e dos quóruns de instalação e deliberação da Assembleia Geral estão descritos no item “Características gerais do Fundo – Assembleia Geral”, na página 60 abaixo.

Fluxograma da securitização



1. A Instituição Administradora constitui o Fundo. O Fundo emite Cotas Seniores, Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas Classe Júnior. O Coordenador Líder realiza a distribuição pública das Cotas Seniores da 1ª Série junto a Investidores Autorizados.
2. As Cotas Subordinadas Mezanino A são subscritas em oferta pública com esforços restritos de colocação.
3. As Cotas Subordinadas Classe Júnior são subscritas privadamente pela Petrobras.
4. A Petrobras, no curso normal de seus negócios, celebra com o Fornecedor Contrato de prestação de serviços, de compra e venda e/ou de fornecimento de bens.

5. O Fornecedor oferece Direitos Creditórios à Instituição Administradora, que, a seu exclusivo critério, seleciona os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, bem como recebe do Fornecedor cópia dos Documentos Comprobatórios, do CRCC e do BAD ou RAD. A seguir, a Instituição Administradora encaminha cópia dos Documentos Comprobatórios, do CRCC e do BAD ou RAD ao Custodiante, que analisará o enquadramento dos Direitos Creditórios com relação aos Critérios de Elegibilidade e à Política de Investimento, de acordo com os procedimentos previstos no Anexo V do Contrato de Cessão.

6. Se aprovados, os Direitos Creditórios são cedidos ao Fundo.

7. A Petrobras deposita valores relativos ao Contrato, nos termos neste acordados, na Conta Vinculada. Com base nos relatórios de medição e nos demais documentos que evidenciam o adimplemento por parte do Fornecedor do Contrato do qual os Direitos Creditórios são oriundos, periodicamente enviados pela Petrobras ao Fornecedor, deste para a Instituição Administradora e desta repassados ao Custodiante, o Custodiante realizará a conciliação dos valores depositados na Conta Vinculada, de acordo com as instruções da Instituição Administradora, transferindo em até 1 dia útil contado do respectivo recebimento os valores nela depositados pela Petrobras aos seus respectivos titulares. Conforme o caso, o Custodiante repassa os valores recebidos da Petrobras na Conta Vinculada ao Fornecedor, caso não correspondam ao pagamento de Direitos Creditórios, ou ao Fundo, quando correspondam ao pagamento de Direitos Creditórios.

8. Havendo recursos suficientes, as Cotas são amortizadas e/ou resgatadas, de acordo com os termos e condições estabelecidos no Regulamento.

FATORES DE RISCO

O investimento em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios envolve uma série de riscos que devem ser observados pelo potencial investidor. Esses riscos envolvem fatores de liquidez, crédito, mercado, regulamentação específica, entre outros, que se relacionam tanto ao Fundo como às próprias Cotas. O potencial investidor deve ler cuidadosamente todas as informações deste Prospecto e do Regulamento antes de tomar a decisão de investimento em Cotas Seniores da 1ª Série

Risco de mercado

Flutuação de preços dos ativos

Os preços e a rentabilidade dos ativos do Fundo poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação de ativos que componham a carteira do Fundo, inclusive derivativos. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade daqueles ativos que integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores ao da emissão e/ou contabilização inicial, levando à redução do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, a prejuízos por parte dos Cotistas.

Descasamento de taxas

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são contratados a taxas prefixadas. A distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas tem como parâmetro a Taxa DI. Assim, nas hipóteses de (i) aumento substancial da Taxa DI; e/ou (ii) insucesso na eventual realização de operações em mercados de derivativos, com o objetivo de proteger posições detidas à vista até o limite dessas, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos detentores de Cotas, conforme definido abaixo, sendo que nem o Fundo, nem a Instituição Administradora, nem o Gestor prometem ou asseguram rentabilidade aos Cotistas.

Risco de crédito

Fatores macroeconômicos

O Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios devidos pela Petrobras e cuja exigibilidade dependerá da performance dos Fornecedores. A solvência da Petrobras e a performance dos Fornecedores podem ser afetadas por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico, etc., bem como a decisões ou políticas desenvolvidas pelo Governo Federal. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver o aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios do Fundo, afetando negativamente seus resultados e/ou provocando perdas patrimoniais, o que poderá afetar adversamente a rentabilidade das Cotas.

Cobrança judicial e extrajudicial

No caso de a Petrobras inadimplir as obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Nada garante, contudo, que referidas cobranças atingirão os resultados almejados, recuperando para o Fundo o total dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo, bem como afetar adversamente a rentabilidade das Cotas.

Risco de Liquidez

Fundo fechado e mercado secundário

O Fundo será constituído sob a forma de condomínio fechado, sendo que as Cotas somente poderão ser resgatadas ao término do prazo de duração da Série ou Classe Mezanino. Assim, caso o Cotista, por qualquer motivo, decida alienar suas cotas, antes de encerrado referido prazo, terá que fazê-lo no mercado secundário. Atualmente, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento apresenta baixa liquidez, o que pode dificultar a venda de cotas ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao Cotista.

Inexistência de mercado secundário para negociação de Direitos Creditórios

O Fundo deve aplicar seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios. No entanto, pela sua própria natureza, a aplicação em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento de renda fixa. Não existe, no Brasil, por exemplo, mercado ativo para compra e venda de Direitos Creditórios. Assim, caso seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, como nas hipóteses de liquidação previstas no Regulamento, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda de patrimônio ao Fundo, bem como afetar adversamente a rentabilidade das Cotas.

Insuficiência de recursos no momento da liquidação do fundo

O Fundo poderá ser liquidado conforme o disposto no item “Características gerais do Fundo – Liquidação do Fundo”. Ocorrendo a liquidação, o Fundo poderá não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas em hipótese de, por exemplo, o adimplemento das parcelas dos Direitos Creditórios do Fundo ainda não ser exigível da Petrobras. Neste caso, o pagamento aos Cotistas ficaria condicionado: (i) ao vencimento e pagamento pela Petrobras das parcelas relativas aos Direitos Creditórios do Fundo; (ii) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, com risco de deságio capaz de comprometer a rentabilidade do Fundo; ou (iii) ao resgate de Cotas em Direitos Creditórios, exclusivamente nas hipóteses de liquidação antecipada do Fundo. Nas três situações, os Cotistas poderiam sofrer prejuízos patrimoniais.

Risco proveniente do uso de derivativos

Oscilações no patrimônio do fundo

A Instituição Administradora poderá contratar operações de *swap* de taxas prefixadas pela Taxa DI ou ainda operações envolvendo contratos futuros atrelados à referida taxa, para evitar o risco de descasamento de taxas, bem como aplicar recursos do Fundo em fundos de investimento que admitam em sua política de investimento o uso de derivativos para fins de *hedge*. No entanto, há a possibilidade de a Instituição Administradora não conseguir contratar tais operações, ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Além disso, a realização de operações pelo Fundo, ou pelos fundos de investimento em que aplicar seus recursos, no mercado de derivativos pode ocasionar variações no PL que levem a perdas patrimoniais ao Fundo e conseqüentemente aos seus Cotistas.

Riscos específicos

Riscos operacionais

Falhas do Custodiante

A cobrança dos Direitos Creditórios depende da atuação diligente do Custodiante. Cabe-lhe aferir o correto recebimento dos recursos e realizar a conciliação dos valores devidos ao Fundo, ao Banco BTG Pactual S.A., para os Direitos Creditórios por ele adquiridos, e aos Fornecedores. Assim, qualquer falha de procedimento do Custodiante poderá acarretar menor recebimento dos recursos pelo Fundo e, em última instância, a perda patrimonial do Fundo e a queda da rentabilidade das Cotas.

Guarda dos Documentos Comprobatórios

A guarda dos Documentos Comprobatórios ficará a cargo dos Fornecedores, na qualidade de fiéis depositários. Apesar de o Custodiante manter cópia dos Documentos Comprobatórios, do CRCC e do BAD ou RAD do Fornecedor, a guarda dos Documentos Comprobatórios pelos Fornecedores pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida formalização dos Direitos Creditórios e a sua cobrança.

Verificação do lastro dos Direitos Creditórios

O Custodiante fará a verificação periódica do lastro dos Direitos Creditórios por meio da análise de cópias simples ou autenticadas, conforme o caso, dos Documentos Comprobatórios, do CRCC e do BAD ou RAD do Fornecedor, e da versão original do Contrato de Cessão, do Termo de Cessão e da Autorização de Cessão. Contudo, até que tal verificação seja realizada, o Fundo poderá ter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, obstando ao Fundo o exercício de seus direitos em relação aos Direitos Creditórios, o que poderá

acarretar prejuízo aos Cotistas. Ademais, a utilização de cópias simples ou autenticadas, conforme o caso, dos Documentos Comprobatórios, do CRCC e do BAD ou RAD para a verificação do lastro dos Direitos Creditórios não confere o mesmo grau de certeza proporcionado pela análise de documentação original, aumentando o risco de ocorrência de erros na verificação do lastro dos Direitos Creditórios.

Risco dos originadores

Inadimplemento dos Contratos

Nos termos do artigo 476 do Código Civil, em contratos que estabeleçam obrigações para ambos os contratantes, nenhum poderá exigir do outro o cumprimento de sua obrigação antes de cumprida a sua própria obrigação. Deste modo, caso o Fornecedor, por qualquer motivo, deixe de cumprir suas obrigações contraídas no Contrato, a Petrobras poderá deixar de transferir ao Fundo os recursos destinados ao adimplemento dos Direitos Creditórios, comprometendo o fluxo de caixa esperado do Fundo e prejudicando, assim, a rentabilidade do investimento realizado pelos Cotistas.

Invalidade ou ineficácia da cessão de Direitos Creditórios

Com relação ao Fornecedor, a cessão de Direitos Creditórios poderia ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o PL, caso fosse realizada em:

- i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o cedente estivesse insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência;
- ii) fraude de execução, caso (a) quando da cessão o cedente fosse sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios pendesse demanda judicial fundada em direito real; e
- iii) fraude à execução fiscal, se o cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal;
- iv) fraude falimentar, caso a cessão tenha sido realizada com a intenção de prejudicar credores, provando-se o conluio fraudulento entre o Fornecedor e terceiro, e o efetivo prejuízo sofrido pela massa falida, e desde que não seja aplicado pelo juízo competente o disposto no §1º do artigo 136 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

Risco de descontinuidade

Liquidação Antecipada

O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente por diversas razões, conforme o disposto no Regulamento. A liquidação antecipada pode trazer prejuízos para o Fundo e seus Cotistas, decorrentes, por exemplo, de desvalorização de seus ativos relacionada à conjuntura econômica desfavorável. Ademais, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas (por exemplo, pelo fato de os Direitos Creditórios ainda não serem exigíveis). Neste caso, ou (i) os Cotistas teriam suas Cotas resgatadas em Direitos Creditórios; ou (ii) o pagamento do resgate das Cotas ficaria condicionado (a) ao pagamento pela Petrobras das parcelas dos Direitos Creditórios; ou (b) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, sendo que o preço praticado poderia ocasionar prejuízos aos Cotistas.

Outros

Intervenção ou liquidação do Custodiante

O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados pelo Fundo, o que afetaria seu PL, sua rentabilidade e poderia afetar negativamente a rentabilidade das Cotas.

Redução das Cotas Subordinadas

O Fundo terá relação mínima admitida entre o seu PL e o valor das Cotas Seniores de 137,93%. A diferença do patrimônio do Fundo é representada por Cotas Subordinadas que arcarão com os prejuízos do Fundo antes das Cotas Seniores, assim como as Cotas Subordinadas de Classe Júnior arcarão com os prejuízos do Fundo antes das Cotas Subordinadas Mezanino. Por diversos motivos, tais como inadimplência da Petrobras e problemas de pagamento de indenizações ou repasse de recursos ao Fundo, as Cotas Subordinadas, incluindo as Cotas Subordinadas Mezanino, poderão ter seu patrimônio reduzido. Caso as Cotas Subordinadas tenham seu patrimônio reduzido a zero, as Cotas Seniores passarão a arcar com eventuais prejuízos do Fundo, o que poderá causar perda de patrimônio aos seus detentores.

Risco de concentração

A totalidade dos Direitos Creditórios será devida pela Petrobras. O risco da aplicação no Fundo terá íntima relação com a concentração da carteira, sendo que, quanto maior for a concentração, inclusive de Fornecedores, maior será a chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Cotas.

Alteração do Regulamento

O Regulamento, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente da realização de Assembleia Geral. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.

Despesas com a defesa dos direitos dos Cotistas

Caso o Fundo não possua recursos disponíveis suficientes para a adoção e manutenção dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas, a maioria dos titulares das Cotas, reunidos em Assembléia Geral, poderá aprovar aporte de recursos ao Fundo para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos. Nesses casos, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Instituição Administradora antes do recebimento integral de tal adiantamento e da assunção pelos titulares das Cotas do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado. Na hipótese de a maioria dos Cotistas não aprovarem referido aporte de recursos, fica consignado que a Instituição Administradora e o Custodiante, seus administradores, empregados e demais prepostos não se responsabilizarão por danos ou prejuízos sofridos em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de direitos, garantias e prerrogativas do Fundo, o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Cotas poderão ser afetados negativamente.

Restrições de natureza legal ou regulamentar à constituição dos Direitos Creditórios ou à sua cessão ao Fundo

Diversos fatos podem tornar nulos ou anuláveis os Contratos que deram origem aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. A assinatura de Contrato por pessoa que não tenha poderes para representar o Fornecedor ou a Petrobras, a existência de cláusulas impeditivas da cessão no próprio Contrato ou a não observância, por parte da Petrobras, dos requisitos legais para contratação de determinado Fornecedor são exemplos de tais fatos. A identificação de quaisquer deles podem afetar negativamente o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Cotas.

Cessão de Direitos Creditórios por Fornecedores ao Banco BTG Pactual S.A.

O Banco BTG Pactual S.A. poderá adquirir Direitos Creditórios oriundos de Contratos que possuam Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. Não haverá preferência em favor do Fundo no recebimento de recursos relativos ao pagamento dos Direitos Creditórios de sua titularidade. Desta forma, recursos depositados pela Petrobras na Conta Vinculada serão divididos entre o Fundo e o Banco BTG Pactual S.A. na proporção dos Direitos Creditórios detidos por cada um deles, em relação a um mesmo Fornecedor. A inexistência de preferência em favor do Fundo pode causar diminuição do recebimento de recursos oriundos do pagamento de Direitos Creditórios, prejudicando a rentabilidade das Cotas.

Aquisição de Direitos Creditórios cedidos pelo Banco BTG Pactual S.A.

O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios do Banco BTG Pactual S.A., desde que este tenha adquiridos tais Direitos Creditórios em observância aos Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão previstos no Regulamento e de acordo com o modelo de Contrato de Cessão previsto no Regulamento. O Banco BTG Pactual S.A. atua como Coordenador Líder da Oferta e sociedades integrantes de seu grupo econômico são responsáveis pela administração e pela gestão do Fundo, de modo que existe um potencial conflito de interesses na aquisição, pelo Fundo, de Direitos Creditórios cedidos pelo Banco BTG Pactual S.A.

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

Características da Oferta

A Oferta

As Cotas Seniores da 1ª Série serão objeto de distribuição pública. A Oferta será conduzida pelo Coordenador Líder, contratado pelo Fundo.

Público alvo e Adequação do Investimento

O Fundo é destinado a Investidores Autorizados que busquem retorno no médio e longo prazo de rentabilidade condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes à aplicação nas Cotas Seniores da 1ª Série, bem como o prazo de maturação do investimento.

Inadequação do Investimento

O investimento nas Cotas Seniores da 1ª Série não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das cotas de fundos de investimento em direitos creditórios no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr os riscos relacionados a investimentos em fundos de investimento em direitos creditórios ou dos Direitos Creditórios que compõem sua carteira.

Registro da Oferta

A Oferta foi registrada na CVM em 22 de dezembro de 2009, sob o nº CVM/SRE/RFD/2009/031, nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003.

Quantidade de Cotas Seniores da 1ª Série objeto da Oferta

A Oferta compreende o total de 72.500 Cotas Seniores da 1ª Série.

Cotas Subordinadas

Adicionalmente, serão emitidas 17.500 Cotas Subordinadas Mezanino A, que serão objeto de oferta pública com esforços restritos, e 10.000 Cotas Subordinadas Classe Júnior, que serão subscritas pela Petrobras, sendo que ambas não serão objeto da Oferta.

As Cotas Subordinadas não integram a presente Oferta.

Preço de emissão das Cotas Seniores da 1ª Série

O preço de emissão das Cotas Seniores da 1ª Série foi fixado em R\$1.000,00 por Cota Sênior da 1ª Série, na Data de Subscrição Inicial, totalizando o montante de R\$72.500.000,00 na referida data. Os procedimentos para subscrição das Cotas Seniores da 1ª Série estão descritos no item “Termos e condições da Oferta - Distribuição, subscrição e integralização das Cotas Seniores da 1ª Série” abaixo.

Preço de subscrição das Cotas Seniores da 1ª Série durante o prazo de colocação

As Cotas Seniores da 1ª Série subscritas após a Data de Subscrição Inicial serão subscritas pelo preço de emissão atualizado de acordo com o disposto no item “Características gerais do Fundo – Cotas – Valorização das Cotas” deste Prospecto.

Procedimento de distribuição

O Coordenador Líder colocará publicamente junto aos Investidores Autorizados, exclusivamente no mercado brasileiro, sob o regime de melhores esforços de colocação, 72.500 Cotas Seniores da 1ª Série, no valor total de R\$72.500.000,00, na Data de Subscrição Inicial.

A colocação pública prevista será realizada na forma e condições seguintes:

- i) a colocação e subscrição das Cotas Seniores da 1ª Série somente terão início após (a) o registro da Oferta na CVM; (b) a disponibilização deste Prospecto ao público; e (c) a publicação do Anúncio de Início;
- ii) iniciada a Oferta, os investidores interessados poderão manifestar a sua intenção de adquirir Cotas Seniores da 1ª Série no âmbito da Oferta ao Coordenador Líder a qualquer momento durante o prazo de colocação;
- iii) a subscrição das Cotas Seniores da 1ª Série será formalizada por meio da assinatura dos respectivos boletins de subscrição;
- iv) a colocação será pública, não havendo recebimento de reservas antecipadas, devendo ser assegurado tratamento justo e equitativo para todos os destinatários e aceitantes da Oferta;
- v) a colocação visará exclusivamente a Investidores Autorizados;
- vi) a integralização das Cotas Seniores da 1ª Série deverá ser à vista, em moeda corrente nacional, no ato de assinatura do respectivo boletim de subscrição;

- vii) as Cotas Seniores da 1ª Série serão registradas para distribuição no mercado primário no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos da CETIP;
- viii) o prazo de colocação pública das Cotas Seniores da 1ª Série será de até 180 dias, a contar do 1º dia útil seguinte à data da publicação do Anúncio de Início;
- ix) não serão constituídos fundos de liquidez nem celebrados contratos de estabilização de preços e/ou de garantia de liquidez para as Cotas Seniores da 1ª Série; e
- x) o resultado da Oferta será divulgado ao seu término, por meio da publicação do Anúncio de Encerramento.

Cronograma de etapas da Oferta

Encontra-se abaixo cronograma tentativo das etapas da distribuição, informando seus principais eventos a partir do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM:

	EVENTOS	DATA ⁽¹⁾
1.	Obtenção do registro da Oferta na CVM	22.12.2009
2.	Disponibilização do Prospecto Definitivo	03.02.2010
3.	Publicação do Anúncio de Início	19.03.2010
4.	Liquidação da Oferta	19.03.2011
5.	Publicação do Anúncio de Encerramento	19.03.2011

⁽¹⁾ Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério do Coordenador Líder.

Coleta de intenções de investimento (*bookbuilding*)

Não será realizado procedimento de coleta de intenções de investimento em Cotas Seniores da 1ª Série (*bookbuilding*).

Regime de distribuição

A Oferta será realizada sob o regime de melhores esforços de colocação.

Início e encerramento da distribuição

A colocação e subscrição das Cotas Seniores da 1ª Série somente terão início após: (i) o registro da Oferta na CVM; (ii) a publicação do Anúncio de Início; e (iii) a divulgação do Prospecto definitivo aos investidores.

A colocação das Cotas Seniores da 1ª Série deverá ser efetuada no prazo máximo de 180 dias a contar da data de publicação do Anúncio de Início. Após a colocação da totalidade das Cotas Seniores da 1ª Série ou o término do prazo de colocação, aquele que ocorrer antes, a distribuição será encerrada, quando deverá ser publicado o Anúncio de Encerramento.

Frise-se que o Coordenador Líder deverá suspender a Oferta a qualquer momento na ocorrência de qualquer fato, ato ou irregularidade que chegue a seu conhecimento que venha a justificar a suspensão ou o cancelamento do registro.

Divulgação de anúncios relacionados à Oferta

Todos os avisos, atos e decisões decorrentes desta Oferta que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos investidores, serão publicados no jornal “Valor Econômico”, edição nacional.

Manifestação de aceitação ou de revogação da aceitação

A aceitação da Oferta se dá com a assinatura do boletim de subscrição pelo investidor. A revogação da aceitação pelo investidor, por sua vez, somente poderá ocorrer nas hipóteses expressamente previstas na Instrução CVM nº 400/03, e deverá se dar mediante carta protocolada na sede do Coordenador Líder até o 5º dia útil subsequente (i) à publicação do aviso informando sobre a modificação ou suspensão da Oferta, ou (ii) ao recebimento de comunicação sobre a modificação ou suspensão da Oferta.

Modificação, suspensão, cancelamento e prorrogação da Oferta

A presente Oferta poderá ter seus termos modificados ou ser revogada, conforme previsto pela Instrução CVM nº 400/03. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 dias.

Qualquer modificação da presente Oferta deverá ser divulgada imediatamente mediante publicação de aviso no mesmo jornal utilizado para a publicação do Anúncio de Início. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta, porém, deverão ser diretamente comunicados pelo Coordenador Líder a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio. Adicionalmente, o Coordenador Líder deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

A presente Oferta poderá ser suspensa ou cancelada pela CVM, a qualquer tempo, caso esteja se processando em condições diversas das constantes na legislação aplicável ou no registro concedido pela CVM ou caso seja considerada ilegal ou fraudulenta, ainda que obtido o respectivo registro. A Oferta poderá, ainda, ser cancelada em outras situações, incluindo, mas não se limitando, em caso de rescisão do Contrato de Colocação. Neste caso, o Coordenador Líder deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a Oferta mediante carta com aviso de recebimento, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar sua aceitação no prazo de 5 dias úteis contados do recebimento da carta. Não obstante, a divulgação ao mercado da suspensão ou cancelamento da Oferta deverá ser efetuada por meio de publicação de aviso.

Devolução e reembolso aos investidores

Observado o disposto no parágrafo subsequente, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Cotas Seniores da 1ª Série subscritas: (i) todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento; e (ii) os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta. A restituição dos valores devidos aos investidores deverá ocorrer em até 10 dias úteis contados da notificação aos investidores ou da publicação do Aviso ao Mercado informando sobre a modificação, suspensão ou cancelamento da Oferta, conforme o caso, e que deverá conter o procedimento de restituição.

Caso a Oferta não seja finalizada, por qualquer motivo, os recursos eventualmente depositados por investidores com relação às Cotas Seniores da 1ª Série deverão ser devolvidos aos respectivos depositantes, ficando, porém, estabelecido que esses recursos serão devolvidos aos investidores sem adição de juros ou correção monetária, e deduzidos os encargos e tributos devidos.

Distribuição, subscrição e integralização das Cotas Seniores da 1ª Série

Os investidores interessados em adquirir Cotas Seniores da 1ª Série devem contatar o Coordenador Líder e tomar as providências definidas por ele.

No ato de subscrição das Cotas Seniores da 1ª Série, o investidor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Coordenador Líder; e (ii) receberá exemplar deste Prospecto e cópia do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de termo de ciência de risco e adesão ao Regulamento, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da carteira do Fundo e à taxa de administração; e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

As Cotas Seniores da 1ª Série serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da respectiva subscrição. Caberá ao Coordenador Líder assegurar a condição de Investidor Autorizado dos adquirentes das Cotas Seniores da 1ª Série. As Cotas Seniores da 1ª Série serão registradas para distribuição no mercado primário no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos da CETIP.

Na subscrição de Cotas Seniores da 1ª Série em data diversa da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da Cota Sênior da 1ª Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos.

Para o cálculo do número de Cotas Seniores da 1ª Série a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue quaisquer taxas ou despesas.

O valor mínimo de aplicação no Fundo é de R\$25.000,00 por investidor.

Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas Seniores da 1ª Série, não havendo, portanto, requisitos de dispersão.

Negociação das Cotas Seniores da 1ª Série

As Cotas Seniores da 1ª Série serão registradas para negociação no mercado secundário através do SF - Módulo de Fundos, sendo a liquidação financeira dos eventos e a custódia realizada pela CETIP.

Demonstrativo do custo da Oferta

Segue abaixo tabela com o custo máximo da distribuição das Cotas Seniores da 1ª Série:

CUSTOS	MONTANTE (EM R\$)	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA OFERTA
Despesas de registro na CVM	82.870,00	0,11%
Agência Classificadora de Risco	54.000,00	0,07%
Assessores legais	70.000,00	0,10%
Comissão de colocação	-	-
Impressões, publicações e material publicitário	70.000,00	0,10%
Total	276.870,00	0,38%

CUSTO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO	
Custo total da Oferta (em R\$)	276.870,00
Número de Cotas Seniores da 1ª Série	72.500
Custo da Oferta por Cota Sênior da 1ª Série (em R\$)	3,82
Custo percentual unitário	0,382%

Todas as despesas relativas à constituição do Fundo serão de responsabilidade de BTG Pactual.

Ressalte-se que o Coordenador Líder foi contratado para realizar a distribuição pública das Cotas Seniores da 1ª Série por meio de contrato de colocação pública de Cotas Seniores celebrado entre o Coordenador Líder e o Fundo. Mais informações sobre o referido contrato encontram-se na seção “Sumário dos Contratos Relevantes – Contrato de Colocação” deste Prospecto. Cópia do Contrato de Colocação encontra-se disponível para consulta na sede da Instituição Administradora.

Informações sobre o relacionamento entre as partes envolvidas na distribuição de Cotas Seniores da 1ª Série encontram-se no capítulo “Operações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses” abaixo.

Outras informações

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à sede da Instituição Administradora, do Coordenador Líder ou da CETIP, nos endereços indicados abaixo, sendo que o Prospecto encontra-se à disposição dos investidores na CVM para consulta e reprodução apenas.

Coordenador Líder:

Banco BTG Pactual S.A.
At.: Marcos Wanderley Pereira
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 9º andar
04538-133 – São Paulo – SP
Telefone: (11) 3383-2732
Fax: (11) 3383-2001
Correio eletrônico: marcos.wanderley@btgpactual.com
www.btgpactual.com

Instituição Administradora

BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM
At.: Fernando Domingues
Praia de Botafogo, 501, 5º andar, parte
22250-040 – Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21) 3262-9214
Fax: (21) 3262-8600
Correio eletrônico: fernando.domingues@btgpactual.com
www.btgpactual.com

Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Rua Sete de Setembro, n.º 111 - 5º andar
20050-901 - Rio de Janeiro – RJ

Rua Cincinato Braga, 340 - 2º, 3º e 4º andares
Edifício Delta Plaza
01333-010 - São Paulo – SP
www.cvm.gov.br

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar
20031-919 - Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21) 2276-7474 / 2138-7474
Fax: (21) 2276-7435

Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar
01009-000 – São Paulo – SP
Telefone: (11) 3111-1400 / 2138-1400
Fax: (11) 3111-1563
www.cetip.com.br

O Prospecto em versão eletrônica também está disponível na rede mundial de computadores, no seguinte endereço: <http://www.btgpactual.com/home/ib/pt/capitalmarkets.aspx>

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

Base legal e classificação ANBIMA

O Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios, regulado pela Resolução nº 2.907/01, do Conselho Monetário Nacional, e pela Instrução CVM nº 356/01, conforme alterada.

Objeto

O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios e Outros Ativos, nos termos de sua política de investimento.

Forma de constituição

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração de cada Série ou Classe Mezanino, ou em virtude da liquidação do Fundo. É admitida a amortização das Cotas, conforme disposto no Regulamento ou por decisão da Assembléia Geral.

Prazo de duração

O Fundo terá prazo de duração indeterminado. O Fundo pode ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral. Cada Série e Classe Mezanino terá a duração especificada no respectivo Suplemento. As Cotas Seniores da 1ª Série terão prazo de duração de 4 anos, contados da Data de Subscrição Inicial.

Objetivo de investimento

O Fundo tem por objetivo proporcionar rendimento de longo prazo aos Cotistas por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição dos Direitos Creditórios, oriundos de Contratos celebrados entre a Petrobras e os Fornecedores.

Política de investimento

Após 90 dias contados da Data da Subscrição Inicial, o Fundo deverá manter no mínimo 50% de seu PL em Direitos Creditórios.

Aplicação em Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo devem necessariamente observar os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão.

Crêterios de Elegibilidade

Os critérios de elegibilidade dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são, exclusiva e cumulativamente, os seguintes:

- i) os Direitos Creditórios devem (a) ser vencidos, (b) ser devidos pela Petrobras, (c) ser oriundos de contratos de prestação de serviços, compra e venda e/ou fornecimento de bens firmados pela Petrobras com Fornecedores;
- ii) os Direitos Creditórios não poderão ter data de vencimento superior (a) a 24 meses contados da sua data de aquisição pelo Fundo; e (b) ao maior prazo de vencimento de série de Cotas Seniores em circulação, nem data de vencimento inferior a 7 dias contados da respectiva aquisição;
- iii) poderão ser adquiridos Direitos Creditórios a Performar (a) apenas de Fornecedores que possuam CRCC válido, excetuado o disposto no subitem (v) abaixo, e (b) correspondentes a (1) no máximo 50% do fluxo de pagamentos a vencer no cronograma de pagamento previsto no Contrato de que são oriundos, vedada a aquisição da última parcela de um Contrato; e (2) no máximo 75% de cada parcela do Contrato;
- iv) poderão ser adquiridos Direitos Creditórios Performados correspondentes a no máximo 90% de cada parcela do Contrato de que são oriundos, de acordo com o cronograma de pagamento do respectivo Contrato;
- v) somente poderão ser adquiridos ou recebidos em garantia Direitos Creditórios a Performar oriundos de Contratos celebrados com Fornecedor que não possua CRCC válido quando o Fornecedor tenha contratado seguro de performance junto às Seguradoras Autorizadas, tenha quitado integralmente o respectivo prêmio, e referido seguro atenda às condições mínimas dispostas no Anexo III do Regulamento, bem como cubra integralmente o valor nominal do respectivo Direito Creditório;
- vi) na primeira cessão de Direitos Creditórios por um Fornecedor ao Fundo, e se houver BAD ou RAD emitido para o respectivo Contrato, somente poderão ser adquiridos ou recebidos em garantia Direitos Creditórios oriundos de Contrato cuja nota do BAD ou RAD em vigor seja maior ou igual a “bom”, sendo que, na data deste Prospecto, tal conceito equivale à nota mínima de 70; em caso de divergência entre a nota e conceito, deverá prevalecer, para os efeitos do Regulamento, o conceito;
- vii) a taxa de desconto aplicável para a aquisição de Direito Creditório Performado e para a aquisição de Direito Creditório a Performar deve ser igual ou maior a 150% (cento e cinquenta por cento) da Taxa DI;

- viii) não poderão ser adquiridos Direitos Creditórios com vencimento no período que anteceder a (a) 6 meses do prazo de encerramento da Série em circulação com maior prazo de vencimento, em caso de Direitos Creditórios a Performar; e (b) 3 meses do prazo de encerramento da Série em circulação com maior prazo de vencimento, em caso de Direitos Creditórios Performados; e
- ix) somente poderão ser adquiridos ou recebidos em garantia quaisquer Direitos Creditórios se, uma vez computada *pro forma* a respectiva aquisição, (a) forem mantidos os limites previstos no item 11.3 e seguintes do Regulamento e abaixo reproduzidos; e (b) o prazo médio ponderado dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo não seja superior a 12 meses, conforme cálculo realizado pelo Custodiante de acordo com a seguinte fórmula:

$$\left(\frac{\sum_{n=1}^J (VP_{DCV_n} \times T_{DCV_n})}{\sum_{n=1}^J VP_{DCV_n}} \right) \times \frac{1}{22} \leq 12 \text{ meses}$$

onde:

VP_{DCV_n} = valor presente do Direito Creditório vincendo de ordem “n”

T_{DCV_n} = número de dias úteis para o vencimento do Direito Creditório de ordem “n”

J = quantidade de Direitos Creditórios vencidos.

A verificação do disposto no subitem (vi) acima ocorrerá exclusivamente com base nos BAD ou RAD disponibilizados pelo Fornecedor à Instituição Administradora, que os repassará ao Custodiante.

A aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo observará, adicionalmente, o disposto abaixo:

- i) computada *pro forma* a aquisição de novos Direitos Creditórios pelo Fundo, o total de Direitos Creditórios de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum não pode exceder 8% do valor das Cotas subscritas, ressalvado o disposto nos subitens seguintes;
- ii) o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios devidos pela Petrobras até o limite de 100% do valor das Cotas subscritas;

- iii) computada *pro forma* a aquisição de novos Direitos Creditórios pelo Fundo, a carteira do Fundo deverá respeitar os seguintes limites de concentração por Fornecedor:

MAIORES FORNECEDORES EM ORDEM DECRESCENTE (% DOS DIREITOS CREDITÓRIOS CEDIDOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE COTAS SUBSCRITAS)	% MÁXIMO SOBRE O TOTAL DE COTAS SUBSCRITAS
1 (maior Fornecedor)	8%
2	8%
3	6%
4	6%
5	6%
6	6%
7	5%
8	5%
9	5%
10	5%
11	5%
12	3%
13	3%
14	3%
15	3%
16	3%
17	3%
18	3%
19	3%
20	3%
21	3%
22	3%
23	2%

- iv) computada *pro forma* a aquisição de novos Direitos Creditórios pelo Fundo, o total de Direitos Creditórios a Performar integrantes da carteira do Fundo não poderá ultrapassar 70% do valor das Cotas subscritas; e
- v) computada *pro forma* a aquisição de novos Direitos Creditórios pelo Fundo, a quantidade de Direitos Creditórios originados por Fornecedores classificados sob o mesmo código de Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, divulgado pela Receita Federal do Brasil, não pode exceder a 30% do valor das Cotas subscritas.

O Fundo poderá seguir critérios de concentração diferentes dos previstos no item 11.3 do Regulamento e reproduzidos no parágrafo anterior, desde que a adoção de tais critérios receba previamente a confirmação, pela Agência Classificadora de Risco, de manutenção ou melhora da classificação de risco das Cotas Seniores em circulação.

Para efeito do disposto no parágrafo anterior, após a total integralização das Cotas em circulação, a base de cálculo dos limites de concentração previstos passará a ser o PL.

Os limites de concentração previstos nos subitens (i) e (iii) somente serão aplicáveis após o início da integralização de Cotas Seniores.

Condições de Cessão

Sem prejuízo dos critérios de elegibilidade descritos acima, as cessões de Direitos Creditórios deverão observar as seguintes Condições de Cessão, que deverão constar dos respectivos Contratos de Cessão:

- i) o Fornecedor deverá declarar que o respectivo Contrato não apresenta, no momento da cessão, quaisquer parcelas vencidas e não pagas pela Petrobras;
- ii) o Fornecedor deverá entregar a Autorização de Cessão; e
- iii) em se tratando de Direitos Creditórios a Performar, o Fornecedor deverá fornecer ao Custodiante, quando houver, os 3 últimos BAD ou RAD e os 3 últimos Boletins de Medição do Contrato do qual são oriundos os Direitos Creditórios a Performar que o Fundo pretende adquirir.

As condições de cessão dispostas no parágrafo anterior não consubstanciam Critérios de Elegibilidade para fins de verificação pelo Custodiante.

Na hipótese de os Direitos Creditórios deixarem de observar quaisquer dos critérios de elegibilidade ou condições de cessão acima descritos após sua aquisição pelo Fundo, não haverá, por parte dos Cotistas, direito de regresso contra a Instituição Administradora ou o Custodiante, salvo na existência de comprovada má fé ou dolo das partes.

Formalização da cessão

Uma vez selecionados os Direitos Creditórios que o Fundo pretende adquirir, a cessão dos Direitos Creditórios, incluindo todos os seus acessórios, será formalizada por meio da celebração de Contrato de Cessão entre o Fornecedor e o Fundo.

O Fundo também poderá adquirir Direitos Creditórios do Banco BTG Pactual S.A., desde que este tenha adquiridos tais Direitos Creditórios em observância aos Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão previstos no Regulamento e de acordo com o modelo de Contrato de Cessão previsto no Regulamento. Este último, por sua vez, poderá ser adaptado exclusivamente para o propósito de regular a cessão dos Direitos Creditórios do Banco BTG Pactual S.A. para o Fundo, independentemente de autorização dos Cotistas.

O Contrato de Cessão preverá, no mínimo:

- i) que o Fornecedor responde pela titularidade, existência, certeza, exigibilidade e correta formalização dos Direitos Creditórios;
- ii) que o Fornecedor atesta a inexistência de ônus, gravames ou restrições sobre o Direito Creditório;

- iii) que a assinatura do Contrato de Cessão e a consequente cessão dos Direitos Creditórios não acarretará o descumprimento total ou parcial de quaisquer obrigações do Fornecedor com terceiros;
- iv) que quaisquer quantias eventualmente recebidas pelo Fornecedor em relação a Direitos Creditórios cedidos serão transferidas ao Fundo em até 1 dia útil; e
- v) que o Contrato de Cessão poderá ser registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes dos Fornecedores e do Fundo, cabendo o custo de ambos os registros aos Fornecedores, sendo o valor referente ao registro do Contrato de Cessão na sede do Fundo debitado por ocasião do efetivo pagamento aos Fornecedores.

Condições mínimas de contratação de seguro

As respectivas apólices de seguros, na modalidade seguro garantia, quando exigidas pelo Regulamento, deverão refletir, no mínimo, a previsão dos seguintes procedimentos e condições:

Procedimentos em caso de sinistro:

- i) em até 3 dias das datas previstas para a entrega do produto e/ou prestação dos serviços pelo Fornecedor, a Instituição Administradora notificará em nome do Fundo, por escrito, o Fornecedor para verificar se tal obrigação será cumprida;
- ii) caso a Instituição Administradora não tenha recebido evidências de que o produto foi entregue e/ou o serviço foi prestado, ela notificará por escrito a Seguradora Autorizada;
- iii) mediante o recebimento da notificação da Instituição Administradora, a Seguradora:
 - a) irá adiantar para o Fundo o valor da indenização devida ao Fundo, nos termos da respectiva apólice, no prazo máximo de até 30 dias a contar do recebimento da mencionada notificação; neste caso, o Fundo terá o dever de devolver quaisquer valores eventualmente adiantados à Seguradora Autorizada caso esta comprove que o sinistro não ocorreu efetivamente, no prazo de até 5 dias a contar de solicitação neste sentido enviada pela seguradora;
 - b) negar o cumprimento da obrigação segurada se ficar comprovado documentalmente que o Fornecedor entregou o produto ou prestou o serviço de forma integral; ou
 - c) se ficar comprovado o descumprimento da obrigação garantida pelo seguro, pagar a indenização ao Fundo, se sub-rogando nos direitos deste perante a respectiva Fornecedor; e
- iv) nas hipóteses previstas acima, caberá à Seguradora Autorizada tomar todas as medidas cabíveis perante o Fornecedor ou qualquer terceiro para certificar-se de que o sinistro efetivamente ocorreu.

Eventos de exclusão do seguro admitidos:

- i) na ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- ii) atos ilícitos praticados pelo Fundo e/ou Petrobras que impeçam o cumprimento da obrigação garantida pelo seguro garantia;
- iii) descumprimento das obrigações do Fornecedor em decorrência de atos ou fatos de responsabilidade do Fundo e/ou Petrobras; ou
- iv) alteração ou modificação das obrigações contratuais garantidas pela apólice, que tenham sido acordadas entre Petrobras e Fornecedor, sem prévia anuência da Seguradora Autorizada, exceto no caso de prorrogação do prazo de entrega do produto e/ou da prestação de serviços objeto da garantia.

Aplicação da parcela remanescente do PL

O Fundo pode aplicar o remanescente do PL exclusivamente em:

- i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e
- iii) cotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa” ou “Referenciado DI”, cujas carteiras sejam compostas exclusivamente pelos títulos referidos nos itens (i) e (ii) acima.

Os fundos de investimento indicados no subitem (iii) acima poderão prever nas respectivas políticas de investimento a utilização de derivativos, exclusivamente para os fins de proteção das posições detidas à vista (*hedge*).

A seleção dos ativos mencionados no presente item caberá ao Gestor.

Operações com derivativos e demais operações permitidas

É facultado ao Fundo, ainda:

- i) realizar operações compromissadas tendo como lastro os ativos indicados no item “Características gerais do Fundo – Política de Investimento – Aplicação da parcela remanescente do PL” acima; e
- ii) realizar operações em mercados de derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

Para efeito do disposto nos itens (i) e (ii) acima:

- i) as operações devem ser negociadas em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros exclusivamente na modalidade “com garantia” de ambas as contrapartes, quando se tratar de operações de *swap*; e
- ii) devem ser considerados, para efeito de cálculo de PL, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

Operações vedadas

O Fundo não poderá realizar qualquer operação financeira, incluindo a compra e venda de Outros Ativos ou aquelas compromissadas, em que os Fornecedores ou quaisquer pessoas controladoras, controladas, direta ou indiretamente, coligadas ou sob controle comum destes figurem, direta ou indiretamente, como contrapartes. O Fundo pode realizar operações nas quais a Instituição Administradora atue na condição de contraparte do Fundo.

O Fundo não poderá realizar:

- i) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; e
- ii) operações de *day-trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

Preço de Cessão

Os Direitos Creditórios Performados serão adquiridos pelo valor calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VA = VN \times \left[1 - \left(\frac{TA}{100} \right) \times \left(\frac{Dk}{30} \right) \right]$$

onde:

“VA” é o valor de aquisição do Direito Creditório Performado;

“VN” é o valor nominal do Direito Creditório Performado;

“TA” corresponde ao *spread* excedente para aquisição dos Direitos Creditórios Performados, que será apurado pela Instituição Administradora a cada cessão de Direitos Creditórios; e

“Dk” é a diferença de dias corridos entre a data de aquisição do Direito Creditório Performado e sua respectiva data de vencimento.

Sempre que o Fornecedor ofereça ao Fundo Direitos Creditórios a Performar, e desde que (i) tais Direitos Creditórios a Performar atendam aos Critérios de Elegibilidade, e (ii) observado o procedimento de cessão previsto no Contrato de Cessão e descrito no presente Prospecto, o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios de titularidade do Fornecedor, presentes e futuros, em montante equivalente ao preço de cessão fixado pela Instituição Administradora previamente à cessão, acrescido de percentual da Taxa DI ou acrescido de taxa pré-fixada, ambas a serem fixadas pela Instituição Administradora no Termo de Cessão respectivo.

O pagamento do preço de cessão será efetuado em até 1 (um) dia útil contado da efetiva escrituração dos Direitos Creditórios pelo Custodiante por meio de TED.

A última taxa de desconto praticada em relação ao valor nominal de Direito Creditório Performado adquirido pelo Fundo, para efeito de cálculo do preço de cessão, foi igual a 156,65% da Taxa DI. A última taxa de desconto praticada em relação ao valor nominal de Direito Creditório a Performar adquirido pelo Fundo, para efeito de cálculo do preço de cessão, foi igual a 172,70% da Taxa DI.

Maiores informações sobre a taxa de desconto a ser utilizada na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo podem ser obtidas na seção “Direitos Creditórios – Taxa de Desconto” abaixo.

Outras informações relevantes acerca da política de investimento do Fundo

A carteira do Fundo, e por consequência seu PL, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados no capítulo “Fatores de risco” acima. O investidor, antes de adquirir Cotas Seniores da 1ª Série, deve ler cuidadosamente este capítulo para que a tomada de decisão de investimento em Cotas Seniores da 1ª Série seja adequadamente fundamentada.

Ordem e aplicação dos recursos

A partir da primeira Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Instituição Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento de recursos provenientes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- i) pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável, exceto a Taxa de Performance;

- ii) formação da Reserva de Pagamentos;
- iii) amortização e/ou resgate das Cotas Seniores, observados os termos e as condições do Regulamento;
- iv) formação da Reserva de Amortização;
- v) pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional;
- vi) amortização e/ou resgate de classes de Cotas Subordinadas Mezanino, observados a subordinação entre estas, os limites, os termos e as condições do Regulamento e dos respectivos Suplementos;
- vii) amortização e/ou resgate de Cotas Subordinadas Classe Júnior, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento; e
- viii) pagamento da Taxa de Performance, quando for o caso.

Exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada, os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo serão alocados na seguinte ordem:

- i) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;
- ii) na amortização das Cotas Seniores, observados os termos e as condições do Regulamento;
- iii) na amortização de cada classe de Cotas Subordinadas Mezanino, observados a subordinação entre estas, os limites, os termos e as condições do Regulamento e dos respectivos Suplementos;
- iv) na amortização de Cotas Subordinadas Classe Júnior, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento; e
- v) eventual excedente será distribuído entre os Cotistas e a Instituição Administradora na forma do Regulamento.

Regras de movimentação

Somente poderão adquirir Cotas os Investidores Autorizados.

As Cotas Seniores da 1ª Série serão subscritas e integralizadas a partir da respectiva Data de Subscrição Inicial, e até a publicação do Anúncio de Encerramento, nos termos do capítulo “Termos e Condições da Oferta” acima.

O resgate das Cotas Seniores da 1ª Série ocorrerá na data da última amortização pelo valor de abertura da Cota Sênior da 1ª Série na data do resgate. Admite-se o resgate de Cotas Seniores em Direitos Creditórios somente na hipótese de liquidação antecipada do Fundo. A amortização ou o resgate das Cotas em Direitos Creditórios pode ocorrer na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, conforme os procedimentos descritos no item “Características gerais do Fundo – Liquidação Antecipada – Procedimentos de Dação em Pagamento”.

O Cotista poderá obter informações referentes a valores de movimentação no endereço da Instituição Administradora, constante do item “Informações Complementares – Atendimento aos Cotistas”.

Cotas

Características gerais

As Cotas correspondem a frações ideais do PL e somente serão resgatadas ao término dos respectivos prazos de duração, ou em virtude da liquidação do Fundo, ou ainda por decisão da Assembléia Geral.

As Cotas serão escriturais e mantidas em contas de depósitos em nome de seus respectivos titulares. A qualidade de Cotista caracteriza-se, justamente, pela abertura de conta de depósitos em nome do Cotista.

Classes de Cotas

As Cotas serão Seniores ou Subordinadas.

As Cotas Seniores poderão ser divididas em Séries e as Cotas Subordinadas serão divididas em (i) uma Classe Júnior e (ii) Classes Mezanino, a critério da Instituição Administradora e de acordo com o disposto no Regulamento, cujas datas e valores de amortização, resgate e remuneração serão definidos nos respectivos Suplementos, que, uma vez assinados pela Instituição Administradora, passam a integrar o Regulamento.

As Cotas terão direito a voto, taxas e despesas iguais.

As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais ou entre si para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.

As Cotas Subordinadas Mezanino são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo e que poderão ter diferentes níveis de subordinação entre si, computando-se todas para efeito de cálculo da Relação Mínima. Somente ocorrerá a amortização e o resgate das Cotas Subordinadas Mezanino após a amortização e o resgate das Cotas Seniores e das demais Cotas Mezanino a que estiverem subordinadas, se for o caso.

As Cotas Subordinadas Classe Júnior são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores e às Cotas Mezanino para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. Somente ocorrerá a amortização e o resgate das Cotas Subordinadas Classe Júnior após a amortização e o resgate das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino.

Os critérios para amortização das Cotas e distribuição dos rendimentos estão previstos na seção “Características gerais do Fundo – Amortização das Cotas” abaixo.

Relação mínima entre o PL e o valor das Cotas Seniores

A Relação Mínima admitida é de 137,93%, sendo que a diferença do PL do Fundo é representada por Cotas Subordinadas, cuja composição deverá ser, no mínimo, de 10% do PL de Cotas Subordinadas Juniores e 17,5% do PL de Cotas Subordinadas Mezanino. Essa relação, incluindo a Relação Mínima, deve ser apurada pelo Custodiante e disponibilizada à Instituição Administradora todo dia útil.

Classificação de risco das Cotas Seniores da 1ª Série

O Fundo e a distribuição de suas Cotas Seniores da 1ª Série obtiveram classificação de risco brAAf+, conferida pela Standard & Poor's Rating Services.

A nota brAAf+ indica que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito e a qualidade dos ativos que compõem a carteira do Fundo fornecem proteção muito forte contra perdas advindas de inadimplência quando comparado a outros títulos emitidos no Brasil.

Novas emissões

A Instituição Administradora poderá deliberar sobre a emissão de novas Séries de Cotas Seniores para distribuição pública, sem necessidade de aprovação prévia da Assembléia Geral. Fica a critério da Instituição Administradora a quantidade de Cotas a ser emitida, desde que (i) seja observada a proporção mínima de 27,5% de Cotas Subordinadas sobre o total emitido; e (ii) seja mantida a classificação de risco das Cotas em circulação, se houver

Valorização das Cotas

Independentemente da classe, as Cotas serão valorizadas todo dia útil, conforme a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A primeira distribuição ocorrerá no primeiro dia útil seguinte à Data de Subscrição Inicial, e a última na data de liquidação do Fundo.

Todo dia útil, desde que o patrimônio do Fundo assim permita e após o pagamento ou provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada uma das Cotas Seniores de cada Série, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, o valor equivalente à porcentagem da Taxa DI prevista no Suplemento da respectiva série, que é de 120% para as Cotas Seniores da 1ª Série, incidentes sobre o valor anterior de cada uma das Cotas Seniores.

Também todo dia útil, após a incorporação dos resultados acima descritos para as Cotas Seniores, o eventual excedente será incorporado ao valor de cada uma das Cotas Subordinadas Mezanino, obedecida a ordem de subordinação no recebimento de rendimentos da carteira do Fundo entre as Classes Mezanino, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, até o limite previsto no suplemento de cada Classe Mezanino, que é de 120% da Taxa DI para as Cotas Subordinadas Mezanino A, incidentes sobre o valor anterior de cada uma das Cotas Subordinadas Mezanino.

Ainda todo dia útil, após a incorporação dos resultados acima descritos para as Cotas Subordinadas Mezanino, o eventual excedente será incorporado ao valor de cada uma das Cotas Subordinadas Classe Júnior, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, até o limite de 120% da Taxa DI, incidentes sobre o valor anterior de cada uma das Cotas Subordinadas Classe Júnior.

Valorização excedente

O eventual valor excedente após a incorporação dos resultados acima descritos para as Cotas Seniores e Subordinadas e após o provisionamento da Taxa de Performance, será atribuído proporcionalmente à participação das Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas de Classe Júnior no PL do Fundo, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo.

O valor a ser atribuído aos titulares de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas Classe Júnior nos termos do parágrafo anterior será provisionado diariamente em reserva especialmente constituída para este fim, após o provisionamento da Taxa de Performance, e será distribuído aos respectivos Cotistas semestralmente, na data de pagamento da Taxa de Performance, em moeda corrente nacional.

Caso a valorização dos ativos integrantes da carteira do Fundo não seja suficiente para que seja atingido o valor da remuneração-alvo das Cotas Seniores de cada Série, ou das Cotas Subordinadas Mezanino, ou das Cotas Subordinadas Classe Júnior, o valor provisionado nos termos do item anterior deverá ser incorporado ao valor das Cotas cuja remuneração-alvo não tenha sido atingida, obedecida a ordem de preferência entre as diferentes classes de Cotas e proporcionalmente a sua participação no PL, até que a remuneração-alvo das Cotas de todas as Séries e classes seja atingida ou até que se esgote o valor provisionado.

Amortização e resgate das Cotas

Disposições gerais

Observada a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo descrita no item “Características gerais do Fundo – Cotas – Valorização das Cotas” acima, a Instituição Administradora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo aos titulares de Cotas correspondentes (i) à amortização e/ou resgate de Cotas Seniores, conforme o respectivo Suplemento, (ii) à amortização e/ou resgate de Cotas Subordinadas Mezanino, conforme o disposto no item “Características gerais do Fundo – Amortização das Cotas – Amortização das Cotas Subordinadas Mezanino ” abaixo, e (iii) ao resgate de Cotas Subordinadas Classe Júnior, neste último caso, exclusivamente após o resgate integral das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino.

A Instituição Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Cotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN.

Os recursos deverão ser transferidos aos titulares das Cotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Custodiante, nas respectivas datas de pagamento de amortização e/ou resgate.

Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no item “Características gerais do Fundo – Liquidação Antecipada – Procedimentos de Dação em Pagamento” abaixo, em Direitos Creditórios.

Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Cotistas não seja um dia útil, a Instituição Administradora efetuará o pagamento no dia útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

Amortização de Cotas Seniores

Decorrido o Prazo de Carência fixado no respectivo Suplemento, as Cotas Seniores de cada Série serão amortizadas periodicamente, pelo Regime de Caixa, nas Datas de Amortização previstas no respectivo Suplemento, e serão resgatadas pelo Fundo no fim do prazo de duração da respectiva Série ou em virtude da liquidação antecipada do Fundo, de acordo com as condições previstas nos respectivos Suplementos, observado o disposto no Regulamento.

A amortização periódica pelo Regime de Caixa das Cotas Seniores de cada Série será limitada, em cada Data de Amortização, ao Valor Máximo de Amortização.

O Valor Máximo de Amortização corresponderá, em cada Data de Amortização, à divisão do valor de cada Cota Sênior no dia útil imediatamente anterior à Data de Amortização pelo número de amortizações programadas ainda não realizadas.

Havendo mais de uma Série de Cotas Seniores emitidas e ainda não resgatadas, o pagamento das amortizações periódicas será feito de forma proporcional à participação de cada Série de Cotas Seniores no PL, sem qualquer distinção ou preferência entre as Cotas Seniores das diferentes Séries.

Amortização das Cotas Seniores da 1ª Série

O Prazo de Carência para o pagamento de amortizações das Cotas Seniores da 1ª Série será de 12 meses, findo o qual iniciar-se-ão os pagamentos de amortizações, pelo Regime de Caixa, nas condições previstas no Regulamento, neste Prospecto e também abaixo especificadas.

As Datas de Amortização das Cotas Seniores da 1ª Série ocorrerão no dia 15 de cada mês, caso a Data de Amortização não seja um Dia Útil, a Instituição Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente.

O resgate ocorrerá na data da última amortização das Cotas Seniores da 1ª Série.

Amortização das Cotas Subordinadas Mezanino

As Cotas Subordinadas Mezanino serão amortizadas a critério da Instituição Administradora, pelo Regime de Caixa, em igualdade de condições para todas as Cotas Subordinadas de uma mesma Classe Mezanino, observadas as seguintes condições:

- i) quaisquer pagamentos relativos às Cotas Subordinadas Mezanino deverão ser efetuados até o 5º dia útil subsequente à última Data de Amortização;
- ii) não esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação;
- iii) considerada *pro forma* a amortização de Cotas Subordinadas Mezanino, as Cotas Subordinadas Mezanino permaneçam representando, no mínimo, 17,5% do PL; e
- iv) considerada *pro forma* a amortização de Cotas Subordinadas Mezanino, todos os índices e parâmetros previstos no Regulamento, bem como a Reserva de Amortização e a Reserva de Pagamentos, permaneçam enquadrados.

Amortização das Cotas Subordinadas de Classe Júnior

As Cotas Subordinadas Classe Júnior serão amortizadas e/ou resgatadas exclusivamente após o resgate integral das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino, excetuado o caso da Amortização Compulsória.

Amortização Compulsória

Caso, por quaisquer motivos, as Cotas Subordinadas Mezanino e/ou as Cotas Subordinadas Classe Júnior representem, individual e respectivamente, percentual igual ou superior a 21% e 12% do PL, a Instituição Administradora poderá, a seu exclusivo critério, determinar a amortização compulsória das Cotas Subordinadas para que a proporção entre as duas classes de Cotas Subordinadas volte a ser observada.

Outras informações a respeito da amortização de Cotas

Observada a distribuição dos rendimentos da carteira prevista no item “Características gerais do Fundo – Cotas – Valorização das Cotas” acima, e desde que o PL permita e haja disponibilidades para tanto, a Assembléia Geral poderá determinar alterações nas condições para amortização e resgate de uma ou mais séries específicas de Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino, nas datas e valores a serem estipulados na referida Assembléia Geral.

O procedimento ora previsto não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de Cotas existentes. Portanto, as Cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

Manutenção de reservas

Reserva de Amortização

A Instituição Administradora deverá constituir uma Reserva de Amortização para amortizações e resgates das Cotas Seniores de cada Série. Para tanto, em 30 dias antes da data de resgate ou amortização a Instituição Administradora deverá segregar na Reserva de Amortização no mínimo 100% do valor de resgate ou dos Valores Máximos de Amortização.

Havendo mais de uma Série emitida e ainda não resgatada, os recursos alocados na Reserva de Amortização serão segregados proporcionalmente à participação de cada Série de Cotas Seniores no PL, sem qualquer distinção ou preferência entre as Cotas Seniores das diferentes Séries.

A Instituição Administradora somente descontinuará os procedimentos descritos no presente item quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos Outros Ativos que integram a Reserva de Amortização, seja equivalente a 100% do valor de resgate ou dos Valores Máximos de Amortização em 30 dias antes da data de resgate ou amortização.

Quando da execução dos procedimentos definidos neste item, a Instituição Administradora deverá investir os fundos disponíveis na Reserva de Amortização exclusivamente em Outros Ativos com liquidez diária, de forma a garantir o pagamento tempestivo das amortizações e resgates, sempre observada a política de investimento definida no Regulamento.

Os procedimentos descritos neste item não constituem promessa ou garantia, por parte da Instituição Administradora, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Amortização, representando apenas um objetivo a ser perseguido pela Instituição Administradora e pela Instituição Administradora.

Caso os montantes disponíveis na Reserva de Amortização deixem de atender ao disposto acima, a Instituição Administradora deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios, destinar todas as disponibilidades do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Amortização, informando este fato à Instituição Administradora.

Reserva de Pagamento

A Instituição Administradora deverá manter a Reserva de Pagamento para pagamentos de despesas e encargos do Fundo, por conta e ordem deste, desde a Data de Subscrição Inicial até a liquidação do Fundo, onde Outros Ativos deverão ser segregados e mantidos destacados na contabilidade do Fundo. A Reserva de Pagamento destinar-se-á exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às despesas e encargos do Fundo, incluindo-se a Taxa de Administração.

A Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá segregar Outros Ativos na Reserva de Pagamento observando que, até o 30º dia útil anterior a data de pagamento de cada despesa ou encargo, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Pagamento, projetado até tal data de pagamento, deverá ser equivalente a 100% do valor estimado pela Instituição Administradora para a referida despesa ou encargo.

Na hipótese de a Reserva de Pagamento deixar de atender ao limite de enquadramento descrito no parágrafo anterior, a Instituição Administradora por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e destinar todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Pagamento. A Instituição Administradora somente interromperá tal procedimento quando, conforme o caso, o valor de saque, resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Pagamento, livres de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente a 100% do valor estimado pela Instituição Administradora para a referida despesa ou encargo, salvo na pendência de recomposição da Reserva de Amortização, que terá prioridade no direcionamento dos recursos.

Sem prejuízo do disposto acima, serão alocados na Reserva de Pagamentos os recursos recebidos em decorrência do pagamento dos Direitos Creditórios a partir do término do Prazo de Carência da 1ª Série de Cotas Seniores ou a partir da última data de amortização para os demais períodos, destinados ao pagamento das amortizações estimadas pelo Fundo, até os respectivos limites calculados de acordo com o disposto no item “Características gerais do Fundo – Amortização e resgate das Cotas” acima.

Metodologia de avaliação dos ativos do Fundo e das Cotas de cada classe

Metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos

Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil, mediante a utilização da metodologia de apuração do seu valor de mercado, abaixo referida.

A avaliação dos títulos, valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais integrantes da carteira do Fundo será efetivada de acordo com o disposto na legislação aplicável e no Manual de Precificação de Ativos *Mark-to-Market* do Custodiante, disponível para consulta na sede da Instituição Administradora.

Se houver, o valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.

Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e deduzidas as provisões relativas às despesas e encargos do Fundo e provisões para perdas decorrentes de inadimplência dos Contratos.

O valor das provisões referidas no parágrafo anterior será calculado levando-se em conta o valor total dos Direitos Creditórios inadimplentes, de acordo com o disposto na Resolução nº 2.682/99, do CMN, exceto para os Direitos Creditórios vencidos e não pagos após 90 dias de seu vencimento, cujo valor será provisionado segundo a regra determinada abaixo.

Os Contratos que contenham quaisquer Direitos Creditórios vencidos e não pagos após 90 dias do respectivo vencimento serão considerados perdas para o Fundo, sendo constituída a correspondente provisão de 100% do respectivo valor.

Caso um Direito Creditório Performado seja inadimplido por culpa exclusiva da Petrobras, deverão ser objeto de provisão todos os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo cujo pagamento seja de responsabilidade da Petrobras. Ainda, caso o Direito Creditório seja inadimplido por culpa do Fornecedor, deverão ser objeto de provisão todos os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo cedidos pelo Fornecedor que cedeu o Direito Creditório inadimplido.

A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:

- i) a inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios da carteira do Fundo, nos termos do artigo 14 da Instrução CVM nº 356/01;
- ii) a intenção de se manterem os Direitos Creditórios na carteira do Fundo até suas respectivas datas de vencimento;
- iii) o Fundo é destinado exclusivamente para Investidores Autorizados; e
- iv) todos os Cotistas, ao aderirem aos termos do Regulamento, concordarão com a intenção de que os Direitos Creditórios sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimento, conforme os respectivos termos de adesão.

Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado.

São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- ii) a existência de negociações com direitos creditórios que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo, em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os Direitos Creditórios.

Metodologia de avaliação das Cotas

As Cotas de cada classe do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil.

O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

- i) o resultado da divisão do PL pelo número de Cotas Seniores; ou
- ii) o valor apurado conforme o método de cálculo descrito no item “Características gerais do Fundo - Cotas - Valorização das Cotas” deste Prospecto.

O valor unitário das Cotas Subordinadas Mezanino será o menor dos seguintes valores:

- i) o resultado da divisão do saldo apurado mediante subtração do valor das Cotas Seniores e, se for o caso, das demais classes de Cotas Subordinadas Mezanino a que estiver subordinada, apurado na forma do parágrafo anterior, do PL, pelo número de Cotas Subordinadas Mezanino da respectiva classe; ou
- ii) o valor apurado conforme o método de cálculo descrito no item “Características gerais do Fundo - Cotas - Valorização das Cotas” deste Prospecto.

O valor unitário das Cotas Subordinadas Classe Júnior será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do PL, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores e classes de Cotas Subordinadas de Classe Mezanino pelo número total de Cotas Subordinadas Classe Júnior.

Assembléia Geral

Competência

Sem prejuízo das competências previstas no artigo 26 da Instrução CVM nº 356/01, compete privativamente à Assembléia Geral:

- i) deliberar sobre a substituição do Custodiante, do Gestor e da Agência Classificadora de Risco;
- ii) deliberar sobre a eventual necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo pelos Cotistas;
- iii) deliberar sobre a realização de aditamentos aos Documentos do Fundo, exceto quando a Instituição Administradora esteja expressa e previamente autorizada a realizar, a seu critério, tais aditamentos ou modificações;
- iv) deliberar sobre a alteração dos parâmetros de rentabilidade das Cotas; e
- v) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Cotistas, nos termos do Regulamento.

A Taxa de Administração a ser percebida pela Instituição Administradora não poderá ser reduzida por determinação da Assembléia Geral sem o expresse consentimento da Instituição Administradora.

A Assembléia Geral deverá deliberar, no prazo máximo de 6 meses antes da data de resgate de qualquer Série de Cotas Seniores em circulação, sobre a prorrogação do prazo da referida Série por período não superior ao do prazo original.

Procedimentos de convocação e instalação

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral pode reunir-se por convocação da Instituição Administradora ou de Cotistas possuidores de Cotas que representem, no mínimo, 5% do total das Cotas emitidas.

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, na qual devem constar dia, hora e local de realização da Assembléia Geral e os assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas.

Não se realizando a Assembléia Geral, deve ser publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas, com antecedência mínima de 5 dias.

Para efeito do disposto no parágrafo anterior, admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio ou carta de primeira convocação.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral realizar-se-á na sede da Instituição Administradora; quando se efetuar em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos Cotistas devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede da Instituição Administradora.

Independentemente das formalidades previstas acima, deve ser considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

Direito de voto e critérios para apuração das deliberações

Na Assembléia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um Cotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos Cotistas presentes, observado o disposto nos itens abaixo.

A cada Cota corresponde um voto, independentemente da respectiva classe, observado o disposto abaixo.

As deliberações relativas às matérias previstas no artigo 26, incisos III a V, da Instrução CVM nº 356/01 serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.

Estão subordinadas também à aprovação prévia de titulares de mais da metade das Cotas com direito a voto da classe afetada, sendo tomados em apartado os votos de cada classe afetada, as deliberações referentes a:

Estão subordinadas também à aprovação prévia de titulares de mais da metade das Cotas com direito a voto da classe afetada, sendo tomados em apartado os votos de cada classe afetada, as deliberações referentes a:

- i) substituição de qualquer dos prestadores de serviço do Fundo;
- ii) alteração:
 - a) da política de investimento;
 - b) dos Critérios de Elegibilidade;
 - c) das Condições de Cessão;
 - d) dos direitos políticos atribuídos aos Cotistas;
 - e) dos parâmetros de rentabilidade das Cotas e/ou critérios de distribuição dos rendimentos entre as Cotas;
 - f) das Taxas de Administração e Performance;
 - g) do cronograma de amortização das Cotas; e
 - h) da metodologia de avaliação dos ativos do Fundos e das Cotas de cada classe; ou

- iii) cobrança de outras taxas.

Estão subordinadas à aprovação prévia de titulares de mais da metade das Cotas com direito a voto, as deliberações referentes a:

- i) Eventos de Avaliação e/ou Liquidação Antecipada do Fundo;
- ii) aporte de recursos adicionais pelos Cotistas; e
- iii) nomeação de representantes dos Cotistas.

As deliberações das Assembléias Gerais de Cotistas decorrentes de Eventos de Avaliação e Liquidação serão consideradas válidas, independentemente das matérias votadas não terem sido previstas na convocação, desde que estritamente relacionadas aos referidos eventos e/ou a medidas entendidas necessárias em decorrência de referidos eventos.

Somente podem votar na Assembléia Geral os Cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

Não têm direito a voto na Assembléia Geral a Instituição Administradora e seus empregados.

As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 dias de sua realização.

A divulgação referida no parágrafo anterior deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista.

Representante dos Cotistas

A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

Somente pode exercer as funções de representante de Cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- i) ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;
- ii) não exercer cargo ou função na Instituição Administradora, Instituição Administradora ou Custodiante, em seus controladores, em sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e

- iii) não exercer cargo em Fornecedores cedentes de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral pode reunir-se por convocação da Instituição Administradora, da Instituição Administradora ou de Cotistas possuidores de Cotas que representem, no mínimo, 5% do total das Cotas emitidas.

Divulgação e eficácia das deliberações da Assembléia Geral

As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 dias de sua realização. Tal divulgação deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo.

As modificações no Regulamento e no Prospecto aprovadas pela assembléia geral de Cotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- i) lista de Cotistas presentes na assembléia geral;
- ii) cópia da ata da assembléia geral; e
- iii) exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembléia Geral em casos de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes ou de determinação da CVM, hipótese em que deve ser providenciada a ciência aos Cotistas da referida alteração no prazo de até 30 dias, contados da data do protocolo da alteração do Regulamento junto à CVM.

Liquidação do Fundo

O Fundo será liquidado nas hipóteses previstas no Regulamento ou sempre que os Cotistas assim deliberarem em Assembléia Geral especialmente convocada para tal fim.

Eventos de Avaliação

Será convocada Assembléia Geral para deliberar sobre (i) a declaração de um Evento de Liquidação Antecipada; ou (ii) a alteração do Regulamento ou dos Documentos do Fundo, bem como adoção das demais medidas entendidas necessárias pela Assembléia Geral, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação abaixo listados:

- i) não restabelecimento da Relação Mínima no prazo de 5 dias úteis contados da verificação do seu desenquadramento;
- ii) rebaixamento da classificação de risco inicial de qualquer classe, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;

- iii) renúncia da Instituição Administradora;
- iv) a inobservância pela Instituição Administradora de seus deveres e obrigações previstas no Regulamento, verificada pelo Custodiante ou pelo representante dos Cotistas, desde que, se notificada pelo representante dos Cotistas ou pelo Custodiante para sanar ou justificar o descumprimento, a Instituição Administradora não o fizer no prazo de 5 dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- v) inobservância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstas no Regulamento e no contrato de prestação de serviços de custódia de ativos, desde que, se notificado pela Instituição Administradora ou pelos Cotistas para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante não o fizer no prazo de 5 dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- vi) aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento;
- vii) amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;
- viii) resilição do contrato de prestação de serviços de custódia de ativos, se houver, ou do contrato de guarda dos documentos que amparam os Direitos Creditórios, se houver;
- ix) caso o Fundo deixe de atender a Reserva de Pagamentos não tenham sido iniciados os procedimentos de re-enquadramento definidos no Regulamento no prazo de 2 dias úteis contados da data em que se verificar o desenquadramento;
- x) renúncia do Custodiante;
- xi) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 120% da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;
- xii) constatação, pela Instituição Administradora ou pelo Custodiante, de que algum Fornecedor cedeu ao Fundo Direitos Creditórios onerados, gravados ou sem lastro;
- xiii) caso a Instituição Administradora deixe de convocar Assembléia Geral na hipótese de ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no presente item;
- xiv) caso haja modificação relevante nos critérios de cadastramento de Fornecedores e de avaliação do seu desempenho pela Petrobras que se torne de conhecimento da Instituição Administradora;
- xv) caso, no prazo de 10 dias úteis, não tenha ocorrido o re-enquadramento da Reserva de Pagamentos ou da Reserva de Amortização, conforme previsto no Regulamento;
- xvi) caso a Instituição Administradora entenda que há uma situação de risco relevante em potencial para o Fundo não prevista no Regulamento;

- xvii) caso o percentual de Direitos Creditórios de uma determinada Safra de Vencimentos, vencidos e não pagos a mais de 60 dias, apurados em cada Data de Verificação, seja igual a 8% e inferior a 14% da respectiva Safra de Vencimentos; ou
- xviii) caso o Fundo, após 90 dias do início de suas atividades, não mantenha no mínimo 50% do seu PL aplicado em Direitos Creditórios.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação acima, a Instituição Administradora suspenderá imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios, bem como interromperá o pagamento de amortizações de Cotas Subordinadas.

Caso a Assembléia Geral decida que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada, a Instituição Administradora deverá implementar os procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, descritos no item “Características gerais do Fundo – Liquidação do Fundo – Procedimentos de liquidação antecipada do Fundo” abaixo.

Sem prejuízo do disposto no item “Características gerais do Fundo – Liquidação do Fundo – Procedimentos de liquidação antecipada do Fundo” abaixo, caso o Fundo seja liquidado em virtude da ocorrência do evento previsto no subitem (xviii) acima, o Gestor obriga-se a restituir ao titular das Cotas Subordinadas Classe Júnior a diferença positiva, quando houver, entre (i) o valor de subscrição das Cotas Subordinadas de Classe Júnior devidamente corrigido pela Taxa SELIC incidente desde a data da integralização das respectivas cotas até o efetivo pagamento ao seu titular, pro rata temporis, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis; e (ii) o montante pago aos titulares de Cotas Subordinadas Classe Júnior na forma prevista no item “Características gerais do Fundo – Liquidação do Fundo – Procedimentos de liquidação antecipada do Fundo” abaixo.

Eventos de Liquidação Antecipada

São considerados Eventos de Liquidação Antecipada:

- i) decretação de falência ou recuperação judicial da Petrobras ou falência, intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante ou Instituição Administradora sem a sua efetiva substituição nos termos do Regulamento;
- ii) sempre que assim decidido pelos Cotistas em Assembléia Geral especialmente convocada para tal fim;
- iii) se durante 3 meses consecutivos o PL médio do Fundo for inferior a R\$500.000,00;
- iv) por determinação da CVM, em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar;
- v) caso não seja determinado pelos Cotistas um novo parâmetro de apuração do valor das Cotas, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI e impossibilidade de substituição da Taxa DI pela Taxa SELIC;

- vi) renúncia da Instituição Administradora ou do Custodiante com a conseqüente não assunção de suas funções por uma nova instituição nos prazos previstos no Regulamento;
- vii) caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada; ou
- viii) caso o percentual de Direitos Creditórios de uma determinada Safra de Vencimentos, vencidos e não pagos a mais de 60 dias, apurados em cada Data de Verificação, seja igual ou superior a 14% da respectiva Safra de Vencimentos.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Instituição Administradora deverá (i) informar o Custodiante por meio de correio eletrônico com aviso de recebimento para que interrompa imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios; (ii) notificar os Cotistas, (iii) suspender imediatamente os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios; e (iv) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo abaixo. A Instituição Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para deliberar sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurado o resgate das Cotas Seniores dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

Procedimentos de liquidação antecipada do Fundo

Nas hipóteses de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil e criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme o item “Características gerais do Fundo - Metodologia de avaliação dos ativos do Fundo e das Cotas de cada classe - Metodologia de avaliação das Cotas” acima, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das Cotas, até o limite de rentabilidade correspondente a esta classe de Cotas.

O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Cotas Seniores, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas Mezanino, conforme a respectiva quantidade de Cotas Subordinadas Mezanino de cada titular, até o limite de rentabilidade correspondente a esta classe de Cotas, obedecida a ordem de subordinação entre as diferentes Classes Mezanino, se for o caso.

Se ainda houver excedente, após os pagamentos mencionados acima, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas Classe Júnior conforme a respectiva quantidade de Cotas de cada titular, até o limite de rentabilidade correspondente a esta classe de Cotas.

O total do eventual excedente será distribuído da seguinte forma:

- i) 80% do valor excedente será dividido pelo número de Cotas e incorporado ao valor de cada uma das Cotas, independentemente da classe, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior; e
- ii) os 20% restantes do valor excedente serão atribuído à Instituição Administradora a título de Taxa de Performance, exceto na hipótese de a Instituição Administradora ter concorrido com culpa ou dolo para a liquidação do Fundo.

Os Cotistas poderão receber tal pagamento em Direitos Creditórios, pelo valor apurado nos termos do item “Características gerais do Fundo - Metodologia de avaliação dos ativos do Fundo e das Cotas de cada classe - Metodologia de avaliação das Cotas”, desde que assim deliberado em Assembléia Geral convocada para este fim, observados os procedimentos descritos no item “Características gerais do Fundo - Procedimentos de resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios e/ou Outros Ativos”.

A cada Cota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais Cotas de mesma classe.

A liquidação do Fundo será gerida pela Instituição Administradora, observando as disposições do Regulamento ou o que for deliberado na Assembléia Geral.

Custos referentes à defesa dos Cotistas

Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas, a maioria dos titulares das Cotas, reunidos em Assembléia Geral, poderão aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da integralização classe de Cotas especificamente emitida para este fim, a ser subscrita e integralizada por todos os titulares das Cotas, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.

Todos os custos e despesas referidos neste item serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos titulares das Cotas em circulação, não estando a Instituição Administradora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos nesta cláusula.

A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos deste item, deverá ser previamente aprovada pelos titulares da totalidade das Cotas reunidos na Assembléia Geral prevista acima. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma deste item, os Cotistas deverão definir na referida Assembléia Geral o cronograma de integralização e as características da respectiva classe de

Cotas, as quais deverão ser integralizadas pelos titulares das Cotas na proporção de seus créditos, em moeda corrente nacional, na medida em que os recursos se façam necessários à realização dos procedimentos deliberados na referida Assembléia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.

Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Instituição Administradora antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere este item e da assunção pelos titulares das Cotas do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.

A Instituição Administradora, o Gestor e o Custodiante, seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos titulares das Cotas em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos Cotistas não aporem os recursos suficientes para tanto.

Todos os pagamentos devidos pelos Cotistas ao Fundo, nos termos deste item, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba as verbas devidas pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

Procedimentos de resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios e/ou Outros Ativos

Após a conclusão do resgate das Cotas Seniores, por meio dos mecanismos de dação em pagamento ora previstos, o Fundo promoverá o resgate das Cotas Subordinadas Mezanino, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se houver. Feito o resgate das Cotas Subordinadas Mezanino, e havendo saldo de ativos remanescente na carteira do Fundo, será realizado o resgate das Cotas Subordinadas Classe Júnior.

Para fins do disposto acima, os Direitos Creditórios conferidos aos titulares de Cotas Seniores em dação em pagamento e, conforme o caso, conferidos aos titulares das Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas Classe Júnior, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos do artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 dias contado da realização da assembléia geral que deliberar pelo pagamento por meio de dação em pagamento. O quinhão de cada Cotista será equivalente ao valor dos créditos a ele efetivamente atribuídos. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avenças assegurando (i) a contratação do Custodiante para agir como agente de recebimento dos pagamentos referentes aos Direitos Creditórios, de forma a

preservar o sistema de pagamentos e evitar a necessidade de autorização da Petrobras para alteração do respectivo domicílio bancário dos Direitos Creditórios; e (ii) aos Cotistas que foram titulares das Cotas Seniores o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio em relação aos Cotistas que forem titulares de Cotas Subordinadas Mezanino e Classe Júnior, e, aos condôminos que detinham Cotas Subordinadas Mezanino, o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio em relação aos condôminos que foram titulares de Cotas Subordinadas Classe Júnior.

Antes da dação em pagamento dos Direitos Creditórios pelo Fundo, a Instituição Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral com a finalidade de proceder à eleição, pelos Cotistas, de um administrador para o condomínio civil referido no parágrafo anterior e ratificar a contratação ao agente de recebimento acima prevista. Caso os titulares das cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao Cotista Sênior que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

O Custodiante fará a guarda dos documentos relativos aos Direitos Creditórios mantidos em condomínio pelo prazo de até 45 dias contado de sua constituição. Ao término do prazo acima referido, o administrador do condomínio civil indicará à Instituição Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos.

Caso os titulares das Cotas, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil no prazo referido acima, a Instituição Administradora e o Custodiante poderão promover o pagamento em consignação dos direitos creditórios de titularidade do Fundo aos Cotistas, na forma do artigo 334 do Código Civil, condicionada a obtenção de autorização da Petrobras para a transferência dos Direitos Creditórios, que será de responsabilidade do respectivo Cotista.

Informações complementares

Despesas e encargos do Fundo

Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração descrita no item “Remuneração dos prestadores de serviços – Instituição Administradora – Taxa de Administração”, aqueles previstos no artigo 56 da Instrução CVM nº 356/01. Quaisquer despesas não indicada em referido artigo devem correr por conta exclusiva da Instituição Administradora. Deste modo, constituem encargos do Fundo:

- i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;

- iv) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- ix) a contribuição anual devida à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo mantém suas cotas admitidas à negociação;
- x) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco; e
- xi) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos.

Informações obrigatórias e periódicas

A Instituição Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas constantes do presente item, sem prejuízo de outras previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente.

A Instituição Administradora deverá informar à CVM a data da primeira integralização de Cotas do Fundo e a data do encerramento de cada distribuição de Cotas.

A Instituição Administradora, por meio de seu diretor indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando (i) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista no Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, e (ii) que as modalidades de negociação foram realizadas a taxas de mercado.

Os demonstrativos referidos no parágrafo anterior devem ser enviados à CVM e permanecer à disposição dos Cotistas do Fundo, bem como ser examinados por ocasião da realização de auditoria independente.

A Instituição Administradora deve divulgar, anualmente, no periódico indicado no item “Características gerais do Fundo – Informações Complementares - Publicações”, além de manter disponíveis em sua sede e dependências e nas instituições que coloquem Cotas do Fundo: (i) o valor do PL; (ii) o valor das Cotas de cada classe; (iii) a Relação Mínima; (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem; e, se houver, (v) o(s) relatório(s) da Agência Classificadora de Risco.

A Instituição Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, incluindo-se à Agência Classificadora de Risco, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo de modo a garantir a todos os Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

A Instituição Administradora deve, no prazo máximo de 10 dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- i) o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

A Instituição Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- i) 20 dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- ii) 60 dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

A Instituição Administradora deve prestar à CVM, na forma por esta especificada, mensalmente, até o 15º dia após o encerramento do mês anterior, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao Fundo:

- i) saldo das aplicações;
- ii) valor do PL;
- iii) rentabilidade apurada no período;
- iv) valor e quantidade das Cotas de cada classe;
- v) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado;
- vi) posições mantidas em mercados de derivativos; e
- vii) número de Cotistas.

No prazo máximo de 10 dias contados de sua ocorrência, devem ser protocolados na CVM, pela Instituição Administradora, os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:

- i) alteração do Regulamento;
- ii) substituição da Instituição Administradora;
- iii) incorporação;
- iv) fusão;
- v) cisão; e
- vi) liquidação.

Exceto quando expresso de maneira diversa, entende-se por dia útil qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou nas Cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Quando um prazo contado em dias previsto no Regulamento não vir acompanhado da indicação da contagem em dias úteis, deverá ser entendido como sendo contado em dias corridos.

Publicações

Todas as publicações mencionadas no Regulamento serão feitas inicialmente no jornal Valor Econômico, edição nacional, devendo todos os documentos e informações correspondentes serem remetidos à CVM na mesma data em que for realizada a publicação.

A Instituição Administradora deve fazer as publicações previstas no Regulamento sempre no mesmo periódico e qualquer mudança deve ser precedida de aviso aos Cotistas, por um dos seguintes meios, a critério da Instituição Administradora: (i) carta com aviso de recebimento endereçada aos Cotistas pela Instituição Administradora, ou (ii) publicação de anúncio neste sentido no periódico a ser substituído.

Atendimento aos Cotistas

Para consulta ou obtenção de cópia do Prospecto e do Regulamento, os investidores interessados na aquisição de Cotas Seniores da 1ª Série poderão dirigir-se à Instituição Administradora, à CVM, ou à CETIP, em suas respectivas sedes, conforme informado no capítulo “Identificação da Instituição Administradora e Demais Entidades Envolvidas na Oferta”.

O prospecto em versão eletrônica também está disponível na seguinte página: <http://www.btgpactual.com/home/ib/pt/capitalmarkets.aspx>.

Os investidores poderão dirigir-se ao Coordenador Líder para encaminhamento de eventuais dúvidas, sugestões ou reclamações.

DIREITOS CREDITÓRIOS

Características e processo de originação

Natureza

Os Direitos Creditórios que serão adquiridos pelo Fundo são originados de contratos de prestação de serviços e/ou de compra e venda mercantil ou fornecimento de bens celebrados entre a Petrobras e os Fornecedores.

O desempenho das atividades econômicas exploradas pela Petrobras demanda a compra de materiais produzidos e/ou comercializados por terceiros e a contratação da prestação de serviços por terceiros. Tais produtos e serviços têm natureza variada, estendendo-se desde a limpeza de unidades da Petrobras até a compra de maquinário pesado. Para tanto, a Petrobras celebra contratos de compra e venda mercantil ou fornecimento de produtos e contratos de prestação de serviços com os Fornecedores.

Normas aplicáveis aos Contratos

A Petrobras é sociedade de economia mista e, nesta condição, está sujeita a realização de licitação para a compra de bens e contratação de serviços. A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, prevê que a Petrobras estará sujeita a procedimento licitatório simplificado. O procedimento licitatório aplicável à Petrobras é regido pelo Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petrobras, anexo ao Decreto nº 2.745, de 24 de agosto de 1998.

As contratações da Petrobras também são regidas (i) pelo Manual de Procedimentos Contratuais, editado pela diretoria executiva da Petrobras, que complementa a disciplina estabelecida pelo Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado mencionado acima no que tange aos procedimentos aplicáveis para a seleção e a contratação de Fornecedores; (ii) pelas Condições de Fornecimento de Material, também editadas pela diretoria executiva da Petrobras e cuja versão mais recente está em vigência desde 1º de novembro de 2005, que estabelecem as condições aplicáveis e o conteúdo mínimo dos contratos celebrados entre os Fornecedores de materiais e equipamentos e a Petrobras; e (iii) pelas Condições de Reajustamento e Pagamento da Petrobras, cuja versão mais recente está em vigência desde 14 de outubro de 2003, que estabelecem as condições de reajustamento de preços e de seus respectivos pagamentos aplicáveis aos contratos de fornecimento de materiais e de prestação de serviços celebrados entre a Petrobras e os Fornecedores, sendo parte integrante destes contratos.

Cadastro de Fornecedores

O Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado e o Manual de Procedimentos Contratuais estabelecem que a Petrobras deve manter cadastro de Fornecedores, com a finalidade de permitir a avaliação prévia de empresas que desejem participar de suas contratações.

O cadastro de Fornecedores cujos materiais e/ou serviços não sejam cadastrados de forma centralizada deve ser realizado junto às organizações de compras da Petrobras com as quais o Fornecedor tenha interesse em manter relacionamento comercial.

Cadastro Corporativo

Além do cadastro local, a Petrobras dispõe de um cadastro centralizado de seus Fornecedores. O Fornecedor que deseja celebrar contrato com a Petrobras pode pleitear sua inscrição no Cadastro Corporativo, base de dados sobre Fornecedores disponível para todas as unidades da Petrobras. Fornecedores inscritos no Cadastro Corporativo não precisam apresentar documentação para comprovar sua qualificação dentro dos critérios exigidos pela Petrobras em cada licitação de que participe, desde que referida licitação diga respeito a Famílias de Bens ou Famílias de Serviços que o Fornecedor esteja habilitado a fornecer de acordo com sua inscrição no Cadastro Corporativo. Esta comprovação será realizada mediante a apresentação de seu CRCC.

O cadastro completo do Fornecedor no Cadastro Corporativo contém as seguintes informações: (i) dados do Fornecedor; (ii) Famílias de Materiais e/ou de Famílias de Serviços que o Fornecedor está habilitado a fornecer à Petrobras; (iii) resultados das avaliações da situação econômico-financeira; (iv) resultados das avaliações da capacidade técnica; (v) resultados das avaliações dos critérios de segurança, meio ambiente e saúde; (vi) requisitos técnicos atendidos; (vii) resultados das avaliações dos critérios gerencial/responsabilidade social; (viii) ocorrências resultantes do relacionamento comercial e da *performance* do produto fornecido ou do serviço prestado; (ix) tipos de inspeção de fabricação para os Materiais RQT; e (x) avaliações de desempenho do Fornecedor nas suas relações com a Petrobras.

Categorias de Fornecedores

A Petrobras divide os Fornecedores em categorias para efeitos de contratação e cadastro. O Fornecedor, quando da sua inscrição no Cadastro Corporativo, deve selecionar em que categoria se enquadra. Essa escolha determina o formato do Relatório de Avaliação aplicável ao Fornecedor.

Os Fornecedores de materiais, que são aqueles que comercializam equipamento, material ou insumo de interesse da Petrobras, se dividem nas seguintes categorias:

- i) fabricante comerciante: produz equipamento, material ou insumo e o comercializa diretamente com a Petrobras;
- ii) fabricante não comerciante: produz equipamento, material ou insumo e não o comercializa diretamente com a Petrobras, mas por meio de distribuidores ou revendedores;
- iii) unidade fabril: cada uma das unidades de um fabricante, individualmente qualificadas para fornecer os produtos de sua linha, sendo que não é a unidade fabril, mas o fabricante de que é integrante, quem possui relacionamento comercial com a Petrobras;

- iv) fornecedor de bens tecnicamente qualificado: é aquele que tem seu cadastro ou sua renovação cadastral aprovada apenas nos aspectos técnicos, inapto a receber o CRCC, cuja participação nas licitações é restrita à modalidade de convite e decidida a critério da Petrobras, tendo em conta os riscos comerciais e a competitividade do mercado, dentre outros fatores;
- v) revendedor: comercializa os materiais produzidos por terceiros, devidamente credenciados por estes por meio de cartas de credenciamento, cujo modelo é fornecido pela Petrobras, dispensadas somente caso o revendedor seja sociedade controlada pelo fabricante dos produtos que revende; e
- vi) distribuidor: comercializa os materiais produzidos por terceiros, devidamente credenciados por estes por meio de cartas de credenciamento, cujo modelo é fornecido pela Petrobras, dispensadas somente caso o distribuidor seja sociedade controlada pelo fabricante dos produtos distribuídos.

Os Fornecedores de materiais podem fornecer Materiais RQT ou Materiais NRQT. Os primeiros fornecem materiais cuja performance no processo industrial da Petrobras pode comprometer a continuidade da atividade da Petrobras e ameaçar a segurança das pessoas, instalações ou do meio-ambiente, bem como os produtos que, incluídos no processo produtivo como matérias-primas, podem comprometer a qualidade do produto final da Petrobras. Fornecedores de Materiais NRQT, por seu turno, fornecem materiais cuja performance no processo industrial da Petrobras não pode comprometer a continuidade da atividade da Petrobras, nem ameaçar a segurança das pessoas, instalações ou do meio-ambiente, bem como os produtos que, incluídos no processo produtivo como matérias-primas, não podem comprometer a qualidade do produto final da Petrobras

Os distribuidores e revendedores somente poderão requerer sua inclusão no Cadastro Corporativo se os fabricantes dos materiais que pretendem comercializar possuírem o *status* “ativo” ou “tecnicamente qualificado” em seu respectivo Cadastro Corporativo nas Famílias de Material que o Fornecedor deseja distribuir ou revender. O *status* dos Fornecedores no Cadastro Corporativo e seu significado estão descritos no item “Direitos Creditórios - Características e processo de origem - Cadastro Corporativo - *Status* do Fornecedor no Cadastro Corporativo” abaixo. Os distribuidores e revendedores são responsáveis por verificar previamente junto aos fabricantes o *status* destes perante o Cadastro Corporativo.

Fornecedores de Materiais NRQT fabricados por terceiros devem se cadastrar como revendedores. O revendedor de Materiais NRQT cujo fabricante não tenha interesse em se inscrever no Cadastro Corporativo pode realizar a inscrição por este, desde que devidamente autorizado para tanto pelo respectivo fabricante, por meio da carta de compromisso cujo modelo é fornecido pela Petrobras. Neste caso, o fabricante será cadastrado como “fabricante não-comerciante”.

Os Fornecedores de materiais deverão inscrever no Cadastro Corporativo cada uma de suas filiais que pretenda fornecer equipamentos à Petrobras. Os Fornecedores de serviços, por seu turno, deverão cadastrar apenas a matriz.

Fornecedores de serviços são aqueles que prestam serviços e/ou executam obras em geral, desde que qualificados para um ou mais serviços de interesse permanente da Petrobras. Fornecedores de Serviços Críticos são aqueles que prestam serviços indicados pelas áreas de negócios da Petrobras cujo desempenho, confiabilidade e garantia do contrato, além do atendimento aos requisitos de saúde, meio-ambiente e segurança, são considerados vitais para a atividade-fim da Petrobras.

O Cadastro Corporativo ainda contempla as figuras do representante comercial e do representante legal. O representante comercial é aquele que representa comercialmente o Fornecedor de materiais e/ou serviços perante a Petrobras, através de escritório comercial próprio, do Fornecedor ou de pessoa física ou jurídica credenciada pelo Fornecedor. Os representantes comerciais não são registrados isoladamente no Cadastro Corporativo, mas vinculados ao cadastro de um Fornecedor. Para credenciar um representante comercial junto ao Cadastro Corporativo, o Fornecedor deve apresentar declaração cujo modelo é fornecido pela Petrobras. O representante comercial pode representar mais de um Fornecedor para uma mesma Família de Materiais ou Família de Serviços. Entretanto, não poderá representar mais de um Fornecedor na mesma licitação.

O representante legal é o representante obrigatório de empresa estrangeira que seja Fornecedora de bens ou de serviços, que tem poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente em nome do Fornecedor, podendo ser pessoa física ou jurídica residente no Brasil. Caso o Fornecedor permita que o representante legal atue como seu representante comercial, com poderes para assinar propostas e contratos em nome do Fornecedor, deve emitir declaração específica na licitação ou acrescentar tal autorização a sua carta de credenciamento.

Inscrição do Fornecedor no Cadastro Corporativo

A inscrição do Fornecedor no Cadastro Corporativo inicia-se com o fornecimento de informações por meio de sítio eletrônico chamado Portal de Cadastro. Neste sítio eletrônico, o Fornecedor deve informar o número de seu CNPJ/MF e sua razão social, bem como endereço de correio eletrônico por meio do qual a Petrobras possa entrar em contato. Deve, ainda, cadastrar uma senha para novos acessos. Esta senha permite que o Fornecedor acesse posteriormente o Portal de Cadastro para completar o preenchimento dos seus dados ou alterar os dados já preenchidos.

O Portal de Cadastro está conectado aos sistemas da Dataprev e da Caixa Econômica Federal. Deste modo, assim que o Fornecedor informa seu número de inscrição no CNPJ/MF, é realizada consulta automática à respectiva situação cadastral perante o Instituto Nacional de

Seguridade Social - INSS e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. O Fornecedor somente prosseguirá em sua inscrição no Cadastro Corporativo caso sua situação cadastral seja regular perante os órgãos mencionados.

A seguir, ainda no Portal de Cadastro, o Fornecedor deve selecionar a categoria de Fornecedor em que se enquadra, dentre aquelas descritas no item “Direitos Creditórios – Características e processo de origemação – Cadastro Corporativo - Categorias de Fornecedores” acima, bem como as Famílias de Materiais e as Famílias de Serviços que pretende fornecer para a Petrobras. As Famílias de Materiais se dividem em Famílias de Materiais RQT e em Famílias de Materiais NRQT. Estas duas e as Famílias de Serviços se dividem em subgrupos, que correspondem a cada espécie de material ou serviço de interesse da Petrobras. O Fornecedor deverá escolher em que subgrupos atuará. Após a seleção, o sistema eletrônico indicará os requisitos exigidos para o fornecimento das Famílias de Materiais ou das Famílias de Serviços selecionadas.

O Fornecedor deverá preencher e enviar à Petrobras uma carta de compromisso, de acordo com modelo fornecido pela Petrobras, por meio da qual garante a veracidade dos dados fornecidos por meio do Portal de Cadastro.

Também são solicitados os seguintes documentos e informações do Fornecedor:

- i) apresentação de material institucional: o Fornecedor, opcionalmente, pode fornecer apresentações sucintas de divulgação institucional (em vídeo, Power Point ou outros meios eletrônicos), que não dispensam o preenchimento de itens do questionário de avaliação em que sejam expressamente solicitadas;
- ii) dados gerais: o Fornecedor deve informar os seus dados para cadastro, tais como razão social, número de inscrição no CNPJ/MF, endereço da sede, telefone para contato, entre outras;
- iii) filiais: Fornecedores de serviços devem informar as filiais que possuem; Fornecedores de materiais devem observar procedimentos de cadastramento especial com relação a suas filiais;
- iv) representantes comerciais: o Fornecedor deve indicar os representantes comerciais autorizados a se relacionar com as organizações de compras da Petrobras;
- v) credenciamento de revenda e distribuição: se o Fornecedor atuar na condição de distribuidor ou de revendedor, deverá fornecer as cartas de credenciamento relativas a cada um dos fabricantes cujos produtos revenda ou distribua, bem como carta de garantia e compromisso de inspeção, cujo modelo é fornecido pela Petrobras, por meio da qual o fabricante se compromete a permitir a realização de inspeções conforme exigido pelas regras de contratação da Petrobras, acompanhadas de documentos que comprovem os poderes de representação dos signatários;

- vi) comprovação técnica inicial: de acordo com as Famílias de Materiais e/ou Famílias de Serviços selecionadas, o Fornecedor deverá anexar no mínimo três e, no máximo, cinco documentos que comprovem sua experiência prévia no fornecimento e/ou prestação de serviços no seu ramo de atividade, sob a forma de cartas de referência de clientes-usuários finais, certificados de prêmios ou de reconhecimento pela qualidade do produto/serviço oferecido, relatórios de inspeção de recebimento e/ou catálogo técnico.

A próxima etapa do processo de inscrição é o preenchimento do Relatório de Avaliação, questionário que busca aferir o atendimento de cada um dos cinco Critérios de Avaliação pelo Fornecedor. Estes Critérios de Avaliação se dividem em (i) técnico, (ii) econômico, (iii) legal, (iv) SMS e (v) gerencial/responsabilidade social. Cada um dos Critérios de Avaliação se divide em indicadores, e cada indicador se divide em requisitos. Estes requisitos podem ser (i) mandatórios, quando sua apresentação é obrigatória para obtenção do Cadastro Corporativo; (ii) classificatórios, quando utilizados apenas para pontuação e classificação; e/ou (iii) específicos, quando exigidos somente para determinadas Famílias de Materiais ou Famílias de Serviços devido a sua peculiaridade. Cada requisito se desdobra em solicitações específicas de documentos ou informações relativas ao Fornecedor

O Portal de Cadastro somente disponibiliza para o Fornecedor os indicadores e requisitos correspondentes às Famílias de Materiais e/ou Famílias de Serviços que o Fornecedor escolheu na etapa de seleção de Famílias de Materiais e de Famílias de Serviços. O Fornecedor deve responder às requisições formuladas com relação a cada Critério de Avaliação e anexar a documentação exigida de forma eletrônica.

As informações prestadas no Relatório de Avaliação podem ser comprovadas mediante anexação de documentos. Alguns anexos são de apresentação obrigatória, e ausência de sua apresentação inviabiliza a inscrição do Fornecedor no Cadastro Corporativo.

Ao anexar ao Relatório de Avaliação a documentação exigida, o Fornecedor deve observar as seguintes regras:

- i) os documentos deverão estar dentro do prazo de validade e conter a razão social e o endereço constantes na última alteração do contrato social ou do estatuto social do Fornecedor. A validade das certidões fornecidas, quando não mencionada no documento, será de 6 meses contados da sua emissão;
- ii) os documentos obrigatórios emitidos por empresas estrangeiras devem ser notariados, autenticados pelo consulado brasileiro no país respectivo e traduzidos para o português por tradutor público juramentado, se apresentados em outro idioma;
- iii) os carimbos, autenticações e selos precisam estar visíveis e sem rasuras para a validação do documento. Serão aceitas as certidões emitidas por órgãos oficiais obtidas diretamente da Internet, sem a necessidade de autenticação; e

- iv) a documentação referente aos critérios legal e econômico, após a digitalização e inserção no Portal de Cadastro, deve ser encaminhada em via original ou em cópia autenticada ao órgão de cadastramento devido, para conferência e guarda pelos prazos legais.

O Fornecedor pode, antes do fechamento do seu Relatório de Avaliação, interromper o seu preenchimento e retornar para alteração ou complementação. Após o fechamento do Relatório de Avaliação, no entanto, o sistema não permitirá mais alterações, exceto através de solicitação do Fornecedor dirigida à Petrobras.

Quando todos os itens obrigatórios do Relatório de Avaliação estiverem corretamente preenchidos, o Fornecedor poderá fechá-lo e enviá-lo eletronicamente à Petrobras. Após o fechamento do Relatório de Avaliação, as informações nele contidas passarão por uma verificação de existência de pendências e incorreções no preenchimento. A Petrobras comunicará ao Fornecedor a existência de pendências em seu Relatório de Avaliação, por meio de correio eletrônico, e os respectivos itens do Relatório de Avaliação serão reabertos para correção eletrônica. Durante a análise das informações, a Petrobras poderá solicitar ao Fornecedor o agendamento de visita técnica, quando pertinente, ou a complementação de informações.

A análise do Relatório de Avaliação compreende as seguintes etapas:

- i) avaliação documental: uma equipe de avaliadores da Petrobras, especialistas nas áreas correspondentes aos diferentes Critérios de Avaliação, analisa os dados fornecidos pelo Fornecedor após o completo preenchimento e fechamento do Relatório de Avaliação. Nesta etapa será atribuída uma nota de 0 a 10 para cada um dos Critérios de Avaliação. Caso sejam realizadas visitas por avaliadores da Petrobras na sede da empresa e/ou em campo, as notas referentes aos Critérios de Avaliação técnico, SMS e gerencial somente serão fixadas após estas visitas.
- ii) avaliação presencial na sede do Fornecedor: opcionalmente, avaliadores da Petrobras ou terceiros por ela contratados para tanto podem visitar a sede do Fornecedor, para avaliação dos Critérios de Avaliação técnico, SMS e gerencial, sendo requerida a visita em função da peculiaridade do material ou serviço e/ou do mercado respectivo;
- iii) avaliação presencial de campo: opcionalmente, avaliadores da Petrobras ou terceiros por ela contratados para tanto podem visitar obras em andamento conduzidas por Fornecedores de Serviços Críticos para avaliação dos Critérios de Avaliação técnico, SMS e gerencial, sendo requerida a visita em função da peculiaridade do material ou serviço e/ou do mercado respectivo; e
- iv) consolidação: etapa consistente na análise final dos dados recebidos e colhidos e na consolidação dos resultados.

Após a análise, o Fornecedor receberá uma mensagem da Petrobras por correio eletrônico confirmando ou não sua inscrição no Cadastro Corporativo, bem como informando o *status* do Fornecedor no Cadastro Corporativo.

Descrição dos Critérios de Avaliação

O Relatório de Avaliação verifica o atendimento pelo Fornecedor dos Critérios de Avaliação, descritos abaixo:

- i) Critério de Avaliação técnico: avalia a capacidade técnica do Fornecedor para a produção de materiais e/ou prestação de serviços, avaliando os recursos necessários para o bom desempenho dos equipamentos e dos materiais a serem fornecidos e/ou dos serviços a serem executados, bem como o histórico comercial do Fornecedor na prestação dos serviços e/ou fornecimento dos materiais que pretenda fornecer à Petrobras (nota de tradição). Compreende os seguintes indicadores: (a) instalações; (b) equipamentos; (c) materiais; (d) pessoal; (e) tecnologia; e (f) porte técnico;
- ii) Critério de Avaliação econômico: avalia a solidez econômica do Fornecedor de forma a assegurar que possa concluir o fornecimento dos materiais e/ou dos serviços, com base em dados de balanços patrimoniais e de demonstrações financeiras, que geram indicadores confiáveis para prever e monitorar o desempenho econômico do Fornecedor. Compreende os seguintes indicadores: (a) credibilidade das contas; (b) estrutura; (c) solvência; (d) rentabilidade; e (e) gestão econômico-financeira;
- iii) Critério de Avaliação legal: avalia a regularidade dos Fornecedores no cumprimento de suas obrigações junto ao mercado, aos órgãos governamentais e à sociedade. Além da análise documental, utiliza instrumentos que permitem o levantamento direto de informações sobre certidões e documentos emitidos por entidades fiscais, possibilitando a atualização freqüente dos indicadores de cumprimento da regularidade fiscal e tributária. Compreende os seguintes indicadores: (a) capacidade jurídica; (b) habilidade jurídica; (c) regularidade jurídico-fiscal; (d) risco; e (e) gestão jurídica;
- iv) Critério de Avaliação SMS: avalia os aspectos relacionados à saúde, meio-ambiente e segurança do Fornecedor, valorizando e estimulando as certificações segundo as normas ISO 14001 e OHSAS 18001. Incluem, ainda, a avaliação de segurança e saúde operacional relativos ao Fornecedor, que envolvem: (a) planejamento para identificação de perigos e avaliação e controle de riscos; (b) estrutura e responsabilidade da empresa; (c) quesitos relacionados ao treinamento, à conscientização e à competência; (d) capacidade de monitoramento e mensuração do desempenho; (e) acidentes, incidentes, não-conformidade e ações corretivas e preventivas; e (f) análises críticas efetuadas pela administração do Fornecedor. O Critério de Avaliação SMS compreende os seguintes indicadores: (a) certidão ISO 14001/OHSAS 18001; (b) política de segurança, meio ambiente e saúde; (c) planejamento; (d) estrutura organizacional e definição de responsabilidades; (e) treinamento em SMS; (f) envolvimento e comunicação; (g) controle de dados e documentos; (h) normas e procedimentos para controle operacional; (i) plano de atendimento a emergências; (j) requisitos do meio-ambiente; (k) avaliação de desempenho e monitoramento; (l) tratamento de acidentes, incidentes, não conformidades e desvios; (m) auditoria do sistema de gestão de SMS; e (n) análise crítica pela alta administração; e

- v) Critério de Avaliação gerencial/responsabilidade social: avalia a postura do Fornecedor na área gerencial e de responsabilidade social, avaliando o compromisso com a qualidade e melhoria contínua, valorizando e estimulando a certificação segundo a norma ISO 9001 e estimulando explicitamente o maior envolvimento dos Fornecedores no contexto social. Compreende os seguintes indicadores: (a) certificação ISO 9001; (b) sistema de gestão de qualidade; (c) responsabilidade da direção; (e) gestão de recursos; (f) planejamento dos processos para a realização do produto; (g) medição, análise e melhoria; e (h) responsabilidade social empresarial.

Critérios de Avaliação obrigatórios e classificatórios

Embora os cinco Critérios de Avaliação sejam aplicados a todas as categorias de Fornecedores, há diferenças no que tange à obrigatoriedade de cada um para cada categoria de Fornecedores. Um Critério de Avaliação é considerado obrigatório quando houver um limite mínimo de cumprimento pelo Fornecedor sem o qual este Fornecedor não pode ser inscrito no Cadastro Corporativo. Por outro lado, o Critério de Avaliação é considerado classificatório quando não existe requisito mínimo a ser cumprido pelo Fornecedor, havendo impacto apenas quanto ao conceito final atribuído ao Fornecedor no CRCC.

Descreve-se abaixo o caráter dos Critérios de Avaliação com relação às categorias de Fornecedores:

- i) Fornecedores de Materiais RQT: os Critérios de Avaliação gerencial, técnico, legal e econômico são obrigatórios, e o critério de avaliação SMS é classificatório;
- ii) Fornecedores de materiais NRQT: são obrigatórios os Critérios de Avaliação técnico, econômico e legal, e são classificatórios os Critérios de Avaliação gerencial e SMS;
- iii) Fornecedores de Serviços Críticos: apenas o Critério de Avaliação SMS é classificatório, sendo obrigatórios os Critérios de Avaliação gerencial, técnico, econômico e legal;
- iv) Fornecedores de serviços não considerados Serviços Críticos: são obrigatórios os Critérios de Avaliação técnico, econômico e legal, e são classificatórios os critérios SMS e gerencial; e
- v) Fornecedores revendedores/distribuidores: são obrigatórios os Critérios de Avaliação econômico e legal e classificatórios os Critérios de Avaliação técnico, SMS e gerencial, sendo que o Fornecedor fabricante a que estejam vinculados terá o Critério de Avaliação técnico como obrigatório.

CRCC

O Fornecedor que atender a todos os Critérios de Avaliação terá os seus dados colocados à disposição de todas as organizações de compras da Petrobras por meio do Cadastro Corporativo e obterá o Certificado de Registro e Classificação Cadastral - CRCC. O CRCC, durante seu prazo de validade de 1 ano, indica que o Fornecedor está devidamente inscrito no Cadastro Corporativo.

O CRCC atesta a inscrição do Fornecedor no Cadastro Corporativo e discrimina as Famílias de Materiais e as Famílias de Serviços para as quais o Fornecedor está habilitado a fornecer à Petrobras, bem como a nota média obtida em seu Relatório de Avaliação para cada uma delas.

O uso indevido do CRCC pelo Fornecedor constitui falta grave, passível de sanções cadastrais, podendo o Fornecedor ser impedido de fornecer materiais ou prestar serviços à Petrobras.

Tabela de pontuação do CRCC

O CRCC contém o conceito obtido pelo Fornecedor ao fim de sua avaliação para inscrição no Cadastro Corporativo. Este conceito é obtido a partir de uma pontuação, que corresponde à média das notas obtidas pelo Fornecedor em cada Critério de Avaliação. Este cálculo leva em consideração a obrigatoriedade de cada Critério de Avaliação conforme o tipo de Fornecedor. Conforme o valor numérico obtido neste cálculo, o Fornecedor obtém o conceito, representado por uma letra.

A pontuação relativa ao Critério de Avaliação técnico é obtida conforme a tabela abaixo:

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO TÉCNICO		
Pontos	Nota de tradição	Avaliação técnica
Menor ou igual a 2	Não recomendável	Não recomendável
Maior que 2 e menor que 5	2	3
Maior que 5 e menor que 8	4	6
Maior que 8	6	9

Com relação ao Critério de Avaliação econômico, por seu turno, é atribuída nota ao Fornecedor conforma a seguinte fórmula:

$$\text{Nota} = ((\text{NE} \times 3) + (\text{NL} \times 30) + (\text{NR} \times 1))/7,$$

onde:

NE = nota da estrutura;

NL = nota da liquidez; e

NR = nota da rentabilidade

A nota obtida de acordo com a fórmula acima é convertida conforme a seguinte tabela:

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO ECONÔMICO		
Nota	Pontuação	Conceito
Menor ou igual a 2*	Não recomendável	Não recomendável
Maior que 2 e menor que 5	2	Mínimo para cadastramento
Maior que 5 e menor que 8	4	Médio
Maior que 8	6	Máximo

*Esta pontuação é atribuída também a Fornecedor com patrimônio líquido negativo.

A pontuação geral do Fornecedor para fins de obtenção do respectivo conceito é obtida pela soma da pontuação atribuída ao Fornecedor nos Critérios de Avaliação econômico e técnico, conforme a seguinte fórmula:

$$\text{Soma} = \text{Nota de tradição} + \text{Avaliação técnica} + \text{Pontuação do Critério de Avaliação econômico}$$

A partir da pontuação obtida pelo Fornecedor conforme a fórmula acima, é atribuído a ele um conceito, que constará do respectivo CRCC:

CONCEITO DO CRCC	
Soma maior ou igual a 16	A
Soma maior ou igual a 12 e menor que 16	B
Soma maior ou igual a 7 e menor que 12	C
Soma menor que 7	R

O Critério de Avaliação legal possui apenas duas pontuações possíveis, 0 ou 10. Se o Fornecedor não for aprovado neste Critério de Avaliação, sua pontuação será igual a 0 e ele não obterá o CRCC. Se for aprovado, sua pontuação será igual a 10. A pontuação do Critério de Avaliação legal, contudo, não é computada para o cálculo do conceito do Fornecedor no CRCC.

A pontuação do Fornecedor relativa ao Critério de Avaliação SMS não é computada para o cálculo do conceito do Fornecedor no CRCC. Contudo, sempre que houver seleção de Fornecedores com a utilização do Critério de Avaliação SMS, somente serão elegíveis nesta seleção Fornecedores cuja pontuação no Critério de Avaliação SMS seja maior que 1,2.

Atualização cadastral do Fornecedor

O Fornecedor inscrito no Cadastro Corporativo deverá manter os seus dados cadastrais devidamente atualizados. As alterações em sua organização e em sua linha de fornecimento de produtos e serviços à Petrobras, incluindo descontinuidade e obsolescência de produtos, bem como outros dados como endereço, correio eletrônico e números de telefone e fax devem ser imediatamente comunicadas à Petrobras. O Fornecedor deve, também, manter atualizadas todas as certidões e demais documentos exigidos para o preenchimento do Relatório de Avaliação que possuam prazo de validade, bem como manter, anualmente, atualizadas suas informações financeiras, com a apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis relativas ao último exercício social.

Status do Fornecedor no Cadastro Corporativo

Diferentes *status* são atribuídos aos Fornecedores inscritos no Cadastro Corporativo, de acordo com a sua regularidade perante o Cadastro Corporativo e o seu relacionamento técnico e comercial junto aos órgãos da Petrobras, a saber:

- i) ativo ("A"): atribuído aos Fornecedores que atendam os Critérios de Avaliação e que estejam com todos os requisitos de cada Critério de Avaliação devidamente atualizados;

- ii) qualificado tecnicamente (“Q”): atribuído apenas os Fornecedores de Materiais RQT, com relação aos fornecimentos para os quais o Fornecedor tem sua inscrição ou renovação cadastral aprovadas apenas nos aspectos técnicos, não recebendo o CRCC, mas permanecendo acessível eletronicamente às organizações de compras da Petrobras no Cadastro Corporativo para consulta;
- iii) cancelado (“C”): atribuído a Fornecedores cujo CRCC tenha seu prazo de validade vencido há mais de 90 dias. Seu *status* será transferido para C, não estando mais disponível para consulta pelas organizações de compras da Petrobras. O fornecedor que tiver seu *status* transferido para C deverá seguir os procedimentos de inscrição no Cadastro Corporativo para retornar ao *status* de A; e
- iv) suspenso (“S”): atribuído a Fornecedores que estão sob sanção de suspensão no Cadastro Corporativo. A validade do CRCC do Fornecedor permanece inalterada, porém o Fornecedor fica proibido, durante a vigência da suspensão, de participar de licitações promovidas por quaisquer unidades da Petrobras, no caso de suspensão corporativa, ou apenas por organizações de compras da Petrobras específicas, no caso de suspensão local.

Após o vencimento do CRCC, caso a certificação do sistema da qualidade do Fornecedor fabricante de Materiais RQT esteja válida, seu *status* será transferido automaticamente para Q. Por outro lado, permanece em A o *status* de Fornecedores que revendam ou distribuam materiais produzidos por Fornecedores fabricantes com *status* Q. O Fornecedor fabricante com *status* Q cuja certificação do sistema da qualidade venha a vencer sem que tenham sido iniciados os procedimentos de renovação da certificação terá seu *status* transferido C. Neste caso, também será transferido para C o *status* de Fornecedores que distribuam ou revendam Materiais RQT produzidos por este Fornecedor fabricante.

Renovação da inscrição do Fornecedor no Cadastro Corporativo

O Fornecedor deve solicitar à Petrobras a reabertura dos campos do Relatório de Verificação relativos aos Critérios de Avaliação econômico e legal para atualização de informações e renovação cadastral com antecedência mínima de 60 dias da data de vencimento de seu CRCC. O Relatório de Avaliação do Fornecedor será reaberto e ficará disponível para preenchimento por meio do Portal de Cadastro, contendo todos os itens que devem ser atualizados.

O Fornecedor deve preencher os campos abertos para edição do Relatório de Avaliação, respondendo às solicitações de cada Critério de Avaliação, bem como anexando a documentação exigida de forma eletrônica, e enviando os documentos atualizados em via física para o órgão de cadastramento correspondente, quando exigido, conforme os procedimentos descritos no item “Direitos Creditórios – Características e processo de origem - Cadastro Corporativo - Inscrição do Fornecedor no Cadastro Corporativo” acima.

Os Fornecedores que sejam distribuidores e/ou revendedores deverão, ainda, atualizar as respectivas cartas de credenciamento e cartas de garantia e compromisso de inspeção emitidas pelos fabricantes dos materiais revendidos ou distribuídos.

Avaliação periódica dos Fornecedores

O desempenho do Fornecedor ao longo do seu relacionamento com a Petrobras é um dos fatores observados na seleção de Fornecedores pelas organizações de compras da Petrobras. A Petrobras dispõe de ferramentas para avaliar o desempenho dos fornecimentos realizados pelos Fornecedores, bem como para registrar e avaliar ocorrências ao longo do relacionamento comercial com o Fornecedor e para avaliar a performance dos produtos e serviços fornecidos. Estas ferramentas formam o Sistema de Consequências, que fornece subsídios para cadastramento e reclassificação dos Fornecedores.

BAD

O BAD é um módulo destinado a registrar a avaliação de desempenho técnico-gerencial dos Fornecedores, por meio da mensuração em relação a um determinado período, do cumprimento de obrigações contratuais, tais como: requisitos técnicos, prazos, qualidade, planejamento, preservação de meio ambiente e segurança. A avaliação toma por base famílias de grupos, subgrupos e rubricas também utilizados na avaliação do Fornecedor para fins de inscrição no Cadastro Corporativo. Submetem-se à avaliação por meio do BAD tanto os Fornecedores de materiais quanto os Fornecedores de serviços.

Os aspectos avaliados são os mesmos em todas as unidades da Petrobras para um mesmo item ou subitem de avaliação. O fiscal do instrumento contratual atribui ao Fornecedor nota que varia entre 0 e 100 para cada uma das rubricas constantes de formulário de avaliação padronizado, conforme o desempenho do Fornecedor na execução dos contratos que mantém com a Petrobras e conforme a descrição dos conceitos aplicáveis. A avaliação realizada pelo fiscal do contrato é submetida à aprovação do respectivo gerente do contrato.

Os resultados das avaliações realizadas por meio do BAD são informados aos Fornecedores, possibilitando-lhes aprimorar a qualidade de seus serviços e produtos. Adicionalmente, o BAD permite à Petrobras apurar as faltas eventualmente praticadas pelos Fornecedores durante a execução de seus contratos. A avaliação do desempenho do Fornecedor é realizada com relação a cada um dos contratos que mantém com a Petrobras. O Fornecedor é obrigatoriamente avaliado com relação a cada um destes contratos a cada 90 dias a partir do início da execução do contrato.

O BAD é dotado de uma ferramenta chamada foco, que altera o peso atribuído a cada item da avaliação do Fornecedor caso haja interesse por parte do usuário do BAD em destacar aspecto específico do Fornecedor. Esta alteração de ponderação faz variar o valor da nota final do Fornecedor. Existem quatro tipos de foco no BAD:

- i) básico: utilizado quando não existe preocupação em priorizar nenhum aspecto específico do Fornecedor;
- ii) eficácia: busca medir o quanto é eficiente o modo de execução empregado pelo Fornecedor na execução de seus contratos com a Petrobras;

- iii) RH: prioriza o aspecto de relações humanas, sendo aplicável nos casos em que a qualidade e a disponibilidade do elemento humano são fundamentais na execução do contrato do Fornecedor com a Petrobras; e
- iv) equipamento: prioriza a avaliação dos equipamentos e dos materiais empregados na execução do contrato entre o Fornecedor e a Petrobras.

Os BAD são apreciados por comissão designada pela maior autoridade de cada unidade da Petrobras, chamada “Comissão Especial para Análise de Desempenho”, com a finalidade específica de analisar e propor a aplicação das possíveis conseqüências da avaliação periódica do Fornecedor. Periodicamente, também é instalada a “Comissão Especial Permanente”, comissão designada no âmbito do departamento jurídico da Petrobras com a finalidade de analisar e verificar o cumprimento das formalidades legais na avaliação dos Fornecedores, bem como a adequação de penalidades eventualmente sugeridas.

Conceitos do BAD

A nota do BAD reflete a média ponderada das avaliações do Fornecedor em cada um dos quesitos considerados. Cada nota atribuída ao Fornecedor no BAD corresponde a um conceito, conforme a tabela abaixo:

CONCEITO	NOTA
Péssimo	0 a 29,9
Insuficiente	30 a 49,9
Regular	50 a 69,9
Bom	70 a 89,9
Excelente	90 a 100

Conseqüências da avaliação

De acordo com o resultado da avaliação periódica do Fornecedor, podem ser aplicadas a ele diferentes conseqüências, a saber:

- i) elogio: ato de reconhecimento da Petrobras ao Fornecedor que, na execução de seu contrato, atende os requisitos contratuais estabelecidos;
- ii) premiação: podendo ser corporativa ou local, é ato de reconhecimento público da Petrobras ao Fornecedor com desempenho superior em áreas específicas de interesse da Petrobras;
- iii) advertência: sanção aplicada ao Fornecedor que cometa infrações de natureza leve da qual não resultem prejuízos a bens, instalações e/ou pessoal da Petrobras;

- iv) suspensão: sanção a ser aplicada ao Fornecedor que pratique que possam causar, ou tenham causado dano à Petrobras, ou quando houver reiteração de falhas técnicas que possam comprometer a segurança de bens ou pessoas e a execução do objeto contratual, transferindo o *status* do Fornecedor no Cadastro Corporativo para “suspense”, conforme descrito no item “Direitos Creditórios – Características e processos de origemação - Cadastro Corporativo - *Status* do Fornecedor no Cadastro Corporativo” acima;
- v) cancelamento da inscrição no Cadastro Corporativo: sanção a ser aplicada em caso de decretação de falência, dissolução ou liquidação do Fornecedor, por deficiências técnicas ou comerciais, ou a requerimento do interessado, transferindo o *status* do Fornecedor no Cadastro Corporativo para “cancelado”, conforme descrito no item “Direitos Creditórios – Características e processo de origemação - Cadastro Corporativo - *Status* do Fornecedor no Cadastro Corporativo” acima, e ficando a aplicação desta suspensão consignada nos órgãos cadastrais da Petrobras ainda que o Fornecedor não esteja inscrito no Cadastro Corporativo; e
- vi) declaração de inidoneidade: sanção a ser aplicada na hipótese de infração de natureza grave em que esteja presente o dolo na prática de ato lesivo à lei ou ao interesse da Petrobras, ou em caso de reincidência em ato punível com a sanção de suspensão, que acarreta inabilitação do Fornecedor para contratar com a Petrobras, transferência do seu *status* no Cadastro Corporativo para “cancelado”, conforme descrito no item “Direitos Creditórios - Características e processo de origemação - Cadastro Corporativo - *Status* do Fornecedor no Cadastro Corporativo” acima, e, a critério da Petrobras, rescisão dos contratos com a Petrobras que estejam em andamento.

A sanção de suspensão pode ser de natureza leve, média ou grave, conforme a gravidade do ato do Fornecedor que a ensejar. O período de suspensão será de 1 a 6 meses contados da informação ao fornecedor da aplicação da penalidade, em caso de suspensão de natureza leve; de 6 a 12 meses, em caso de suspensão de natureza média; e de 12 a 24 meses para suspensão de natureza grave. A critério da Petrobras, as suspensões podem ser convertidas em multa, que será de R\$10.000,00 para suspensões leves, de R\$20.000,00 para suspensões médias e de R\$40.000,00 para suspensões graves.

Conteúdo mínimo dos contratos celebrados entre os Fornecedores e a Petrobras

O conteúdo mínimo dos contratos celebrados entre a Petrobras e os Fornecedores é estabelecido pelo Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado, pelo Manual de Procedimentos Contratuais e pelas Condições de Fornecimento de Materiais. Ainda, as Condições de Reajustamento e Pagamento são consideradas parte integrante dos contratos celebrados entre os Fornecedores e a Petrobras.

Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado

O Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado determina que os contratos celebrados pela Petrobras deverão estabelecer com clareza e precisão os direitos, obrigações e responsabilidades de cada parte contratante. Ainda, estabelece como conteúdo mínimo dos contratos celebrados pela Petrobras o seguinte rol de disposições:

- i) qualificação das partes;
- ii) objeto do contrato e seus elementos característicos;
- iii) forma de execução do objeto do contrato;
- iv) o preço, as condições de faturamento e de pagamento e, quando for o caso, os critérios de reajustamento;
- v) os prazos de início, de conclusão, de entrega, de garantia e de recebimento do objeto do contrato, conforme o caso;
- vi) as responsabilidades das partes;
- vii) quantidades e o valor de multas contratuais;
- viii) a forma de inspeção ou de fiscalização do contrato pela Petrobras;
- ix) condições referentes ao recebimento do material, obra ou serviço objeto do contrato;
- x) responsabilidades por tributos ou contribuições;
- xi) hipóteses de rescisão;
- xii) valor do contrato e a origem dos recursos;
- xiii) forma de solução dos conflitos, o foro do contrato e, quando necessário, a lei aplicável; e
- xiv) estipulação assegurando à Petrobras o direito de, mediante retenção de pagamentos, ressarcir-se de quantias que lhes sejam devidas pela firma contratada, quaisquer que sejam a natureza e origem desses débitos, razão pela qual o Fundo só está autorizado a adquirir 50% de cada parcela dos Contratos.

O Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado estabelece, ainda, as hipóteses de rescisão contratual que devem constar dos contratos celebrados entre os Fornecedores e a Petrobras. São elas:

- i) não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

- ii) lentidão no cumprimento do contrato por parte do Fornecedor, levando a Petrobras a presumir a não-conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- iii) atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- iv) paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Petrobras;
- v) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do Fornecedor com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital de licitação e no contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução do contrato;
- vi) não atendimento das determinações regulares do preposto da Petrobras designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- vii) cometimento reiterado de faltas na execução do contrato por parte do Fornecedor, anotadas em registro próprio;
- viii) decretação da falência, o deferimento de recuperação judicial ou a instauração de insolvência civil do Fornecedor;
- ix) dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- x) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura do Fornecedor, que, a juízo da Petrobras, prejudique a execução da obra ou serviço;
- xi) protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos, que caracterizem insolvência do Fornecedor;
- xii) a suspensão da execução do contrato, por ordem escrita da Petrobras, por prazo superior a cento e vinte dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra; e
- xiii) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

A rescisão contratual terá como consequências imediatas a execução da garantia contratual pela Petrobras para ressarcimento dos valores das multas aplicadas e de quaisquer outras quantias ou indenizações a ela devidas, bem como a retenção dos créditos contra a Petrobras decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Petrobras pelo Fornecedor.

Manual de Procedimentos Contratuais

O Manual de Procedimentos Contratuais determina que os contratos e eventuais aditamentos a contratos celebrados pela Petrobras com Fornecedores deverão ser formalizados por meio de instrumento escrito. Ressalva-se a possibilidade de contratação verbal para pequenos serviços e para compras de pequeno valor.

Este documento especifica o conteúdo das cláusulas consideradas obrigatórias pelo Regulamento do Procedimento Simplificado para contratos celebrados pela Petrobras, classificando-as como essenciais e estabelecendo que:

- i) a cláusula de objeto descreverá pormenorizadamente o serviço ou produto que constitua a principal prestação do contrato, com a indicação complementar, quando for o caso, de especificações, modo de execução, desenhos, cálculos e demais aspectos pertinentes;
- ii) as cláusulas de obrigações relacionarão as responsabilidades do Fornecedor e da Petrobras para a execução do objeto contratual, inclusive no tocante às garantias contratuais;
- iii) as disposições sobre preços e valores constarão de cláusula própria, que definirá, também, a moeda contratual e a quantia a ser paga pela Petrobras ao Fornecedor em virtude da consecução do objeto contratual;
- iv) os prazos de vigência do contrato e de execução do objeto contratual estarão contidos em cláusula própria, usando-se sempre a unidade de tempo em dias, podendo constar previsão de prorrogação e suas eventuais condições;
- v) a cláusula penal estabelecerá penalidades contratuais compensatórias ou moratórias, que não se confundirão com as multas oriundas de sanções administrativas mencionadas no item "Direitos Creditórios - Características e processo de origemação - Avaliação periódica dos Fornecedores - Consequências da avaliação" deste Prospecto, limitada a soma do valor das multas moratórias a 30% do valor do contrato;
- vi) a cláusula de fiscalização do contrato expressará claramente a competência e modos de exercício da fiscalização pela Petrobras do cumprimento do contrato pela Petrobras, tendo em vista a proteção dos interesses da Petrobras, devendo constar desta cláusula previsão de que a atuação ou omissão, total ou parcial, da Petrobras no desempenho da fiscalização do contrato não exime o Fornecedor das responsabilidades com relação às suas obrigações contratuais;
- vii) na cláusula de aceitação do objeto contratual pela Petrobras, serão especificados as condições e modo de recebimento do objeto contratual, provisório ou definitivo, bem como disposição explícita de que o recebimento do objeto contratual pela Petrobras não exclui a manutenção, em favor da Petrobras, das garantias contratuais e legais aplicáveis ao caso;

- viii) a cláusula de cessão preverá a possibilidade ou impossibilidade da cessão do contrato ou dos créditos dele oriundos, parcial ou totalmente, pelo Fornecedor, que se realizará mediante aditamento ao contrato, do qual constarão eventuais exceções, bem como a responsabilidade solidária entre Fornecedor e cessionário, dependendo a cessão, em qualquer caso de prévia e expressa anuência escrita da Petrobras, e ficando os pagamentos ao cessionário condicionados ao cumprimento integral das cláusulas contratuais pelo Fornecedor; e
- ix) a cláusula de responsabilidade civil contratual limitará a responsabilidade civil das partes aos danos diretos, de acordo com o Código Civil e legislação aplicável.

Os contratos celebrados entre a Petrobras e os Fornecedores, ainda, devem conter cláusula de sigilo, cujo teor deve cobrir as informações de titularidade da Petrobras que sejam ou possam ser obtidas pelo Fornecedor em virtude da celebração ou execução do contrato.

Sempre que a natureza do contrato celebrado entre o Fornecedor e a Petrobras assim exigir, deverá constar do contrato cláusula obrigando a contratação e manutenção de seguros. Todo contrato que, por seu turno, possa gerar direito de propriedade intelectual para o Fornecedor ou para a Petrobras conterá cláusula dispondo sobre a propriedade de resultados.

Por fim, o Manual de Procedimentos Contratuais estabelece também que os contratos celebrados entre a Petrobras e os Fornecedores poderão conter tantas estipulações quantas se façam necessárias ao efetivo alcance dos interesses almejados pela Petrobras com a contratação do Fornecedor.

Condições de Fornecimento de Material

As Condições de Fornecimento de Material estabelecem as responsabilidades aplicáveis ao Fornecedor de material e à Petrobras que devem constar do respectivo contrato. Deste modo, o Fornecedor deverá:

- i) fornecer os materiais que sejam objeto do contrato celebrado com a Petrobras na forma, prazo e qualidade nele estipulados e nos seus anexos, bem como prestar os serviços associados à plena utilização do material fornecido, conforme previsto no contrato;
- i) assumir, dentro dos limites dispostos no contrato celebrado com a Petrobras, total responsabilidade pelas ações e omissões de seus empregados, fornecedores e pessoas direta ou indiretamente empregadas pelos mesmos, sendo que o contrato não criará relação de qualquer tipo entre qualquer subfornecedor ou subcontratado ligado ao Fornecedor e a Petrobras;
- iii) pagar à Petrobras o valor que dela seja exigido por decisão judicial ou administrativa decorrente do inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou tributárias do Fornecedor;

- iv) sob pena de rescisão do contrato com a Petrobras, abster-se de utilizar mão-de-obra infantil na execução do contrato celebrado com a Petrobras, bem como exigir que a referida medida seja incluída nos contratos que celebre com seus próprios fornecedores de insumos e/ou prestadores de serviços;
- v) sempre que solicitado pela Petrobras, a emitir declaração, por escrito, de que cumpriu ou cumpre a exigência contida no subitem anterior;
- vi) conduzir a fabricação dos materiais a serem fornecidos à Petrobras em estrita observância aos padrões de segurança, higiene e medicina do trabalho, responsabilizando-se pelas infrações cometidas;
- vii) apresentar, sempre que solicitado pela Petrobras, a documentação relativa à comprovação do adimplemento de suas obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias;
- viii) manter a Petrobras informada, de acordo com as conveniências desta, de todos os detalhes do fornecimento objeto do contrato, bem como elaborar relatórios específicos, quando solicitado pela Petrobras;
- ix) comparecer, quando solicitado pela Petrobras, aos locais definidos de comum acordo entre a Petrobras e o Fornecedor, por meio de representantes devidamente habilitados e credenciados, para exames e esclarecimentos de qualquer problema relacionado ao fornecimento objeto do contrato celebrado com a Petrobras;
- x) facilitar a ação da gerência de contratos da Petrobras e da realização da inspeção do contrato por meio de representantes credenciados pela Petrobras; e
- xi) reparar, às suas expensas, quaisquer divergências e providenciar o retrabalho ou substituição dos materiais fornecidos que não sejam aprovados pelo inspetor do contrato apontado pela Petrobras, com base nos termos do contrato celebrado entre o Fornecedor e a Petrobras.

A responsabilidade do Fornecedor por perdas e danos será limitada aos danos diretos, de acordo com o Código Civil e legislação aplicável, excluídos os lucros cessantes e os danos indiretos, limitados a 100% do valor contratual reajustado, salvo disposição diversa prevista no contrato celebrado com a Petrobras. A Petrobras possui direito de regresso em face do Fornecedor em caso de eventual reparação de dano causado pelo Fornecedor a terceiros.

Sempre que o material fornecido à Petrobras pelo Fornecedor for fabricado com matéria-prima fornecida pela Petrobras ao Fornecedor, o Fornecedor deverá apresentar prestação de contas da utilização da matéria-prima, conforme definido no contrato celebrado com a Petrobras.

A entrega do material a ser fornecido à Petrobras deverá ser efetuada pelo Fornecedor em conformidade com o disposto no contrato, não sendo admitidas entregas antecipadas, ressalvada autorização por escrito da Petrobras a respeito previamente solicitada pelo Fornecedor, entendida como antecipada a entrega efetuada com antecedência superior a 15 dias corridos da data contratual de entrega do material.

O Fornecedor garantirá a qualidade dos materiais objeto do contrato por período de 12 meses da data da entrada do material em serviço ou 18 meses a partir da data de entrega do material à Petrobras, aquele que ocorrer primeiro, a menos que outro prazo seja estabelecido no contrato celebrado com a Petrobras. A garantia compreende a recuperação ou substituição, às expensas do Fornecedor, de qualquer componente do material que apresente divergência com as características previstas contratualmente ou quaisquer erros de projeto e/ou defeitos de fabricação.

A Petrobras pagará o Fornecedor pelo material objeto do contrato somente após sua entrega, total ou parcial, no prazo de 30 dias corridos da data do protocolo de entrega da documentação de cobrança pelo Fornecedor no local indicado no contrato. Os pagamentos aos fornecedores serão realizados preferencialmente através de baixa por pagamento de títulos, colocados em cobrança registrada em bancos que realizem envio eletrônico de títulos utilizando o padrão CNAB-240 da Federação Brasileira dos Bancos - Febraban.

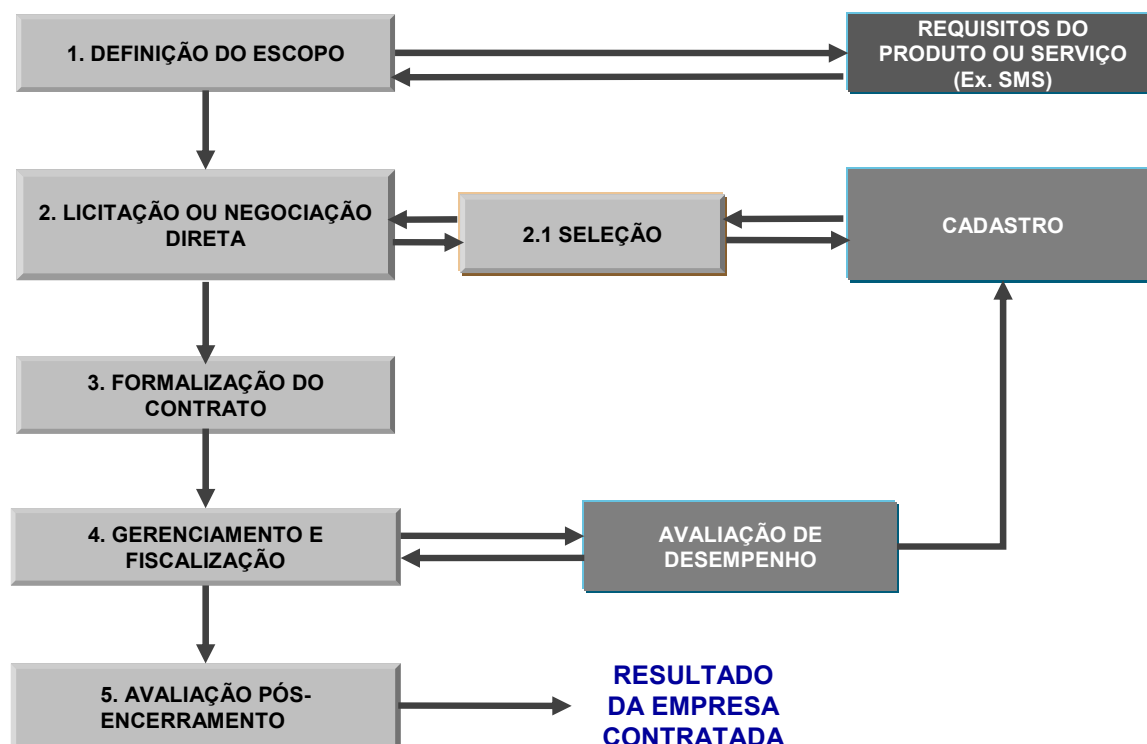
Condições de Reajustamento e Pagamento

Os sistemas de reajustamento de preços adotados nos contratos celebrados entre a Petrobras e os Fornecedores são de dois tipos:

- i) por período: o reajuste é devido por períodos de tempo pré-estabelecidos, contados desde o mês da data-base do contrato até o mês em que se encerrar o primeiro período de reajustamento, em que será calculado o valor do reajuste do valor principal devido ao Fornecedor, e, a seguir, desde a data de início do novo período até o mês em que se encerrar o segundo período de reajustamento, e assim sucessivamente, até o término do pagamento; ou
- ii) ponto a ponto: o reajuste é devido desde a data-base do contrato até a data do cumprimento de cada evento contratual.

O cálculo de reajustamento de preços é definido por fórmulas paramétricas, constantes das Condições de Reajustamento e Pagamento, compostas de um ou mais índices setoriais representativos da variação dos custos de fabricação ou de realização dos serviços contratados, estabelecidas no contrato as parcelas e os respectivos índices a serem adotados em cada fórmula.

Fluxograma do procedimento de contratação da Petrobras



Fonte: Petrobras

Recebimento e cobrança dos Direitos Creditórios

Nos termos da Autorização da Cessão, os pagamentos relativos às parcelas dos Contratos que contenham Direitos Creditórios cedidos ao Fundo deverão ser efetuados pela Petrobras mediante transferência de recursos para a Conta Vinculada.

Com base nos relatórios de medição e nos demais documentos que evidenciam o adimplemento por parte do Fornecedor do Contrato do qual os Direitos Creditórios são oriundos, periodicamente enviados pela Petrobras ao Custodiante, o Custodiante realizará a conciliação dos valores depositados na Conta Vinculada de acordo com as instruções da Instituição Administradora, transferindo em até 1 dia útil contado do respectivo recebimento os valores nela depositados pela Petrobras aos seus respectivos titulares.

O Fornecedor não poderá receber, da Petrobras ou de quaisquer terceiros, montantes decorrentes dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, cuja totalidade deverá ser depositada na Conta Vinculada, independentemente de terem sido cedidos ou não. Não obstante, o Fornecedor se compromete a transferir à conta corrente de titularidade do Fundo mantida no Custodiante, no dia útil seguinte do recebimento, todo e qualquer montante relativo ao pagamento dos Direitos Creditórios eventualmente recebido da Petrobras ou de terceiros, comunicando tal fato à Instituição Administradora.

Se o Fornecedor vier a receber qualquer valor da Petrobras relativo a Direito Creditório que tenha sido cedido ao Fundo, tal recebimento será efetuado sob a forma de depósito, ficando o Fornecedor nomeado como fiel depositário de tal valor para o fim exclusivo de repassá-lo ao Fundo em até 1 dia útil, sem qualquer direito de retenção ou compensação a qualquer título. Aplica-se ao ora avençado os artigos 627 e seguintes do Código Civil.

Caso a Petrobras não efetue o pagamento na data prevista no respectivo Contrato, o Custodiante deverá imediatamente informar a Instituição Administradora, para que esta notifique em até 1 dia útil o respectivo Fornecedor e a Petrobras solicitando esclarecimentos e constituindo o devedor em mora.

Caso em até 5 dias úteis o Fornecedor ou a Petrobras não prestem esclarecimentos satisfatórios, a Instituição Administradora poderá levar a protesto os eventuais títulos de crédito que amparem os Direitos Creditórios detidos pelo Fundo e não pagos.

Em todo o caso, após o prazo referido no parágrafo anterior, a Instituição Administradora poderá iniciar os procedimentos de cobrança extrajudicial da Petrobras, do Fornecedor ou da Seguradora Autorizada, conforme o caso.

Caso o não pagamento não tenha sido justificado ou a Instituição Administradora não tenha celebrado acordo com a respectiva parte inadimplente no prazo de 30 dias contados da data do vencimento do Direito Creditório, a Instituição Administradora poderá iniciar, por si ou por terceiros por ela contratados, a cobrança judicial dos Direitos Creditórios, podendo iniciar tal procedimento em prazo inferior sempre que assim julgar necessário para a preservação dos interesses do Fundo.

O Custodiante comunicará à Instituição Administradora o integral pagamento pela Petrobras de todos os Direitos Creditórios oriundos de um mesmo Contrato no dia útil seguinte à ocorrência deste pagamento. Em até 1 dia útil contado desta comunicação, a Instituição Administradora solicitará ao Fornecedor que obtenha junto à Petrobras a transferência do domicílio bancário do Contrato da Conta Vinculada para outra conta.

O Fornecedor se compromete a comunicar à Instituição Administradora a obtenção da autorização da Petrobras para a transferência do domicílio bancário do Contrato em até 1 dia útil contado da ciência deste fato pelo Fornecedor, devendo a Instituição Administradora, no mesmo prazo, comunicar este fato ao Custodiante.

Procedimentos em relação a falências e recuperação judicial

Será função da Instituição Administradora representar do Fundo na aprovação de plano de recuperação judicial de devedor do Fundo, bem como em eventuais procedimentos de recuperação judicial ou no processo de falência de devedor do Fundo. A Instituição Administradora poderá, livremente, subcontratar terceiros para o exercício dessa função.

Inexistência de garantias

Excetuados os Direitos Creditórios a Performar cujo Fornecedor não possua CRCC válido, que deverão contar com seguro para que possam ser cedidos ao Fundo, os demais Direitos Creditórios passíveis de cessão ao Fundo não serão garantidos por meio de seguro, nem contarão com garantia real ou fidejussória. Caso ocorra o inadimplemento dos Direitos Creditórios, seja pelo não pagamento pela Petrobras, seja pelo não cumprimento de obrigações do cedente, eventuais perdas serão suportadas pelo Fundo, cabendo a este, no entanto, ação de cobrança ou de regresso contra a Petrobras ou cedente, conforme o caso.

Concentração dos Direitos Creditórios por devedor

A Petrobras será a devedora de todos os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo. Informações relevantes sobre a Petrobras podem ser encontradas no capítulo “Informações relativas à Petrobras”, abaixo.

Taxas de Desconto

A fórmula para o cálculo da Taxa de Desconto aplicada sobre os Direitos Creditórios quando da sua aquisição pelo Fundo está descrita no item “Características gerais do Fundo - Preço de Cessão” acima.

A taxa de desconto aplicável ao valor nominal do Direito Creditório a ser adquirido pelo Fundo, para efeito de cálculo do preço de cessão, deve ser igual ou maior a 150% da Taxa DI.

Na data do presente Prospecto, a Instituição Administradora as últimas taxas de desconto ao valor nominal do Direito Creditório praticadas pelo Fundo, para efeito de cálculo do preço de cessão, são aquelas descritas no item “Características gerais do Fundo - Preço de Cessão” acima. Ressalte-se que este índice pode ser alterado a critério da Instituição Administradora em decorrência de diversos fatores, tais como alterações do cenário econômico nacional e análise de crédito de cada Fornecedor promovida pela Instituição Administradora. Além disso, o Regulamento e o Contrato de Cessão não estabelecem nenhum parâmetro de observância obrigatória para a definição da taxa de desconto pela Instituição Administradora no momento da aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo além da taxa mínima descrita no parágrafo anterior.

Exemplificando o cálculo do preço de cessão de Direito Creditório com base em uma taxa de desconto estimada em 200% da Taxa DI, tome-se um certo Direito Creditório com valor nominal de R\$1.000.000,00 e prazo de vencimento de 32 dias corridos contados da respectiva aquisição pelo Fundo. Supondo que referida aquisição ocorra em 3 de dezembro de 2009, data em que a Taxa DI equivalia a 8,60% ao ano, a taxa de desconto a ser aplicada, equivalente a 200% da Taxa DI, será de 17,93% ao ano.

Aplicando este valor no âmbito da fórmula do preço de cessão descrita no item “Características gerais do Fundo – Política de Investimento – Preço de Cessão” acima, teríamos um valor de aquisição do Direito Creditório equivalente a R\$985.331,72.

Segue abaixo a descrição do cálculo do preço de cessão do Direito Creditório do exemplo formulado acima:

Fórmula do preço de cessão:

$$VA = VN \times \left[1 - \left(\frac{TA}{100} \right) \times \left(\frac{Dk}{30} \right) \right]$$

No exemplo:

VN = R\$1.000.000,00

TA = 17,93% ao ano = 1,3838% ao mês

Dk = 32 dias

Então:

$$VA = 1.000.000 \times \left[1 - \left(\frac{1,3838}{100} \right) \times \left(\frac{32}{30} \right) \right] \therefore VA = 985.331,72$$

Pré-pagamentos de Direitos Creditórios

De acordo com as Condições de Fornecimento de Material, a Petrobras somente realizará os pagamentos previstos nos Contratos após a entrega dos produtos e/ou serviços devidos pelo Fornecedor. Deste modo, a Petrobras não efetuará pagamentos de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo antes que o Fornecedor execute a prestação devida sob o respectivo Contrato. Outras disposições obrigatórias constantes dos Contratos, determinadas pela legislação e regulamentação aplicável aos contratos celebrados pela Petrobras, encontram-se no item “Direitos Creditórios – Características e processo de origemação - Conteúdo mínimo dos contratos celebrados entre os Fornecedores e a Petrobras”.

Caso o Fornecedor cumpra sua prestação em um período de tempo mais curto do que o previsto no cronograma de cumprimento físico-financeiro do Contrato, a Petrobras poderá adimplir os Direitos Creditórios respectivos antes da data estimada de pagamento. Nesta hipótese, não haverá qualquer abatimento ou alteração do valor pago pela Petrobras ao Fundo, não havendo, portanto, qualquer prejuízo para os Cotistas.

Acréscimo, remoção e substituição de Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo poderão ser substituídos por outros de mesma natureza, a exclusivo critério da Instituição Administradora, na hipótese de resolução da cessão de referidos Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão. Ocorrendo alguma das hipóteses de resolução da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, sem prejuízo da

possibilidade de permuta acima descrita, tais Direitos Creditórios serão obrigatoriamente removidos da carteira do Fundo mediante o reembolso, pelo Cedente, do preço de cessão respectivo, conforme previsto no Contrato de Cessão e descrito na seção “Sumário dos Contratos Relevantes – Contrato de Cessão – Resolução da cessão dos Direitos Creditórios” abaixo.

Na hipótese de inadimplemento de Direitos Creditórios pela Petrobras, poderão ser acrescidos aos valores originais dos Direitos Creditórios inadimplidos as multas e juros moratórios eventualmente previstos no respectivo Contrato. Na hipótese de resolução da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, será acrescido ao valor dos Direitos Creditórios multa equivalente a 10% do respectivo preço de cessão.

Os Direitos Creditórios poderão, ainda, ser removidos caso a Instituição Administradora solicite ao respectivo Fornecedor a recompra de Direitos Creditórios inadimplidos, nos termos do Contrato de Cessão e reproduzidos no presente Prospecto.

Entende-se que a substituição e remoção de Direitos Creditórios e a possibilidade de eventual acréscimo do valor dos Direitos Creditórios não sejam aptos a representar impacto relevante na rentabilidade das Cotas Seniores da 1ª Série ou no fluxo de pagamento dos Direitos Creditórios.

Verificação do lastro dos Direitos Creditórios

A verificação do lastro dos Direitos Creditórios será realizada de forma exaustiva pelo Custodiante, previamente à sua aquisição pelo Fundo. A verificação do lastro será realizada por meio da análise de documentos que evidenciem o lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, tais como: cópia autenticada dos contratos entre Petrobras e seus Fornecedores, cópia autenticada da Autorização da Cessão, cópia do CRCC do Fornecedor, do Boletim de Medição e apólice do seguro garantia, quando for o caso.

Experiência prévia em operações de securitização

Como os Fornecedores são indeterminados na data deste Prospecto, não é possível informar se os Fornecedores possuem experiências prévias em operações de securitização. O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios originados por Fornecedores que já tenham cedido outros créditos, com a mesma natureza dos Direitos Creditórios, a outros fundos de investimento em direitos creditórios e/ou a outras pessoas físicas ou jurídicas.

Número de Direitos Creditórios cedidos e valor total

O Fundo celebrará Contratos de Cessão com diversos Fornecedores que lhe ofereçam Direitos Creditórios que atendam à Política de Investimento, aos Critérios de Elegibilidade e às Condições de Cessão. Na data deste Prospecto, no entanto, ainda não houve celebração de Contratos de Cessão entre o Fundo e os Fornecedores. Não é possível saber, deste modo, qual será o número de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, tampouco seu valor total.

Política de concessão de crédito

Quando da aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, a Instituição Administradora levará em conta os fatores descritos na presente seção para a análise e seleção dos respectivos Fornecedores. Estes critérios, no entanto, são meramente indicativos, não havendo obrigação de observância de nenhum deles pela Instituição Administradora ou pelo Custodiante para a aquisição dos Direitos Creditórios.

A Instituição Administradora verificará a situação cadastral do Fornecedor perante a Serasa Experian S.A. e por meio do SISBACEN. A Instituição Administradora priorizará a aquisição de Direitos Creditórios de Fornecedores que não possuam contra si registro de quaisquer protestos. No entanto, há tolerância mínima conforme o faturamento anual do Fornecedor, conforme a tabela abaixo:

FATURAMENTO ANUAL (EM R\$)	VOLUME TOLERADO DE PROTESTOS (EM R\$)
Até 600.000.000,00	Até 500.000,00
Acima de 600.000.000,00	Até 1.000.000,00

A Instituição Administradora selecionará preferencialmente Direitos Creditórios cedidos por Fornecedores que possuam certidões negativas de débitos fiscais ou certidões positivas de débitos fiscais com efeitos de negativa.

A partir da análise do balanço dos Fornecedores, a Instituição Administradora considerará “ótimos” os Fornecedores que possuírem razão entre dívida líquida e EBITDA igual a até 3,5, e “toleráveis” os Fornecedores para os quais o resultado deste cálculo seja um número entre 3,5 e 5.

A Instituição Administradora priorizará a aquisição de Direitos Creditórios oriundos de Contratos antigos, de longo prazo e cujo escopo seja da área de especialidade do Fornecedor. A Instituição Administradora também avaliará o histórico do Fornecedor, priorizando a aquisição de Direitos Creditórios cedidos por aqueles Fornecedores que possuam relacionamento comercial mais antigo com a Petrobras, bem aqueles cujo corpo técnico seja considerado bom, a critério da Instituição Administradora. Adicionalmente, a Instituição Administradora analisará as avaliações periódicas da emitidas pela Petrobras sobre o Fornecedor.

A Instituição Administradora priorizará a aquisição de Direitos Creditórios cedidos por Fornecedores cujo perfil de endividamento bancário seja composto por empréstimos de longo prazo contraídos exclusivamente junto a instituições financeiras de primeira linha. Finalmente, a Instituição Administradora analisará a destinação dos recursos obtidos pelo Fornecedor com a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo. O Fornecedor será considerado “ótimo” ou “bom”, quando os recursos obtidos com a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo forem destinados a investimentos ou a reforço de capital de giro; “médio”, se os recursos forem destinados a pagamentos a sócios ou acionistas, sob a forma de dividendos, redução de capital ou a outros títulos; ou “ruim”, caso os recursos sejam destinados à mitigação de prejuízos apurados pelo Fornecedor.

Prazos de vencimento e períodos de amortização

Os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo terão prazo de vencimento de, no máximo, 24 meses contados da respectiva aquisição. Ainda, os Contratos de que decorrem Direitos Creditórios a Performar são objeto de medição de adimplemento pela Petrobras por períodos de, no máximo, 90 dias. Deste modo, a amortização dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo deverá acontecer a cada 90 dias. No entanto, não se pode garantir que a Petrobras realizará a medição de adimplemento do Contrato e a conseqüente amortização dos Direitos Creditórios neste período, podendo haver adiantamentos ou atrasos a exclusivo critério da Petrobras.

Perdas, atrasos e outras informações sobre carteira de créditos semelhantes aos Direitos Creditórios

As informações apresentadas na presente seção foram obtidas a partir da análise da carteira de créditos devidos pela Petrobras (e, no caso dos créditos performados, devidos pela Petrobras, pela BR e pela Transpetro) e cedidos por Fornecedores diretamente ao Banco BTG Pactual S.A. Tais informações se referem a créditos com características semelhantes às dos Direitos Creditórios, mas que não refletem necessariamente os Critérios de Elegibilidade dispostos no Regulamento e no presente Prospecto. Desta forma, não é possível afirmar que a carteira de Direitos Creditórios do Fundo apresentará desempenho igual ou semelhante ao desempenho da carteira que serviu de base às informações apresentadas na presente seção.

Créditos Performados

Informações

A tabela abaixo contém informações a respeito de pré-pagamentos e atrasos no pagamento de parcelas de créditos cedidos ao Banco BTG Pactual S.A., com características semelhantes aos Direitos Creditórios Performados passíveis de aquisição pelo Fundo. Ressalta-se que os créditos integrantes da amostra analisada não refletem necessariamente os Critérios de Elegibilidade. As informações da tabela abaixo compreendem as parcelas de créditos com vencimento nos anos de janeiro de 2004 a junho de 2009.

DATA DO PAGAMENTO DA PARCELA	VOLUME (EM MILHARES DE R\$)	PERCENTUAL DO VOLUME TOTAL
Acima de 61 dias antes da data de vencimento	-	0,00
Entre 60 e 31 dias antes da data de vencimento	3.071	0,36
Entre 30 e 16 dias antes da data de vencimento	16.810	1,99
Entre 15 e 1 dia antes da data de vencimento	475.896	56,37
Na data de vencimento da parcela	151.650	17,96
Entre 1 e 15 dias após a data de vencimento	181.148	21,46
Entre 16 e 30 dias após a data de vencimento	11.801	1,40
Entre 31 e 60 dias após a data de vencimento	3.787	0,45
Entre 61 e 80 dias após a data de vencimento	22	0,00
Acima de 81 dias após a data de vencimento	-	0,00
Total	844.185	100

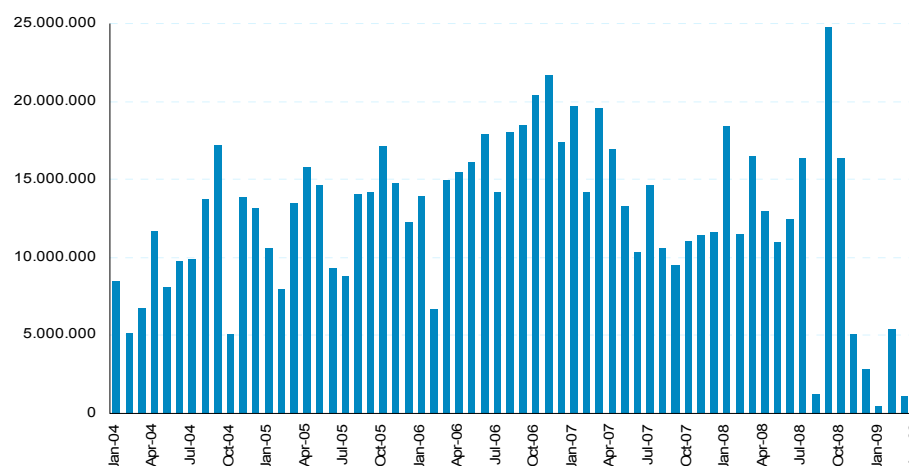
Fonte: Banco BTG Pactual S.A.

Não houve ocorrência de perdas na amostra de créditos analisada pelo Banco BTG Pactual S.A.

O atraso médio verificado na amostra de créditos performados analisada pelo Banco BTG Pactual S.A. foi de 2,81 dias, com um volume médio de créditos em atraso de R\$38.391,74.

O gráfico abaixo mostra o fluxo de cessões de créditos performados ao Banco BTG Pactual S.A. ao longo do tempo, relativo à amostra analisada (os números da vertical representam unidades de real):

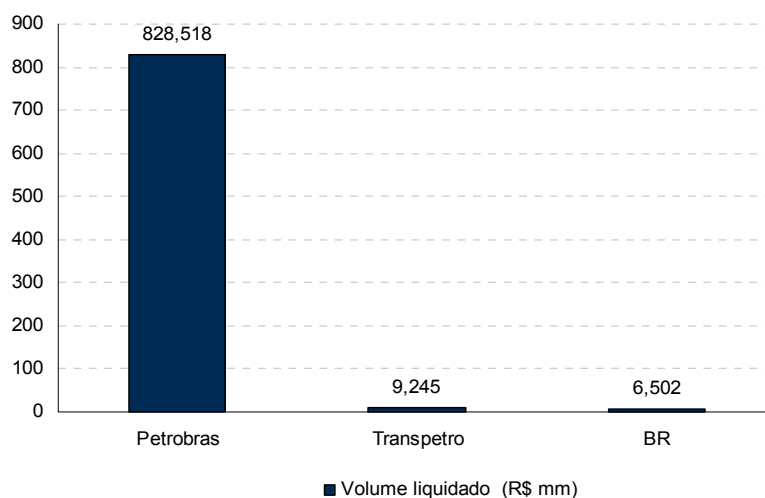
FLUXO DE CESSÃO DE CRÉDITOS PERFORMADOS AO BANCO BTG PACTUAL S.A.:



Fonte: Banco BTG Pactual S.A.

Metodologia

As informações constantes da tabela acima decorrem da análise de 1.612 contratos de cessão de créditos devidos pela Petrobras, pela BR ou pela Transpetro no período de janeiro de 2004 a junho de 2009, perfazendo um total de 5.125 parcelas de créditos liquidadas. O volume total de créditos da amostra devidos por cada um dos sacados consta do gráfico abaixo:



Fonte: Banco BTG Pactual S.A.

Os créditos integrantes da amostra analisada foram cedidas ao Banco BTG Pactual S.A. por 73 empresas prestadoras de serviços ou fornecedoras de bens à Petrobras, BR ou Transpetro. O valor médio das cessões de créditos integrantes da amostra é de R\$516.334,80. Os valores constantes das tabelas acima não foram objeto de auditoria e foram obtidos exclusivamente a partir de cálculos e compilações de dados realizados pelo Banco BTG Pactual S.A.

Créditos a Performar

Informações

A tabela abaixo contém informações a respeito de pré-pagamentos e atrasos no pagamento de parcelas de créditos cedidos ao Banco BTG Pactual S.A., com características semelhantes aos Direitos Creditórios a Performar passíveis de aquisição pelo Fundo. As informações da tabela abaixo compreendem as parcelas de créditos devidas nos anos de janeiro de 2004 a junho de 2009.

DATA DO PAGAMENTO DA PARCELA	VOLUME (EM R\$)	PERCENTUAL DO VOLUME TOTAL
Acima de 181 dias da data de vencimento	-	0,00
Entre 180 e 61 dias antes da data de vencimento	2.828.981	3,19
Entre 60 e 31 dias antes da data de vencimento	3.673.841	4,14
Entre 30 e 16 dias antes da data de vencimento	7.957.652	8,97
Entre 15 e 1 dia antes da data de vencimento	16.794.222	18,92
Na data de vencimento da parcela	39.071.773	44,03
Entre 1 e 15 dias após a data de vencimento	16.612.634	18,72
Entre 16 e 30 dias após a data de vencimento	1.138.620	1,28
Entre 31 e 60 dias após a data de vencimento	548.674	0,62
Entre 61 e 180 dias após a data de vencimento	118.898	0,13
Acima de 181 dias após a data de vencimento	-	0,00
Total	88.745.296	100,00

Fonte: Banco BTG Pactual S.A.

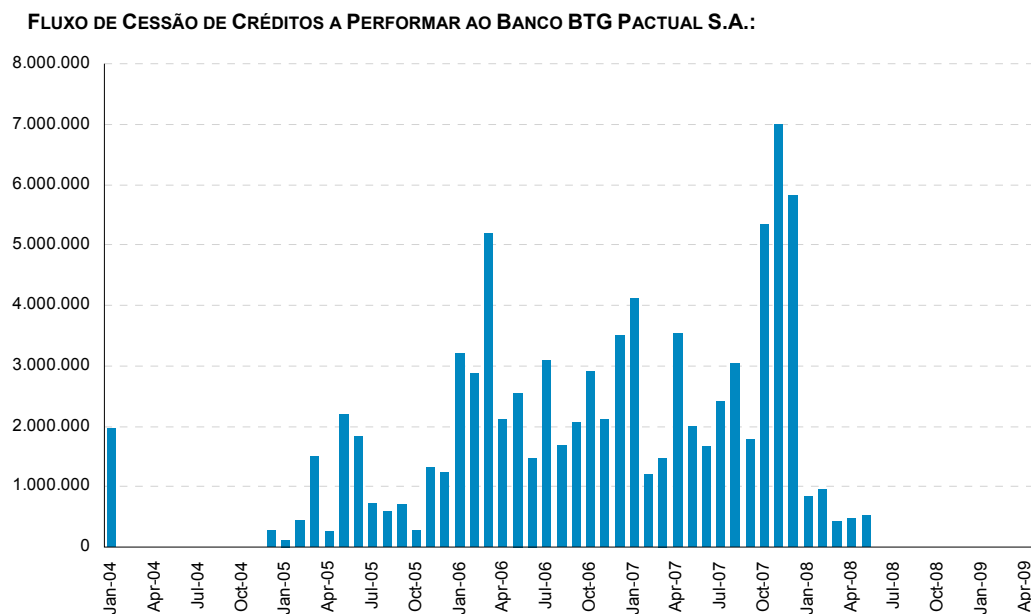
O atraso médio verificado na amostra de créditos performados analisada pelo Banco BTG Pactual S.A. foi de 8,81 dias, com um volume médio de créditos em atraso de R\$32.734,22.

A tabela abaixo contém informações sobre o volume total de parcelas não liquidadas há mais de 1 ano de créditos a performar cedidos ao Banco BTG Pactual S.A. no período de janeiro de 2004 a junho de 2009, consideradas perdas da carteira analisada, bem como o percentual de créditos liquidados em relação ao volume total de créditos cedidos ao Banco BTG Pactual S.A. (Índice de Liquidez):

INFORMAÇÃO	VALOR
Volume de parcelas não liquidadas (perdas)	R\$1.778.190,00
Índice de Liquidez	97,92%

Fonte: Banco BTG Pactual S.A.

O gráfico abaixo mostra o fluxo de cessões de créditos a performar ao Banco BTG Pactual S.A. ao longo do tempo, relativo à amostra analisada (os números da vertical representam unidades de real):



Fonte: Banco BTG Pactual S.A.

Metodologia

As informações constantes da tabela acima decorrem da análise de 164 contratos de cessão de créditos devidos pela Petrobras no período de janeiro de 2004 a junho de 2009. Os créditos integrantes da amostra analisada foram cedidos ao Banco BTG Pactual S.A. por 18 empresas prestadoras de serviços ou fornecedoras de bens à Petrobras. O valor médio das cessões de créditos integrantes da amostra é de R\$256.962,06. Os valores constantes das tabelas acima não foram objeto de auditoria e foram obtidos exclusivamente a partir de cálculos e compilações de dados realizados pelo Banco BTG Pactual S.A.

PRESTADORES DE SERVIÇOS

Coordenador Líder

A distribuição das Cotas Seniores da 1ª Série será efetuada pelo Banco BTG Pactual S.A.

Histórico

O Pactual foi criado em 1983, no Rio de Janeiro, como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 1989, tornou-se um banco múltiplo, abriu escritório em São Paulo e iniciou sua atuação internacional. Em 1998, expandiu suas atividades para um banco de investimento full service, que obteve a liderança em seu mercado de atuação poucos anos depois. Entre os anos de 2000 e 2009, o Pactual realizou 109 ofertas públicas de ações, segundo ranking da *ECM Analytics*, com um volume aproximadamente de US\$22,23 bilhões.

Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A., com foco principal na área de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões e aquisições, gestão de fortunas (*wealth management*), gestão de recursos de terceiros e de fundos de investimento (*asset management*) e sales & trading. O Banco UBS Pactual S.A. possuía, no Brasil, escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre.

Em 2008, André Esteves, que comandou a área de Renda Fixa, Moedas e Commodities do UBS A.G., foi diretor-presidente (*chief executive officer*) do UBS para América Latina e diretor-presidente do Banco Pactual S.A.; Pérsio Arida, ex-presidente do Banco Central do Brasil; e um grupo de ex-sócios seniores do Banco Pactual S.A. e diretores do UBS criaram a BTG, uma empresa global de investimentos com mais de 100 profissionais e escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Londres, Nova York e Hong Kong.

Em abril de 2009, a BTG anunciou a aquisição de 100% das ações do Banco UBS Pactual S.A. Nesta data, a BTG administrava US\$ 1,4 bilhão em ativos próprios e de terceiros. Após a avaliação do Banco Central do Brasil, a instituição passará a denominar-se Banco BTG Pactual S.A.

Na data deste Prospecto, o Banco BTG Pactual S.A. é o maior banco de investimentos independente baseado em mercados emergentes, com escritórios em quatro continentes: Ásia, América do Sul, América do Norte e Europa. Sua atuação se dá em três áreas distintas: atividades de banco de investimento (*investment banking*), gestão de recursos de terceiros (*asset management*) e gestão de fortunas (*wealth management*).

No ano de 2008, o Banco Pactual S.A. atuou como instituição intermediária de 22 (vinte e dois) ofertas públicas de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios. Dentre os fundos de investimento em direitos creditórios cujas cotas foram ofertadas pelo Banco BTG Pactual S.A., menciona-se o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BicBanco Saúde Garantida, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-padronizados FCVS, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantil do Brasil Financeira Veículos I, o Fundo de Investimento em Direitos

Creditórios CEEE IV e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Chemical IV. O volume total das ofertas públicas de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios intermediadas pelo Banco BTG Pactual em 2009 é mais de R\$1,6 bilhões.

Seguem abaixo informações selecionadas a respeito do Banco BTG Pactual S.A.:

INFORMAÇÕES SELECIONADAS EM BILHÕES DE R\$		
	3º trimestre 2009	3º trimestre 2008
Ativos Totais	17,8	19,3
Patrimônio Líquido	3,0	3,9
Empréstimos	1,3	2,4
Depósitos	4,6	3,0
Resultado Operacional	0,89	0,79
Lucro Líquido	0,36	0,84
Retorno sobre o Patrimônio	14,0%	21,8%
Índice de Basiléia	21%	24%

Fonte: Banco BTG Pactual S.A.

A tabela abaixo informa as classificações de risco corporativo atualizadas obtidas pelo Banco BTG Pactual S.A.:

RATINGS DO BANCO BTG PACTUAL S.A.		
Agência de rating	Escala Local	Escala Global
Fitch	AA-	BB+

Fonte: Fitch

Remuneração do Coordenador Líder

O Coordenador Líder não receberá remuneração.

Instituição Administradora

O Fundo é administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM. Na condição de Instituição Administradora, a BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, observadas as limitações estabelecidas nesta seção e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, terá amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios cedidos, em nome do Fundo.

A BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM possui R\$60,5 bilhões em recursos de terceiros sob sua administração, o que a torna o 7º maior gestor de recursos de terceiros de acordo com o ranking preparado pela ANBIMA – Associação Brasileira das Instituições dos Mercados Financeiro e de Capitais para o ano de 2009.

Histórico

A BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM é uma sociedade controlada pelo Banco BTG Pactual S.A., e concentra as atividades de gestão de recursos de terceiros (asset management) do grupo BTG Pactual.

A atividade de gestão de recursos de terceiros desenvolveu-se como desdobramento natural da capacidade de pesquisa e da expertise do Banco BTG Pactual S.A. em tesouraria, tendo incorporado desde o início, em 1984, a filosofia básica de investimento representada pela busca por retornos financeiros, sob uma ótica de controle de risco e foco em preservação de capital.

Na data deste Prospecto, a BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM administra 700 fundos de investimento, sendo que 11 destes são fundos de investimento em direitos creditórios. O volume total de recursos de terceiros sob administração da BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, na data deste Prospecto, era de aproximadamente R\$13,7 bilhões.

Obrigações, vedações e responsabilidades da Instituição Administradora

A Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

Incluem-se entre as obrigações da Instituição Administradora, além daquelas previstas no artigo 34 da Instrução CVM nº 356/01:

- i) celebrar os Documentos do Fundo por conta e ordem do Fundo e contratar, também por conta e ordem do Fundo, Agência Classificadora de Risco e Auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- ii) praticar todos os atos de administração ordinária do Fundo, de modo a manter a sua boa ordem legal, operacional e administrativa;
- iii) monitorar o cumprimento integral pelo Fundo dos limites previstos no Regulamento e na legislação aplicável, bem como da Relação Mínima, da Reserva de Pagamentos e da Reserva de Amortização;
- iv) monitorar, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas ao Custodiante
- v) informar imediatamente à Agência Classificadora de Risco a ocorrência dos seguintes eventos:
 - a) substituição do Auditor ou do Custodiante;
 - b) ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada; e

- c) celebração de aditamentos aos Documentos do Fundo;
- vi) entregar e/ou manter à disposição da Agência Classificadora de Risco cópia dos relatórios preparados pela própria Instituição Administradora, pelo Custodiante e demais prestadores de serviços contratados pelo Fundo, nos termos dos Documentos do Fundo;
- vii) registrar o documento de constituição do Fundo e o Regulamento e seus anexos, bem como eventuais alterações e futuras versões do Regulamento e de seus anexos, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de seu domicílio;
- viii) providenciar que os Cotistas assinem o termo de adesão ao Regulamento na mesma data de aquisição de Cotas;
- ix) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente ou pelo Regulamento, na forma prevista pelos mesmos;
- x) divulgar aos Cotistas, na forma prevista no Regulamento, eventual rebaixamento da classificação de risco do Fundo, no prazo máximo de 3 dias úteis do recebimento de tal informação;
- xi) convocar a Assembléia Geral nos termos do Regulamento;
- xii) divulgar à Agência Classificadora de Risco, até o dia 5 de cada mês calendário, a Relação Mínima, a Reserva de Pagamentos e a Reserva de Amortização;
- xiii) identificar Fornecedores aptos a cederem Direitos Creditórios ao Fundo e formalizar as respectivas cessões, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão;
- xiv) em caso de inadimplência de Direitos Creditórios, iniciar ou fazer com que se inicie, quando for o caso, quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários (a) à cobrança dos Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, (b) à excussão de quaisquer garantias eventualmente prestadas; e (c) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Cotistas;
- xv) desde que esgotados todos os meios e procedimentos necessários à cobrança dos Direitos Creditórios inadimplentes e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, e, portanto, esgotada a competência do Custodiante para realizar o recebimento de tais Direitos Creditórios, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos referidos ativos. O preço de alienação dos referidos ativos de titularidade do Fundo não poderá, exceto se aprovado pela Assembléia Geral, sob pena de responsabilização da Instituição Administradora por eventuais danos ou prejuízos causados ao Fundo, ser inferior ao seu respectivo valor contábil, devidamente ajustado pelas regras do COSIF, devendo, ademais, refletir as condições de mercado na ocasião e o risco de crédito associado aos mesmos;

- xvi) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial, ou ainda de regimes similares, de bancos em que transitem recursos relacionados aos Direitos Creditórios cedidos, requerer o imediato direcionamento desse fluxo de recursos para outra conta de depósito, de titularidade do Fundo; e
- xvii) executar os serviços de escrituração, controladoria, emissão e resgate de Cotas.

É vedado à Instituição Administradora:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas deste.

As vedações acima descritas abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Instituição Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas. Excetuam-se destas vedações os títulos de emissão do Tesouro Nacional e os títulos de emissão do Banco Central integrantes da carteira do Fundo.

É vedado à Instituição Administradora, em nome do Fundo, além do disposto no artigo 36 da Instrução CVM nº 356/01:

- i) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios e os Outros Ativos; e
- ii) emitir qualquer classe ou série de Cotas em desacordo com o Regulamento.

Contratação de terceiros prestadores de serviço

A Instituição Administradora pode, sem prejuízo de sua responsabilidade e da do diretor designado nos termos da Instrução CVM nº 356/01, contratar serviços de:

- i) consultoria especializada, objetivando a análise e seleção de Direitos Creditórios e demais ativos para integrarem a carteira do Fundo;
- ii) gestão da carteira do Fundo com terceiros devidamente autorizados; e
- iii) custódia, contabilidade e controladoria de ativos e passivos do Fundo.

A Instituição Administradora está autorizada a subcontratar terceiros para a execução de suas responsabilidades previstas no Regulamento. A remuneração global dos terceiros eventualmente subcontratados pela Instituição Administradora não excederá a 0,10% ao ano sobre o PL do Fundo, à base de 1/252, deduzidos da Taxa de Administração.

Remuneração da Instituição Administradora

A Instituição Administradora terá direito a receber a remuneração descrita na seção “Prestadores de Serviços - Remuneração dos prestadores de serviço” abaixo.

Substituição da Instituição Administradora

A Instituição Administradora, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral, a se realizar em 15 dias contados da convocação, para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da Instrução CVM nº 356/01 e do Regulamento.

Na hipótese de deliberação pela liquidação do Fundo, a Instituição Administradora obriga-se a permanecer no exercício de sua função até a liquidação total do Fundo.

A Assembléia Geral poderá (i) deliberar pela substituição da Instituição Administradora; e (ii) indicar o nome, a qualificação, experiência e remuneração de instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Instituição Administradora, nos termos da legislação aplicável, do Regulamento e dos demais Documentos do Fundo.

Na hipótese de deliberação pela Assembléia Geral da substituição da Instituição Administradora, a mesma deverá permanecer no exercício regular de suas funções pelo menor prazo entre (i) 60 dias, ou (ii) até que seja contratada outra instituição administradora.

A remuneração da instituição administradora substituta não poderá ser superior em 10% ao valor corrente da Taxa de Administração.

A Instituição Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, (i) colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de até 10 dias útil contado da realização da respectiva Assembléia Geral que deliberou sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, os deveres e obrigações da Instituição Administradora, bem como (ii) prestar qualquer esclarecimento sobre a administração do Fundo que razoavelmente lhe venha a ser solicitado pela instituição que vier a substituí-la.

A contratação de nova instituição administradora estará sujeita à confirmação da classificação de risco das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino pela Agência Classificadora de Risco.

Nas hipóteses de substituição da Instituição Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

Gestor

A BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM foi contratada pela Instituição Administradora para prestar ao Fundo o serviço de gestão especializada, conforme faculta o artigo 39, II, da Instrução CVM nº 356/01.

Histórico

A BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM é uma sociedade controlada pelo Banco BTG Pactual S.A., focada exclusivamente nas atividades relativas à gestão de recursos de terceiros. Essas atividades desenvolveram-se como desdobramento natural da capacidade de pesquisa e da expertise do Banco BTG Pactual S.A. em tesouraria, tendo incorporado desde o início, em 1983, a filosofia básica de investimento representada pela busca por retornos elevados, sob uma ótica de estrito controle de risco e foco absoluto em preservação de capital. A instituição conta com rigorosos padrões de gestão e controle de risco, capacidade técnica e fidelidade de propósitos.

Obrigações, vedações e responsabilidades do Gestor

Caberá ao Gestor a prestação dos serviços de gestão especializada da carteira do Fundo, ficando a cargo do Gestor a seleção dos Outros Ativos que integrarão a carteira do Fundo.

Aplicar-se-ão ao Gestor, no que couberem, as mesmas vedações aplicáveis à Instituição Administradora.

Remuneração do Gestor

O Gestor terá direito a receber a remuneração descrita na seção “Prestadores de serviços - Remuneração dos prestadores de serviço” abaixo.

Substituição do Gestor

Aplica-se à substituição do Gestor o disposto na seção “Prestadores de serviços - Instituição Administradora – Substituição da Instituição Administradora”.

Custodiante

O Banco BTG Pactual S.A. prestará ao Fundo os serviços de custódia, nos termos do artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01, bem como o controle e processamento dos Direitos Creditórios e Outros Ativos.

Responsabilidades do Custodiante

Sem prejuízo das demais disposições legais aplicáveis, são deveres do Custodiante:

- i) receber e analisar todos os documentos que evidenciem o lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, dentre eles cópia dos Contratos, cópia autenticada da Autorização de Cessão, cópia autenticada do CRCC do Fornecedor, apólice do seguro garantia, quando exigida pelo Regulamento, cópias dos 3 últimos BAD ou RAD e dos 3 últimos Boletins de Medição relativos ao Contrato que originou Direitos Creditórios a Performar, se houver, sendo certo que cópias autenticadas de anexos dos Contratos serão recebidas pelo Custodiante apenas mediante solicitação da Instituição Administradora, bem como versão original do Contrato de Cessão, do Termo de Cessão e da Autorização de Cessão;
- ii) validar os Direitos Creditórios ofertados em relação aos Critérios de Elegibilidade;
- iii) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios, evidenciados pelos Contratos de Cessão e Documentos Comprobatórios da operação;
- iv) fazer a custódia e realizar o controle dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos;
- v) às suas expensas, diligenciar para que as cópias autenticadas dos Documentos Comprobatórios, quando exigidas pelo Regulamento, sejam mantidas atualizadas e em perfeita ordem, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para empresa de auditoria, Agência de Classificação de Risco e órgãos reguladores;
- vi) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou outra renda relativa aos títulos custodiados em nome do Fundo, depositando os valores recebidos na conta corrente do Fundo;
- vii) preparar relatório mensal dos índices de inadimplência dos Direitos Creditórios, indicando a classificação dos devedores e respectiva provisão nos termos da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN, bem como das recompras de Direitos Creditórios, se houver, e das taxas de desconto praticadas pelo Fundo nas respectivas cessões de Direitos Creditórios; e

- viii) efetuar a conciliação dos valores depositados pela Petrobras na Conta Vinculada especificada na Autorização de Cessão, transferindo ao Fundo e aos Fornecedores os respectivos valores que lhes são devidos nos termos dos respectivos Contratos de Cessão.

A guarda dos Documentos Comprobatórios originais caberá ao respectivo Fornecedor, conforme estabelecido no respectivo Contrato de Cessão, devendo o Custodiante manter cópias autenticadas de tais documentos, quando exigido pelo Regulamento, sem prejuízo da manutenção adicional de cópias eletrônicas.

A cobrança dos Direitos Creditórios inadimplentes caberá à Instituição Administradora.

Na condição de Custodiante, o Banco BTG Pactual S.A. será responsável por efetuar a conciliação dos valores depositados pela Petrobras na Conta Vinculada, transferindo ao Fundo e aos Fornecedores os respectivos valores que lhes são devidos nos termos dos respectivos Contratos de Cessão.

Remuneração do Custodiante

Pela prestação dos serviços de custódia, o Custodiante terá direito a receber a remuneração descrita na seção “Prestadores de Serviços - Remuneração dos prestadores de serviço” abaixo.

Substituição do Custodiante

Desde que previamente aprovado pela Assembléia Geral, o Custodiante poderá ser substituído.

A contratação de novo Custodiante estará sujeita à confirmação da classificação de risco das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino pela Agência Classificadora de Risco.

Na hipótese de os Cotistas reunidos em Assembléia Geral não aprovarem a substituição do Custodiante, os mesmos poderão deliberar pela liquidação do Fundo, nos termos do Regulamento.

O Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo às funções que lhe são atribuídas nos termos do Regulamento e dos demais Documentos do Fundo. Neste caso, a Instituição Administradora deverá convocar Assembléia Geral para deliberar sobre a substituição do Custodiante, que deverá desempenhar todas as suas funções pelo prazo de 90 dias contados da convocação da Assembléia Geral que escolherá seu substituto ou até que a instituição escolhida assuma a função, o que ocorrer primeiro.

Aplica-se à substituição do Custodiante, no que couber, o disposto no item “Prestadores de serviços – Instituição Administradora – Substituição da Instituição Administradora”.

Auditor

Para realizar os serviços de auditoria do Fundo foi contratada a KPMG.

Remuneração do Auditor

O Auditor terá direito a receber a remuneração descrita na seção “Prestadores de Serviços - Remuneração dos prestadores de serviço” abaixo.

Substituição do Auditor

A Instituição Administradora poderá substituir o Auditor a qualquer tempo, desde que aprovado pela Assembléia Geral, nos termos do item “Características gerais do Fundo – Assembléia Geral – Competência” acima.

Agência Classificadora de Risco

A avaliação de risco do Fundo será efetuada pela Standard & Poor's Rating Services.

Remuneração da Agência Classificadora de Risco

A Agência Classificadora de Risco terá direito a receber a remuneração descrita no capítulo “Prestadores de Serviços - Remuneração dos prestadores de serviço” abaixo.

Substituição da Agência Classificadora de Risco

Desde que previamente aprovado pela Assembléia Geral, a Instituição Administradora poderá substituir a Agência Classificadora de Risco.

Remuneração dos Prestadores de Serviço

Taxa de Administração e remuneração do Gestor

Será devida à Instituição Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições de administração do Fundo, Taxa de Administração, definida no Regulamento, nos seguintes valores:

- i) 1,35% ao ano sobre o PL, à base de 1/252, calculada e provisionada diariamente e paga mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente; e
- ii) remuneração equivalente a 3% ao ano sobre o PL, à base de 1/252, calculada e provisionada diariamente e paga mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente.

A remuneração indicada no subitem (ii) acima vigorará pelo período máximo de 12 meses contados da Data de Subscrição Inicial e poderá ser reduzida e/ou cancelada a qualquer tempo, a critério da Instituição Administradora, independentemente de deliberação pela Assembléia Geral de Cotistas.

A remuneração acima não inclui as despesas previstas como encargos e despesas do Fundo, descritas no item “Características gerais do Fundo – Informações Complementares – Despesas e encargos do Fundo”, a serem debitadas do Fundo pela Instituição Administradora.

A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração acima fixada.

O Gestor fará jus, ainda, ao recebimento de remuneração equivalente a 1,15% ao ano sobre o PL, descontada da Taxa de Administração.

Ressalvada a Taxa de Performance a ser paga à Instituição Administradora, não serão cobradas dos Cotistas do Fundo quaisquer outras taxas, tais como taxa de ingresso e/ou saída.

Taxa de Performance

À Instituição Administradora será também devida a Taxa de Performance. A Taxa de Performance corresponderá a 20% do valor que exceder a distribuição de rendimentos à Cota Subordinada de Classe Júnior, conforme descrito no item “Características gerais do Fundo - Cotas - Valorização das Cotas” acima, será provisionada diariamente e paga semestralmente à Instituição Administradora no 5º dia útil de cada semestre do exercício social do Fundo.

Caso, em qualquer dia útil, o patrimônio do Fundo não permitir a distribuição de rendimentos às Cotas até os limites percentuais referidos no item “Características gerais do Fundo - Cotas - Valorização das Cotas” para cada Série ou classe de Cota, será descontado da provisão constituída para a Taxa de Performance o montante necessário para atingir tais percentuais de remuneração, até o limite da provisão.

Taxa de custódia

Pela prestação dos serviços de custódia ao Fundo, o Custodiante fará jus a remuneração correspondente a 0,10% ao ano sobre o PL do Fundo, descontados da Taxa de Administração descrita no item “Remuneração dos Prestadores de Serviço – Taxa de Administração” acima.

Outras despesas

Além do valor devido pela prestação de serviços de administração do Fundo e pela prestação dos serviços de custódia, e do valor devido à Instituição Administradora a título de Taxa de Performance, são devidas pelo Fundo aos demais prestadores de serviço as seguintes remunerações, descritas abaixo. Não foi concedida prioridade de pagamento a qualquer das despesas abaixo relacionadas.

DESPESA	VALOR/ANO (EM R\$)
Auditoria	18.000,00
Classificação de risco das Cotas Seniores da 1ª Série e das Cotas Subordinadas Mezanino	45.000,00
Total	63.000,00

Para maiores informações sobre a remuneração devida ao Coordenador Líder, vide o item “Sumário dos contratos relevantes – Contrato de Colocação” abaixo.

SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES

Contratos de Cessão

Os Fornecedores que desejarem ceder Direitos Creditórios para o Fundo deverão celebrar com ele Contrato de Cessão, de acordo com o modelo que consta do Anexo VI deste Prospecto.

Por meio do Contrato de Cessão, o Fornecedor se compromete a ceder ao Fundo, Direitos Creditórios, incluindo todos os seus acessórios, títulos, instrumentos que os representam, respectivos anexos e garantias constituídas, mediante solicitação da Instituição Administradora e de acordo com os termos e condições estabelecidos no Contrato de Cessão. Adicionalmente, o Banco BTG Pactual S.A. poderá, a seu exclusivo critério, adquirir Direitos Creditórios oriundos de Contratos que possuam ou não Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

Ao formalizar a cessão do Direito Creditório por meio de cada Termo de Cessão, o Fornecedor cederá, automaticamente, ao Fundo, todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, garantias e ações legal e contratualmente previstos que sejam relativos ao Direito Creditório, inclusive (i) o direito de receber integralmente o seu valor, acrescido dos juros, das multas, da atualização monetária e/ou de demais encargos remuneratórios e/ou moratórios; (ii) o direito de ação e o de protesto em face do respectivo devedor para exigir o cumprimento da obrigação de pagar deste ou visando resguardar direito do Fundo; (iii) as garantias eventualmente existentes, sejam reais ou pessoais; e (iv) o direito de declarar o Direito Creditório vencido antecipadamente nas hipóteses contratadas com o devedor e naquelas previstas na legislação aplicável. O Fundo poderá declarar vencida antecipadamente a parcela que lhe couber do Contrato, podendo utilizar, para tanto, os poderes que lhe forem conferidos no mandato outorgado nos termos do Contrato de Cessão.

Procedimentos de cessão

Os Direitos Creditórios serão considerados perfeitamente cedidos e inclusos nos termos do Contrato de Cessão após observado o seguinte procedimento:

- i) apresentação prévia à Instituição Administradora de Autorização de Cessão original, cujo modelo integra o Contrato de Cessão como seu Anexo II, para a cessão de Direitos Creditórios a Performar, e como seu Anexo II-A, para a cessão de Direitos Creditórios Performados, por meio da qual a Petrobras manifesta ciência e autorização à cessão dos Direitos Creditórios, pelo Fornecedor ao Fundo, em observância ao artigo 290 do Código Civil, acompanhada de cópia dos Documentos Comprobatórios;
- ii) seleção pela Instituição Administradora, a seu exclusivo critério, de Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, bem como fixação pela Instituição Administradora, também a seu exclusivo critério, do percentual do Contrato que poderá ser adquirido pelo Fundo;

- iii) envio pelo Fornecedor à Instituição Administradora, e desta ao Custodiante, de cópias dos Documentos Comprobatórios, para que o Custodiante realize análise dos Direitos Creditórios oferecidos à cessão pelo Fornecedor e selecionados pela Instituição Administradora, que incluirá a checagem, a critério da Instituição Administradora, do CRCC e do BAD ou RAD junto à Petrobras, bem como análise do enquadramento dos Direitos Creditórios com relação à Política de Investimento e aos Critérios de Elegibilidade, de acordo com os procedimentos previstos no Anexo V do Contrato de Cessão;
- iv) após a análise referida no subitem anterior, a Instituição Administradora (a) enviará ao Fornecedor o Termo de Cessão em via eletrônica ou física contendo indicação dos Direitos Creditórios que deseja adquirir para o Fundo e o preço total de aquisição dos referidos Direitos Creditórios, calculado com base nas taxas discriminadas no item “Características gerais do Fundo – Política de Investimento – Preço de Cessão” acima; e (b) devolverá ao Fornecedor os Direitos Creditórios que não serão adquiridos para o Fundo e que também não serão adquiridos pelo Banco BTG Pactual S.A.. É de conhecimento do Fornecedor que tais Direitos Creditórios não adquiridos para o Fundo não poderão ser objeto de nenhuma cessão de crédito com terceiros, excetuada a possibilidade de cedê-los ao Banco BTG Pactual S.A., a exclusivo critério deste último;
- v) o Fornecedor deverá assinar o Termo de Cessão e enviá-lo à Instituição Administradora, para assinatura; e
- vi) após a validação das assinaturas do Fornecedor e da Instituição Administradora por meio de abono bancário dos signatários, o Fundo pagará ao Fornecedor o preço de cessão, calculado nos termos do item “Características gerais do Fundo – Política de Investimento – Preço de Cessão” acima.

Responsabilidades do Fornecedor

O Fornecedor será responsável:

- i) pela existência dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo ou ao Banco BTG Pactual S.A., nos termos do artigo 295 do Código Civil;
- ii) pela performance (entrega do bem e/ou prestação do serviço) dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo ou ao Banco BTG Pactual S.A.;
- iii) por eventuais exceções apresentadas pelos Devedores dos Direitos Creditórios cedidos contra o Fornecedor quando da notificação da cessão, nos termos do artigo 294 do Código Civil;
- iv) por prejuízos sofridos pelo Fundo ou pelo Banco BTG Pactual S.A em razão de dificuldade ou impossibilidade de cobrança de Direitos Creditórios cedidos que tenham qualquer vício em sua formação; e

- v) por fornecer ao Custodiante os documentos necessários para a realização do abono bancário de assinaturas, conforme mencionado na cláusula subitem (vi) do item anterior do presente prospecto, quais sejam: (a) Estatuto ou Contrato social, conforme o caso (cópia autenticada e com registro); (b) eleição de diretoria/gerente (cópia autenticada e com registro); (c) procuração, conforme o caso (cópia autenticada); (d) cartão de autógrafos dos representantes, com firma reconhecida ou abono bancário, e (e) documento de identidade e CPF/MF dos representantes

Na hipótese de responsabilidade do Fornecedor conforme qualquer das hipóteses descritas acima, o Fundo ou o Banco BTG Pactual S.A., conforme o caso, poderão compensar a quantia devida com quaisquer valores que tenha a pagar ao Fornecedor.

Se, por qualquer razão, inclusive em decorrência de defeito dos produtos ou da não entrega dos serviços fornecidos pelo Fornecedor conforme o Contrato, a Petrobras tiver o direito de reter, deduzir, compensar ou reduzir o valor dos Direitos Creditórios, tal retenção, dedução, compensação ou redução deverá recair sobre a parcela remanescente do Contrato pertencente ao Fornecedor, se houver. Se o valor de tal parcela não existir ou se o valor da parcela do Fornecedor não for suficiente para cobrir o montante da retenção, dedução, compensação ou redução eventualmente efetuada pela Petrobras, e esta deixar de efetuar o pagamento integral devido ao Fundo ou ao Banco BTG Pactual S.A., estes poderão (i) exigir do Fornecedor a complementação do valor devido ao Fundo ou ao Banco BTG Pactual S.A, cujo pagamento deverá ser efetuado em até 2 (dois) dias a contar do recebimento da competente notificação; ou (ii) a abater o valor devido ao Fundo ou ao Banco BTG Pactual S.A de quaisquer quantias de titularidade do Fornecedor que sejam depositadas na Conta Vinculada.

Na hipótese de ocorrer, após a cessão do respectivo Direito Creditório ao Fundo ou ao Banco BTG Pactual S.A, qualquer fato ou ato praticado pelo Fornecedor, pela Petrobras ou por qualquer terceiro, que não o Fundo, a Instituição Administradora ou o Custodiante, que acarrete a alteração das condições de pagamento do Direito Creditório cedido ou sua inexigibilidade, inclusive em decorrência do atraso ou vício na entrega do produto ou do fornecimento do serviço, da prorrogação ou da antecipação do prazo de vencimento do respectivo Direito Creditório, da prorrogação ou da antecipação da entrega do produto ou da prestação do serviço contratado ou do cancelamento do pedido de fornecimento do produto e/ou do serviço pela Petrobras no caso de Direito Creditório a Performar, o Fundo ou o Banco BTG Pactual S.A poderão, de igual maneira, exercer a prerrogativa referida no parágrafo anterior. Adicionalmente, o Fundo ou o Banco BTG Pactual S.A poderão optar por renegociar o preço do Direito Creditório cedido caso ele continue a ser exigível da Petrobras, mediante a devolução do correspondente valor pelo Fornecedor, se for o caso.

Se o Fornecedor, sem a anuência prévia e por escrito do Fundo, alterar as condições do Direito Creditório cedido ao Fundo ou ao Banco BTG Pactual S.A ou da relação comercial estabelecida entre ele e Petrobras, de forma a gerar uma mudança nas condições do Direito Creditório ou na perda do seguro garantia, se houver, o Fornecedor pagará uma multa não

compensatória equivalente a 50% da taxa de desconto que tiver sido utilizada para fixação do preço de cessão do respectivo Direito Creditório, a qual poderá ser recebida pelo Fundo ou pelo Banco BTG Pactual S.A mediante compensação de qualquer valor devido por estes ao Fornecedor, sem prejuízo do exercício dos direitos previstos nos dois parágrafos anteriores, quando aplicáveis.

O exercício de qualquer dos direitos previstos nos itens anteriores não extingue os demais estabelecidos no Contrato de Cessão, que poderão ser exercidos concomitantemente ou em diferentes momentos até que os créditos devidos ao Fundo ou ao Banco BTG Pactual S.A, conforme o caso, sejam integralmente satisfeitos.

Recompra de Direitos Creditórios

Sem prejuízo dos procedimentos de cobrança aplicáveis a Direitos Creditórios inadimplidos, a Instituição Administradora poderá solicitar ao Fornecedor a recompra de quaisquer Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, a seu exclusivo critério, em caso de inadimplemento, comprometendo-se o Fornecedor a recomprá-los no prazo de 2 dias úteis contados da solicitação por escrito encaminhada pela Instituição Administradora, corrigido conforme definido no item 5.4 do Contrato de Cessão. Esta obrigação somente será aplicável em relação àqueles Direitos Creditórios em cujo Termo de Cessão referida aplicabilidade seja expressamente acordada entre as Partes.

A vigência da obrigação de recompra dos Direitos Creditórios inadimplidos por seus respectivos cedentes se inicia com a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo e não possui prazo determinado, permanecendo em pleno vigor até a rescisão do Contrato de Cessão. A única condição para a utilização desta faculdade pela Instituição Administradora é o efetivo inadimplemento do Direito Creditório pela Petrobras, não sendo necessária a ocorrência de qualquer outro evento para que a Instituição Administradora possa exigir do Fornecedor a recompra dos Direitos Creditórios inadimplidos por ele cedidos ao Fundo.

Eventual perda decorrente da ausência de utilização deste direito pela Instituição Administradora poderá afetar negativamente o PL e, conseqüentemente, afetar negativamente a rentabilidade das Cotas.

O Banco BTG Pactual S.A. também poderá solicitar ao Cedente a recompra de quaisquer Direitos Creditórios adquiridos pelo Banco BTG Pactual S.A., a seu exclusivo critério, em caso de inadimplemento, comprometendo-se o Fornecedor a recomprá-los na forma do item anterior.

O direito previsto no item anterior assistirá igualmente a terceiro que adquira Direito Creditório do Banco BTG Pactual S.A.

Resolução da cessão dos Direitos Creditórios

Considerar-se-á resolvida a cessão de um Direito Creditório, operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao Fornecedor e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo ou para o Banco BTG Pactual S.A., nas seguintes hipóteses:

- i) caso o pagamento do Direito Creditório seja recusado, conforme o caso, pela Petrobras por alegação de vícios, defeitos ou inexistência de lastro ou caso sejam opostas pela Petrobras quaisquer outras exceções quanto à legalidade, legitimidade ou veracidade dos Direitos Creditórios e seus respectivos títulos transferidos ao Fundo ou ao Banco BTG Pactual S.A.;
- ii) caso o Direito Creditório seja reclamado por terceiros comprovadamente titulares de direitos, ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição desses pelo Fundo ou pelo Banco BTG Pactual S.A.;
- iii) se os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo ou ao Banco BTG Pactual S.A. forem objeto de acordo entre o Fornecedor e a Petrobras, que possa gerar arguição, compensação e/ou outras formas de redução, extinção ou modificação de qualquer uma das condições que interfiram ou prejudiquem quaisquer dos direitos emergentes dos Direitos Creditórios cedidos; e
- iv) não pagamento do Direito Creditório em caso de (a) ato de responsabilidade do Fornecedor; (b) qualquer exceção, defesa ou justificativa da Petrobras baseada em fato de responsabilidade do Fornecedor ou contrário aos termos deste Contrato de Cessão; (c) qualquer exceção, defesa ou justificativa da Petrobras baseada na recusa da aceitação de mercadoria e/ou serviço ou qualquer demora, inadimplemento do Fornecedor perante a Petrobras; (d) contra-protesto da Petrobras e/ou reclamação judicial da Petrobras contra o Fornecedor; ou (e) caso fortuito ou força maior.

Adicionalmente às hipóteses acima dispostas, a cessão de Direitos Creditórios poderá ser resolvida em virtude de não pagamento do Direito Creditório em caso de insolvência da Petrobras reconhecida judicialmente (falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou outra forma de concurso de credores). Esta hipótese de resolução da cessão somente se aplicará àqueles Direitos Creditórios em cujo Termo de Cessão referida aplicabilidade seja expressamente acordada entre o Fundo e o Fornecedor.

Sem prejuízo da resolução da cessão, o Fornecedor deverá notificar por escrito a Instituição Administradora da ocorrência de qualquer das condições resolutivas da cessão acima, no prazo de até 48 horas contado da data em que este tomar conhecimento do evento.

O Fornecedor estará obrigado a restituir ao Fundo ou ao Banco BTG Pactual S.A., exclusivamente em moeda corrente nacional, em até 2 dias úteis contados da ocorrência de

qualquer uma das condições resolutivas da cessão, o preço de cessão dos Direitos Creditórios cuja cessão tiver sido resolvida, nos termos do Contrato de Cessão, apurado na forma prevista neste Prospecto, atualizado *pro rata temporis* desde a respectiva data de aquisição até a data de restituição dos valores devidos, considerando-se a taxa de desconto utilizada na determinação do respectivo preço de cessão, e acrescido de 10%, a título de multa. Neste caso, os valores pagos ao Fundo e/ou ao Banco BTG Pactual S.A. em razão da resolução da cessão, sem considerar o valor da multa acima, não poderão ser superiores ao valor nominal dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos ou vincendos.

Sem prejuízo do disposto acima, o Fornecedor poderá permutar um Direito Creditório objeto de resolução da respectiva cessão por outro Direito Creditório que atenda aos Critérios de Elegibilidade, a critério exclusivo da Instituição Administradora.

Contrato de Colocação

O Fundo, a Instituição Administradora, a Instituição Administradora e o Coordenador Líder celebraram o Contrato de Colocação, que tem por objeto a colocação pública das Cotas Seniores da 1ª Série sob o regime de melhores esforços de colocação.

Objeto

O Coordenador Líder colocará, sob regime de melhores esforços de colocação, 72.500 Cotas Seniores da 1ª Série, no montante total de R\$72.500.000,00, na Data de Subscrição Inicial. As Cotas Seniores da 1ª Série serão colocadas pelo Coordenador Líder em até 180 dias após a data de publicação do Anúncio de Início.

O Coordenador Líder, ainda, colocará, com esforços restritos, 17.500 Cotas Subordinadas Mezanino, no montante de R\$17.500.000,00, da Data de Subscrição Inicial.

Valores dos contratos relevantes e respectivos responsáveis pelos pagamentos

CONTRATO	RESPONSÁVEL	BENEFICIÁRIO	VALORES ENVOLVIDOS	PERIODICIDADE
Contratos de Cessão	Fundo	Fornecedor	Preço de cessão	A cada cessão de Direitos Creditórios

GERENCIAMENTO DE RISCOS

O acompanhamento do risco das posições dos fundos administrados pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM é realizado por uma estrutura *on-line* e outra *off-line*. A estrutura *on-line* visa a tornar mais ágil a simulação dos prováveis impactos das posições assumidas, bem como dos cenários vislumbrados pelos operadores sobre o desempenho das carteiras. Assim, é possível que, em curto espaço de tempo, sejam tomadas as medidas de adequação eventualmente necessárias para enquadramento das carteiras.

A estrutura *off-line*, centralizada no Banco BTG Pactual S.A., é responsável pela consolidação das exposições, emissão de relatórios de VaR (*Value at Risk*), simulação de cenários históricos, projetados e de ruptura ("*stress*"), e pelo desenvolvimento das ferramentas de análise e monitoramento de risco.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITOS DE INTERESSE

A Petrobras, e/ou suas subsidiárias, além do relacionamento relativo à Oferta, mantém relacionamento com o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico em os últimos prestam aos primeiros assessoria na realização de investimentos, fusões e aquisições, financiamentos e/ou em quaisquer outras operações típicas de banco de investimento e que são necessárias para suas atividades, incluindo, dentre outras, operações de financiamento, de crédito, de derivativos (notadamente opções flexíveis atrelados ao dólar dos Estados Unidos da América), de câmbio, de oferta de ações e de assessoria financeira.

A Instituição Administradora é um dos 12 gestores do caixa da empresa, por meio da utilização de fundos de investimento exclusivos. O Coordenador Líder detém todas as ações representativas do capital da Instituição Administradora.

O risco de crédito corporativo da Petrobras e o risco de diversas emissões de dívida da Petrobras, bem como de diversas emissões de suas subsidiárias Petrobras International Finance Company e Petrobras Energia, são avaliadas pela Standard & Poor's. Para mais informações sobre os ratings, favor acessar o website da Standard & Poor's www.standardandpoors.com.br.

A KPMG Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e suas empresas controladas/coligadas. A KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria para outrosb fundos de investimento administrados pela Instituição Administradora.

Além das operações comerciais descritas acima, não existe qualquer relação societária ou ligação comercial relevante entre a Petrobras, a Instituição Administradora, o Coordenador Líder, a KPMG, a Agência Classificadora de Risco e/ou sociedades integrantes dos respectivos conglomerados econômicos.

Aquisição de Direitos Creditórios pelo Banco BTG Pactual S.A.

Nos termos dos Contratos de Cessão, a serem celebrados conforme o modelo constante do Anexo VI do presente Prospecto, o Banco BTG Pactual S.A. poderá adquirir Direitos Creditórios oriundos de Contratos que possuam ou não Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. Não haverá preferência em favor do Fundo no recebimento de recursos relativos ao pagamento dos Direitos Creditórios de sua titularidade. Desta forma, recursos depositados pela Petrobras na Conta Vinculada serão divididos entre o Fundo e o Banco BTG na proporção dos Direitos Creditórios detidos por cada um deles, em relação a um mesmo Fornecedor. Maiores informações a respeito dos Contratos de Cessão podem ser obtidas na seção “Sumário dos Contratos Relevantes – Contrato de Cessão” acima.

REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL E TRIBUTAÇÃO

Tributação do Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) IRPJ; (ii) CSLL; (iii) PIS; e (iv) COFINS.

Além disso, o IOF incide sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

Tributação dos Cotistas

Os Cotistas, por outro lado, estão sujeitos ao pagamento de imposto de renda retido na fonte. Por ser o Fundo um condomínio fechado, tal tributo incidirá (i) quando da amortização das cotas; (ii) em caso de alienação de Cotas a terceiros; e (iii) no momento do resgate das Cotas, em decorrência do término do prazo de duração ou da liquidação antecipada do Fundo. Somente haverá incidência de imposto de renda se as Cotas tiverem gerado rendimentos ao Cotista.

A alíquota do imposto de renda será determinada de acordo com o prazo médio da carteira do Fundo e com o prazo do investimento. Assim, caso a carteira do Fundo tenha prazo médio superior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda obedecerá à seguinte tabela:

ALÍQUOTA	PRAZO DO INVESTIMENTO
22,5%	até 180 dias
20,0%	entre 181 e 360 dias
17,5%	entre 361 e 720 dias
15,0%	acima de 720 dias

Na hipótese do prazo médio da carteira do Fundo ser igual ou inferior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda será determinada da seguinte forma:

ALÍQUOTA	PRAZO DO INVESTIMENTO
22,5%	até 180 dias
20,0%	acima de 180 dias

A Instituição Administradora buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo (superior a 365 dias), de forma a proporcionar aos Cotistas o benefício das alíquotas decrescentes do imposto de renda até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários. Ressalte-se que os Direitos Creditórios não integram o cálculo do prazo médio da carteira do Fundo.

Ademais, somente haverá incidência de IOF na hipótese de resgate das Cotas antes de 30 dias a contar da data do investimento no Fundo. A alíquota do IOF é regressiva, sendo inicialmente de 1% do valor do resgate, limitada a 96% do rendimento da aplicação. Deve-se notar que o Fundo é fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração, ou em virtude de sua liquidação.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À PETROBRAS

Histórico

A Petrobras é uma sociedade de economia mista constituída nos termos da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953. A Petrobras iniciou suas operações no Brasil em 1954, como uma empresa do setor público responsável pelas atividades do setor de petróleo e gás no Brasil. Desde o início de suas operações e até 1995, a Petrobras detinha o monopólio da produção, refino e distribuição de petróleo bruto e gás no Brasil, concedido pela União Federal.

A Emenda Constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995, alterou a Constituição da República Federativa do Brasil para autorizar o governo federal a contratar empresas públicas ou privadas para exploração e comercialização de petróleo e gás natural no Brasil. Esta modificação pôs fim ao monopólio detido pela Petrobras.

O setor de petróleo e gás natural no Brasil passou por reformas significativas com a promulgação da Lei nº 9.478/97. Uma das principais consequências desta lei foi a introdução da concorrência no mercado brasileiro de petróleo bruto, produtos derivados de petróleo e gás natural, tendo sido concluída a liberalização de preços em 2 de janeiro de 2002.

A Lei nº 9.478/97 criou, ainda, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. Cabe à ANP a administração dos direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural em território nacional, nele compreendidos a parte terrestre, o mar territorial, a plataforma continental e a zona econômica exclusiva, de titularidade da União. A Petrobras, em suas atividades, está sujeita às normas editadas pela ANP.

Em face destas alterações em seu setor de atividade, a Petrobras empreendeu reorganização administrativa para assegurar a sua competitividade e aumento de sua rentabilidade no mercado de petróleo e gás brasileiro que incluiu: (i) criação de unidades de negócio, com a finalidade de melhorar o fluxo das informações e a tomada de decisões; (ii) o estabelecimento de metas de taxa de retorno para cada unidade de negócio; (iii) aumento da ênfase em projetos integrados de energia que permitam a participação de todos os segmentos da cadeia de produção de energia; e (iv) alteração do estatuto social, visando aumentar a transparência e eficiência corporativa.

Em 2007, a Petrobras divulgou a descoberta do campo de Tupi, com reserva estimada entre 5 e 8 bilhões de barris de petróleo leve em águas ultraprofundas, isto é, com mais de 1.500m (metros) de profundidade. Localizada na Bacia de Santos, abaixo de uma camada de sal de dois quilômetros de espessura (pré-sal), essa reserva abriu um novo horizonte para as atividades de exploração da Petrobras e para o mercado de petróleo do Brasil, que poderá entrar o rol dos países exportadores de petróleo

Atividades

Visão geral

A Petrobras é uma empresa integrada de petróleo e gás, a maior no Brasil e uma das maiores na América Latina em termos de produção e reservas de petróleo e gás. Devido a seu histórico como a única fornecedora de petróleo bruto e derivados no Brasil, opera a maioria dos campos produtivos de petróleo e gás do Brasil e detém uma ampla base de reservas provadas e uma infra-estrutura operacional totalmente desenvolvida. Em 2008, a produção média nacional de hidrocarbonetos da Petrobras foi de 2.176.000 boe/d (barris de óleo equivalente por dia), uma estimativa de 98,5% do total da produção brasileira.

Mais de 84% das reservas provadas da Petrobras estão localizadas em campos grandes, contíguos e altamente produtivos na costa da Bacia de Campos, permitindo que a Petrobras concentre sua infra-estrutura operacional e restrinja seus custos de exploração, desenvolvimento e produção.

A Petrobras desenvolve uma ampla gama de atividades, que incluem: (i) exploração, desenvolvimento e produção de petróleo bruto e produtos derivados de petróleo, no Brasil; (ii) refino, transporte e comercialização de petróleo bruto, produtos derivados de petróleo e álcool combustível, incluindo investimentos em produtos petroquímicos; (iii) distribuição de produtos derivados de petróleo e álcool combustível a usuários finais; (iv) comercialização e transporte de gás natural produzido no Brasil ou importado, incluindo a participação em empresas de transporte e distribuição de gás no Brasil, bem como desenvolvimento de projetos de usinas termelétricas e atividades relacionadas; e (v) atividades no âmbito internacional, incluindo exploração e produção, fornecimento, distribuição de petróleo e seus derivados e atividades no setor de gás e energia no exterior.

As atividades da Petrobras são divididas em cinco áreas de negócios, a saber:

- i) **Abastecimento:** abrange as atividades de exploração, desenvolvimento da produção e produção de petróleo, líquido de gás natural (LGN) e gás natural no Brasil, objetivando atender, prioritariamente, as refinarias do país e, ainda, comercializando nos mercados interno e externo o excedente de petróleo, bem como derivados produzidos em suas plantas de processamento de gás natural;
- ii) **Exploração e Produção (E&P):** contempla as atividades de refino, logística, transporte e comercialização de derivados, petróleo e álcool, além das participações em empresas petroquímicas no Brasil e duas plantas de fertilizantes;
- iii) **Gás e Energia:** engloba as atividades de transporte e comercialização do gás natural produzido no país ou importado, assim como as atividades de transporte e comercialização de LGN - Líquido de Gás Natural importado, a geração e comercialização de energia elétrica e as participações societárias em transportadoras e distribuidoras de gás natural e em termelétricas;
- iv) **Distribuição:** responsável pela distribuição de derivados, álcool e gás natural veicular no Brasil, representada pelas operações da BR; e

- v) Internacional: abrange as atividades de exploração e produção de petróleo e gás, de abastecimento, de gás e energia e de distribuição, realizadas no exterior, em diversos países das Américas, África, Europa e Ásia.

A tabela abaixo apresenta informações relativas a cada um dos segmentos de atuação da Petrobras, em 31 de dezembro de 2009:

INFORMAÇÕES RELEVANTES POR SEGMENTO DE ATUAÇÃO						
EM MILHÕES DE US\$						
Parâmetro	E&P	Abastecimento	Gás e Energia	Distribuição	Internacional	Corporativo ⁽¹⁾
Receita operacional líquida	38.777	74.621	5.652	29.672	10.197	-
Lucro (prejuízo) antes de tributação do IR, CSL e participações minoritárias	14.717	9.819	657	960	232	(3.520)
Ativo total em 31 de dezembro	70.098	31.917	19.787	2.342	9.375	2.653

⁽¹⁾ O segmento de negócios Corporativo inclui as atividades financeiras da Petrobras não atribuíveis a outros segmentos, inclusive administração financeira, corporativa, despesas indiretas administrativas centrais e despesas atuariais relacionadas a planos de saúde e de aposentadoria de participantes inativos.

Fonte: Formulário 20F – 31 de dezembro de 2009

Listam-se abaixo as classificações de risco corporativo da Petrobras atualizadas atribuídas pelas principais agências de classificação de risco internacionais, em escala global e, quando aplicável, em escala local:

RATINGS DA PETROBRAS			
Agência de rating	Nacional/Moeda Local	Global/Moeda Local	Global/Moeda Estrangeira
Standard & Poor's	Aaa	BBB-	BBB-
Fitch	AAA(bra)	BBB	BBB
Moody's	Aaa.br	A3	Baa1

Fontes: Standard & Poor's (26 de junho de 2009), Fitch (18 de junho de 2009) e Moody's (18 de junho de 2009)

Abastecimento

A capacidade da Petrobras de refino no Brasil representava 92% da capacidade de refino total do país (em 31 de dezembro de 2009) e atende a quase todas as necessidades de produtos refinados dos atacadistas, exportadores e companhias petroquímicas, além das necessidades do segmento de distribuição da própria Petrobras.

A Petrobras possui e opera 11 refinarias no Brasil, com uma capacidade de processamento líquido de 1.942.000 bpd (barris por dia), o que torna a companhia a oitava maior refinadora do mundo entre as companhias listadas em bolsas de valores. A Petrobras opera uma extensa infra-estrutura de

duto e terminais, além de uma frota de navios para o transporte de petróleo bruto e derivados aos mercados nacionais e internacionais. A maioria das refinarias está situada perto dos oleodutos da Petrobras, instalações de estocagem, dutos para produtos refinados e principais instalações petroquímicas, para facilitar o acesso tanto às fontes de petróleo bruto quanto aos usuários finais.

A Petrobras também importa e exporta petróleo bruto e derivados. A importação de determinados derivados, especialmente óleo diesel, se destina a suprir a demanda brasileira que excede a capacidade de refino nacional daqueles produtos.

O segmento de abastecimento também inclui atividades nas áreas de petroquímica e fertilizantes que agregam valor aos hidrocarbonetos que a Petrobras produz e fornecem insumos para o crescimento da economia brasileira.

Exploração e Produção

A área de negócios de Exploração e Produção (E&P) da Petrobras é responsável pela pesquisa, localização, identificação, desenvolvimento, produção e incorporação de reservas de óleo e gás natural dentro do território nacional. Esta área de negócios está estruturada na forma de unidades de negócios. Cada uma das unidades de negócios é responsável pela gestão de um conjunto de concessões exploratórias e de produção, instalações operacionais e administrativas, com apropriação de receitas e custos e responsabilização por resultados. A organização das unidades de negócios respaldou-se em critérios como localização geográfica, semelhança geológica e estágio de desenvolvimento das concessões, além de infra-estrutura disponível e porte.

As atividades da exploração e produção de petróleo e gás no Brasil representam a parte maior do portfólio da Petrobras. Em 1970, a produção média diária da Petrobras foi de 164.000 bpd (barris por dia) de petróleo bruto, condensado e líquidos de gás natural no Brasil. Este valor atingiu, em 2008, a marca de 1.855.000 bpd (barris por dia).

Durante 2009, a produção média de petróleo e gás da Petrobras no Brasil foi de 2.519.500 boe/d (barris de óleo equivalente por dia), até outubro de 2009, sendo que a produção média de petróleo respondeu por 2.105.700 boe/d (barris de óleo equivalente por dia) e a produção média de gás natural respondeu por 413.800 boe/d (barris de óleo equivalente por dia). Em janeiro de 2009, as reservas provadas de petróleo, gás natural e líquido de gás natural da Petrobras eram de 14,093 bilhões de boe (barris de óleo equivalente).

As principais metas da Petrobras nesta área de negócios são:

- i) explorar e desenvolver recursos petrolíferos em águas cada vez mais profundas na Bacia de Campos;
- ii) explorar e desenvolver as outras duas bacias marítimas mais promissoras no Brasil, a saber, Espírito Santo (óleo leve, óleo pesado e gás) e Santos (gás e óleo leve);
- iii) desenvolver os recursos de gás na Bacia de Santos e em outros locais para atender a crescente demanda no Brasil para gás,
- iv) aumentar a contribuição do gás nacional no atendimento a citada demanda;
- v) explorar e desenvolver as jazidas potencialmente consideráveis na camada do pré-sal as bacias de Espírito Santo, Campos e Santos; e

- vi) sustentar e aumentar a produção dos campos terrestres, através de sondagens e técnicas de recuperação avançadas.

Nas novas áreas de exploração, as atividades da Petrobras começam com pesquisas geológicas e atividades sísmicas, seguidas por sondagens exploratórias. Quando os resultados são positivos, seguem-se testes de longa duração, sondagens de desenvolvimento e produção-piloto, que geralmente envolvem investimentos substanciais. São necessários vários anos até que a atividade de exploração bem sucedida seja refletida no aumento das reservas e da produção.

Gás e Energia

A área de negócios de Gás & Energia é responsável pela comercialização do gás natural nacional e importado e pela implantação de projetos, em parceria com o setor privado, que irão garantir a oferta deste combustível em todo o país. A estratégia da área de negócios de Gás & Energia envolve desenvolver e consolidar o negócio de gás natural de forma rentável, buscando integração na América do Sul e assegurando a estruturação de um sistema confiável, flexível e competitivo de abastecimento no país. Também tem a função de atuar no negócio de biocombustível de forma integrada, participando da produção nacional de biodiesel e ampliando a participação no negócio de etanol.

As atividades da Petrobras do segmento de gás natural abrangem: (i) comercialização (compra e revenda); (ii) transporte (construindo e operando a rede brasileira de gasodutos); e (iii) a participação no capital das empresas distribuidoras que vendem o gás natural para o consumidor final.

Durante os últimos cinco anos, a Petrobras investiu aproximadamente US\$ 13,32 bilhões (R\$ 26,82 bilhões) para expandir e melhorar seu sistema de transporte de gás natural no Brasil. Hoje nós temos duas redes de dutos principais conectadas pelo gasoduto de ligação Sudeste-Nordeste (GASENE, concluído em março de 2010), que irá permitir transportar gás natural para as áreas de demanda. A Malha Sudeste (Rede Sudeste) mede 5.030 km (3.125 milhas) e liga nossos principais campos marítimos de produção de gás natural, nas bacias de Campos e Espírito Santo, aos mercados crescentes da região Sudeste, incluindo Rio de Janeiro e São Paulo. A Malha Nordeste (Rede Nordeste) mede 1.968 km e transporta gás de campos terrestres e marítimos de gás natural no nordeste do Brasil para os consumidores daquela região. A Malha Sudeste inclui os 2.593 km (1.612 milhas) da parte brasileira do gasoduto Brasil-Bolívia. Na região norte, os 661 km (411 milhas) do gasoduto Urucu-Coari-Manaus liga a Bacia do Solimões a Manaus, onde o gás natural é usado principalmente para gerar energia elétrica e, também, para atender a demanda industrial, comercial e varejista.

No setor de energias renováveis, o objetivo da Petrobras é se tornar um grande produtor brasileiro de biodiesel e ter uma participação ativa na crescente indústria de etanol no Brasil, e especialmente no transporte e exportação de etanol. O Brasil tem clima e condições de solo altamente favoráveis para o cultivo de cana-de-açúcar e culturas oleaginosas e tem uma participação importante no mercado internacional de biocombustíveis.

O etanol produzido da cana-de-açúcar é amplamente usado no Brasil como substituto para a gasolina. A Petrobras não produz o etanol, mas o distribui por meio de seu segmento de distribuição. A área de negócios de Gás e Energia da Petrobras planeja expandir a participação da companhia no negócio de etanol, através de parcerias com produtores e clientes internacionais, nos quais o papel da Petrobras principal seria de transportador e exportador do etanol brasileiro.

Distribuição

O segmento de Distribuição da Petrobras vende produtos derivados de petróleo produzidos principalmente pelo segmento de Abastecimento da Petrobras, e trabalha para expandir o mercado doméstico para estes e outros combustíveis. A Petrobras abastece e opera a Petrobras

Distribuidora S.A. – BR, que detém 38,6% do mercado brasileiro de distribuição de acordo com a ANP. A BR distribui produtos derivados de petróleo, etanol e biodiesel, bem como gás natural veicular para consumidores industriais, comerciais e de varejo.

Em 31 de dezembro de 2009, a rede de postos de combustível da BR compreendia 7.221 unidades, ou 1719,2% dos postos de combustível do Brasil. Este total inclui os 759 postos de combustível adquiridos localizados no norte, nordeste e noroeste do Brasil adquiridos da Ipiranga em 2007, os quais foram incorporados pela BR em abril de 2009.

Internacional

A Petrobras desenvolve diversas atividades no exterior e mantém uma consistente atividade internacional, com presença em 24 países. Os principais objetivos das operações internacionais da Petrobras são:

- i) aproveitar o conhecimento técnico da Petrobras na exploração e produção em águas profundas para participar em regiões marítimas de alto potencial e de fronteira; e
- ii) expandir e integrar as operações internacionais de *downstream* com as atividades domésticas da Petrobras.

Turbulências econômicas em 2008

Mudanças bruscas da economia mundial em 2008 afetaram o mercado de petróleo, com impactos diretos sobre a trajetória dos preços. A cotação do barril de petróleo do tipo *brent* variou de um pico de US\$145,66 a um mínimo de US\$34,04, em grande parte devido às oscilações da demanda durante o ano. O valor médio do barril de petróleo do tipo *brent* ficou em US\$96,99, superando em 33,7% a cotação média de 2007.

O crescimento da demanda dos países asiáticos por óleos leves no primeiro semestre de 2008, em comparação com o mesmo período do ano anterior, foi a principal causa do rápido aumento de preços durante a primeira metade do ano. No entanto, a imediata redução na procura dos países da OCDE no segundo semestre de 2008, aliada às expectativas pessimistas sobre a evolução da demanda, resultou na queda do patamar de preços a partir da segunda metade do ano. Nem a relativa estabilidade da procura por países que não compõem a OCDE, especialmente China e Índia, se mostrou suficiente para manter os preços entre US\$80,00 e US\$100,00 por barril de petróleo do tipo *brent*, semelhante à faixa de valores observada no último trimestre de 2007 e no primeiro trimestre de 2008.

Do lado da oferta, a queda da produção de petróleo por países que não compõem a OPEP, puxada pela Rússia, México e Reino Unido, foi em parte compensada pelos maiores volumes de produção por países integrantes da OPEP entre o segundo e o terceiro trimestres do ano, quando a Arábia Saudita, atendendo aos pedidos da Agência Internacional de Energia, decidiu elevar sua produção em cerca de 300.000 bpd (barris por dia). Entretanto, o agravamento das condições macroeconômicas mundiais a partir de meados do ano, especialmente nos Estados Unidos e Europa, provocou uma queda na demanda, levando a OPEP a anunciar um corte de 1.500.000 bpd (barris por dia) em suas cotas de produção a partir de novembro. Nesse contexto, o nível médio dos estoques de petróleo aumentou em relação a 2007, gerando um superávit no balanço oferta-demanda mundial do produto em 2008.

Os fatores de natureza geopolítica, como os problemas com as guerrilhas na Nigéria, as tensões na fronteira Turquia-Iraque e a incursão russa na Geórgia, além da questão nuclear do Irã, entre outras, parecem ter desempenhado um papel secundário no mercado de petróleo em 2008, em face do cenário econômico.

Alteração do marco regulatório de exploração e produção de petróleo no Brasil

Em 31 de agosto de 2009, a Petrobras comunicou ao mercado que o Presidente da República Federativa do Brasil, a partir de estudos conduzidos pela Comissão Interministerial constituída para estudar e propor mudanças no marco regulatório das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, encaminhou propostas legislativas ao Congresso Nacional apresentando as novas regras para o setor petróleo.

Dentre as propostas legislativas encaminhadas ao Congresso Nacional, encontra-se a introdução de um novo regime de contratação para a exploração e a produção de petróleo e gás natural em áreas do pré-sal e em áreas que possam vir a ser declaradas estratégicas pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). O novo regime, que será o regime de partilha de produção, introduz o conceito de “Óleo Lucro” (*Profit Oil*), que representa o total produzido por determinado campo, deduzidos os custos e despesas associados à produção do óleo. Outro conceito introduzido é o de “Custo em Óleo” (*Cost Oil*), que corresponde aos custos e aos investimentos realizados pelo contratado para a execução da atividade de pesquisa e lavra do óleo.

Destacam-se os seguintes aspectos desta proposta:

- i) a Petrobras será a operadora de todos os blocos explorados sob este regime;
- ii) a União poderá contratar exclusivamente a Petrobras ou realizar licitações com livre participação das empresas;
- iii) nas áreas que vierem a ser licitadas, será assegurada à Petrobras participação mínima de 30%, podendo ainda a Petrobras participar dos processos licitatórios visando ao aumento de sua participação nas áreas;
- iv) a vencedora da licitação será a empresa que oferecer o maior percentual do “Óleo Lucro” para a União. Neste caso, a Petrobras deverá acompanhar o percentual ofertado à União pela licitante vencedora, na proporção de sua participação mínima. Se for o caso de atuação exclusiva da Petrobras, o CNPE indicará o percentual do “Óleo Lucro” que caberá à União; e
- v) o pagamento de bônus de assinatura (que não é critério de julgamento na licitação) será definido caso a caso pelo CNPE, e incidência de royalties se dará nos termos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

Em proposta específica, encontra-se a previsão de criação de uma nova empresa estatal, a qual representará os interesses da União nos contratos de partilha de produção. Esta nova empresa não realizará atividades operacionais de pesquisa e lavra, tampouco fará investimentos, mas terá presença nos comitês operacionais que definirão as atividades dos consórcios, com direito a voto de qualidade e poder de veto nas decisões.

Foi apresentada ao Congresso Nacional, ainda, proposta de capitalização da Petrobras por meio da cessão onerosa pela União à Petrobras do direito de exercer as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural em determinadas áreas não concedidas do pré-sal, limitada ao volume máximo de 5 bilhões de boe (barris de óleo equivalente), bem como a autorização para que a União possa subscrever ações do capital social da Petrobras.

Subsidiárias

A Petrobras possui participação societária em diversas sociedades, no Brasil e no exterior. A tabela abaixo contém a relação de todas as sociedades consolidadas nas demonstrações financeiras padronizadas da Petrobras apresentadas à CVM com data-base de 31 de dezembro de 2008:

Subsidiárias e controladas

Petrobras Química S.A. - Petroquisa e subsidiárias
Petrobras Distribuidora S.A. - BR e subsidiárias
Braspetro Oil Services Company - Brasoil e subsidiárias
Braspetro Oil Company - BOC e subsidiárias
Petrobras International Braspetro B.V. - PIBBV e subsidiárias
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda. - PBEN
Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. - E-Petro e subsidiária
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro e subsidiárias
Petrobras International Finance Company - PifCo e controladas
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro e sua controlada
Downstream Participações Ltda. e sua controlada
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV e suas controladas ^{(i) (v)}
FAFEN Energia S.A. e subsidiária
5283 Participações Ltda.
Baixada Santista Energia Ltda.
Sociedade Fluminense de Energia Ltda. - SFE
Termorio S.A.
Termoceará Ltda.
Termomacaé Ltda
Termomacaé Comercializadora de Energia Ltda
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII
Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.
Termobahia S.A.
Petrobras Biocombustível S.A.
Refinaria Abreu e Lima S.A. ^(ix)
Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda
Ipiranga Asfalto S.A.
Cordoba Financial Services GmbH – CFS e subsidiária
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.
GNL do Nordeste Ltda. ⁽ⁱⁱ⁾
Termobahia S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾
Ibiritermo S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾
Termoaçu S.A. ⁽ⁱⁱ⁾
Participações em Complexos Bioenergéticos S.A. PC BIOS ⁽ⁱⁱ⁾
PMCC Projetos de Transporte de Álcool S.A. ⁽ⁱⁱ⁾
Brentech Energia S.A. ⁽ⁱⁱ⁾
Brasil PCH S.A. ⁽ⁱⁱ⁾
Brasympe Energia S.A. ⁽ⁱⁱ⁾
Breitener Energética S.A. ⁽ⁱⁱ⁾
Cia Energética Manauara S.A. ⁽ⁱⁱ⁾

Comperj Participações S.A.
Comperj Petroquímicos Básicos S.A.
Comperj PET S.A.
Comperj Estirênicos S.A.
Comperj MEG S.A.
Comperj Pololefinas S.A.
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Albacora Japão Petróleo Ltda.
Barracuda & Caratinga Leasing Company B.V.
Blade Securities Limited
Cayman Cabiunas Investment CO.
Charter Development LLC – CDC
Codajas Coari Participações Ltda.
Companhia de Desenvolvimento e Modernização de Plantas Industriais – CDMPI
Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos S.A. – CLEP
Companhia Petrolífera Marlim
Companhia de Recuperação Secundária S.A. – CRSEC
Gasene Participações Ltda.
Manaus Geração Termelétrica Participações Ltda.
Nova Marlim Petróleo S.A.
Nova Transportadora do Nordeste S.A. – NTN
Nova Transportadora do Sudeste S.A. – NTS
PDET Offshore S.A.
Companhia Mexilhão do Brasil
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-padronizados do Sistema Petrobras

PROMINP

O Fundo foi estruturado no âmbito do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – PROMINP. O PROMINP foi criado pelo Decreto nº 4.925, de 19 de dezembro de 2003, e visa a fomentar a participação da indústria nacional de bens e serviços, de forma competitiva e sustentável, na implantação de projetos de petróleo e gás no Brasil e no exterior.

O PROMINP é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, e é composto por um Comitê Diretivo, um Comitê Executivo e por Comitês Setoriais, que exercem de forma compartilhada a gestão do Programa. O órgão hierarquicamente superior do PROMINP é o Comitê Diretivo, composto pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; pelo presidente da diretoria da Petrobras, pelo presidente da diretoria do BNDES, pelo diretor de serviços da Petrobras, pelo presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás; e pelo Diretor-Geral da Organização Nacional da Indústria de Petróleo.

O Fundo integra o Programa de Estruturação de Mecanismos Financeiros de Antecipação de Pagamentos Contratuais, coordenado pela Organização Nacional da Indústria do Petróleo – ONIP. Este programa é também conhecido como PROMINP Recebíveis, e busca alternativas para a obtenção de recursos para os Fornecedores por meio do adiantamento de recebíveis oriundos dos contratos celebrados com a Petrobras.

Composição do capital social

O capital social da Petrobras, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 205.357.103.148,30, composto de 7.442.454.142 ações ordinárias e de 5.602.042.788 ações preferenciais.

Administração

A administração da Petrobras é realizada por meio de seu conselho de administração e de sua diretoria executiva.

Conselho de Administração

O conselho de administração da Petrobras, órgão de orientação e direção superior, é composto por no mínimo cinco e no máximo nove membros, e é responsável, entre outras coisas, pelo estabelecimento das políticas comerciais da Petrobras. Os membros do conselho de administração são eleitos na assembléia geral ordinária. A atual composição do conselho de administração da Petrobras é a seguinte:

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Guido Mantega	Presidente do Conselho de Administração
José Sergio Gabrielli de Azevedo	Conselheiro
Silas Rondeau Cavalcanti Silva	Conselheiro
Francisco Roberto de Albuquerque	Conselheiro
Luciano Galvão Coutinho	Conselheiro
Fabio Colletti Barbosa	Conselheiro
Jorge Gerdau Johannpeter	Conselheiro
Sérgio Franklin Quintella	Conselheiro
Márcio Pereira Zimmerman	Conselheiro

Márcio Pereira Zimmerman

É Ministro de Minas e Energia, desde 31 de março de 2010. Mestre em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, é engenheiro da Eletrosul, desde agosto de 1980, onde exerceu diversos cargos técnicos, bem como funções de média e alta gerência, inclusive, na Itaipu Binacional, de 1982 a 1985. Foi aluno do Programa de Desenvolvimento de Executivos para a Alta Administração do Setor Elétrico – PRODESEL, na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo - USP. Preside, desde 2008, o Conselho de Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás.

Membro efetivo do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), desde 2009. Os membros da administração da Petrobras não estiveram sujeitos, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

José Sergio Gabrielli de Azevedo

O Sr. José Sergio Gabrielli de Azevedo é professor titular licenciado da Universidade Federal da Bahia. Exerceu o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Petrobras de 1º de fevereiro de 2003 até 21 de julho de 2005, com responsabilidade pelas Gerências Executivas de Contabilidade, Finanças, Financiamento de Projetos, Investidores, Planejamento Financeiro e Tributário. É também membro do Conselho de Administração da Petrobras Energía Participaciones S.A. (PEPSA) e da Petrobras Energía S.A. (PESA).

Durante sua gestão na Petrobras, recebeu os seguintes prêmios: (i) Executivo de Finanças 2004 pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF) - Prêmio O Equilibrista; (ii) XX Prêmio ANEFAC Profissionais do Ano de 2004: recebeu o Prêmio como destaque de finanças; e (iii) *International Stevie Business Awards* 2005: Melhor Executivo de Finanças da América Latina.

Formou-se em Economia pela Universidade Federal da Bahia, com mestrado na mesma instituição em Incentivos Fiscais e Desenvolvimento Regional. Em 1987, obteve o título de PhD em Economia pela Boston University, dissertando sobre o financiamento das estatais no período de 1975 a 1979. No período de 2000 a 2001 foi "*Visiting Research Scholar*" na *London School of Economics and Political Science*. Foi pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, diretor da Faculdade de Ciências Econômicas e coordenador do mestrado em economia da Universidade Federal da Bahia e superintendente da Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão (Fapex). É autor de diversos artigos e livros sobre reestruturação produtiva, mercado de trabalho, macroeconomia e desenvolvimento regional. Atualmente, é professor titular licenciado da Universidade Federal da Bahia.

Guido Mantega

Formado em economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, é professor de economia da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas - FGV desde 1981. Fez doutorado em Sociologia do Desenvolvimento na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, com especialização no *Institute of Development Countries* (IDS) da Universidade de Sussex, Inglaterra em 1977. Foi professor de Economia no curso de mestrado e doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP de 1984 a 1987. Foi, também, diretor de orçamento, chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo, de 1982 a 1992, membro da Coordenação do Programa Econômico do PT nas eleições presidenciais de 1984, 1989 e 1998, é assessor econômico do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva desde 1993 e um dos coordenadores do Programa Econômico do PT na campanha presidencial de 2002.

Foi Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão até 18 de novembro de 2004, quando foi nomeado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para exercer o cargo de presidente do BNDES. Em 28 de março de 2006, assumiu o cargo de Ministro da Fazenda e, em 3 de abril de 2006, foi eleito membro do conselho de administração Petrobras.

Silas Rondeau Cavalcanti Silva

É engenheiro eletricista, formado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com especialização em Engenharia de Linhas de Transmissão pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 11 de julho de 2005 assumiu o cargo de Ministro de Estado de Minas e Energia, e em 3 de abril de 2006 foi eleito membro do conselho de administração da Petrobras. Foi presidente da Eletrobrás (2004-2005), da Eletronorte (2003-2004), da Manaus Energia (2000-2002), da Companhia Energética do Amazonas (2000/2002) e da Boa Vista Energia (2002-2003).

Iniciou sua carreira no setor público na Companhia Energética do Maranhão (CEMAR), onde exerceu vários cargos até chegar a Diretor Técnico e de Distribuição. É professor licenciado da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Foi professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA/1979-1986). Possui título de *Master of Business Administration* - MBA

executivo internacional pela Amana-Key-APG, obtido 1996, e MBA executivo em finanças pela IBMEC *Business School* de Brasília, obtido em 1999.

Francisco Roberto de Albuquerque

O Sr. Francisco Roberto de Albuquerque é bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras, em 1958, mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), título obtido em 1969, doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, título obtido em 1977, e bacharel em Ciências Econômicas pela UNIPA, em 1968. Foi comandante do 2º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado, sediado em Itu (1984-1986), chefe de assessoria do Gabinete do Ministro de Exército, Brasília (1986-1987), chefe da Comissão do Exército Brasileiro e Adjunto do Adido Militar em Washington, Estados Unidos da América (1987-1989) e subchefe de Gabinete do Ministro do Exército, Brasília (1989-1991). Foi, também, chefe do Gabinete do Estado-Maior do Exército em Brasília (1991-1994), comandante da 11ª Brigada de Infantaria Blindada em Campinas (1994-1995), mediador militar e coordenador do processo de paz no conflito entre Equador e Peru (1995-1996), subchefe do Estado-Maior do Exército em Brasília (1996-1997), secretário Geral do Exército em Brasília (1997-2000), Chefe do Departamento de Serviços, atual Departamento Logístico, em Brasília (2000-2001), secretário de Tecnologia da Informação e Comandante Militar do Sudeste (2001-2002). De 2003 a 2007, foi o Comandante do Exército Brasileiro. Durante sua carreira militar recebeu ao todo 22 condecorações nacionais e 16 condecorações internacionais.

Luciano Galvão Coutinho

O Sr. Luciano Galvão Coutinho é doutor em Economia pela Universidade de Cornell (EUA) e professor convidado da Universidade de Campinas (Unicamp). Seus estudos acadêmicos sempre tiveram como temas principais a política industrial e o lado real da economia. É especialista em economia industrial e internacional, escreveu e foi organizador de vários livros além de ter extensa produção de artigos, publicados no Brasil e no exterior. Em 1994, coordenou o Estudo de Competitividade da Indústria Brasileira, trabalho de quase uma centena de especialistas que mapeou com profundidade inédita o setor industrial brasileiro.

Entre 1985 e 1988 foi secretário-executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia, participando da estruturação do Ministério e na concepção de políticas voltadas a áreas de alta complexidade, como biotecnologia, informática, química fina, mecânica de precisão e novos materiais. É bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo e, durante o curso, recebeu o prêmio Gastão Vidigal como melhor aluno de Economia de São Paulo. Possui mestrado em Economia pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da USP e foi professor visitante nas Universidades de São Paulo, de Paris XIII, do Texas e do Instituto Ortega y Gasset, além de professor titular na Unicamp. Até assumir a Presidência do BNDES, era sócio da LCA Consultores, atuando como consultor-especialista em defesa da concorrência, comércio internacional e perícias econômicas.

Fabio Colletti Barbosa

Administrador de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo em 1976, obteve seu título de *Master of Business Administration* no IMEDE (*Institut for Management and Development*), na Suíça, em 1979. Exerceu funções na Tesouraria da Nestlé, no Brasil e no

exterior, no período de 1974 a 1986. No grupo Citicorp, foi diretor de várias áreas financeiras entre 1986 e 1992. Foi Presidente do LTCB Latin America Ltda. entre maio de 1992 e agosto de 1995. A partir de setembro de 1995, transferiu-se para o ABN Amro Bank/São Paulo, onde exerceu a função de diretor do *Corporate Banking & Finance*, até agosto de 1996, quando passou a presidente da instituição.

Com a incorporação do Banco Real S.A. pelo ABN Amro Bank, tornou-se, desde novembro de 1998, o diretor-presidente do Banco ABN Amro Real S.A. Participa do Conselho e da Diretoria Executiva da Federação Brasileira das Associações de Bancos - Febraban, desde 1999. Convidado pelo Presidente da República para o Conselho de Desenvolvimento Social e Econômico, é membro da instituição, desde sua criação, no início de 2003.

Jorge Gerdau Johannpeter

É presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau, que ocupa o 24º lugar entre as maiores companhias siderúrgicas do mundo, desde 1983. É também coordenador da organização não governamental Ação Empresarial Brasileira, que trata de questões de desenvolvimento, líder do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade - PQGP, referência para os setores público e privado na implementação de gestão de qualidade total, representante no Brasil da *American Society for Quality* (ASQ), presidente do Conselho do Prêmio Qualidade do Governo Federal, membro do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), e presidente do Conselho de Administração da Aço Minas Gerais - Açominas.

Sérgio Franklin Quintella

O Sr Sérgio Franklin Quintella é engenheiro civil pela Universidade Católica do Rio de Janeiro, engenheiro econômico pela Escola Nacional de Engenharia e economista pela Faculdade de Economia do Rio de Janeiro, com mestrado em administração de empresas na Itália e título de *Master of Business Administration* pela *Harvard Business School*, é professor regente de cátedra na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e professor da Pontifícia Universidade Católica. Foi Presidente da Internacional de Engenharia (1979-1990) e Presidente da Companhia do Jarí (1982-1983). Foi, também, membro do Conselho Monetário Nacional (1985-1990), bem como integrou o Conselho de Administração do BNDES (1975-1980).

Foi Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (1993-2005). Atualmente, é vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas e autor de diversas obras, ensaios e artigos.

Diretoria executiva

A diretoria executiva da Petrobras, composta de um presidente e até seis diretores executivos, é responsável pela administração diária da Petrobras. De acordo com o estatuto social da Petrobras, o conselho de administração elege os diretores executivos, incluindo o presidente. O presidente é escolhido entre os membros do conselho de administração. A eleição de diretores pelo conselho de administração deve levar em consideração sua qualificação pessoal, conhecimento evidente e especialização em suas respectivas áreas. O mandato máximo dos diretores executivos é de três anos, sendo permitida a reeleição. A diretoria executiva é composta atualmente da seguinte maneira:

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

José Sergio Gabrielli de Azevedo	Presidente
Renato de Souza Duque	Diretor
Guilherme de Oliveira Estrella	Diretor
Maria das Graças Silva Foster	Diretora
Paulo Roberto Costa	Diretor
Almir Guilherme Barbassa	Diretor Relações com Investidores
Jorge Luiz Zelada	Diretor

Renato de Souza Duque

Engenheiro elétrico formado pela Universidade Federal Fluminense, com especialização em engenharia do petróleo e título de MBA pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É engenheiro de petróleo sênior da Petrobras, onde ingressou em 1978. Assumiu diversas funções de gerência na empresa (plataformas, unidades de exploração, perfuração, operações especiais). Entre 1995 e 1999, foi gerente de recursos humanos da área de Exploração e Produção, coordenando todas as unidades operacionais nesta atividade. Foi também gerente de Engenharia e Tecnologia de Poço do setor de Exploração e Produção. Desde novembro de 2000 é gerente de contratos da área de Exploração e Produção, em que coordena a especificação técnica, análise de mercado e contratação de sondas de perfuração, embarcações e helicópteros, além da contratação de serviços de perfuração, embarcações especiais de lançamento de linhas e serviços submarinos.

Guilherme de Oliveira Estrella

Geólogo formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, é funcionário da Petrobras desde 1965, aposentado em 1994. Tem vasta experiência técnica na Petrobras. Começou seus serviços na Petrobras como geólogo de poço e tornou-se gerente de exploração da Petrobras Internacional S.A. - Braspetro no Iraque (1976-1978). Foi chefe dos setores de Interpretação de Bacias da Costa Leste do Brasil, de Geoquímica Orgânica e da Divisão de Exploração; Superintendente de Pesquisa e Desenvolvimento em Exploração, Perfuração e Produção; e Superintendente Geral do Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes). Foi diretor conselheiro e vice-presidente nacional da Sociedade Brasileira de Geologia, integrou a Sociedade Brasileira de Paleontologia e a *American Association of Petroleum Geologists* e foi diretor do Instituto Brasileiro do Petróleo.

Maria das Graças Silva Foster

Ocupa, desde maio de 2006, a presidência da Petrobras Coordenador Líder S.A. Anteriormente, foi presidente da Petrobras Química S.A. - Petroquisa, cargo que assumiu em setembro de 2005, tendo acumulado, neste período, a diretoria de relações com investidores da mesma companhia. Simultaneamente, desempenhou ainda a função de gerente executiva de petroquímica e fertilizantes, ligada a diretoria de abastecimento da Petrobras.

De janeiro de 2003 até aquela data, exerceu a função de Secretária de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia. Neste período, ainda exerceu, por Decretos Presidenciais, as funções de Coordenadora Interministerial do Programa do Governo Federal de Biodiesel: Produção e Uso de Biodiesel e de Secretária Executiva Nacional do Programa do Governo Federal de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo – PROMINP.

Antes já havia ocupado cargos de gerência na unidade de negócios de gás natural, no Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Miguez de Mello (CENPES) e na Transportadora Brasileira do Gasoduto Bolívia-Brasil S.A.

Atualmente é presidente do conselho de administração da Liquegás Coordenador Líder S.A, vice-presidente do conselho de administração da Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga e membro do conselho de administração do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis. Também já foi membro dos conselhos de administração da Braskem S.A, Petroquímica União S.A, Rio Polímeros S.A, Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. e Petrobras Transporte S.A.

Integra o quadro de profissionais de carreira da Petrobras. É bacharel em engenharia química pela Universidade Federal Fluminense, com mestrado em Engenharia Mecânica e Engenharia Nuclear pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ) e com título de MBA em Economia pela Fundação Getúlio Vargas.

Paulo Roberto Costa

O Sr Paulo Roberto Costa é engenheiro mecânico formado pela Universidade Federal do Paraná em 1976. Participou das instalações de plataformas e do desenvolvimento da produção da Bacia de Campos de 1979 a 1994 nas áreas de Engenharia, Superintendência de Apoio e como Superintendente da Região de Produção do Sudeste.

Em 1995 foi indicado como Gerente Geral da E&P-Sul (Exploração e Produção do Sul), responsável pelas Bacias de Santos e Pelotas. Em 1996 respondeu pela Gerência Geral de Logística da área de E&P. De 1997 até maio de 1999 respondeu pela Gerência de Gás, área responsável pela comercialização do Gás Natural na Petrobras.

Foi diretor da Petrobras Gás S.A. - Gaspetro de maio de 1997 a dezembro de 2000. De janeiro de 2001 a abril de 2003 foi responsável pela Gerência Geral de Logística da Unidade de Negócios Gás Natural da Petrobras. De abril de 2003 a maio de 2004, foi diretor-superintendente da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia Brasil S.A.

Almir Guilherme Barbassa

O Sr. Almir Guilherme Barbassa é mestre em economia pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, tendo ocupado o posto de Gerente Executivo de Finanças Corporativas da Petrobras de 12 de julho de 1999 até assumir a posição de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. Ingressou na empresa em 1974 e atuou na Braspetro como Gerente Financeiro no Oriente Médio, África, Estados Unidos e Brasil, e como Diretor Financeiro da mesma entre 1993 e 1999. É Presidente da Petrobras International Finance Company (PIFCO) e da Petrobras Netherlands BV (PNBV). Adicionalmente, foi professor do Departamento de Economia da Universidade Católica de Petrópolis e das Faculdades Integradas Bennett entre 1973 e 1979.

Jorge Luiz Zelada

É engenheiro eletrônico formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e integra o quadro de profissionais de nível superior da Petrobras desde janeiro de 1980, quando

começou sua carreira como engenheiro de instrumentação no Grupo Executivo para Desenvolvimento da Bacia de Campos (GECAN), atuando nos projetos das primeiras plataformas para aquela bacia. Sua função anterior na Petrobras, exercida desde fevereiro de 2003, foi a de Gerente Geral de Implementação de Empreendimentos de Exploração e Produção e Transporte Marítimo da Área de Engenharia, órgão responsável pela construção de plataformas de produção. Exerceu ainda outras funções de gerência nas áreas de engenharia e de perfuração.

Na Petrobras Coordenador Líder S.A., Jorge Zelada foi Gerente de Desenvolvimento de Projetos de Soluções Energéticas, responsável pela implementação de projetos de energia para clientes e de usinas termelétricas do Programa Emergencial do Governo Federal.

Demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras completas da Petrobras estão contidas no Anexo IV deste Prospecto.

4ºRTD-RJ - 827976
Emol 354,09/Distrib. 11,88/Let 11/06:18,29
Módulo/ACOTERJ 9,07 / FETJ 73,19
Lei 4.664/05-18,29 / Tot.Emol (R\$): 484,81
PARAM Vias 2 / Nome(s): 1 / Págs. 133
Proc. Estr. N / Averb. S / Dilig.:



**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE COTISTAS DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES
PETROBRAS – INDUSTRIAL E SERVIÇOS
CNPJ/MF nº 11.313.971/0001-08**

4ºRTD-CAPITAL - RJ
APRESENTADO E PROTOCOLADO EM 06/08/2010
REGISTRADO EM MÍDIA DIGITAL Nº 827976

1. DATA, HORA E LOCAL DA ASSEMBLÉIA:

1.1 A Assembléia Geral de Cotistas foi instalada em 23 de julho de 2010, às 9h00 (nove horas), no escritório da Instituição Administradora do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços (“Fundo”), na Praia de Botafogo, 501, 5º andar - parte, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO:

2.1 Dispensada a convocação nos termos do item 21.4.5 do regulamento do Fundo (“Regulamento”), em virtude da presença da totalidade dos cotistas do Fundo.

3. QUÓRUM:

3.1 Os Cotistas detentores da totalidade das seniores emitidas pelo Fundo, conforme as assinaturas ao final da presente ata.

4. COMPOSIÇÃO DA MESA:

4.1 Presidente: Carolina Cury Maia Costa

4.2 Secretário: Felipe Mendonça Pinto

5. ORDEM DO DIA:

5.1 Deliberar sobre a alteração do Gestor do Fundo, alterando o item 4.2 do Regulamento e o Anexo I.

6. DELIBERAÇÕES:

- 6.1 Alterar o item 4.2 do Regulamento, que passa a ter a seguinte redação:

*“4.2 A gestão da carteira do Fundo, nos termos do artigo 39, II, da Instrução CVM nº 356/01, caberá a **BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM**, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar – parte, Botafogo, inscrita no CNPJ/MF nº 29.650.082/0001-00.”*

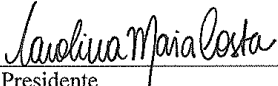
- 6.2 Alterar a definição de “Gestor” constante do “Anexo I – Glossário” do Regulamento, que passa a ter a seguinte redação:


*“Gestor - **BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM**, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar – parte, Botafogo, inscrita no CNPJ/MF nº 29.650.082/0001-00, devidamente credenciada na CVM como administradora de carteira, de acordo com o Ato Declaratório nº 5968, de 10 de maio de 2000.”*

7. ENCERRAMENTO:

- 7.1 Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Assembléia da qual se lavrou a presente Ata, que lida e achada conforme, foi pelos presentes assinada, sendo de pleno conhecimento de todos as deliberações aqui transcritas.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 2010


Presidente


Secretário

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4.º OFÍCIO
Averbado hoje na coluna de ANOTAÇÕES do
Registro N.º 827.916 do Livro B-113
O QUE CERTIFICO, RJ... 06 AGO 2010


4.º OFÍCIO REG. TÍT. DOCS. RJ
MARCELINO CESAR DA SILVA
Escrivente Autorizado
CTPS: 93680 Série 595-RJ



Registro de Títulos e Documentos
4.º Ofício - RJ
Anexo ao Documento Arquivado

**ANEXO À ASSEMBLÉIA GERAL DE COTISTAS DO FUNDO DE
INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES
PETROBRAS – INDUSTRIAL E SERVIÇOS, REALIZADA EM 23 DE JULHO DE
2010**

**REGULAMENTO CONSOLIDADO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM
DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS – INDUSTRIAL E
SERVIÇOS**

ÍNDICE

1. OBJETO.....	2
2. FORMA DE CONSTITUIÇÃO	2
3. PRAZO DE DURAÇÃO	2
4. INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E GESTOR.....	3
5. OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E DO GESTOR.....	3
6. REMUNERAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E DO GESTOR.....	7
7. SUBSTITUIÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E DO GESTOR.....	8
8. CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS	10
9. SERVIÇO DE CUSTÓDIA.....	10
10. POLÍTICA DE INVESTIMENTO	12
11. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE.....	15
12. DAS CONDIÇÕES DE CESSÃO E DA FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	19
13. FATORES DE RISCO	20
14. COTAS DO FUNDO.....	27
15. CLASSES DE COTAS	29
16. CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO.....	30
17. AMORTIZAÇÃO DAS COTAS E RESGATE	31
18. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE	35
19. DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO	37
20. RESERVA DE PAGAMENTOS	38
21. ASSEMBLÉIA GERAL.....	39
22. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E PERIÓDICAS.....	43
23. PUBLICAÇÕES	46
24. EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO FUNDO	46
25. CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS COTISTAS	51
26. PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO.....	53
27. ORDEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS	54
28. DISPOSIÇÕES FINAIS.....	56
ANEXO I	
GLOSSÁRIO	57
ANEXO II	
MODELO DE CONTRATO DE CESSÃO.....	66

ANEXO III	
CONDIÇÕES MÍNIMAS DE CONTRATAÇÃO DE SEGURO	117
ANEXO IV	
CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS A SEREM ADQUIRIDOS PELO FUNDO E PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA	119
ANEXO V	
MODELO DE SUPLEMENTO DE SÉRIE DE COTAS SENIORES	121
ANEXO VI	
MODELO DE SUPLEMENTO DE CLASSE MEZANINO DE COTAS SUBORDINADAS	123
ANEXO VII	
SUPLEMENTO DA 1ª SÉRIE DE COTAS SENIORES	125
ANEXO VIII	
SUPLEMENTO DA CLASSE MEZANINO “A” DE COTAS SUBORDINADAS	127

REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS – INDUSTRIAL E SERVIÇOS

O “FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS – INDUSTRIAL E SERVIÇOS”, disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, e pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, será regido pelo presente Regulamento, conforme o disposto abaixo.

Os termos definidos e expressões adotadas neste Regulamento em letras maiúsculas terão o significado a eles atribuídos no Anexo I ao presente Regulamento, aplicável tanto às formas no singular quanto no plural.

1. OBJETO

1.1 O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de direitos creditórios originados em contratos celebrados entre Petrobras e seus Fornecedores, relativos à prestação de serviços, compra e venda e/ou fornecimento de bens à Petrobras, nos termos deste Regulamento.

2. FORMA DE CONSTITUIÇÃO

2.1 O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração de cada Série ou classe de Cotas ou em virtude de sua liquidação, sendo admitida a amortização das Cotas, conforme disposto no presente Regulamento.

3. PRAZO DE DURAÇÃO

3.1 O Fundo terá prazo de duração indeterminado.

3.2 O Fundo pode ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral, observado o disposto neste Regulamento. Cada Série terá a duração especificada no respectivo Suplemento.

4. INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E GESTOR

4.1 O FUNDO é administrado pela Instituição Administradora, **BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, com sede na Praia de Botafogo, nº 501 - 5º andar, parte, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23.

4.2 A gestão da carteira do Fundo, nos termos do artigo 39, II, da Instrução CVM nº 356/01, caberá a **BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM**, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar – parte, Botafogo, inscrita no CNPJ/MF nº 29.650.082/0001-00.

5. OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E DO GESTOR

5.1 A Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios, assumindo a obrigação de aplicar em sua administração os princípios técnicos recomendáveis e o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na condução de seus próprios negócios, sempre no único e exclusivo benefício dos titulares das Cotas, respeitadas as obrigações que lhe são impostas pela legislação e por este Regulamento.

5.2 Incluem-se entre as obrigações da Instituição Administradora, além daquelas previstas no artigo 34 da Instrução CVM nº 356/01:

- i) celebrar os Documentos do Fundo por conta e ordem do Fundo e contratar, também por conta e ordem do Fundo, Agência Classificadora de Risco e Auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- ii) praticar todos os atos de administração ordinária do Fundo, de modo a manter a sua boa ordem legal, operacional e administrativa;

- iii) monitorar o cumprimento integral pelo Fundo dos limites previstos neste Regulamento e na legislação aplicável, bem como da Relação Mínima, da Reserva de Pagamentos e da Reserva de Amortização;
- iv) monitorar, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas ao Custodiante
- v) informar imediatamente à Agência Classificadora de Risco a ocorrência dos seguintes eventos:
 - a) substituição do Auditor ou do Custodiante;
 - b) ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada; e
 - c) celebração de aditamentos aos Documentos do Fundo;
- vi) entregar e/ou manter à disposição da Agência Classificadora de Risco cópia dos relatórios preparados pela própria Instituição Administradora, pelo Custodiante e demais prestadores de serviços contratados pelo Fundo, nos termos dos Documentos do Fundo;
- vii) registrar o documento de constituição do Fundo e o presente Regulamento e seus anexos, bem como eventuais alterações e futuras versões do Regulamento e de seus anexos, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de seu domicílio;
- viii) providenciar que os Cotistas assinem o termo de adesão a este Regulamento na mesma data de aquisição de Cotas;
- ix) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente ou por este Regulamento, na forma prevista pelos mesmos, em especial as informações discriminadas na cláusula 22 abaixo;
- x) divulgar aos Cotistas, na forma prevista neste Regulamento, eventual rebaixamento da classificação de risco do Fundo, no prazo máximo de 3 (três)

dias úteis do recebimento de tal informação;

- xi) convocar a Assembléia Geral nos termos deste Regulamento;
- xii) divulgar à Agência Classificadora de Risco, até o dia 5 (cinco) de cada mês calendário, a Relação Mínima, a Reserva de Pagamentos e a Reserva de Amortização;
- xiii) identificar Fornecedores aptos a cederem Direitos Creditórios ao Fundo e formalizar as respectivas cessões, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão;
- xiv) em caso de inadimplência de Direitos Creditórios, iniciar ou fazer com que se inicie, quando for o caso, quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários (a) à cobrança dos Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, (b) à excussão de quaisquer garantias eventualmente prestadas; e (c) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Cotistas;
- xv) desde que esgotados todos os meios e procedimentos necessários à cobrança dos Direitos Creditórios inadimplentes e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, e, portanto, esgotada a competência do Custodiante para realizar o recebimento de tais Direitos Creditórios, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos referidos ativos. O preço de alienação dos referidos ativos de titularidade do Fundo não poderá, exceto se aprovado pela Assembléia Geral, sob pena de responsabilização da Instituição Administradora por eventuais danos ou prejuízos causados ao Fundo, ser inferior ao seu respectivo valor contábil, devidamente ajustado pelas regras do COSIF, devendo, ademais, refletir as condições de mercado na ocasião e o risco de crédito associado aos mesmos;
- xvi) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial, ou ainda de regimes similares, de bancos em que transitem recursos relacionados aos Direitos Creditórios

cedidos, requerer o imediato direcionamento desse fluxo de recursos para outra conta de depósito, de titularidade do Fundo; e

- xvii) executar os serviços de escrituração, controladoria, emissão e resgate de Cotas.

5.3 É vedado à Instituição Administradora:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas deste.

5.3.1 As vedações de que trata o item anterior abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Instituição Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

5.3.2 Excetuam-se do disposto no item acima os títulos de emissão do Tesouro Nacional e os títulos de emissão do Banco Central do Brasil, integrantes da carteira do Fundo.

5.4 É vedado à Instituição Administradora, em nome do Fundo, além do disposto no artigo 36 da Instrução CVM nº 356/01:

- i) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios e os Outros Ativos; e
- ii) emitir qualquer classe ou série de Cotas em desacordo com este Regulamento.

5.5 Caberá ao Gestor a prestação dos serviços de gestão especializada da carteira do Fundo, ficando a cargo do Gestor a seleção dos Outros Ativos que integrarão a carteira do Fundo.

5.6 Aplicar-se-ão ao Gestor, no que couberem, as mesmas vedações aplicáveis à Instituição Administradora.

6. REMUNERAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E DO GESTOR

6.1 Serão devidos à Instituição Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições de administração do Fundo, Taxa de Administração, definida neste Regulamento, nos seguintes valores:

- i) 1,35% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o PL do Fundo, à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), calculada e provisionada diariamente e paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente; e
- ii) remuneração equivalente a 3% (três por cento) ao ano sobre o PL do Fundo, à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), calculada e provisionada diariamente e paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

6.1.1 A remuneração indicada no item 6.1 (ii) acima vigorará pelo período máximo de 12 (doze) meses contados da Data de Subscrição Inicial e poderá ser reduzida e/ou cancelada a qualquer tempo, a critério da Instituição Administradora, independentemente de deliberação pela Assembléia Geral de Cotistas.

6.1.2 A remuneração acima não inclui as despesas previstas na cláusula 19 abaixo, a serem debitadas do Fundo pela Instituição Administradora.

6.1.3 A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração acima fixada.

6.1.4 A Taxa de Performance corresponderá a 20% (vinte por cento) do valor que exceder a distribuição de rendimentos à Cota Subordinada de Classe Júnior, conforme descrito na cláusula 16 abaixo, e será provisionada diariamente e paga semestralmente à Instituição Administradora no dia 5 (cinco) do mês subsequente ao encerramento de cada semestre do exercício social do Fundo.

6.1.5 Caso, em qualquer dia útil, o PL não permitir a distribuição de rendimentos às Cotas até os limites percentuais referidos na cláusula 16 abaixo para cada Série ou classe de Cotas, sem considerar o excedente referido no item 16.5 abaixo, será descontado da provisão constituída para a Taxa de Performance o montante necessário para atingir tais percentuais de remuneração, até o limite da provisão.

6.2 A Instituição Administradora remunerará o Gestor mediante a atribuição de parcela da Taxa de Administração e/ou da Taxa de Performance, conforme pactuado entre a Instituição Administradora e o Gestor, sendo certo que referido pagamento não poderá exceder, conforme o caso, o valor pago pelo Fundo à Instituição Administradora a título de Taxa de Administração e/ou Taxa de Performance, observado, ainda, o disposto no item 6.1.3 acima.

6.3 Ressalvada a Taxa de Administração e Taxa de Performance a serem pagas à Instituição Administradora nos termos deste Regulamento, não serão cobradas dos Cotistas do Fundo quaisquer outras taxas, tais como taxa de ingresso e/ou saída.

7. SUBSTITUIÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E DO GESTOR

7.1 A Instituição Administradora, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral, a se realizar em 15 (quinze) dias contados da convocação, para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da Instrução CVM nº 356/01 e deste Regulamento.

7.1.1 Na hipótese de deliberação pela liquidação do Fundo, a Instituição Administradora obriga-se a permanecer no exercício de sua função até a liquidação total do Fundo.

7.1.2 A Assembléia Geral poderá (i) deliberar pela substituição da Instituição Administradora; e (ii) indicar o nome, a qualificação, experiência e remuneração de instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Instituição Administradora, nos termos da legislação aplicável, do Regulamento e dos demais Documentos do Fundo.

7.2 Na hipótese de deliberação pela Assembléia Geral da substituição da Instituição Administradora, a mesma deverá permanecer no exercício regular de suas funções pelo menor prazo entre (i) 60 (sessenta) dias; ou (ii) até que seja contratada outra instituição administradora.

7.3 A remuneração da instituição administradora substituta não poderá ser superior ao valor corrente da Taxa de Administração.

7.4 A Instituição Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, (i) colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado da realização da respectiva Assembléia Geral que deliberou sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, os deveres e obrigações da Instituição Administradora, bem como (ii) prestar qualquer esclarecimento sobre a administração do Fundo que razoavelmente lhe venha a ser solicitado pela instituição que vier a substituí-la.

7.5 A contratação de nova instituição administradora estará sujeita à confirmação da classificação de risco das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino, se houver, pela Agência Classificadora de Risco.

7.6 Nas hipóteses de substituição da Instituição Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

7.7 As regras da presente seção se aplicam à substituição do Gestor, no que couber.

8. CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

8.1 A Instituição Administradora pode, às suas expensas e sem prejuízo de sua responsabilidade e da do diretor designado nos termos da Instrução CVM nº 356/01, contratar serviços de:

- i) consultoria especializada, objetivando a análise e seleção de Direitos Creditórios e demais ativos para integrarem a carteira do Fundo;
- ii) gestão da carteira do Fundo, prestados por pessoa jurídica habilitada; e
- iii) custódia, prestados por instituição credenciada na CVM para o desempenho dessa atividade.

9. SERVIÇO DE CUSTÓDIA

9.1 Os serviços de (i) custódia, nos termos do artigo 38 da Instrução CVM nº 356/01, (ii) controle e processamento dos Direitos Creditórios e Outros Ativos, e (iii) tesouraria serão prestados pelo Custodiante.

9.2 Sem prejuízo das demais disposições legais aplicáveis e dos termos e condições do Contrato de Cessão, são deveres do Custodiante:

- i) receber e analisar todos os documentos que evidenciem o lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, dentre eles cópia autenticada dos Contratos, cópia autenticada da Autorização de Cessão, cópia do CRCC do Fornecedor, apólice do seguro garantia, quando exigida por este Regulamento, cópias dos 3 (três) últimos BAD ou RAD e dos 3 (três) últimos Boletins de Medição relativos ao Contrato que originou Direitos Creditórios a Performar, se houver, sendo certo que cópias autenticadas de anexos dos Contratos serão recebidas pelo Custodiante apenas mediante solicitação da Instituição Administradora, bem

como versão original do Contrato de Cessão, do Termo de Cessão e da Autorização de Cessão;

- ii) validar os Direitos Creditórios ofertados em relação aos Critérios de Elegibilidade definidos na cláusula 11 abaixo;
- iii) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios, evidenciados pelos Contratos de Cessão e Documentos Comprobatórios da operação;
- iv) fazer a custódia e realizar o controle dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos;
- v) às suas expensas, diligenciar para que as cópias autenticadas dos Documentos Comprobatórios, quando exigidas por este Regulamento, sejam mantidas atualizadas e em perfeita ordem, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para empresa de auditoria, Agência de Classificação de Risco e órgãos reguladores;
- vi) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou outra renda relativa aos títulos custodiados em nome do Fundo, depositando os valores recebidos na conta corrente do Fundo;
- vii) preparar relatório mensal dos índices de inadimplência dos Direitos Creditórios, indicando a classificação dos devedores e respectiva provisão nos termos da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN, bem como das recompras de Direitos Creditórios, se houver, e das taxas de desconto praticadas pelo Fundo nas respectivas cessões de Direitos Creditórios; e
- viii) efetuar a conciliação dos valores depositados pela Petrobras na Conta Vinculada especificada na Autorização de Cessão, transferindo ao Fundo e aos Fornecedores os respectivos valores que lhes são devidos nos termos dos respectivos Contratos de Cessão.

9.3 Desde que previamente aprovado pela Assembléia Geral, o Custodiante poderá ser substituído.

9.3.1 A contratação de novo custodiante estará sujeita à confirmação da classificação de risco das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino pela Agência Classificadora de Risco.

9.3.2 Na hipótese de os Cotistas reunidos em Assembléia Geral não aprovarem a substituição do Custodiante, os mesmos poderão deliberar pela liquidação do Fundo, nos termos deste Regulamento.

9.3.3 Aplica-se o disposto na cláusula 7 acima, no que couber, aos procedimentos de substituição do Custodiante.

9.4 O Custodiante poderá renunciar, a qualquer tempo, às funções que lhe são atribuídas nos termos deste Regulamento e dos demais Documentos do Fundo. Neste caso, a Instituição Administradora deverá convocar Assembléia Geral para deliberar sobre a substituição do Custodiante, que deverá desempenhar todas as suas funções pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da convocação da Assembléia Geral que escolherá seu substituto ou até que a instituição escolhida assuma a função, o que ocorrer primeiro.

9.5 A guarda dos Documentos Comprobatórios originais caberá ao respectivo Cedente, conforme estabelecido no respectivo Contrato de Cessão, devendo o Custodiante manter cópias autenticadas de tais documentos, quando exigido por este Regulamento, sem prejuízo da manutenção adicional de cópias eletrônicas.

9.5.1 A cobrança dos Direitos Creditórios inadimplentes caberá à Instituição Administradora, nos termos do Anexo IV deste Regulamento.

10. POLÍTICA DE INVESTIMENTO

10.1 O Fundo é voltado à aplicação preponderantemente em Direitos Creditórios devidos pela Petrobras e oriundos de contratos de prestação de serviços, compra e venda e/ou de fornecimento de bens àquela.

10.2 O Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do seu PL em Direitos Creditórios.

10.3 O Fundo pode aplicar o remanescente do PL exclusivamente, em:

- i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e
- iii) cotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa” ou “Referenciado DI”, cujas carteiras sejam compostas exclusivamente pelos títulos referidos nos itens (i) e (ii) acima.

10.3.1 Os fundos de investimento indicados no item 10.3 (iii) acima poderão prever a utilização de derivativos nas respectivas políticas de investimento, desde que exclusivamente para os fins de proteção das posições detidas à vista (*hedge*).

10.3.2 A seleção dos ativos mencionados no item 10.3 acima caberá ao Gestor.

10.4 Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições autorizadas à prestação desses serviços pela referida autarquia ou pela CVM.

10.5 É facultado ao Fundo, ainda:

- i) realizar operações compromissadas tendo como lastro os ativos indicados no item 10.3 (i) e (ii) acima; e
- ii) realizar operações em mercados de derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

10.6 Para efeito do disposto em 10.5 (ii) acima:

- i) as operações devem ser negociadas em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, exclusivamente na modalidade “com garantia” quando se tratar de operações de *swap*; e

- ii) devem ser considerados, para efeito de cálculo de PL, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

10.7 O Fundo não poderá realizar qualquer operação financeira, incluindo a compra e venda de qualquer ativo financeiro ou aquelas compromissadas, em que os Fornecedores ou quaisquer pessoas controladoras, controladas, direta ou indiretamente, coligadas ou sob controle comum destes figurem, direta ou indiretamente, como contrapartes. O Fundo pode realizar operações nas quais a Instituição Administradora atue na condição de contraparte do Fundo.

10.8 O Fundo não poderá realizar:

- i) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; e
- ii) operações de *day-trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

10.9 O total de ativos de emissão e/ou com coobrigação de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de um mesmo fundo de investimento, não pode exceder 20% (vinte por cento) do PL.

10.10 Os Direitos Creditórios serão adquiridos pelo valor calculado de acordo com o previsto no Contrato de Cessão.

10.11 O pagamento do preço de cessão será efetuado em até 1 (um) dia útil contado da efetiva escrituração dos Direitos Creditórios pelo Custodiante.

10.12 As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, do Gestor ou do FGC. Além disso, o Fundo poderá realizar aplicações

que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. Essas aplicações poderão consistir, dentre outras, na aquisição de Direitos Creditórios ou de Outros Ativos que poderão ter rentabilidade inferior à esperada respectivamente pela Instituição Administradora e pelo Gestor do Fundo. Tais riscos estão descritos pormenorizadamente na seção “Fatores de Risco” deste Regulamento, que deve ser lida cuidadosamente pelo investidor antes da aquisição de Cotas.

11. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

11.1 Os critérios de elegibilidade dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são, exclusiva e cumulativamente, os seguintes:

- i) os Direitos Creditórios devem (a) ser vencidos, (b) ser devidos pela Petrobras, (c) ser oriundos de contratos de prestação de serviços, compra e venda e/ou fornecimento de bens firmados pela Petrobras com Fornecedores;
- ii) os Direitos Creditórios não poderão ter data de vencimento superior (a) a 24 (vinte e quatro) meses contados da sua data de aquisição pelo Fundo; e (b) ao maior prazo de vencimento de série de Cotas Seniores em circulação, nem data de vencimento inferior a 7 (sete) dias contados da respectiva aquisição;
- iii) poderão ser adquiridos Direitos Creditórios a Performar (a) apenas de Fornecedores que possuam CRCC válido, excetuado o disposto no subitem (v) abaixo, e (b) correspondentes a (1) no máximo 50% (cinquenta por cento) do fluxo de pagamentos a vencer no cronograma de pagamento previsto no Contrato de que são oriundos, vedada a aquisição da última parcela de um Contrato; e (2) no máximo 75% (setenta e cinco por cento) de cada parcela do Contrato;
- iv) poderão ser adquiridos Direitos Creditórios Performados correspondentes a no máximo 90% (noventa por cento) de cada parcela do Contrato de que são oriundos, de acordo com o cronograma de pagamento do respectivo Contrato;
- v) somente poderão ser adquiridos ou recebidos em garantia Direitos Creditórios a Performar oriundos de Contratos celebrados com Fornecedor que não possua CRCC válido quando o Fornecedor tenha contratado seguro de performance

junto às Seguradoras Autorizadas, tenha quitado integralmente o respectivo prêmio, e referido seguro atenda às condições mínimas dispostas no Anexo III deste Regulamento, bem como cubra integralmente o valor nominal do respectivo Direito Creditório;

- vi) na primeira cessão de Direitos Creditórios por um Fornecedor ao Fundo, e se houver BAD ou RAD emitido para o respectivo Contrato, somente poderão ser adquiridos ou recebidos em garantia Direitos Creditórios oriundos de Contrato cuja nota do BAD ou RAD em vigor seja maior ou igual a “bom”, sendo que, na data deste Regulamento, tal conceito equivale a nota mínima de 70 (setenta); em caso de divergência entre a nota e conceito, deverá prevalecer, para os efeitos deste Regulamento, o conceito;
- vii) a taxa de desconto aplicável para a aquisição de Direito Creditório Performado e para a aquisição de Direito Creditório a Performar deve ser igual ou maior a 150% (cento e cinquenta por cento) da Taxa DI;
- viii) não poderão ser adquiridos Direitos Creditórios com vencimento no período que anteceder a (a) 6 (seis) meses do prazo de encerramento da Série em circulação com maior prazo de vencimento, em caso de Direitos Creditórios a Performar; e (b) 3 (três) meses do prazo de encerramento da Série em circulação com maior prazo de vencimento, em caso de Direitos Creditórios Performados;
- ix) somente poderão ser adquiridos ou recebidos em garantia quaisquer Direitos Creditórios se, uma vez computada *pro forma* a respectiva aquisição, (a) forem mantidos os limites previstos no item 11.3 e seguintes deste Regulamento; e (b) o prazo médio ponderado dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo não seja superior a 12 (doze) meses, conforme cálculo realizado pelo Custodiante de acordo com a seguinte fórmula:

$$\left(\frac{\sum_{n=1}^J (VP_{DCV_n} \times T_{DCV_n})}{\sum_{n=1}^J VP_{DCV_n}} \right) \times \frac{1}{22} \leq 12 \text{ meses}$$

onde:

VP_{DCVn} = valor presente do Direito Creditório vincendo de ordem “n”

T_{DCVn} = número de dias úteis para o vencimento do Direito Creditório de ordem “n”

J = quantidade de Direitos Creditórios vencidos.

11.2 A verificação do disposto no item 11.1 (vi) acima ocorrerá exclusivamente com base nos BAD ou RAD disponibilizados pelo Fornecedor à Instituição Administradora, que os repassará ao Custodiante.

11.3 A aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo observará, adicionalmente, o disposto abaixo:

- i) computada *pro forma* a aquisição de novos Direitos Creditórios pelo Fundo, o total de Direitos Creditórios de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum não pode exceder 8% (oito por cento) do valor das Cotas subscritas, ressalvado o disposto nos subitens seguintes;
- ii) o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios devidos pela Petrobras até o limite de 100% (cem por cento) do valor das Cotas subscritas;
- iii) computada *pro forma* a aquisição de novos Direitos Creditórios pelo Fundo, a carteira do Fundo deverá respeitar os seguintes limites de concentração por Fornecedor:

Maiores Fornecedores em ordem descrescente (% dos Direitos Creditórios cedidos em relação ao total de Cotas subscritas)	% máximo sobre o total de Cotas subscritas
1 (maior Fornecedor)	8%
2	8%
3	6%
4	6%
5	6%
6	6%

7	5%
8	5%
9	5%
10	5%
11	5%
12	3%
13	3%
14	3%
15	3%
16	3%
17	3%
18	3%
19	3%
20	3%
21	3%
22	3%
23	2%

- iv) computada *pro forma* a aquisição de novos Direitos Creditórios pelo Fundo, o total de Direitos Creditórios a Performar integrantes da carteira do Fundo não poderá ultrapassar 70% (setenta por cento) do valor das Cotas subscritas; e
- v) computada *pro forma* a aquisição de novos Direitos Creditórios pelo Fundo, a quantidade de Direitos Creditórios originados por Fornecedores classificados sob o mesmo código de Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, divulgado pela Receita Federal do Brasil, não pode exceder a 30% (trinta por cento) do valor das Cotas subscritas.

11.3.1 Para efeito do disposto no item 11.3 acima, após a total integralização das Cotas em circulação, a base de cálculo dos limites de concentração previstos passará a ser o PL.

11.3.2 Os limites de concentração previstos nos itens 11.3 (i) e (iii) somente serão aplicáveis após o início da integralização de Cotas Seniores.

11.3.3 O Fundo poderá seguir critérios de concentração diferentes dos previstos no item 11.3 acima, desde que a adoção de tais critérios receba previamente a confirmação, pela Agência Classificadora de Risco, da manutenção ou melhora da classificação de risco das Cotas Seniores em circulação.

12. DAS CONDIÇÕES DE CESSÃO E DA FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO

12.1 Sem prejuízo dos critérios de elegibilidade descritos acima, as cessões de Direitos Creditórios deverão observar as seguintes Condições de Cessão, que deverão constar dos respectivos Contratos de Cessão:

- i) o Fornecedor deverá declarar que o respectivo Contrato não apresenta, no momento da cessão, quaisquer parcelas vencidas e não pagas pela Petrobras;
- ii) o Fornecedor deverá entregar a Autorização de Cessão;
- iii) em se tratando de Direitos Creditórios a Performar, o Fornecedor deverá fornecer ao Custodiante, quando houver, os 3 (três) últimos BAD ou RAD e os 3 últimos Boletins de Medição do Contrato do qual são oriundos os Direitos Creditórios a Performar que o Fundo pretende adquirir.

12.2 As condições de cessão dispostas no item 12.1 acima não consubstanciam Critérios de Elegibilidade para fins de verificação pelo Custodiante.

12.3 Na hipótese de os Direitos Creditórios deixarem de observar quaisquer dos critérios de elegibilidade ou condições de cessão acima descritos após sua aquisição pelo Fundo, não haverá, por parte dos Cotistas, direito de regresso contra a Instituição Administradora ou o Custodiante, salvo na existência de comprovada má fé ou dolo das partes.

12.4 Uma vez selecionados os Direitos Creditórios que o Fundo pretende adquirir, a cessão dos Direitos Creditórios, incluindo todos os seus acessórios, será formalizada através da celebração de Contrato de Cessão entre o Fornecedor e o Fundo.

12.4.1 O Fundo também poderá adquirir Direitos Creditórios do Banco BTG Pactual S.A., desde que este tenha adquiridos tais Direitos Creditórios em observância aos Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão previstos neste Regulamento e de acordo com o modelo de Contrato de Cessão ora previsto. Este último, por sua vez, poderá ser adaptado exclusivamente para o propósito de regular a cessão dos Direitos

Creditórios do Banco BTG Pactual S.A. para o Fundo, independentemente de autorização dos Cotistas.

12.4.1 O Contrato de Cessão preverá, no mínimo:

- i) que o Fornecedor responde pela titularidade, existência, certeza, exigibilidade e correta formalização dos Direitos Creditórios;
- ii) que o Fornecedor atesta a inexistência de ônus, gravames ou restrições sobre o Direito Creditório;
- iii) que a assinatura do Contrato de Cessão e a consequente cessão dos Direitos Creditórios não acarretará o descumprimento total ou parcial de quaisquer obrigações do Fornecedor com terceiros;
- iv) que quaisquer quantias eventualmente recebidas pelo Fornecedor em relação a Direitos Creditórios cedidos serão transferidas ao Fundo em até 1 (um) dia útil; e
- v) que o Contrato de Cessão poderá ser registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes dos Fornecedores e do Fundo, cabendo o custo de ambos os registros aos Fornecedores, sendo o valor referente ao registro do Contrato de Cessão na sede do Fundo debitado por ocasião do efetivo pagamento aos Fornecedores.

12.5 Nos termos do inciso X do artigo 24 da Instrução CVM nº 356/01, as características inerentes aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo estão descritas no Anexo IV deste Regulamento. Tais características não consubstanciam Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios, podendo alterar-se a qualquer tempo, mediante aprovação pela Assembléia Geral de Cotistas.

13. FATORES DE RISCO

13.1 A carteira do Fundo e, por consequência, seu patrimônio, estão sujeitos a diversos fatores de risco, dentre os quais destacamos os abaixo relacionados. Caso algum destes riscos ocorra, o Fundo poderá sofrer prejuízos, inclusive com perda de patrimônio para o Cotista. O investidor, antes de adquirir Cotas, deve ler

cuidadosamente esta cláusula. A Instituição Administradora, o Custodiante, o Gestor, os Fornecedores e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e/ou pelos Cotistas, incluindo, sem limitação, eventual perda do valor de principal de suas aplicações em decorrência dos riscos indicados abaixo e de outros aplicáveis às Cotas, aos Direitos Creditórios e ao Fundo:

13.2 Risco de Mercado

13.2.1 *Flutuação de Preços dos Ativos* – Os preços e a rentabilidade dos ativos do Fundo poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação de ativos que componham a carteira do Fundo, inclusive derivativos. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade daqueles ativos que integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores ao da emissão e/ou contabilização inicial, levando à redução do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, a prejuízos por parte dos Cotistas.

13.2.2 *Descasamento de Taxas* – Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são contratados a taxas prefixadas. A distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas tem como parâmetro a Taxa DI. Assim, nas hipóteses de (i) aumento substancial da Taxa DI; e/ou (ii) insucesso na eventual realização de operações em mercados de derivativos, com o objetivo de proteger posições detidas à vista até o limite dessas, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos detentores de Cotas, conforme definido abaixo, sendo que nem o Fundo, nem a Instituição Administradora, nem o Gestor prometem ou asseguram rentabilidade aos Cotistas.

13.3 Risco de Crédito

13.3.1 *Fatores Macroeconômicos* – Como o Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios devidos pela Petrobras, dependerá da solvência desta para distribuição de rendimentos aos Cotistas. A solvência da Petrobras pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais

como elevação das taxas de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico etc., bem como a decisões ou políticas desenvolvidas pelo Governo Federal. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver o aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios do Fundo, afetando negativamente seus resultados e/ou provocando perdas patrimoniais, o que poderá afetar adversamente a rentabilidade das Cotas.

13.3.2 *Cobrança Judicial e Extrajudicial* – No caso de a Petrobras inadimplir as obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Nada garante, contudo, que referidas cobranças atingirão os resultados almejados, recuperando para o Fundo o total dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo, bem como afetar adversamente a rentabilidade das Cotas.

13.4 Risco de Liquidez

13.4.1 *Fundo Fechado e Mercado Secundário* – O Fundo será constituído sob a forma de condomínio fechado, sendo que as Cotas somente poderão ser resgatadas ao término do prazo de duração da Série ou classe de Cotas, ou por ocasião da liquidação antecipada do Fundo. Assim, caso o Cotista, por qualquer motivo, decida alienar suas Cotas antes de encerrados os referidos prazo, terá que fazê-lo no mercado secundário. Atualmente, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento apresenta baixa liquidez, o que pode dificultar a venda de cotas ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao Cotista.

13.4.2 *Inexistência de mercado secundário para negociação de Direitos Creditórios* – O Fundo deve aplicar seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios. No entanto, pela sua própria natureza, a aplicação em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento de renda fixa. Não existe, no Brasil, por exemplo, mercado ativo para compra e venda de Direitos Creditórios. Assim, caso seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, como nas hipóteses de liquidação previstas neste Regulamento, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda de patrimônio ao Fundo, bem como afetar adversamente a rentabilidade das Cotas.

13.4.3 *Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação do Fundo* – O Fundo poderá ser liquidado conforme o disposto na cláusula 24 do presente Regulamento. Ocorrendo a liquidação, o Fundo poderá não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas em hipótese de, por exemplo, o adimplemento das parcelas dos Direitos Creditórios do Fundo ainda não ser exigível da Petrobras. Neste caso, o pagamento aos Cotistas ficaria condicionado: (i) ao vencimento e pagamento pela Petrobras das parcelas relativas aos Direitos Creditórios do Fundo; (ii) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, com risco de deságio capaz de comprometer a rentabilidade do Fundo, apenas em caso de aprovação pela Assembléia Geral; ou (iii) ao resgate de Cotas em Direitos Creditórios, exclusivamente nas hipóteses de liquidação antecipada do Fundo. Nas três situações, os Cotistas poderiam sofrer prejuízos patrimoniais.

13.5 Risco Proveniente do Uso de Derivativos

13.5.1 *Oscilações no PL do Fundo* – A Instituição Administradora poderá contratar operações de *swap* de taxas prefixadas pela Taxa DI ou ainda operações envolvendo contratos futuros atrelados à referida taxa, para evitar o risco de descasamento de taxas, bem como aplicar recursos do Fundo em fundos de investimento que admitam em sua política de investimento o uso de derivativos para fins de *hedge*. No entanto, há a possibilidade de a Instituição Administradora não conseguir contratar tais operações, ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Além disso, a realização de operações pelo Fundo, ou pelos fundos de investimento em que aplicar seus recursos, no mercado de derivativos pode ocasionar variações no PL que levem a perdas patrimoniais ao Fundo e conseqüentemente aos seus Cotistas.

13.6 Riscos Específicos

13.6.1 Riscos Operacionais

13.6.1.2 *Falhas do Custodiante* – A cobrança dos Direitos Creditórios depende da atuação diligente do Custodiante. Cabe-lhe aferir o correto recebimento dos recursos e realizar a conciliação dos valores devidos ao Fundo, ao Banco BTG, para os Direitos Creditórios por ele adquiridos, e aos Fornecedores. Assim, qualquer falha de procedimento do Custodiante poderá acarretar menor recebimento dos recursos pelo

Fundo e, em última instância, a perda patrimonial do Fundo e a queda da rentabilidade das Cotas.

13.6.1.3 *Guarda dos Documentos Comprobatórios* – A guarda dos Documentos Comprobatórios ficará a cargo dos Fornecedores, na qualidade de fiéis depositários. Ainda que o Custodiante mantenha cópia dos Documentos Comprobatórios, do CRCC e do BAD ou RAD do Fornecedor, a guarda dos Documentos Comprobatórios pelos Fornecedores pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida formalização dos Direitos Creditórios e a sua cobrança.

13.6.1.4 *Verificação do lastro dos Direitos Creditórios* – o Custodiante fará a verificação periódica do lastro dos Direitos Creditórios por meio da análise de cópias simples ou autenticadas, conforme o caso, dos Documentos Comprobatórios, do CRCC e do BAD ou RAD do Fornecedor, e da versão original do Contrato de Cessão, do Termo de Cessão e da Autorização de Cessão. Contudo, até que tal verificação seja realizada, o Fundo poderá ter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, obstando ao Fundo o exercício de seus direitos em relação aos Direitos Creditórios, o que poderá acarretar prejuízo aos Cotistas. Ademais, a utilização de cópias simples ou autenticadas, conforme o caso, dos Documentos Comprobatórios, do CRCC e do BAD ou RAD para a verificação do lastro dos Direitos Creditórios não confere o mesmo grau de certeza proporcionado pela análise de documentação original, aumentando o risco de ocorrência de erros na verificação do lastro dos Direitos Creditórios.

13.6.2 Risco dos Originadores

13.6.2.1 *Inadimplemento dos Contratos* – Nos termos do artigo 476 do Código Civil, em contratos que estabeleçam obrigações para ambos os contratantes, nenhuma das partes poderá exigir da outra parte o cumprimento de sua obrigação antes de cumprida a sua própria obrigação. Deste modo, caso o Fornecedor, por qualquer motivo, deixe de cumprir suas obrigações contraídas no Contrato, a Petrobras poderá deixar de transferir ao Fundo os recursos destinados ao adimplemento dos Direitos Creditórios, comprometendo o fluxo de caixa esperado do Fundo e prejudicando, assim, a rentabilidade do investimento realizado pelos Cotistas.

13.6.3 Risco de Descontinuidade

13.6.3.1 *Liquidação Antecipada* – O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente por diversas razões, conforme o disposto neste Regulamento. A liquidação antecipada pode trazer prejuízos para o Fundo e seus Cotistas, decorrentes, por exemplo, de desvalorização de seus ativos relacionada à conjuntura econômica desfavorável. Ademais, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas (por exemplo, pelo fato de os Direitos Creditórios ainda não serem exigíveis). Neste caso, ou (i) os Cotistas teriam suas Cotas resgatadas em Direitos Creditórios; ou (ii) o pagamento do resgate das Cotas ficaria condicionado (a) ao pagamento pela Petrobras das parcelas dos Direitos Creditórios; ou (b) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, sendo que o preço praticado poderia ocasionar prejuízos aos Cotistas.

13.6.4 Outros

13.6.4.1 *Intervenção ou Liquidação do Custodiante* – O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados pelo Fundo, o que afetaria seu PL, sua rentabilidade e poderia afetar negativamente a rentabilidade das Cotas.

13.6.4.2 *Redução das Cotas Subordinadas* – O Fundo terá relação mínima admitida entre o seu PL e o valor das Cotas Seniores de 137,93% (cento e trinta e sete inteiros e noventa e três centésimos por cento). A diferença do patrimônio do Fundo é representada por Cotas Subordinadas que arcarão com os prejuízos do Fundo antes das Cotas Seniores. Por diversos motivos, tais como inadimplência da Petrobras e problemas de pagamento de indenizações ou repasse de recursos ao Fundo, as Cotas Subordinadas poderão ter seu patrimônio reduzido. Caso as Cotas Subordinadas tenham seu patrimônio reduzido a zero, as Cotas Seniores passarão a arcar com eventuais prejuízos do Fundo, o que poderá causar perda de patrimônio aos seus detentores.

13.6.4.3 *Risco de Concentração* – A totalidade dos Direitos Creditórios será devida pela Petrobras. O risco da aplicação no Fundo terá íntima relação com a concentração da carteira, sendo que, quanto maior for a concentração, inclusive de Fornecedores, maior será a chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Cotas.

13.6.4.4 *Alteração do Regulamento* – O presente Regulamento, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente da realização de Assembleia Geral. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.

13.6.4.5 *Despesas com a Defesa dos Direitos dos Cotistas* – Caso o Fundo não possua recursos disponíveis suficientes para a adoção e manutenção dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas, a maioria dos titulares das Cotas, reunidos em Assembleia Geral, poderão aprovar aporte de recursos ao Fundo para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos. Nesses casos, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Instituição Administradora antes do recebimento integral de tal adiantamento e da assunção pelos titulares das Cotas do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado. Na hipótese de a maioria dos Cotistas não aprovarem referido aporte de recursos, consignado que a Instituição Administradora e o Custodiante, seus administradores, empregados e demais prepostos não se responsabilizarão por danos ou prejuízos sofridos em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de direitos, garantias e prerrogativas do Fundo, o PL e a rentabilidade das Cotas poderão ser afetados negativamente.

13.6.4.6 *Invalidade ou ineficácia da cessão de Direitos Creditórios* – Com relação ao Fornecedor, a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo poderia ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o PL, caso fosse realizada em:

- i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o cedente estivesse insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência;
- ii) fraude à execução, caso (a) quando da cessão o cedente fosse sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios pendesse demanda judicial fundada em direito real; e

- iii) fraude à execução fiscal, se o cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal.

13.6.4.7 *Cessão de Direitos Creditórios por Fornecedores ao Banco BTG* – o Banco BTG poderá adquirir Direitos Creditórios oriundos de Contratos que possuam Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. Não haverá preferência em favor do Fundo no recebimento de recursos relativos ao pagamento dos Direitos Creditórios de sua titularidade. Desta forma, recursos depositados pela Petrobras na Conta Vinculada serão divididos entre o Fundo e o Banco BTG na proporção dos Direitos Creditórios detidos por cada um deles, em relação a um mesmo Fornecedor. A inexistência de preferência em favor do Fundo pode causar diminuição do recebimento de recursos oriundos do pagamento de Direitos Creditórios, prejudicando a rentabilidade das Cotas.

14. COTAS DO FUNDO

14.1 As Cotas correspondem a frações ideais do PL e somente serão resgatadas em virtude da liquidação do Fundo ou do término do prazo da respectiva Série, ou ainda por decisão da Assembléia Geral.

14.1.1 As Cotas serão divididas em Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas.

14.1.2 As Cotas Seniores poderão ser divididas em Séries e as Cotas Subordinadas poderão ser divididas em Classe Mezanino e Cotas Subordinadas Juniores, a critério da Instituição Administradora. As datas e valores de amortização, resgate e remuneração da Série ou Classe Mezanino serão definidos nos respectivos Suplementos, conforme modelos previstos respectivamente nos Anexos V e VI deste Regulamento, que uma vez assinados pela Instituição Administradora passam a ser parte integrante e regidos pelas disposições do presente Regulamento.

14.2 Serão emitidas inicialmente Cotas no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) cada, independentemente da classe. Fica a critério da Instituição Administradora a quantidade de Cotas a ser emitida, desde que (i) seja observada a proporção mínima de 27,5% (vinte e sete inteiros e cinquenta centésimos por cento) de Cotas Subordinadas sobre o total emitido; e (ii) seja mantida a classificação de risco das Cotas em

circulação, se houver.

14.2.1 A Relação Mínima admitida é de 137,93% (cento e trinta e sete inteiros e noventa e três centésimos por cento), sendo que a diferença do PL do Fundo é representada por Cotas Subordinadas, cuja composição deverá ser, no mínimo, de 10% (dez por cento) do PL de Cotas Subordinadas Juniores e 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento) do PL de Cotas Subordinadas Mezanino. Essa relação, incluindo a Relação Mínima, deve ser apurada pelo Custodiante e disponibilizada à Instituição Administradora todo dia útil.

14.3 As Cotas serão subscritas e integralizadas a partir da Data de Subscrição Inicial, a ser determinada pela Instituição Administradora. Na subscrição de Cotas em data diversa da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da Cota de mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências.

14.3.1 A primeira integralização de Cotas Seniores somente ocorrerá após o início da aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo e após a total integralização de Cotas Subordinadas subscritas. As Cotas Mezanino, por sua vez, somente serão integralizadas após a total integralização da quantidade mínima de Cotas Subordinadas Júnior requeridas por este Regulamento.

14.4 As Cotas serão escriturais, mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares. As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Mezanino serão registradas para distribuição no mercado primário no Módulo de Distribuição de Ativos – MDA, da CETIP, e para negociação no mercado secundário no Módulo de Fundos – SF, também operacionalizado pela CETIP, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Autorizado do adquirente das Cotas.

14.4.1 A qualidade de Cotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósitos em nome do Cotista.

14.4.2 É indispensável, por ocasião da subscrição de Cotas, a adesão do Cotista aos termos do presente Regulamento, por meio da assinatura do termo de adesão a este Regulamento, fornecido pela Instituição Administradora.

14.4.3 Para o cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Instituição Administradora quaisquer taxas ou despesas.

14.5 As Cotas só podem ser colocadas por instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários.

14.6 O valor mínimo de aplicação no Fundo será de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

14.7 Somente Investidores Autorizados poderão adquirir as Cotas.

14.7.1 No momento da subscrição das Cotas do Fundo, caberá à instituição responsável pela colocação assegurar a condição de Investidor Autorizado do subscritor das Cotas, independentemente da classe a qual pertença.

15. CLASSES DE COTAS

15.1 As Cotas serão seniores ou subordinadas.

15.2 As Cotas terão direito a voto, taxas e despesas iguais.

15.3 As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais ou entre si para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.

15.4 As Cotas Subordinadas Mezanino são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo e que poderão ter diferentes níveis de subordinação entre si ou não, computando-se todas para efeito de cálculo da Relação Mínima. Somente ocorrerá a amortização e o resgate das Cotas Subordinadas Mezanino após a amortização e o resgate das Cotas Seniores e demais Cotas Subordinadas Mezanino a que estiverem subordinadas, se for o caso.

15.5 As Cotas Subordinadas Classe Júnior são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas Mezanino para efeito de amortização, resgate e

distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. Somente ocorrerá a amortização e o resgate das Cotas Subordinadas Classe Júnior após a amortização e o resgate das Cotas Seniores e das classes de Cotas Subordinadas Mezanino.

16. CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO

16.1 Independentemente da classe, as Cotas serão valorizadas todo dia útil, conforme o critério de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A primeira alocação dos rendimentos ocorrerá no primeiro dia útil seguinte à Data de Subscrição Inicial, e a última na data de liquidação do Fundo.

16.2 Todo dia útil, desde que o PL assim permita e após o pagamento ou provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada uma das Cotas Seniores, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, percentual de variação da Taxa DI definido no respectivo Suplemento da Série, incidente sobre o valor anterior de cada uma das Cotas Seniores da respectiva Série.

16.3 Também todo dia útil, após a incorporação dos resultados acima descritos para as Cotas Seniores, o eventual excedente será incorporado ao valor de cada uma das classes de Cotas Subordinadas Mezanino, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, até o limite estabelecido no respectivo Suplemento.

16.4 Ainda todo dia útil, após a incorporação dos resultados acima descritos nos Suplementos para cada classe de Cotas Subordinadas Mezanino, o eventual excedente será incorporado ao valor de cada uma das Cotas Subordinadas Classe Júnior, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, até o limite de 120% (cento e vinte por cento) da Taxa DI, incidentes sobre o valor anterior de cada uma das Cotas Subordinadas Classe Júnior.

16.5 O eventual valor excedente após a incorporação dos resultados acima descritos para as Cotas Seniores e Subordinadas e após o provisionamento da Taxa de Performance, conforme descrito no item 6.1.4 acima, será atribuído proporcionalmente à participação das Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas de Classe

Júnior no PL do Fundo, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo.

16.5.1 O valor a ser atribuído aos titulares de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas Classe Júnior nos termos do item anterior será provisionado diariamente em reserva especialmente constituída para este fim, após o provisionamento da Taxa de Performance, e será distribuído aos respectivos Cotistas semestralmente, na data de pagamento da Taxa de Performance, em moeda corrente nacional.

16.5.2 Caso a valorização dos ativos integrantes da carteira do Fundo não seja suficiente para que seja atingido o valor da remuneração-alvo das Cotas Seniores de cada Série, ou das Cotas Subordinadas Mezanino, ou das Cotas Subordinadas Classe Júnior, o valor provisionado nos termos do item anterior deverá ser incorporado ao valor das Cotas cuja remuneração-alvo não tenha sido atingida, obedecida a ordem de preferência entre as diferentes classes de Cotas e proporcionalmente a sua participação no PL, até que a remuneração-alvo das Cotas de todas as Séries e classes seja atingida ou até que se esgote o valor provisionado.

16.6 A presente cláusula não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente critérios e preferências para distribuição de rendimentos entre os Cotistas das diferentes classes existentes.

17. AMORTIZAÇÃO DAS COTAS E RESGATE

17.1 Decorrido o Prazo de Carência fixado no respectivo Suplemento, as Cotas Seniores de cada Série serão amortizadas periodicamente, pelo Regime de Caixa, nas Datas de Amortização previstas no respectivo Suplemento, e serão resgatadas pelo Fundo no fim do prazo de duração da respectiva Série ou em virtude da liquidação antecipada do Fundo, de acordo com as condições previstas nos respectivos Suplementos, observado o disposto neste Regulamento.

17.1.1 A amortização periódica pelo Regime de Caixa das Cotas Seniores de cada Série será limitada, em cada Data de Amortização, ao Valor Máximo de Amortização.

17.1.2 O Valor Máximo de Amortização corresponderá, em cada Data de Amortização, à divisão do valor de cada Cota Sênior no dia útil imediatamente anterior

à Data de Amortização pelo número de amortizações programadas ainda não realizadas.

17.1.3 Havendo mais de uma Série de Cotas Seniores emitidas e ainda não resgatadas, o pagamento das amortizações periódicas será feito de forma proporcional à participação de cada Série de Cotas Seniores no PL, sem qualquer distinção ou preferência entre as Cotas Seniores das diferentes Séries.

17.2 As Cotas Subordinadas Mezanino serão amortizadas a critério da Instituição Administradora, pelo Regime de Caixa, em igualdade de condições para todas as Cotas Subordinadas de uma mesma Classe Mezanino, observadas as seguintes condições:

- i) quaisquer pagamentos relativos à Cotas Subordinadas Mezanino deverão ser efetuados até o 5º (quinto) dia útil subsequente à última Data de Amortização;
- ii) não esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação;
- iii) considerada *pro forma* a amortização de Cotas Subordinadas Mezanino, as Cotas Subordinadas Mezanino permaneçam representando, no mínimo, 17,5% (dezesete inteiros e cinco décimos por cento) do PL; e
- iv) considerada *pro forma* a amortização de Cotas Subordinadas Mezanino, todos os índices e parâmetros previstos neste Regulamento, em especial os dispostos nas cláusulas 10 e 11, bem como a Reserva de Amortização e a Reserva de Pagamentos, permaneçam enquadrados.

17.3 As Cotas Subordinadas Classe Júnior serão amortizadas e/ou resgatadas exclusivamente após o resgate das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino, ressalvado o pagamento previsto no item 17.6 abaixo.

17.4 Observada a distribuição dos rendimentos da carteira prevista na cláusula 16 acima deste Regulamento, a Instituição Administradora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo aos titulares de Cotas correspondentes (i) à amortização e/ou resgate de Cotas Seniores, conforme o respectivo Suplemento, (ii) à amortização e/ou resgate de Cotas Subordinadas Mezanino, conforme o disposto no item 17.2. acima deste Regulamento, e (iii) ao resgate de Cotas Subordinadas Classe

Júnior, neste último caso, exclusivamente após o resgate das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino, ressalvado o disposto no item 17.6 abaixo.

17.4.1 A Instituição Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Cotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo Bacen.

17.4.2 Os recursos deverão ser transferidos aos titulares das Cotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Custodiante, nas respectivas datas de pagamento de amortização e/ou resgate.

17.4.3 Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista na cláusula 24 abaixo, em Direitos Creditórios.

17.4.4 Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Cotistas não seja um Dia Útil, a Instituição Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

17.4.5 A Instituição Administradora deverá constituir uma Reserva de Amortização para amortizações e resgates das Cotas Seniores de cada Série. A Reserva de Amortização deverá, 30 (trinta) dias antes da data do pagamento de amortização ou do resgate de Cotas Seniores, alocar 100% (cem por cento) do valor do respectivo resgate ou do Valor Máximo de Amortização na Reserva de Amortização.

17.4.5.1 Havendo mais de uma Série emitida e ainda não resgatada, os recursos alocados na Reserva de Amortização serão segregados proporcionalmente à participação de cada Série de Cotas Seniores no PL, sem qualquer distinção ou preferência entre as Cotas Seniores das diferentes Séries.

17.4.6 A Instituição Administradora somente descontinuará os procedimentos descritos no item 17.4.5 acima quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos Outros Ativos que integram a Reserva de Amortização, seja equivalente aos valores determinados conforme o cronograma do item 17.4.5 acima.

17.4.7 Quando da execução dos procedimentos definidos nesta cláusula, a Instituição Administradora deverá investir os fundos disponíveis na Reserva de

Amortização exclusivamente em Outros Ativos com liquidez diária, de forma a garantir o pagamento tempestivo das amortizações e resgates, sempre observada a política de investimento definida neste Regulamento.

17.4.8 Os procedimentos descritos nesta cláusula não constituem promessa ou garantia, por parte da Instituição Administradora, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Amortização, representando apenas um objetivo a ser perseguido pela Instituição Administradora.

17.4.9 Caso os montantes disponíveis na Reserva de Amortização deixem de atender ao disposto no item 17.4.5 acima, a Instituição Administradora deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios, destinar todas as disponibilidades do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Amortização, informando este fato à Instituição Administradora.

17.5 Observada a distribuição dos rendimentos da carteira prevista na cláusula 16 deste Regulamento, e desde que o PL permita e haja disponibilidades para tanto, a Assembléia Geral poderá determinar alterações nas condições para amortização e resgate de uma ou mais séries específicas de Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino, nas datas e valores a serem estipulados na referida Assembléia Geral.

17.6 Caso, por quaisquer motivos, as Cotas Subordinadas Mezanino e/ou as Cotas Subordinadas Classe Júnior representem, individual e respectivamente, percentual igual ou superior a 21% (vinte e um por cento) e 12% (doze por cento) do PL, a Instituição Administradora poderá, a seu exclusivo critério, determinar a amortização compulsória das Cotas Subordinadas para que a relação estabelecida no item 14.2.1 acima, inclusive a proporção entre as duas classes de Cotas Subordinadas, volte a ser observada.

17.7 A presente cláusula não constitui promessa de rendimentos ou garantia de pagamento das parcelas de amortização, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e procedimento de constituição de reserva para tanto, bem como a preferência entre as diferentes classes de cotas existentes. Portanto, as Cotas serão amortizadas somente se os resultados e a liquidez da carteira do Fundo assim permitirem.

18. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE

18.1 Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil, mediante a utilização da metodologia de apuração do seu valor de mercado, abaixo referida.

18.2 Os títulos, valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais integrantes da carteira do Fundo terão seu valor de mercado apurado conforme a metodologia de avaliação descrita no manual de apreçamento de ativos do Custodiante, cujo teor está disponível a qualquer Cotista na sede da Instituição Administradora.

18.3 Se houver, o valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.

18.4 Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e deduzidas as provisões relativas às despesas e encargos do Fundo e provisões para perdas decorrentes de inadimplência dos Contratos.

18.4.1 O valor das provisões referidas no item anterior será calculado levando-se em conta o valor total dos Direitos Creditórios inadimplentes, de acordo com o disposto na Resolução nº 2.682/99, do CMN e o disposto no item 18.4.2 abaixo, exceto para os Direitos Creditórios vencidos e não pagos após 90 (noventa) dias de seu vencimento, cujo valor será provisionado segundo a regra determinada no item seguinte.

18.4.1.1 Os Contratos que contenham quaisquer Direitos Creditórios vencidos e não pagos após 90 (noventa) dias do respectivo vencimento serão considerados perdas para o Fundo, sendo constituída a correspondente provisão de 100% (cem por cento) do respectivo valor.

18.4.2 Caso um Direito Creditório Performado seja inadimplido por culpa exclusiva da Petrobras, deverão ser objeto de provisão todos os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo cujo pagamento seja de responsabilidade da Petrobras. Ainda, caso o Direito Creditório seja inadimplido por culpa do Fornecedor, deverão ser objeto de provisão todos os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo cedidos pelo Fornecedor que cedeu o Direito Creditório inadimplido.

18.4.3 A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:

- i) a inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios da carteira do Fundo, nos termos do artigo 14 da Instrução CVM nº 356/01;
- ii) a intenção de se manterem os Direitos Creditórios na carteira do Fundo até suas respectivas datas de vencimento;
- iii) o Fundo é destinado exclusivamente para Investidores Autorizados; e
- iv) todos os Cotistas, ao aderirem aos termos do presente Regulamento, concordarão com a intenção de que os Direitos Creditórios sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimento, conforme os respectivos termos de adesão.

18.4.4 Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado.

18.4.5 São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e

- ii) a existência de negociações com direitos creditórios que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo, em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os Direitos Creditórios.

18.5 As Cotas de cada classe do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil.

18.5.1 O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

- i) o resultado da divisão do PL pelo número de Cotas Seniores; ou
- ii) o valor apurado conforme o método de cálculo descrito na cláusula 16 deste Regulamento.

18.5.2 O valor unitário de cada classe de Cotas Subordinadas de Classe Mezanino será o menor dos seguintes valores:

- i) o resultado da divisão do saldo apurado mediante subtração do valor das Cotas Seniores e, se for o caso, das demais classes de Cotas Subordinadas de Classe Mezanino a que estiver subordinada, apurado na forma do item anterior, do PL, pelo número de Cotas Subordinadas Mezanino da respectiva classe; ou
- ii) o valor apurado conforme o método de cálculo descrito na cláusula 16 deste Regulamento.

18.5.3 O valor unitário das Cotas Subordinadas Classe Júnior será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do PL, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores e classes de Cotas Subordinadas de Classe Mezanino pelo número total de Cotas Subordinadas Classe Júnior.

19. DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

19.1 Constituem encargos do Fundo aqueles previstos no artigo 56 da Instrução CVM nº 356/01. Quaisquer despesas não indicada em referido artigo devem correr por conta exclusiva da Instituição Administradora.

20. RESERVA DE PAGAMENTOS

20.1 A Instituição Administradora deverá manter a Reserva de Pagamentos para pagamentos de despesas e encargos do Fundo, por conta e ordem deste, desde a Data de Subscrição Inicial até a liquidação do Fundo, onde Outros Ativos deverão ser segregados e mantidos destacados na contabilidade do Fundo. A Reserva de Pagamentos destinar-se-á ao pagamento dos montantes referentes às despesas e encargos do Fundo, incluindo-se a Taxa de Administração.

20.2 A Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá segregar Outros Ativos na Reserva de Pagamentos, observando que, até o 30º (trigésimo) dia útil anterior à data de pagamento de cada despesa ou encargo, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Pagamentos, projetado até tal data de pagamento, deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado pela Instituição Administradora para a referida despesa ou encargo.

20.2.1 Na hipótese de a Reserva de Pagamento deixar de atender ao limite de enquadramento descrito no item anterior, a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e comunicar a Instituição Administradora para que esta destine todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Pagamento. A Instituição Administradora somente interromperá tal procedimento quando, conforme o caso, o valor de saque, resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Pagamento, livres de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado pela Instituição Administradora para a referida despesa ou encargo, salvo na pendência de recomposição da Reserva de Amortização, que terá prioridade no direcionamento dos recursos.

20.2.2 Sem prejuízo do disposto no item 20.2 acima, serão alocados na Reserva de Pagamentos os recursos recebidos em decorrência do pagamento dos Direitos Creditórios a partir do término do Prazo de Carência da 1ª Série de Cotas Seniores ou a partir da última data de amortização para os demais períodos, destinados ao pagamento das amortizações estimadas pelo Fundo, até os respectivos limites calculados de acordo com o disposto na cláusula 17 acima.

21. ASSEMBLÉIA GERAL

21.1 Sem prejuízo das competências previstas disposto no artigo 26 da Instrução CVM nº 356/01, compete privativamente à Assembléia Geral:

- i) deliberar sobre a substituição do Custodiante, do Gestor e da Agência Classificadora de Risco;
- ii) deliberar sobre a eventual necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo pelos Cotistas;
- iii) deliberar sobre a realização de aditamentos aos Documentos do Fundo, exceto quando a Instituição Administradora esteja expressa e previamente autorizada a realizar, a seu critério, tais aditamentos ou modificações;
- iv) deliberar sobre a alteração dos parâmetros de rentabilidade das Cotas; e
- v) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Cotistas, nos termos deste Regulamento.

21.1.1 O presente Regulamento, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente de realização de Assembléia Geral, hipótese em que deve ser providenciada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a divulgação da alteração do Regulamento aos Cotistas.

21.1.2 A Taxa de Administração a ser percebida pela Instituição Administradora não poderá ser reduzida por determinação da Assembléia Geral sem o expreso consentimento da Instituição Administradora.

21.1.3 A Assembléia Geral deverá deliberar, no prazo máximo de 6 (seis) meses antes da data de resgate de qualquer Série de Cotas Seniores em circulação, sobre a prorrogação do prazo da referida Série por período não superior ao do prazo original.

21.2 A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

21.2.1 Somente pode exercer as funções de representante de Cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- i) ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;
- ii) não exercer cargo ou função na Instituição Administradora ou Custodiante, em seus controladores, em sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- iii) não exercer cargo em Fornecedores cedentes de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

21.3 Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral pode reunir-se por convocação da Instituição Administradora ou de Cotistas possuidores de Cotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas.

21.4 A convocação da Assembléia Geral deve ser feita mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, na qual devem constar dia, hora e local de realização da Assembléia Geral e os assuntos a serem tratados.

21.4.1 A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado do prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas.

21.4.2 Não realizada a Assembléia Geral, deve ser publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

21.4.3 Para efeito do disposto no item anterior, admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio ou carta de primeira convocação.

21.4.4 Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral realizar-se-á na sede da Instituição Administradora; quando se efetuar em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos Cotistas devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede da Instituição Administradora.

21.4.5 Independentemente das formalidades previstas acima, deve ser considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

21.5 Na Assembléia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um Cotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos Cotistas presentes, observado o disposto nos itens abaixo.

21.5.1 A cada Cota corresponde um voto, independentemente da respectiva classe, observado o disposto no item 21.5.3 abaixo.

21.5.2 As deliberações relativas às matérias previstas no artigo 26, incisos III a V, da Instrução CVM nº 356/01 serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.

21.5.3 Estão subordinadas também à aprovação prévia de titulares de mais da metade das Cotas com direito a voto da classe afetada, sendo tomados em apartado os votos de cada classe afetada, as deliberações referentes a:

- i) substituição de qualquer dos prestadores de serviço do Fundo;
- ii) alteração:
 - a) da política de investimento;
 - b) dos Critérios de Elegibilidade;
 - c) das Condições de Cessão;

- d) dos direitos políticos atribuídos aos Cotistas;
 - e) dos parâmetros de rentabilidade das Cotas e/ou critérios de distribuição dos rendimentos entre as Cotas;
 - f) das Taxas de Administração e Performance;
 - g) do cronograma de amortização das Cotas; e
 - h) da metodologia de avaliação dos ativos do Fundos e das Cotas de cada classe; ou
- iii) cobrança de outras taxas.

21.5.4 Estão subordinadas à aprovação prévia de titulares de mais da metade das Cotas com direito a voto, as deliberações referentes a:

- i) Eventos de Avaliação e/ou Liquidação Antecipada do Fundo;
- ii) aporte de recursos adicionais pelo Cotistas; e
- iii) nomeação de representantes dos Cotistas.

21.5.5 As deliberações das Assembléias Gerais de Cotistas decorrentes de Eventos de Avaliação e Liquidação serão consideradas válidas, independente das matérias votadas não terem sido previstas na convocação, desde que estritamente relacionadas aos referidos eventos e/ou a medidas entendidas necessárias em decorrência da ocorrência de referidos eventos.

21.5.6 Somente podem votar na Assembléia Geral os Cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

21.5.7 Não têm direito a voto na Assembléia Geral a Instituição Administradora e seus empregados.

21.6 As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

21.6.1 A divulgação referida no item acima deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista.

21.7 As modificações aprovadas pela Assembléia Geral passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- i) lista de Cotistas presentes na Assembléia Geral;
- ii) cópia da ata da Assembléia Geral; e
- iii) exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, se for o caso, devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

22. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E PERIÓDICAS

22.1 A Instituição Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas constantes do presente item, sem prejuízo de outras previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente.

22.2 A Instituição Administradora deverá informar à CVM a data da primeira integralização de Cotas do Fundo e a data do encerramento de cada distribuição de Cotas.

22.3 A Instituição Administradora, por meio de seu diretor indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista neste Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, bem como que as modalidades de negociação foram realizadas a taxas de mercado.

22.3.1 Os demonstrativos referidos no item anterior devem ser enviados à CVM e permanecer à disposição dos Cotistas do Fundo, bem como ser examinados por ocasião da realização de auditoria independente.

22.4 A Instituição Administradora deve divulgar, anualmente, além de manter disponíveis em sua sede e dependências e nas instituições que coloquem Cotas do Fundo: (i) o valor do PL; (ii) o valor das Cotas de cada classe; (iii) a Relação Mínima; e (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem. A Instituição Administradora deverá, ainda, divulgar, trimestralmente, além de manter disponíveis em sua sede e dependências e nas instituições que coloquem Cotas do Fundo o relatório da Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo, se houver.

22.5 A Instituição Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, incluindo-se à Agência Classificadora de Risco, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo de modo a garantir a todos os Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

22.6 A Instituição Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- i) o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

22.7 A Instituição Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- i) 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e

- ii) 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

22.8 A Instituição Administradora deve prestar à CVM, na forma por esta especificada, mensalmente, até o 15º (décimo quinto) dia após o encerramento do mês anterior, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao Fundo:

- i) saldo das aplicações;
- ii) valor do PL;
- iii) rentabilidade apurada no período;
- iv) valor e quantidade das Cotas de cada classe;
- v) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado;
- vi) posições mantidas em mercados de derivativos; e
- vii) número de Cotistas.

22.9 No prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, devem ser protocolados na CVM, pela Instituição Administradora, os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:

- i) alteração deste Regulamento;
- ii) substituição da Instituição Administradora;
- iii) incorporação;
- iv) fusão;
- v) cisão; e

vi) liquidação.

22.10 Para os fins deste Regulamento, exceto quando expresso de maneira diversa, entende-se por dia útil qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou nas Cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Quando um prazo contado em dias previsto neste Regulamento não vir acompanhado da indicação da contagem em dias úteis, deverá ser entendido como dias corridos.

23. PUBLICAÇÕES

23.1 Todas as publicações mencionadas neste Regulamento serão feitas no jornal Valor Econômico, edição nacional.

23.2 A Instituição Administradora deve fazer as publicações previstas neste Regulamento sempre no mesmo periódico e qualquer mudança deve ser precedida de aviso aos Cotistas.

24. EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO FUNDO

24.1 O Fundo será liquidado nas hipóteses previstas neste Regulamento ou sempre que os Cotistas assim deliberarem em Assembléia Geral especialmente convocada para tal fim, nos termos da cláusula 21 acima.

24.1.1 Será convocada Assembléia Geral para deliberar sobre (i) a declaração de um Evento de Liquidação Antecipada; ou (ii) a alteração do presente Regulamento ou dos Documentos do Fundo, bem como adoção das demais medidas entendidas necessárias pela Assembléia Geral, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação abaixo listados:

- i) não restabelecimento da Relação Mínima no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da verificação do seu desenquadramento;
- ii) rebaixamento da classificação de risco inicial de qualquer classe, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;

- iii) renúncia da Instituição Administradora;
- iv) a inobservância pela Instituição Administradora de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, verificada pelo Custodiante ou pelo representante dos Cotistas, desde que, se notificada pelo representante dos Cotistas ou pelo Custodiante para sanar ou justificar o descumprimento, a Instituição Administradora não o fizer no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- v) inobservância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstas neste Regulamento e no contrato de prestação de serviços de custódia de ativos, desde que, se notificado pela Instituição Administradora ou pelos Cotistas para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante não o fizer no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- vi) aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento;
- vii) amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento;
- viii) resilição do contrato de prestação de serviços de custódia de ativos, se houver, ou do contrato de guarda dos documentos que amparam os Direitos Creditórios, se houver;
- ix) caso o Fundo deixe de atender a Reserva de Pagamentos não tenham sido iniciados os procedimentos de re-enquadramento definidos neste Regulamento no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data em que se verificar o desenquadramento;
- x) renúncia do Custodiante;
- xi) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 120% (cento e vinte por cento) da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;

- xii) constatação, pela Instituição Administradora ou pelo Custodiante, de que algum Fornecedor cedeu ao Fundo Direitos Creditórios onerados, gravados ou sem lastro;
- xiii) caso a Instituição Administradora deixe de convocar Assembléia Geral na hipótese de ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no presente item;
- xiv) caso haja modificação relevante nos critérios de cadastramento de Fornecedores e de avaliação do seu desempenho pela Petrobras que se torne de conhecimento da Instituição Administradora;
- xv) caso, no prazo de 10 (dez) dias úteis, não tenha ocorrido o re-enquadramento da Reserva de Pagamentos ou da Reserva de Amortização, conforme previsto neste Regulamento;
- xvi) caso a Instituição Administradora entenda que há uma situação de risco relevante em potencial para o Fundo não prevista neste Regulamento;
- xvii) caso o percentual de Direitos Creditórios de uma determinada Safra de Vencimentos, vencidos e não pagos a mais de 60 (sessenta) dias, apurados em cada Data de Verificação, seja igual ou superior a 8% (oito por cento) e inferior a 14% (quatorze por cento) da respectiva Safra de Vencimentos; ou
- xviii) caso o Fundo, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, não mantenha no mínimo 50% (cinquenta por cento) do seu PL aplicado em Direitos Creditórios

24.1.2 Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação acima, a Instituição Administradora suspenderá imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e a amortização de Cotas Subordinadas, conforme item 17.4.1 acima.

24.2 Caso a Assembléia Geral decida que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada, a Instituição Administradora deverá convocar nova Assembléia Geral para aprovar e implementar os procedimentos de liquidação do Fundo, de acordo com a presente cláusula.

24.3 Sem prejuízo do disposto neste Regulamento, são considerados Eventos de Liquidação Antecipada:

- i) decretação de falência ou recuperação judicial da Petrobras ou falência, intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante ou Instituição Administradora sem a sua efetiva substituição nos termos deste Regulamento;
- ii) sempre que assim decidido pelos Cotistas em Assembléia Geral especialmente convocada para tal fim;
- iii) se durante 3 (três) meses consecutivos o PL médio do Fundo for inferior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);
- iv) por determinação da CVM, em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar;
- v) caso não seja determinado pelos Cotistas um novo parâmetro de apuração do valor das Cotas, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI e impossibilidade de substituição da Taxa DI pela Taxa SELIC;
- vi) renúncia da Instituição Administradora ou do Custodiante com a conseqüente não assunção de suas funções por uma nova instituição nos prazos previstos neste Regulamento;
- vii) caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada; ou
- viii) caso o percentual de Direitos Creditórios de uma determinada Safra de Vencimentos, vencidos e não pagos a mais de 60 (sessenta) dias, apurados em cada Data de Verificação, seja igual ou superior a 14% (quatorze por cento) da respectiva Safra de Vencimentos.

24.4 Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Instituição Administradora deverá (i) informar o Custodiante por meio de correio eletrônico com aviso de

recebimento para que interrompa imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios; (ii) notificar os Cotistas, (iii) suspender imediatamente os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e a amortização de Cotas Subordinadas, conforme item 17.4.1 acima; e (iv) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo descritos no item 24.6 abaixo. A Instituição Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para deliberar sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurado o resgate das Cotas Seniores dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

24.5 Nas hipóteses de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil e criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

24.6 Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o PL assim permitir, o valor apurado conforme a cláusula 18 acima, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das Cotas, até o limite de rentabilidade correspondente a esta classe de Cotas.

24.6.1 O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Cotas Seniores, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas Mezanino, conforme a respectiva subordinação em relação às demais classes e a quantidade de Cotas Subordinadas Mezanino de cada titular, até o limite de rentabilidade correspondente a esta classe de Cotas.

24.6.2 Se ainda houver excedente, após os pagamentos mencionados nos itens 24.6 e 24.6.1 acima, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas Classe Júnior conforme a respectiva quantidade de Cotas de cada titular, até o limite de rentabilidade correspondente a esta classe de Cotas.

24.6.2.1 Sem prejuízo do disposto acima, caso o Fundo seja liquidado em virtude da ocorrência do evento previsto no item 24.1.1 (xviii) acima, a Gestora obriga-se a restituir ao titular das Cotas Subordinadas Classe Júnior a diferença positiva, quando houver, entre (i) o valor de subscrição das Cotas Subordinadas de Classe Júnior devidamente corrigido pela Taxa SELIC incidente desde a data da integralização das

respectivas cotas até o efetivo pagamento ao seu titular, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis; e (ii) o montante pago aos titulares de Cotas Subordinadas Classe Júnior na forma do item anterior.

24.6.3 O total do eventual excedente será distribuído da seguinte forma:

- i) 80% (oitenta por cento) do valor excedente será dividido pelo número de Cotas e incorporado ao valor de cada uma das Cotas, independentemente da classe, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior; e
- ii) os 20% (vinte por cento) restantes do valor excedente serão atribuído à Instituição Administradora a título de Taxa de Performance, exceto na hipótese de a Instituição Administradora ter concorrido com culpa ou dolo para a liquidação do Fundo.

24.6.4 Os Cotistas poderão receber tal pagamento em Direitos Creditórios, pelo valor apurado nos termos da cláusula 18 acima, desde que assim deliberado em Assembléia Geral convocada para este fim, observados os procedimentos descritos na cláusula 26 abaixo.

24.7 A cada Cota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais Cotas de mesma classe.

24.8 A liquidação do Fundo será gerida pela Instituição Administradora, observando as disposições deste Regulamento ou o que for deliberado na Assembléia Geral.

25. CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS COTISTAS

25.1 Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas, a maioria dos titulares das Cotas, reunidos em Assembléia Geral, poderão aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da integralização classe de Cotas específica, a ser

subscrita e integralizada por todos os titulares das Cotas, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.

25.2 Todos os custos e despesas referidos nesta cláusula serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos titulares das Cotas em circulação, não estando a Instituição Administradora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos nesta cláusula.

25.3 A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos desta cláusula, deverá ser previamente aprovada pelos titulares da maioria das Cotas reunidos na Assembléia Geral prevista acima. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma desta cláusula, os Cotistas deverão definir na referida Assembléia Geral o cronograma de integralização e as características da respectiva classe de Cotas, as quais deverão ser integralizadas pelos titulares das Cotas na proporção de seus créditos, em moeda corrente nacional, na medida em que os recursos se façam necessários à realização dos procedimentos deliberados na referida Assembléia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.

25.4 Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Instituição Administradora antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere esta cláusula e da assunção pelos titulares das Cotas do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.

25.5 A Instituição Administradora, o Gestor e o Custodiante, seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos titulares das Cotas em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos Cotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma desta cláusula.

25.6 Todos os pagamentos devidos pelos Cotistas ao Fundo, nos termos desta cláusula, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba as verbas devidas pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

26. PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

26.1 Para efeito do disposto no item 24.6.4 acima, a dação em pagamento de Direitos Creditórios para resgate das Cotas deverá seguir os procedimentos previstos na presente cláusula. Após a conclusão do resgate das Cotas Seniores, por meio dos mecanismos de dação em pagamento ora previstos, o Fundo promoverá o resgate das classes de Cotas Subordinadas Mezanino, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se houver. Feito o resgate das classes de Cotas Subordinadas Mezanino, e havendo saldo de ativos remanescente na carteira do Fundo, será realizado o resgate das Cotas Subordinadas Classe Júnior.

26.2 Para fins do disposto nesta cláusula, os Direitos Creditórios conferidos aos titulares de Cotas Seniores em dação em pagamento e, conforme o caso, conferidos aos titulares das Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas Classe Júnior, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos do artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da realização da Assembléia Geral referida no item 24.6.4 acima. O quinhão de cada Cotista será equivalente ao valor dos créditos a ele efetivamente atribuídos. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avenças assegurando (i) a contratação do Custodiante para agir como agente de recebimento dos pagamentos referentes aos Direitos Creditórios, de forma a preservar o sistema de pagamentos e evitar a necessidade de autorização da Petrobras para alteração do respectivo domicílio bancário dos Direitos Creditórios; e (ii) aos Cotistas que foram titulares das Cotas Seniores o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio em relação aos Cotistas

que forem titulares de Cotas Subordinadas Mezanino e Classe Júnior, e, aos condôminos que detinham Cotas Subordinadas Mezanino, o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio em relação aos condôminos que foram titulares de outras Cotas Subordinadas Mezanino subordinadas aquelas e de Cotas Subordinadas Classe Júnior.

26.3 Antes da dação em pagamento dos Direitos Creditórios pelo Fundo, a Instituição Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral com a finalidade de proceder à eleição, pelos Cotistas, de um administrador para o condomínio civil referido no item anterior e ratificar a contratação do Custodiante como agente de recebimento acima prevista. Caso os titulares das cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao Cotista que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

26.4 O Custodiante fará a guarda dos documentos relativos aos Direitos Creditórios mantidos em condomínio pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contado de sua constituição. Ao término do prazo acima referido, o administrador do condomínio civil indicará à Instituição Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos.

26.5 Caso os titulares das Cotas, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil no prazo referido do item 26.2 acima, a Instituição Administradora e o Custodiante poderão promover o pagamento em consignação dos direitos creditórios de titularidade do Fundo aos Cotistas, na forma do artigo 334 do Código Civil, condicionada a obtenção de autorização da Petrobras para a transferência dos Direitos Creditórios, que será de responsabilidade do respectivo Cotista.

27. ORDEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS

27.1 A partir da Data de Subscrição Inicial e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Instituição Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento de recursos provenientes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- i) pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável, exceto a Taxa de Performance;
- ii) formação da Reserva de Pagamentos;
- iii) amortização e/ou resgate das Cotas Seniores, observados os termos e as condições deste Regulamento;
- iv) formação da Reserva de Amortização;
- v) pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional;
- vi) amortização e/ou resgate de classes de Cotas Subordinadas Mezanino, observados a subordinação entre estas, os limites, os termos e as condições deste Regulamento e dos respectivos Suplementos;
- vii) amortização e/ou resgate de Cotas Subordinadas Classe Júnior, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento; e
- viii) pagamento da Taxa de Performance, quando for o caso.

27.2 Exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada, os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo serão alocados na seguinte ordem:

- i) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- ii) na amortização das Cotas Seniores, observados os termos e as condições deste Regulamento;
- iii) na amortização de cada classe de Cotas Subordinadas Mezanino, observados a subordinação entre estas, os limites, os termos e as condições deste Regulamento e dos respectivos Suplementos;

- iv) na amortização de Cotas Subordinadas Classe Júnior, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento; e
- v) eventual excedente será distribuído entre os Cotistas e a Instituição Administradora na forma do item 24.6.3 acima.

28. DISPOSIÇÕES FINAIS

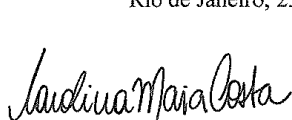
28.1 As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão elaboradas de acordo com as disposições do COSIF, sendo auditadas pelo Auditor de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

28.2 O Fundo terá escrituração contábil própria.

28.3 O exercício social do Fundo tem duração de um ano, exceto no ano de sua constituição, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

28.4 Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 2010.


BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM

ANEXO I

Este Anexo I é parte integrante do Regulamento do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços” constituído em 11 de novembro de 2009, por BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM.

GLOSSÁRIO

Agência Classificadora de Risco	Standard & Poor’s Rating Services
Assembléia Geral	Assembléia geral de Cotistas do Fundo
Auditor	KPMG Auditores Independentes Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar
Autorização de Cessão	Documento pelo qual a Petrobras declara sua ciência e anuência em relação à cessão dos Direitos Creditórios, bem como autoriza a transferência do domicílio bancário dos Direitos Creditórios em favor do Fundo, cujos modelos constam do Contrato de Cessão como seu Anexo II, para a cessão de Direitos Creditórios a Performar, e como seu Anexo II-A, para a cessão de Direitos Creditórios Performados
BAD	Boletim de Avaliação de Desempenho, elaborado trimestralmente pela Petrobras para cada Fornecedor com quem possua contrato em vigor. Por meio deste documento, o funcionário da Petrobras responsável pela fiscalização do cumprimento do contrato atribui ao Fornecedor uma nota

Banco BTG	Banco BTG Pactual S.A.
Boletim de Medição	Boletim elaborado pela Petrobras a respeito da performance do Fornecedor em relação a cada Contrato, em que a Petrobras se baseia para a liberação do pagamento de valores devidos por ela aos Fornecedores
CETIP	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
Classe Mezanino	Corresponde a determinada classe de Cotas Subordinadas com preferência no recebimento de rendimentos ou no pagamento de amortizações e/ou resgates em relação a uma ou mais Classes Mezanino de Cotas Subordinadas e de Cotas Subordinadas Classe Júnior, porém subordinada às Cotas Seniores
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda
Condições de Cessão	São as condições definidas no item 12.1 deste Regulamento, que devem ser atendidas antes da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo e validadas pela Instituição Administradora
Conta Vinculada	Conta reserva de titularidade do Fornecedor mantida junto ao Custodiante na qual deverão ser depositados e/ou transferidos pela Petrobras os recursos decorrentes do pagamento de cada Contrato

Contrato	Significa qualquer modalidade de contrato celebrado entre o Fornecedor e a Petrobras, cujos Direitos Creditórios tenham sido adquiridos pelo Fundo de acordo com os Critérios de Elegibilidade
Contrato de Cessão	Contrato com cláusulas padronizadas celebrado entre o Fundo e cada Fornecedor por meio do qual os Fornecedores comprometem-se a entregar Direitos Creditórios ao Fundo em contrapartida do pagamento do preço de cessão, cujo modelo integra o presente Regulamento como Anexo II
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
Cotistas	Significa, sem distinção, tanto os titulares de Cotas Seniores como os titulares de Cotas Subordinadas
Cotas	Significa, em conjunto, as Cotas Seniores e Cotas Subordinadas
Cotas Seniores	São aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo
Cotas Subordinadas	São, em conjunto, as classes de Cotas Subordinadas Mezanino e as Cotas Subordinadas Classe Júnior
Cotas Subordinadas Classe Júnior	São aquelas que se subordinam às Cotas Seniores e às classes de Cotas Subordinadas Mezanino para efeito de amortização, resgate e

	distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo
Cotas Subordinadas Mezanino	São aquelas que (i) se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo e (ii) tem preferência no recebimento de rendimentos ou no pagamento de amortizações e/ou resgates em relação a uma ou mais Classes Mezanino de Cotas Subordinadas e de Cotas Subordinadas Classe Júnior
CRCC	Certificado de Registro e Classificação Cadastral, emitido pela Petrobras em favor dos Fornecedores
Critérios de Elegibilidade	São os critérios que devem ser atendidos pelos Direitos Creditórios para integrarem a carteira do Fundo, conforme definidos na cláusula 11 deste Regulamento, os quais serão verificados pelo Custodiante
Custodiante	Banco BTG Pactual S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data de Amortização	Cada uma das datas para realização do pagamento das amortizações periódicas das Cotas Seniores de cada Série, conforme fixadas no Suplemento de cada Série
Data de Subscrição Inicial	Data a partir do qual as Cotas representativas do PL emitidas serão subscritas e integralizadas, a ser determinada pela Instituição Administradora

Data de Verificação	Significa o último dia útil de cada mês calendário, no qual o Custodiante verificará os atrasos de pagamento dos Direitos Creditórios por Safra de Vencimento
Direitos Creditórios	Significa cada prestação devida pela Petrobras, sempre em moeda corrente nacional, líquida de qualquer taxa de administração ou de serviço, decorrente de contratação de prestação de serviços e/ou contrato de compra e venda mercantil ou fornecimento de bens entre o Fornecedor e a Petrobras, nos termos de qualquer instrumento ou contrato, adquirido ou passível de aquisição pelo Fundo
Direito Creditório a Performar	Significa um Direito Creditório cuja prestação ainda não é exigível da Petrobras em função da não entrega, total ou parcial, pelo Fornecedor, de serviço ou bem objeto do respectivo Contrato
Direito Creditório Performado	Significa um Direito Creditório cuja prestação é exigível da Petrobras, comprovado mediante apresentação do Boletim de Medição
Documentos Comprobatórios	Em relação um Contrato, são, em conjunto: (i) os instrumentos que formalizam o Contrato, bem como os instrumentos que formalizam eventuais aditamentos do Contrato; (ii) o CRCC do Fornecedor; (iii) BAD ou RAD do Contrato, quando houver; e (iv) Boletins de Medição do Contrato, quando houver
Documentos do Fundo	Significa, em conjunto ou isoladamente, o Regulamento, o Contrato de Cessão e os respectivos Termos de Cessão e a Autorização

de Cessão

Eventos de Avaliação	Eventos que, caso ocorrerem, ensejarão convocação de Assembléia Geral para deliberar sobre (i) a declaração de um Evento de Liquidação Antecipada; ou (ii) a alteração dos Documentos do Fundo, listados no item 24.1.1 deste Regulamento
Eventos de Liquidação Antecipada	Eventos definidos no item 24.3 do Regulamento, que ensejam a liquidação antecipada do Fundo
FGC	Fundo Garantidor de Créditos
Fornecedor	Pessoa jurídica que tenha celebrado com a Petrobras contrato de prestação de serviços, de compra e venda e/ou de fornecimento de bens
Fundo	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços
Gestor	BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar – parte, Botafogo, inscrita no CNPJ/MF nº 29.650.082/0001-00, devidamente credenciada na CVM como administradora de carteira, de acordo com o Ato Declaratório nº 5968, de 10 de maio de 2000.
Investidor Autorizado	São os investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores, e os demais investidores

autorizados pela legislação a adquirir as Cotas.

Instituição Administradora	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, com sede na Praia de Botafogo, nº 501 - 5º andar, parte, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23, ou sua sucessora
Outros Ativos	Ativos integrantes da carteira do Fundo que não constituam Direitos Creditórios, incluindo recursos em moeda corrente nacional
Safra de Vencimento	Conjunto de Direitos Creditórios com data de vencimento em um mesmo mês calendário
Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, sociedade de economia mista com sede na Avenida República do Chile, 65, Centro, CEP 20.031-170, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.000.167/0001-01, bem como suas subsidiárias e/ou controladas
PL	Valor do patrimônio líquido do Fundo
Prazo de Carência	Significa o prazo de carência para início do pagamento das amortizações de cada Série de Cotas Seniores, pelo Regime de Caixa, definido no respectivo Suplemento
RAD	Relatório de Avaliação de Desempenho, elaborado pela Petrobras para cada Fornecedor com quem possua contrato em vigor
Regime de Caixa	Significa a metodologia de pagamento

	prioritariamente adotada neste Regulamento quando da amortização ou resgate de Cotas, por meio da qual a base cálculo para apuração dos valores devidos aos respectivos Cotistas será definida, tomando-se em conta o montante efetivamente recebido pelo Fundo, em cada mês calendário, quando do pagamento dos Direitos Creditórios e/ou na hipótese de alienação dos Direitos Creditórios pelo Fundo
Relação Mínima	Relação mínima admitida entre o PL e o valor das Cotas Seniores, equivalente a 137,93% (cento e trinta e sete inteiros e noventa e três centésimos por cento)
Reserva de Pagamento	Reserva para pagamento de despesas e encargos do Fundo
Seguradora Autorizada	Sociedade devidamente habilitada a operar com seguros que tenha cuja contratação seja autorizada pela Instituição Administradora e seja ratificada pela Agência Classificadora de Risco sem que implique no rebaixamento de qualquer classificação de risco das Cotas
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
Série	Qualquer série de Cotas Seniores emitida nos termos deste Regulamento
Suplemento	Documentos cujos modelos constam dos Anexos V e VI deste Regulamento, que definem as condições de amortização, remuneração e resgate de cada Série de Cotas Seniores e classe de Cotas Subordinadas

	Mezanino e que, uma vez assinado e averbado pela Instituição Administradora no registro do Regulamento em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sua sede, constituirá parte integrante deste Regulamento
Taxa de Administração	Valor a ser pago pelo Fundo à Instituição Administradora como contrapartida pelos serviços de administração por ela prestados
Taxa de Performance	Corresponde a 20% (vinte por cento) do valor excedente após a distribuição dos rendimentos às Cotas Subordinadas de Classe Júnior previstos no item 6.1.4 deste Regulamento
Taxa DI	Taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, over Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis
Taxa SELIC	Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia divulgada pelo Comitê de Política Monetária – COPOM
Termo de Cessão	Instrumento pelo qual é formalizada a cessão de Direitos Creditórios pelo Cedente ao Fundo a que o primeiro se compromete por meio do Contrato de Cessão
Valor Máximo de Amortização	Valor máximo fixado no Suplemento de cada Série que poderá ser pago a cada um dos titulares de Cotas Seniores da respectiva Série, observado o Regime de Caixa, por ocasião de cada Data de Amortização

ANEXO II

Este Anexo II é parte integrante do Regulamento do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços” constituído em 11 de novembro de 2009, por BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM.

MODELO DE CONTRATO DE CESSÃO

“CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO DE DIREITOS CRÉDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças, doravante denominado simplesmente “Contrato de Cessão”,

[DENOMINAÇÃO OU RAZÃO SOCIAL], sociedade com sede na Cidade de [COMPLETAR], Estado de [COMPLETAR], na [ENDEREÇO], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº [CNPJ], neste ato representada por [NOME DO REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE DO REPRESENTANTE], [ESTADO CIVIL DO REPRESENTANTE], [PROFISSÃO DO REPRESENTANTE], residente e domiciliado na [ENDEREÇO], inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (“CPF/MF”) sob o nº [CPF] e portador da Cédula de Identidade nº [IDENTIDADE], expedida pela [ÓRGÃO EXPEDIDOR], doravante designada simplesmente “Cedente” ou “Fornecedor”; e

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS – INDUSTRIAL E SERVIÇOS, com seu regulamento registrado no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro (“Regulamento”), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.313.971/0001-08, doravante designado simplesmente “Fundo”, neste ato representado pela sua instituição administradora, **BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, abaixo qualificada, doravante designada “Instituição Administradora”; e

cada uma das partes também denominada individualmente “Parte”, e conjuntamente “Partes”;

e, como intervenientes,

BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM, com sede na Praia de Botafogo, nº 501 - 5º andar, parte, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23; e

BANCO BTG PACTUAL S.A., instituição financeira com sede na Praia de Botafogo, nº 501 - 5º e 6º andares, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0001-45, doravante designado simplesmente "Custodiante" ou "Banco BTG";

CONSIDERANDO QUE:

- i) o Cedente é empresa que celebra Contratos com a Petrobras, constituindo, desta forma, Direitos Creditórios;
- ii) o Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios, destinado preponderantemente à aplicação em Direitos Creditórios, nos termos da Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, e da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e demais alterações, bem como de acordo com a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão estabelecidas no Regulamento;
- iii) o Custodiante é o responsável, nos termos do artigo 38 da Instrução CVM nº 356/01 e do disposto no Regulamento, pela prestação dos serviços de custódia para o Fundo;
- iv) o Cedente pretende ceder ao Fundo os Direitos Creditórios que atendam a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão;
- v) o Cedente poderá, ainda, ceder ao Banco BTG Direitos Creditórios oriundos de Contratos que possuam Direitos Creditórios cedidos ao Fundo;

- vi) *o Fundo, por sua vez, tem interesse em adquirir os Direitos Creditórios do Cedente, desde que atendam a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão, tendo em vista que a cessão dos Direitos Creditórios é elemento essencial da operação de securitização em cujo contexto se insere o Fundo, e nesse contexto se dará a determinação do valor a ser pago pelos Direitos Creditórios cedidos; e*
- vii) *o Banco BTG poderá ter interesse em adquirir Direitos Creditórios oriundos de Contratos que possuam Direitos Creditórios cedidos ao Fundo;*

as Partes têm justo e contratado o disposto nas cláusulas a seguir:

1. DEFINIÇÕES

1.1 *Quaisquer termos ou expressões utilizados em letras maiúsculas neste Contrato de Cessão, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuídos no glossário que integra este Contrato de Cessão como Anexo I.*

2. PROMESSA DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

2.1 *Como elemento essencial do presente negócio, o Cedente cederá, ao Fundo, Direitos Creditórios, incluindo todos os seus acessórios, títulos, instrumentos que os representam, respectivos anexos e garantias constituídas, mediante solicitação da Instituição Administradora e de acordo com os termos e condições estabelecidos neste Contrato de Cessão.*

2.1.1 *O Fundo não estará obrigado a adquirir Direitos Creditórios que venham a ser ofertados pelo Cedente.*

2.2 *Os Direitos Creditórios serão considerados perfeitamente cedidos e inclusos nos termos do presente Contrato de Cessão após observado o seguinte procedimento:*

- i) *apresentação prévia à Instituição Administradora de Autorização de Cessão original, cujo modelo integra o presente Contrato de Cessão como seu Anexo II, para a cessão de Direitos Creditórios a Performar, e como seu Anexo II-A, para*

a cessão de Direitos Creditórios Performados, por meio da qual a Petrobras manifesta ciência e autorização à cessão dos Direitos Creditórios, pelo Cedente ao Fundo, em observância ao artigo 290 do Código Civil, acompanhada de cópia dos Documentos Comprobatórios;

- ii) seleção pela Instituição Administradora, a seu exclusivo critério, de Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, bem como fixação pela Instituição Administradora, também a seu exclusivo critério, do percentual do Contrato que poderá ser adquirido pelo Fundo;*
- iii) envio pelo Cedente à Instituição Administradora, e desta ao Custodiante, de cópias dos Documentos Comprobatórios, para que o Custodiante realize análise dos Direitos Creditórios oferecidos à cessão pelo Cedente e selecionados pela Instituição Administradora, que incluirá a checagem, a critério da Instituição Administradora, do CRCC e do BAD ou RAD junto à Petrobras, bem como análise do enquadramento dos Direitos Creditórios com relação à Política de Investimento e aos Critérios de Elegibilidade, de acordo com os procedimentos previstos no Anexo V deste Contrato de Cessão;*
- iv) após a análise referida no item anterior, a Instituição Administradora (a) enviará ao Cedente o Termo de Cessão em via eletrônica ou física, de acordo com o modelo constante do Anexo III do presente Contrato, contendo indicação dos Direitos Creditórios que deseja adquirir para o Fundo e o preço total de aquisição dos referidos Direitos Creditórios, calculado com base nas taxas discriminadas no item 4.1 abaixo; e (b) devolverá ao Cedente os Direitos Creditórios que não serão adquiridos para o Fundo e que também não serão adquiridos pelo Banco BTG. É de conhecimento do Cedente que tais Direitos Creditórios não adquiridos para o Fundo não poderão ser objeto de nenhuma cessão de crédito com terceiros, excetuada a possibilidade de cedê-los ao Banco BTG, conforme previsto no item 2.7 e seguintes abaixo, a exclusivo critério do Banco BTG;*
- v) o Cedente deverá assinar o Termo de Cessão e enviá-lo à Instituição Administradora, para assinatura; e*
- vi) após a validação das assinaturas do Cedente e da Instituição Administradora*

por meio de abono bancário dos signatários, o Fundo pagará ao Cedente o preço de cessão, calculado nos termos da cláusula 4 abaixo.

2.3 *Ao formalizar a cessão do Direito Creditório por meio de cada Termo de Cessão, o Cedente cederá, automaticamente, ao Fundo, todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, garantias e ações legal e contratualmente previstos que sejam relativos ao Direito Creditório, inclusive (i) o direito de receber integralmente o seu valor, acrescido dos juros, das multas, da atualização monetária e/ou de demais encargos remuneratórios e/ou moratórios; (ii) o direito de ação e o de protesto em face do respectivo devedor para exigir o cumprimento da obrigação de pagar deste ou visando resguardar direito do Fundo; (iii) as garantias eventualmente existentes, sejam reais ou pessoais; e (iv) o direito de declarar o Direito Creditório vencido antecipadamente nas hipóteses contratadas com o devedor e naquelas previstas na legislação aplicável. O Fundo poderá declarar vencida antecipadamente a parcela que lhe couber do Contrato, podendo utilizar, para tanto, os poderes que lhe forem conferidos no mandato outorgado nos termos deste Contrato de Cessão.*

2.4 *O Cedente desde já autoriza que a Petrobras forneça ao Fundo, à Instituição Administradora e ao Custodiante, toda e qualquer informação sobre o Cedente e os respectivos Contratos cujos Direitos Creditórios serão cedidos ao Fundo, em especial, mas não somente, os respectivos boletins de medição, CRCC e BAD ou RAD, quando houver.*

2.5 *O Cedente e o Fundo declaram, em caráter irrevogável e irretratável, que será aplicável a toda e qualquer operação de cessão de Direitos Creditórios que vier a ser constituída entre eles por meio de cada Termo de Cessão, automaticamente e independentemente de qualquer ulterior formalidade ou manifestação de vontade, o disposto neste Contrato de Cessão, no respectivo Termo de Cessão e nos artigos 286 e seguintes do Código Civil.*

2.6 *Em caso de divergência ou contradição entre o Termo de Cessão e o presente Contrato de Cessão, deverá prevalecer o disposto no Contrato de Cessão, exceto se o presente Contrato de Cessão determine expressamente a prevalência do Termo de Cessão.*

2.7 *Se assim desejar, o Banco BTG poderá solicitar ao Cedente Direitos Creditórios, comprometendo-se o Cedente neste ato a ceder ao Banco BTG os Direitos Creditórios eventualmente solicitados, incluindo todos os seus acessórios, títulos, instrumentos que os representam, respectivos anexos e garantias constituídas.*

2.8 *O Banco BTG poderá solicitar ao Cedente Direitos Creditórios que sejam oriundos de Contratos que possuam ou não Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. Ainda, o Banco BTG poderá celebrar com os Fornecedores negócios jurídicos de natureza diversa daqueles previstos neste Contrato, incluindo a concessão de empréstimos a Fornecedores garantidos por recebíveis detidos pelo Fornecedor contra a Petrobras.*

2.9 *A cessão de Direitos Creditórios pelo Cedente ao Banco BTG será formalizada por meio da assinatura do Termo de Cessão cujo modelo consta do Anexo III-A do presente Contrato.*

2.10 *Aplicam-se as disposições do presente Contrato à cessão dos Direitos Creditórios pelo Cedente ao Banco BTG, exceto quando expressamente ressalvado por este Contrato.*

2.11 *O Banco BTG poderá ceder a terceiros os Direitos Creditórios adquiridos no âmbito do presente Contrato. Ao cessionário competirão todos os deveres e direitos previstos no presente Contrato que sejam aplicáveis ao Banco BTG na condição de adquirente de Direitos Creditórios, especialmente o disposto no item 5.8 abaixo.*

3. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

3.1 *O Fundo apenas poderá adquirir Direitos Creditórios que preencham a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão, definidos no Regulamento, o qual integra o presente Contrato de Cessão como se aqui estivesse transcrito.*

3.2 *O Cedente, neste ato, declara conhecer a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão e entender que o Fundo não poderá adquirir Direitos Creditórios que não os atendam integralmente.*

3.3 *A perda, por qualquer motivo, após a aquisição pelo Fundo, da condição de Direito Creditório elegível não dará ao Fundo e seus Cotistas qualquer pretensão, recurso ou direito de regresso contra o Cedente, o Custodiante ou terceiros.*

4. DO PREÇO DA CESSÃO E DO PAGAMENTO

4.1 *Os Direitos Creditórios Performados serão adquiridos pelo valor calculado de acordo com a seguinte fórmula:*

$$VA = VN \times \left[1 - \left(\frac{TA}{100} \right) \times \left(\frac{Dk}{30} \right) \right]$$

onde:

“VA” é o valor de aquisição do Direito Creditório Performado;

“VN” é o valor nominal do Direito Creditório Performado;

“TA” corresponde ao spread excedente para aquisição dos Direitos Creditórios Performados, que será apurado pela Instituição Administradora a cada cessão de Direitos Creditórios Performados; e

“Dk” é a diferença de dias corridos entre a data de aquisição do Direito Creditório Performado e sua respectiva data de vencimento.

4.2 *Sempre que o Fornecedor ofereça ao Fundo Direitos Creditórios a Performar, e desde que (i) tais Direitos Creditórios a Performar atendam aos Critérios de Elegibilidade, e (ii) observado o procedimento disposto no item 2.2 do presente Contrato, o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios de titularidade do Fornecedor, presentes e futuros, em montante equivalente ao preço de cessão fixado pela Instituição Administradora previamente à cessão, acrescido de percentual da Taxa DI ou acrescido de taxa pré-fixada, ambas a serem fixadas pela Instituição Administradora no Termo de Cessão respectivo.*

4.3 *O pagamento do preço de cessão será efetuado em até 1 (um) dia útil*

contado da efetiva escrituração dos Direitos Creditórios pelo Banco BTG, na condição de Custodiante com relação aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, ou na condição de cessionário com relação aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Banco BTG, por meio de TED para a seguinte conta de titularidade do Cedente:

*Conta nº [COMPLETAR]
Agência [COMPLETAR]
[INSTITUIÇÃO FINANCEIRA].*

5. DO RECEBIMENTO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

5.1 Nos termos da Autorização da Cessão, os pagamentos relativos à totalidade dos Direitos Creditórios deverão ser efetuados pela Petrobras mediante transferência de recursos para a Conta Vinculada, incluindo os pagamentos relativos a Direitos Creditórios cedidos ao Banco BTG.

5.1.1 Com base nos relatórios de medição e nos demais documentos que evidenciam o adimplemento, por parte do Cedente, do Contrato do qual os Direitos Creditórios são oriundos, periodicamente enviados pela Petrobras ao Cedente, deste para a Instituição Administradora e desta repassados ao Custodiante, o Custodiante realizará a conciliação dos valores depositados na Conta Vinculada de acordo com as instruções da Instituição Administradora, transferindo em até 1 (um) dia útil contado do respectivo recebimento os valores nela depositados pela Petrobras aos seus respectivos titulares.

5.1.1.1 Recursos depositados pela Petrobras na Conta Vinculada que correspondam ao pagamento de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo serão transferidos pelo Custodiante para a seguinte conta de titularidade do Fundo mantida no Custodiante:

*Conta nº: [COMPLETAR]
Agência nº: [COMPLETAR]
Banco BTG Pactual S.A.*

5.1.1.2 *Recursos depositados pela Petrobras na Conta Vinculada que não correspondam ao pagamento de Direitos Creditórios serão transferidos pelo Custodiante para a seguinte conta de titularidade do Cedente:*

Conta nº: [COMPLETAR]
Agência nº: [COMPLETAR]
[INSTITUIÇÃO FINANCEIRA]

5.1.1.3 *Recursos depositados pela Petrobras na Conta Vinculada que correspondam ao pagamento de Direitos Creditórios cedidos ao Banco BTG serão transferidos para a seguinte conta de titularidade do Banco BTG:*

Conta nº: [COMPLETAR]
Agência nº: [COMPLETAR]
Banco BTG Pactual S.A.

5.1.1.4 *Na hipótese de cessão dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Banco BTG a terceiros, o cessionário informará ao Custodiante a conta de sua titularidade para a qual os recursos depositados na Conta Vinculada deverão ser direcionados.*

5.2 *O Cedente não poderá receber, da Petrobras ou de quaisquer terceiros, montantes decorrentes dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo ou ao Banco BTG, cuja totalidade deverá ser depositada na Conta Vinculada, independentemente de terem sido cedidos ou não.*

5.3 *Não obstante o disposto no item 5.2 acima, o Cedente se compromete a transferir à Conta Vinculada, no dia útil seguinte do recebimento, todo e qualquer montante relativo ao pagamento dos Direitos Creditórios eventualmente recebidos da Petrobras ou de terceiros, comunicando tal fato à Instituição Administradora.*

5.4 *O não cumprimento do disposto no item 5.3 acima acarretará para o Cedente a obrigação de pagamento de juros de mora definidos no respectivo Termo de Cessão, incidente pro rata temporis desde a data do descumprimento até a data da efetiva transferência dos recursos pelo Cedente, acrescido de multa também definida no Termo de Cessão.*

5.4.1 *A Instituição Administradora ou o Banco BTG, conforme o caso, poderão renunciar ou reduzir discricionariamente a cobrança dos juros de mora e multa previstos no item anterior.*

5.5 *As Partes convencionam que, se o Cedente vier a receber qualquer valor da Petrobras relativo a Direito Creditório que tenha sido cedido ao Fundo ou ao Banco BTG por meio deste instrumento e do respectivo Termo de Cessão, tal recebimento será efetuado sob a forma de depósito, ficando o Cedente nomeado como fiel depositário de tal valor para o fim exclusivo de repassá-lo ao Fundo ou ao Banco BTG no prazo do item 5.3, sem qualquer direito de retenção ou compensação a qualquer título. Aplicam-se ao ora avençado os artigos 627 e seguintes do Código Civil.*

5.6 *O Custodiante comunicará à Instituição Administradora o integral pagamento pela Petrobras de todos os Direitos Creditórios oriundos de um mesmo Contrato e cedidos ao Fundo, no mesmo dia útil em que ocorrer este pagamento. Em até 1 (um) dia útil contado desta comunicação, a Instituição Administradora solicitará ao Cedente que obtenha junto a Petrobras a transferência do domicílio bancário do Contrato da Conta Vinculada para outra conta, que não seja de titularidade do Fundo.*

5.6.1 *Caso o Contrato mencionado no item anterior possua Direitos Creditórios cedidos ao Banco BTG que (i) cujo vencimento ainda não tenha ocorrido ou (ii) estejam vencidos e ainda não tenham sido integralmente adimplidos pelo Cedente, o domicílio bancário do Contrato deverá ser transferido para conta de titularidade do Banco BTG.*

5.7 *O Cedente se compromete a comunicar à Instituição Administradora a obtenção da autorização da Petrobras para a transferência do domicílio bancário do Contrato em até 1 (um) dia útil contado da ciência deste fato pelo Cedente, devendo a Instituição Administradora, no mesmo prazo, comunicar este fato ao Custodiante.*

5.8 *Não haverá qualquer direito de preferência entre o Fundo e o Banco BTG no recebimento dos recursos correspondentes ao pagamento de Direitos Creditórios efetuado pelo Cedente. Desta forma, referidos recursos depositados na Conta Vinculada serão utilizados na satisfação dos créditos detidos pelo Fundo e pelo Banco BTG contra a Petrobras na proporção dos Direitos Creditórios vencidos de titularidade de cada um.*

5.8.1 *Caso o Banco BTG ceda a terceiros Direitos Creditórios por ele adquiridos a terceiros, aplicar-se-á o disposto no item anterior ao cessionário.*

6. DO MANDATO E COBRANÇA

6.1 *As Partes convencionam que a aquisição de parcela dos Direitos Creditórios oriundos de um Contrato, pelo Fundo, não gera qualquer espécie de responsabilidade solidária, condomínio ou propriedade comum entre o Cedente e o Fundo ou entre o Cedente e o Banco BTG, quer sobre tal Contrato, quer sobre direitos dele emergentes, sendo, portanto, a parcela do Fundo, a parcela do Banco BTG e a parcela do Cedente divisíveis.*

6.2 *Não obstante o disposto no item 6.1, o Cedente outorga mandato ao Fundo, conforme procuração que integra o presente Contrato de Cessão como seu Anexo IV.*

6.2.1 *O Banco BTG, a seu critério, poderá exigir do Cedente a outorga de mandato, nos moldes do disposto no item anterior e no Anexo IV, sempre que houver aquisição de Direitos Creditórios pelo Banco BTG.*

6.3 *O mandato a que se refere o item 6.2 acima é outorgado como condição essencial do negócio celebrado neste ato e por ocasião de cada Termo de Cessão e visa a garantir plena eficácia ao disposto neste instrumento.*

6.4 *Na hipótese de o Fundo e/ou o Banco BTG decidirem exigir extrajudicial (incluindo-se por meio de protesto) e/ou judicialmente o valor do Direito Creditório, cuja obrigação de fornecimento de produtos e/ou serviços tenha sido cumprida pelo Cedente e que não houver sido pago pontualmente pela Petrobras, o Cedente concorda, em caráter irrevogável e irretratável, que serão tomadas medidas conjuntamente com o Fundo, de acordo com as políticas previstas no Regulamento, e/ou com o Banco BTG, visando a buscar o recebimento do valor cabível, devendo ser rateadas entre o Cedente, o Fundo e/ou o Banco BTG, de forma proporcional entre os quinhões do Contrato que competirem a cada um, as despesas de qualquer natureza, inclusive honorários advocatícios, decorrentes dessas medidas. O mandato outorgado na forma do Anexo IV inclui poderes para a nomeação de advogados mediante cláusula “ad juditia”.*

Caso seja ingressada medida judicial para o fim ora previsto, caberá ao Fundo e/ou ao Banco BTG, conforme o caso de comum acordo, a escolha do advogado que irá representar as Partes.

6.5 *Para o fim do disposto no item anterior, o Cedente deverá disponibilizar todos e quaisquer documentos que vierem a ser solicitados pelo Fundo e/ou pelo Banco BTG no prazo de até 5 (cinco) dias corridos a contar do recebimento da respectiva solicitação.*

6.6 *Sem prejuízo do disposto acima, a Instituição Administradora poderá solicitar ao Cedente a recompra de Direitos Creditórios do Cedente adquiridos pelo Fundo, a seu exclusivo critério, em caso de inadimplemento, comprometendo-se o Cedente a recomprá-los no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da solicitação por escrito encaminhada pela Instituição Administradora, corrigido conforme definido no item 5.4 acima, sendo que esta obrigação somente será aplicável em relação àqueles Direitos Creditórios em cujo Termo de Cessão referida aplicabilidade seja expressamente acordada entre as Partes.*

6.7 *O Banco BTG também poderá solicitar ao Cedente a recompra de quaisquer Direitos Creditórios adquiridos pelo Banco BTG, a seu exclusivo critério, em caso de inadimplemento, comprometendo-se o Cedente a recomprá-los na forma do item anterior.*

6.7.1 *O direito previsto no item anterior assistirá igualmente a terceiro que adquira Direito Creditório do Banco BTG.*

7. DO SEGURO

7.1 *No caso de cessão de Direitos Creditórios a Performar cujo Cedente não possua CRCC, o Cedente deverá contratar seguro de performance perante Seguradora Autorizada, nos termos do Regulamento, tendo o Fundo e/ou o Banco BTG como beneficiário. O Seguro deverá garantir o integral adimplemento da obrigação do Cedente em relação à Petrobras no que se refere ao fornecimento de produtos e/ou de serviços, mediante a previsão de indenização em quantia que seja suficiente para garantir que o Fundo e/ou o Banco BTG recebam o valor integral dos Direitos Creditórios a Performar cedidos.*

7.2 O custo de contratação do Seguro caberá exclusivamente ao Cedente e o respectivo prêmio deve ser integralmente quitado pelo Cedente previamente à cessão de Direito Creditório a Performar ao Fundo ou ao Banco BTG.

7.3 Somente serão aceitos seguros cujas apólices e Seguradoras Autorizadas atendam aos termos do Regulamento.

8. DEPÓSITO DOS DOCUMENTOS

8.1 Sem prejuízo da guarda pelo Custodiante de cópia dos Documentos Comprobatórios entregues pela Cedente à Instituição Administradora nos termos do item 2.2 (i) acima, a cada cessão de Direitos Creditórios, todos os Documentos Comprobatórios originais ficarão sob a posse do Cedente, para que este os guarde na qualidade de fiel depositário, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da data de vencimento do Contrato cujos Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo, devendo ser apresentados à Instituição Administradora ou ao Custodiante em até 5 (cinco) dias a contar do recebimento de solicitação por escrito de qualquer desses.

8.1.1 O Cedente pagará multa equivalente a 1% (um por cento) do valor dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo ou ao Banco BTG, para os Direitos Creditórios por este adquiridos, por cada dia útil que ultrapasse o prazo para apresentação dos respectivos Documentos Comprobatórios estabelecido no item anterior, sem prejuízo do direito do Fundo, da Instituição Administradora e/ou do Custodiante de buscar em juízo indenização complementar por eventuais perdas e danos sofridos em razão de tal atraso.

8.2 Todos os Documentos Comprobatórios deverão ser guardados pelo Cedente em arquivos segregados que permitam sua identificação.

8.3 O Cedente não fará jus a qualquer remuneração pelo depósito ora avençado, nem a reembolso por quaisquer despesas decorrentes da prestação de tais serviços.

8.4 O Cedente se compromete a guardar todos os Documentos Comprobatórios com o máximo cuidado e diligência, em nome e por conta do Fundo e/ou do Banco BTG.

8.5 O Custodiante e/ou a Instituição Administradora poderão realizar a verificação da regularidade dos Documentos Comprobatórios, por amostragem ou não, na sede do Cedente ou em local que este indicar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar de notificação do Custodiante e/ou da Instituição Administradora neste sentido, conforme o caso.

8.5.1 O Cedente pagará multa equivalente a 1% (um por cento) do valor dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, ou equivalente a 1% (um por cento) do valor dos Direitos Creditórios cedidos ao Banco BTG, conforme o caso por cada dia útil que ultrapasse o prazo para apresentação dos respectivos Documentos Comprobatórios estabelecido no item anterior, sem prejuízo do direito do Fundo, da Instituição Administradora e/ou do Custodiante de buscar em juízo indenização complementar por eventuais perdas e danos sofridos em razão de tão atraso.

8.6 O Cedente se compromete a prontamente observar as ordens de restituição dos Documentos Comprobatórios dadas pelo Custodiante e/ou pela Instituição Administradora, observando ainda as eventuais indicações de dia, horário e local estabelecidas.

8.7 O Cedente declara conhecer as consequências decorrentes da eventual não restituição, quando exigida, de documentos relacionados aos Direitos Creditórios sob sua guarda, nos termos do artigo 652 do Código Civil. O Cedente aponta, neste ato, [NOME DA PESSOA FÍSICA], [NACIONALIDADE, PROFISSÃO, ESTADO CIVIL], inscrito no CPF/MF sob o nº [COMPLETAR] e portador da cédula de identidade RG nº [COMPLETAR] para ser responsável pessoalmente pelo depósito dos Documentos Comprobatórios, assumindo solidariamente com o Cedente as responsabilidades atribuídas ao fiel depositário nos termos da legislação aplicável.

8.8 Uma vez decorrido o prazo referido no item 8.1 acima em relação a determinado Documento Comprobatório, o Custodiante e/ou a Instituição Administradora poderão exigir que o Cedente não seja partir de então responsável pela

sua guarda e conservação, devendo o Cedente neste caso observar as instruções que lhe der o Custodiante e/ou a Instituição Administradora quanto à destinação deste.

9. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES ADICIONAIS DO CEDENTE

9.1 O Cedente somente oferecerá à cessão ao Fundo Direitos Creditórios que preencham, cumulativamente, a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão previstas no Regulamento.

9.1.1 Sem prejuízo da verificação pela Instituição Administradora, a observância das Condições de Cessão será de exclusiva responsabilidade do Cedente.

9.2 O Cedente obriga-se a não ceder ao Fundo quaisquer Direitos Creditórios caso tal ato (ou como decorrência dele) configure fraude contra credores, fraude à execução, fraude à execução fiscal ou ainda fraude falimentar.

9.3 O Cedente será responsável:

- i) pela existência dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo ou ao Banco BTG, nos termos do artigo 295 do Código Civil;
- ii) pela performance (entrega do bem e/ou prestação do serviço) dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo ou ao Banco BTG;
- iii) por eventuais exceções apresentadas pelos Devedores dos Direitos Creditórios cedidos contra o Cedente quando da notificação da cessão, nos termos do artigo 294 do Código Civil;
- iv) por prejuízos sofridos pelo Fundo ou pelo Banco BTG em razão de dificuldade ou impossibilidade de cobrança de Direitos Creditórios cedidos que tenham qualquer vício em sua formação; e
- v) por fornecer ao Custodiante os documentos necessários para a realização do abono bancário de assinaturas, conforme mencionado na cláusula 2.2 (vi), quais sejam: (a) Estatuto ou Contrato social, conforme o caso (cópia

autenticada e com registro); (b) Eleição de diretoria/gerente (cópia autenticada e com registro); (c) Procuração, conforme o caso (cópia autenticada); (d) Cartão de autógrafos dos representantes, com firma reconhecida ou abono bancário, e (e) Documento de Identidade e CPF dos representantes

9.3.1 *Na hipótese de responsabilidade do Cedente conforme o item 9.3 acima, o Fundo ou o Banco BTG, conforme o caso, poderão compensar a quantia devida com quaisquer valores que tenham a pagar ao Cedente.*

9.4 *Se, por qualquer razão, inclusive em decorrência de defeito dos produtos ou da não entrega dos serviços fornecidos pelo Cedente conforme o Contrato, a Petrobras tiver o direito de reter, deduzir, compensar ou reduzir o valor dos Direitos Creditórios, tal retenção, dedução, compensação ou redução deverá recair sobre a parcela remanescente do Contrato pertencente ao Cedente, se houver. Se o valor de tal parcela não existir ou se o valor da parcela do Cedente não for suficiente para cobrir o montante da retenção, dedução, compensação ou redução eventualmente efetuada pela Petrobras, e esta deixar de efetuar o pagamento integral devido ao Fundo ou ao Banco BTG, estes poderão (i) exigir do Cedente a complementação do valor devido ao Fundo ou ao Banco BTG, cujo pagamento deverá ser efetuado em até 2 (dois) dias a contar do recebimento da competente notificação; ou (ii) abater o valor devido ao Fundo ou ao Banco BTG de quaisquer quantias de titularidade do Cedente que sejam depositadas na Conta Vinculada.*

9.5 *Na hipótese de ocorrer, após a cessão do respectivo Direito Creditório ao Fundo ou ao Banco BTG, qualquer fato ou ato praticado pela Cedente, pela Petrobras ou por qualquer terceiro, que não o Fundo, a Instituição Administradora ou o Custodiante, que acarrete a alteração das condições de pagamento do Direito Creditório cedido ou sua inexigibilidade, inclusive em decorrência do atraso ou vício na entrega do produto ou do fornecimento do serviço, da prorrogação ou da antecipação do prazo de vencimento do respectivo Direito Creditório, da prorrogação ou da antecipação da entrega do produto ou da prestação do serviço contratado ou do cancelamento do pedido de fornecimento do produto e/ou do serviço pela Petrobras no caso de Direito Creditório a Performar, o Fundo ou o Banco BTG poderão, de igual maneira, exercer a prerrogativa referida no item 9.4 acima. Adicionalmente, o Fundo ou o Banco BTG poderão optar por renegociar o preço do Direito Creditório cedido*

caso ele continue a ser exigível da Petrobras, mediante a devolução do correspondente valor pela Cedente, se for o caso.

9.6 *Se o Cedente, sem a anuência prévia e por escrito do Fundo ou do Banco BTG, conforme o caso, alterar as condições do Direito Creditório cedido ao Fundo ou da relação comercial estabelecida entre ele e Petrobras, de forma a gerar uma mudança nas condições do Direito Creditório ou na perda do seguro garantia, se houver, o Cedente pagará uma multa não compensatória equivalente a 50% (cinquenta por cento) da taxa de desconto que tiver sido utilizada para fixação do preço de cessão do respectivo Direito Creditório, a qual poderá ser recebida pelo Fundo ou pelo Banco BTG mediante compensação de qualquer valor devido por este ao Cedente, sem prejuízo do exercício dos direitos previstos nos itens 9.5 e 9.4 acima, quando aplicáveis.*

9.7 *O exercício de qualquer dos direitos previstos nos itens anteriores não extingue os demais estabelecidos neste Contrato de Cessão, que poderão ser exercidos concomitantemente ou em diferentes momentos até que os créditos devidos ao Fundo ou ao Banco BTG, conforme o caso, sejam integralmente satisfeitos.*

9.8 *Será vedada, a partir da data de celebração de cada Termo de Cessão, a prática de qualquer ato pelo Cedente em relação aos Direitos Creditórios objeto daquele instrumento ou a qualquer garantia real ou pessoal eventualmente outorgada pela Petrobras ou terceiro em relação a tais Direitos Creditórios, que possa afetar os direitos do Fundo ou do Banco BTG adquiridos por meio do Termo de Cessão. Qualquer ato praticado pelo Cedente em desacordo com o disposto neste instrumento e no Termo de Cessão será nulo e ineficaz em relação ao Fundo ou ao Banco BTG, conforme o caso. O ora disposto não exclui qualquer outra penalidade prevista neste Contrato de Cessão, no Termo de Cessão ou na legislação aplicável, especialmente o direito de exigir perdas e danos.*

9.9 *Além das demais obrigações e responsabilidades previstas neste Contrato de Cessão, o Cedente também se obriga a:*

- i) *comunicar, em até 5 (cinco) dias úteis, à Instituição Administradora e/ou ao Banco BTG o início de qualquer procedimento administrativo ou judicial contra si, em montante superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);*

- ii) *comunicar, em até 5 (cinco) dias úteis, à Instituição Administradora e/ou ao Banco BTG caso venha a inadimplir obrigação em montante superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);*
- iii) *comunicar, em até 5 (cinco) dias úteis, à Instituição Administradora e/ou ao Banco BTG a ocorrência de qualquer protesto de títulos de crédito de sua responsabilidade, em valor superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);*
- iv) *comunicar imediatamente à Instituição Administradora e/ou ao Banco BTG a ocorrência de qualquer um dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Resilição de que tiver conhecimento;*
- v) *durante o período de vigência do presente Contrato de Cessão, manter verdadeiras as declarações prestadas neste instrumento;*
- vi) *manter sempre válidas, em vigor e em perfeita ordem todas as autorizações necessárias à execução deste instrumento;*
- vii) *cumprir tempestivamente todas as obrigações assumidas no presente instrumento e perante a Petrobras;*
- viii) *não proceder a alterações, aditamentos ou cessões com terceiros que sejam relativos a Direitos Creditórios cedidos para o Fundo ou para o Banco BTG, sem a prévia e expressa anuência do Fundo ou do Banco BTG, conforme o caso;*
- ix) *cumprir as obrigações previstas no Contrato, nos documentos ou títulos constitutivos dos Direitos Creditórios cedidos para o Fundo ou para o Banco BTG, dentro dos prazos ali estabelecidos;*
- x) *utilizar seus melhores esforços a fim de colaborar com o Fundo e/ou com o Banco BTG em tudo o que se fizer necessário para que os cessionários recebam a totalidade dos Direitos Creditórios a este cedidos;*
- xi) *encaminhar à Instituição Administradora e/ou ao Banco BTG, durante todo o prazo de vigência deste instrumento, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias*

contados do encerramento de cada exercício social, cópia autenticada de suas demonstrações financeiras, relatório de administração e parecer dos auditores independentes ou conselho fiscal, se aplicável;

- xii) *informar à Instituição Administradora e/ou ao Banco BTG, prontamente, qualquer modificação substancial negativa em sua situação econômico-financeira que possam afetar a decisão do Fundo e/ou do Banco BTG de adquirir Direitos Creditórios do Cedente, como, por exemplo, insolvência, oneração de maquinário necessário à execução do Contrato; contingências judiciais que possam alterar a capacidade operacional do Cedente, entre outras hipóteses;*
- xiii) *entregar à Instituição Administradora, nesta data, cópia autenticada de seu estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial competente, bem como apresentar cópias autenticadas dos documentos que alteram o referido estatuto ou contrato social no prazo máximo de 10 (dez) dias de sua alteração;*
- xiv) *encaminhar à Instituição Administradora e/ou ao Banco BTG quaisquer comunicações ou notificações recebidas da Petrobras, bem como informá-los a respeito de (i) alterações nas condições dos contratos que originaram os Direitos Creditórios; (ii) atrasos na entrega dos produtos e/ou fornecimento dos serviços; e (iii) recebimento de quaisquer valores e/ou adiantamentos relacionados aos Direitos Creditórios cedidos;*
- xv) *no caso de Direitos Creditórios a Performar cedidos ao Fundo ou ao Banco BTG, informar à Instituição Administradora e/ou ao Banco BTG sobre o andamento da obrigação de fazer (i.e. manufatura e entrega do produto e/ou prestação de serviços) mensalmente ou sempre que a Instituição Administradora o solicite, informação esta que deverá ser disponibilizada em até 2 (dois) dias a contar do recebimento da solicitação; e*
- xvi) *não ceder para terceiros quaisquer parcelas do Contrato não cedidas para o Fundo, exceto em favor do Banco BTG.*

10. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES ADICIONAIS DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

10.1 Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Contrato de Cessão, a Instituição Administradora se obriga a cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, os pagamentos dos Direitos Creditórios, transferindo os valores recebidos para a conta corrente do Fundo ou, conforme o caso, emitir ou providenciar que sejam emitidos os boletos de pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, nos quais constará o preço de cessão dos Direitos Creditórios, calculado de acordo com a fórmula constante do item 4.1 acima.

10.1.1 O Banco BTG será responsável pela emissão dos boletos relativos aos Direitos Creditórios por ele adquiridos, quando aplicável.

10.2 A Instituição Administradora se obriga, ainda, a fornecer ou disponibilizar ao Custodiante cópia de todos os Termos de Cessão celebrados entre o Cedente e o Fundo, em até 1 (um) dia a contar da data da respectiva celebração.

11. DECLARAÇÕES DAS PARTES

11.1 O Cedente, devidamente representado na forma de seus atos constitutivos, declara e assegura à Instituição Administradora que, na data de assinatura deste Contrato de Cessão e em cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo:

- i) é uma sociedade validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável;
- ii) a celebração deste Contrato de Cessão e do Termo de Cessão e a assunção das obrigações deles decorrentes se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia;
- iii) os signatários do presente Contrato de Cessão e seus respectivos Anexos têm poderes para assumir, em seu nome, as obrigações aqui estabelecidas, nos termos definidos neste Contrato de Cessão;

- iv) *a situação econômica, financeira e patrimonial do Cedente, na data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;*
- v) *até a data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não há quaisquer títulos de emissão do Cedente ou sacados contra esta que tenham sido protestados, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;*
- vi) *a celebração deste Contrato de Cessão e do Termo de Cessão e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarreta, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, (a) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato de Cessão dos quais o Cedente, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas; (b) de qualquer norma legal ou regulamentar a que o Cedente, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas estejam sujeitos; e (c) de qualquer ordem ou decisão judicial ou administrativa, ainda que liminar, que afete o Cedente, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas;*
- vii) *os Direitos Creditórios oferecidos à cessão, nos termos deste Contrato de Cessão, são de sua legítima e exclusiva titularidade, estando livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, que possam obstar a cessão prometida e o pleno gozo e uso, pelo Fundo, de todos os direitos, garantias e prerrogativas relacionados aos Direitos Creditórios a este cedidos, nos termos deste Contrato de Cessão;*
- viii) *os contratos e demais instrumentos que dão origem aos Direitos Creditórios, uma vez obtida a respectiva Autorização de Cessão, não contêm qualquer avença que impeça, proíba ou condicione, a qualquer título, a cessão dos Direitos Creditórios do Cedente ao Fundo ou do Fundo para terceiros;*

- ix) *os Direitos Creditórios oferecidos à cessão ao Fundo ou ao Banco BTG não são ou foram objeto (a) de qualquer contestação judicial, extrajudicial ou administrativa, por parte da Petrobras, independentemente da alegação ou mérito que possa, direta ou indiretamente, comprometer sua liquidez e certeza; ou (b) de qualquer tipo de renegociação, acordo ou transação;*
- x) *os Contratos que dão origem aos Direitos Creditórios não apresentam e não apresentarão, no momento da cessão ao Fundo, quaisquer parcelas vencidas e não pagas pela Petrobras;*
- xi) *não está inscrita na SERASA ou qualquer outra entidade cadastral de cheques sem fundo, protesto, falência, recuperação judicial ou extrajudicial, e não possui cheques sem fundo que, considerados em conjunto, sejam superiores a 1% (um por cento) do seu patrimônio líquido;*
- xii) *não há e tampouco haverá no momento da celebração de cada Termo de Cessão qualquer motivo que permita à Petrobras efetuar deduções, a qualquer título, dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo ou ao Banco BTG;*
- xiii) *os documentos que constituem os Direitos Creditórios serão emitidos em conformidade com critérios legais e as determinações da Petrobras, de modo que estes não poderão se recusar a efetuar o pagamento por vício ou defeito de tais documentos;*
- xiv) *assinará todos e quaisquer documentos e tomará todas as medidas exigidas pela Petrobras, pelo Fundo ou pelo Banco BTG para que aquela efetue o pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo;*
- xv) *envidará os melhores esforços para que qualquer cessão de crédito que venha a ser formalizada com o Fundo ou com o Banco BTG não seja passível de anulação ou nulidade por qualquer terceiro, especialmente em virtude de caracterização de fraude contra credores, fraude à execução, fraude de execução fiscal ou ainda fraude falimentar; contudo, caso qualquer cessão de crédito venha a ser considerada nula ou anulável, o Cedente compromete-se a*

indenizar o Fundo ou o Banco BTG, conforme o caso, nos termos deste Contrato de Cessão;

- xvi) leu e compreendeu integralmente o Regulamento, especialmente a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão nele estabelecidos; e*
- xvii) todas as declarações e garantias acima são válidas na data deste instrumento e o serão na data de cada Termo de Cessão.*
- xviii) autoriza a Instituição Administradora a consultar órgãos como Serasa, SCPC e Sisbacen.*

11.2 A Instituição Administradora, devidamente representada na forma de seus atos constitutivos, declara e garante que:

- i) o Fundo é um condomínio validamente constituído, regularmente registrado e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios;*
- ii) é uma sociedade anônima validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável;*
- iii) a celebração deste Contrato de Cessão e a assunção das obrigações dele decorrentes se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia;*
- iv) as pessoas que assinam este Contrato de Cessão e os respectivos Anexos em nome da Instituição Administradora têm poderes para assumir em seu próprio nome ou, conforme o caso, por conta e ordem do Fundo, as obrigações nele estabelecidas;*
- v) a celebração deste Contrato de Cessão e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, (a) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato de Cessão dos quais a Instituição Administradora, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, sejam parte ou*

aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas, (b) de qualquer norma legal ou regulamentar a que a Instituição Administradora, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas estejam sujeitos, e (c) de qualquer ordem ou decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa, que afete a Instituição Administradora, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas; e

- vi) encontra-se técnica e operacionalmente habilitada e autorizada a prestar os serviços de administração do Fundo, contando com todos os sistemas necessários ao pleno e satisfatório exercício de suas funções, nos termos do Regulamento, dos demais documentos relacionados ao Fundo e da legislação aplicável.*

12. DA RESOLUÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

12.1 Considerar-se-á resolvida a cessão de um Direito Creditório, operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao Cedente e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo ou para o Banco BTG, nas seguintes hipóteses:

- i) caso o pagamento do Direito Creditório seja recusado, conforme o caso, pela Petrobras por alegação de vícios, defeitos ou inexistência de lastro ou caso sejam opostas pela Petrobras quaisquer outras exceções quanto à legalidade, legitimidade ou veracidade dos Direitos Creditórios e seus respectivos títulos transferidos ao Fundo;*
- ii) caso o Direito Creditório seja reclamado por terceiros comprovadamente titulares de direitos, ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição desses pelo Fundo ou pelo Banco BTG;*
- iii) se os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo e/ou ao Banco BTG forem objeto de acordo entre o Cedente e a Petrobras, que possa gerar arguição, compensação e/ou outras formas de redução, extinção ou modificação de qualquer uma das*

condições que interfiram ou prejudiquem quaisquer dos direitos emergentes dos Direitos Creditórios cedidos; e

- iv) *não pagamento do Direito Creditório em caso de (a) ato de responsabilidade do Cedente; (b) qualquer exceção, defesa ou justificativa da Petrobras baseada em fato de responsabilidade do Cedente ou contrário aos termos deste Contrato de Cessão; (c) qualquer exceção, defesa ou justificativa da Petrobras baseada na recusa da aceitação de mercadoria e/ou serviço ou qualquer demora, inadimplemento do Cedente perante a Petrobras; (d) contra-protesto da Petrobras e/ou reclamação judicial da Petrobras contra o Cedente; ou (e) caso fortuito ou força maior.*

12.2.1 *Adicionalmente às hipóteses acima dispostas, a cessão de Direitos Creditórios poderá ser resolvida em virtude de não pagamento do Direito Creditório em caso de insolvência da Petrobras reconhecida judicialmente (falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou outra forma de concurso de credores), sendo que o disposto no presente item somente se aplicará àqueles Direitos Creditórios em cujo Termo de Cessão referida aplicabilidade seja expressamente acordada entre as Partes.*

12.2 *Sem prejuízo da resolução da cessão, o Cedente deverá notificar por escrito a Instituição Administradora da ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contado da data em que este tomar conhecimento do evento.*

12.3 O Cedente estará obrigado a restituir ao Fundo e/ou ao Banco BTG, exclusivamente em moeda corrente nacional, em até 2 (dois) dias úteis contados da ocorrência de qualquer uma das Condições Resolutivas da Cessão, o preço de cessão dos Direitos Creditórios cuja cessão tiver sido resolvida, nos termos deste Contrato de Cessão, (i) apurado na forma da cláusula 4 acima, atualizado pro rata temporis desde a respectiva data de aquisição até a data de restituição dos valores devidos, considerando-se a taxa de desconto utilizada na determinação do respectivo preço de cessão; e (ii) acrescido de até 10% (dez por cento), a título de multa. Neste caso, os valores pagos ao Fundo e/ou ao Banco BTG em razão da resolução da cessão, sem considerar o valor da multa acima, não poderão ser superiores ao valor nominal dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos ou vincendos.

12.4 Sem prejuízo do disposto acima, para Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, o Cedente poderá permutar um Direito Creditório objeto de resolução da respectiva cessão por outro Direito Creditório que atenda aos critérios de elegibilidade do Fundo, a critério exclusivo da Instituição Administradora.

12.5 A exclusivo critério do Banco BTG, o Cedente poderá permutar Direito Creditório objeto de resolução da respectiva cessão ao Banco BTG por outro Direito Creditório.

13. RESILIÇÃO E MORA

13.1 Este Contrato de Cessão poderá ser resilido de pleno direito pela Instituição Administradora a seu exclusivo critério e em nome do Fundo, sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificar sua decisão, a qualquer tempo, mediante notificação do Cedente com 30 (trinta) dias de antecedência.

13.2 Na hipótese de resilição deste Contrato de Cessão, todas as obrigações de dar, fazer ou não fazer, assumidas pelo Cedente relacionadas aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo ou ao Banco BTG nos termos deste Contrato de Cessão permanecerão existentes, válidas e eficazes, em todos os seus termos, até o resgate das cotas do Fundo ou até o integral adimplemento, pela Petrobras, dos Direitos Creditórios cedidos ao Banco BTG.

13.3 O descumprimento, por qualquer das Partes, de quaisquer das obrigações de natureza financeira previstas neste instrumento caracterizará, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação da outra Parte, a mora da Parte inadimplente, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos: (i) juros de mora de 4% (quatro por cento) ao mês; (ii) atualização monetária calculada pelo Índice Geral de Preço – Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, em caso de extinção ou impossibilidade de aplicação, por outro índice que vier a substituí-lo; e (iii) multa de mora convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor total devido após juros e atualização monetária. Os juros e a atualização mencionados nos itens (i) e (ii) acima serão calculados sobre o montante devido pro rata temporis desde a data em que o pagamento se tornar devido até o seu integral recebimento pelo Fundo.

14. INDENIZAÇÃO

14.1 O Cedente se obriga a indenizar integral e imediatamente o Custodiante, o Fundo e a Instituição Administradora, bem como seus administradores e prepostos, por qualquer prejuízo que estes venham a sofrer em decorrência do descumprimento, por parte do Cedente, seus empregados ou quaisquer prepostos, de qualquer obrigação oriunda deste Contrato de Cessão, em 5 (cinco) dias contados da devida comunicação de descumprimento ao Cedente.

14.2 Sem prejuízo da indenização devida em caso de inadimplemento de qualquer uma das cláusulas do presente Contrato de Cessão, a Parte prejudicada poderá exigir da parte inadimplente a execução específica da obrigação devida.

15. ANUÊNCIA DA PETROBRAS

15.1 Para os fins do artigo 290 do Código Civil e como condição para formalização da cessão dos Direitos Creditórios, o Cedente deverá entregar uma via original à Instituição Administradora da Autorização de Cessão de que trata o item 2.2 (i) acima, devidamente assinada e confirmada pela Petrobras.

16. REGISTRO DO CONTRATO

16.1 A Instituição Administradora poderá requerer o registro do presente Contrato de Cessão, em até 20 (vinte) dias a contar da data da sua assinatura, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos situado na comarca do Rio de Janeiro, e o Cedente o requererá em Cartório de Registro de Títulos e Documentos de sua respectiva sede, devendo o Cedente arcar com todos os custos e despesas decorrentes de ambos os registros. A mesma obrigação de registro aplicar-se-á também ao Termo de Cessão.

16.1.1 Para Termos de Cessão celebrados entre o Banco BTG e o Cedente, o Banco BTG poderá solicitar o registro do Termo de Cessão em até 20 (vinte) dias contados da data de sua assinatura, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos situado na comarca do Rio de Janeiro, e, caso o Banco BTG requeira o registro do Termo de Cessão, o Cedente deverá também fazê-lo em Cartório de Registro de Títulos e Documentos de sua respectiva sede, se diversa da sede do Banco BTG, devendo o Cedente arcar com os custos e as despesas decorrentes de ambos os registros.

16.2 Caso o Cedente não providencie a devolução deste Contrato ou dos Termos de Cessão devidamente registrados em até 5 (cinco) dias úteis da sua assinatura, o Cedente ficará impedido de realizar novas cessões de Direitos Creditórios ao Fundo.

16.3 Os custos decorrentes dos registros previstos nesta cláusula, quando realizados pela Instituição Administradora e/ou ao Banco BTG, poderão ser debitados por estes diretamente da Conta Vinculada, independentemente de prévia autorização do Cedente.

17. CONFIDENCIALIDADE

17.1 As Partes e o Custodiante se obrigam a guardar segredo sobre as informações confidenciais adquiridas por força do presente Contrato de Cessão, durante e após seu período de duração. São informações confidenciais todos os documentos e informações relativos aos negócios das Partes e do Custodiante que não sejam de conhecimento público, tais como, a título exemplificativo, custos, lucros,

participações de mercado, produtos, serviços, preços, lista de clientes, lista de fornecedores, know-how, técnicas de produção e estratégias de mercado.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Este Contrato de Cessão tornar-se-á eficaz na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de duração do Fundo.

18.2 Quaisquer pagamentos efetuados sob este Contrato de Cessão sofrerão dedução de tributos e/ou retenções incidentes diretamente sobre eles, desde que devidos nos termos de qualquer lei ou regulamentação aplicável.

18.3 Todas as notificações decorrentes deste Contrato de Cessão e dos Termos de Cessão deverão ser feitas por escrito e serão consideradas eficazes: (i) quando entregues pessoalmente à Parte a ser notificada ou ao Custodiante, mediante protocolo; ou (ii) após 5 (cinco) dias contados (a) da postagem de carta com aviso de recebimento à Parte a ser notificada ou ao Custodiante ou (b) da transmissão da notificação por fax à Parte a ser notificada ou ao Custodiante, desde que acompanhada de postagem do original por carta registrada, que também deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias da respectiva transmissão. Para efeito de qualquer notificação, observar-se-ão os dados abaixo fornecidos pelas Partes e pelo Custodiante, que poderão ser alterados por notificação enviada por uma Parte ou pelo Custodiante aos demais:

[CEDENTE]

At.: [RESPONSÁVEL]

[ENDEREÇO]

fax nº: [COMPLETAR]

correio eletrônico: [COMPLETAR]

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES

PETROBRAS – INDUSTRIAL E SERVIÇOS, representado por

BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM

At.: [RESPONSÁVEL]

Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar

[CEP] – Rio de Janeiro - RJ

fax nº: [COMPLETAR]

correio eletrônico: [COMPLETAR]

BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM

At.: [RESPONSÁVEL]

Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar

[CEP] – Rio de Janeiro - RJ

fax nº: [COMPLETAR]

correio eletrônico: [COMPLETAR]

18.3.1 Será admitido, para fins de comunicação entre as Partes durante o processo de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, o uso do correio eletrônico indicado no item 18.3 acima.

18.4 Qualquer alteração ao presente Contrato de Cessão somente será considerada válida e eficaz se feita por escrito, assinada por todas as Partes, com interveniência do Custodiante, e, se for o caso, registrada nos termos do item 16.1 acima.

18.5 Os direitos de cada Parte previstos neste Contrato de Cessão (i) são cumulativos com outros direitos previstos em lei, a menos que expressamente os excluam; e (ii) só admitem renúncia por escrito e específica. O não exercício, total ou parcial, de qualquer direito decorrente do presente Contrato de Cessão não implicará novação da obrigação ou renúncia ao respectivo direito por seu titular.

18.6 Se qualquer disposição deste Contrato de Cessão for considerada inválida e/ou ineficaz, as Partes deverão emendar seus melhores esforços para substituí-la por outra de conteúdo similar e com os mesmos efeitos. A eventual invalidade e/ou ineficácia de uma ou mais cláusulas não afetará as demais disposições do presente Contrato de Cessão.

18.7 As Partes se comprometem a empregar seus melhores esforços para resolver através de negociações qualquer disputa ou controvérsia relacionada a este Contrato de Cessão.

18.8 Este Contrato de Cessão será regido pelo direito brasileiro.

18.9 *As Partes neste ato elegem o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com expressa exclusão de qualquer outro, ainda que privilegiado, como competente para dirimir quaisquer dúvidas e/ou questões oriundas deste instrumento.*

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual forma e teor, para um só efeito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

Rio de Janeiro, [DATA]

[CEDENTE]

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES
PETROBRAS – INDUSTRIAL E SERVIÇOS**

representado por

BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

Testemunhas:

Nome:
R.G.:

Nome:
R.G.:

ANEXO I

Este Anexo I é parte integrante do “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças” firmado entre [CEDENTE] e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviço, e, na qualidade de intervenientes, BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e Banco BTG Pactual S.A), em [DATA].

GLOSSÁRIO

<i>Autorização de Cessão</i>	<i>Documento pelo qual a Petrobras declara sua ciência e anuência em relação à cessão dos Direitos Creditórios, bem como autoriza a transferência do domicílio bancário dos Direitos Creditórios em favor do Fundo, cujos modelos constam deste Contrato de Cessão como seu Anexo II, para Direitos Creditórios a Performar, e como seu Anexo II-A, para Direitos Creditórios Performados</i>
<i>BAD</i>	<i>Boletim de Avaliação de Desempenho elaborado pela Petrobras para cada Contrato em vigor</i>
<i>Banco BTG</i>	<i>Banco BTG Pactual S.A., quando referido na condição de adquirente de Direitos Creditórios</i>
<i>Cedente</i>	<i>[COMPLETAR]</i>
<i>CMN</i>	<i>Conselho Monetário Nacional</i>
<i>CNPJ/MF</i>	<i>Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda</i>

<i>Código Civil</i>	<i>Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002</i>
<i>Condições de Cessão</i>	<i>São as condições definidas no item 12.1 do Regulamento, que devem ser atendidas antes da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo e validadas pela Instituição Administradora</i>
<i>Condições Resolutivas da Cessão</i>	<i>Hipóteses descritas na cláusula 12 deste Contrato de Cessão, em que a cessão será considerada resolvida</i>
<i>Conta Vinculada</i>	<i>Conta reserva de titularidade do Fornecedor mantida junto ao Custodiante na qual deverão ser depositados e/ou transferidos pela Petrobras os recursos decorrentes do pagamento de cada Contrato</i>
<i>Contrato</i>	<i>Significa qualquer modalidade de contrato celebrado entre Cedente e a Petrobras cujos Direitos Creditórios sejam passíveis de aquisição pelo Fundo de acordo com a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão, e/ou pelo Banco BTG</i>
<i>Contrato de Cessão</i>	<i>Este Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças</i>
<i>Cotistas</i>	<i>São os titulares de Cotas</i>
<i>Cotas</i>	<i>São as cotas do Fundo</i>
<i>CPF/MF</i>	<i>Cadastro da Pessoa Física do Ministério</i>

da Fazenda

CRCC

Certificado de Registro e Classificação Cadastral, emitido pela Petrobras em favor de seus fornecedores

Custodiante

Banco BTG Pactual S.A., quando referido na condição de prestador dos serviços de custódia ao Fundo

Crítérios de Elegibilidade

Características que os Direitos Creditórios devem, obrigatória e cumulativamente, apresentar para que possam ser adquiridos pelo Fundo, estabelecidos no Regulamento

CVM

Comissão de Valores Mobiliários

Direitos Creditórios

Significa cada prestação devida pela Petrobras, sempre em moeda corrente nacional, líquida de qualquer taxa de administração ou de serviço, decorrente de contratação de prestação de serviços e /ou contrato de compra e venda mercantil ou fornecimento de bens entre o Cedente e a Petrobras, nos termos de qualquer instrumento ou contrato, que estejam de acordo com a Política de Investimento, os Crítérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão

Direito Creditório a Performar

Significa um Direito Creditório cuja prestação ainda não é exigível da Petrobras em função da não entrega, total ou parcial, pelo Cedente, de serviço ou bem objeto do respectivo Contrato

Arquivo de Títulos e Documentos
12.05.2014 - RJ
Arquivo de Documentos Arquivado

Documentos Comprobatórios

São documentos relacionados aos Direitos Creditórios, incluindo comprovantes de entrega de produtos e/ou prestação de serviços e outros títulos que consubstanciem os Direitos Creditórios ou tenham função de garantia do pagamento dos Direitos Creditórios, se houver

Fornecedor

Cedente

Fundo

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços

Instituição Administradora

*BTG Pactual Serviços Financeiros S.A.
DTVM*

Petrobras

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, sociedade de economia mista com sede na Avenida República do Chile, 65, Centro, CEP 20.031-170, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.000.167/0001-01, bem como suas subsidiárias e/ou controladas

Política de Investimento

Significa a política de investimento do Fundo prevista no Regulamento.

RAD

Relatório de Avaliação de Desempenho elaborado pela Petrobras para cada Contrato em vigor

Regulamento

Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores

Petrobras – Industrial e Serviços

Seguradora Autorizada

Sociedade devidamente habilitada a operar com seguros que tenha cuja contratação seja autorizada pela Instituição Administradora e seja ratificada pela agência classificadora de risco sem que implique no rebaixamento de qualquer classificação de risco das Cotas, nos termos do Regulamento

Taxa DI

Taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, over Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis

TED

Transferência Eletrônica Disponível

Termo de Cessão

Instrumento pelo qual é formalizada a cessão de Direitos Creditórios pelo Cedente ao Fundo a que o primeiro se compromete por meio do Contrato de Cessão

BTG Pactual Serviços Financeiros

BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, com sede na Praia de Botafogo, nº 501 - 5º andar, parte, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23

ANEXO II

Este Anexo II é parte integrante do “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças” firmado entre [CEDENTE] e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços, e, na qualidade de intervenientes, BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e Banco BTG Pactual S.A., em [DATA].

MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE CESSÃO PARA DIREITOS CREDITÓRIOS A PERFORMAR

“AUTORIZAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, sociedade de economia mista, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº [COMPLETAR], doravante denominada PETROBRAS, atendendo à solicitação da Empresa CONTRATADA [COMPLETAR RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO E INSCRIÇÃO NO CNPJ], ora denominada CEDENTE, autoriza condicionalmente, por meio desta, a Cessão de Direitos Creditórios referentes ao Contrato nº ao **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS – INDUSTRIAL E SERVIÇOS**, com seu regulamento registrado no [Nº DO CARTÓRIO] Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro (“Regulamento”), inscrito no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], ora CESSIONÁRIO, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

1. A CEDENTE PERMANECE INTEGRALMENTE RESPONSÁVEL PERANTE A PETROBRAS PELO TOTAL CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS DO CONTRATO, EM ESPECIAL, PELA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E/OU ENTREGA DOS MATERIAIS OBJETO DO CONTRATO.

2. Os direitos de crédito, objeto da presente autorização, serão efetivados desde que verificado pela PETROBRAS o integral cumprimento pela CEDENTE das obrigações estabelecidas no Contrato. O CESSIONÁRIO não poderá reclamar perante a PETROBRAS pelo não recebimento dos direitos de crédito a ele cedido relativos ao Contrato, se não gerados créditos por falta de cumprimento das obrigações contratuais pela CEDENTE.

3. O relacionamento comercial entre CEDENTE e PETROBRAS não será modificado em razão da presente Autorização.

4. A presente autorização não gera ao CESSIONÁRIO qualquer direito sobre os materiais e/ou serviços objeto do Contrato.

5. Nos termos do art. 290 do Código Civil Brasileiro, Lei 10.406/02, a PETROBRAS manifesta ciência e autorização à Cessão, pela CEDENTE ao CESSIONÁRIO abaixo descrito, dos direitos de crédito em razão do Contrato, correspondente a [COMPLETAR]% do valor total do contrato, observadas as condições citadas nesta Autorização.

NOME DO CESSIONÁRIO: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS – INDUSTRIAL E SERVIÇOS
CNPJ DO CESSIONÁRIO: [COMPLETAR]

6. A REMESSA DOS VALORES A SEREM REMETIDOS PELA PETROBRAS, POR CONTA E ORDEM DA CEDENTE, AO CESSIONÁRIO, SERÁ REALIZADA ATRAVÉS DE TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA, PARA A SEGUINTE CONTA INDICADA PELO CESSIONÁRIO:

Titular da Conta: [CUSTODIANTE]
CNPJ do Titular: XXX
Número do Banco: XXX.
Número da Agência: XXX-X.
Número da Conta Corrente: XXXXXXXX.X.

7. A PETROBRAS declara que opõe ao CESSIONÁRIO dos créditos as exceções que lhe competirem, mencionando-se expressamente que as remessas ao CESSIONÁRIO estão condicionadas ao preenchimento pela CEDENTE de todas as suas obrigações contratuais.

8. A PETROBRAS não se responsabiliza por quaisquer despesas, seja a que título for, em razão da Cessão dos Créditos objeto da presente AUTORIZAÇÃO.

9. A presente Autorização entra em vigor na data de sua assinatura.

[LOCAL], [DATA]

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Nome da empresa

Testemunhas

Nome:

RG:

Nome:

RG:

ANEXO II-A

Este Anexo II-A é parte integrante do “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças” firmado entre [CEDENTE] e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços, e, na qualidade de intervenientes, BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e Banco BTG Pactual S.A., em [DATA].

MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE CESSÃO PARA DIREITOS CREDITÓRIOS PERFORMADOS

“[LOCAL], [DATA].

A
PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS

Prezados Senhores,

Informamos que negociamos com o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços, por meio de seu Administrador, a BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, uma operação de crédito vinculada a fatura n°. xxxxx, Boletim de Medição n° xxxxx, do contrato n° xxxxx.xxxxxx.xx-xx no valor total de R\$ xxxxxxxxx,xx (), mantido com V.Sas.

Para tanto, solicitamos que o pagamento da referida fatura seja feito em caráter IRREVOGÁVEL e IRRETRATÁVEL através de depósito bancário na conta corrente xxxxx-xx da agência xxxxxx, naquele Banco.

Outrossim, informamos que qualquer solicitação de alteração de domicílio bancário somente poderá ser feita pela PETROBRÁS S/A, mediante prévia consulta e obtenção do De Acordo por escrito da agência do Banco PACTUAL S/A, acima citada.

Registro de Títulos e Documentos
4.º Ofício - RJ
Assim no Documento Arquivado

XXXXXXXXXX

*Ciente e de acordo,
condicionado ao pleno cumprimento pela contratada de suas obrigações contratuais,
sendo oponível a qualquer tempo eventuais exceções decorrente deste ou de outros
contratos, bem como, não nos responsabilizamos por eventuais bloqueios de origem
contratual ou judicial.*

Data PREVISTA para pagamento: / /

ÓRGÃO PAGADOR DA PETROBRAS

*Em anexo: A) Nota Fiscal (cópia)
 B) Boletim de medição (cópia)*

ANEXO III

Este Anexo III é parte integrante do “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças” firmado entre [CEDENTE] e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviço, e, na qualidade de intervenientes, BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e Banco BTG Pactual S.A., em [DATA].

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS Nº [.]

1. *Por meio do presente Termo de Cessão, o [CEDENTE], sociedade com sede na cidade de [COMPLETAR], Estado de [COMPLETAR], na [ENDEREÇO], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob nº [CNPJ], neste ato representada na forma do seu [ESTATUTO SOCIAL/CONTRATO SOCIAL], doravante designada simplesmente “Cedente”, formaliza a cessão de direitos creditórios de sua titularidade (“Direitos Creditórios”) ao **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS – INDUSTRIAL E SERVIÇOS**, com seu regulamento registrado no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro (“Regulamento”), inscrito no CNPJ/MF sob nº 11.313.971/0001-08, doravante designado simplesmente “Fundo” ou “Cessionário”, neste ato representado pela sua instituição administradora, **BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, com sede na Praia de Botafogo, nº 501 - 5º andar, parte, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23, doravante designada “Instituição Administradora”.*
2. *O presente Termo de Cessão é celebrado em conformidade com o disposto no “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças” firmado entre o Cedente e o Fundo, tendo o Banco BTG Pactual S.A. como interveniente, na condição de possível adquirente de Direitos Creditórios e de custodiante do Fundo, em [COMPLETAR] (“Contrato de Cessão”). O presente Termo de Cessão está sujeito aos termos e condições do Contrato de Cessão, constituindo parte integrante deste a partir da data de sua assinatura.*
3. *Os termos e expressões definidos terão o mesmo significado a eles atribuídos no Contrato de Cessão.*

4. O valor total a ser recebido pelo Cedente em razão da presente cessão de Direitos Creditórios ao Fundo é de R\$ [COMPLETAR] ([COMPLETAR POR EXTENSO]).

4.1 O valor mencionado no item 4 acima foi calculado de acordo com a fórmula prevista no Contrato de Cessão mediante a aplicação de taxa de desconto equivalente a [COMPLETAR]. [EXCLUIR ESTE ITEM EM CASO DE CESSÃO DE DIREITO CREDITÓRIO A PERFORMAR]

4.1 Em contrapartida do recebimento do preço de cessão descrito no item anterior, o Cedente cede e transfere ao Cessionário Direitos Creditórios a Performar, presentes e futuros, em valor total equivalente ao preço de cessão acrescido de [[COMPLETAR]% da Taxa DI] OU [de taxa pré-fixada equivalente a [COMPLETAR]%, conforme descritos no item 6 abaixo. [EXCLUIR ESTE ITEM EM CASO DE CESSÃO DE DIREITO CREDITÓRIO PERFORMADO]

5. O pagamento ao Cedente do valor mencionado acima será efetuado à vista, em até 1 (um) dia útil após a efetiva escrituração dos Direitos Creditórios na conta de custódia do Fundo no Custodiante.

6. As características gerais dos Direitos Creditórios cedidos pelo Cedente ao Fundo encontram-se abaixo descritas.

Direito(s) Creditório(s) Cedido(s)

	CNPJ/MF:
	I.M.:
Endereço:	
	Estado:

Documento(s) Originador(es) do(s) Direito(s) Creditório(s):

Tipo: [Contrato/NF/DM/DS]	Data:
Natureza: [Produtos e/ou Serviços]	Boletim de Medição: [S/N] [data] [descrição]
Valor Exigível pelo Fundo:	Vencimento:
	Aceito por: [sacado]
Cronograma de pagamentos: Vide Anexo	Código CNAE:

Foro de Defesa e Documentos
4.º Ciclo - RJ
Região do Trabalho Assumida

Direito Creditório a Performar:

Natureza: [Produtos e/ou Serviços]	Vencimento:
Valor da parcela nº 1:	Vencimento da parcela nº 1:
Valor da parcela nº 2:	Vencimento da parcela nº 2:
Valor da parcela nº 3:	Vencimento da parcela nº 3:
Valor da parcela nº 4:	Vencimento da parcela nº 4:
Valor da parcela nº 5:	Vencimento da parcela nº 5:
Valor da parcela nº 6:	Vencimento da parcela nº 6:
Valor da parcela nº 7:	Vencimento da parcela nº 7:

Seguro Garantia:

Apólice No.:	Valor de Cobertura:
Observações:	
Seguradora:	CNPJ/MF:
SUSEP:	
Endereço:	
	Estado:
	Tel.:
	Fax:
	e-mail:

Seguro de Crédito:

Apólice No.:	Valor de Cobertura:
Observações:	
Seguradora:	CNPJ/MF:
SUSEP:	
Endereço:	
	Estado:
	Tel.:
	Fax:
	e-mail:

7. O disposto nos itens 6.6 e 12.2.1 do Contrato de Cessão [será] ou [não será] aplicável aos Direitos Creditórios cedidos por meio do presente Termo de Cessão.

8. O não cumprimento do disposto no item 5.3 do Contrato de Cessão acarretará para o Cedente a obrigação de pagamento de juros de mora de [.]% ao mês,

Registro de Títulos e Documentos
4.º Ofício - RJ
Arquivo de Documentos Arquivados

incidente pro rata temporis desde a data do descumprimento até a data da efetiva transferência dos recursos pelo Cedente, acrescido de multa de [.]%.

9. O presente Termo de Cessão poderá ser registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades do Rio de Janeiro e [COMPLETAR] na forma do Contrato de Cessão.

Rio de Janeiro, [DATA].

[CEDENTE]

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS FORNECEDORES
PETROBRAS – INDUSTRIAL E SERVIÇOS**

Testemunhas:

Nome:

R.G.:

Nome:

R.G.:

ANEXO III-A

Este Anexo III-A é parte integrante do “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças” firmado entre [CEDENTE] e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços, e, na qualidade de intervenientes, BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e Banco BTG Pactual S.A., em [DATA].

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS Nº [.]

1. *Por meio do presente Termo de Cessão, o [CEDENTE], sociedade com sede na cidade de [COMPLETAR], Estado de [COMPLETAR], na [ENDEREÇO], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob nº [CNPJ], neste ato representada na forma do seu [ESTATUTO SOCIAL/CONTRATO SOCIAL], doravante designada simplesmente “Cedente”, formaliza a cessão de direitos creditórios de sua titularidade (“Direitos Creditórios”) ao **BANCO BTG PACTUAL S.A.**, instituição financeira com sede na Praia de Botafogo, nº 501 - 5º e 6º andares, parte, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0001-45, doravante designado simplesmente “Cessionário”, neste ato representado nos termos de seu Estatuto Social.*
2. *O presente Termo de Cessão é celebrado em conformidade com o disposto no “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças” firmado entre o Cedente e o Fundo, tendo o Cessionário como interveniente, na condição de possível adquirente dos Direitos Creditórios e de custodiante do Fundo, em [COMPLETAR] (“Contrato de Cessão”). O presente Termo de Cessão está sujeito aos termos e condições do Contrato de Cessão, constituindo parte integrante deste a partir da data de sua assinatura*
3. *Os termos e expressões definidos terão o mesmo significado a eles atribuídos no Contrato de Cessão.*
4. *O valor total a ser recebido pelo Cedente em razão da presente cessão de Direitos Creditórios ao Cessionário é de R\$ [COMPLETAR] ([COMPLETAR POR EXTENSO]).*

4.1 O valor mencionado no item 4 acima foi calculado de acordo com a fórmula prevista no Contrato de Cessão mediante a aplicação de taxa de desconto equivalente a [COMPLETAR]. [EXCLUIR ESTE ITEM EM CASO DE CESSÃO DE DIREITO CREDITÓRIO A PERFORMAR]

4.1 Em contrapartida do recebimento do preço de cessão descrito no item anterior, o Cedente cede e transfere ao Cessionário Direitos Creditórios a Performar, presentes e futuros, em valor total equivalente ao preço de cessão acrescido de [[COMPLETAR]% da Taxa DI] OU [de taxa pré-fixada equivalente a [COMPLETAR]%, conforme descritos no item 6 abaixo. [EXCLUIR ESTE ITEM EM CASO DE CESSÃO DE DIREITO CREDITÓRIO PERFORMADO]

5. O pagamento ao Cedente do valor mencionado acima será efetuado à vista, em até 1 (um) dia útil após a assinatura do presente Termo de Cessão.

6. As características gerais dos Direitos Creditórios cedidos pelo Cedente ao Cessionário encontram-se abaixo descritas.

Direito(s) Creditório(s) Cedido(s)

		CNPJ/MF:
		I.M.:
Endereço:		
		Estado:

Documento(s) Originador(es) do(s) Direito(s) Creditório(s):

Tipo: [Contrato/NF/DM/DS]	Data:
Natureza: [Produtos e/ou Serviços]	Boletim de Medição: [S/N] [data] [descrição]
Valor Exigível pelo Fundo:	Vencimento:
	Aceito por: [sacado]
Cronograma de pagamentos: Vide Anexo	Código CNAE:

Direito Creditório a Performar:

Natureza: [Produtos e/ou Serviços]	Vencimento:
Valor da parcela nº 1:	Vencimento da parcela nº 1:
Valor da parcela nº 2:	Vencimento da parcela nº 2:
Valor da parcela nº 3:	Vencimento da parcela nº 3:
Valor da parcela nº 4:	Vencimento da parcela nº 4:

Valor da parcela nº 5:	Vencimento da parcela nº 5:
Valor da parcela nº 6:	Vencimento da parcela nº 6:
Valor da parcela nº 7:	Vencimento da parcela nº 7:

Seguro Garantia:

Apólice No.:	Valor de Cobertura:
Observações:	
Seguradora:	CNPJ/MF:
SUSEP:	
Endereço:	
	Estado:
	Tel.:
	Fax:
	e-mail:

Seguro de Crédito:

Apólice No.:	Valor de Cobertura:
Observações:	
Seguradora:	CNPJ/MF:
SUSEP:	
Endereço:	
	Estado:
	Tel.:
	Fax:
	e-mail:

7. O disposto nos itens 6.6 e 12.2.1 do Contrato de Cessão [será] OU [não será] aplicável aos Direitos Creditórios cedidos por meio do presente Termo de Cessão.

8. O não cumprimento do disposto no item 5.3 do Contrato de Cessão acarretará para o Cedente a obrigação de pagamento de juros de mora de [.]% ao mês, incidente pro rata temporis desde a data do descumprimento até a data da efetiva transferência dos recursos pelo Cedente, acrescido de multa de [.]%.

Registro de Títulos e Documentos
Estado - RJ
Assessoria Jurídica Arquivada

9. O presente Termo de Cessão poderá ser registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades do Rio de Janeiro e [COMPLETAR] na forma do Contrato de Cessão.

Rio de Janeiro, [DATA].

[CEDENTE]

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Testemunhas:

Nome:

R.G.:

Nome:

R.G.:

ANEXO IV

Este Anexo IV é parte integrante do “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças” firmado entre [CEDENTE] e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços, e, na qualidade de intervenientes, BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e Banco BTG Pactual S.A., em [DATA].

PROCURAÇÃO

*[CEDENTE], sociedade legalmente organizada e existente sob as leis brasileiras, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº [COMPLETAR], com sede na cidade de [CIDADE], estado de [ESTADO], na [ENDEREÇO], neste ato representada nos termos de seu [ESTATUTO/CONTRATO] social (“Outorgante”), nomeia e constitui seu bastante procurador o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Petrobras – Industrial e Serviços, fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº [COMPLETAR] (“Outorgado”), representado por sua instituição administradora, o **BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, com sede na Praia de Botafogo, nº 501 - 5º andar, parte, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23 (“Instituição Administradora”), com poderes para, em nome do Outorgante, (i) receber o valor da parcela de contrato (“Contrato”) celebrado entre o Outorgante e a Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”), devida por esta última, e dar quitação, não podendo o Outorgado transigir ou renegociar o valor dessa parcela (exceto em caso de não pagamento do Direito Creditório nas datas originalmente previstas no Contrato e em relação ao direito de declarar vencido antecipadamente o respectivo crédito), sob pena de ser obrigado a responder pelas perdas e danos que seu ato acarretar ao Outorgante; (ii) renegociar o preço do Direito Creditório, conforme definido no regulamento do Outorgado, cedido pelo Outorgante ao Outorgado, caso este Direito Creditório continue a ser exigível da Petrobras, na hipótese de ocorrer, após a cessão do respectivo Direito Creditório ao Outorgado, qualquer fato ou ato praticado pelo Outorgante, pela Petrobras ou por qualquer terceiro que não o Outorgado, a Instituição Administradora ou o custodiante dos ativos de titularidade do Outorgado (“Custodiante”) que acarrete a alteração das condições*

de pagamento do Direito Creditório cedido ao Outorgado ou sua inexigibilidade; (iii) restabelecer as condições do Direito Creditório cedido ao Outorgado ou da relação comercial estabelecida originalmente entre Outorgante e Petrobras, na hipótese de alteração, pelo Outorgante, sem autorização prévia do Fundo, das condições do Contrato com a Petrobras ou na perda do seguro garantia, se houver; e (iv) escolher e nomear advogados, mediante cláusula “ad juditia”, para exigir extrajudicial (incluindo-se por meio de protesto) e/ou judicialmente o valor do Direito Creditório cuja obrigação de fornecimento de produtos e/ou serviços tenha sido cumprida pelo Cedente que não houver sido pago pontualmente pela Petrobras. A Instituição Administradora, na condição de representante do Outorgado, poderá substabelecer, total ou parcialmente, os poderes ora conferidos ao Outorgante. O presente mandato é conferido de modo irrevogável e irretratável, conforme o artigo 684 do Código Civil, extinguindo-se somente ao término da vigência do “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças” celebrado em [DATA] entre o Outorgante e o Outorgado, com a interveniência da Instituição Administradora, sem prejuízo de outras hipóteses que, por lei, tornem tal extinção obrigatória.

[LOCAL], [DATA]

[CEDENTE]

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

ANEXO III

Este Anexo III é parte integrante do Regulamento do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços” constituído em 11 de novembro de 2009, por BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM.

CONDIÇÕES MÍNIMAS DE CONTRATAÇÃO DE SEGURO

1. As respectivas apólices de seguros, na modalidade seguro garantia, quando exigidas pelo Regulamento, deverão refletir, no mínimo, a previsão dos seguintes procedimentos e condições:
2. Procedimentos em caso de sinistro:
 - i) em até 3 (três) dias das datas previstas para a entrega do produto e/ou prestação dos serviços pelo Fornecedor, a Instituição Administradora notificará em nome do Fundo, por escrito, o Fornecedor para verificar se tal obrigação será cumprida;
 - ii) caso a Instituição Administradora não tenha recebido evidências de que o produto foi entregue e/ou o serviço foi prestado, ele notificará por escrito a Seguradora Autorizada;
 - iii) mediante o recebimento da notificação da Instituição Administradora, a Seguradora:
 - a) irá adiantar para o Fundo o valor da indenização devida ao Fundo, nos termos da respectiva apólice, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da mencionada notificação; neste caso, o Fundo terá o dever de devolver o valor adiantado à Seguradora Autorizada caso esta comprove que o sinistro não ocorreu efetivamente, no prazo de até 5 (cinco) dias a contar de solicitação neste sentido enviada pela seguradora;

- b) negar o cumprimento da obrigação segurada se ficar comprovado documentalmente que o Fornecedor entregou o produto ou prestou o serviço de forma integral; ou
 - c) se ficar comprovado o descumprimento da obrigação garantida pelo seguro, pagar a indenização ao Fundo, se sub-rogando nos direitos deste perante o respectiva Fornecedor.
- iv) nas hipóteses previstas acima, caberá à Seguradora Autorizada tomar todas as medidas cabíveis perante o Fornecedor ou qualquer terceiro para certificar-se de que o sinistro efetivamente ocorreu.
3. Eventos de exclusão do seguro admitidos:
- i) na ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
 - ii) atos ilícitos praticados pelo Fundo e/ou Petrobras que impeçam o cumprimento da obrigação garantida pelo seguro garantia;
 - iii) descumprimento das obrigações do Fornecedor em decorrência de atos ou fatos de responsabilidade do Fundo e/ou Petrobras; ou
 - iv) alteração ou modificação das obrigações contratuais garantidas pela apólice, que tenham sido acordadas entre Petrobras e Fornecedor, sem prévia anuência da Seguradora Autorizada, exceto no caso de prorrogação do prazo de entrega do produto e/ou da prestação de serviços objeto da garantia.

ANEXO IV

Este Anexo IV é parte integrante do Regulamento do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços” constituído em 11 de novembro de 2009, por BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM.

CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS A SEREM ADQUIRIDOS PELO FUNDO E PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA

Características dos Direitos Creditórios a Serem Adquiridos pelo Fundo

1. Os Direitos Creditórios que poderão ser adquiridos pelo Fundo são originados de contratos de prestação de serviços e /ou de compra e venda mercantil ou fornecimento de bens celebrados entre a Petrobras e os Fornecedores. Tais bens e serviços têm natureza variada, estendendo-se desde a limpeza de unidades da Petrobras até a compra de maquinário pesado. Dada a diversidade dos contratos e respectivos Fornecedores, não há uma política de concessão de crédito dos Fornecedores pré-definida.
2. Por outro lado, o regulamento que estabelece procedimento licitatório simplificado aplicável à Petrobras, anexo ao Decreto nº 2.745, de 24 de agosto de 1998, e o Manual de Procedimentos Contratuais da Petrobras estabelecem que esta deve manter cadastro de Fornecedores, com a finalidade de permitir a avaliação prévia de empresas que desejem participar de suas contratações.
3. O cadastro completo do Fornecedor no cadastro corporativo da Petrobras contém as seguintes informações: (i) dados do Fornecedor; (ii) famílias de materiais e/ou de serviços que o Fornecedor está habilitado a fornecer à Petrobras; (iii) resultados das avaliações da situação econômico-financeira; (iv) resultados das avaliações da capacidade técnica; (v) resultados das avaliações dos critérios de segurança, meio ambiente e saúde; (vi) requisitos técnicos atendido; (vii) resultados das avaliações dos critérios gerencial/responsabilidade social; (viii) ocorrências resultantes do relacionamento comercial e da performance do produto fornecido ou do serviço prestado; (ix) tipos de inspeção de fabricação para os materiais que requerem qualificação técnica; e (x) avaliações de desempenho do Fornecedor nas suas relações com a Petrobras.

4. Uma vez celebrado contrato com Fornecedor, a Petrobras define um domicílio bancário no qual deverão ser efetuados todos os pagamentos relativos ao referido contrato. Quando da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a Petrobras alterará referido domicílio para uma Conta Vinculada de titularidade do Fornecedor, mantida junto ao Custodiante, na qualidade de agente de recebimento, na qual a Petrobras deverá efetuar seus pagamentos após a medição e recebimento dos serviços e/ou bens contratados com o Fornecedor. O Custodiante, na qualidade de agente de recebimento, efetuará a conciliação dos valores devidos ao Fundo e ao respectivo Fornecedor, devendo transferir ao Fundo, em até 1 (um) dia útil, o valor correspondente aos Direitos Creditórios do Fundo devidamente pago pela Petrobras.

Procedimentos de Cobrança de Direitos Creditórios Inadimplentes

5. Caso a Petrobras não efetue o pagamento na data prevista no respectivo Contrato, o Custodiante deverá imediatamente informar a Instituição Administradora, para que esta notifique em até 1 (um) dia útil o respectivo Fornecedor e a Petrobras solicitando esclarecimentos e constituindo o devedor em mora.

6. Caso em até 5 (cinco) dias úteis o Fornecedor ou a Petrobras não prestem esclarecimentos satisfatórios, a Instituição Administradora poderá levar a protesto os eventuais títulos de crédito que amparem os Direitos Creditórios.

7. Em todo o caso, após o prazo referido no item anterior, a Instituição Administradora poderá iniciar os procedimentos de cobrança extrajudicial da Petrobras, do Fornecedor ou da Seguradora Autorizada, conforme o caso.

8. Caso o não pagamento não tenha sido justificado ou a Instituição Administradora não tenha celebrado acordo com a respectiva parte inadimplente no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do vencimento do Direito Creditório, a Instituição Administradora poderá iniciar, por si ou por terceiros por ela contratados, a cobrança judicial dos Direitos Creditórios, podendo iniciar tal procedimento em prazo inferior sempre que assim julgar necessário para a preservação dos interesses do Fundo.

ANEXO V

Este Anexo V é parte integrante do Regulamento do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços” constituído em 11 de novembro de 2009, por BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM.

MODELO DE SUPLEMENTO DE SÉRIE DE COTAS SENIORES

“SUPLEMENTO DA [ORDINAL POR EXTENSO] SÉRIE DE COTAS SENIORES

1. O presente documento constitui o suplemento nº [COMPLETAR] (“Suplemento”) referente à [COMPLETAR]^a Série de Cotas Seniores (“[COMPLETAR]^a Série”) emitida nos termos do regulamento do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços”, registrado sob o nº 799131 no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este Suplemento é parte integrante (“Regulamento”), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.313.971/0001-08 e administrado pelo **BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM**, com sede na Praia de Botafogo, nº 501 - 5º andar, parte, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23 (“Instituição Administradora”).
2. Serão emitidas nos termos deste Suplemento e do Regulamento Cotas Seniores no valor de R\$[COMPLETAR] ([COMPLETAR] cada na data da primeira subscrição de cotas da presente Série (“Data de Subscrição Inicial”). Fica a critério da Instituição Administradora a quantidade de Cotas Seniores a ser inicialmente emitida, desde que observado o disposto no Regulamento e (i) o limite máximo de [COMPLETAR] ([COMPLETAR]) de Cotas Seniores da [COMPLETAR]^a Série e o mínimo de [COMPLETAR] ([COMPLETAR]) de Cotas Seniores da [COMPLETAR]^a Série; e (ii) a proporção mínima de [COMPLETAR]% ([COMPLETAR] por cento) de Cotas Subordinadas sobre o total de Cotas emitido.
3. Na subscrição de Cotas Seniores da [COMPLETAR]^a Série em data diversa da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da cota de mesma Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências.

4. A remuneração das Cotas Seniores da [COMPLETAR]^a Série, calculada na forma prevista na cláusula 16 do Regulamento, havendo recursos suficientes para tanto após o pagamento ou provisionamento das despesas do Fundo, será equivalente a até [COMPLETAR]% ([COMPLETAR] por cento) da Taxa DI, incidentes sobre o valor anterior de cada uma das Cotas Seniores.

5. O Prazo de Carência para o pagamento de amortizações das Cotas Seniores da [COMPLETAR]^a Série será de [COMPLETAR] meses, findo o qual iniciar-se-ão os pagamentos de amortizações, pelo Regime de Caixa, nas condições prevista no Regulamento e também abaixo especificadas. As Datas de Amortização das Cotas Seniores da [COMPLETAR]^a Série serão as seguintes: [COMPLETAR].

5.1 As Cotas Seniores da [COMPLETAR]^a Série deverão ser resgatadas na última Data de Amortização da respectiva Série pelo seu respectivo valor contábil. O prazo de duração da [COMPLETAR]^a Série será de [COMPLETAR] ([COMPLETAR]) anos contados da Data de Subscrição Inicial.

6. Os termos e condições definidos utilizados neste Suplemento terão o mesmo significado atribuído quando utilizados no Regulamento.

7. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Instituição Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as disposições do Regulamento em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições deste Suplemento. As Cotas Seniores da [COMPLETAR]^a Série terão as mesmas características, poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídas à classe de Cotas Seniores, exceto com relação aos prazos e valores de amortização e resgate, bem como de remuneração, especificados e expressamente previstos neste Suplemento.

8. O presente Suplemento deverá ser averbado nos registros do Regulamento no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, [DATA]
BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM
Instituição Administradora”

ANEXO VI

Este Anexo VI é parte integrante do Regulamento do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços” constituído em 11 de novembro de 2009, por BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM.

MODELO DE SUPLEMENTO DE CLASSE MEZANINO DE COTAS SUBORDINADAS

“SUPLEMENTO DA CLASSE MEZANINO [COMPLETAR DESIGNAÇÃO DA CLASSE MEZANINO] DE COTAS SUBORDINADAS

1. O presente documento constitui o suplemento nº [COMPLETAR] (“Suplemento”) referente à [Classe Mezanino [COMPLETAR DESIGNAÇÃO DA CLASSE] de Cotas Subordinadas (“Classe Mezanino [COMPLETAR DESIGNAÇÃO]”) emitida nos termos do regulamento do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços”, registrado sob o nº 799131 no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este Suplemento é parte integrante (“Regulamento”), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.313.971/0001-08 e administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM (“Instituição Administradora”), com sede na Praia de Botafogo, nº 501 - 5º andar, parte, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23.
2. Serão emitidas nos termos deste Suplemento e do Regulamento Cotas Subordinadas no valor de R\$[COMPLETAR] ([COMPLETAR] cada na data da primeira subscrição de cotas da presente classe (“Data de Subscrição Inicial”). Fica a critério da Instituição Administradora a quantidade de Cotas Subordinadas a ser inicialmente emitida, desde que observado o disposto no Regulamento.
3. Na subscrição de Cotas Subordinadas Mezanino [COMPLETAR DESIGNAÇÃO] em data diversa da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da cota de mesma Classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências, calculado conforme o disposto no Regulamento.

4. A remuneração das Cotas Subordinadas Mezanino [COMPLETAR DESIGNAÇÃO], após a distribuição de rendimentos as Cotas Seniores, será até o limite de [COMPLETAR] da Taxa DI.

5. Após o Período de Carência e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Subordinadas Mezanino [COMPLETAR DESIGNAÇÃO] serão amortizadas pelo Regime Caixa no 5º (quinto) dia útil subsequente à última data de amortização de Cotas Seniores, conforme disposto no Regulamento.

5.1 As Cotas Subordinadas Mezanino [COMPLETAR DESIGNAÇÃO] deverão ser resgatadas na última data de amortização da respectiva Classe pelo seu respectivo valor contábil, calculado conforme disposto no Regulamento. O prazo de duração da Cotas Subordinadas Mezanino [COMPLETAR DESIGNAÇÃO] será de [COMPLETAR] ([COMPLETAR]) anos contados da Data de Subscrição Inicial.

6. Os termos e condições definidos utilizados neste Suplemento terão o mesmo significado atribuído quando utilizados no Regulamento.

7. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Instituição Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as disposições do Regulamento em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições deste Suplemento. As Cotas Subordinadas Mezanino [COMPLETAR DESIGNAÇÃO] terão as mesmas características, poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídas à classe de Cotas Subordinadas, exceto com relação aos prazos e valores de amortização e resgate, bem como de remuneração, especificados e expressamente previstos neste Suplemento. [As Cotas Subordinadas Mezanino [COMPLETAR A DESIGNAÇÃO DA NOVA CLASSE] terão prioridade sobre as seguintes Classes Mezanino: [COMPLETAR].]

8. O presente Suplemento deverá ser averbado nos registros do Regulamento no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, [DATA]

BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM
Instituição Administradora”

ANEXO VII

Este Anexo VII é parte integrante do Regulamento do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços” constituído em 11 de novembro de 2009, por BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM

SUPLEMENTO DA 1ª SÉRIE DE COTAS SENIORES

1. O presente documento constitui o suplemento nº 1 (“Suplemento”) referente à 1ª série de cotas seniores (“1ª Série” e “Cotas Seniores da 1ª Série”) emitida nos termos do regulamento do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços”, registrado sob o nº 799131 no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este Suplemento é parte integrante (“Regulamento”), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.313.971/0001-08 e administrado pelo **BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, com sede na Praia de Botafogo, nº 501 - 5º andar, parte, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23 (“Instituição Administradora”).
2. Serão emitidas nos termos deste Suplemento e do Regulamento Cotas Seniores no valor de R\$1.000,00 (mil reais) cada na data da primeira subscrição de cotas da presente Série (“Data de Subscrição Inicial”). Fica a critério da Instituição Administradora a quantidade de Cotas Seniores da 1ª Série a ser inicialmente emitida, desde que observado o disposto no Regulamento e (i) o limite máximo de 72.500 (setenta e duas mil e quinhentas) Cotas Seniores da 1ª Série; e (ii) a proporção mínima de 27,5% (vinte e sete inteiros e cinco décimos por cento) de Cotas Subordinadas sobre o total de Cotas emitidas.
3. Na subscrição de Cotas Seniores da 1ª Série em data diversa da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da cota de mesma Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências.
4. A remuneração das Cotas Seniores da 1ª Série, calculada na forma prevista na cláusula 16 do Regulamento, havendo recursos suficientes para tanto após o pagamento ou provisionamento das despesas do Fundo, será equivalente a até 120%

(cento e vinte por cento) da Taxa DI, incidentes sobre o valor anterior de cada uma das Cotas Seniores.

5. O Prazo de Carência para o pagamento de amortizações das Cotas Seniores da 1ª Série será de 12 (doze) meses, findo o qual iniciar-se-ão os pagamentos de amortizações, pelo Regime de Caixa, nas condições prevista no Regulamento e também abaixo especificadas. As Datas de Amortização das Cotas Seniores da 1ª Série ocorrerão no dia 15 (quinze) de cada mês, caso a Data de Amortização não seja um Dia Útil, a Instituição Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente.

5.1 As Cotas Seniores da 1ª Série deverão ser resgatadas na última Data de Amortização pelo seu respectivo valor contábil. O prazo de duração da 1ª Série será de 4 (quatro) anos contados da Data de Subscrição Inicial.

6. Os termos e condições definidos utilizados neste Suplemento terão o mesmo significado atribuído quando utilizados no Regulamento.

7. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Instituição Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as disposições do Regulamento em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições deste Suplemento. As Cotas Seniores da 1ª Série terão as mesmas características, poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídas à classe de Cotas Seniores, exceto com relação aos prazos e valores de amortização e resgate, bem como de remuneração, especificados e expressamente previstos neste Suplemento.

8. O presente Suplemento deverá ser averbado nos registros do Regulamento no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 2010
BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM
Instituição Administradora”

ANEXO VIII

Este Anexo VIII é parte integrante do Regulamento do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços” constituído em 11 de novembro de 2009, por BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM.

SUPLEMENTO DA CLASSE MEZANINO “A” DE COTAS SUBORDINADAS

1. O presente documento constitui o suplemento nº 1 (“Suplemento”) referente à Classe Mezanino A de Cotas Subordinadas (“Classe Mezanino A”) emitida nos termos do regulamento do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços”, registrado sob o nº 799131 no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este Suplemento é parte integrante (“Regulamento”), inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 11.313.971/0001-08 e administrado pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, sociedade com sede na Praia de Botafogo, nº 501 - 5º andar, parte, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23 (“Instituição Administradora”).
2. Serão emitidas nos termos deste Suplemento e do Regulamento Cotas Subordinadas no valor de R\$1.000 (um mil reais) cada na data da primeira subscrição de cotas da presente classe (“Data de Subscrição Inicial”). Fica a critério da Instituição Administradora a quantidade de Cotas Subordinadas a ser inicialmente emitida, desde que observada a Relação Mínima e o disposto no Regulamento.
3. Na subscrição de Cotas Subordinadas Mezanino A em data diversa da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da cota de mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências, calculado conforme o disposto no Regulamento.

4. A remuneração das Cotas Subordinadas Mezanino A, após a distribuição de rendimentos as Cotas Seniores, será até o limite de 120% (cento e vinte por cento) da Taxa DI.
5. Após o Período de Carência e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Subordinadas Mezanino A serão amortizadas pelo Regime Caixa no 5º (quinto) dia útil subsequente à última data de amortização de Cotas Seniores, conforme disposto no Regulamento.
 - 5.1 As Cotas Subordinadas Mezanino A deverão ser resgatadas na última data de amortização da respectiva Classe pelo seu respectivo valor contábil, calculado conforme disposto no Regulamento. O prazo de duração da Cotas Subordinadas Mezanino A será de 4 (quatro) anos contados da Data de Subscrição Inicial.
6. Os termos e condições definidos utilizados neste Suplemento terão o mesmo significado atribuído quando utilizados no Regulamento.
7. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Instituição Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as disposições do Regulamento em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições deste Suplemento. As Cotas Subordinadas Mezanino A terão as mesmas características, poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídas à classe de Cotas Subordinadas, exceto com relação aos prazos e valores de amortização e resgate, bem como de remuneração, especificados e expressamente previstos neste Suplemento. As Cotas Subordinadas Mezanino A terão prioridade sobre as Cotas Subordinadas Classe Júnior.
8. As Cotas Subordinadas Mezanino A serão objeto de oferta pública realizada com esforços restritos de colocação, conforme o procedimento previsto na Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 (“Oferta Restrita”), intermediada pelo Banco BTG Pactual S.A., instituição financeira com sede na Praia de Botafogo, nº 501 - 5º e 6º andares, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0001-45 (“Coordenador Líder”).
 - 8.1 As Cotas Subordinadas Mezanino A serão registradas para distribuição no mercado primário no Módulo de Distribuição de Ativos – MDA, administrado e

operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”).

8.2 O valor mínimo de subscrição de Cotas Subordinadas Mezanino A no âmbito da Oferta Restrita será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), sendo que o Coordenador Líder somente poderá ofertar as Cotas Subordinadas Mezanino A a, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Autorizados, e no máximo 20 (vinte) Investidores Autorizados poderão subscrever Cotas Subordinadas Mezanino A.

8.3 As Cotas Subordinadas Mezanino A somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição. Decorrido este prazo, as Cotas Subordinadas Mezanino A serão negociadas no mercado secundário no Módulo de Fundos – SF, administrado e operacionalizado pela CETIP.

9. O presente Suplemento deverá ser averbado nos registros do Regulamento no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 2010

BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM
Instituição Administradora”

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO II

Este Anexo II é parte integrante do “Prospecto Definitivo da Distribuição Pública de Cotas da 1ª Série de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras - Industrial e Serviços”

Informações sobre a Classificação de Risco Preliminar do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Data de Publicação: xx de novembro de 2009

Relatório de Rating Preliminar

**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores
Petrobras - Industrial e Serviços**

Este relatório de rating preliminar baseia-se em informações obtidas até xx de novembro de 2009 e não constitui uma recomendação para compra, manutenção ou venda de títulos. Os ratings atribuídos são preliminares, uma vez que a documentação final da transação, com seus respectivos suplementos, ainda não está disponível, e o período de distribuição das cotas ainda não se encerrou. A atribuição de um rating final está condicionada ao recebimento da documentação apropriada pela Standard & Poor's. Quaisquer informações subsequentes poderão resultar na atribuição de ratings diferentes dos preliminares.

Ratings Preliminares em xx de Novembro de 2009

Instrumento	Rating Preliminar	Subordinação Inicial	Montante Preliminar (em R\$ milhões)	Vencimento Legal Final
1ª emissão de cotas seniores	brAA+f	27,5%	72,5	48 meses após a subscrição inicial.
Classe mezanino "A" de cotas subordinadas	brBf	10%	17,5	48 meses após a subscrição inicial.
Cotas subordinadas juniores	Não Classificadas	Não Aplicável	10	48 meses após a subscrição inicial.

Perfil

Emissor: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços (Fornecedores Petrobras - Industrial e Serviços FIDC)

Data prevista para o encerramento da distribuição: Dezembro de 2009

Ativos subjacentes: Direitos creditórios, performados e a performar, originados por diversos cedentes e devidos pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), oriundos de contratos de prestação de serviços, compra e venda e/ou fornecimento de bens àquela.

Estruturador do FIDC: Banco BTG Pactual S.A.

Administrador: BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM

Custodiante: BTG Pactual S.A.

Proteção de crédito: Subordinação de cotas e spread excedente.

Ratings relacionados: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras; brAAA/Estável/--)

Fundamentos

Os ratings preliminares atribuídos à primeira série de cotas seniores e à classe mezanino "A" de cotas subordinadas do Fornecedor Petrobras - Industrial e Serviços FIDC refletem:

- A qualidade de crédito da Petrobras, que será devedora única dos direitos creditórios elegíveis. Eventuais variações na qualidade de crédito da Petrobras ao longo do tempo poderão ter efeito direto sobre os ratings atribuídos;
- A capacidade da Petrobras como contratante dos fornecedores, e as regras rígidas aplicadas pela empresa na seleção, contratação e avaliação de seus fornecedores;
- Os limites de concentração por cedentes e por indústria definidos pelos critérios de elegibilidade do FIDC;
- O nível mínimo de subordinação disponível aos cotistas seniores (27,5%) e aos cotistas subordinados mezanino (10%), além do *spread* excedente disponível a ambas as classes de cotas;
- A análise dos dados fornecidos pelo BTG Pactual sobre o desempenho histórico de recebíveis originados por diversos fornecedores tendo a Petrobras como sacado. Os dados analisados representam uma amostra limitada do universo geral de fornecedores da Petrobras, porém relevante sob o ponto de vista da capacidade de originação do BTG Pactual, que atuará como originador dos direitos creditórios;
- O risco de volatilidade do fluxo de caixa dos contratos de fornecimento, incluindo o risco de descontinuidade das empresas fornecedoras em determinados cenários considerados pela Standard & Poor's. Tais riscos são parcialmente amenizados pelos critérios de elegibilidade do FIDC, que incluem a exigência de que o fornecedor apresente um cadastro válido com a Petrobras e um bom desempenho histórico de fornecimento, além da limitação da cessão a, no máximo, 50% do fluxo de pagamentos programados, entre outros;
- A estrutura legal da operação, que possui dispositivos adequados à salvaguarda jurídica dos cotistas (constituição do veículo de emissão e venda perfeita e acabada dos ativos).

A Standard & Poor's atribuiu os ratings preliminares 'brAA+f' e 'brBf', em sua Escala Nacional Brasil de classificação de fundos, à 1ª emissão de cotas seniores e à classe mezanino de cotas subordinadas, respectivamente, do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços (Fornecedores Petrobras - Industrial e Serviços FIDC), no montante combinado de até R\$ 100 milhões. A carteira de direitos creditórios do FIDC deverá ser composta por direitos creditórios performados e a performar, oriundos de contratos de prestação de serviços, compra e venda e/ou fornecimento de bens à Petrobras.

O rating preliminar 'brAA+f' atribuído à 1ª série de cotas seniores do Fornecedor Petrobras - Industrial e Serviços FIDC expressa a opinião da Standard & Poor's sobre a qualidade de crédito dessas cotas. O rating preliminar atribuído às cotas seniores do FIDC indica que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, e a qualidade dos ativos que deverão compor a carteira do FIDC fornecem proteção MUITO FORTE contra perdas advindas de inadimplência quando comparado a outros títulos emitidos no Brasil.

O rating preliminar 'brBf' atribuído à classe mezanino "A" de cotas subordinadas do Fornecedor Petrobras - Industrial e Serviços FIDC indica que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que deverão compor a carteira do FIDC exibem VULNERABILIDADE aos detentores dessas cotas a perdas advindas de inadimplência, com base em diferentes cenários de estresse.

A 1ª série de cotas seniores do FIDC deverá buscar um retorno-alvo equivalente a 120% da taxa DI Over, portanto, atualmente, equivalente a 10,5% ao ano. Após um período de 12 meses, as cotas seniores da 1ª série serão amortizadas mensalmente em regime de caixa, porém sujeito a um valor mensal máximo definido no regulamento do FIDC.

A classe mezanino "A" de cotas subordinadas também buscarão um retorno-alvo equivalente a

120% da taxa DI Over. Adicionalmente, uma vez computado o rendimento-alvo de todas as classes de cotas, eventuais retornos excedentes serão incorporados ao valor das cotas de classe mezanino "A". A amortização da classe mezanino "A" de cotas juniores seguirá o mesmo cronograma da 1ª série de cotas seniores, porém, estará sujeita à manutenção do nível mínimo de subordinação e das reservas estabelecidas no regulamento do FIDC, e à não ocorrência de eventos de avaliação ou de liquidação. Entretanto, caso a classe mezanino "A" represente mais do que 22,5% do patrimônio líquido do FIDC, elas poderão ser amortizadas extraordinariamente, desde que o limite mínimo continue sendo respeitado.

As cotas subordinadas juniores do FIDC também buscam um retorno-alvo equivalente a 120% da taxa DI Over. As cotas subordinadas juniores serão amortizadas somente após o pagamento do resgate das cotas seniores e da classe mezanino "A". Entretanto, caso as cotas subordinadas juniores representem mais do que 12% do patrimônio líquido do FIDC, estas poderão ser amortizadas extraordinariamente, desde que o nível de subordinação mínimo continue sendo respeitado.

Colateral

A carteira de direitos creditórios do FIDC deverá ser composta por direitos creditórios, performados e à performar, oriundos de contratos de prestação de serviços, compra e venda e/ou fornecimento de bens entre a Petrobras e seus fornecedores.

Políticas e procedimentos de seleção de fornecedores da Petrobras e o Certificado de Registro e Classificação Cadastral (CRCC)

A Petrobras mantém um processo rígido de seleção de fornecedores, no qual sua área de suprimentos assume um papel central para o desempenho da companhia. A Petrobras mantém um minucioso e rigoroso processo de contratação dos fornecedores, que restringe a seleção a um conjunto de empresas que apresentem as qualificações apropriadas às suas necessidades de suprimento. Dependendo da complexidade do serviço ou dos bens contratados, as políticas aplicadas são mais ou menos severas. Por exemplo, políticas diferentes devem ser aplicadas para a seleção de um fornecedor de válvulas para plataformas de exploração de petróleo no oceano, e para a seleção de um fornecedor de copos de plástico.

O processo de seleção da Petrobras inclui a análise dos seguintes critérios de avaliação: (i) técnico, (ii) econômico, (iii) legal, (iv) SMS (saúde, meio ambiente e segurança) meio e, (v) gerencial/responsabilidade social. O candidato a fornecedor deve estar registrado no arquivo de referência das empresas da Petrobras, com um CRCC válido.

Avaliação de Performance dos Fornecedores da Petrobras (BAD – Boletim de Avaliação de Desempenho)

A Petrobras avalia continuamente o desempenho técnico e gerencial de seus fornecedores, com base em diversos critérios que buscam medir o cumprimento de obrigações contratuais. Tais critérios incluem requisitos técnicos, qualidade, eficiência, prazo, planejamento, preservação de meio ambiente e segurança, entre outros, e são aplicados a fornecedores de bens e serviços. Fiscais da Petrobras atribuem notas a certos quesitos de desempenho aplicáveis a determinado contrato de fornecimento, em notas de 0 a 10. O conjunto das avaliações mais recentes resulta na atribuição do BAD do fornecedor. Os resultados das avaliações de desempenho são informados aos fornecedores, de maneira a permitir que estes possam aprimorar seu desempenho ao longo do tempo.

A escala do BAD vai de 0 a 100. Atualmente, a Petrobras considera como um bom desempenho aquele apresentado por fornecedores que atingem um BAD de, pelo menos, 70.

Risco de Desempenho

A Standard & Poor's avaliou a metodologia de seleção de fornecedores da Petrobras, e a política de concessão de crédito do Banco BTG Pactual, para estimar o risco de desempenho potencial dos contratos de fornecimento elegíveis (risco de que os fornecedores cumpram os deveres

assumidos em tais contratos). Nossa análise também considerou os critérios de elegibilidade do FIDC, os quais determinam que os fornecedores devem apresentar um CRCC válido (ou apólice de seguro performance), e possuir um BAD mínimo de 70 (avaliação de desempenho considerada "BOA" segundo a metodologia da Petrobras). Também consideramos as limitações impostas ao fluxo que pode ser adquirido de cada contrato (50%) e de cada parcela do mesmo (75%).

Ao final, a Standard & Poor's assumiu conservadoramente que o risco médio de desempenho dos contratos de fornecimento elegíveis é consistente com a categoria 'B-', em sua escala global de ratings. É bastante provável que haja variações individuais de capacidade de desempenho na carteira efetiva do FIDC. Entendemos que tais variações refletem-se em nossa estimativa conservadora sobre o risco de desempenho médio assumido em nossa análise.

Embora a Petrobras não tenha disponibilizado dados sobre o desempenho e a pontualidade histórica de seus fornecedores com relação aos contratos de fornecimento, a empresa indicou que os eventos de quebra de contrato de fornecimento são geralmente raros, limitados a um patamar próximo ou inferior a 1%, historicamente.

Critérios de Elegibilidade

O custodiante é responsável pela verificação e validação da aderência dos direitos creditórios aos critérios de elegibilidade em cada operação de aquisição de ativos pelo FIDC. Os critérios de elegibilidade que devem ser atendidos são:

- Os direitos creditórios devem ser vincendos, ser devidos pela Petrobras, e ser oriundos de contratos de prestação de serviços, compra e venda e/ou fornecimento de bens firmados pela Petrobras com fornecedores;
- Os direitos creditórios não poderão ter data de vencimento inferior a sete dias ou superior a 24 meses contados da sua data de aquisição pelo FIDC, e também ao maior prazo de vencimento de série de cotas seniores em circulação;
- Poderão ser adquiridos direitos creditórios de fornecedores que possuam CRCC válido, e correspondentes a no máximo 50% do fluxo de pagamentos a vencer no cronograma de pagamento previsto no contrato de que são oriundos, vedada a aquisição da última parcela do contrato; e no máximo 75% de cada parcela do contrato;
- Caso o fornecedor não possua CRCC válido, o direito creditório apenas poderá ser adquirido caso o fornecedor tenha contratado seguro de performance de seguradoras autorizadas;
- Poderão ser adquiridos direitos creditórios performados correspondentes a no máximo 90% de cada parcela do contrato de que são oriundos, de acordo com o cronograma de pagamento do respectivo contrato;
- Na primeira cessão de direitos creditórios por um fornecedor ao FIDC, e se houver BAD emitido para o respectivo contrato, somente poderão ser adquiridos ou recebidos em garantia direitos creditórios oriundos de contrato cuja nota do BAD em vigor seja igual ou melhor que "BOM";
- A taxa de desconto aplicável ao valor nominal do direito creditório a ser adquirido pelo FIDC, para efeito de cálculo do preço de cessão, deve ser igual ou superior a 150% da Taxa DI;
- Não poderão ser adquiridos direitos creditórios com vencimento no período que anteceder a seis meses do prazo de encerramento da série em circulação com o maior prazo de vencimento, em caso de direitos creditórios a performar, e três meses do prazo de encerramento da série em circulação com maior prazo de vencimento, em caso de direitos creditórios performados;
- O prazo médio ponderado dos direitos creditórios que compõem a carteira do FIDC deve ser menor ou igual a 12 meses.

Adicionalmente, a aquisição de direitos creditórios deverá observar os seguintes limites:

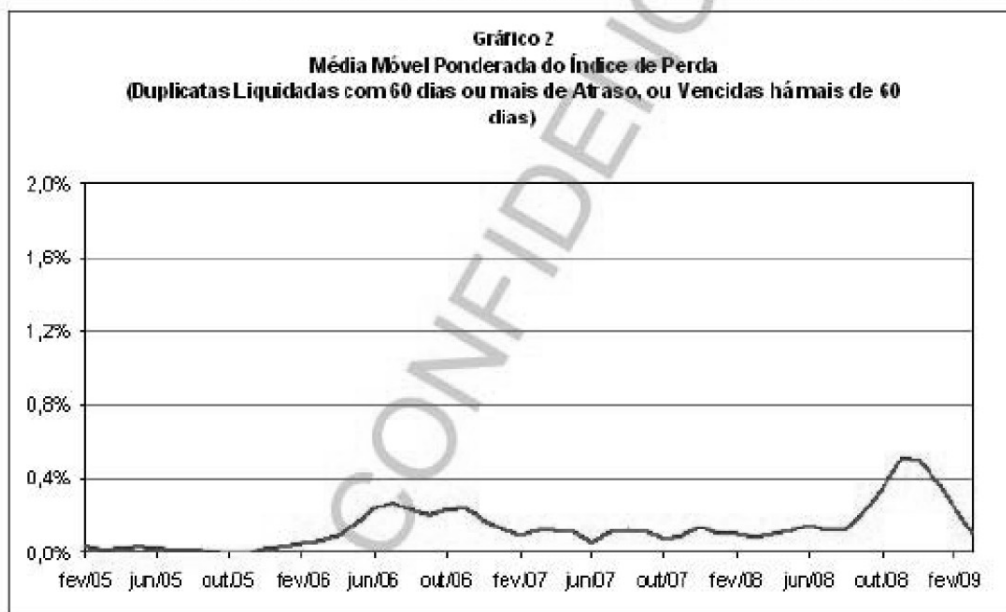
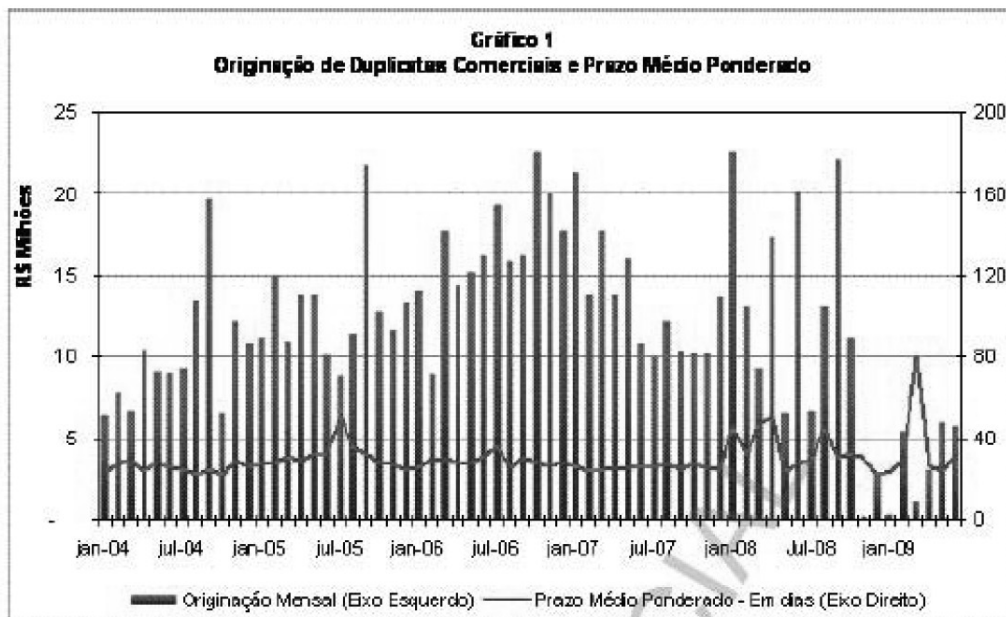
- O total de direitos creditórios cedidos pela mesma empresa, na condição de grupo econômico, não pode exceder 8% do valor das cotas subscritas;
- A aquisição deve atender aos seguintes limites de concentração:

Maiores fornecedores em ordem decrescente (% dos direitos creditórios cedidos em relação ao total de cotas subscritas)	% Máximo sobre o total de cotas subscritas
1 (maior fornecedor)	8%
2	8%
3	8%
4	8%
5	8%
6	8%
7	5%
8	5%
9	5%
10	5%
11	5%
12	3%
13	3%
14	3%
15	3%
16	3%
17	3%
18	3%
19	3%
20	3%
21	3%
22	3%
23	2%

- O total de direitos creditórios a performar não poderá ultrapassar 70% do valor das cotas subscritas;
- O total de direitos creditórios ligados à empresas do mesmo setor não poderá ultrapassar 30% do valor das cotas subscritas.

Desempenho e características da carteira de recebíveis comerciais (performados) de fornecedores da Petrobras (dados sobre operações originadas pelo Banco BTG Pactual)

Os gráficos 1 e 2 demonstram as características e o desempenho histórico dos recebíveis comerciais performados por certos fornecedores da Petrobras, e originados pelo Banco BTG Pactual. A média móvel de três meses do índice de perda indica que a observação mais elevada foi de 0,51%, em novembro de 2008. Esse índice já incorpora reduções de caixa provenientes de eventos de diluição, e foi o *proxy* de perda assumido pela Standard & Poor's para a carteira de direitos creditórios performados.



Análise de Crédito

Para avaliar a adequação dos instrumentos de proteção de crédito disponíveis a cada categoria de rating, a Standard & Poor's adotou as seguintes premissas e passos analíticos:

1. Pagamento pontual das amortizações e resgates programados, inclusive rendimentos, das classes de cotas seniores e subordinadas mezanino avaliadas, conforme estabelecido pelo cronograma de amortização e resgate definido no Regulamento do FIDC;
2. Considerando-se que os critérios de elegibilidade do FIDC restringem o prazo dos direitos creditórios a 24 meses, que a operação tem um prazo de 48 meses, o pior cenário assumido pela Standard & Poor's é o de que o FIDC não seja capaz de adquirir direitos creditórios adicionais após as primeiras aquisições, e que, assim, o FIDC poderia entrar em processo de liquidação antecipada. Essa hipótese também considera a possibilidade de um evento no

qual algum gatilho de desempenho seja acionado por uma deterioração do desempenho dos direitos creditórios. Essa premissa é consistente com o fato de que o nível de subordinação mínimo deve ser mantido ao longo de toda vida do FIDC e, portanto, a proteção de crédito estaria disponível independentemente do instante em que se iniciasse uma deterioração significativa do desempenho dos direitos creditórios;

3. Diferentes metodologias foram aplicadas aos diferentes tipos de direitos creditórios (performados e a performar) elegíveis ao FIDC;
4. Avaliamos o desempenho histórico dos recebíveis comerciais performados originados por fornecedores da Petrobras, e adquiridos pelo Banco BTG Pactual, com o objetivo de se estimar a perda em diferentes cenários de estresse apropriados à categoria de rating de cada uma das classes de cotas do FIDC;
5. A estimativa de risco de desempenho dos fornecedores de contratos a performar, os critérios de elegibilidade e a política de investimento do FIDC serviram como base para a construção de carteiras hipotéticas, buscando-se o cenário mais conservador;
6. Após a definição das carteiras hipotéticas, a Standard & Poor's utilizou estes dados como valores de entrada para o modelo CDO Evaluator*, o qual forneceu a função de distribuição de probabilidade de perdas (SLR – *Scenario Loss Rate*) esperado para cada categoria de rating;
7. A Standard & Poor's incorporou outros elementos estruturais do FIDC para construir cenários de análise de fluxo de caixa. Tais elementos incluem a ordem de prioridade de pagamentos, e o cronograma de amortização do FIDC, entre outros;
8. A Standard & Poor's determinou cenários de análise de fluxo de caixa baseados em diversos cenários de estresse. Esta análise forneceu o nível máximo de perda que o FIDC suportaria (BLR – *Breakeven Loss Rate*), sem que o pagamento das amortizações e resgate de cada classe de cotas classificadas fosse comprometido;
9. Finalmente, a Standard & Poor's comparou os SLRs e BLRs para cada categoria de rating, de modo a definir qual seria o rating adequado à cada classe de cotas a serem emitidas pelo Fornecedores Petrobras - Industrial e Serviços FIDC.

* Modelo de análise proprietário da Standard & Poor's, que utiliza a simulação estatística de Monte Carlo para avaliar a qualidade de crédito de uma carteira de ativos. O modelo leva em conta a avaliação de risco dos tomadores, o setor, o tamanho e o prazo de cada operação, em conjunto com a correlação entre cada par de ativos.

De acordo com as características descritas acima, o resultado das simulações utilizando o CDO Evaluator indicou um nível de perda de crédito esperado (SLR) igual a 30,4% do fluxo de caixa esperado para o nível de rating 'brAA+f', e de 16,8% para o nível de rating 'brBf'. Por outro lado, a estrutura de fluxo de caixa do FIDC suportaria um nível de perda de crédito (BLR) igual a 30,8%, e ainda assim seria capaz de pagar pontualmente as amortizações e resgates do rendimento e do montante inicialmente investido pelos cotistas seniores, em um cenário de estresse adequado à categoria de rating 'brAA+f'. Além disso, o FIDC suportaria uma perda de crédito de 18,7%, e ainda assim seria capaz de pagar pontualmente o resgate do rendimento e do montante inicialmente investido pelos cotistas da classe mezanino "A", em um cenário de estresse adequado à categoria de rating 'brBf'.

Cálculo do Reforço de Crédito para os Direitos Creditórios Performados

O reforço de qualidade de crédito – reserva necessária para cobrir eventuais diferenças geradas pela potencial deterioração da qualidade de crédito dos recebíveis – para carteiras de recebíveis performados é obtido por meio de subordinação estrutural. Para a carteira de recebíveis comerciais performados, o reforço de qualidade de crédito é determinado pelo maior resultado entre o cálculo da reserva dinâmica e da reserva mínima, e com a utilização de premissas consistentes com os ratings atribuídos.

Reserva Dinâmica

A reserva dinâmica é calculada por meio da soma dos cálculos de duas reservas distintas: a Reserva de Perdas e a Reserva de Diluição.

Cálculo da Reserva de Perdas: A reserva necessária contra reduções nos níveis de proteção, em consequência da falta de pagamento, é representada pela reserva dinâmica de perdas. O cálculo da reserva de perdas baseia-se nos dados de desempenho histórico do índice que mede as perdas como um percentual das vendas, na data em que o recebível inadimplente foi gerado.

O índice de perdas (*loss ratio - LR*) calculado sobre as vendas é submetido a um fator de estresse (*stress factor - SF*) estipulado pela Standard & Poor's de acordo com os seguintes fatores principais: a categoria de *rating* da operação, o prazo médio dos direitos creditórios elegíveis ao FIDC, e as características e a qualidade da originação (único cedente ou vários cedentes selecionados por uma empresa de factoring ou consultoria de crédito, políticas de concessão de crédito e cobrança, critérios de elegibilidade, entre outros).

Por se tratar de uma carteira com diversos cedentes, o registro dos eventos de diluição fica prejudicado, e com isso, as reduções de caixa se confundem com os eventos de inadimplência. Nesse sentido, a Standard & Poor's não calculou o índice de diluição, porém os considerou conservadoramente no cálculo da reserva de perdas.

Desta forma: reserva de perdas = $LR \times SF$, sendo:

LR: Índice de perda: Após a análise do histórico de desempenho dos direitos creditórios semelhantes originados pelo BTG Pactual, a Standard & Poor's determinou uma *proxy* de perda com base nas observações mensais do percentual dos direitos creditórios vencidos após 60 dias de sua data de vencimento sobre o total de direitos creditórios originados em cada mês.

SF: Fator de estresse para o rating atribuído às cotas seniores ('brAA+' para as cotas seniores e 'brB' para as cotas da classe mezanino "A").

Resultado do cálculo da Reserva de Perdas, e nesse caso, também Reserva Dinâmica:

Cotas seniores: $0,51\% \times 5,5 = 2,81\%$;

Cotas mezanino: $0,51\% \times 2,75 = 1,40\%$.

Reserva Mínima

Cálculo da Reserva Mínima: O componente da reserva mínima de crédito baseia-se nos limites de concentração em um único devedor na condição de grupo econômico. No caso dos Fornecedores Petrobras FIDC, a Petrobras será a única empresa devedora. Neste caso, assumimos uma reserva mínima igual à zero. Ao mesmo tempo, os ratings atribuídos dependem diretamente de potenciais variações na qualidade de crédito da Petrobras.

Proteção de Crédito Requerida

Dessa forma, a proteção de crédito necessária é equivalente à Reserva Dinâmica:

Cotas seniores: 2,81%;

Cotas mezanino: 1,40%.

Premissas de Fluxo dos Contratos em Cenários de Descontinuidade dos Fornecedores

O fluxo dos contratos a serem cedidos poderá variar consideravelmente de acordo com a política de seleção dos cedentes, e com a complexidade dos serviços prestados ou bens fornecidos. Apesar do volume limitado de dados históricos disponíveis sobre o desempenho de contratos de fornecimento relacionados a fornecedores da Petrobras, a Standard & Poor's utilizou dados históricos acumulados sobre o desempenho de contratos de fornecimento relacionados a diversos setores, assim como de operações de crédito a empresas de pequeno e médio porte com lastro em contratos de fornecimento, e assumiu, de maneira conservadora, um fluxo de caixa após um evento de descontinuidade equivalente a 23% do valor dos fluxos originalmente adquiridos. Tal nível é consistente com a premissa de recuperação de créditos sem garantia atualmente utilizada pela Standard & Poor's.

Reforço da Qualidade de Crédito

O reforço de qualidade de crédito incorporado na estrutura do Fundo, na forma de subordinação de

cotas (27,5% para cotas seniores e 10% para as cotas de classe mezanino "A") e spread excedente, foi dimensionado de forma a fornecer uma proteção de crédito adequada para os ratings atribuídos sob diversos cenários de análise de estresse. Ainda assim, caso a qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes se altere substancialmente durante a vida do FIDC, ou na eventual necessidade de revisão das premissas utilizadas pela Standard & Poor's na análise inicial da operação, os ratings atribuídos poderão ser alterados.

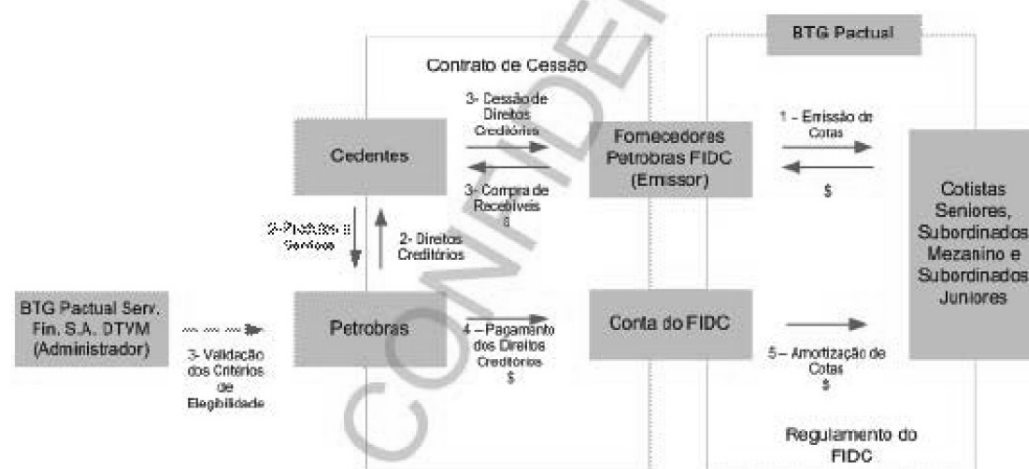
Análise de Sensibilidade

Os ratings de crédito e as avaliações de risco dos ativos adquiridos pelo FIDC poderão sofrer variações ao longo da vida do FIDC. A Standard & Poor's monitora continuamente seus ratings, bem como o nível de perda de crédito estimado associado (SLR) à carteira do FIDC, para verificar se a estrutura de fluxo de caixa continua adequada aos rating atribuídos às cotas do FIDC. Uma eventual deterioração da qualidade de crédito dos ativos poderá aumentar a expectativa de perda da carteira, o que poderá resultar em uma pressão de rebaixamento sobre os ratings atribuídos.

Descrição da Estrutura - Estrutura de Pagamento e Mecanismos de Fluxo de Caixa

O Fornecedor Petrobras - Industrial e Serviços FIDC será um condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, e emitirá cotas seniores, subordinadas mezanino e subordinadas juniores. O FIDC poderá realizar compras rotativas de direitos creditórios elegíveis. O FIDC também poderá manter aplicações em outros instrumentos de renda fixa, desde que possuam riscos de crédito e de liquidez adequados ao perfil de risco do FIDC, além de caixa.

Figura 1 – Diagrama da Estrutura



Fluxo dos Recursos

1. O FIDC captará recursos de investidores e em contrapartida emitirá cotas de classes distintas;
2. Os Fornecedoras prestam serviços ou vendem mercadorias à Petrobras, e emitem os recebíveis relacionados aos direitos creditórios já realizados ou a realizar;
3. Por intermédio do Banco BTG Pactual, os fornecedores cedem os direitos de crédito ao FIDC;
4. A Petrobras efetua o pagamento dos direitos de crédito em uma conta de titularidade do FIDC;
5. As cotas são amortizadas ou resgatadas seguindo o cronograma, condições e ordem de preferência definidas no Regulamento do FIDC.

Ordem de Alocação dos Recursos

Diariamente, o administrador do FIDC aloca o caixa disponível de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

1. Pagamento de despesas e encargos do FIDC;
2. Formação da reserva de pagamento;
3. Amortização e/ou resgate das cotas seniores;
4. Formação da reserva de amortização;
5. Pagamento do preço de aquisição dos direitos creditórios;
6. Amortização e/ou resgate de cotas subordinadas mezanino;
7. Amortização e/ou resgate de cotas subordinadas juniores;
8. Pagamento da taxa de performance, quando for o caso.

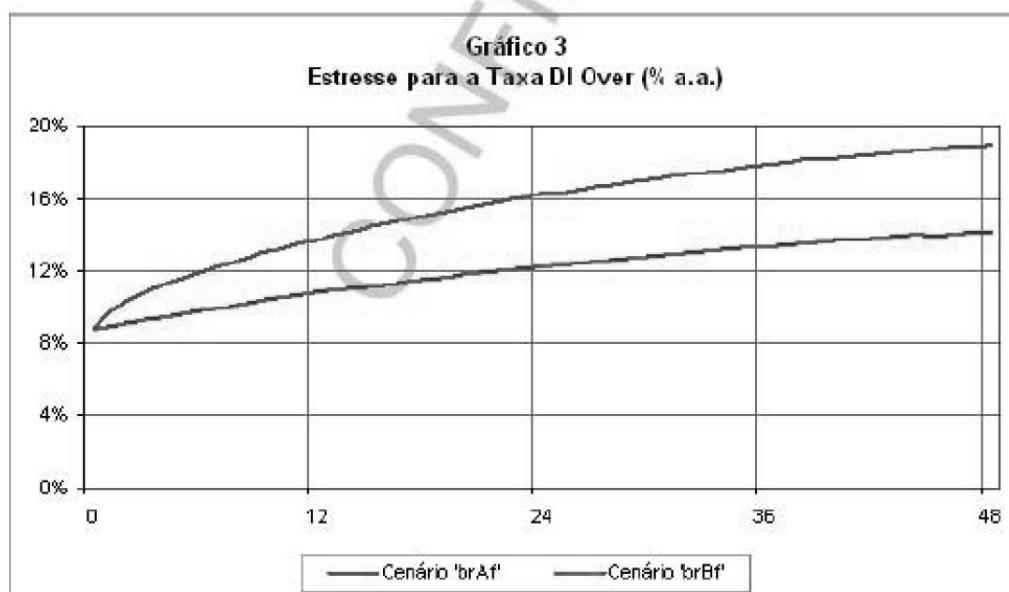
Reservas de Pagamento e de Amortização

O FIDC deverá manter uma Reserva de Pagamento equivalente ao valor necessário para o pagamento das despesas e encargos do FIDC nos próximos 30 dias. Os recursos da Reserva de Pagamento serão mantidos em caixa ou em títulos públicos federais.

Adicionalmente, o FIDC também deverá manter uma reserva equivalente a 100% do valor da amortização e resgate de cotas seniores previstos para os próximos 30 dias.

Risco de Descasamento de Taxa de Juros

Uma vez que os direitos creditórios serão adquiridos pelo FIDC a uma taxa de desconto pré-fixada, ao passo que a remuneração-alvo das cotas seniores é flutuante e indexada à Taxa DI Over, o FIDC está exposto ao risco de descasamento de taxa de juros. Este risco é primeiramente mitigado pelo *spread* excedente, e também pela subordinação de cotas (variável de acordo com a classe de cotas avaliadas). A Standard & Poor's assume um cenário conservador, e condizente com a categoria de rating 'brAA+f', para a variação da Taxa DI Over ao longo da vida do FIDC. A curva de juros utilizada é demonstrada no gráfico 3.



O *spread* excedente é definido pela diferença entre a taxa de desconto aplicada na compra dos direitos creditórios e a remuneração-alvo das cotas seniores. Seu objetivo é proteger os cotistas contra o risco de descasamento de taxa de juros, além de criar uma reserva para o pagamento de

despesas e taxas, e de servir como proteção contra perdas, antes que a subordinação seja consumida.

Riscos de Contraparte

A Petrobras será a única empresa devedora dos direitos creditórios do FIDC. Para maiores informações sobre o perfil de risco de crédito da Petrobras, acesse nosso website www.standardandpoors.com.br.

Riscos Operacionais

Os ratings atribuídos às cotas seniores e subordinadas do Fornecedor Petrobras - Industrial e Serviços FIDC refletem, entre outros elementos, a capacidade Banco BTG Pactual, como responsável pela aprovação dos direitos creditórios. Além disso, o BTG Pactual será responsável pela administração e custódia do FIDC. Entendemos que o BTG Pactual atualmente apresenta capacidade adequada de gerir os riscos operacionais relacionados à transação avaliada.

Os limites de concentração do FIDC são relacionados ao valor das cotas subscritas. A Standard & Poor's assumiu como premissa analítica que tais parâmetros devem ser muito próximos à concentração por patrimônio líquido corrente. No caso de a concentração observada ser maior do que a assumida pela Standard & Poor's (por exemplo, no evento de não integralização das cotas subscritas nos valores esperados), os ratings finais atribuídos às cotas do FIDC poderão ser diferentes dos ratings preliminares.

Análise Legal

O Fornecedor Petrobras - Industrial e Serviços FIDC terá a titularidade, os direitos e interesses sobre os direitos creditórios adquiridos. O Fornecedor Petrobras - Industrial e Serviços FIDC é um veículo de investimento que atende aos critérios da Standard & Poor's em relação à segregação de riscos entre ativos cedidos e as empresas cedentes.

Artigos Relacionados:

- "Metodologia e Premissas Utilizadas na Análise de Rating de Operações Estruturadas de Recebíveis Comerciais no Brasil," publicado dia 13 de maio de 2009 em www.standardandpoors.com.br;
- "Metodologia baseada em princípios fundamentais para análise de ratings de operações estruturadas globais," publicado em 7 de agosto de 2009 (disponível em www.standardandpoors.com.br);
- "The Three Building Blocks of an Emerging Markets Future Flow Transaction Rating"
- "Corporate Performance Assessment for Global Structured Finance Transactions Backed by Future Receivables"
- "Update to Global Methodologies and Assumptions For Corporate Cash Flow and Synthetic CDOs"

Analista Principal: Jean-Pierre Cote Gil, São Paulo, 55 (11) 3039-9743, jp_gil@standardandpoors.com

Analista de Monitoramento: Leandro de Albuquerque, 55 (11) 3039-9729, leandro_albuquerque@standardandpoors.com

Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2009 pela The McGraw-Hill Companies, Inc. A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não

sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

The McGraw-Hill Companies

CONFIDENCIAL

ANEXO III

Este Anexo III é parte integrante do “Prospecto Definitivo da Distribuição Pública de Cotas da 1ª Série de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras - Industrial e Serviços”

Estatuto Social da Petrobras

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL DA PETROBRAS

Capítulo I Da Natureza, Sede e Objeto da Sociedade

Art. 1º A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras é uma sociedade de economia mista, sob controle da União com prazo de duração indeterminado, que se regerá pelas normas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) e pelo presente Estatuto.

Parágrafo único. O controle da União será exercido mediante a propriedade e posse de, no mínimo, cinquenta por cento, mais uma ação, do capital votante da Sociedade.

Art. 2º A Petrobras tem sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, podendo estabelecer, no País e no exterior, filiais, agências, sucursais, escritórios.

Art. 3º A Companhia tem como objeto a pesquisa, a lavra, a refinação, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover a pesquisa, o desenvolvimento, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins.

§ 1º As atividades econômicas vinculadas ao seu objeto social serão desenvolvidas pela Companhia em caráter de livre competição com outras empresas, segundo as condições de mercado, observados os demais princípios e diretrizes da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 e da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

§ 2º A Petrobras, diretamente ou através de suas subsidiárias, associada ou não a terceiros, poderá exercer no País ou fora do território nacional qualquer das atividades integrantes de seu objeto social.

Capítulo II Do Capital Social, das Ações e dos Acionistas

Art. 4º O Capital Social é de R\$ 78.966.690.660,00 (setenta e oito bilhões novecentos e sessenta e seis milhões seiscentos e noventa mil seiscentos e sessenta reais), dividido em 8.774.076.740 (oito bilhões, setecentas e setenta e quatro milhões, setenta e seis mil, setecentas e quarenta) ações sem valor nominal, sendo 5.073.347.344 (cinco bilhões, setenta e três milhões, trezentas e quarenta e sete mil, trezentas e quarenta e quatro) ações ordinárias e 3.700.729.396 (três bilhões, setecentas milhões, setecentas e vinte e nove mil e trezentas e noventa e seis) ações preferenciais.

§ 1º A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, em até R\$ 60.000.000.000,00 (sessenta bilhões de reais), mediante a emissão de ações preferenciais e até o limite quantitativo de 200.000.000 (duzentos milhões) de ações, para integralização: a) em moeda; b) em bens, observada a prévia deliberação da Assembléia

Geral para avaliação destes (inciso IV do art. 122 da Lei das Sociedades por Ações); c) mediante capitalização de crédito.

§ 2º Os aumentos de capital mediante a emissão de ações ordinárias serão submetidos previamente à deliberação da Assembléia Geral.

§ 3º A critério do Conselho de Administração poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo de 30 (trinta) dias para o seu exercício, para os antigos acionistas, nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, bem como permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos arts. 257 e 263 da Lei das Sociedades por Ações.

§ 4º A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação, até o montante do saldo de lucros e de reservas disponíveis, exceto a legal, sem diminuição do capital social, observada a legislação em vigor.

§ 5º O capital social poderá ser aumentado com a emissão de ações preferenciais, sem guardar proporção com as ações ordinárias, respeitado o limite legal de dois terços do capital social, bem como observado o direito de preferência de todos os acionistas.

Art. 5º As ações da Companhia serão ordinárias, com direito de voto, e preferenciais, estas sempre sem direito a voto.

§ 1º As ações preferenciais serão inconvertíveis em ações ordinárias, e vice-versa.

§ 2º As ações preferenciais terão prioridade no caso de reembolso do capital e no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 5% (cinco por cento) calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, ou de 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação, prevalecendo sempre o maior, participando, em igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros.

§ 3º As ações preferenciais participarão, não cumulativamente, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição dos dividendos, quando superiores ao percentual mínimo que lhes é assegurado no parágrafo anterior.

Art. 6º A integralização das ações obedecerá às normas estabelecidas pela Assembléia Geral ou pelo Conselho de Administração, dependendo do órgão que autorizou o aumento do capital no limite do autorizado. Em caso de mora do acionista, e independentemente de interpelação, poderá a Companhia promover a execução ou determinar a venda das ações, por conta e risco do mesmo.

Art. 7º As ações da Companhia, todas escriturais, serão mantidas, em nome de seus titulares, em conta de depósito de instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sem emissão de certificado.

Art. 8º Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos e/ou juros de capital próprio, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido

ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia.

Art. 9º Salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, a Companhia efetuará o pagamento de dividendos e de juros de capital próprio, devidos aos acionistas, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social correspondente, observadas as normas legais pertinentes.

Parágrafo único. A Companhia poderá, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, antecipar valores a seus acionistas, a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio, sendo esses corrigidos pela taxa SELIC desde a data do efetivo pagamento até o encerramento do respectivo exercício social, na forma prevista no art. 204 da Lei nº 6.404, de 1976.

Art. 10º Os dividendos não reclamados pelos acionistas dentro de 3 (três) anos, a contar da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em favor da Companhia.

Art. 11 Os valores dos dividendos e juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembléia Geral.

Art. 12 Além da União, na qualidade de acionista controladora da Companhia, poderão ser acionistas pessoas físicas ou jurídicas, brasileiras ou estrangeiras, residentes ou não no País.

Art. 13 O acionista poderá ser representado nas Assembléias Gerais na forma prevista no art. 126 da Lei nº 6.404, de 1976, exibindo, no ato, ou depositando, previamente, o comprovante expedido pela instituição financeira depositária, acompanhado do documento de identidade ou procuração com poderes especiais.

§ 1º A representação da União nas Assembléias Gerais da Companhia far-se-á nos termos da legislação federal específica.

§ 2º Na Assembléia Geral de Acionistas que delibere sobre a eleição de membros do Conselho de Administração, fica condicionado o direito de voto dos acionistas titulares de ações preferenciais ao preenchimento da condição prevista no § 6º do art. 141 da Lei nº 6.404, de 1976, de comprovada titularidade ininterrupta da participação acionária durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembléia.

Capítulo III

Das Subsidiárias e Coligadas

Art. 14 Para o estrito cumprimento de atividades vinculadas ao seu objeto, a Petrobras poderá, na conformidade da autorização conferida pela Lei nº 9.478, de 1997, constituir subsidiárias, bem como associar-se, majoritariamente e/ou minoritariamente a outras empresas.

Art. 15 Observado o disposto na Lei nº 9.478, de 1997, a Petrobras e suas subsidiárias poderão adquirir ações ou cotas de outras sociedades, participar de sociedades de propósito específico, bem como associar-se a empresas brasileiras e estrangeiras e com elas formar consórcios, na condição ou não de empresa líder, objetivando expandir atividades, reunir tecnologias e ampliar investimentos aplicados às atividades vinculadas ao seu objeto.

Art. 16 As sociedades subsidiárias e controladas obedecerão às deliberações dos seus respectivos órgãos de administração, as quais estarão vinculadas às diretrizes e ao planejamento estratégico aprovados pelo Conselho de Administração da Petrobras, bem como às regras corporativas comuns fixadas pela Petrobras através de orientação de natureza técnica, administrativa, contábil, financeira e jurídica.

Parágrafo único. As relações com as empresas subsidiárias, coligadas e controladas serão mantidas por intermédio de membro da Diretoria Executiva, em conformidade com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

Capítulo IV **Da Administração da Sociedade**

Seção I **Dos Conselheiros e Diretores**

Art. 17 A Petrobras será dirigida por um Conselho de Administração, com funções deliberativas, e uma Diretoria Executiva.

Art. 18 O Conselho de Administração será integrado por, no mínimo, cinco membros até nove membros eleitos pela Assembléia Geral dos Acionistas, a qual designará dentre eles o Presidente do Conselho, todos com prazo de gestão que não poderá ser superior a 1 (um) ano, admitida a reeleição.

Parágrafo único. No caso de vacância no cargo de Presidente do Conselho, o substituto será eleito na primeira reunião ordinária do Conselho de Administração até a próxima Assembléia Geral.

Art. 19 No processo de eleição dos membros do Conselho de Administração pela Assembléia Geral de Acionistas serão observadas as seguintes regras:

I - É assegurado aos acionistas minoritários o direito de eleger um dos Conselheiros, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo.

II - É assegurado aos acionistas titulares de ações preferenciais, que representem em conjunto, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social, excluído o acionista controlador, eleger e destituir 1 (um) membro do Conselho de Administração, em votação em separado na Assembléia Geral, não se aplicando à Companhia a regra contida no § 4º do art. 8º da Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001.

III - Sempre que, cumulativamente, a eleição do Conselho de Administração se der pelo sistema de voto múltiplo e os titulares de ações ordinárias ou preferenciais exercerem o direito de eleger Conselheiro, será assegurado à União o direito de eleger Conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas, mais um, independentemente do número de Conselheiros estabelecido no art. 18 deste Estatuto.

Art. 20 A Diretoria Executiva será composta de um Presidente, escolhido dentre os membros do Conselho de Administração, e até seis Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, dentre brasileiros residentes no País, com prazo de gestão que não poderá ser superior a 3 (três) anos, permitida a reeleição, podendo ser destituídos a qualquer tempo.

§ 1º O Conselho de Administração deverá observar na escolha e eleição dos Diretores a sua capacidade profissional, notório conhecimento e especialização nas respectivas áreas de contato em que esses administradores irão atuar, observado o Plano Básico de Organização.

§ 2º Os membros da Diretoria Executiva exercerão seus cargos em regime de tempo integral e de dedicação exclusiva ao serviço da Petrobras, permitido, porém, o exercício concomitante em cargos de administração de subsidiárias, controladas e coligadas da

Companhia, a critério do Conselho de Administração, conforme o Código de Boas Práticas, na forma do inciso VII do art. 29 deste Estatuto.

§ 3º O Presidente e os Diretores farão jus, anualmente, a 30 (trinta) dias de férias, que lhes serão concedidas pela Diretoria Executiva, vedado o pagamento em dobro da remuneração relativa às férias não gozadas no decorrer do período concessivo.

Art. 21 A investidura em cargo de administração da Companhia observará as condições impostas pelos arts. 147 e 162 da Lei nº 6.404, de 1976, não podendo, também, ser investidos no cargo os que no Conselho de Administração, na Diretoria Executiva, ou no Conselho Fiscal tiverem ascendentes, descendentes ou colaterais.

Art. 22 Os Conselheiros e Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termos de posse no livro de atas do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, respectivamente.

§ 1º O termo de posse deverá conter, sob pena de nulidade: (i) a indicação de pelo menos um domicílio no qual o administrador receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão, as quais reputar-se-ão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado, o qual somente poderá ser alterado mediante comunicação por escrito à Companhia; (ii) a anuência aos contratos eventualmente celebrados pela Petrobras com bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado credenciada na Comissão de Valores Mobiliários, tendo por objetivo a adoção de padrões de governança societária fixados por essas entidades, responsabilizando-se pelo cumprimento de tais contratos e respectivos regulamentos de práticas diferenciadas de governança corporativa, se for o caso, e (iii) anuência aos termos da cláusula compromissória de que trata o art. 58 deste Estatuto.

§ 2º A posse do Conselheiro residente ou domiciliado no exterior fica condicionada à constituição de representante residente no País, com poderes para receber citação em ações contra ele propostas com base na legislação societária, mediante procuração com prazo de validade que deverá estender-se por, no mínimo, 3 (três) anos após o término do prazo de gestão do Conselheiro.

§ 3º Antes de tomar posse, e ao deixar o cargo, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva apresentarão declaração de bens, que será arquivada na Companhia.

Art. 23 Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva responderão, nos termos do art. 158, da Lei nº 6.404, de 1976, individual e solidariamente, pelos atos que praticarem e pelos prejuízos que deles decorram para a Companhia, sendo-lhes vedado participar na deliberação acerca de operações envolvendo sociedades em que participem com mais de 10% (dez por cento), ou tenham ocupado cargo de gestão em período imediatamente anterior à investidura na Companhia.

§ 1º A Companhia assegurará a defesa em processos judiciais e administrativos aos seus administradores, presentes e passados, além de manter contrato de seguro permanente em favor desses administradores, para resguardá-los das responsabilidades por atos decorrentes do exercício do cargo ou função, cobrindo todo o prazo de exercício dos respectivos mandatos.

§ 2º A garantia prevista no parágrafo anterior se estende aos membros do Conselho Fiscal, bem como a todos os empregados e prepostos que legalmente atuem por delegação dos administradores da Companhia.

Art. 24 Perderá o cargo o Conselheiro que deixar de participar de 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas, sem motivo justificado ou licença concedida pelo Conselho de Administração.

Art. 25 No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembléia Geral, na forma prevista no art. 150 da Lei nº 6.404, de 1976.

Parágrafo único. O Conselheiro, ou membro da Diretoria Executiva, eleito em substituição, completará o prazo de gestão do substituído, e, quando findo o prazo de gestão, permanecerá no cargo até a posse do sucessor.

Art. 26 A Companhia será representada, em juízo ou fora dele, por sua Diretoria, individualmente por seu Presidente, ou por dois Diretores em conjunto, podendo nomear procuradores ou representantes.

Art. 27 O Presidente e os Diretores não poderão ausentar-se do exercício do cargo por mais de 30 (trinta) dias, sem licença ou autorização do Conselho de Administração.

§ 1º Ao Presidente, na forma do inciso IV do art. 38, compete designar, dentre os Diretores, seu substituto eventual.

§ 2º No caso de ausência ou impedimento de um Diretor, os seus encargos serão assumidos por um substituto escolhido pelo mesmo, dentre outros integrantes da Diretoria Executiva ou um de seus subordinados diretos, este último até um prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 3º No caso da indicação ser feita a um subordinado, condicionada à aprovação do Presidente, o mesmo participará de todas as atividades rotineiras do Diretor, inclusive com a presença em reuniões de Diretoria, para instruir as matérias da área de contato do respectivo Diretor, sem no entanto exercer direito de voto.

Seção II

Do Conselho de Administração

Art. 28 O Conselho de Administração é o órgão de orientação e direção superior da Petrobras, competindo-lhe:

- I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, definindo sua missão, seus objetivos estratégicos e diretrizes;
- II - aprovar o plano estratégico, bem como os respectivos planos plurianuais e programas anuais de dispêndios e de investimentos;
- III - fiscalizar a gestão dos Diretores e fixar-lhes as atribuições, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia;

IV - avaliar resultados de desempenho;

V - aprovar, anualmente, o valor acima do qual os atos, contratos ou operações, embora de competência da Diretoria Executiva, especialmente as previstas nos incisos III, IV, V, VI e VIII do art. 33 deste Estatuto Social, deverão ser submetidas à aprovação do Conselho de Administração;

VI - deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;

VII - fixar as políticas globais da Companhia, incluindo a de gestão estratégica comercial, financeira, de investimentos, de meio ambiente e de recursos humanos;

VIII - aprovar a transferência da titularidade de ativos da Companhia, inclusive contratos de concessão e autorizações para refino de petróleo, processamento de gás natural, transporte, importação e exportação de petróleo, seus derivados e gás natural, podendo fixar limites de valor para a prática desses atos pela Diretoria Executiva;

IX - deliberar sobre aumento de capital com emissão de ações preferenciais, dentro do limite autorizado, na forma do § 1º do art. 4º deste Estatuto Social.

Art. 29 Compete privativamente ao Conselho de Administração deliberar sobre as seguintes matérias:

I - Plano Básico de Organização e suas modificações, bem como a distribuição aos Diretores, por proposta do Presidente, dos encargos correspondentes às áreas de contato definidas no referido plano;

II - autorização para aquisição de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, bem como posterior alienação dessas ações, observadas as disposições legais, regulamentares e estatutárias;

III - aprovação da permuta de valores mobiliários de sua emissão;

IV - eleição e destituição dos membros da Diretoria Executiva;

V - constituição de subsidiárias, participações em sociedades controladas ou coligadas, ou a cessação dessa participação, bem como a aquisição de ações ou cotas de outras sociedades;

VI - convocação de Assembleia Geral dos acionistas, nos casos previstos em lei, publicando o edital de convocação com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência;

VII - aprovação de um Código de Boas Práticas e do seu Regimento Interno, o qual deverá prever a indicação de Relator e a constituição de Comitês do Conselho compostos por alguns de seus membros, com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias;

VIII - aprovação das Diretrizes de Governança Corporativa da Petrobras;

IX - escolha e destituição de auditores independentes, os quais não poderão prestar à Companhia serviços de consultoria durante a vigência do contrato;

X - relatório da administração e contas da Diretoria Executiva;

XI - criação do Comitê de Negócios e aprovação das atribuições e regras de funcionamento desse Comitê, consistentes com o Plano Básico de Organização, as quais devem ser divulgadas ao mercado, resumidamente, quando da publicação das demonstrações financeiras da Companhia, ou quando de sua alteração;

XII - assuntos que, em virtude de disposição legal ou por determinação da Assembléia Geral, dependam de sua deliberação;

Parágrafo único. O Comitê de Negócios de que trata o inciso XI submeterá à Diretoria Executiva seu parecer sobre as matérias corporativas que envolvam mais de uma área de negócios, bem como aquelas cuja importância e relevância demandem um debate mais amplo.

Art. 30 O Conselho de Administração poderá determinar a realização de inspeções, auditagens ou tomadas de contas na Companhia, bem como a contratação de especialistas, peritos ou auditores externos, para melhor instruírem as matérias sujeitas a sua deliberação.

Art. 31 O Conselho de Administração reunir-se-á com a presença da maioria de seus membros, mediante convocação do seu Presidente ou da maioria dos Conselheiros, ordinariamente, no mínimo a cada trinta dias e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 1º Fica facultada, se necessária, a participação dos Conselheiros na reunião, por telefone, vídeo-conferência, ou outro meio de comunicação que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto. O Conselheiro, nessa hipótese, será considerado presente à reunião, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais, e incorporado à ata da referida reunião.

§ 2º As matérias submetidas à apreciação do Conselho de Administração serão instruídas com a decisão da Diretoria Executiva, as manifestações da área técnica ou do Comitê competente, e ainda o parecer jurídico, quando necessários ao exame da matéria.

§ 3º O Presidente do Conselho, por iniciativa própria ou por solicitação de qualquer Conselheiro, poderá convocar Diretores da Companhia para assistir às reuniões e prestar esclarecimentos ou informações sobre as matérias em apreciação.

§ 4º As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos Conselheiros presentes e serão registradas no livro próprio de atas.

§ 5º Em caso de empate, o Presidente do Conselho poderá exercer o voto de qualidade.

Seção III

Da Diretoria Executiva

Art. 32 Cabe à Diretoria Executiva exercer a gestão dos negócios da Companhia, de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

Art. 33 Compete à Diretoria Executiva:

I - elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração:

- a) as bases e diretrizes para a elaboração do plano estratégico, bem como dos programas anuais e planos plurianuais;
- b) o plano estratégico, bem como os respectivos planos plurianuais e programas anuais de dispêndios e de investimentos da Companhia com os respectivos projetos;
- c) os orçamentos de custeio e de investimentos da Companhia;
- d) a avaliação do resultado de desempenho das atividades da Companhia;

II - aprovar:

- a) critérios de avaliação técnico-econômica para os projetos de investimentos, com os respectivos planos de delegação de responsabilidade para sua execução e implantação;
- b) critérios de aproveitamento econômico de áreas produtoras e coeficiente mínimo de reservas de óleo e gás, observada a legislação específica;
- c) política de preços e estruturas básicas de preço dos produtos da Companhia;
- d) planos de contas, critérios básicos para apuração de resultados, amortização e depreciação de capitais investidos, e mudanças de práticas contábeis;
- e) manuais e normas de contabilidade, finanças, administração de pessoal, contratação e execução de obras e serviços, suprimento e alienação de materiais e equipamentos, de operação e outros necessários à orientação do funcionamento da Companhia;
- f) normas para cessão de uso, locação ou arrendamento de bens imóveis de propriedade da Companhia;
- g) plano anual de seguros da Companhia;
- h) a estrutura básica dos órgãos da Companhia e suas respectivas Normas de Organização, bem como criar, transformar ou extinguir órgãos operacionais ou correspondentes, bem como órgãos temporários de obras, agências, filiais, sucursais e escritórios no País e no exterior;
- i) planos que disponham sobre a admissão, carreira, acesso, vantagens e regime disciplinar dos empregados da Petrobras;
- j) a lotação de pessoal dos órgãos da Companhia;

k) a designação dos titulares da Administração Superior da Companhia;

l) os planos anuais de negócios;

m) formação de consórcios, de "*joint-ventures*", e de sociedades de propósito específico, no País e no exterior;

III - autorizar a captação de recursos, contratação de empréstimos e financiamento no País ou no exterior, inclusive mediante emissão de títulos;

IV - autorizar a prestação de garantias reais ou fidejussórias, observadas as disposições legais e contratuais pertinentes;

V - autorizar a aquisição, na forma da legislação específica, de bens imóveis, navios e unidades marítimas de perfuração e produção, bem como gravame e a alienação de ativos da Companhia;

VI - autorizar a alienação ou gravame de ações ou cotas de sociedades nas quais a Companhia detenha mais de 10% (dez por cento) do capital social, bem como a cessão de direitos em consórcios ou "*joint-ventures*" em que a Companhia possua mais de 10% (dez por cento) dos investimentos, podendo fixar limites de valor para delegação da prática desses atos pelo Presidente ou Diretores;

VII - autorizar a celebração de convênios ou contratos com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, podendo fixar limites de valor para a delegação da prática desses atos pelo Presidente ou Diretores;

VIII - autorizar, na forma da legislação específica, atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para pôr fim a litígios ou pendências, podendo fixar limites de valor para a delegação da prática desses atos pelo Presidente ou Diretores;

IX - acompanhar e controlar as atividades das subsidiárias e empresas das quais a Petrobras participe ou com as quais esteja associada;

X - deliberar sobre marcas e patentes, nomes e insígnias;

XI - criar outros Comitês, vinculados ao Comitê de Negócios, aprovando as respectivas regras de funcionamento e atribuições, consistentes com o Plano Básico de Organização.

Art. 34 A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semana, com a maioria de seus membros, dentre eles o Presidente ou o seu substituto, e, extraordinariamente, mediante convocação do Presidente ou de dois terços dos Diretores.

Parágrafo único. As matérias submetidas à apreciação da Diretoria Executiva serão instruídas com as manifestações da área técnica, do Comitê de Negócios, e ainda do parecer jurídico, quando necessários ao exame da matéria.

Art. 35 Além das matérias de competência originária de deliberação colegiada previstas no art. 33 deste Estatuto, a Diretoria Executiva poderá deliberar sobre os atos de gestão

de negócios de responsabilidade individual de cada um dos Diretores, dentro das áreas de contato fixadas pelo Conselho de Administração no Plano Básico de Organização. Compete ainda aos Diretores:

I - instruir os representantes da Companhia nas Assembléias Gerais das suas subsidiárias, controladas e coligadas, em conformidade com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;

II - admitir e demitir empregados e formalizar as designações para cargos e funções gerenciais, aprovadas pela Diretoria Executiva;

III - designar empregados da Companhia para missões no exterior;

IV - assinar atos, contratos e convênios, bem como movimentar os recursos monetários da Companhia, sempre em conjunto com outro Diretor.

Art. 36 As deliberações da Diretoria Executiva serão tomadas pelo voto da maioria dos presentes e registradas no livro próprio de atas.

Parágrafo único. Em caso de empate, o Presidente poderá exercer o voto de qualidade.

Art. 37 A Diretoria Executiva encaminhará ao Conselho de Administração cópias das atas de suas reuniões e prestará as informações que permitam avaliar o desempenho das atividades da Companhia.

Seção IV Do Presidente

Art. 38 Cabem ao Presidente a direção e a coordenação dos trabalhos da Diretoria Executiva, competindo-lhe:

I - convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

II - propor ao Conselho de Administração a distribuição, entre os Diretores, das áreas de contato definidas no Plano Básico de Organização;

III - propor ao Conselho de Administração os nomes para Diretores da Companhia;

IV - designar, dentre os Diretores, seu substituto eventual, em suas ausências e impedimentos;

V - acompanhar e supervisionar, através da coordenação da ação dos Diretores, as atividades de todos os órgãos da Companhia;

VI - designar os representantes da Companhia nas Assembléias Gerais das suas subsidiárias, controladas e coligadas, em conformidade com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;

VII - prestar informações ao Ministro de Estado ao qual a Companhia está vinculada, e aos órgãos de controle do Governo Federal, bem como ao Tribunal de Contas da União e ao Congresso Nacional.

Capítulo V **Da Assembléia Geral**

Art. 39 A Assembléia Geral Ordinária realizar-se-á, anualmente, no prazo previsto no art. 132 da Lei nº 6.404, de 1976, em local, data e hora previamente fixados pelo Conselho de Administração, para deliberar sobre as matérias de sua competência, especialmente:

I - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;

II - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

III - eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Art. 40 A Assembléia Geral Extraordinária, além dos casos previstos em lei, reunir-se-á mediante convocação do Conselho de Administração, para deliberar sobre assuntos de interesse da Companhia, especialmente:

I - reforma do Estatuto;

II - aumento do limite do capital autorizado;

III - aumento do capital social, ressalvado o disposto no § 1º do art. 4º deste Estatuto;

IV - avaliação de bens com que o acionista concorrer para o aumento do capital social;

V - redução do capital social;

VI - emissão de debêntures conversíveis em ações ou a sua venda quando em tesouraria;

VII - incorporação da Companhia a outra sociedade, sua dissolução, transformação, cisão, fusão;

VIII - participação da Companhia em grupo de sociedades;

IX - alienação do controle do capital social de subsidiárias da Companhia;

X - destituição de membros do Conselho de Administração;

XI - alienação de debêntures conversíveis em ações de titularidade da Companhia e de emissão de suas subsidiárias;

XII - fixação da remuneração dos administradores;

XIII - cancelamento do registro de Companhia aberta;

XIV - escolha de empresa especializada, a partir da apresentação pelo Conselho de Administração de uma lista triplíce de empresas especializadas, para a elaboração de laudo de avaliação de suas ações pelo respectivo valor econômico, a ser utilizado nas hipóteses de cancelamento do registro de Companhia aberta ou do desenquadramento às regras de padrão de governança societária, definidas por bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado, credenciada na Comissão de Valores Mobiliários, visando o cumprimento das regras estabelecidas na competente regulamentação de práticas diferenciadas de governança corporativa editada por tais entidades, e de acordo com os termos dos contratos eventualmente celebrados pela Petrobras com essas mesmas entidades;

XV - renúncia a direito de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de subsidiárias, controladas ou coligadas.

§ 1º A deliberação da matéria prevista no inciso XIV deste artigo deverá ser tomada por maioria absoluta de votos das ações ordinárias em circulação, não se computando os votos em branco.

§ 2º Na hipótese de oferta pública formulada pelo acionista controlador, este arcará com os custos da elaboração do laudo de avaliação.

Art. 41 A Assembléia Geral fixará, anualmente, o montante global ou individual da remuneração dos administradores, bem como os limites de sua participação nos lucros, observadas as normas da legislação específica.

Art. 42 As Assembléias Gerais serão presididas pelo Presidente da Companhia ou substituto que este vier a designar, e, na ausência de ambos, por um acionista escolhido pela maioria dos votos dos presentes.

Parágrafo único. O Presidente da Assembléia escolherá, dentre os acionistas presentes, o Secretário da mesa.

Capítulo VI Do Conselho Fiscal

Art. 43 O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de até cinco membros e respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária, todos residentes no País, observados os requisitos e impedimentos fixados na Lei das Sociedades por Ações, acionistas ou não, dos quais um será eleito pelos detentores das ações ordinárias minoritárias e outro pelos detentores das ações preferenciais, em votação em separado.

§ 1º Dentre os membros do Conselho Fiscal, um será indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional.

§ 2º Em caso de vaga, renúncia, impedimento ou ausência injustificada a duas reuniões consecutivas, será o membro do Conselho Fiscal substituído, até o término do mandato, pelo respectivo suplente.

§ 3º Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos seus cargos mediante a assinatura de termo de posse no livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal, do qual constará: (i) a anuência aos contratos eventualmente celebrados pela Petrobras com bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado, credenciada na Comissão de Valores Mobiliários, tendo por objetivo a adoção de padrões de governança societária fixados por estas entidades, responsabilizando-se pelo cumprimento de tais contratos e respectivos regulamentos de práticas diferenciadas de governança corporativa, se for o caso, e (ii) anuência aos termos da cláusula compromissória de que trata o art. 58 deste Estatuto.

Art. 44 O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de um ano, permitida a reeleição.

Art. 45 A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função será fixada pela Assembléia Geral que os eleger, observado o limite estabelecido na Lei nº 9.292, de 1996.

Art. 46 Compete ao Conselho Fiscal, sem prejuízo de outras atribuições que lhe sejam conferidas em virtude de disposição legal ou por determinação da Assembléia Geral:

I - fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

II - opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembléia Geral;

III - opinar sobre as propostas dos administradores, a serem submetidas à Assembléia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;

IV - denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para proteção dos interesses da Companhia, à Assembléia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia;

V - convocar a Assembléia Geral Ordinária se os administradores retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na pauta das assembleias as matérias que considerarem necessárias;

VI - analisar, pelo menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Diretoria;

VII - examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;

VIII - exercer essas atribuições durante a liquidação.

Parágrafo único. Os membros do Conselho Fiscal participarão, obrigatoriamente, das reuniões do Conselho de Administração em que devam ser apreciadas as matérias referidas nos incisos II, III e VII deste artigo.

Capítulo VII

Dos Empregados da Companhia

Art. 47 Os empregados da Petrobras estão sujeitos à legislação do trabalho e aos regulamentos internos da Companhia, observando-se as normas legais aplicáveis aos empregados das sociedades de economia mista.

Art. 48 A admissão de empregados pela Petrobras e por suas subsidiárias e controladas obedecerá a processo seletivo público, nos termos aprovados pela Diretoria Executiva.

Art. 49 As funções da Administração Superior e os poderes e responsabilidades dos respectivos titulares serão definidos no Plano Básico de Organização da Companhia.

§ 1º As funções a que se refere o *caput* deste artigo poderão, excepcionalmente e a critério da Diretoria, ser atribuídas a técnicos ou especialistas estranhos ao quadro permanente da Companhia.

§ 2º As funções gerenciais que devam integrar o quadro organizacional da Companhia, nos demais níveis, terão os poderes e responsabilidades dos titulares definidos nas normas dos respectivos órgãos.

Art. 50 Sem prejuízo das requisições previstas em lei, a cessão de empregados da Petrobras e de suas subsidiárias ou controladas dependerá de autorização, em cada caso, da Diretoria Executiva e será feita, sempre que possível, mediante o reembolso dos custos correspondentes.

Art. 51 A Companhia destinará uma parcela dos resultados anuais a ser distribuída entre seus empregados, de acordo com os critérios aprovados pelo Conselho de Administração, observada a legislação em vigor.

Capítulo VIII

Disposições Gerais

Art. 52 As atividades da Petrobras obedecerão a um Plano Básico de Organização, aprovado pelo Conselho de Administração, que conterá a estrutura geral e definirá a natureza e as atribuições de cada órgão, as relações de subordinação, coordenação e controle necessárias ao seu funcionamento, de acordo com o presente Estatuto.

Art. 53 O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se a 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, que deverão atender às disposições legais aplicáveis.

Parágrafo único. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, por deliberação do Conselho de Administração.

Art. 54 Sobre os recursos transferidos pela União ou depositados por acionistas minoritários, para fins de aumento do capital da sociedade, incidirão encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC desde o dia da transferência até a data da capitalização.

Art. 55 A Petrobras destinará, do lucro líquido apurado no seu Balanço Anual, a parcela de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o capital social integralizado, para constituição de reserva especial, destinada ao custeio dos programas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico da Companhia.

Parágrafo único. O saldo acumulado da reserva prevista neste artigo não poderá exceder 5% (cinco por cento) do capital social integralizado.

Art. 56 Após deliberada a distribuição do dividendo mínimo previsto no art. 8º deste Estatuto, poderá a Assembléia Geral, observados os termos da legislação societária e as normas federais específicas, atribuir percentagens ou gratificação aos membros da Diretoria Executiva da Companhia, por conta de participação nos lucros.

Art. 57 A Diretoria Executiva poderá autorizar a prática de atos gratuitos razoáveis em benefício dos empregados ou da comunidade de que participe a empresa, inclusive a doação de bens inservíveis, tendo em vista suas responsabilidades sociais, na forma prevista no § 4º do art. 154 da Lei nº 6.404, de 1976.

Art. 58 Deverão ser resolvidas por meio de arbitragem, obedecidas as regras previstas pela Câmara de Arbitragem do Mercado, as disputas ou controvérsias que envolvam a Companhia, seus acionistas, os administradores e conselheiros fiscais, tendo por objeto a aplicação das disposições contidas na Lei nº 6.404, de 1976, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes dos contratos eventualmente celebrados pela Petrobras com bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado, credenciada na Comissão de Valores Mobiliários, tendo por objetivo a adoção de padrões de governança societária fixados por estas entidades, e dos respectivos regulamentos de práticas diferenciadas de governança corporativa, se for o caso.

Parágrafo único. As deliberações da União, através de voto em Assembléia Geral, que visem à orientação de seus negócios, nos termos do art. 238 da Lei nº 6.404, de 1976, são considerados formas de exercício de direitos indisponíveis e não estarão sujeitas ao procedimento arbitral previsto no *caput* deste artigo.

Art. 59 Os contratos celebrados pela Petrobras para aquisição de bens e serviços serão precedidos de procedimento licitatório simplificado, na forma do regulamento aprovado pelo Decreto nº 2.745, de 24 de agosto de 1998.

Art. 60 Com o objetivo de compor suas propostas para participar de licitações que precedem as concessões de que trata a Lei nº 9.478, de 1997, a Petrobras poderá assinar pré-contratos, mediante a expedição de cartas-convite, assegurando preços e compromissos de fornecimento de bens e serviços.

Parágrafo único. Os pré-contratos conterão cláusula resolutiva de pleno direito, a ser exercitada sem penalidade ou indenização de qualquer espécie no caso de outro licitante ser declarado vencedor, e serão submetidos, posteriormente, à apreciação dos órgãos de controle externo e fiscalização.

Art. 61 A União, na qualidade de acionista controladora da Companhia, os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva deverão:

I - Abster-se de negociar os Valores Mobiliários nos seguintes períodos:

a) no período de um mês que antecede ao encerramento do exercício social até a publicação do edital, colocando à disposição dos acionistas as demonstrações financeiras da Companhia ou sua publicação, prevalecendo o que primeiro ocorrer;

b) no período compreendido entre a decisão tomada pelo órgão social competente de aumentar ou reduzir o capital social, de distribuir dividendos ou bonificação em ações ou emitir outros Valores Mobiliários, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios.

II - Comunicar à Companhia e à bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado credenciada na Comissão de Valores Mobiliários, os seus planos de negociação periódica de valores mobiliários, caso os possuírem, assim como as subseqüentes alterações ou descumprimento de tais planos. A comunicação deverá conter, no mínimo, se o plano é de investimento ou desinvestimento programado, a periodicidade e as quantidades programadas.

ANEXO IV

Este Anexo IV é parte integrante do “Prospecto Definitivo da Distribuição Pública de Cotas da 1ª Série de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras - Industrial e Serviços”

Demonstrações Financeiras da Petrobras Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS****DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS****Data-Base - 31/12/2009****Legislação Societária****EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS****Reapresentação Espontânea****O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.****01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
4 - NIRE 33300032061		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO AV. REPÚBLICA DO CHILE, 65 - 24º ANDAR				2 - BAIRRO OU DISTRITO CENTRO	
3 - CEP 20031-912		4 - MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO			5 - UF RJ
6 - DDD 021	7 - TELEFONE 3224-2040	8 - TELEFONE 3224-2041	9 - TELEFONE -	10 - TELEX	
11 - DDD 021	12 - FAX 3224-9999	13 - FAX 3224-6055	14 - FAX 3224-7784		
15 - E-MAIL petroinvest@petrobras.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME					
Almir Guilherme Barbassa					
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO	
AV. REPÚBLICA DO CHILE, 65 - 23º ANDAR				CENTRO	
4 - CEP		5 - MUNICÍPIO			6 - UF
20031-912		RIO DE JANEIRO			RJ
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX	
021	3224-2040	3224-2041	-		
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX		
021	3224-9999	3224-6055	3224-7784		
16 - E-MAIL					
barbassa@petrobras.com.br					

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2009	31/12/2009
2 - Penúltimo	01/01/2008	31/12/2008
3 - Antepenúltimo	01/01/2007	31/12/2007
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR KPMG Auditores Independentes		5 - CÓDIGO CVM 00418-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 783.840.017-15

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2009

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 31/12/2009	2 31/12/2008	3 31/12/2007
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	5.073.347	5.073.347	2.536.674
2 - Preferenciais	3.700.729	3.700.729	1.850.364
3 - Total	8.774.076	8.774.076	4.387.038
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Estatual Holding
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1010 - Petróleo e Gás
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Prospecção Petróleo e Gás, Refino e Prod. de Derivados
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Total

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ÍTEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ÍTEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	RCA	24/06/2009	Juros Sobre Capital Próprio	30/11/2009	ON	0,3000000000
02	RCA	24/06/2009	Juros Sobre Capital Próprio	30/11/2009	PN	0,3000000000
03	RCA	21/09/2009	Juros Sobre Capital Próprio	21/12/2009	ON	0,2000000000
04	RCA	21/09/2009	Juros Sobre Capital Próprio	21/12/2009	PN	0,2000000000
05	RCA	17/12/2009	Juros Sobre Capital Próprio	29/12/2009	ON	0,2000000000
06	RCA	17/12/2009	Juros Sobre Capital Próprio	29/12/2009	PN	0,2000000000
07	RCA	19/03/2010	Juros Sobre Capital Próprio		ON	0,1200000000
08	RCA	19/03/2010	Juros Sobre Capital Próprio		PN	0,1200000000
09	AGO	22/04/2010	Dividendo		ON	0,1300000000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2009

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM		2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL			3 - CNPJ	
00951-2		PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS			33.000.167/0001-01	

10	AGO	22/04/2010	Dividendo		PN	0,1300000000
----	-----	------------	-----------	--	----	--------------

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 26/03/2010	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Data-Base - 31/12/2009

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2009	4 - 31/12/2008	5 - 31/12/2007
1	Ativo Total	315.324.165	311.010.867	211.233.010
1.01	Ativo Circulante	58.101.309	51.256.607	40.154.095
1.01.01	Disponibilidades	16.798.113	11.268.314	7.847.949
1.01.01.01	Caixa e Bancos	645.862	394.220	866.147
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	16.152.251	10.874.094	6.981.802
1.01.02	Créditos	12.844.381	17.370.050	12.036.476
1.01.02.01	Clientes	12.844.381	17.370.050	12.036.476
1.01.02.01.01	Clientes	2.187.257	3.550.726	3.445.477
1.01.02.01.02	Subid. Créditos com Pessoas Ligadas	7.790.090	12.042.894	7.899.158
1.01.02.01.03	Outras Contas a Receber	3.173.144	2.067.695	894.533
1.01.02.01.04	Prov. para Créd. Liquidção Duvidosa	(306.110)	(291.265)	(202.692)
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoques	16.186.906	13.847.969	12.800.138
1.01.04	Outros	12.271.909	8.770.274	7.469.532
1.01.04.01	Dividendos a Receber	2.508.981	987.986	668.501
1.01.04.02	Impostos a Recuperar	6.345.641	6.273.161	5.125.217
1.01.04.03	Despesas Antecipadas	1.267.027	1.078.815	1.095.815
1.01.04.04	Outros Ativos Circulantes	432.694	430.312	579.999
1.01.04.05	Títulos e valores mobiliários	1.717.566	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	257.222.856	259.754.260	171.078.915
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	69.095.453	107.619.248	63.949.619
1.02.01.01	Créditos Diversos	5.556.351	4.945.849	4.834.031
1.02.01.01.01	Contas Petróleo e Álcool - STN	816.714	809.673	797.851
1.02.01.01.02	Títulos e Valores Mobiliários	4.179.820	3.597.762	3.386.999
1.02.01.01.03	Investimentos em Empresas Privatizáveis	1.331	1.366	1.366
1.02.01.01.04	Outras contas a receber	558.486	537.048	647.815
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	49.183.729	91.089.343	47.555.806
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	49.183.729	91.089.343	47.555.806
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	14.355.373	11.584.056	11.559.782
1.02.01.03.01	Projetos Estruturados	2.330.497	2.039.293	1.503.713
1.02.01.03.02	Imposto Renda e Contrib. Soc. Diferidos	605.220	477.183	1.776.187
1.02.01.03.03	ICMS Diferido	1.898.559	1.538.410	755.058
1.02.01.03.04	PASEP/COFINS Diferido	6.431.385	4.599.148	3.026.238
1.02.01.03.05	Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	0	0	0
1.02.01.03.06	Depósitos Judiciais	1.690.787	1.542.378	1.445.658
1.02.01.03.07	Adiantamento p/Plano de Pensão	0	0	1.296.810
1.02.01.03.08	Adiantamento a Fornecedores	231.045	416.745	396.781
1.02.01.03.09	Despesas Antecipadas	688.699	444.904	809.332
1.02.01.03.10	Estoques	167.301	303.929	236.753

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS****DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS****Data-Base - 31/12/2009****Legislação Societária****EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS****Reapresentação Espontânea****01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2009	4 -31/12/2008	5 -31/12/2007
1.02.01.03.11	Outros Ativos Realizáveis a longo prazo	311.880	222.066	313.252
1.02.02	Ativo Permanente	188.127.403	152.135.012	107.129.296
1.02.02.01	Investimentos	35.318.402	28.306.947	26.068.789
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	574.975	660.546	132.444
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	1.692.453	1.692.453	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	35.088.862	26.060.508	22.433.387
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	(2.186.836)	(256.840)	1.075.958
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	148.948	150.280	349.852
1.02.02.01.06	Direitos/Adiant.-aquisição-investimentos	0	0	2.077.148
1.02.02.02	Imobilizado	148.448.949	119.207.092	77.252.144
1.02.02.03	Intangível	3.746.889	3.781.716	3.074.677
1.02.02.04	Diferido	613.163	839.257	733.686

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2009

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2009	4 - 31/12/2008	5 - 31/12/2007
2	Passivo Total	315.324.165	311.010.867	211.233.010
2.01	Passivo Circulante	81.139.546	111.698.595	60.385.858
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.122.983	2.506.156	748.518
2.01.01.01	Financiamentos	2.452.406	2.276.822	625.922
2.01.01.02	Juros sobre financiamentos	670.577	229.334	122.596
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	9.670.467	10.186.552	7.413.054
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	10.333.210	10.537.882	8.493.492
2.01.05	Dividendos a Pagar	2.333.053	9.914.707	6.580.557
2.01.06	Provisões	4.353.440	3.825.367	3.090.081
2.01.06.01	Salários, férias e encargos	1.906.782	1.561.017	1.375.912
2.01.06.02	Provisão para Contingências	54.000	54.000	54.000
2.01.06.03	Plano de Pensão	591.686	579.051	386.091
2.01.06.04	Plano de Saúde	531.118	493.221	429.666
2.01.06.05	Participações de empregados e administra	1.269.854	1.138.078	844.412
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	31.848.600	61.845.850	29.043.500
2.01.07.01	Fornecedores	31.848.600	61.845.850	29.043.500
2.01.08	Outros	19.477.793	12.882.081	5.016.656
2.01.08.01	Adiantamento de Clientes	133.917	298.032	120.326
2.01.08.02	Projetos Estruturados	351.302	401.148	408.234
2.01.08.03	Compr. Ctrs.c/trf. Benef. Riscos e Contr	3.556.808	5.052.563	0
2.01.08.04	Receita Diferida	0	0	0
2.01.08.05	Direitos Creditórios Cedidos - FIDC NP	14.318.379	5.764.529	1.978.332
2.01.08.06	Outros	1.117.387	1.365.809	2.509.764
2.02	Passivo Não Circulante	70.305.568	55.261.133	34.834.917
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	70.305.568	55.261.133	34.834.917
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	26.003.967	11.456.564	4.811.988
2.02.01.01.01	Financiamentos	26.003.967	11.456.564	4.811.988
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	27.628.554	23.501.300	21.335.040
2.02.01.03.01	Plano de Saúde	10.343.557	9.510.037	8.554.276
2.02.01.03.02	Provisão para Contingências	197.650	203.285	208.415
2.02.01.03.03	Plano de Pensão	3.050.837	2.966.084	4.138.672
2.02.01.03.04	Impostos e Contrib. sociais diferidos	14.036.510	10.821.894	8.433.677
2.02.01.03.05	Outros impostos diferidos	0	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	904.939	1.100.528	2.374.256
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	15.768.108	19.202.741	6.313.633
2.02.01.06.01	Provisão para desmantelamento de áreas	4.524.699	5.975.787	5.854.072
2.02.01.06.02	Compr.Ctrs.c/trf. Benef.,Riscos e Contr.	10.903.870	12.701.708	0
2.02.01.06.03	Receita Diferida	62.121	76.574	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2009

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2009	4 -31/12/2008	5 -31/12/2007
2.02.01.06.04	Outras contas e despesas a pagar	277.418	448.672	459.561
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	163.879.051	144.051.139	116.012.235
2.05.01	Capital Social Realizado	78.966.691	78.966.691	52.644.460
2.05.01.01	Capital Social Integralizado	78.966.691	78.966.691	52.644.460
2.05.02	Reservas de Capital	514.857	514.857	1.553.831
2.05.02.01	Subvenções AFRMM	0	0	169.142
2.05.02.02	Incentivos fiscais - IR	514.857	514.857	1.384.689
2.05.03	Reservas de Reavaliação	350	10.284	61.520
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	350	10.284	61.520
2.05.04	Reservas de Lucro	85.430.762	64.442.783	61.752.424
2.05.04.01	Legal	10.901.656	9.435.985	7.612.508
2.05.04.02	Estatutária	1.294.207	899.378	504.544
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	72.123.265	53.550.237	53.635.372
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	1.111.634	557.183	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.033.609)	116.524	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	42.372	(336.180)	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	(1.075.981)	452.704	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Data-Base - 31/12/2009

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/12/2009	4 - 01/01/2008 a 31/12/2008	5 - 01/01/2007 a 31/12/2007
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	175.570.939	207.990.449	170.244.954
3.02	Deduções da Receita Bruta	(41.537.085)	(46.280.943)	(43.477.953)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	134.033.854	161.709.506	126.767.001
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(76.096.187)	(97.343.992)	(70.444.686)
3.05	Resultado Bruto	57.937.667	64.365.514	56.322.315
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(21.745.461)	(11.873.869)	(24.239.344)
3.06.01	Com Vendas	(6.245.049)	(6.325.507)	(5.314.132)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(5.029.300)	(5.017.346)	(4.488.210)
3.06.02.01	Honor. Diretoria e Cons. Administração	(5.249)	(5.153)	(4.034)
3.06.02.02	De Administração	(5.024.051)	(5.012.193)	(4.484.176)
3.06.03	Financeiras	(648.371)	(1.059.155)	1.565.482
3.06.03.01	Receitas Financeiras	6.310.512	5.991.531	4.662.159
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(6.958.883)	(7.050.686)	(3.096.677)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(17.721.161)	(1.724.241)	(15.359.105)
3.06.05.01	Tributárias	(319.530)	(425.978)	(717.092)
3.06.05.02	Custo Pesq. Desenv. Tecnológico	(1.352.226)	(1.690.702)	(1.700.342)
3.06.05.03	Perda na Recuperação de Ativos	(551.609)	(602.675)	(45.248)
3.06.05.04	Custo Explot. p/Extração Petróleo e Gás	(2.520.966)	(2.550.569)	(1.211.923)
3.06.05.05	Plano de Pensão e Saúde	(1.295.496)	(1.343.773)	(2.359.108)
3.06.05.06	Varição Monetárias e Cambiais Líquidas	(6.018.045)	8.256.134	(4.713.938)
3.06.05.07	Outras Despesas/Receitas Oper. Líquidas	(5.663.289)	(3.366.678)	(4.611.454)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	7.898.420	2.252.380	(643.379)
3.07	Resultado Operacional	36.192.206	52.491.645	32.082.971
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	36.192.206	52.491.645	32.082.971
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(5.870.025)	(9.147.126)	(8.590.720)
3.11	IR Diferido	261.091	(5.736.892)	(619.148)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	(1.269.854)	(1.138.078)	(844.412)
3.12.01	Participações	(1.269.854)	(1.138.078)	(844.412)
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	29.313.418	36.469.549	22.028.691
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	8.774.076	8.774.076	4.387.038
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	3,34091	4,15651	5,02131
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2009

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/12/2009	4 - 01/01/2008 a 31/12/2008	5 - 01/01/2007 a 31/12/2007
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	22.549.917	55.775.744	40.206.117
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	51.298.762	28.513.029	33.171.526
4.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	29.313.418	36.469.549	22.028.691
4.01.01.02	Part. dos Acionistas Ñ Controladores	0	0	0
4.01.01.03	Resultado de Part. em Invest. Relevantes	(7.892.302)	(2.494.234)	641.238
4.01.01.04	Ágio/Deságio - Amortização	(6.118)	241.854	20.343
4.01.01.05	Depreciação, Depleção e Amortização	10.321.518	7.952.428	5.798.802
4.01.01.06	Perda na Recuperação de Ativos	676.038	891.258	87.146
4.01.01.07	Baixa de Poços Secos	1.780.676	1.291.395	320.502
4.01.01.08	Valor Resid.de Bens Perm. Baixados	59.154	5.817	151.737
4.01.01.09	Var. Camb. Monet. e Enc. s/ Financ.	17.307.469	(21.581.931)	3.503.919
4.01.01.10	Imposto de Renda e Contr. Soc. Dif. Líq.	(261.091)	5.736.893	619.148
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(27.104.321)	26.488.274	7.993.454
4.01.02.01	Contas a Receber	251.427	(1.079.071)	1.109.284
4.01.02.02	Estoques	(2.326.738)	(1.205.349)	354.734
4.01.02.03	Contas Petróleo e Álcool - STN	(7.041)	(11.822)	(12.060)
4.01.02.04	Var. Cambial de Ativo Permanente	0	0	0
4.01.02.05	Fornecedores	(516.085)	3.272.052	1.985.843
4.01.02.06	Impostos, Taxas e Contribuições	303.350	(4.523.328)	264.880
4.01.02.07	Obrigações com Projetos Estruturados	23.500	147.389	(934.163)
4.01.02.08	Obrigações c/Plano de Pensão e de Saúde	968.805	1.336.498	2.570.549
4.01.02.09	Oper. Curto Prazo com Subsid/Contr/Colig	(25.801.539)	28.551.905	2.654.387
4.01.03	Outros	(1.644.524)	774.441	(958.863)
4.01.03.01	Outros Ativos	(507.484)	(145.209)	(684.729)
4.01.03.02	Outros Passivos	(1.137.040)	919.650	(274.134)
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(45.114.314)	(35.154.628)	(29.910.027)
4.02.01	Investimentos nos Segmentos de Negócio	(44.901.034)	(33.748.861)	(26.122.594)
4.02.02	Investimentos em Títulos e Valores Mobil	(1.355.523)	(95.543)	(3.259.628)
4.02.03	Outros Investimentos	(1.737.706)	(1.256.367)	(775.571)
4.02.04	Dividendos Recebidos	3.131.688	1.272.481	929.126
4.02.05	Empreendimentos em Negociação	(251.739)	(1.326.338)	(681.360)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	28.094.196	(17.200.751)	(22.547.033)
4.03.01	Financiamentos e Operações de Mútuo, Liq	34.980.057	(14.774.380)	(17.051.010)
4.03.02	Fundo Inv. em Direitos Cred. Não-Padron.	8.553.850	3.786.197	1.978.332
4.03.03	Dividendos Pagos a Acionistas	(15.439.711)	(6.212.568)	(7.474.355)
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	5.529.799	3.420.365	(12.250.943)
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	11.268.314	7.847.949	20.098.892
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	16.798.113	11.268.314	7.847.949

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Data-Base - 31/12/2009

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 A 31/12/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVLIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	78.966.691	514.857	10.284	64.442.783	0	116.524	144.051.139
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	78.966.691	514.857	10.284	64.442.783	0	116.524	144.051.139
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	29.313.418	0	29.313.418
5.05	Destinações	0	0	0	20.978.045	(29.313.418)	0	(8.335.373)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(1.140.630)	0	(1.140.630)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(7.194.743)	0	(7.194.743)
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	20.978.045	(20.978.045)	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(1.150.133)	(1.150.133)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	378.552	378.552
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(1.528.685)	(1.528.685)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	(8.934)	9.934	0	0	0
5.13	Saldo Final	78.966.691	514.857	350	85.430.762	0	(1.033.609)	163.879.051

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Data-Base - 31/12/2009

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	52.644.460	1.553.831	61.520	61.752.424	0	0	116.012.235
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	1.386.691	0	1.386.691
5.03	Saldo Ajustado	52.644.460	1.553.831	61.520	61.752.424	1.386.691	0	117.398.926
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	36.469.549	0	36.469.549
5.05	Destinações	0	0	0	27.992.769	(37.907.476)	0	(9.914.707)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(2.895.445)	0	(9.914.707)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(7.019.261)	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	27.992.769	(27.992.770)	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	116.524	116.524
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	(336.180)	(336.180)
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	452.704	452.704
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	26.322.231	(1.019.821)	0	(25.302.410)	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	(19.153)	0	0	0	0	(19.153)
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	(51.236)	0	51.236	0	0
5.13	Saldo Final	78.966.691	514.857	10.284	64.442.783	0	116.524	144.051.139

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Data-Base - 31/12/2009

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVLIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	48.263.983	372.064	66.423	50.679.864	0	0	99.382.334
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	48.263.983	372.064	66.423	50.679.864	0	0	99.382.334
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	22.028.691	0	22.028.691
5.05	Destinações	0	0	0	15.453.037	(22.033.594)	0	(6.580.557)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(219.352)	0	(6.580.557)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(6.361.205)	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	15.453.037	(15.453.037)	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	4.380.477	0	0	(4.380.477)	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	1.181.767	0	0	0	0	1.181.767
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	(4.903)	0	4.903	0	0
5.13	Saldo Final	52.644.460	1.553.831	61.520	61.752.424	0	0	116.012.235

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Data-Base - 31/12/2009

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

06.01 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/12/2009	4 - 01/01/2008 a 31/12/2008	5 - 01/01/2007 a 31/12/2007
6.01	Receitas	220.073.662	241.900.142	192.415.676
6.01.01	Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	178.843.923	210.066.823	171.949.673
6.01.02	Outras Receitas	0	0	0
6.01.03	Receitas refs. à Constr. Ativos Próprios	41.244.584	31.921.891	20.481.214
6.01.04	Provisão/Rev. Créds. Liquidação Duvidosa	(14.845)	(88.572)	(15.211)
6.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	(102.449.880)	(117.953.364)	(81.645.309)
6.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	(18.993.272)	(31.043.270)	(15.901.622)
6.02.02	Materiais-Energia-Servs Terceiros-Outros	(48.546.689)	(41.119.679)	(33.653.046)
6.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	(676.038)	(891.258)	(87.146)
6.02.04	Outros	(34.233.881)	(44.899.157)	(32.003.495)
6.03	Valor Adicionado Bruto	117.623.782	123.946.778	110.770.367
6.04	Retenções	(10.321.518)	(7.952.428)	(5.798.802)
6.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	(10.321.518)	(7.952.428)	(5.798.802)
6.04.02	Outras	0	0	0
6.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	107.302.264	115.994.350	104.971.565
6.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14.205.739	10.662.685	2.688.620
6.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	7.892.302	2.494.233	(641.238)
6.06.02	Receitas Financeiras	5.261.547	7.254.449	2.893.929
6.06.03	Outros	1.051.890	914.003	435.929
6.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	121.508.003	126.657.035	107.660.185
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	121.508.003	126.657.035	107.660.185
6.08.01	Pessoal	12.183.694	11.169.727	11.454.285
6.08.01.01	Remuneração Direta	8.662.196	7.619.460	5.913.866
6.08.01.02	Benefícios	2.936.673	3.024.641	5.094.164
6.08.01.03	F.G.T.S.	584.825	525.626	446.255
6.08.01.04	Outros	0	0	0
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	54.466.687	66.298.840	57.170.888
6.08.02.01	Federais	41.407.403	53.855.165	42.652.147
6.08.02.02	Estaduais	12.967.736	12.363.557	14.470.588
6.08.02.03	Municipais	91.548	80.118	48.153
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	25.544.204	12.718.919	17.006.321
6.08.03.01	Juros	12.209.105	57.470	5.929.226
6.08.03.02	Aluguéis	13.335.099	12.661.449	11.077.095
6.08.03.03	Outras	0	0	0
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	29.313.418	36.469.549	22.028.691
6.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	7.194.743	7.019.261	6.361.205
6.08.04.02	Dividendos	1.140.630	2.895.445	219.352
6.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	20.978.045	26.554.843	15.448.134
6.08.05	Outros	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Data-Base - 31/12/2009

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

07.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2009	4 - 31/12/2008	5 - 31/12/2007
1	Ativo Total	345.607.250	292.163.842	231.227.800
1.01	Ativo Circulante	76.674.015	63.575.278	53.373.766
1.01.01	Disponibilidades	28.795.714	15.888.596	13.070.849
1.01.01.01	Caixa e Bancos	2.749.353	2.622.270	2.329.575
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	26.046.361	13.266.326	10.741.274
1.01.02	Créditos	13.984.270	14.903.732	11.328.967
1.01.02.01	Clientes	13.984.270	14.903.732	11.328.967
1.01.02.01.01	Clientes	10.905.940	12.314.354	10.451.975
1.01.02.01.02	Subid. Créditos com Pessoas Ligadas	978.101	1.003.734	314.927
1.01.02.01.03	Outros contas a Receber	3.646.082	3.085.414	1.885.561
1.01.02.01.04	Prov. para Créd. Liquidação Duvidosa	(1.545.853)	(1.499.770)	(1.323.496)
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoques	21.424.651	19.977.171	17.599.001
1.01.04	Outros	12.469.380	12.805.779	11.374.949
1.01.04.01	Dividendos a Receber	17.688	20.101	80.596
1.01.04.02	Impostos a Recuperar	9.650.733	9.641.247	7.781.536
1.01.04.03	Despesas Antecipadas	1.287.454	1.393.879	1.429.829
1.01.04.04	Outros Ativos Circulantes	1.389.681	1.461.801	1.493.200
1.01.04.05	Títulos e Valores Mobiliários	123.824	288.751	589.788
1.02	Ativo Não Circulante	268.933.235	228.588.564	177.854.034
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	26.380.031	21.254.843	22.022.837
1.02.01.01	Créditos Diversos	8.596.951	6.061.630	6.776.599
1.02.01.01.01	Contas Petróleo e Álcool - STN	816.714	809.673	797.851
1.02.01.01.02	Títulos e Valores Mobiliários	4.638.959	4.066.280	3.922.370
1.02.01.01.03	Invest. em Empresas Privatizáveis	3.193	3.228	3.228
1.02.01.01.04	Contas a receber, Líquidas	3.138.085	1.182.449	2.053.150
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	147.335	144.073	848.752
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	147.335	144.073	848.752
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	17.635.745	15.049.140	14.397.486
1.02.01.03.01	Projetos Estruturados	0	0	0
1.02.01.03.02	Impostos de Renda Contrib. Soc. Diferido	3.378.334	2.970.881	3.921.534
1.02.01.03.03	ICMS Diferido	2.526.968	1.998.157	990.878
1.02.01.03.04	Pasep/Cofins Diferido	6.917.479	4.842.359	3.145.403
1.02.01.03.05	Outros Impostos	109.026	426.911	275.675
1.02.01.03.06	Depósitos Judiciais	1.988.688	1.853.092	1.693.495
1.02.01.03.07	Adiantamento p/ Plano de Pensão	0	0	1.296.810
1.02.01.03.08	Adiantamento a Fornecedores	263.306	453.237	396.781
1.02.01.03.09	Despesas Antecipadas	1.294.277	1.400.072	1.514.301
1.02.01.03.10	Empréstimos Compulsórios Eletrobrás	54	10	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS****DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS****Data-Base - 31/12/2009****Legislação Societária****EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS****Reapresentação Espontânea****01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

07.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2009	4 -31/12/2008	5 -31/12/2007
1.02.01.03.11	Estoques	180.618	303.929	236.753
1.02.01.03.12	Outros Realizáveis a Longo Prazo	976.995	800.492	925.856
1.02.02	Ativo Permanente	242.553.204	207.333.721	155.831.197
1.02.02.01	Investimentos	3.148.357	5.106.495	7.822.074
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	3.693.694	4.069.632	2.460.567
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0	2.537.100
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	434.119	92.415	747.259
1.02.02.01.06	Deságio em Controladas	(2.264.668)	(323.914)	0
1.02.02.01.07	Ágio em Coligadas	1.285.212	1.268.362	0
1.02.02.01.08	Direitos/Adiant-aquisição Investimentos	0	0	2.077.148
1.02.02.02	Imobilizado	230.230.518	190.754.167	139.940.726
1.02.02.03	Intangível	6.808.331	8.003.213	5.532.053
1.02.02.04	Diferido	2.365.998	3.469.846	2.536.344

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2009

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2009	4 - 31/12/2008	5 - 31/12/2007
2	Passivo Total	345.607.250	292.163.842	231.227.800
2.01	Passivo Circulante	58.029.637	62.557.161	47.555.011
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	14.887.211	13.274.467	8.501.230
2.01.01.01	Financiamentos	13.571.170	12.451.137	7.853.781
2.01.01.02	Juros sobre financiamentos	1.316.041	823.330	647.449
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	16.980.678	17.027.579	13.791.198
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	12.747.880	12.741.382	10.006.272
2.01.05	Dividendos a Pagar	2.333.053	9.914.707	6.580.557
2.01.06	Provisões	5.050.577	4.566.658	3.634.869
2.01.06.01	Salários, férias e encargos	2.293.528	2.016.430	1.688.960
2.01.06.02	Provisão para Contingências	54.000	54.000	54.000
2.01.06.03	Plano de Pensão	641.774	627.988	424.259
2.01.06.04	Plano de Saúde	565.952	523.714	455.736
2.01.06.05	Participação de empregados e administr	1.495.323	1.344.526	1.011.914
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	6.030.238	5.032.368	5.040.885
2.01.08.01	Adiantamento de Clientes	556.208	666.107	493.217
2.01.08.02	Projetos Estruturados	212.359	188.858	41.470
2.01.08.03	Compr.Ctrs.c/trf. de Benef., Riscos Cont	390.252	585.045	0
2.01.08.04	Receita Diferida	7.474	5.929	0
2.01.08.05	Outros	4.863.945	3.586.429	4.506.198
2.02	Passivo Não Circulante	126.502.847	88.588.325	63.512.565
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	126.502.847	88.588.325	63.512.565
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	84.702.691	50.049.441	29.806.589
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	32.882.125	27.827.718	24.825.051
2.02.01.03.01	Plano de Saúde	11.184.849	10.296.679	9.272.183
2.02.01.03.02	Provisão para Contingências	844.951	890.326	613.969
2.02.01.03.03	Plano de Pensão	3.561.330	3.475.581	4.520.145
2.02.01.03.04	Impostos e Contrib. sociais diferidos	17.239.058	13.100.459	10.352.712
2.02.01.03.05	Outros impostos diferidos	51.937	64.673	66.042
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	52.433	49.289	94.664
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	8.865.598	10.661.877	8.786.261
2.02.01.06.01	Provisão para desmantelamento de áreas	4.896.343	6.581.618	6.132.359
2.02.01.06.02	Compr.Ctrs.c/trf.Benef.,Riscos e Contr	349.482	804.998	0
2.02.01.06.03	Receita Diferida	1.232.227	1.292.906	1.391.788
2.02.01.06.04	Outras contas e despesas a pagar	2.387.546	1.982.355	1.262.114
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	1.610.167	2.653.074	6.306.097

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS****DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS****Data-Base - 31/12/2009****Legislação Societária****EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS****Reapresentação Espontânea****01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2009	4 -31/12/2008	5 -31/12/2007
2.05	Patrimônio Líquido	159.464.599	138.365.282	113.854.127
2.05.01	Capital Social Realizado	78.966.691	78.966.691	52.644.460
2.05.01.01	Capital Social Integralizado	78.966.691	78.966.691	52.644.460
2.05.01.02	Correção Monetária do Capital	0	0	0
2.05.02	Reservas de Capital	514.857	514.857	1.553.831
2.05.02.01	Subvenções AFRMM	0	0	169.142
2.05.02.02	Incentivos fiscais - IR	514.857	514.857	1.384.689
2.05.03	Reservas de Reavaliação	350	10.284	61.520
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	350	10.284	61.520
2.05.04	Reservas de Lucro	79.521.014	58.643.049	59.594.316
2.05.04.01	Legal	10.901.656	9.435.985	7.612.508
2.05.04.02	Estatutária	1.294.207	899.378	504.544
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	67.325.151	48.307.686	51.477.264
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	461.687	230.401	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	6.365	(405.863)	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	455.322	636.264	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Data-Base - 31/12/2009

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/12/2009	4 - 01/01/2008 a 31/12/2008	5 - 01/01/2007 a 31/12/2007
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	230.503.984	266.494.080	218.254.174
3.02	Deduções da Receita Bruta	(47.793.927)	(51.375.544)	(47.676.449)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	182.710.057	215.118.536	170.577.725
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(109.037.245)	(141.623.359)	(104.398.043)
3.05	Resultado Bruto	73.672.812	73.495.177	66.179.682
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(30.466.201)	(25.290.379)	(30.640.395)
3.06.01	Com Vendas	(7.151.979)	(7.162.264)	(6.059.734)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(7.410.242)	(7.247.358)	(6.427.892)
3.06.02.01	Honorários Diretoria e Conselho Administ	(34.303)	(35.792)	(29.259)
3.06.02.02	De Administração	(7.375.939)	(7.211.566)	(6.398.633)
3.06.03	Financeiras	(2.349.202)	(698.706)	(874.343)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	3.505.187	3.494.429	2.417.659
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(5.854.389)	(4.193.135)	(3.292.002)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(13.470.381)	(9.307.833)	(16.813.152)
3.06.05.01	Tributárias	(658.469)	(862.766)	(1.255.511)
3.06.05.02	Custo Pesquisa e Desenvolvimento Tecno	(1.363.654)	(1.705.572)	(1.712.338)
3.06.05.03	Perda na Recuperação de Ativos	(544.168)	(933.088)	(446.129)
3.06.05.04	Custos Explot. p/ Extração Petróleo/Gás	(3.458.094)	(3.494.258)	(2.569.724)
3.06.05.05	Plano de Pensão e Saúde	(1.370.332)	(1.427.395)	(2.494.510)
3.06.05.06	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	(488.652)	3.827.489	(3.146.547)
3.06.05.07	Outras Despesas/Receitas Oper. Líquidas	(5.587.012)	(4.712.243)	(5.188.393)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(84.397)	(874.218)	(465.274)
3.07	Resultado Operacional	43.206.611	48.204.798	35.539.287
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	43.206.611	48.204.798	35.539.287
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(9.172.218)	(11.192.026)	(10.795.524)
3.11	IR Diferido	(804.988)	(4.769.951)	(477.234)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	(1.495.323)	(1.344.526)	(1.011.914)
3.12.01	Participações	(1.495.323)	(1.344.526)	(1.011.914)
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	(2.752.374)	2.089.497	(1.742.826)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	28.981.708	32.987.792	21.511.789
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	8.774.076	8.774.076	4.387.038
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	3,30311	3,75969	4,90349
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Data-Base - 31/12/2009

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2009 a 31/12/2009	4 -01/01/2008 a 31/12/2008	5 -01/01/2007 a 31/12/2007
------------	---------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2009

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/12/2009	4 - 01/01/2008 a 31/12/2008	5 - 01/01/2007 a 31/12/2007
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	51.838.059	49.951.785	42.238.733
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	51.131.901	56.986.992	34.867.576
4.01.01.01	Lucro Líquido	28.981.708	32.987.792	21.511.789
4.01.01.02	Part. dos Acionistas Ñ Controladores	2.752.374	(2.089.497)	1.742.826
4.01.01.03	Resultado de Part. em Invest. Relevantes	84.001	115.790	367.361
4.01.01.04	Ágio/Deságio - Amortização	396	758.428	97.913
4.01.01.05	Depreciação, Depleção e Amortização	14.766.789	11.631.984	10.695.826
4.01.01.06	Perda na Recuperação de Ativos	1.144.312	2.658.224	446.130
4.01.01.07	Baixa de Poços Secos	2.264.407	1.524.143	916.080
4.01.01.08	Valor Resid. de Bens Perm. Baixados	216.253	597.001	398.666
4.01.01.09	Var. Camb. Monet. e Enc. s/ Financ.	116.673	4.033.176	(1.786.249)
4.01.01.10	Imposto Renda e Contrib. Soc. Dif. LÍq.	804.988	4.769.951	477.234
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(459.519)	(2.963.303)	10.175.813
4.01.02.01	Contas a Receber	(382.803)	(210.111)	1.394.042
4.01.02.02	Estoques	(3.000.414)	(1.413.136)	(1.429.937)
4.01.02.03	Contas Petróleo e Álcool - STN	(7.041)	(11.822)	(12.060)
4.01.02.04	Var. Cambial de Ativo Permanente	0	0	6.802.836
4.01.02.05	Fornecedores	1.206.513	648.394	1.549.778
4.01.02.06	Impostos, Taxas e Contribuições	622.747	(3.642.293)	382.622
4.01.02.07	Obrigações com Projetos Estruturados	23.500	147.389	(934.163)
4.01.02.08	Obrigações c/Plano de Pensão e de Saúde	1.052.465	1.546.437	2.790.542
4.01.02.09	Oper. Curto Prazo com Subs/Contr/Colig.	25.514	(28.161)	(367.847)
4.01.03	Outros	1.165.677	(4.071.904)	(2.804.656)
4.01.03.01	Outros Ativos	(1.110.810)	(528.823)	(1.272.217)
4.01.03.02	Outros Passivos	2.276.487	(3.543.081)	(1.532.439)
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(70.279.946)	(53.425.373)	(45.232.958)
4.02.01	Investimentos nos Segmentos de Negócio	(68.958.803)	(52.117.665)	(41.404.730)
4.02.02	Investimentos em Títulos e Valores Mobil	386.766	(273.726)	(3.122.991)
4.02.03	Outros Investimentos	(1.776.193)	(1.266.037)	(776.109)
4.02.04	Dividendos Recebidos	68.284	232.055	70.872
4.02.05	Empreendimentos em Negociação	0	0	0
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	31.626.936	5.624.264	(11.422.284)
4.03.01	Financiamentos e Operações de Mútuo, LÍq	47.066.647	11.836.832	(3.947.929)
4.03.02	Fundo Inv. em direitos Cred. Não Padron.	0	0	0
4.03.03	Dividendos Pagos a Acionistas	(15.439.711)	(6.212.568)	(7.474.355)
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	(277.931)	667.071	(341.747)
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	12.907.118	2.817.747	(14.758.256)
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	15.888.596	13.070.849	27.829.105
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	28.795.714	15.888.596	13.070.849

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Data-Base - 31/12/2009

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
---------------------------	--	--------------------------------

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO CONSOLIDADO LÍQUIDO DE 01/01/2009 A 31/12/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVLIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	78.966.691	514.857	10.284	64.442.783	0	116.524	144.051.139
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	78.966.691	514.857	10.284	64.442.783	0	116.524	144.051.139
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	29.313.418	0	29.313.418
5.05	Destinações	0	0	(9.934)	20.987.979	(29.313.418)	0	(8.335.373)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(1.140.629)	0	(1.140.629)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(7.194.743)	0	(7.194.743)
5.05.03	Outras Destinações	0	0	(9.934)	20.987.979	(20.978.046)	0	(1)
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(1.150.133)	(1.150.133)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	378.552	378.552
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(1.528.685)	(1.528.685)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	(5.909.748)	0	1.495.296	(4.414.452)
5.13	Saldo Final	78.966.691	514.857	350	79.521.014	0	461.687	159.464.599

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Data-Base - 31/12/2009

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
---------------------------	--	--------------------------------

10.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO CONSOLIDADO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	52.644.460	1.553.831	61.520	61.752.424	0	0	116.012.235
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	1.386.691	0	1.386.691
5.03	Saldo Ajustado	52.644.460	1.553.831	61.520	61.752.424	1.386.691	0	117.398.926
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	36.469.549	0	36.469.549
5.05	Destinações	0	0	(51.236)	27.992.769	(37.856.240)	0	(9.914.707)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(2.895.445)	0	(9.914.707)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(7.019.261)	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	(51.236)	27.992.769	(27.941.534)	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	116.524	116.524
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	(336.180)	(336.180)
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	452.704	452.704
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	26.322.231	(1.019.821)	0	(25.302.410)	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	(19.153)	0	0	0	0	(19.153)
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	(5.799.734)	0	113.877	(5.685.857)
5.12.01	Ajustes Acumulados de Consolidação	0	0	0	(5.799.734)	0	113.877	(5.685.857)
5.13	Saldo Final	78.966.691	514.857	10.284	58.643.049	0	230.401	138.365.282

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

10.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO CONSOLIDADO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVLIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	0	0	0	0	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Data-Base - 31/12/2009

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/12/2009	4 - 01/01/2008 a 31/12/2008	5 - 01/01/2007 a 31/12/2007
6.01	Receitas	291.314.619	315.933.330	246.107.023
6.01.01	Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	234.828.966	268.936.483	220.153.532
6.01.02	Outras Receitas	0	0	0
6.01.03	Receitas refs. à Constr. Ativos Próprios	56.555.744	47.163.873	26.057.647
6.01.04	Provisão/Rev. Créds. Liquidação Duvidosa	(70.091)	(167.026)	(104.156)
6.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	(142.491.233)	(166.732.054)	(110.292.287)
6.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	(25.108.234)	(40.755.903)	(29.888.395)
6.02.02	Materiais-Energia-Servs Terceiros-Outros	(63.737.001)	(52.590.649)	(42.840.479)
6.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	(1.144.312)	(2.658.224)	(480.812)
6.02.04	Outros	(52.501.686)	(70.727.278)	(37.082.601)
6.03	Valor Adicionado Bruto	148.823.386	149.201.276	135.814.736
6.04	Retenções	(14.766.789)	(11.631.984)	(10.695.826)
6.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	(14.766.789)	(11.631.984)	(10.695.826)
6.04.02	Outras	0	0	0
6.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	134.056.597	137.569.292	125.118.910
6.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.634.512	3.914.124	2.514.692
6.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	(84.001)	(115.790)	(367.361)
6.06.02	Receitas Financeiras	3.505.187	3.494.430	2.417.659
6.06.03	Outros	1.213.326	535.484	464.394
6.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	138.691.109	141.483.416	127.633.602
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	138.691.109	141.483.416	127.633.602
6.08.01	Pessoal	15.657.044	14.526.830	14.163.085
6.08.01.01	Remuneração Direta	11.711.452	10.448.120	8.052.873
6.08.01.02	Benefícios	3.272.652	3.478.036	5.603.033
6.08.01.03	F.G.T.S.	672.940	600.674	507.179
6.08.01.04	Outros	0	0	0
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	78.133.106	85.112.615	73.919.111
6.08.02.01	Federais	53.308.976	62.625.920	50.810.506
6.08.02.02	Estaduais	24.668.235	22.338.990	22.993.351
6.08.02.03	Municipais	155.895	147.705	115.254
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	13.166.877	10.945.676	16.296.791
6.08.03.01	Juros	7.153.155	1.891.069	7.385.853
6.08.03.02	Aluguéis	6.013.722	9.054.607	8.910.938
6.08.03.03	Outras	0	0	0
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	31.734.082	30.898.295	23.254.615
6.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	7.194.743	7.019.261	6.361.205
6.08.04.02	Dividendos	1.140.630	2.895.445	219.352
6.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	20.646.335	23.073.086	14.931.232
6.08.04.04	Part. Não Controladores Lucros Retidos	2.752.374	(2.089.497)	1.742.826
6.08.05	Outros	0	0	0

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Parecer dos Auditores Independentes

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Companhia") e os balanços patrimoniais consolidados dessa Companhia e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e suas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de formarmos uma opinião sobre as demonstrações contábeis acima referidas, tomadas em conjunto. As demonstrações da segmentação de negócios e das informações contábeis contidas no balanço social, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, representam informações complementares a essas demonstrações, não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e estão sendo apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados às demonstrações contábeis e, em nossa opinião, estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, adequadamente em relação às demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto.

19 de março de 2010

KPMG Auditores Independentes
CRC-SP-14428/O-6-F-RJ

Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa
Contador CRC-RJ-052.428/O-2

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A Petrobras venceu o instável ano de 2009 com sólidos resultados operacionais e financeiros. A consolidação das descobertas de petróleo e gás na camada Pré-Sal do litoral brasileiro aliada à bem sucedida captação de recursos possibilitaram a manutenção das ambiciosas metas de produção. A despeito da desaceleração econômica mundial, apostamos na recuperação dos preços do petróleo, o que se confirmou ao longo do ano. Intensificamos os investimentos e o ritmo de nossas atividades. Essa aposta revelou-se acertada, e nos permitiu sustentar, sem interrupção, a estratégia corporativa de expansão dos negócios de forma integrada, com rentabilidade, e conforme os padrões de responsabilidade social e ambiental.

Essa atuação arrojada levou a Petrobras à quarta posição em valor de mercado, entre as empresas mundiais de energia com ações em bolsa, com US\$ 199,2 bilhões, o dobro do ano anterior. A Petrobras também manteve sua qualificação de grau de investimento e garantiu, pelo quarto ano consecutivo, sua participação no Índice Dow Jones de Sustentabilidade. Esse desempenho consistente, com reconhecimento internacional, tem proporcionado à companhia amplo acesso ao mercado de capitais, e tem valorizado as ações e recibos da Petrobras, que ofereceram ganhos expressivos e retornos significativos para os acionistas em 2009.

O lucro líquido consolidado da companhia em 2009 foi de R\$ 29 bilhões, um resultado expressivo se considerarmos a redução dos preços e os volumes de produtos de petróleo negociados no mercado internacional. O valor médio do barril do óleo Brent ficou em US\$ 62,40, ou seja, 36,5% abaixo da cotação do ano anterior e a demanda mundial por derivados diminuiu cerca de 2% em relação a 2008. Apesar dessa retração do mercado, aumentamos os investimentos em todos os segmentos da cadeia de petróleo e gás, totalizando R\$ 70,8 bilhões, com acréscimo de 33% em relação ao ano anterior. A maior parcela dos recursos – 44% – foi destinada à área de Exploração e Produção, que recebeu o valor recorde de R\$ 30,8 bilhões.

A produção de petróleo e gás da Petrobras, no Brasil e no exterior, atingiu a média diária de 2,5 milhões de barris de óleo equivalente (boe), 5,2% acima do volume obtido em 2008, o que colaborou para um aumento de 8,9% nas exportações de petróleo. As reservas provadas de óleo, condensado e gás natural no Brasil e no exterior somaram, ao final de 2009, 14,9 bilhões de boe, segundo critério ANP/SPE.

O ano foi marcado pela consolidação do sucesso da atividade exploratória no Pré-Sal, com o início da produção para o Teste de Longa Duração (TLD), no campo de Tupi, na Bacia de Santos. Também foram concluídos os testes de formação em Guará e em Iara, que confirmaram a estimativa de volume recuperável de quatro a seis bilhões de barris de óleo leve e gás natural. Para 2010 estão programados os TLDs de Guará e de Tupi Nordeste, e a entrada em produção do Sistema-Piloto de Tupi. Esses testes são de extrema importância porque fornecerão informações necessárias para definir a estratégia de desenvolvimento dessas áreas. Reiteramos que as reservas do País poderão duplicar, se confirmados os volumes recuperáveis estimados de óleo e gás somente nas acumulações testadas no Pré-Sal.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A nova fronteira exploratória no Pré-Sal - que tem elevado potencial e baixo risco exploratório - levou o Governo brasileiro a propor um marco regulatório específico para a exploração e produção de óleo e gás natural nessa camada geológica, e em outras áreas que venham a ser consideradas estratégicas. A proposta, em trâmite no Congresso Nacional, não altera os termos dos contratos de concessão já firmados para aproximadamente 28% da área mapeada do Pré-Sal. Caso seja aprovado, além da concessão, o novo marco será constituído por outros dois regimes de contratação de atividades de exploração e produção. Para as áreas ainda não licitadas do Pré-Sal e as consideradas estratégicas, será adotado o sistema de partilha de produção, que terá a Petrobras como operadora de todos os blocos, com participação mínima de 30% nos projetos. A proposta legislativa também prevê a adoção de um sistema de cessão onerosa de direitos, que concederia à Petrobras o direito de exercer atividades de exploração e produção em determinadas áreas do Pré-Sal, até o limite de cinco bilhões de barris de petróleo e gás natural. Pela cessão, a Petrobras pagaria à União um valor determinado segundo as melhores práticas de mercado. O projeto de lei relativo à cessão onerosa também autoriza o aumento do capital da Petrobras, num montante entre uma e três vezes o valor da cessão, o que permitirá à companhia ampliar seus crescentes investimentos de maneira sólida e sustentável.

Na área de Abastecimento foram investidos R\$ 16,5 bilhões em 2009, um aumento de 63% em relação ao montante de 2008. Esses recursos destinaram-se principalmente à ampliação da capacidade de refino, e a melhorias tecnológicas para converter o óleo pesado dos campos brasileiros em derivados de maior valor. As 11 refinarias da Petrobras instaladas no País processaram 1.791 mil barris por dia (bpd) de carga fresca, e produziram 1.823 mil bpd de derivados. A Petrobras expandiu ainda mais sua atuação no setor petroquímico e diversificou o portfólio de produtos por meio de incorporações e construção de novas unidades. Prosseguiu também com os investimentos na ampliação do mercado externo de etanol, principalmente Ásia e Estados Unidos – as exportações em 2009 foram de aproximadamente 330 mil m³.

Ao longo do ano, a Petrobras voltou a expandir a oferta de gás natural e energia elétrica. A malha nacional de gasodutos ganhou 729 km, totalizando 7.659 km, e foi inaugurado o segundo terminal de regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL) do País, com capacidade de produzir 20 milhões m³/dia, na Baía de Guanabara. O parque gerador termelétrico da Petrobras, composto por 17 usinas, próprias ou alugadas, atingiu a capacidade instalada de 5.476 MW. Os investimentos em Gás e Energia somaram R\$ 6,6 bilhões.

Através da Área Internacional a companhia mantém atividades em 24 países. Devido às descobertas no Pré-Sal, a Área Internacional reformulou sua estratégia de atuação. O novo posicionamento visa à complementação do portfólio nacional, de modo a valorizar os negócios e contribuir para a integração da cadeia de produtos. Em 2009, investimos R\$ 6,8 bilhões nas nossas atividades internacionais, especialmente no desenvolvimento da capacidade de produção de petróleo e gás e de refino.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No segmento de Distribuição, o aumento da demanda de combustíveis e a incorporação da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga proporcionaram um novo recorde de vendas no mercado interno. Foram comercializados 41.841,8 mil m³ em 2009, volume que contribuiu de forma expressiva para que o lucro da Petrobras Distribuidora atingisse R\$ 1,5 bilhão, e que essa subsidiária mantivesse a liderança do mercado brasileiro, com uma fatia de 38%. Já a Petrobras Biocombustível, um ano após a sua criação, opera com três usinas para produção de biodiesel, com capacidade anual de produção de 325,8 mil m³ e expansão prevista para 2010, a ser concretizada por meio de incorporações, ampliações e novas unidades.

O domínio e o pioneirismo da Petrobras em tecnologia e exploração em águas profundas e ultraprofundas, a capacidade de seu corpo técnico e a adoção das melhores práticas de governança corporativa asseguraram resultados consistentes em 2009 e reforçaram a confiança no futuro da companhia em meio a um cenário econômico adverso. O Plano de Negócios 2009-2013 prevê investimentos de US\$ 174,4 bilhões, dos quais US\$ 28 bilhões somente para o desenvolvimento do Pré-Sal. Por tudo isso, a Petrobras está reescrevendo a história da presença brasileira no cenário mundial de petróleo e energia, assegurando consideráveis reservas para o País e retornando para a sociedade parte do resultado de suas atividades.

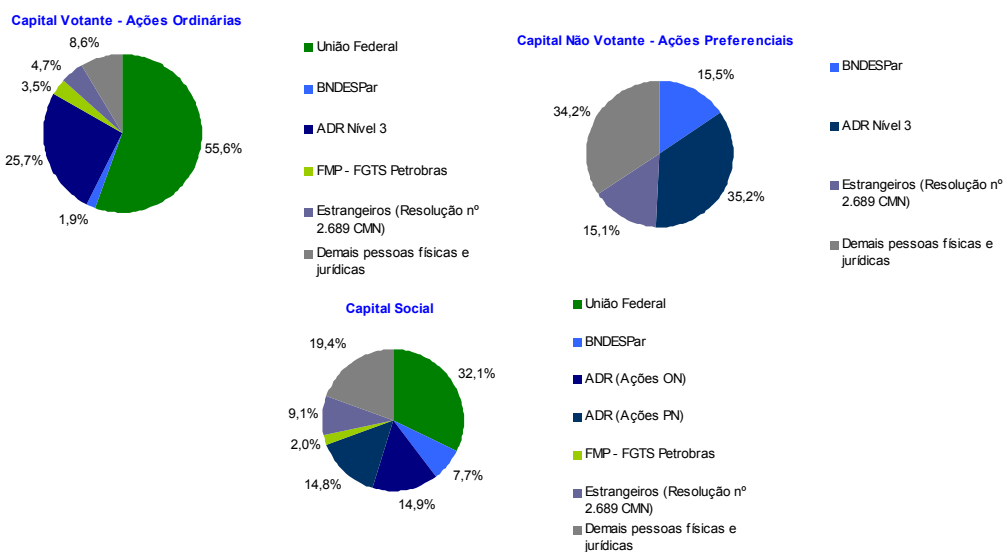
José Sergio Gabrielli de Azevedo

Presidente da Petrobras

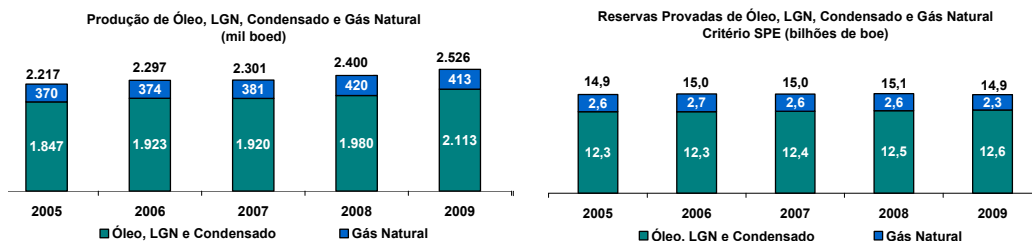
00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Posição acionária no encerramento de 2009



Principais Indicadores



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RESULTADOS E GESTÃO

Análise do mercado de petróleo

Os impactos da crise econômica de 2008 continuaram a afetar o mercado de petróleo e, em consequência, a dinâmica de preços da *commodity*. A cotação do barril do Brent passou por uma considerável variação: de um mínimo de US\$39,01, no início do ano, chegou a atingir um valor máximo de US\$ 79,16, no fim de 2009. A trajetória dos preços acompanhou, principalmente, o movimento de retomada da economia e as melhores expectativas em relação à recuperação da crise global. O valor médio anual do barril do Brent ficou em US\$ 62,40, com uma redução de 36,5% em relação à cotação média de 2008.

A demanda por petróleo teve queda nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), influenciada pela retração nas atividades industriais, de transporte e também pela contenção do orçamento doméstico. No entanto, a procura por parte de países de fora da OCDE mostrou-se relativamente estável. Esse mercado se recuperou com maior rapidez dos efeitos da crise econômica e acabou sendo uma das forças responsáveis pela elevação do preço do petróleo ao longo do ano. Os destaques de crescimento da demanda continuam sendo China e Índia, com níveis superiores à média dos últimos cinco anos.

Na oferta, houve aumento da produção não-Opep, apesar dos declínios registrados no Mar do Norte e no México. A Rússia alcançou um nível de produção superior a 10 milhões de bpd de óleo – novo recorde após o fim da União Soviética – e tornou-se a principal produtora mundial, superando a Arábia Saudita. Outros países do antigo bloco soviético, como o Cazaquistão e o Azerbaijão, contribuíram para o aumento da oferta. A América do Sul e o Golfo do México (Estados Unidos) também registraram aumento de produção. A Opep manteve em 2009 a meta de produção de 24,8 milhões de bpd de óleo, estabelecida em dezembro de 2008. Contudo, como reflexo da recuperação da demanda e do aumento de preços, o nível de adesão à meta pelos países-membros diminuiu durante o ano. Assim sendo, por causa da crise econômica, os estoques de petróleo permaneceram elevados em 2009.

Fatores de natureza geopolítica, como os problemas com guerrilhas na Nigéria e a questão nuclear no Irã, continuaram a influenciar o mercado, mas sem afetar substancialmente o comportamento do preço do petróleo.

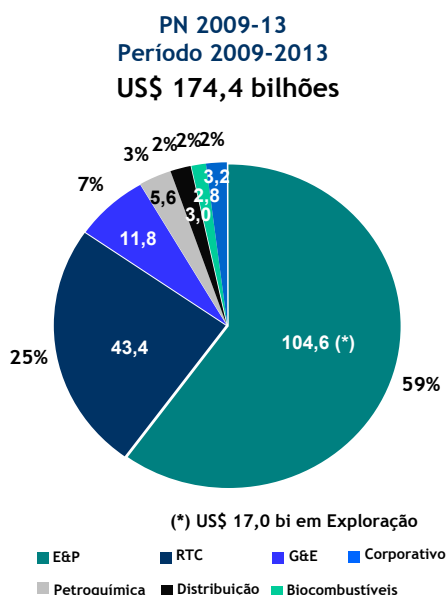
00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Estratégia e desempenho empresarial

Estratégia

A estratégia corporativa contempla a expansão de todos os negócios da companhia e baseia-se nos seguintes fatores de sustentabilidade: crescimento integrado, rentabilidade e responsabilidade social e ambiental. O programa de investimentos para atingir as metas de crescimento do Plano de Negócios 2009-2013 chega a US\$ 174,4 bilhões. Desse total, US\$ 158,2 bilhões destinam-se a projetos no Brasil e US\$ 16,2 bilhões a atividades no exterior, com foco na América Latina, nos Estados Unidos e no oeste da África.



O segmento de Exploração e Produção (E&P) concentra a maior parte dos investimentos: ao todo serão US\$ 104,6 bilhões – 59% do total aprovado para o período. Desse montante, aproximadamente US\$ 28 bilhões destinam-se ao desenvolvimento do Pré-Sal, cuja produção deverá atingir 219 mil bpd de óleo em 2013. O Plano de Negócios 2009-2013 incorpora essa nova fronteira exploratória e tem metas de crescimento de produção mais agressivas do que as do plano anterior. A produção total de óleo e gás natural deverá alcançar 3.655 mil boed em 2013, dos quais 3.314 mil boed no Brasil.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

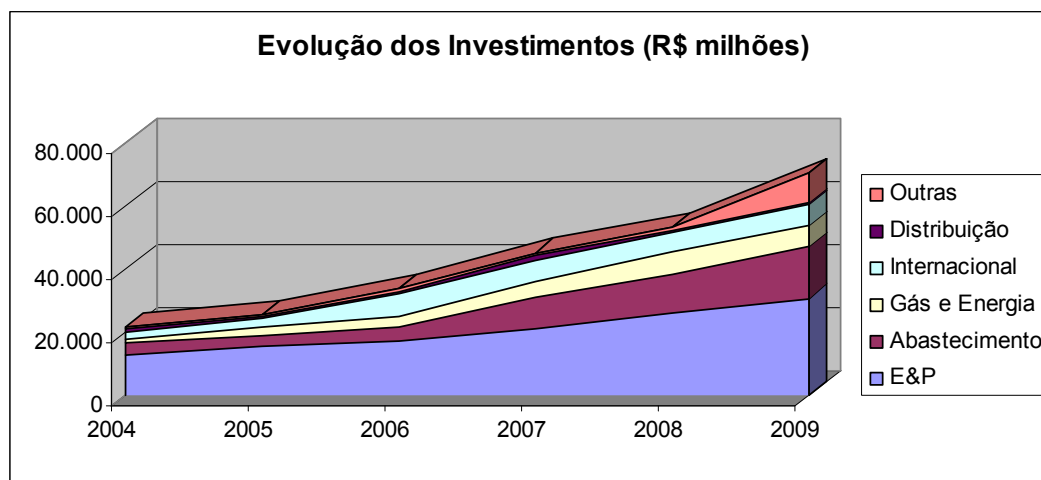
13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O segmento de Refino, Transporte e Comercialização (RTC) contará com US\$43,4 bilhões, o equivalente a 25% do investimento total. Será mantida a estratégia de aumentar a capacidade de refino para acompanhar o crescimento da produção de petróleo. Os investimentos se concentrarão na melhoria da qualidade dos combustíveis, na elevação do nível de processamento de óleo pesado e na expansão da capacidade do parque de refino. Com a entrada em operação da Refinaria Abreu e Lima, em 2012, do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em 2012, e da Fase 1 das Refinarias Premium I e II, em 2013, a carga processada de petróleo no Brasil deverá atingir 2.270 mil bpd até 2013.

Os investimentos em Gás e Energia, de US\$ 11,8 bilhões, permitirão à companhia ampliar a capacidade de escoamento e elevar as vendas no mercado interno, em linha com a crescente produção doméstica de gás natural.

O Plano estabelece que os projetos tenham conteúdo nacional de 64% com geração de encomendas de US\$ 20 bilhões por ano, em média, aos fornecedores brasileiros. A estimativa é que haja demanda de 1 milhão de postos de trabalho diretos e indiretos, em todo o País.

Investimentos



A Petrobras manteve em 2009 os investimentos de R\$ 70,8 bilhões previstos no seu Plano Estratégico, acreditando na recuperação dos preços e da demanda de médio e longo prazos. Esse valor foi 33% superior ao investido em 2008. A evolução dos investimentos assegura a estratégia de crescimento integrado da companhia, focada em ampliar sua atuação nos mercados-alvo de petróleo, derivados, petroquímica, gás e energia, biocombustível e distribuição.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Os investimentos de R\$ 30,8 bilhões na área de E&P foram recorde em 2009 e destinaram-se ao aumento da produção e das reservas de petróleo e gás natural. Destacam-se os projetos de desenvolvimento das acumulações do Pré-Sal, em especial o projeto piloto de Tupi, cujo início da produção está previsto para o último trimestre de 2010.

A área de Abastecimento investiu R\$ 16,5 bilhões, o equivalente a 23,3% do total. Os recursos foram aplicados no aumento da capacidade de refino, na melhoria do perfil da produção e no aprimoramento da qualidade dos produtos. Foram também instaladas novas unidades nas refinarias, prosseguiram as obras de implantação da Refinaria Abreu e Lima e do Comperj e foram iniciados os investimentos nas duas refinarias Premium e na Refinaria Potiguar Clara Camarão. Com o objetivo de dar suporte à crescente produção da Petrobras, intensificaram-se os investimentos em dutos e na expansão da frota.

Na área de Gás e Energia, os investimentos atingiram R\$ 6,6 bilhões, o que equivale a 9,3% do total. Os recursos foram aplicados principalmente na ampliação da malha de dutos, para atender ao volume de vendas de gás natural e energia elétrica fixado no Plano Estratégico. O gasoduto Urucu-Coari-Manaus, por exemplo, é um importante agente na redução das emissões de gases de efeito estufa na região, pois permitirá substituir o óleo diesel e o óleo combustível, atualmente usados nas usinas termelétricas, por gás natural. Outros gasodutos igualmente importantes são o Cacimbas-Catu, que ligará as regiões Sudeste e Nordeste, e o Cabiúnas-Reduc (Gasduc III), que fará a conexão entre o terminal de Macaé e a refinaria de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro.

Para manter a liderança no mercado brasileiro e ampliar a visibilidade da marca Petrobras entre os consumidores, a área de Distribuição aplicou R\$ 0,6 bilhão, ou 0,9% do total dos investimentos da companhia, em projetos voltados principalmente para os mercados automotivo e consumidor e também nas áreas de logística e operações. Os investimentos foram direcionados para a ampliação, a modernização e a manutenção da infraestrutura varejista de distribuição de derivados, com destaque para a mudança de imagem dos postos da Alvo Distribuidora, incorporada pela Petrobras Distribuidora. A infraestrutura logística foi aperfeiçoada, de modo a assegurar melhor atendimento e entrega de produtos, além de serviços de alta qualidade. Essas iniciativas, entre outros fatores, contribuíram para o aumento de 3,6 p.p. de *market share*.

Para a Área Internacional foram alocados R\$ 6,8 bilhões, 9,7% do total dos investimentos, com foco no posicionamento estratégico da companhia. As prioridades foram América Latina, Golfo do México e costa oeste da África. Prosseguiram os projetos de exploração, refino e distribuição, com o objetivo de incrementar a produção de petróleo e ampliar a capacidade de refino e distribuição no exterior. A compra da participação da Exxon Mobil na Esso Chile Petrolera, em 2009, foi um movimento alinhado ao Plano Estratégico 2009-2013. Essa aquisição amplia a presença da Petrobras no segmento de distribuição, nos mercados de varejo, industrial e de aviação, e conta com a operação de uma rede de pontos de venda em cinco países: Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai. Destaca-se também a aquisição dos ativos da Chevron Chile SAC, entre os quais: uma fábrica de lubrificantes na capital chilena, 23 tanques para o armazenamento de matérias-primas e produtos acabados e a cessão de uso da marca.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Novo Marco Regulatório

A nova fronteira exploratória descoberta na camada Pré-Sal, de elevado potencial e baixo risco, levou o governo brasileiro a propor um novo marco regulatório para a exploração e a produção de óleo e gás natural, que está em discussão no Congresso Nacional.

A proposta não altera os termos dos contratos de concessão já firmados para aproximadamente 28% da área mapeada do Pré-Sal. Caso seja aprovado, o novo marco regerá apenas os contratos firmados após sua publicação.

Dentre as propostas em discussão, destaca-se a criação do regime de partilha de produção para as futuras áreas a serem leiloadas, tanto no Pré-Sal quanto em outras áreas consideradas estratégicas pelo governo federal. A Petrobras seria a operadora única, com um percentual mínimo de participação de 30% nos projetos. Com isso, a companhia ficaria responsável pela condução das atividades de exploração e produção e providenciaria os recursos críticos para o cumprimento desses objetivos.

No regime de partilha, o vencedor da licitação será definido em função da oferta de maior percentual de produção (óleo-lucro) para o governo. Vencerá a concorrência, portanto, a empresa que oferecer a maior parcela de lucro à União, após ser compensada pelas despesas incorridas (óleo-custo).

Uma segunda proposta em apreciação é a cessão onerosa de até 5 bilhões de boe. Nesse caso, o governo federal cederia onerosamente à Petrobras o direito de explorar e produzir óleo e gás até esse volume. Em contrapartida, a Petrobras pagaria por esse direito um valor justo, a ser determinado entre as partes e certificado por instituições independentes, de acordo com as melhores práticas da indústria mundial.

Está prevista também uma capitalização da Petrobras entre uma e três vezes o valor da cessão, para que a companhia possa levar a cabo os projetos previstos no modelo de partilha de produção e adquirir os 5 bilhões de boe. A fim de assegurar total transparência ao processo de capitalização, conduzido de acordo com o definido na Lei das Sociedades Anônimas, o Conselho de Administração da companhia está criando um Comitê Especial, gerido pelos representantes dos acionistas minoritários, que acompanhará todas as etapas da capitalização. Todos os acionistas minoritários terão o direito de adquirir ações e recibos nas mesmas proporções que detêm atualmente.

Dois outros projetos de lei completam o novo marco regulatório. Um deles cria um fundo social, a ser constituído por recursos obtidos com o resultado dos contratos de partilha, do bônus de assinatura e dos royalties. O segundo diz respeito à criação de uma companhia 100% estatal, que terá função complementar à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), especialmente na parte relativa à gestão dos custos dos contratos em regime de partilha.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Uma vez aprovado o novo marco regulatório, a indústria conviverá com três regimes de produção: concessão (o atual), partilha de produção e cessão onerosa.

Desempenho das ações

O ano de 2009 foi marcado pelo contínuo aumento da liquidez e pela melhora das expectativas em relação ao crescimento econômico mundial. Isso se refletiu no aumento do preço do petróleo, que apresentou trajetória crescente após intensa queda no segundo semestre de 2008, em função da crise econômica mundial. O comportamento mais dinâmico dos mercados também representou a volta dos investimentos externos aos países em desenvolvimento, como o Brasil. Isso ficou claro com a forte valorização da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa).

Ao propor o aumento de seus investimentos logo no início de 2009, quando apresentou o seu Plano de Negócios 2009-2013, a Petrobras ratificou o elevado potencial de sua carteira de projetos, o que foi interpretado positivamente pelo mercado. As ações e os recibos da Petrobras apresentaram expressivos ganhos ao longo do exercício, com retornos significativos para seus acionistas. Esse desempenho decorreu dos bons resultados operacionais, das novas descobertas de petróleo e gás, da confirmação do enorme potencial da região do Pré-Sal e da reação positiva em relação ao novo marco regulatório de exploração e produção de petróleo e gás, proposto pela União.

O valor de mercado da companhia em 2009 cresceu 100% em dólares, atingindo US\$ 199,4 bilhões. No mesmo período, o AmexOil, índice que inclui grandes empresas do setor, subiu apenas 9%. Dentre as principais empresas de óleo e gás do mundo, a Petrobras foi a que apresentou a maior elevação de valor de mercado.

O mesmo movimento ocorreu com a variação das ações: na BM&FBovespa, as ações ordinárias (PETR3) subiram 52%, e as preferenciais (PETR4), 61% no ano. Na New York Stock Exchange (NYSE), onde se negociam os recibos ordinários (PBR) e preferenciais (PBR/A), os ganhos foram de 95% e 108%, respectivamente. Os diferenciais de ganhos entre os dois mercados estiveram atrelados, fundamentalmente, ao comportamento da taxa de câmbio, com a significativa valorização do real no ano (+25%).

Apesar da recuperação da economia mundial e da melhora na disposição dos investidores durante 2009, o volume financeiro médio das principais bolsas de valores ficou em um patamar inferior ao de 2008. Em 2009, porém, as ações e os recibos da Petrobras continuaram em destaque e foram os mais negociados, tanto na BM&FBovespa quanto na NYSE. O giro financeiro médio dos papéis da companhia negociados diariamente em ambas as Bolsas alcançou aproximadamente US\$1,3 bilhão por dia.

Em 31 de dezembro de 2009 a Petrobras contabilizava 313.870 acionistas na BM&FBovespa. Considerando os cotistas de fundos de investimentos em ações da Petrobras (402.510), os aplicadores de recursos com o FGTS (92.867) e os detentores de ADRs (150 mil, aproximadamente), o total de investidores da companhia ficou em torno de 1 milhão.

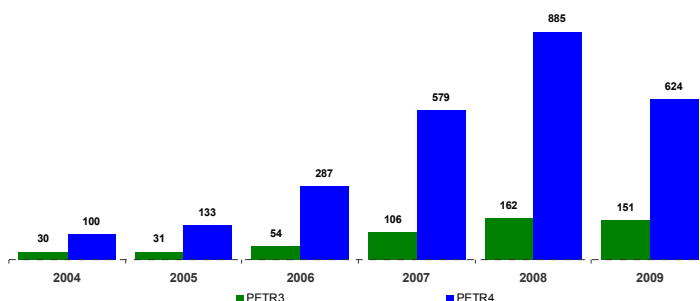
00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2009, a companhia distribuiu dividendos brutos de R\$ 1,1882 por ação ordinária ou preferencial, referentes ao exercício de 2008. No total, o volume financeiro alcançou R\$ 10,4 bilhões.

Além disso, no fim do ano, a Petrobras aprovou e efetuou o pagamento de três distribuições antecipadas de juros sobre capital próprio (JCP), referentes ao exercício de 2009. Em termos absolutos, o total desse pagamento foi de R\$ 0,70 por ação ordinária ou preferencial. O volume financeiro dos dividendos pagos atingiu R\$ 6,14 bilhões.

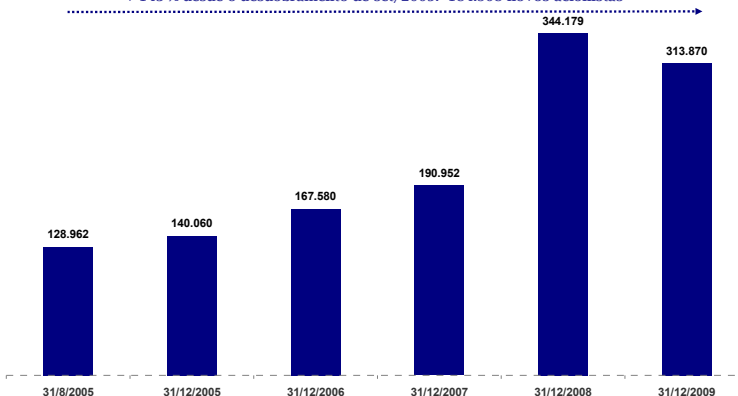
Volume Financeiro Negociado na BM&FBovespa
média diária em R\$ milhões



Fonte: Bloomberg

Acionistas na BM&FBovespa
(sem considerar cotistas do FGTS e dos FIAs Petrobras)

+ 143 % desde o desdobramento de set/2005: 184.908 novos acionistas



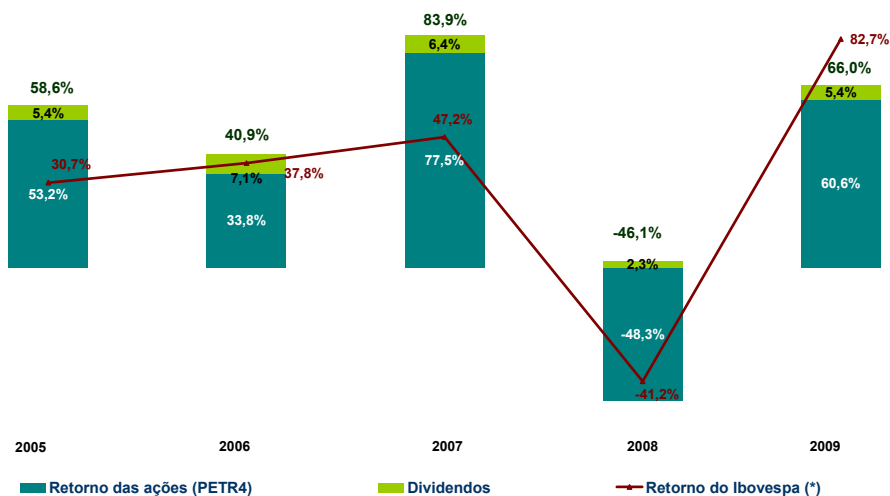
Fonte: BM&FBovespa

FIAs= Fundo de investimento em ações

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

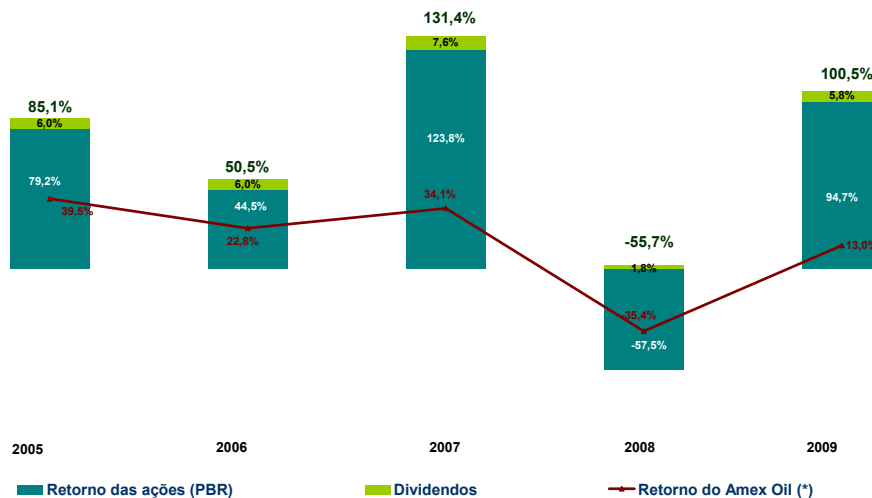
Comparativo dos Retornos Anuais: Petrobras PN (PETR4) e Ibovespa
(considerando reinvestimento de dividendos)



Fonte: Bloomberg

(*) inclui dividendos para fins de comparação

Comparativo dos Retornos Anuais: PBR e Amex Oil
(considerando reinvestimento de dividendos)



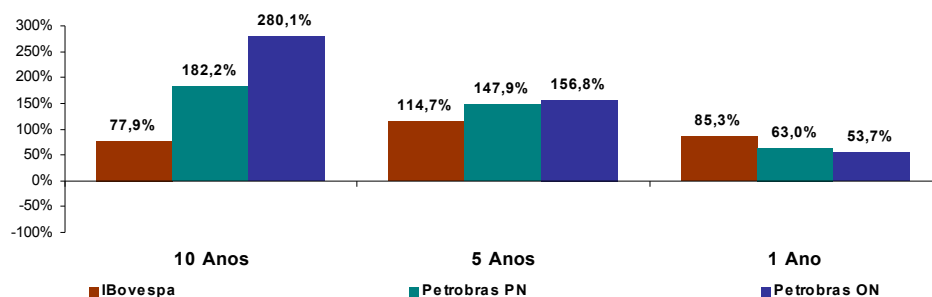
Fonte: Bloomberg

(*) inclui dividendos para fins de comparação

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

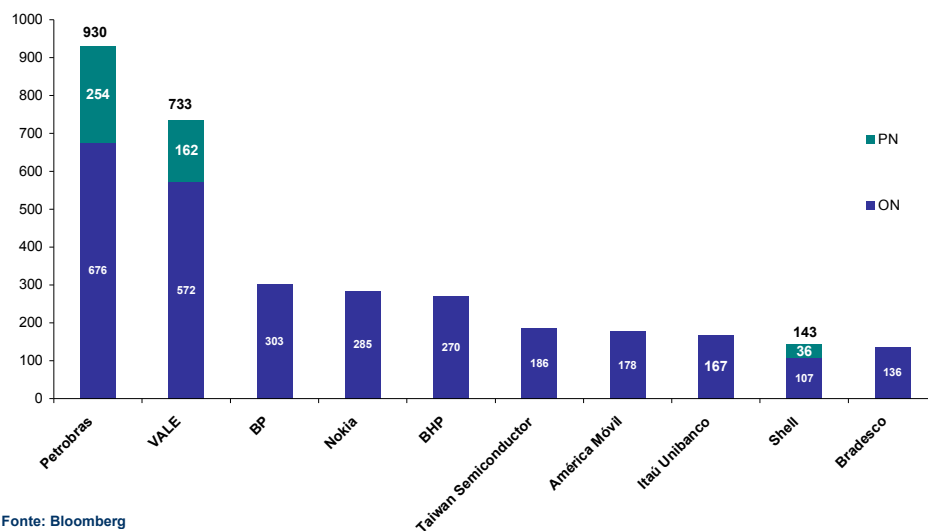
13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Rendimento das Ações da Petrobras e Ibovespa(*)
Variação Real Acumulada



Volume Financeiro Negociado na NYSE (ADRs)
média diária em 2009

US\$ milhões



Fonte: Bloomberg

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Governança Corporativa

A Petrobras adota as melhores práticas de governança corporativa e está capacitada para utilizar os mais avançados instrumentos de gestão empresarial. Por ser uma companhia de capital aberto, está sujeita às regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa). No exterior, cumpre as normas da Securities and Exchange Commission (SEC) e da New York Stock Exchange (NYSE), nos Estados Unidos; do Latibex da Bolsa de Madri, na Espanha; da Bolsa de Comércio de Buenos Aires e da Comisión Nacional de Valores (CNV), na Argentina.

A companhia segue procedimentos de gestão compatíveis com as normas dos mercados em que atua, de modo a garantir a adoção de padrões internacionais de transparência. Dessa forma, reforça sua credibilidade no mercado e aprimora o relacionamento com seus públicos de interesse: acionistas, investidores, clientes, fornecedores, empregados e sociedade, entre outros.

Dentre os instrumentos disponíveis para garantir a boa governança corporativa, a Petrobras adota o Código de Boas Práticas, que trata de políticas, como a de Divulgação de Informações sobre Ato ou Fato Relevante e a de Negociação com Valores Mobiliários, relacionadas ao uso de informação privilegiada e à conduta dos administradores e dos funcionários da administração superior.

O Código de Ética define os princípios e os compromissos éticos que norteiam as ações do Sistema Petrobras: respeito à vida, integridade, verdade, honestidade, justiça, equidade, lealdade institucional, responsabilidade, mérito, transparência, legalidade e impessoalidade.

A Comissão de Governança Corporativa continuou acompanhando e monitorando a legislação e as demais regulamentações pertinentes, além de analisar a adequação e a aplicação dos instrumentos de governança adotados na companhia.

A Comissão de Ética da Petrobras, vinculada à Presidência, tem como finalidade promover a gestão da ética. Em 2009, focou as suas atividades no desenvolvimento do Sistema de Gestão da Ética.

Em atendimento à Lei Sarbanes-Oxley (SOX), um dos nove membros do Conselho de Administração da companhia, eleito em Assembleia Geral Ordinária, é especialista financeiro.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Controles internos

As Certificações de Controles Internos da Petrobras e da Petrobras International Finance Company (PifCo), relativas a 2008, em atendimento à Seção 404 da SOX e de acordo com as regras estabelecidas pela SEC, foram arquivadas em 2009, sem ressalvas, pelos auditores independentes, repetindo o êxito alcançado em 2006 e 2007.

Os controles internos da companhia referentes à preparação das demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2009 também foram considerados eficazes pela Administração.

Essas Certificações são planejadas e operacionalizadas pela área corporativa de Controles Internos e contemplam os principais processos da controladora, subsidiárias e controladas que se enquadram na categoria de relevantes, em conformidade com os quesitos da SOX e suas regulamentações.

A supervisão dos trabalhos está a cargo do Comitê de Gestão de Controles Internos, vinculado à Diretoria Executiva, com monitoramento pelo Comitê de Auditoria do Conselho de Administração.

A companhia também desenvolve ações contínuas para a integração dos controles em nível de entidade e de processos. Grande parte dessas ações é voltada para a atualização da avaliação de riscos e para a extensão dos controles essenciais a todas as empresas relevantes da Petrobras.

Em 2009, a companhia adotou um novo sistema de gerenciamento e documentação de controles internos, para ampliar a automatização do processo de certificação anual, facilitar o desdobramento das melhores práticas de governança e monitorar as autoavaliações.

A Política e Diretrizes de Controles Internos, aprovada pelo Conselho de Administração, é o documento que estabelece os princípios para fortalecer a uniformidade metodológica e a integração do gerenciamento dos controles internos de riscos relevantes nas empresas da Petrobras. Sua implementação nas rotinas de controle tornará a companhia capaz de realizar ajustes com maior eficácia e precisão.

Informações sobre a prestação de outros serviços que não sejam de auditoria externa pelo auditor independente – Instrução CVM 381/2003

A Petrobras utiliza instrumentos de gestão empresarial pautada em seu Código de Ética, Código de Boas Práticas e Diretrizes de Governança Corporativa.

O Estatuto Social da Companhia, no artigo 29, determina que os auditores independentes não poderão prestar serviços de consultoria à Petrobras durante a vigência do contrato de auditoria.

A Petrobras contratou a KPMG Auditores Independentes para a prestação de Serviços Técnicos Especializados em Auditoria Contábil nos exercícios sociais de 2006, 2007, 2008, desde abril de 2006. Em abril de 2009 o contrato foi prorrogado por mais dois anos, para os exercícios de 2009 e 2010.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Durante o exercício de 2009, a KPMG Auditores Independentes prestou os seguintes serviços para a Petrobras e suas subsidiárias e controladas:

	R\$ Mil
Auditoria Contábil	17.735
Auditoria SOX	1.686
Serviços relacionados à auditoria	216
Auditoria de Impostos	457
Outros	91
Total dos serviços	20.185

Estrutura de Governança Corporativa

Integram a estrutura de Governança Corporativa da Petrobras o Conselho de Administração e seus comitês, a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal, a Auditoria Interna, a Ouvidoria Geral, o Comitê de Negócios e os Comitês de Gestão.

Gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Petrobras está fortemente alinhado aos objetivos e metas corporativos estabelecidos em seu Plano de Negócios 2009-2013. A estrutura integrada de riscos é constituída por políticas e diretrizes definidas e aprovadas pelos principais executivos da companhia, pelo Comitê de Gestão de Riscos e por sistemas de identificação, quantificação, resposta e controle de riscos.

Fatores como variações no preço do petróleo e de seus derivados, taxas de juros (interna e externa), oscilações cambiais e outras classes de riscos impactam os resultados e precisam de constante monitoramento. Por esse motivo, a evolução da estrutura de gerenciamento de riscos é permanente e segue as mais avançadas práticas de governança, com o objetivo de equilibrar o grau de tolerância aos riscos, as metas de crescimento e a expectativa de rentabilidade.

Riscos de mercado

Em 2009, a Petrobras manteve a prática de limitar as operações com derivativos a transações específicas de curto prazo. De acordo com essa premissa, as operações com derivativos (futuros, *swaps* e opções) são realizadas exclusivamente para proteger o resultado de transações no mercado internacional de cargas físicas. Nessas operações de proteção patrimonial (*hedge*), as variações positivas ou negativas são compensadas, total ou parcialmente, por resultado oposto na carga física.

Tais operações só se realizam dentro dos limites de uma diretriz específica para gestão de risco de *commodities*. Nesse contexto, as posições de caixa, a dívida e as transações comerciais são levadas em conta na hora de quantificar a exposição líquida da companhia aos riscos relacionados às taxas de câmbio e juros, de modo a orientar qualquer eventual atuação no mercado de derivativos.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A política de gestão de riscos da Petrobras, portanto, restringe a utilização de instrumentos derivativos somente a operações de proteção – e, ainda assim, sob rígido controle.

Seguros

A Petrobras tem por filosofia transferir ao mercado segurador, por meio de compra de seguros, determinados tipos de risco que podem gerar prejuízos com impacto significativo no patrimônio da companhia, assim como aqueles que tenham de ser obrigatoriamente segurados, seja por disposição legal ou contratual.

Devido à capacidade para assumir parcela expressiva de seu risco, a Petrobras contrata franquias que podem chegar a US\$ 50 milhões. Os riscos relacionados às apólices de lucros cessantes e de controle de poços, assim como a maior parte da malha de dutos em território brasileiro, não são segurados. Plataformas, refinarias e outras instalações são cobertas pelas apólices de riscos operacionais e riscos de petróleo. A movimentação de cargas é coberta por apólices de transporte, enquanto as embarcações estão protegidas por seguro de casco e máquinas. Responsabilidade civil e poluição ambiental também são cobertas por apólices específicas.

Os projetos e as instalações em construção, com potencial de dano máximo provável superior a US\$ 50 milhões, são protegidos contra riscos de engenharia por meio de seguro contratado pela própria Petrobras, de preferência, ou pelas empreiteiras. Em função dos investimentos previstos no Plano de Negócios 2009-2013, vem subindo de forma significativa o volume de prêmios pagos com a contratação de seguros para cobrir os riscos de engenharia associados aos novos empreendimentos.

Na contratação dos seguros, os ativos são avaliados a partir do custo de reposição. O Limite Máximo de Indenização (LMI) da apólice de riscos operacionais é de US\$ 1 bilhão, considerando-se o dano máximo provável das instalações. No caso da apólice de riscos do petróleo, esse limite chega a US\$1,85 bilhão e corresponde ao maior valor de reposição das plataformas da Petrobras.

Em 2009, o prêmio final das principais apólices da companhia (riscos operacionais e riscos de petróleo) totalizou US\$ 49,5 milhões, para um valor segurado dos ativos de US\$ 83 bilhões.

A Petrobras divulga permanentemente suas práticas de gestão de riscos e comunica ao mercado de forma ágil e transparente qualquer informação relevante envolvendo sinistros.

Crédito

A política de crédito adotada pela companhia para concessão e revisão dos créditos de seus clientes segue os preceitos da Lei Sarbanes-Oxley (SOX). Depois de analisados, os créditos são aprovados pelas Comissões de Crédito ou, em instância superior, pelas diretorias Financeira e Comercial.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mesmo com as precauções adotadas em função da crise financeira, o volume de crédito concedido em 2009 cresceu consideravelmente, superando em 33,8% o de 2008. Esse incremento foi relevante para que a empresa aumentasse seu volume de vendas, principalmente no exterior.

O controle da utilização de crédito pelos clientes, no País e no exterior, é centralizado e os processos de controle e concessão de créditos são aprimorados constantemente, de modo a oferecer maior suporte ao desempenho cada vez mais sustentável da atividade comercial, principalmente no exterior. Com isso, a companhia aproxima-se ainda mais de seus clientes e amplia o uso do crédito como instrumento comercial.

Financiamentos

Financiamentos corporativos

A Petrobras foi bem-sucedida ao implementar seu plano de captações para 2009, apesar de algumas dificuldades enfrentadas no início do ano, quando eram poucas as opções de acesso ao mercado de crédito a um custo considerado razoável.

Para viabilizar o Plano de Negócios 2009-2013, que previa a captação de US\$ 18,1 bilhões em 2009, a companhia obteve empréstimos-ponte de US\$ 6,5 bilhões em instituições financeiras, no início do ano. A Petrobras obteve também um financiamento de R\$ 25 bilhões do BNDES, destinado a projetos desenvolvidos pela companhia e por duas de suas subsidiárias: a Refinaria Abreu e Lima S.A. (RNEST) e a Transportadora Associada de Gás (TAG). Após obter esses recursos, a Petrobras pôde esperar o melhor momento para acessar os mercados.

O reconhecimento da qualidade do crédito da Petrobras, por parte de bancos, investidores e agências oficiais de crédito, criou condições favoráveis, em termos de custo e prazo, para o financiamento de suas atividades.

No mercado internacional de capitais, a PifCo, subsidiária integral da Petrobras, emitiu em fevereiro de 2009 um título (*bond*) com cupom de 7,875% ao ano e vencimento em março de 2019. O montante dessa operação atingiu US\$ 1,5 bilhão e o retorno ao investidor foi de 8,125% ao ano. Em julho, a companhia reabriu esse título, no valor de US\$1,25 bilhão, com retorno ao investidor de 6,875% ao ano.

Em outubro, a companhia acessou novamente o mercado de capitais internacional através da PifCo, com uma operação de US\$ 4 bilhões e vencimentos em 10 e 30 anos. O título com vencimento em janeiro de 2020 obteve um montante de US\$ 2,5 bilhões, com cupom de 5,750% e retorno ao investidor de 5,875% ao ano. Já o título com vencimento em janeiro de 2040 atingiu US\$ 1,5 bilhão, com cupom de 6,875% e retorno ao investidor de 7,000% ao ano. A captação teve uma demanda 2,9 vezes superior ao seu volume, com participação de mais de 500 investidores dos Estados Unidos, Europa, Ásia e América Latina, em sua maioria interessados no mercado de renda fixa de empresas com grau de investimento.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2009, os recursos levantados com as operações no mercado internacional de capitais foram usados para fins corporativos e para pagar a totalidade dos empréstimos-ponte que a companhia tomou no início do ano, o que representou o alongamento de suas dívidas com redução do custo.

No mercado doméstico, a Petrobras captou R\$ 600 milhões por meio de três emissões privadas de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), adquiridos em sua totalidade por instituições financeiras, com prazo de pagamento entre 10 e 15 anos. Esses recursos destinaram-se à conclusão da nova sede administrativa de Vitória/ES e do Estaleiro Rio Grande – estrutura para construção e reparo de plataformas –, no Rio Grande do Sul.

O ano de 2009 foi marcado por um expressivo acesso da companhia ao mercado bancário, garantindo sua liquidez em meio à crise internacional. Foram contratadas operações no valor de US\$ 10,2 bilhões, no mercado internacional, e de R\$ 3,6 bilhões, no mercado doméstico, a preços competitivos, levando-se em conta as alterações de mercado decorrentes da crise internacional.

Nos financiamentos pelas Agências de Crédito à Exportação (Export Credit Agencies – ECA), a Petrobras captou, por intermédio da Petrobras Netherlands B.V. (PNBV), US\$ 262 milhões nos bancos Santander e Citi, com seguro de crédito da EKF, a ECA da Dinamarca.

Para dar suporte aos negócios da companhia, foram contratadas garantias bancárias de US\$ 5,6 bilhões nos mercados doméstico e internacional.

Recursos Humanos

A atuação da Petrobras na gestão de Recursos Humanos contribuiu para sua permanência no Índice Dow Jones de Sustentabilidade pelo quarto ano consecutivo, sendo considerada *benchmark* no critério Desenvolvimento do Capital Humano. Conquistou também o prêmio Empresa dos Sonhos dos Jovens, pelo quinto ano consecutivo. Na visão dos jovens brasileiros, a Petrobras se destacou em função das perspectivas de crescimento profissional que oferece.

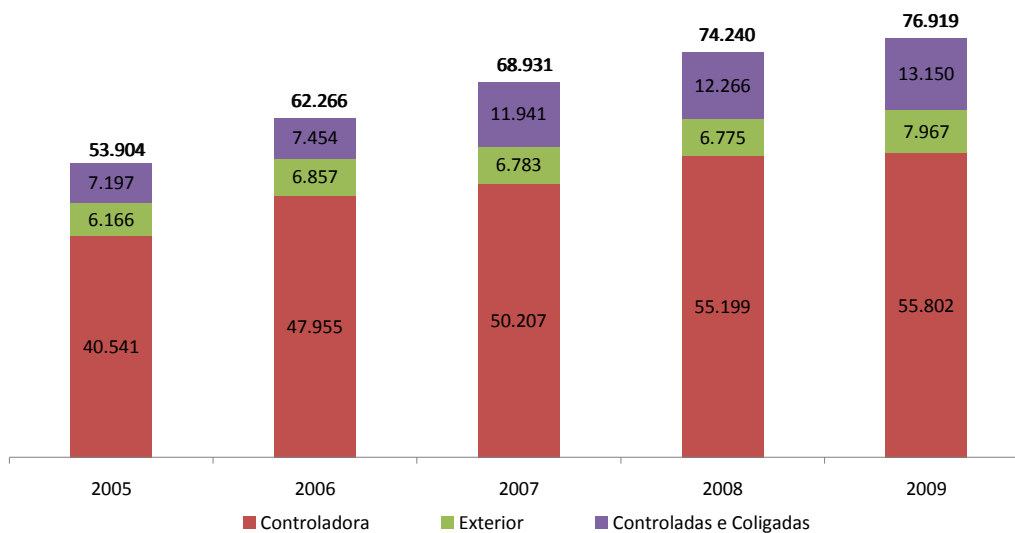
Evolução do Efetivo

O Sistema Petrobras, composto pela controladora, subsidiárias, controladas e pelas unidades no exterior, encerrou 2009 com 76.919 empregados. Em relação a 2008, o efetivo da controladora aumentou aproximadamente 1,1%. Esse crescimento foi de 17,6% nas unidades do exterior e de 7,2% nas empresas controladas e coligadas. No Sistema Petrobras, foi registrado um aumento de 3,6% no efetivo.

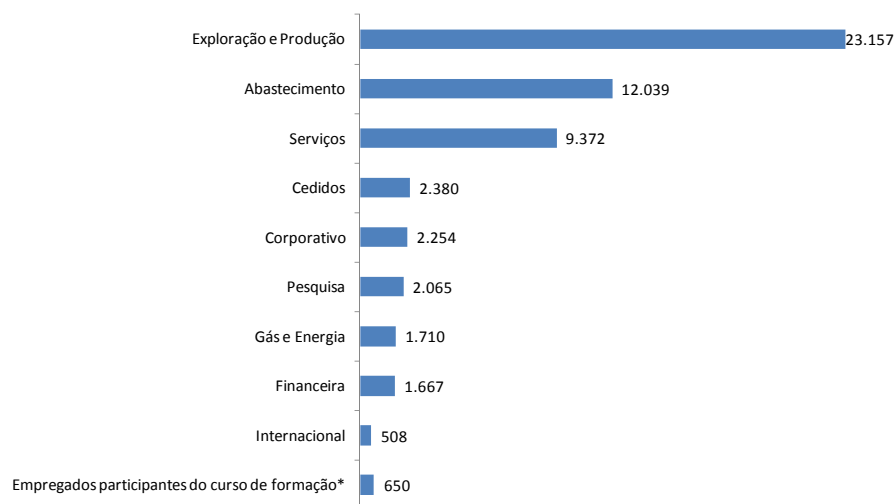
00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Efetivo - Sistema Petrobras



Efetivo - Petrobras Controladora

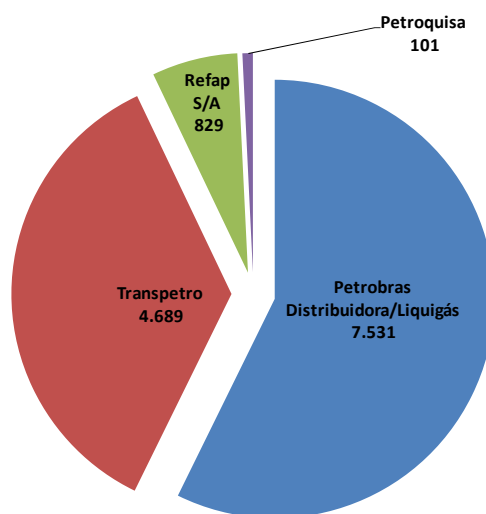


*Empregados recém-admitidos, participantes de curso de formação na Universidade Petrobras.

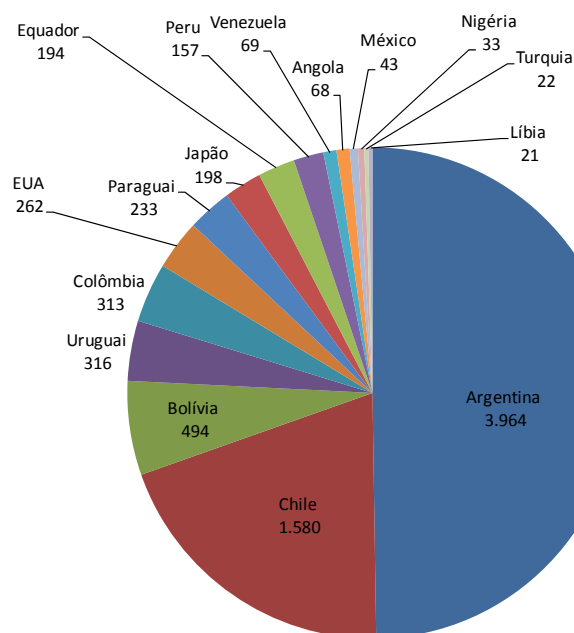
00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Efetivo - Controladas



Efetivo - Unidades do Exterior



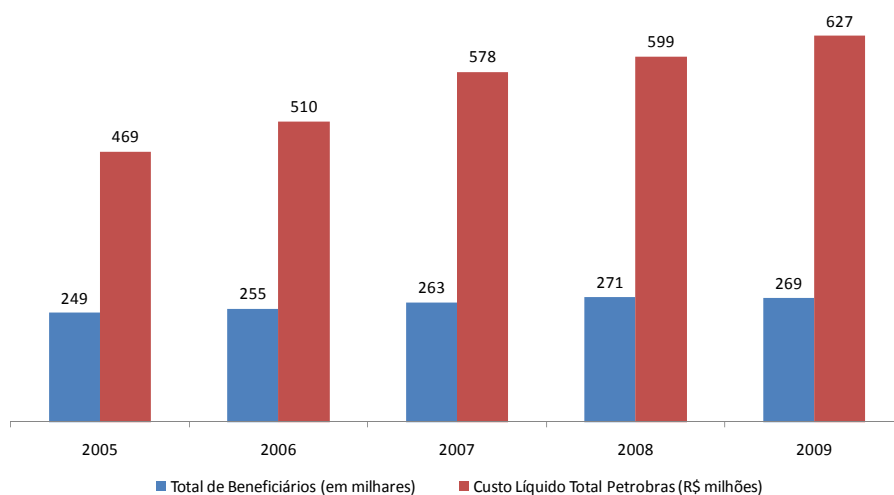
00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Benefícios

Em 2009, a Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS) deu cobertura a 269 mil beneficiários em aproximadamente 21 mil pontos de atendimento. O dispêndio da companhia com consultas, exames e internações foi de R\$ 627 milhões.

AMS - Beneficiários x Custo Líquido (Petrobras)

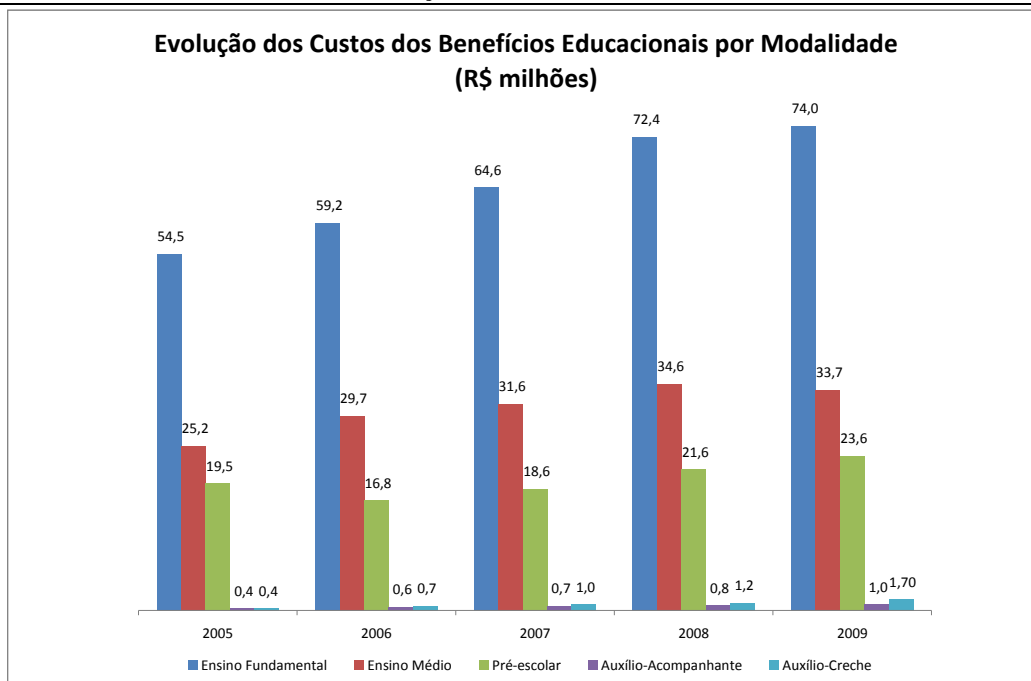


Com o objetivo de melhorar a gestão do plano de assistência à saúde e o atendimento aos usuários, a unidade de RH promoveu o recadastramento dos beneficiários da Petrobras e das seguintes subsidiárias: Petroquisa, Transpetro, Refinaria Alberto Pasqualini (Refap/RS) e Petrobras Distribuidora.

Nos benefícios educacionais, houve reajuste das tabelas do auxílio-ensino (pré-escolar, ensino fundamental e médio) em 2009. Os R\$ 134 milhões aplicados nesse benefício contemplaram 25.622 empregados, com a concessão do auxílio a 29.876 dependentes.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Acordo Coletivo

No Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) de 2009, a Petrobras, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e os sindicatos aprovaram um reajuste de 4,36% sobre a tabela salarial, correspondente à reposição da inflação (IPCA), e de 7,81% sobre a tabela de remuneração mínima. O ganho real para os empregados foi de até 3,31%. Outros avanços importantes foram a criação do Programa Jovem Universitário, a extensão da licença-maternidade para 180 dias, o reajuste das tabelas de benefícios educacionais, o reajuste da tabela de pagamento de consultas médicas da AMS e a extensão do auxílio-ensino aos enteados inscritos na AMS.

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

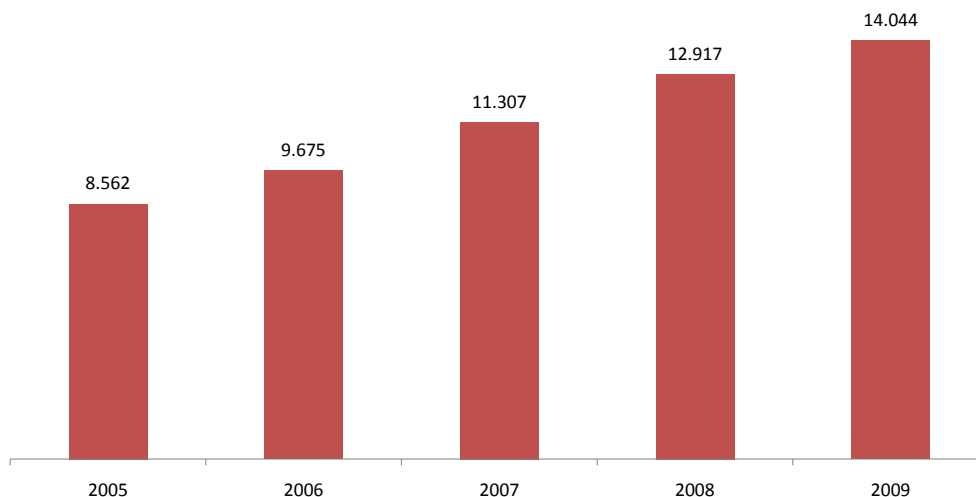
13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Custo de Pessoal e Participação nos Lucros e Resultados

O custo de pessoal é composto pela remuneração fixa dos empregados (gastos com salários, vantagens, adicionais e encargos) e pelas despesas referentes aos benefícios de previdência complementar, à AMS e ao auxílio-ensino.

Em 2009, esse custo atingiu R\$ 10,8 bilhões na controladora, 8,7% superior ao do ano anterior. Contribuíram para esse aumento o reajuste salarial, a expansão do efetivo e o crescimento vegetativo da folha de pagamento, em virtude de anuênios e progressão dos empregados na carreira. No Sistema Petrobras, o custo total de pessoal foi de aproximadamente R\$ 14 bilhões.

Custo de Pessoal* - Sistema Petrobras
(R\$ milhões)



(*) Inclui todos os gastos com Pessoal (operações, investimentos, projetos estruturados, empreendimentos em negociação e ressarcíveis).

A companhia distribuirá em 2010 R\$ 1,5 bilhão a seus empregados a título de Participação nos Lucros e Resultados do exercício de 2009.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Desenvolvimento de Recursos Humanos

A companhia deu continuidade ao treinamento e desenvolvimento de seus recursos humanos na Universidade Petrobras. Os cursos corporativos de educação continuada contaram com 43 mil participações. Dentre os novos empregados, 1.994 participaram de cursos de formação para diversos cargos. Os novos engenheiros de petróleo receberam o certificado de Especialista em Engenharia de Petróleo e Gás pela Universidade Petrobras, após o reconhecimento desse curso de formação pelo Ministério da Educação (MEC) em 2008.

A Universidade Petrobras manteve a certificação ISO 9001:2000. Foram avaliados, entre outros processos, o sistema de gestão da qualidade da Universidade e o Desenvolvimento de RH nas escolas de Exploração e Produção, Gás e Energia e Gestão e Negócios.

NEGÓCIOS

Exploração e Produção

Exploração

Em 2009, a Petrobras consolidou o sucesso da atividade exploratória na seção Pré-Sal das bacias sedimentares brasileiras do Sul e do Sudeste, fortalecendo os alicerces para que a produção de petróleo no Brasil continue a sua trajetória de crescimento, com sustentabilidade, ao longo das próximas décadas.

BM-S-9

Na Bacia de Santos, o consórcio formado pela Petrobras (operadora, com 45%), BG Group (30%) e Repsol (25%) comprovou a ocorrência de mais uma jazida de petróleo leve no bloco BM-S-9, localizado em águas ultraprofundas. Esse bloco é composto por duas áreas de avaliação: a do poço 1-SPS-50 (Carioca) e a do poço 1-SPS-55 (Guará). O novo poço 4-SPS-60 (Iguaçu) localiza-se dentro da área de avaliação de Carioca, a aproximadamente 340 km da costa do estado de São Paulo, em lâmina d'água de 2.140 m. A descoberta foi comprovada por amostragem de petróleo em teste, nos reservatórios localizados a uma profundidade aproximada de 4.900 m.

Ainda na área de Carioca, foi comprovada a ocorrência de mais uma jazida de petróleo e gás, com a perfuração do poço 4-SPS-66C (Abaré Oeste), a aproximadamente 290 km da costa do estado de São Paulo, em lâmina d'água de 2.163 m. A confirmação da descoberta foi obtida por amostragem, em reservatórios localizados a uma profundidade aproximada de 5.150 m. Nos quatro poços perfurados nesse bloco, foi comprovada a existência de petróleo e gás.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O teste de formação no poço de Guará foi concluído e revelou um volume de óleo recuperável estimado entre 1,1 e 2 bilhões de barris de petróleo de boa qualidade (em torno de 30° API) e gás natural. Localizado em lâmina d'água de 2.141 m, o poço está a aproximadamente 310 km da costa do estado de São Paulo e 55 km a sudoeste de Tupi. Dados preliminares constataram que os reservatórios possuem potencial de altíssima produtividade, com a obtenção, durante o teste de formação, de vazões da ordem de 7 mil bpd de óleo, limitadas à capacidade dos equipamentos. Sem essa restrição, a estimativa inicial da capacidade de produção seria de aproximadamente 50 mil bpd de óleo. Com esse resultado, a área de Guará terá prioridade para receber um sistema piloto de produção.

BM-S-11

No bloco BM-S-11 (Tupi), localizado em águas ultraprofundas da Bacia de Santos, o consórcio formado pela Petrobras (operadora, com 65%), BG Group (25%) e Petrogal (10%) ratificou o potencial estimado de 5 a 8 bilhões de barris de petróleo leve e gás natural recuperável nos reservatórios do Pré-Sal daquela área. A confirmação ocorreu com a perfuração de mais um poço, o 4-RJS-647 (Iracema), situado 33 km a noroeste da perfuração pioneira (poço 1-RJS-628). Foi constatada a presença de petróleo de boa qualidade (em torno de 30° API) e de reservatórios semelhantes ao do poço pioneiro de Tupi, o que reforçou as estimativas iniciais para a área. O poço 4-RJS-647 está localizado em lâmina d'água de 2.210 m, a uma distância aproximada de 250 km da costa do estado do Rio de Janeiro.

Dois testes de formação nesse mesmo poço constataram a alta produtividade dos reservatórios carbonáticos do Pré-Sal. A vazão de cada um dos testes ficou em torno de 5.500 bpd de óleo leve (32° API, aproximadamente), limitada à capacidade dos equipamentos. Estima-se que a produção inicial do poço poderá atingir até 50 mil bpd, o que comprova a alta capacidade de produção de petróleo leve na área noroeste de Tupi.

Ainda no BM-S-11 foram concluídos os testes de formação no poço 1-RJS-656 (Iara), que comprovaram o potencial exploratório da área para a produção de óleo de boa qualidade, com aproximadamente 28° API. Os resultados confirmaram a estimativa de volume recuperável de até 4 bilhões de barris de petróleo leve e gás natural em Iara, anunciada após a perfuração concluída em setembro de 2008. O poço testado está localizado em lâmina d'água de 2.230 m e distância de 230 km da costa do estado do Rio de Janeiro. Estão previstos para 2010 novos testes em outro poço a ser perfurado nessa mesma área.

BM-S-7

O consórcio formado pela Petrobras (operadora, com 63%) e pela Repsol (37%) para a exploração do bloco BM-S-7, também na Bacia de Santos, comprovou a presença de uma espessa coluna de gás em reservatórios acima da camada de sal. A confirmação veio após a perfuração do poço 6-SPS-53, localizado em águas rasas da parte sul da bacia, no estado de São Paulo, que deu origem ao campo de Piracucá. Esse poço localiza-se aproximadamente 210 km a sudeste da cidade de Santos, em lâmina d'água de 214 m. Sua perfuração faz parte das atividades exploratórias do Plano de Avaliação do poço 1-BSS-68, aprovado pela ANP. A descoberta, de grande importância em razão

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

do potencial de produção de gás em águas rasas no sul da Bacia de Santos, foi confirmada por testes nos reservatórios situados a partir de 3.970 m de profundidade.

Outras descobertas de petróleo e gás

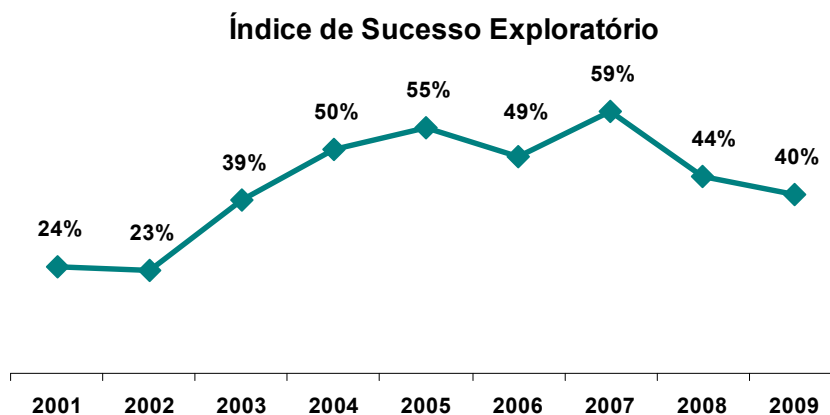
Em 2009, a Petrobras anunciou mais uma descoberta de petróleo de boa qualidade no pós-sal (reservatórios carbonáticos) da Bacia de Campos, com a perfuração do poço 1-RJS-661 (Aruanã), na concessão exploratória BM-C-36 (bloco C-M-401), onde a companhia é operadora exclusiva. Análises preliminares indicam a presença de volumes recuperáveis em torno de 280 milhões de barris de petróleo de 28º API. O poço descobridor situa-se aproximadamente a 120 km da costa do estado do Rio de Janeiro, em lâmina d'água de 976 m. A descoberta foi comprovada por teste de formação em poço revestido, realizado em reservatórios entre 2.993 e 3.123 m de profundidade, e será objeto de um Plano de Avaliação a ser apresentado à ANP.

Marlim Sul

Em reservatórios geologicamente semelhantes aos de Aruanã, a Petrobras perfurou o poço 6-MLS-146D-RJS (Muçã), localizado no campo de Marlim Sul, na Bacia de Campos, em lâmina d'água de 1.200 m.

O potencial de Muçã e o resultado obtido em 2007 com a perfuração do poço 6-MLS-122-RJS (Jurarã) geraram uma estimativa total de 350 milhões de barris recuperáveis de petróleo de 27º API.

Em 2009, foram perfurados e concluídos 558 poços para o desenvolvimento da produção, dos quais 517 em terra e 41 no mar. Na atividade de exploração foram perfurados 116 poços, 65 em terra e 51 no mar. O índice de sucesso exploratório foi de 40%.



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Sondas de Perfuração	SONDAS DE PERFURAÇÃO EM OPERAÇÃO (31 de dezembro)					
	2009		2008		2007	
	Contratada	Própria	Contratada	Própria	Contratada	Própria
TOTAL	67	21	56	19	41	21
Terra	31	13	25	11	14	13
Mar	36	8	31	8	27	8
Autoelevatórias	2	4	2	4	1	4
Flutuantes por lâmina d'água:	34	4	29	4	26	4
500 a 1.000 metros	9	2	9	2	6	2
1.000 a 1.500 metros	12	1	10	1	10	1
1.500 a 2.000 metros	8	1	7	1	7	1
2.000 a 2.500 metros	4	0	2	0	2	0
2.500 a 3.000 metros	1	0	1	0	1	0

Áreas marítimas e terrestres

Em 2009, a Petrobras declarou à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a viabilidade comercial de 16 descobertas, das quais 13 em terra e 3 no mar. Desses campos, os marítimos localizam-se nas Bacias de Santos (2) e Camamu (1), e os terrestres nas bacias do Espírito Santo (2), Recôncavo (2), Potiguar (5) e Sergipe/Alagoas (4).

Novos blocos exploratórios

Não houve rodada de licitações da ANP em 2009. O portfólio de concessões exploratórias da companhia, com as aquisições e as devoluções realizadas no ano, passou a contar com 225 blocos, que totalizam 123,4 mil km². Além disso, estão sendo avaliadas descobertas em outras 33 áreas, que compreendem 13,7 mil km². A área exploratória da Petrobras é de 137,1 mil km².

Produção

No início de 2009, duas novas plataformas iniciaram suas operações na Bacia de Campos. Em janeiro, no campo de Marlim Sul, começou a operar a plataforma P-51, instalada em lâmina d'água de 1.255 m e a 150 km da costa de Macaé, com capacidade para produzir até 180 mil bpd de óleo. Em fevereiro, entrou em operação o FPSO Cidade de Niterói, que integra o Módulo II de Marlim Leste e tem capacidade para produzir 100 mil bpd de óleo e 3,5 milhões de m³/dia de gás.

Com o início de produção do poço 7-MLL-54HP, localizado em lâmina d'água de 1.419 m, a Petrobras alcançou o recorde mundial de produção por poço nessa profundidade em reservatórios carbonáticos. Em 2009, a companhia bateu ainda o seu próprio recorde, ao atingir nesse poço a produção de 43.588 bpd de óleo em 15 de maio.

Em junho de 2009, duas unidades entraram em operação. No campo de Camarupim, na Bacia do Espírito Santo, foi iniciada a produção no FPSO Cidade de São Mateus, uma parceria entre a

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

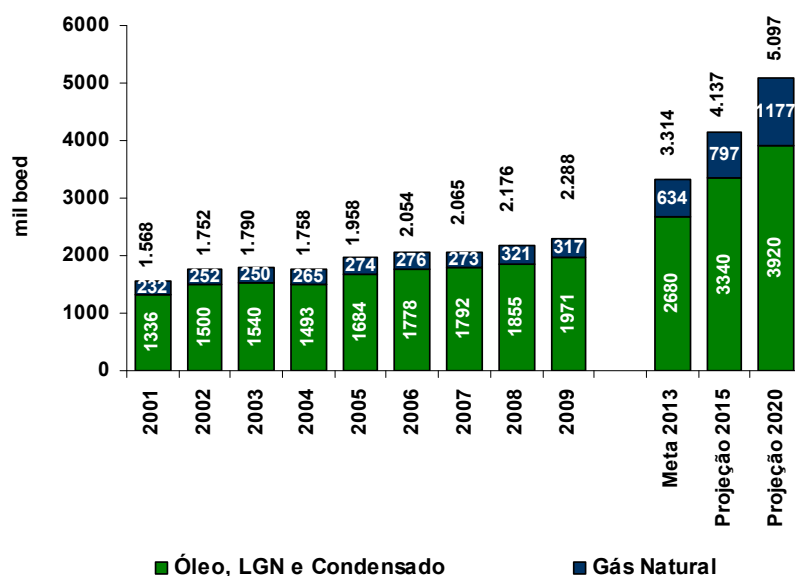
13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Petrobras (75%) e a empresa americana El Paso (25%). É o primeiro FPSO para gás instalado no Brasil e tem capacidade para processar 10 milhões de m³/dia de gás e 35 mil bpd de óleo. No campo de Frade, na Bacia de Campos, o consórcio formado pela Chevron (operadora, 51,7%), Petrobras (30%) e Impex (18,3%) deu início à operação do FPSO Frade, que tem capacidade para produzir até 100 mil bpd de óleo.

Em julho, o FPSO Espírito Santo, operado pela Shell (50%), em parceria com a Petrobras (35%) e a ONGC (15%), iniciou a produção no Parque das Conchas (antigo BC-10), a 110 km da costa do Espírito Santo, onde se encontram reservatórios de óleo pesado a quase 2.000 m de lâmina d'água, no norte da Bacia de Campos.

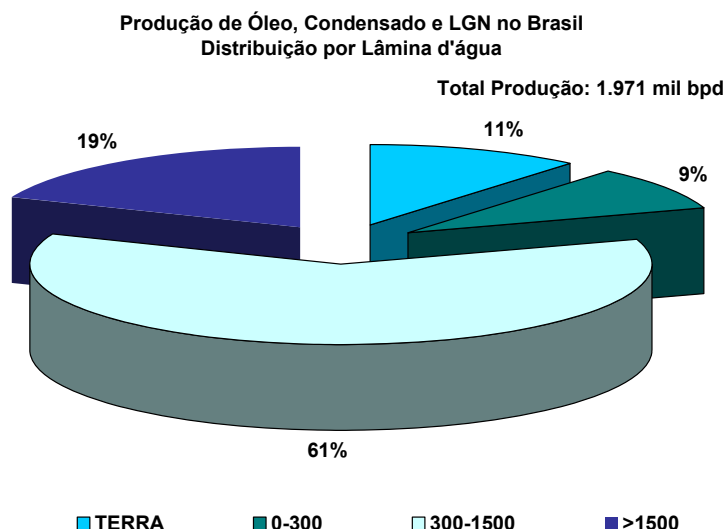
Esses projetos, aliados ao aumento de produção das plataformas instaladas no final de 2007 e em 2008 (P-52, P-54, FPSO Cidade de Rio das Ostras e P-53), compensaram o declínio natural da produção e ainda garantiram à companhia um aumento de 6,3% na produção nacional de óleo e LGN, atingindo 1.971 mil bpd.

Evolução da Produção de Óleo, LGN, Condensado e Gás Natural no Brasil



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



O custo médio de extração, sem participação governamental, foi de US\$ 8,78/boe, o que significa uma queda de 5,2% em relação ao ano anterior. Considerando as participações governamentais, o custo chegou a US\$ 20,51/boe, 21,4% abaixo do verificado em 2008. Em reais, o custo médio de extração foi de R\$ 17,20/boe, superior em 0,7% ao registrado no ano anterior. Incluídas as participações governamentais, o custo atingiu R\$ 39,49, valor inferior em 17,1% ao do exercício anterior.

Produção de gás natural

A oferta de gás natural no Brasil cresceu em relação a 2008, principalmente em função da entrada em operação das plataformas P-51 e P-53, do FPSO Cidade de Niterói e do início da produção dos campos de Camarupim, no Espírito Santo, e de Lagosta, na Bacia de Santos. Contribuíram também para esse crescimento a ampliação da oferta de gás do campo de Manati, na Bahia, e a entrada em operação do gasoduto Coari-Manaus, em novembro de 2009, que tornou possível a oferta comercial de gás proveniente da província de Urucu, no Amazonas.

A baixa demanda de gás durante o ano, porém, manteve praticamente inalterado o volume entregue ao mercado, apesar da ampliação da oferta. A produção de gás natural em 2009 totalizou 50,3 milhões de m³/dia e manteve-se praticamente no mesmo nível de 2008, principalmente em função da redução da demanda, que provocou o fechamento de alguns campos de gás não associado.

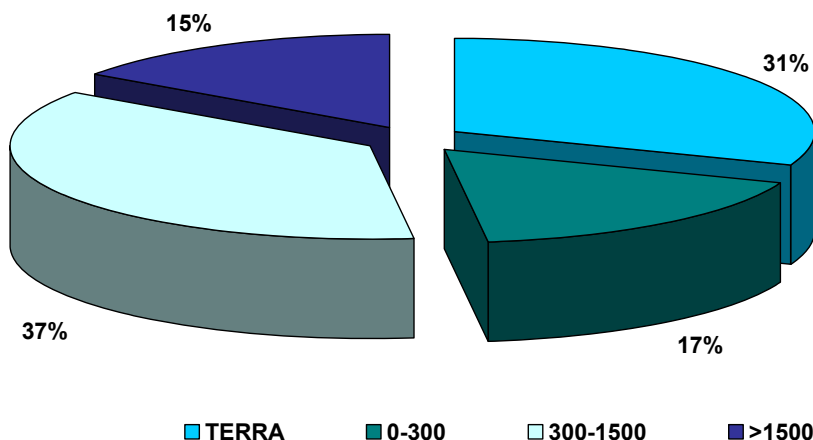
Em continuidade à implantação dos projetos previstos no Plano de Antecipação da Produção de Gás (Plangás), a Petrobras colocará em produção os campos de Mexilhão, Uruguá e Tambaú, na Bacia de Santos, o que contribuirá para atender à demanda com a recuperação do mercado de gás, prevista para 2010.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Produção de Gás Natural no Brasil Distribuição por Lâmina d'água

Total Produção: 50.343 mil m³/dia



Pré-Sal

As principais descobertas na camada Pré-Sal localizam-se nas áreas de Tupi, Guará e Iara (Bacia de Santos) e no Parque das Baleias (Bacia de Campos). As reservas provadas do País poderão ser duplicadas caso se confirmem os volumes recuperáveis nessas áreas, estimados entre 10,6 e 16 bilhões de boe, sendo a parcela da Petrobras entre 7,2 e 10,7 bilhões de boe.

Em 2009 a Petrobras perfurou cinco novos poços na Bacia de Santos, sendo quatro exploratórios e um de desenvolvimento de produção. Além disso, os resultados de quatro testes de formação comprovaram o alto potencial e o baixo risco da área. No dia 1º de maio foi iniciado o Teste de Longa Duração (TLD) de Tupi, no poço 1-RJS-646, localizado em lâmina d'água de 2.140 m e interligado ao FPSO BW Cidade de São Vicente.

O TLD marcou o começo da produção na camada Pré-Sal da Bacia de Santos, atingindo a média de 20 mil bpd de óleo. As informações obtidas serão decisivas para definir o modelo de desenvolvimento de Tupi e das outras acumulações do Pré-Sal, subsidiando a tomada de decisão para os futuros projetos de desenvolvimento da produção na área.

Em função desses resultados, a Petrobras está revisando o Plansal (Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos), para incorporar as informações obtidas ao longo de 2009. A companhia estima alcançar, em 2017, uma produção diária superior a 1 milhão de barris de óleo nas áreas do Pré-Sal em que é operadora.

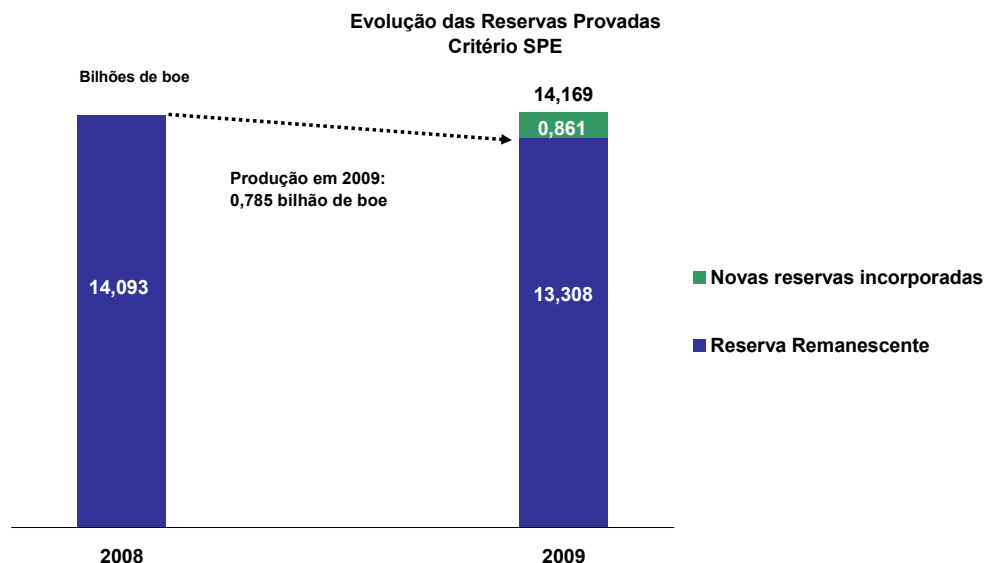
00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Reservas provadas

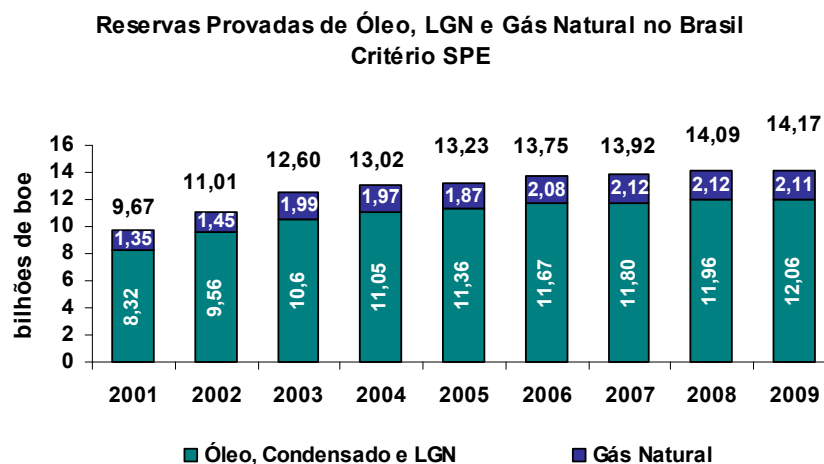
As reservas provadas de óleo, condensado e gás natural da Petrobras no Brasil atingiram 14,169 bilhões de boe em 2009 pelo critério ANP/SPE, volume que corresponde a um aumento de 0,5% em relação ao ano anterior. Foram apropriados 861 milhões de boe em reservas e produzidos 785 milhões de boe, adicionando às reservas provadas da companhia 76 milhões de boe. Com essa incorporação, o Índice de Reposição de Reservas (IRR) se manteve em 110%. Isso significa que para cada barril de óleo equivalente produzido no ano foi acrescentado 1,1 barril às reservas. O indicador Reserva/Produção (R/P) caiu de 18,9 para 18 anos.

Em 2009, as apropriações em campos existentes por meio de projetos de aumento de recuperação foram, em parte, responsáveis pelo aumento das reservas provadas. Também contribuíram para esse resultado as descobertas em blocos exploratórios e novas acumulações. O Pré-Sal do Espírito Santo acrescentou 182 milhões de boe às reservas.



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Projetos

Em 2010, diversos sistemas entrarão em produção, com destaque para:

- **TLD de Tiro e Sidon** – As informações obtidas nos testes de longa duração subsidiarão a implantação dos projetos de desenvolvimento definitivo de produção dos campos de Tiro e Sidon na área ao sul da Bacia de Santos. A plataforma SS-11, onde serão iniciados os testes, tem capacidade para produzir 20 mil bpd de óleo e escoará sua produção para o FSO Avaré.
- **Campos de Uruguá e Tambaú** – O desenvolvimento integrado desses campos na Bacia de Santos será feito a partir da instalação do FPSO Cidade de Santos, em lâmina d'água de aproximadamente 1.300 m. Terá capacidade para produzir 10 milhões m³/dia de gás e 35 mil bpd de óleo. Será também lançado um gasoduto com 174 km de extensão até a plataforma de Mexilhão (PMXL-1).
- **Campos de Cachalote e Baleia Franca** – O desenvolvimento integrado desses campos, na Bacia de Campos, ocorrerá com a instalação do FPSO Capixaba, em lâmina d'água de aproximadamente 1.480 m, com capacidade de processamento de 100 mil bpd de óleo e 3,2 milhões de m³/dia de gás. A essa plataforma serão interligados ainda dois poços do Pré-Sal, do campo de Baleia Franca.
- **Unidade de Tratamento de Gás (UTG) Sul Capixaba** – Será tratado nessa unidade o gás produzido pelos campos no sul do estado do Espírito Santo (Cachalote, Baleia Franca e Parque das Conchas). A capacidade total de processamento será de 2,5 milhões de m³/dia. Será lançado também um gasoduto com 83 km de extensão e capacidade de escoamento de 4,5 milhões de m³/dia.
- **Campo de Mexilhão** – Localizado na Bacia de Santos, o campo será desenvolvido com a instalação de uma plataforma fixa, em lâmina d'água de aproximadamente 170 m, com capacidade para 15 milhões de m³/dia de gás. Será também lançado um gasoduto com 120 km de extensão até o litoral de Caraguatatuba.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- **Unidade de Tratamento de Gás (UTG) de Caraguatatuba** – Essa unidade, localizada no litoral do estado de São Paulo, entrará em operação para proceder à especificação do gás proveniente dos campos de Uruguá, Tambaú, Mexilhão e da área de Tupi. Sua capacidade de processamento será de 18 milhões de m³/dia de gás natural e de 42 mil bpd de óleo.

Merecem também destaque os seguintes projetos, com início de produção em 2010, na Bacia de Santos, na área do Pré-Sal:

- **TLD de Guará (BM-S-09)** – O objetivo do TLD é obter informações que subsidiem a implantação dos projetos de desenvolvimento definitivo de produção da área. Os testes serão iniciados com a instalação do FPSO Dynamic Producer, em lâmina d'água de aproximadamente 2.150 m, com capacidade de processamento de 30 mil bpd de óleo. O projeto será executado por um consórcio formado pelas empresas Petrobras (operadora, com 45%), BG (30%) e Repsol (25%).
- **TLD de Tupi Nordeste (BM-S-11)** – O teste de produção terá início com a instalação do FPSO BW São Vicente, em lâmina d'água de aproximadamente 2.200 m. A capacidade de processamento será de 30 mil bpd de óleo. Compõem o consórcio as empresas Petrobras (operadora, com 65%), BG (25%) e Petrogal (10%).
- **Piloto de Tupi (BM-S-11)** – O desenvolvimento da área começará com a instalação do FPSO Cidade de Angra dos Reis, em lâmina d'água de aproximadamente 2.150 m. A capacidade de processamento será de 100 mil bpd de óleo e 5 milhões de m³/dia de gás. Será também lançado um gasoduto com 250 km de extensão até a plataforma de Mexilhão (PMXL-1).

Ainda em 2010, prosseguirão as obras de construção e montagem das seguintes plataformas:

- **FPSO Piloto de Guará** – área de Guará (BM-S-09), Pré-Sal da Bacia de Santos.
- **SS P-55** – módulo 3 do campo de Roncador, Bacia de Campos.
- **SS P-56** – módulo 3 do campo de Marlim Sul, Bacia de Campos.
- **FPSO P-57** – fase 2 do campo de Jubarte, Bacia de Campos.

Espera-se também, para 2010, a assinatura dos contratos e/ou o início de construção das plataformas:

- **FPSO P-58** – Parque das Baleias, Bacia de Campos.
- **TLWP P-61 e FPSO P-63** – módulos 1 e 2 do campo de Papa-Terra, Bacia de Campos.
- **P-62** – módulo 4 do campo de Roncador, Bacia de Campos.
- **Construção de 8 FPSOs padronizados** para o desenvolvimento do *cluster* do Pré-Sal da Bacia de Santos.
- **Construção de 9 sondas de perfuração próprias** – sondas específicas para operação em lâmina d'água ultraprofunda, de até 3.000 m.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Refino e Comercialização

Refino

Em 2009, as 11 refinarias da Petrobras instaladas no País processaram 1.791 mil bpd de carga fresca e produziram 1.823 mil bpd de derivados, com utilização média de 92% da capacidade de refino. Os campos brasileiros foram responsáveis por 79% do volume total do petróleo processado.

O programa de otimização das condições operacionais das refinarias para aumentar a produção de diesel contribuiu para uma redução na importação de 5,9 milhões de barris desse derivado.

Devido à crescente produção nacional de óleo pesado, a companhia vem investindo em novas unidades de refino e em melhorias tecnológicas para converter esse tipo de óleo em derivados de maior valor. Nesse sentido, em 2009 entrou em produção, na Refinaria Duque de Caxias, uma unidade de hidrotratamento da nafta proveniente da unidade de coqueamento retardado.

A qualidade dos combustíveis também foi objeto de expressivos investimentos em 2009. Para a gasolina, há melhorias sendo implementadas nas seguintes refinarias: Presidente Bernardes (RPBC), Duque de Caxias (Reduc), Gabriel Passos (Regap), Landulpho Alves (RLAM), Presidente Getúlio Vargas (Repar), Henrique Lage (Revap), Capuava (Recap) e Paulínia (Replan). Para a redução do teor de enxofre do diesel, vêm sendo realizados investimentos nas refinarias Revap, Repar, Recap e RLAM. Dessa forma, com esses investimentos, a cesta de derivados estará mais adequada à demanda e à qualidade requeridas.

As refinarias Regap, Repar, Replan, RPBC e Revap estão aptas a processar a tecnologia H-BIO, que possibilita a inclusão de óleo vegetal na corrente do diesel, resultando em um produto de alta pureza.

A capacidade de produção de propeno (produto de alto valor agregado) cresceu com a entrada em operação de novas unidades nas refinarias Repar e Replan. Incluindo a Reduc, a Revap e a Refap – que já operavam –, a capacidade total passou para 1.068.000 t/ano.

Novos empreendimentos

Refinaria Abreu e Lima

A Refinaria Abreu e Lima terá capacidade para processar 230 mil bpd de petróleo pesado e poderá produzir até 162 mil bpd de diesel com baixíssimo teor de enxofre, em conformidade com as especificações internacionais para esse combustível. Produzirá também GLP, nafta petroquímica, óleo combustível para navios e coque de petróleo.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

As obras de terraplenagem estão em fase final. Foram iniciadas a construção e a montagem da casa de força, da estação de tratamento de água, da estação de tratamento de efluentes e dos tanques de água bruta, de óleo cru e de derivados, além dos prédios administrativos. Foram assinados os contratos para construção e montagem das principais unidades de processamento (hidrotratamento, destilação e coqueamento), das unidades de apoio à operação e do sistema de dutos de interligação da refinaria ao porto. O início de operação da refinaria está previsto para 2012.

Refinarias *premium*

A Petrobras construirá duas refinarias *premium* para produzir derivados de elevada qualidade e baixo teor de enxofre, a partir do processamento de petróleo nacional. O perfil de produção dessas refinarias será voltado basicamente para a produção de destilados médios: diesel e QAV. Parte do coque produzido será consumido nas próprias unidades, para geração de vapor e energia.

A Refinaria Premium I, a ser construída em Bacabeira, no Maranhão, está programada para operar a partir de 2013, com capacidade de processamento de 300 mil bpd de óleo. Na segunda fase, prevista para 2015, atingirá a capacidade total de 600 mil bpd de óleo. O empreendimento contará com um terminal portuário para receber, armazenar e expedir graneis líquidos e sólidos.

A Premium II será construída em Caucaia, no Ceará, com capacidade para processar 300 mil bpd de óleo e início de operação previsto para 2013. A refinaria será interligada a um terminal portuário em Pecém por uma faixa de dutos de 11 km de extensão.

Refinaria Potiguar Clara Camarão

Foram iniciadas em novembro as obras para a ampliação das instalações da Refinaria Potiguar Clara Camarão (RPCC), em Guamaré, no Rio Grande do Norte. Com capacidade de processamento de 30 mil bpd, a unidade é integralmente abastecida com petróleo proveniente do Rio Grande do Norte e do Ceará. Atualmente produz 8,5 mil bpd de diesel e 1,5 mil bpd de QAV. Em 2010, a produção alcançará uma média diária de 10,1 mil barris de diesel e 1,7 mil barris de QAV.

Em novembro, foram iniciadas as obras da unidade de gasolina, que terá capacidade para produzir, aproximadamente 4,5 mil bpd de gasolina e 1,9 mil bpd de nafta petroquímica. O início de suas operações está previsto para dezembro de 2010, quando a refinaria atingirá a capacidade de 33 mil bpd.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Comercialização

Mercado interno

Os volumes comercializados pela Petrobras em 2009 foram impactados pela crise financeira internacional. A companhia comercializou no mercado interno 2.106 mil bpd, volume inferior em 1,9% ao de 2008. Os principais produtos em volume de vendas foram óleo diesel, gasolina, gás natural, GLP e nafta.

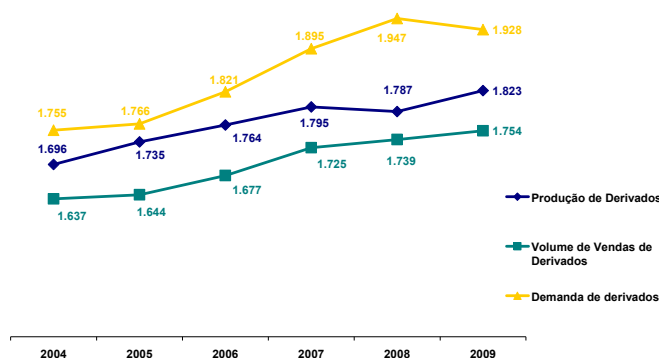
Ainda assim, as vendas de nafta aumentaram 8,6% em 2009, e o crescimento só não foi maior por conta da redução da demanda em janeiro e fevereiro. Enquanto isso, as de QAV subiram 5,3%. Houve aumento de demanda em função da redução do preço internacional do produto, da entrada de novos *players* na aviação civil e das promoções oferecidas pelas companhias aéreas, fatores que contribuíram para superar os efeitos adversos da conjuntura econômica do primeiro semestre.

A comercialização de GLP caiu 1,4%, essencialmente em função da queda da atividade industrial. As vendas de gasolina tiveram retração de 1,7%, devido a fatores como a diminuição da frota de veículos movidos exclusivamente a gasolina e o aumento da participação de outros *players*, com destaque para as gasolinas formuladas. Isso se refletiu na redução da participação de mercado da Petrobras.

Com relação ao óleo diesel, a queda de 2,6% nas vendas está associada à redução da atividade industrial, às maiores entregas por terceiros (importações e Refinaria Ipiranga), ao aumento do percentual de biodiesel e ao não funcionamento das térmicas a diesel do Sistema Interligado Nacional em 2009.

As vendas de óleo combustível (sem *bunker*) diminuíram 7,3%, principalmente devido ao menor consumo das indústrias e das termelétricas, em virtude das condições satisfatórias dos reservatórios das hidrelétricas.

Produção, Demanda e Venda de Derivados (mil bpd) no Brasil *



* Não incluídos: Alcoóis, Nitrogenados, Biodiesel e Gás Natural.

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Exportações x importações

As exportações de petróleo em 2009 atingiram 478 mil bpd, superando em 8,8% as de 2008. Já as de derivados, que totalizaram 227 mil bpd, registraram queda de 2,9%, em comparação com o ano anterior. As importações de petróleo ficaram em 397 mil bpd, o que representou um acréscimo de 6,4%, enquanto as de derivados somaram 152 mil bpd, com redução de 22,8%.

A importação de destilados médios, como diesel e QAV, caiu devido ao aumento da produção e dos investimentos contínuos na ampliação e na otimização do parque de refino. O volume de diesel importado ficou em 57 mil bpd, inferior em 42,5% ao de 2008, e o de QAV em 21 mil bpd, com redução de 22,2%.

O óleo combustível liderou mais uma vez as exportações em 2009, apesar da queda de 1,2% em relação a 2008. O volume total exportado desse derivado ficou em 150 mil bpd.

O saldo financeiro da Balança Comercial da companhia em 2009, calculado com base nas exportações e importações de petróleo e derivados, sem considerar gás natural, gás natural liquefeito (GNL) e nitrogenados, apresentou um superávit de US\$ 2,9 bilhões.

Petroquímica e Fertilizantes

Petroquímica

A atuação da Petrobras na área de petroquímica é integrada aos demais negócios da companhia, de modo a diversificar o portfólio de produtos e valorizar o petróleo e o gás natural.

O processo de consolidação da Quattor Participações – constituída por ativos petroquímicos da Petrobras, da Petroquisa e da Unipar – teve mais uma etapa concluída em 2009, com o fechamento do capital da Petroquímica União (PQU) e sua incorporação pela Polietilenos União. A empresa resultante dessa incorporação teve sua razão social alterada para Quattor Química S.A.

Após esse movimento, a Quattor Participações passou a deter 100% do capital total da Quattor Química, 99,4% da Quattor Petroquímica e 75% da Rio Polímeros. A Quattor Participações é controlada pela Unipar, que detém 60% do capital total. O restante ficou distribuído entre a Petrobras, que participa com 31,9%, e a Petroquisa, com 8,1%.

Em 2009, a Quattor concluiu as obras de ampliação de suas unidades de polipropileno (PP) e cumeno. Com o investimento, a capacidade de produção de PP aumentou em 190 mil t/ano, enquanto a de cumeno cresceu 100 mil t/ano.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Foram também concluídas a construção da nova unidade de polietilenos, com capacidade de produção de 230 mil t/ano de PEAD (Polietileno de Alta Densidade) e de PELBD (Polietileno de Baixa Densidade Linear), e a ampliação da unidade de químicos básicos, que elevará a produção em aproximadamente 420 mil t/ano. O montante desses investimentos, que fazem parte do plano de expansão da companhia, é de R\$ 2,4 bilhões.

A incorporação da Petroquímica Triunfo S.A. pela Braskem, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação de 7 de abril de 2009, foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Braskem, em 30 de abril, e na da Triunfo, em 5 de maio. Essa operação concluiu a integração de ativos prevista no Acordo de Investimentos entre Braskem, Odebrecht, Petrobras, Petroquisa e Norquisa, celebrado em novembro de 2007 e aprovado pelo Cade em julho de 2008. Com a incorporação, a Petroquisa passou a deter 31% do capital votante e 25,3% do capital social total da Braskem.

Maior participação no setor petroquímico

A Petrobras consolidou sua atuação no setor petroquímico, com aumento de sua participação na Braskem, empresa que se tornará a maior produtora de resinas termoplásticas das Américas e terá mais vantagens competitivas para atuar em escala mundial.

Para essa operação, foram firmados, em janeiro de 2010, três acordos – de Investimento, de Acionistas e de Associação – entre a Petrobras, sua subsidiária Petrobras Química S.A. (Petroquisa), Braskem S.A., Odebrecht S.A. e Odebrecht Serviços e Participações S.A. Por esses acordos, a Petrobras amplia a sua participação societária na Braskem, com um aporte de R\$ 2,5 bilhões (destinados a aumentar o capital desta última) e a incorporação de suas participações direta e indireta na Quattor Participações, ampliando também os seus direitos políticos na Braskem.

Nos termos do Acordo de Acionistas, Odebrecht e Petrobras compartilharão as decisões da Braskem. A Odebrecht deterá 50,1% do capital votante da Braskem. A diferença entre as participações direta e indireta da Odebrecht e da Petrobras no capital total será de 2,33%.

Os acordos estipulam também que a Braskem assumirá, sob determinadas condições, as empresas que desenvolvem a primeira e a segunda gerações petroquímicas do Comperj e adquirirá, gradualmente, participação nas sociedades que desenvolvem os negócios do Complexo Petroquímico de Suape.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Projetos

Os investimentos no setor petroquímico previstos no Plano de Negócio 2009-2013 somam US\$ 5,6 bilhões e representam aproximadamente 3% do total. Em 2009, destacaram-se:

Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) – Será composto por um sistema de unidades de primeira geração e refino que fornecerão petroquímicos básicos (eteno, polietileno e butadieno, entre outros) para as unidades de segunda geração, que os transformarão em petroquímicos finais. Esses compostos – como polietileno (PE), polipropileno (PP), estireno e etilenoglicol – são a matéria-prima da indústria de transformação (terceira geração) para a fabricação de produtos finais de consumo.

Como preparação para a entrada de potenciais sócios, foram constituídas as seis empresas do Comperj, criadas inicialmente como subsidiárias integrais da Petrobras: Comperj Estirênicos S.A., Comperj MEG S.A., Comperj PET S.A., Comperj Petroquímicos Básicos S.A., Comperj Poliolefinas S.A. e Comperj Participações S.A.

Nas obras do Comperj estão em andamento os serviços de terraplenagem, montagem da subestação de energia para a obra e elaboração do projeto executivo para construção do prédio de fiscalização.

Companhia Petroquímica de Pernambuco (PetroquímicaSuape) – A etapa de terraplenagem foi concluída e houve avanços significativos nas fases de construção e montagem. Continuam em andamento o estaqueamento e as fundações do terreno destinado à unidade de PTA (ácido tereftálico purificado). Os principais equipamentos importados estão armazenados.

Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe) – Foram concedidas as licenças de construção e instalação das unidades de POY (filamentos de poliéster) e PET (polietileno tereftalato). Além disso, foram concluídas as negociações para o fornecimento de tecnologia e equipamentos para a unidade PET. Foi firmado também o contrato para a etapa de construção e montagem, enquanto a terraplenagem está sendo terminada.

Encontra-se em fase final a captação de financiamento para a PetroquímicaSuape e para a Citepe com instituições financeiras nacionais e estrangeiras. As negociações para o ingresso de outros parceiros continuam em andamento.

Coquepar – Em parceria com a Energy Investments e a Unimetal, a Petrobras construirá duas unidades de calcinação de coque de petróleo – no Rio de Janeiro e no Paraná –, voltadas principalmente para a produção de coque verde. A capacidade total de produção será de 700 mil t/ano.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Fertilizantes

Em 2009, a crise financeira internacional provocou retração na demanda e queda de preços de vários produtos. A Petrobras vendeu 707 mil t de ureia e 207 mil t de amônia, produzidas em duas fábricas. A comercialização desses produtos gerou receita líquida de R\$ 582 milhões, valor inferior aos R\$ 925 milhões contabilizados em 2008.

A Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados da Bahia (Fafen-BA) produziu, no ano, 218 mil t de ureia, volume menor que o do ano anterior, devido, entre outros fatores, à parada programada de manutenção, realizada em agosto e setembro. Já a produção da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados de Sergipe (Fafen-SE) foi de 407 mil t de ureia, também menor que a de 2008.

Com relação aos novos projetos, estão sendo desenvolvidos estudos de viabilidade para a instalação de duas novas unidades de produção de fertilizantes nitrogenados no país. A Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III – UFN III terá uma produção anual de 1,1 milhão de t de ureia e 796 mil t de amônia, com um consumo de 2,2 milhões de m³/dia de gás natural. Já a Unidade de Fertilizantes Nitrogenados IV – UFN IV produzirá 763 mil t de ureia e 1,1 milhão de t de metanol, entre outros produtos, e consumirá 4 milhões m³/dia de gás natural.

Em setembro foi aprovada pelo Conselho de Administração a transferência dos negócios de Fertilizantes da diretoria de Abastecimento para a de Gás e Energia, o que se efetivará a partir de 2010, com o objetivo de otimizar os resultados da cadeia do gás natural.

Dessa forma, os resultados obtidos no segmento de Fertilizantes em 2009 foram mantidos na área de negócio do Abastecimento.

Transporte

Transporte e armazenamento

A Petrobras Transporte S.A. (Transpetro), subsidiária da Petrobras para o segmento de transporte e armazenamento de petróleo, derivados, etanol e gás natural, opera 7.453 km de oleodutos, 5.416 km de gasodutos e 47 terminais – 20 terrestres e 27 aquaviários –, além de 52 navios.

Em 2009, 57,1 milhões de t de petróleo e derivados foram transportadas por navio, volume inferior em 3,7% ao de 2008. A Transpetro movimentou, por seus dutos, 676 milhões de m³ de líquidos, volume semelhante ao de 2008, além de uma média de 35 milhões de m³/dia de gás natural, 24% abaixo da registrada no ano anterior, devido à queda na demanda industrial e à menor geração termelétrica.

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Novos navios

O Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef), da Transpetro, compreende a construção de 49 navios, que acrescentarão 4 milhões de toneladas de porte bruto (tpb) à tonelagem da frota atual e demandarão 680 mil t de chapas de aço em sua construção. O Promef permitirá a incorporação de novas tecnologias às embarcações. Dividido em duas fases, foi desenvolvido com base em três premissas: construir os navios no Brasil, alcançar o nível mínimo de nacionalização de 65% na primeira fase e de 70% na segunda fase.

Em setembro de 2009 ocorreram os dois primeiros batimentos de quilha (momento em que o primeiro bloco é instalado, em posição definitiva, no dique de construção do navio). O primeiro foi de um navio do tipo Suezmax (para transporte de óleo cru), enquanto o segundo contemplou um navio do tipo Produtos (para transporte de petróleo e etanol, com capacidade de 48 mil tpb). A previsão é que essas embarcações sejam lançadas ao mar em 2010.

A segunda fase do Promef, já iniciada, prevê a construção de 23 navios, dos quais dez foram contratados. Sete deles, construídos pela primeira vez no Brasil, são aliviadores de última geração, com posicionamento dinâmico e sistema de carregamento na proa. Os outros três são para transporte de *bunker* (óleo combustível de navio).

Para atender à demanda de transporte de biocombustíveis (sobretudo etanol) na hidrovia Tietê-Paraná, a Transpetro pretende construir 20 comboios, cada um composto por um empurrador e quatro barcas. A capacidade individual do comboio está em torno de 7.200 m³.

Terminais e dutos

No Terminal de Guamaré/RN, a infraestrutura marítima e terrestre será ampliada para permitir a movimentação de derivados da Refinaria Potiguar. O terminal receberá investimentos de R\$ 419 milhões e sua entrada em operação está prevista para o segundo semestre de 2010.

Em 2009, a malha de gasodutos operada pela Transpetro aumentou em aproximadamente 900 km, sendo 802 km no Norte, com a partida do gasoduto Urucu-Coari-Manaus e seus ramais, e o restante no Sudeste (16 km antecipados do Gasduc III, 45 km do Japeri-Reduc e 15 km do ramal de GNL na Baía de Guanabara).

Entrou em operação também a nova estação de bombeamento intermediária do oleoduto Osório-Canoas, no Rio Grande do Sul, que aumentou a capacidade de suprimento da Refinaria Alberto Pasqualini (Refap). Ao todo, foram investidos R\$ 250 milhões no oleoduto.

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Plangás

Como parte das iniciativas do Plano de Antecipação da Produção de Gás (Plangás), o Terminal de Cabiúnas (Tecab), em Macaé, no Rio de Janeiro, recebeu novas instalações para ampliar sua capacidade de processamento de gás natural em 50%, atingindo 21 milhões de m³/dia.

Para garantir o escoamento da produção de GLP, na Baía de Guanabara, a Petrobras está ampliando as instalações do Terminal de Ilha Redonda e construindo um novo terminal na Ilha Comprida. Em Barra do Riacho, no Espírito Santo, também está sendo construído um novo terminal.

Programa de escoamento de etanol

O Corredor de Escoamento de Etanol é um sistema de transporte dutoviário que contribuirá para que o País cumpra as metas de exportação de biocombustíveis e de redução das emissões de CO₂ na atmosfera, além de tornar mais seguro e eficiente o atendimento ao crescente mercado nacional. Seu escopo contempla adaptações e melhorias em instalações nas regiões Centro-Oeste e Sudeste; construção de novos dutos, terminais, centros coletores e estações intermediárias de bombeamento; e integração com outros modais.

Um exemplo são as obras de melhoria das instalações da Ilha d'Água, no Rio de Janeiro, iniciadas em 2009, que permitirão à Petrobras dobrar sua capacidade de exportação por esse terminal em 2010.

No projeto dutoviário, o traçado aproveita uma faixa de dutos, terminais e píeres existentes, passando por regiões onde há concentração de usinas produtoras de etanol. No trecho entre Senador Canedo e Paulínia, em São Paulo, a execução ficará a cargo da PMCC, empresa formada por Petrobras, Mitsui e Camargo Corrêa. Já no trecho entre Paulínia e São Paulo, o investimento será realizado integralmente pela Petrobras.

A Hidrovia Tietê interligará as áreas produtoras de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Goiás aos mercados de destino. Esse projeto envolve a integração entre transporte rodoviário, centros coletores, terminais aquaviários, transporte fluvial e dutoviário. Representa uma alternativa mais segura e eficiente, em grande escala, para o transporte do etanol, hoje realizado quase exclusivamente por caminhões-tanque.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Distribuição

A Petrobras Distribuidora registrou em 2009 um novo recorde de vendas: 41.841,8 mil m³. Esse volume é 10,7% maior que o de 2008 e superou o crescimento do próprio mercado, de 2%. Dessa forma, a Petrobras Distribuidora manteve a liderança no setor e ampliou seu *market share*. Contribuiu para esse desempenho a incorporação do negócio de distribuição de combustíveis da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O volume de vendas foi o principal responsável pelo lucro líquido da Petrobras Distribuidora, de R\$ 1,5 bilhão, que superou em 11% o resultado de 2008. A subsidiária manteve sua liderança também no mercado global de combustíveis, com participação de 38% em 2009, o que representa um crescimento de 3,1 p.p.

No mercado de GLP, a Liquigás Distribuidora conquistou pela primeira vez o segundo lugar na distribuição nacional, ao atingir 22,4% de *market share* no ano.

No total, foram investidos R\$ 0,6 bilhão no segmento de Distribuição, com ênfase no desenvolvimento e na modernização da rede de postos de serviço; na melhoria da infraestrutura de operações e logística; no suporte aos clientes comerciais e industriais; na manutenção da infraestrutura de distribuição de GLP; na implantação do Centro Operativo de Distribuição de GLP em Duque de Caxias/RJ; e nos programas de Segurança, Meio Ambiente e Saúde.

Destacam-se também o início da comercialização do S-50, um diesel menos poluente, produzido com menor teor de enxofre, e a inauguração de duas estações de abastecimento pioneiras no País: o eletroposto, no Rio de Janeiro, e a unidade para veículos a hidrogênio, em São Paulo.

Além disso, a Petrobras Distribuidora promoveu uma mudança na marca do Programa De Olho no Combustível. O objetivo foi retratar melhor a busca contínua pela qualidade dos combustíveis e valorizar a marca Petrobras e sua posição de liderança no mercado consumidor. Ao final de 2009, 6.467 postos estavam certificados.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Gás Natural

A expansão da oferta de gás natural continuou em 2009, com a conclusão de importantes projetos voltados para a infraestrutura de produção e escoamento. A produção média, incluindo a de parceiros, atingiu 57,6 milhões de m³/dia, superando em 13% a de 2008. A oferta doméstica foi de 23 milhões de m³/dia, descontados o gás liquefeito e o utilizado no processo produtivo, a injeção e as perdas. Pelo gasoduto Bolívia-Brasil foi ofertada ao mercado brasileiro uma média de 21,6 milhões de m³/dia, descontado o gás de uso no sistema. O volume total importado de GNL regaseificado foi de 0,67 milhão de m³/dia. A oferta total ao mercado brasileiro foi de 45,3 milhões de m³/dia.

Os investimentos foram expressivos em 2009: a infraestrutura de transporte recebeu R\$ 9,6 bilhões, 60% a mais que em 2008. Foram destaques a conclusão dos terminais de importação de GNL e a expansão da capacidade da malha de gasodutos no País.

Transporte de Gás Natural

A malha nacional de gasodutos de transporte da companhia teve incremento de 729 km em 2009 e atingiu 7.659 km, com a entrada em operação dos seguintes dutos:

- **Japeri-Reduc** – Com 45 km de extensão, interliga o eixo Rio-São Paulo (Gascar, em Japeri) ao sistema Tecab-Reduc (Gasduc III, na Reduc). Essa conexão permite o aproveitamento pleno da oferta de GNL do Terminal da Baía de Guanabara e do sistema Tecab-Reduc, para atendimento aos mercados do Rio de Janeiro e de São Paulo. A capacidade do Japeri-Reduc é de 25 milhões m³/dia.
- **Urucu-Coari-Manaus** – Esse empreendimento possibilitará o envio do gás de Urucu para consumo em Manaus e também em localidades entre Coari e Manaus, bem como a substituição do óleo combustível e do diesel utilizados nas usinas termelétricas por gás natural. Sua extensão total é de 661 km, tendo sido concluídos 383 km em 2009. A capacidade de escoamento é de 4,1 milhões de m³/dia e pode atingir 5,5 milhões de m³/dia com a instalação de estações de compressão.
- **Paulínia-Jacutinga** – O duto tem 93 km de extensão e capacidade de escoamento de 5 milhões de m³/dia. Esse ramal do gasoduto Bolívia-Brasil parte de Paulínia, em São Paulo, e segue até Jacutinga, no sul de Minas Gerais.
- **Ramal Gascav-UTG Sul Capixaba** – Esse ramal, com extensão de 10 km, parte da UTG Sul Capixaba, em Anchieta/ES, e possui duas pontas, uma interligada ao Gasoduto Cabiúnas-Vitória (Gascav) e outra à distribuidora BR-ES.
- **Ramal de gasoduto do terminal de GNL Baía de Guanabara** – Com 15 km de extensão, interliga o Terminal de GNL à Estação de Campos Elíseos, em Duque de Caxias/RJ.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- **Gasduc III** – Em dezembro de 2009, foram concluídas as obras de construção e montagem do gasoduto Gasduc III, com 183 km de extensão e capacidade para transportar 40 milhões de m³/dia. O empreendimento interliga-se ao gasoduto Cabiúnas-Vitória, primeiro trecho do Gasene (Gasoduto Sudeste-Nordeste), transportando o gás natural das bacias de Campos e Espírito Santo para atender à região Sudeste. A inauguração desse gasoduto está prevista para o início de 2010.
- **Gasene** – As obras desse gasoduto, que interliga as malhas Sudeste e Nordeste, estão dentro do cronograma. O trecho Cacimbas-Catu, com 949 km de extensão e capacidade de escoamento de 20 milhões de m³/dia, começará a operar em 2010.

Gás Natural Liquefeito

Foi inaugurado em 2009, na Baía de Guanabara, o segundo terminal de regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL) do País, com capacidade de produção de 20 milhões de m³/dia. O terminal dá continuidade ao Projeto GNL Petrobras, concebido para dar maior flexibilidade e segurança à oferta de gás natural ao mercado brasileiro.

O terminal de Pecém regaseificou 0,54 milhão de m³/dia em 2009. O gás processado destinou-se ao mercado não térmico e à geração de energia elétrica nas usinas Termo Ceará, Termofortaleza, Jesus Soares Pereira (Rio Grande do Norte) e Termopernambuco.

A Petrobras afretou mais uma embarcação, o Golar Winter, com capacidade de regaseificação de 14 milhões de m³/dia. O navio pode armazenar até 138 mil m³ de GNL, o equivalente a 86 milhões de m³ de gás natural.

Em 2009, a Petrobras e as empresas BG Group, Repsol e Petrogal formalizaram a criação de uma *joint venture* para desenvolver o FEED (Front End Engineering and Design), com o objetivo de construir uma unidade de liquefação de gás natural embarcada (GNLE), projeto inédito no mundo. Uma das soluções tecnológicas de transporte para escoar o gás natural produzido nas camadas de Pré-Sal, essa unidade vai operar na Bacia de Santos, a 300 km da costa. A capacidade de processamento será de aproximadamente 14 milhões m³/dia de gás associado. Na unidade de GNLE os produtos processados serão armazenados e transferidos para navios metaneiros, que farão o transporte até o mercado consumidor.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Comercialização de Gás Natural

Em 2009, a Petrobras adotou uma nova modalidade de contratos de curto prazo para a venda de gás natural e realizou nove leilões eletrônicos para a comercialização do produto no novo sistema.

Nos oito primeiros leilões, foram oferecidos ao mercado volumes de gás natural previstos nos contratos com as distribuidoras estaduais, mas não utilizados, com descontos médios de 36% em relação aos preços contratuais.

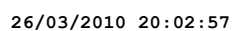
O nono leilão marcou o início do desenvolvimento do mercado secundário de gás natural no País. Além do prazo de fornecimento de seis meses, novas regras incentivam a redução progressiva do preço com o aumento do consumo.

Distribuição de Gás Natural

O volume médio de gás natural comercializado pelas distribuidoras ficou em 37 milhões de m³/dia. A participação da Petrobras em 20 das 27 distribuidoras estaduais em todo o Brasil, com percentuais que variam de 24% a 100%, manteve o mesmo perfil em 2009.

No que se refere aos segmentos não termelétricos, o consumo em cogeração foi 8% maior que o de 2008. O consumo residencial cresceu 2%, enquanto o comercial, o industrial e o automotivo registraram queda de 3%, 15% e 13%, respectivamente.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



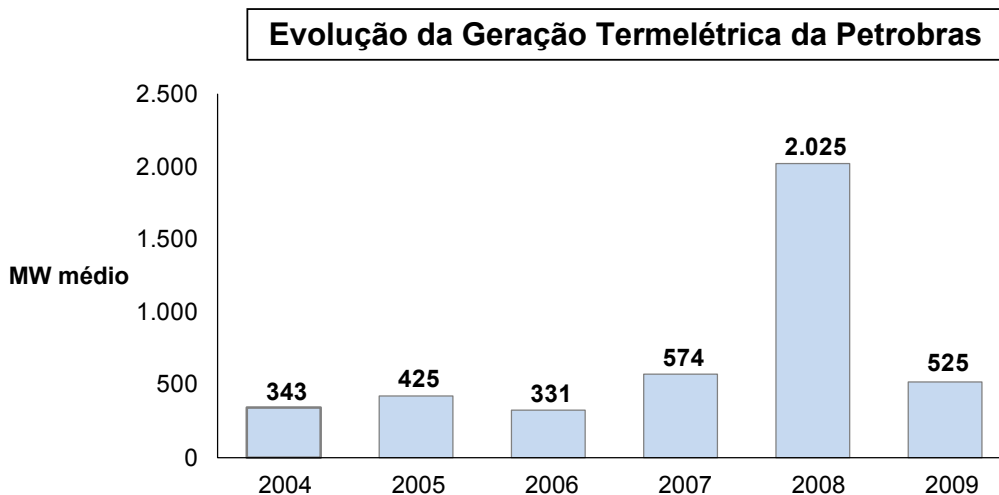
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Energia Elétrica

No ano de 2009, a Petrobras gerou 525 MW médios para o Sistema Interligado Nacional (SIN), por meio das 17 usinas termelétricas (UTES) próprias ou alugadas que compõem o seu parque gerador termelétrico, com capacidade instalada de 5.476 MW.

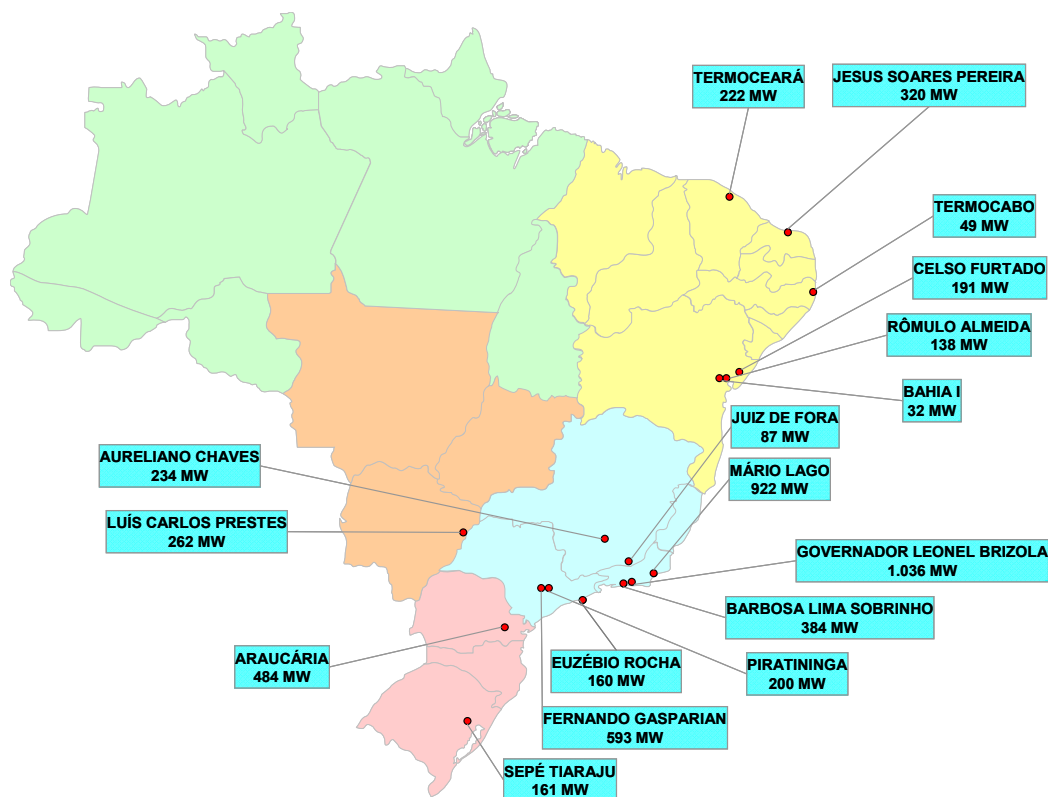
A menor geração em 2009, quando comparada com 2008, é resultado das condições hidrológicas favoráveis do País, que mantiveram elevados os níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas, dispensando na maior parte do ano o fornecimento das UTES da Petrobras.



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

CAPACIDADE DO PARQUE TERMELÉTRICO DA PETROBRAS



Investimentos

Os investimentos na área de energia elétrica atingiram R\$ 1,4 bilhão, o dobro do ano anterior.

Projetos concluídos em 2009:

- **UTE Euzébio Rocha** – Localizada em Cubatão/SP, a termelétrica tem capacidade instalada de 208 MW e opera em sistema de cogeração, produzindo energia elétrica e vapor a partir do gás natural. Parte da energia elétrica gerada abastecerá o Sistema Interligado Nacional (SIN), pois a usina foi vencedora do Leilão A-5 para a comercialização de 141 MW a partir de 2010. A parte remanescente atenderá à Refinaria Presidente Bernardes (RPBC) com 48 MW de energia elétrica e 415 t/h de vapor.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- **UTE Juiz de Fora (MG)** – Foram concluídas as obras de conversão da usina para operar com dois tipos de combustível: gás e etanol. Com a nova tecnologia, 42 MW de sua capacidade instalada serão movidos a etanol. Será a primeira termelétrica do mundo a utilizar esse combustível na produção de energia.

Projeto iniciado em 2009:

- **Fechamento de Ciclo da UTE Luiz Carlos Prestes (Três Lagoas/MS)** – O projeto tem como objetivo aumentar a capacidade instalada da UTE de 262 MW para 368 MW, por meio do fechamento de ciclo, com a instalação de quatro caldeiras recuperadoras e duas turbinas a vapor. A unidade ampliada entrará em operação comercial em 2011.

Participação da Petrobras em empreendimentos de geração

O portfólio do setor de Gás e Energia possui participações em 15 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e oito termelétricas a óleo. Considerando os ativos em operação comercial e os que estão em fase de construção, esses empreendimentos totalizam uma capacidade instalada de 1.471 MW.

Usinas concluídas em 2009:

- **Termelétrica a óleo combustível Goiânia II (Brentech)** – Localizada em Goiás, a usina tem capacidade instalada de 140 MW e garantia física de 65 MW médios. O empreendimento é uma parceria da Petrobras (30%) com a GenRent do Brasil Ltda. (70%).
- **Termelétrica a óleo diesel Potiguar III** – Localizada no Rio Grande do Norte, tem capacidade instalada de 66 MW e garantia física de 29 MW médios. O empreendimento é uma parceria da Petrobras (20%) com a Global Energia Participações Ltda. (80%).
- **Termelétrica a óleo diesel Potiguar** – Localizada no Rio Grande do Norte, tem capacidade instalada de 53 MW e garantia física de 27 MW médios. O empreendimento é uma parceria da Petrobras (20%) com a Global Energia Participações Ltda. (80%).
- **PCH Monte Serrat** – Localizada no Rio de Janeiro, possui capacidade instalada de 25 MW e garantia física de 18,3 MW médios. O empreendimento é uma parceria da Petrobras (49%) com a Global Energia Participações Ltda. (51%).
- **PCH São Simão** – Localizada no Espírito Santo, possui capacidade instalada de 27 MW e garantia física de 15,2 MW médios. O empreendimento é uma parceria da Petrobras (49%) com a Global Energia Participações Ltda. (51%).
- **PCH São Pedro** – Localizada no Espírito Santo, possui 30 MW de capacidade instalada e garantia física de 18,4 MW médios. O empreendimento é uma parceria da Petrobras (49%) com a Global Energia Participações Ltda. (51%).
- **PCH Retiro Velho** – Localizada em Goiás, tem 18 MW de capacidade instalada e garantia física de 11,1 MW médios. O empreendimento é uma parceria da Petrobras (49%) com a Global Energia Participações Ltda. (51%).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Participação da Petrobras em empreendimentos de geração

SITUAÇÃO ATUAL	TIPO	USINA	REGIÃO	ESTADO	CAPACIDADE INSTALADA (MW)	PARTICIPAÇÃO PETROBRAS (%)	CAPACIDADE PETROBRAS (MW)
Em Operação	PCH	São Joaquim	SE	ES	21	49	10,3
		Fumaça 4		ES	4,5	49	2,2
		São Pedro		ES	30	49	14,7
		São Simão		ES	27	49	13,2
		Calheiros		RJ	19	49	9,3
		Santa Fé		RJ	30	49	14,7
		Monte Serrat		RJ	25	49	12,3
		Funil		MG	22,5	49	11,0
		Carangola		MG	15	49	7,4
		Bonfante	MG	19	49	9,3	
		Irara	CO	GO	30	49	14,7
		Retiro Velho		GO	18	49	8,8
		Jataí		GO	30	49	14,7
	Total PCH						142,6
	UTE O.C.	Tambaqui	N	AM	83	30	24,9
		Jaraqui		AM	83	30	24,9
		Manauara		AM	85	52	44,2
		Total Óleo Combustível (O.C.)					
	UTE O.D.	Brentech	CO	GO	140	30	42,0
		CEP	NE	RN	118	20	23,6
Total Óleo Diesel (O.D.)						65,6	
Total dos Empreendimentos em Operação							302,2
Em Construção	PCH	Areia	N	TO	11,4	14	1,6
		Água Limpa		TO	14	14	2,0
		Total PCH					
	UTE O.C.	Arembepe	NE	BA	148	30	44,4
		Camaçari Muricy I		BA	148	49	72,5
TOTAL DA CAPACIDADE INSTALADA					1.121,4		
TOTAL PETROBRAS							422,7

Energia Eólica

A companhia desenvolveu projetos próprios em locais onde vem realizando a medição do potencial eólico há anos.

A Usina Eólica Piloto de Macau, primeiro projeto de energia eólica da Petrobras, possui 1,8 MW instalados e completou seis anos de operação. Desde sua implantação, produziu 28.164 MWh e evitou a emissão de aproximadamente 1,2 mil t/ano de CO₂ para a atmosfera.

A Petrobras participou do primeiro leilão de energia de reserva exclusivo para geração eólica, no qual vendeu 49 MW médios, correspondentes a 104 MW de capacidade instalada. Os quatro empreendimentos vencedores – Mangue Seco 1, 2, 3 e 5, no Rio Grande do Norte – contam com 52 aerogeradores e participação da Petrobras de 49%, 51%, 49% e 49%, respectivamente.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

BIOCOMBUSTÍVEIS

Biodiesel

A Petrobras Biocombustível opera com três usinas que produzem biodiesel, localizadas nos municípios de Candeias (BA), Quixadá (CE) e Montes Claros (MG). Investimentos em melhorias operacionais, realizados em 2009, ampliaram a capacidade total de produção dessas plantas de 171 para 326 mil m³/ano. Encontra-se atualmente em andamento a obra de duplicação da seção de transesterificação (processo de separação da glicerina do óleo vegetal) da usina de Candeias, que agregará mais 108 mil m³/ano à capacidade instalada. Em agosto de 2010, data prevista para a conclusão da duplicação, a capacidade total das três usinas passará a ser de 434 mil m³/ano.

A Petrobras Biocombustível adquiriu recentemente da empresa BSBIO participação acionária de 50% na usina de biodiesel de Marialva, no estado do Paraná. Sua entrada em produção está prevista para abril de 2010, com capacidade para produzir 120 mil m³/ano de diesel.

Além desses empreendimentos, a Petrobras Biocombustível está adaptando uma planta experimental em Guamaré/RN para operação comercial. Essa unidade demonstrou e consolidou a tecnologia Petrobras de biodiesel, que permite processar uma gama muito variada de matérias-primas existentes no Brasil. A usina deverá operar comercialmente até o final do primeiro semestre de 2010 e terá capacidade de produção de 15 mil m³/ano. Uma segunda planta experimental, também em Guamaré, receberá em 2010 recursos para o desenvolvimento de tecnologia para a produção de biodiesel completamente renovável, substituindo o metanol pelo etanol no processo de produção.

Encontra-se em fase de estudos e projeto, para a região Norte do País, uma nova usina de biodiesel que utilizará como matéria-prima o óleo de palma. Esse empreendimento, com entrada em operação prevista para 2012, acrescentará mais 120 mil m³/ano de capacidade ao portfólio da Petrobras Biocombustível.

Com todos esses empreendimentos, a capacidade total de produção da Petrobras Biocombustível atingirá 650 mil m³/ano de biodiesel em 2012.

Suprimento agrícola

A Petrobras Biocombustível segue as diretrizes do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). Suas usinas possuem o Selo Combustível Social, criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. A companhia está firmando parcerias com entidades representativas de agricultores familiares para fornecimento de oleaginosas. A meta é trabalhar com 80 mil famílias nas regiões onde estão localizadas as usinas, com assinatura de contratos de longo prazo, garantia de preços justos, distribuição de sementes e prestação de assistência técnica, além de um programa inicial de correção de solo.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Até o final de 2009, a Petrobras Biocombustível tinha contratado um total de 59.611 agricultores familiares, garantindo 174.319 ha de área plantada, dos quais 136.789 ha de mamona e 37.530 ha de girassol. A estratégia de suprimento agrícola da subsidiária tem como premissa garantir a estruturação da cadeia produtiva da agricultura familiar de forma sustentável, considerando os aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Para aumentar a produtividade de oleaginosas no semiárido e garantir a obtenção, a manutenção e o uso do Selo Combustível Social na safra 2008/2009, foram distribuídas 407 t de sementes, das quais 261 t de mamona e 145 t de girassol. Os custos com assistência técnica atingiram aproximadamente R\$ 12 milhões. Na mesma safra, a Petrobras Biocombustível adquiriu da agricultura familiar 32,8 mil t de grãos, a um custo de aproximadamente R\$ 34,7 milhões.

Etanol

Em dezembro, a Petrobras Biocombustível ingressou no capital social da Total Agroindústria Canavieira S.A., passando a deter 40,4% das ações da empresa. Essa parceria marca a entrada da empresa na produção de etanol.

A Total possui uma usina de etanol no município de Bambuí/MG, com capacidade instalada de 100 milhões de litros/ano de etanol hidratado. A parceria viabilizará a ampliação da usina para uma capacidade total de 203 milhões de litros/ano, gerando um excedente de energia elétrica para comercialização de 38,5 MW, a partir do aproveitamento do bagaço de cana-de-açúcar.

Em 2009, a Petrobras continuou investindo fortemente para ampliar a comercialização de etanol no mercado externo, com o objetivo de consolidar as relações de longo prazo com seus clientes e promover a abertura de novos mercados globais. O volume de etanol comercializado pela companhia foi de aproximadamente 330 mil m³, principalmente para Ásia e Estados Unidos, o que equivale a 11% do total exportado pelo País.

As exportações de 2009 foram resultado, sobretudo, das operações de álcool industrial para a Ásia (Coreia e Japão) e das operações de etanol hidratado combustível realizadas via CBI (Caribbean Basin Initiative), mecanismo criado pelos Estados Unidos para impulsionar o desenvolvimento econômico dos países da América Central e do Caribe. Esse mecanismo isenta de tarifas de importação os produtos industrializados naqueles países, entre os quais o etanol. Esse incentivo favoreceu a manutenção da rentabilidade nas operações de exportação para os Estados Unidos e abriu novas oportunidades de negócios para o mercado europeu.

Como parte da estratégia de comercialização do etanol, destaca-se a atuação da Petrobras International Financial Company (PifCo), responsável pelas operações *offshore* da companhia; da Petrobras Singapore Private Ltd. (PSPL), responsável pelas operações de álcool industrial na Ásia; e da Brazil Japan Ethanol (BJE), *joint venture* entre a Petrobras e a Nippon Alcohol Hanbai KK, criada especificamente para desenvolver o mercado japonês.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Com o objetivo de intensificar suas operações no mercado internacional, a Petrobras alocou *traders* dedicados ao etanol em seus escritórios de Londres e Cingapura, pontos que concentram as operações de *trading* da companhia para os mercados europeu e asiático.



00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

INTERNACIONAL

Atuação internacional

As descobertas na camada Pré-Sal levaram a um realinhamento da estratégia de atuação internacional da Petrobras, que passou a adotar as seguintes orientações, complementares ao portfólio nacional:

- Conquista de mercados, crescimento em *downstream* e alinhamento do portfólio aos segmentos nacionais, de modo a valorizar os negócios da companhia, integrar a cadeia de produtos e torná-los mais rentáveis.
- Ampliação dos negócios de gás natural para complementar o mercado brasileiro, cumprindo o compromisso de responsabilidade com a segurança energética do País.
- Gestão integrada dos recursos críticos em *upstream*, para otimizar a alocação dos recursos da companhia, a fim de permitir o desenvolvimento dos projetos nacionais e internacionais.

Para viabilizar a execução das estratégias internacionais, a companhia atua em 24 países e em todos os segmentos da indústria petrolífera:

- **Exploração e Produção** – Angola, Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, Estados Unidos, Índia, Irã, Líbia, México, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Paquistão, Peru, Portugal, Senegal, Tanzânia, Turquia, Uruguai e Venezuela.
- **Refino** – Argentina, Estados Unidos e Japão.
- **Distribuição** – Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai.
- **Petroquímica e Energia Elétrica** – Argentina.

A Petrobras possui escritórios de representação em Nova York, Londres, Tóquio, Pequim, Cingapura e Lisboa e mantém acordos de cooperação com diversos países, voltados para o desenvolvimento recíproco da cadeia produtiva de petróleo.

A produção internacional, em 2009, foi de 140,7 mil bpd de óleo e 16,5 milhões de m³/dia de gás natural, volumes que representam, respectivamente, 6,7% e 24,7% do total produzido pela companhia. Foram também processados 196,6 mil bpd de óleo nas quatro refinarias da Petrobras no exterior (duas na Argentina, uma no Japão e uma nos Estados Unidos), cujas capacidades somam 280,8 mil bpd de óleo.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

As reservas provadas internacionais ficaram em 0,69 bilhão de boe, volume 30% inferior ao de 2008 e que corresponde a 5% das reservas totais da companhia, segundo o critério ANP/SPE. A redução se deve ao volume produzido no ano (87 milhões de boe) e à não divulgação de reservas provadas na Bolívia para atender à Nova Constituição Política do Estado, que proíbe a anotação e o registro da propriedade de reservas de óleo e gás por empresas privadas no país. Essa redução foi parcialmente compensada pela incorporação de reservas provadas na Nigéria.

No ano, os investimentos internacionais somaram R\$ 6,8 bilhões, dos quais 61% foram destinados ao segmento de E&P, sendo 16% à exploração e 45% à produção de óleo e gás. Os segmentos de Refino e Petroquímica receberam 18% dos recursos e os setores de Distribuição, de Gás e Energia e Corporativo receberam 17%, 3% e 1%, respectivamente.

A companhia direcionou investimentos também para a gestão, dando continuidade ao Programa de Processos de Integração Internacional (Proani). Esse programa destina-se a implementar um modelo único de gestão, para facilitar a identificação de novas oportunidades de negócios, a troca de informações e o desenvolvimento profissional de funcionários no exterior. Os Estados Unidos estão sendo integrados ao programa, adotado com sucesso na Argentina, em Angola e no Chile.

Desenvolvimento de negócios

América do Sul

A companhia concluiu, em 2009, o processo de aquisição dos ativos de distribuição da Esso Chile Petrolera. O valor da operação foi de aproximadamente US\$ 400 milhões e incluiu 230 postos, comercialização em aeroportos e terminais de distribuição, além de 16% do mercado varejista e 7% do mercado industrial. A Petrobras assinou também acordo para a compra de ativos da Chevron Chile SAC, produtora e comercializadora de lubrificantes, pelo valor de aproximadamente US\$ 12 milhões. Essa aquisição, que contempla uma planta de lubrificantes com capacidade de produção de 15.900 m³/ano e 23 tanques de armazenamento, permitirá à companhia aumentar para 6% a sua participação no mercado chileno de lubrificantes. Em agosto foi inaugurado o primeiro posto da marca Petrobras no Chile, dando início à conversão da marca dos postos adquiridos.

A companhia também adquiriu a concessão de exploração de dois blocos na bacia de Punta del Este, no Uruguai, onde será operadora com participação de 40%, e arrematou duas áreas de exploração na província de Neuquén, na Patagônia argentina.

A Petrobras Energia, subsidiária argentina da companhia, aprovou a venda dos ativos do segmento de fertilizantes. Serão transferidos ativos físicos, marcas, rede comercial e pessoal vinculados à operação, incluindo uma planta para a produção de fertilizantes na cidade de Campana, na Argentina.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

América do Norte

Em 2009, a Petrobras America Inc., subsidiária da Petrobras nos Estados Unidos, adquiriu a participação de 50% do Transcor Astra Group na Pasadena Refining Systems, Inc. (PRSI). O valor de compra, definido e proferido em processo arbitral, foi de US\$ 466 milhões, pagos quando o Astra Group decidiu exercer a opção de venda de sua participação. Com essa transação, a Petrobras passou a controlar 100% da PRSI.

A companhia também anunciou a descoberta de petróleo no poço Tiber-1, no Golfo do México, do qual participa com 20%. Além disso, concluiu a conversão do FPSO destinado aos campos de Cascade e Chinook (Estados Unidos), onde será a operadora. Em 2010, a Petrobras iniciará suas atividades de produção nas águas do Golfo do México.

África

Na Nigéria, foi aprovado o projeto de desenvolvimento do campo de Egina e iniciada a produção do campo de Akpo. A Petrobras detém uma participação de 16% em cada um deles.

Em Angola, foram anunciadas descobertas de petróleo nos poços N'goma-1 e Cabaça Grande 1 – localizados no bloco 15/06, onde a companhia detém 5% de participação – e no poço Manganês-1, no bloco 18/06, onde a Petrobras é operadora, com 30% de participação.

No mar da Namíbia, a companhia adquiriu participação em um bloco de exploração.

Ásia

Em 2009, iniciou-se no Japão a produção da gasolina com 3% de etanol, em parceria com a empresa Japan Alcohol Trading. A Refinaria de Okinawa (Nansei Sekiyu Kabushiki Kaisha – NSS), controlada pela Petrobras, será a fornecedora de gasolina para a produção do novo combustível, mais ecológico e eficiente.

Na Turquia, foi assinado o contrato para cessão da sonda que irá operar no Mar Negro, no poço Sinop, do qual a Petrobras é operadora.

No estaleiro Samsung, na Coreia do Sul, foram concluídos a construção e os testes de mar do navio-sonda Petrobras 10000, que seguiu para Angola, onde irá operar nos blocos 18/06 e 26. O navio-sonda Petrobras II 10000 está em construção no mesmo estaleiro e tem previsão de entrega para junho de 2010.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

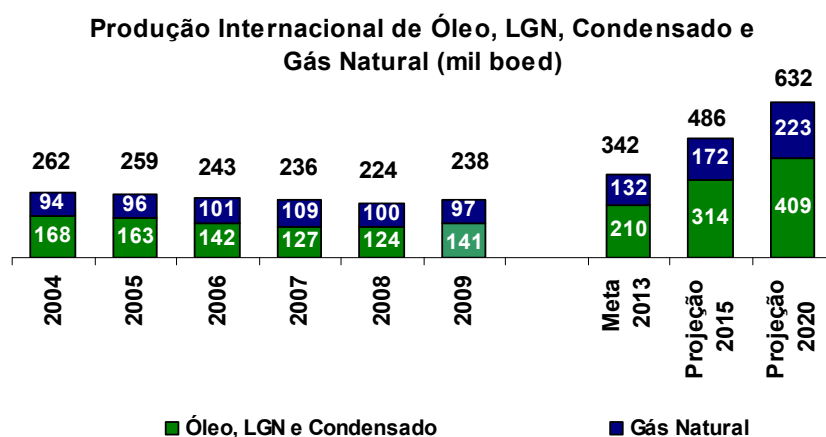
13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Europa

A Petrobras abriu um escritório em Portugal paralelamente ao início das atividades de exploração na costa desse país. A companhia detém os direitos de quatro blocos, onde atua como operadora, em associação com parceiros.

Expansão dos negócios

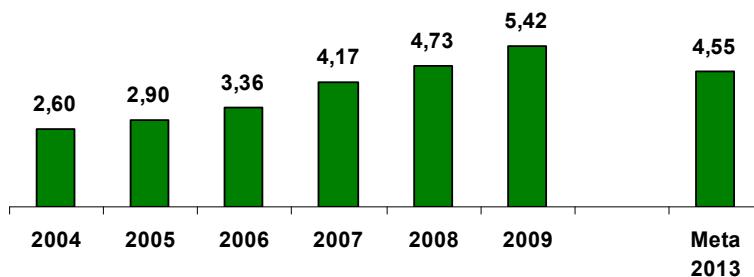
O Plano de Negócios 2009-2013 da companhia prevê um investimento total de US\$ 15,9 bilhões para as atividades internacionais. O segmento de E&P receberá 79% dos recursos – a maior parte destinada ao desenvolvimento e à manutenção da produção dos ativos nos Estados Unidos, Nigéria, Angola e Argentina. Os segmentos de Refino, Transporte, Comercialização e Petroquímica ficarão com 7% dos recursos, dos quais aproximadamente 40% voltados para novos negócios. Gás e Energia e Distribuição receberão 13%, destinados principalmente a novos negócios.



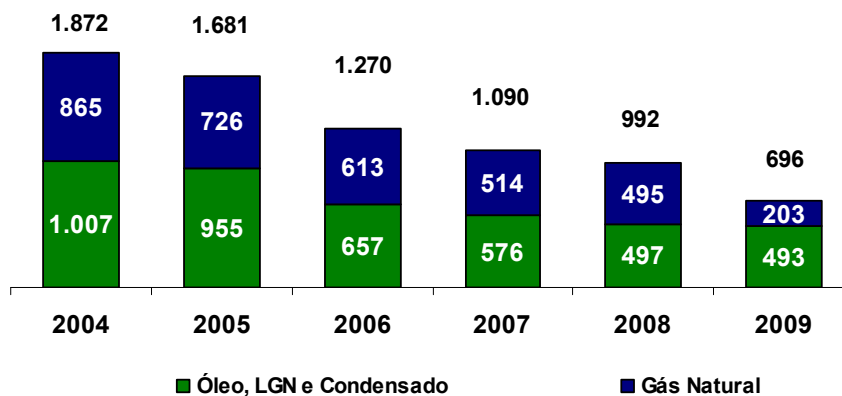
00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

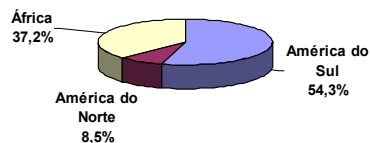
Custo Unitário de Extração Internacional (US\$/bbl)



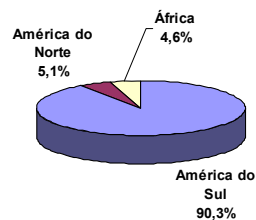
Reservas Provas Internacionais de Óleo, LGN, Condensado e Gás Natural - Critério SPE (milhões de boe)



Reservas Provas Internacionais de Óleo e Condensado por Região - Critério SPE



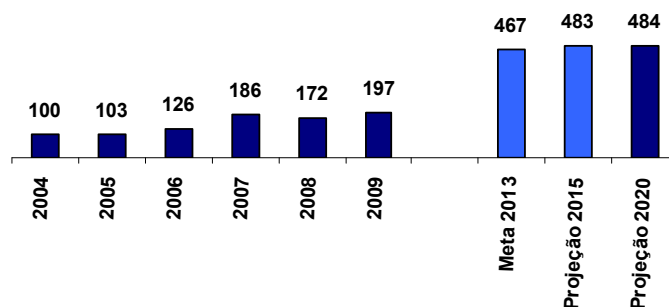
Reservas Provas Internacionais de Gás Natural por Região - Critério SPE



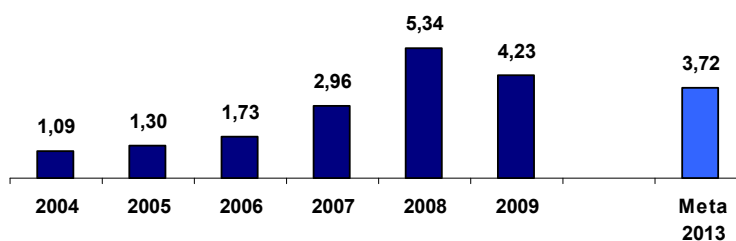
00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Carga Processada - Internacional (mil bpd)



Custo Operacional do Refino - Internacional (US\$/bbl)



Pesquisa & Desenvolvimento

Capital de domínio tecnológico

Para garantir suporte tecnológico às metas de crescimento de suas áreas de negócios, a Petrobras dedica recursos significativos a Pesquisa & Desenvolvimento (P&D). Em 2009, a empresa investiu aproximadamente R\$ 1,5 bilhão em P&D.

Boa parte desse investimento, em torno de R\$ 500 milhões, foi destinada a projetos com universidades e institutos de pesquisa brasileiros, em parcerias que vêm impulsionando o desenvolvimento tecnológico nacional na área de energia. Nesse sentido, destaca-se a inauguração de laboratórios de padrão mundial de excelência, dedicados a temas estratégicos para o negócio da companhia. Com instalações experimentais de ponta e projetos avançados de P&D em mais de 80 instituições de Ciência & Tecnologia de vários estados, a Petrobras proporciona um salto qualitativo à pesquisa no Brasil.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Centro de Pesquisas & Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes), da Petrobras, o maior centro de pesquisas aplicadas do Hemisfério Sul, está sendo ampliado. A expansão, a ser concluída em 2010, duplicará as áreas dedicadas a P&D. Seus 2.100 empregados formam um corpo técnico altamente qualificado: 60% dos profissionais têm curso superior e, desses, 56% possuem mestrado ou doutorado.

Exploração e Produção

A Petrobras vem se dedicando intensamente às pesquisas relacionadas ao desenvolvimento da produção do polo Pré-Sal e concluiu, em 2009, importantes etapas desse trabalho. Foram consolidados os modelos geológicos das bacias de Santos, Campos e Espírito Santo, a partir dos quais será possível determinar, com maior precisão, as áreas mais favoráveis à ocorrência de novos reservatórios.

A companhia obteve resultados tecnológicos importantes para a redução dos custos no Pré-Sal. Ensaio de corrosão em condições severas e análises de efeitos de interação entre as rochas carbonáticas (que formam os reservatórios do Pré-Sal) e os materiais utilizados na produção reduziram em 20% os custos de perfuração e geraram uma economia de US\$ 20 milhões por poço, com a substituição da metalurgia. Houve também uma redução significativa no tempo de perfuração na área do Pré-Sal, levando-se a economias no uso de sondas.

Os avanços da pesquisa contribuíram ainda para aumentar a recuperação do petróleo no Pré-Sal, garantir o escoamento do óleo e reduzir o impacto de precipitados (parafinas e asfaltenos) que podem prejudicar o fluxo do óleo.

Merece destaque a padronização dos projetos de plantas de processamento para oito unidades flutuantes de produção e estocagem de petróleo (FPSOs) que deverão ser utilizadas na área do Pré-Sal. Esse trabalho contribuiu para definir a solução técnico-econômica mais adequada para a nova província.

Gás e Energia

A companhia obteve avanços nas soluções tecnológicas para o aproveitamento do gás natural do Pré-Sal. Um exemplo é a tecnologia GTL (*gas to liquids*), pela qual o gás natural é processado e transformado em óleo sintético. Para realizar esse processamento em embarcações *offshore*, está em fase final de construção uma planta-piloto de GTL embarcado, que permitirá, a partir de 2010, avaliar essa tecnologia para uso nos Testes de Longa Duração (TLD) nos reservatórios do Pré-Sal.

A liquefação do gás natural é outra alternativa para o transporte *offshore* de gás. A Petrobras está desenvolvendo, com grandes empresas internacionais de engenharia, projetos básicos de unidades flutuantes de gás natural liquefeito, com tecnologia inédita no cenário mundial. Essas unidades poderão receber e processar o gás das unidades de produção.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Abastecimento

Com o objetivo de ampliar o processamento dos petróleos nacionais de elevada acidez, a Petrobras implementou, em 2009, uma nova metodologia para aperfeiçoar o planejamento das misturas de óleo nas refinarias. Assim, foi possível aumentar o processamento de petróleo em 60 mil bpd, reduzir a importação de óleo leve e aprimorar a confiabilidade dos processos de refino.

Na área de combustíveis, foi desenvolvida uma nova formulação para a Gasolina Podium da Refinaria Presidente Bernardes (RPBC), que reduziu a importação de componentes e gerou ganhos econômicos de 6% em relação à tradicional. Além disso, a tecnologia H-BIO, desenvolvida pela Petrobras para produzir óleo diesel a partir do coprocessamento de óleos vegetais, foi aprimorada para reduzir a formação de gases oriundos do processo.

Biocombustíveis

A produção de biodiesel cresceu em 2009 devido à ampliação em 90% da capacidade das plantas industriais de Candeias/BA, Quixadá/CE e Montes Claros/MG. A Unidade Experimental de Guamaré/RN, que produz biodiesel a partir de óleo de girassol ou soja, também teve sua capacidade aumentada e passou a operar em regime contínuo de produção, para realizar testes de tecnologias em maior escala.

Os testes em planta-piloto com enzimas e micro-organismos prosseguiram em 2009, com a finalidade de otimizar o processo de produção de etanol de segunda geração a partir de bagaço de cana. Com base nas informações obtidas, será construída, até 2011, uma unidade de produção em escala experimental.

Meio ambiente e sustentabilidade

Com relação ao sequestro de carbono, a Petrobras começou, em 2009, os testes de injeção de CO₂ em alta pressão, no campo terrestre de Miranga, em Pojuca/BA. Correntes de CO₂ deixarão de ser emitidas na atmosfera e serão injetadas nos poços, para aumentar o fator de recuperação de petróleo. Nesse processo serão testadas tecnologias de separação, captura e armazenamento de CO₂, que poderão contribuir para futuros projetos ligados ao desenvolvimento do Pré-Sal na Bacia de Santos.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Gestão em Responsabilidade Social

A responsabilidade social e ambiental é um dos pilares da estratégia corporativa da Petrobras, ao lado da rentabilidade e do crescimento, e orienta o relacionamento com seus públicos de interesse. A companhia atua com base nos dez princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), do qual é signatária desde 2003.

Em 2009, a Petrobras aprovou os Requisitos para a Gestão da Responsabilidade Social e Ambiental. Desenvolveu também um Plano de Ação para a Autodeclaração de Conformidade com esses requisitos, iniciativa pioneira que será implementada a partir de 2010.

A Petrobras é signatária e faz parte da Associação Regional de Companhias de Petróleo e Gás da América Latina e do Caribe (Arpel), na Iniciativa de Transparência na Indústria Extrativa (EITI), na Iniciativa de Parceria Contra a Corrupção (PACI) e no Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD).

Em 2009, a companhia passou a integrar o grupo de trabalho que está elaborando o suplemento setorial da Global Reporting Initiative (GRI), com indicadores específicos para o setor de óleo, gás e energia. Esse grupo é composto por grandes empresas internacionais do setor, sindicatos, investidores e representantes da sociedade civil, como organizações não governamentais ligadas às questões sociais, às ambientais e aos direitos indígenas.

A Petrobras participa do processo de elaboração da ISO 26000, futura norma internacional de responsabilidade social, e é parceira da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) no fomento da discussão dessa norma perante a sociedade brasileira.

Foram divulgados, em 2009, os resultados do Censo para a Diversidade Petrobras. O questionário foi elaborado de acordo com os padrões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e respondido por 31.745 pessoas, o equivalente a 61,39% dos empregados da Petrobras controladora. Essa participação, voluntária e autodeclaratória, serviu para o mapeamento da diversidade humana e cultural dos empregados.

Pelo quarto ano consecutivo, a Petrobras integra o Índice Dow Jones de Sustentabilidade, o mais importante índice mundial de sua categoria, utilizado como parâmetro de referência para análise dos investidores social e ambientalmente responsáveis.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Segurança, Meio Ambiente e Saúde

A Petrobras investiu R\$ 4,5 bilhões em ações voltadas para Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), em 2009.

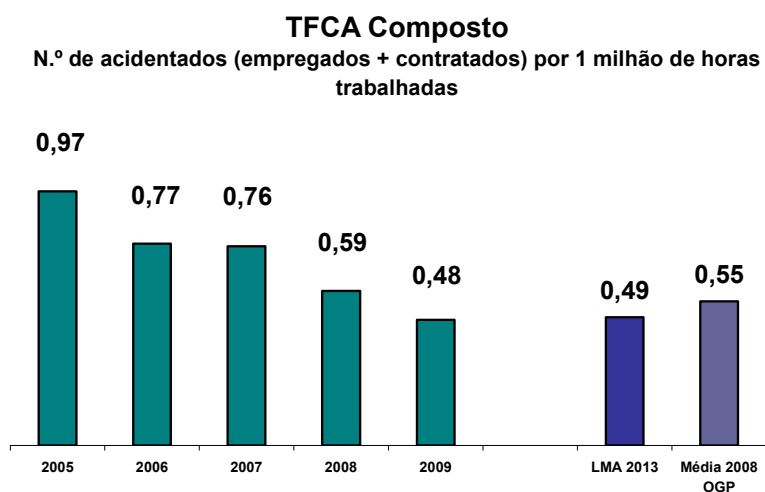
O projeto Excelência em SMS – que integra a Agenda Estratégica da Petrobras e congrega as principais iniciativas da companhia na área – foi revisado para atender ao expressivo crescimento e à diversificação dos negócios nos próximos anos.

A mudança global do clima foi objeto de grande atenção e mobilização na Petrobras, em 2009. Além de se engajar nos principais fóruns de discussão e negociação do assunto no País e no exterior, a companhia fez uma revisão do Projeto Estratégico Mudança Climática, que reúne as principais ações corporativas na área.

A Petrobras decidiu, ainda, unir a gestão das atividades relacionadas às mudanças climáticas e à eficiência energética, de modo a aproveitar a sinergia entre as áreas e potencializar os resultados de suas ações.

Segurança operacional

A Petrobras manteve em 2009 a tendência dos anos anteriores de melhoria das condições de segurança de suas operações. Prova disso é a Taxa de Frequência de Acidentados com Afastamento (TFCA), que ficou em 0,48 no ano. Esse resultado respeita o Limite Máximo Admissível (LMA) estabelecido no Plano de Negócios 2009-2013 e é comparável às melhores referências internacionais para a indústria de petróleo e gás.



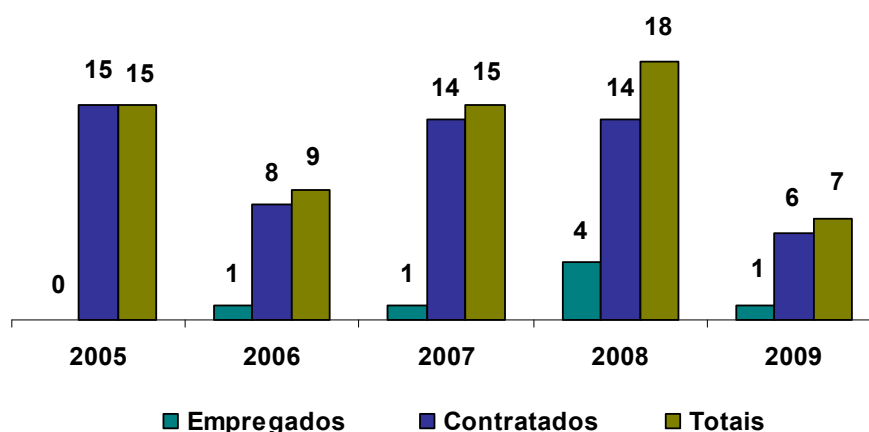
LMA – Limite Máximo Admissível OGP – International Association of Oil & Gas Producers

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O número de fatalidades na força de trabalho (empregados próprios e terceirizados) caiu de 18 para 7, enquanto a Taxa de Acidentados Fatais (TAF), equivalente ao número de fatalidades por 100 milhões de homens-hora de exposição ao risco, passou de 2,4 em 2008 para 0,81 em 2009. Essa queda demonstra a melhoria contínua nos resultados relativos à segurança na Petrobras.

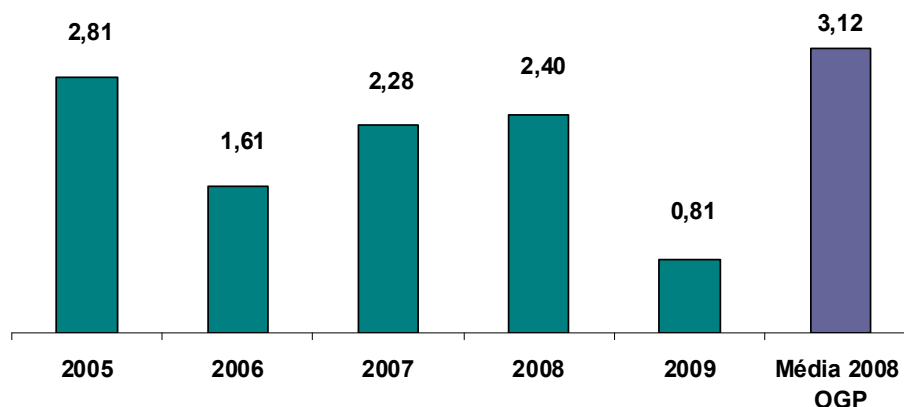
Número de Fatalidades



Nota: A partir de 2007, o indicador passou a incluir as fatalidades em acidentes de trânsito na área de Distribuição.

Taxa de Acidentados Fatais

N.º de fatalidades (empregados + contratados) por 100 milhões de horas trabalhadas



Nota: A partir de 2007, o indicador passou a incluir as fatalidades em acidentes de trânsito na área de Distribuição.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Meio ambiente

As iniciativas da Petrobras em 2009 tiveram como foco minimizar os impactos das atividades operacionais e dos produtos sobre o meio ambiente, com o objetivo de reduzir o consumo de recursos naturais e os efeitos poluentes.

No final de 2009, os sistemas de gestão ambiental de 93% das unidades certificáveis, no Brasil e no exterior, estavam em conformidade com a norma ISO 14001, de acordo com certificações realizadas por organismos nacionais e internacionais.

Emissões atmosféricas e mudança climática

O principal objetivo da Petrobras com relação à mitigação dos efeitos das mudanças climáticas é reduzir a intensidade das emissões de gases de efeito estufa em seus processos e produtos, de modo a atingir patamares de excelência. A companhia realiza desde 2002 um inventário anual de suas emissões para a atmosfera, incluindo os gases de efeito estufa. Os resultados desses inventários são verificados por consultores independentes e divulgados publicamente.

Dentre as ações mitigadoras, destacam-se o incremento da eficiência energética, o melhor aproveitamento do gás natural produzido em associação com o petróleo, a utilização de fontes renováveis de energia e a introdução de melhorias operacionais e tecnológicas nos processos produtivos.

No período de 2006 a 2009, a Petrobras evitou a emissão de aproximadamente 5 milhões de t de CO₂ equivalente em suas operações. A meta para 2013 é evitar a emissão de 4,5 milhões de t.

Recursos hídricos e efluentes

A Petrobras busca oportunidades de racionalização do uso da água e desenvolve, atualmente, 72 projetos relacionados a sistemas de tratamento, distribuição e reutilização de água, além de outros, voltados para a coleta e o tratamento de efluentes. Em 2009, a companhia captou aproximadamente 174 milhões de m³ de água doce para uso em suas operações, contra 195,2 milhões em 2008.

Um exemplo bem-sucedido de racionalização é a Refinaria de Capuava (Recap), em Mauá, no estado de São Paulo, que se tornou a primeira unidade industrial da companhia com descarte zero de efluentes. Todo o efluente é tratado e reutilizado pela própria refinaria e por outras empresas do polo petroquímico de Mauá. Com isso, a captação de água dos mananciais é reduzida em aproximadamente 880 mil m³/ano, o que torna maior o volume de água disponível para outros usos pela sociedade.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O aumento da ecoeficiência das instalações prediais é outra oportunidade que vem sendo aproveitada. As novas instalações do Cenpes, no Rio de Janeiro, foram projetadas para otimizar o uso da água. Em média, 75% da água consumida nas torres de resfriamento serão supridos a partir da reutilização de despejos oleosos, esgotos sanitários e outros efluentes. O projeto, com entrada em operação prevista para 2010, permitirá ainda a captação de 80 mil m³/ano de água da chuva, o que suprirá 65% do volume necessário para irrigação de jardins e descarga sanitária.

Resíduos

A Petrobras realiza de forma ambientalmente responsável a gestão de resíduos sólidos perigosos. Nos últimos anos, com o tratamento e a destinação de quantidades totais superiores às geradas anualmente, a companhia tem conseguido reduzir o armazenamento de resíduos não tratados.

Em 2009, considerando o total de resíduos sólidos perigosos de processo e de passivos ambientais, foram tratadas 582 mil t, contra uma geração de 531 mil t. As 254 mil t geradas pela Petrobras em seus processos industriais não ultrapassaram o LMA estabelecido para 2009, de 278 mil t.

	2007	2008	2009
Produção de hidrocarbonetos (milhões de boe/dia)	2,30	2,40	2,53
Produção de derivados (milhões de barris/dia)	2,04	1,97	2,01
Resíduos perigosos gerados (milhares de t)	296	233	254

Biodiversidade

A Petrobras aplica em suas operações, desde 2008, o Padrão de Gestão de Riscos e Impactos à Biodiversidade. Entre outros requisitos, esse padrão estabelece que as unidades da companhia devem identificar e caracterizar as áreas protegidas, sensíveis e vulneráveis nas regiões de influência de suas operações, avaliar os impactos potenciais das operações sobre essas áreas e implementar ações para a prevenção e a mitigação de tais impactos.

O Projeto Estratégico Excelência em SMS passou a incorporar e monitorar objetivos a serem atingidos até 2015 pelas áreas de negócio e pelas subsidiárias, com foco nos requisitos de excelência estabelecidos.

Dentre os diversos projetos, merecem destaque:

- **Projeto Habitats – Heterogeneidade Ambiental da Bacia de Campos (2007-2012)** – Desenvolvido em parceria com 20 universidades e instituições de pesquisa, visa ampliar o conhecimento da biodiversidade e da dinâmica ecológica da região.

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- **Projeto de Caracterização de Corais de Águas Profundas da Bacia de Campos (primeira fase 2004-2007, segunda fase 2008-2011)** – Objetiva o mapeamento e o conhecimento desses ecossistemas, com o envolvimento de sete universidades e instituições de pesquisa. Nesse projeto, um robô ROV (veículo de operação remota) está sendo empregado pela primeira vez no Brasil para pesquisas biológicas em águas profundas.

Atuação em emergências

Embora a atuação da Petrobras na área de SMS seja focada na prevenção, é essencial que a companhia esteja sempre apta a atuar eficazmente em situações de emergência, como vazamentos, minimizando o impacto sobre as pessoas e o meio ambiente.

Para tanto, a Petrobras conta com dez Centros de Defesa Ambiental (CDAs) em operação permanente, equipados com embarcações especiais, recolhedores de óleo e barreiras de contenção e absorção, além de profissionais capacitados. Treze bases avançadas ampliam a cobertura dos CDAs. A companhia mantém, ainda, em regime de operação permanente, três embarcações especializadas no combate a emergências: uma na Baía de Guanabara, a segunda no litoral de São Paulo e a terceira na costa de Sergipe e Alagoas.

Para exercitar seu sistema de combate a emergências, a Petrobras realizou, em 2009, 15 simulados regionais, que envolveram a Marinha do Brasil, a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar, além de órgãos ambientais, prefeituras e comunidades locais.

Vazamento de petróleo e derivados

Os vazamentos de petróleo e derivados em 2009 atingiram 254 m³, volume inferior em 62% ao LMA estabelecido para o ano. A tendência de níveis de vazamento bastante inferiores a 1 m³ por milhão de barris de petróleo produzidos vem sendo mantida, o que caracteriza um referencial de excelência na indústria mundial de petróleo e gás.

Saúde

A Petrobras acompanha os resultados na área de Saúde por indicadores como o Percentual de Tempo Perdido (PTP), referente aos afastamentos de empregados por doenças ou acidentes. Em 2009, foi registrado um PTP de 2,36%, superior em 0,15 p.p. ao LMA estabelecido para o ano. Além disso, com o objetivo de obter referenciais para orientar os programas voltados à promoção da saúde integral dos empregados, a companhia passou a monitorar dois novos indicadores proativos nessa área: Empregados Fisicamente Ativos, que avalia o grau de atividade física dos empregados, em contraponto ao sedentarismo; e Risco Coronariano, que mapeia o nível de risco de doenças coronarianas dos empregados.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

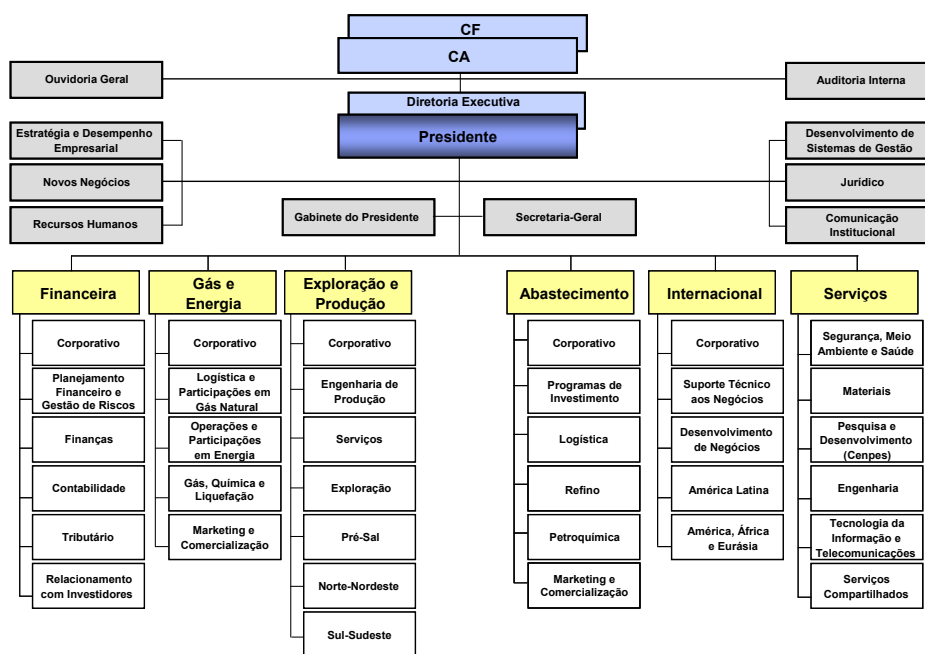
ORGANIZAÇÃO GERAL DA PETROBRAS

O modelo de organização da Petrobras vem sendo aprimorado para ajustar-se ao Plano Estratégico 2020. Nesse contexto, em 2009 foram promovidas mudanças na estrutura organizacional de unidades da companhia, especialmente em sua estrutura geral, entre as quais:

- **Área de Negócio de Gás e Energia** – Foi criada a gerência executiva de Gás, Química e Liquefação, e extinta a gerência executiva de Desenvolvimento Energético, cujas atribuições foram transferidas para a gerência executiva de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, vinculada à diretoria de Serviços.
- **Área de Negócio de Abastecimento** – Foi criada a gerência executiva de Programas de Investimento. As atividades de fertilizantes foram transferidas para a nova gerência executiva de Gás, Química e Liquefação (Área de Negócio de Gás e Energia).
- **Área Corporativa** – A gerência executiva de Estratégia e Desempenho Empresarial foi desmembrada em duas: gerência executiva de Estratégia Corporativa e gerência executiva de Desempenho Empresarial, ambas em fase de implementação.

Além disso, foram realizados projetos de reestruturação em diversas unidades no exterior, vinculadas à Área de Negócio Internacional.

ORGANIZAÇÃO GERAL DA COMPANHIA



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ANÁLISE FINANCEIRA

1. Resumo Econômico-Financeiro ⁽¹⁾

	CONSOLIDADO		PETROBRAS	
	2009	2008	2009	2008
• Receita Operacional Bruta (R\$ milhões)	230.504	266.494	175.571	207.990
• Receita Operacional Líquida (R\$ milhões)	182.710	215.118	134.034	161.710
• Lucro Operacional ⁽²⁾	44.633	44.605	33.690	41.905
• Lucro (Prejuízo) Líquido:				
Atividades Próprias	31.697	36.577	23.570	35.192
Subsidiárias/Coligadas	(84)	(874)	7.898	2.252
	31.613	35.703	31.468	37.444
Itens extraordinários ⁽³⁾	(2.631)	(2.715)	(2.155)	(974)
• Lucro líquido	28.982	32.988	29.313	36.470
• Endividamento Líquido ⁽⁴⁾	71.533	48.824	12.363	2.788
• EBITDA (R\$ milhões) ⁽⁵⁾	59.944	57.170	44.564	50.460
• Endividamento Líquido /EBITDA ^{(4) (5)}	1,19	0,85	0,28	0,06
• Ativo Total (R\$ milhões)	345.607	292.164	315.324	311.011
• Ativo Permanente ⁽⁶⁾ (R\$ milhões)	242.553	207.334	188.127	152.135
• Patrimônio Líquido (R\$ milhões)	159.465	138.365	163.879	144.051
• Relação Capital Próprio / Capital de Terceiros ⁽⁴⁾	50/50	50/50	55/45	48/52

COMPOSIÇÃO DO EBITDA

	CONSOLIDADO			CONTROLADORA		
	2009	2008	▲%	2009	2008	▲%
Lucro Operacional conforme Lei das S.A.	43.206	48.205	(10)	36.192	52.492	(31)
(-) Resultado Financeiro	2.838	(3.129)	(191)	6.666	(7.197)	(193)
(-) Participação em Investimentos	84	874	(90)	(7.898)	(2.252)	251
Participação de Empregados	(1.495)	(1.345)	11	(1.270)	(1.138)	12
Lucro Operacional	44.633	44.605	-	33.690	41.905	(20)
Depreciação/Amortização	14.767	11.632	27	10.322	7.952	30
(-) Prov. p/ perda no valor recuperável de ativos	544	933	(42)	552	603	(8)
EBITDA	59.944	57.170	5	44.564	50.460	(12)
Margem EBITDA (%)	33	27	6	33	31	2

Notas:

- Os valores expressos em Reais foram apurados em conformidade às práticas contábeis emanadas da legislação societária e às normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- Lucro operacional antes do resultado financeiro, da equivalência patrimonial e dos impostos.
- Considera-se como Itens Extraordinários valores referentes a fatos não previstos ou habituais aos negócios da Companhia e que, portanto, não são recorrentes.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

4. Inclui endividamento contraído através de compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controle de bens.
5. Resultado antes dos impostos, da participação dos acionistas não controladores, do resultado financeiro líquido, das participações em investimentos relevantes, e da depreciação, amortização, participação de empregados e provisão para perda na recuperação de ativos.
O EBITDA não é um indicador calculado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e possivelmente pode não servir de base de comparação com indicadores com o mesmo nome, apresentados por outras empresas. O EBITDA não deve ser considerado como um indicador substituto para medir lucro operacional, ou também como uma melhor forma de mensuração da liquidez e do fluxo de caixa das atividades operacionais. O EBITDA é uma informação adicional da capacidade de pagamento das dívidas, da manutenção de investimentos e da capacidade de cobrir necessidades de capital de giro.
6. Inclui investimentos societários, imobilizado, ativos intangíveis e diferido.

A comparação do Patrimônio Líquido e Lucro Líquido Consolidados com os correspondentes Patrimônio Líquido e Lucro Líquido da Petrobras (Controladora), pode ser demonstrada como segue:

CONCILIAÇÃO PL E LUCRO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO

	R\$ milhões	
	Patrimônio	Lucro
• Conforme informações da Petrobras em 31.12.2009	163.879	29.313
• Lucro na venda de produtos em estoques nas Subsidiárias	(537)	(537)
• Reversão de lucros nos estoques de exercícios anteriores	-	660
• Juros capitalizados	(143)	36
• Absorção de PL negativo de Controlada *	(3.584)	(526)
• Outras eliminações	(150)	36
Conforme informações Consolidadas em 31.12.2009	159.465	28.982

* De acordo com a Instrução CVM Nº 247/96, as perdas que forem consideradas de natureza não permanentes (temporárias) sobre os investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujas investidas não apresentem sinais de paralisação ou necessidade de apoio financeiro da investidora, devem ser limitadas até o valor do investimento da empresa controladora. Portanto, as perdas ocasionadas por passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) de controladas não influenciaram o resultado e o patrimônio líquido da Petrobras em 2009 gerando item de conciliação entre as Demonstrações Contábeis da Petrobras e as Demonstrações Contábeis Consolidadas.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2. Resultados Consolidados

A Petrobras, suas Subsidiárias e Controladas apresentaram um lucro líquido consolidado de R\$ 28.982 milhões no exercício social findo em 31.12.2009, após a eliminação das operações intercompanhias e a dedução da participação dos acionistas não controladores, apresentando uma redução 12% em relação ao exercício anterior (R\$ 32.988 milhões).

Contribuíram para esse desempenho:

- Manutenção do lucro bruto em relação ao exercício anterior, devido:
 - Redução dos preços médios de realização de derivados e petróleo no mercado interno e exportações (R\$ 27.423 milhões), com destaque para Nafta, QAV e Óleo Combustível, influenciados pelas cotações internacionais. Esses efeitos foram atenuados pelos reajustes do Diesel e da Gasolina de maio/08 a junho/09, permitindo que o preço médio de venda no país reduzisse em menor escala (11%), em relação aos custos unitários, e substituição do Diesel importado para revenda pela produção nacional, além da valorização da taxa média do Dólar no período (8,8%).

Possibilitando a absorção de:

- Redução dos custos médios unitários (R\$ 21.107 milhões), conseqüentes do menor gasto com importação de petróleo, derivados e gás e com participação governamental no país, compensada pelo maior custo com depleção e depreciação em função da revisão das reservas.
- As despesas operacionais mantiveram-se estáveis, destacando as principais variações:
 - Provisão para Perda no Valor Recuperável dos Ativos (R\$ 389 milhões), redução devido à maior provisão sobre os ativos de exploração e produção reconhecida em 2008, em função da baixa nas cotações do petróleo naquele período
 - Pesquisa e Desenvolvimento (R\$ 342 milhões), em consequência da redução na provisão destinada a contratação de projetos de instituições credenciadas pela ANP (R\$ 533 milhões), devido à menor cotação do petróleo que afeta a base de cálculo para fixação do investimento mínimo em pesquisa. Este efeito foi parcialmente compensado pelo aumento com serviços de terceiros;
 - Tributárias (R\$ 205 milhões), redução em razão do menor imposto retido, neste ano, na distribuição de dividendos entre as subsidiárias no exterior (R\$ 80 milhões), redução do PIS e COFINS sobre atividade não fim e IOF sobre operações financeiras (R\$ 52 milhões); e

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- Outras Despesas Operacionais (R\$ 876 milhões), aumento em virtude da despesa extraordinária com participação especial do campo de Marlim, em set/2009, conforme acordo entre a Petrobras e a ANP (R\$ 2.065 milhões). Este efeito foi compensado pela redução da perda com a desvalorização das *commodities* (R\$ 731 milhões), despesas não recorrentes como a provisão, em 2008, para contingências relacionadas com *royalties* adicionais do campo Guando, na Colômbia (R\$ 227 milhões), menores despesas de Relações Institucionais e Projetos Culturais (R\$ 158 milhões) e efeito cambial na conversão dessas despesas (R\$ 159 milhões), além da inclusão das novas operações do Chile e Japão.
- Resultado financeiro negativo (R\$ 5.967 milhões), em razão de perdas cambiais sobre ativos no exterior, combinadas com as perdas nas operações de *hedge* que superaram os ganhos sobre o endividamento líquido, conforme discriminado a seguir:

	R\$ milhões		
	2009	2008	Variação
Efeito Cambial sobre Endividamento Líquido	1.429	(1.342)	2.771
Variação Monetária sobre financiamentos	2.406	(322)	2.728
Despesas Financeiras Líquidas	(2.854)	(2.570)	(284)
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	981	(4.234)	5.215
Variação Cambial sobre Recursos Aplicados no Exterior via Controladas e SPE	(4.205)	5.019	(9.224)
Hedge sobre operações comerciais e financeiras	(373)	702	(1.075)
Títulos e Valores Mobiliários	764	585	179
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	8	585	(577)
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	(13)	472	(485)
Resultado Financeiro Líquido	(2.838)	3.129	(5.967)

- Aumento no resultado com participação em investimentos (R\$ 790 milhões), destacando o maior resultado do setor petroquímico (R\$ 682 milhões), que em 2008 tinha sido impactado pelas perdas cambiais sobre endividamento, e do segmento internacional (R\$ 127 milhões), refletindo maiores perdas com a refinaria de Pasadena em 2008, devido à amortização e ao impairment de ágio, em comparação com as perdas em 2009, decorrentes da diferença entre o valor justo estimado dos ativos líquidos e o definido pelo painel arbitral, relativa à aquisição dos 50% remanescentes das ações da refinaria de Pasadena.
- Participação dos acionistas não controladores (R\$ 4.842 milhões) nos ganhos cambiais sobre dívida de projetos estruturados e outros.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

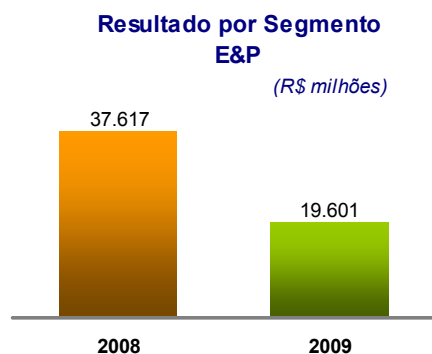
13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

3. Resultado por Área de Negócio

A Petrobras é uma Companhia que opera de forma integrada, sendo que a maior parte da produção de petróleo e gás, oriunda da área de Exploração e Produção, é transferida para outras áreas da Companhia.

Na apuração dos resultados, por área de negócio, são consideradas as transações realizadas com terceiros e as transferências entre as áreas de negócio, sendo estas valoradas por preços internos de transferência definidos entre as áreas e com metodologias de apuração baseadas em parâmetros de mercado.

a – Exploração e Produção



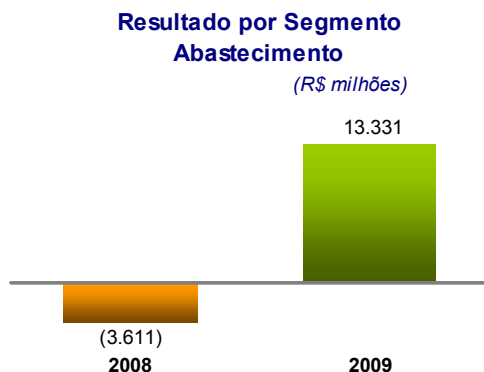
A redução no lucro líquido refletiu a mudança no patamar das cotações internacionais do petróleo e a despesa extraordinária com participação especial do campo de Marlim, conforme acordo entre a Petrobras e a ANP. Parte desses efeitos foi compensada pelo aumento de 6% na produção diária de óleo e LGN e pela redução nos custos com participações governamentais (24%).

O *spread* entre o preço médio do petróleo nacional vendido/transferido e a cotação média do *Brent* reduziu de US\$ 15,44/bbl em 2008, para US\$ 7,29/bbl em 2009, refletindo a valorização no mercado internacional dos petróleos “pesados”, em relação aos “leves”.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

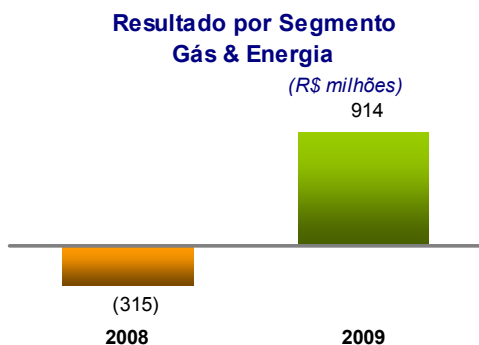
b – Abastecimento



O aumento no resultado decorreu dos menores custos de aquisição/transferência de petróleo e de importação de derivados, refletindo o comportamento das cotações internacionais do petróleo.

Parte desses fatores foi compensada pela redução do preço médio de realização dos derivados, refletindo os menores preços das exportações e, no mercado interno, dos derivados indexados aos preços internacionais.

c – Gás e Energia



O maior resultado decorreu dos seguintes fatores:

- aumento da receita fixa proveniente dos leilões de energia (Ambiente de Contratação Regulada), assim como pela exportação de energia;
- maior disponibilidade de energia para comercialização, em função da recuperação de lastro;

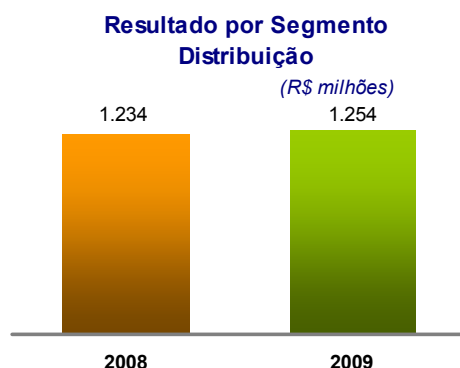
00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- elevação no nível dos reservatórios das hidrelétricas, reduzindo o custo médio de aquisição de energia e aumentando as margens da comercialização. Parte desse efeito foi compensada pela redução na geração termelétrica;
- redução dos custos de importação/transferência de gás natural, acompanhando o comportamento das referências internacionais.

Contribuiu também para elevação do resultado a conclusão dos empreendimentos em infraestrutura, o que possibilitou o escoamento da produção de gás natural e, conseqüentemente, evitou as penalidades por falha de fornecimento, incorridas em 2008.

d - Distribuição



O aumento no lucro líquido decorreu da elevação em 13% no volume vendido, refletindo principalmente a inclusão das atividades comerciais da Alvo Distribuidora, apesar do conseqüente aumento das despesas com vendas, gerais e administrativas (R\$ 313 milhões).

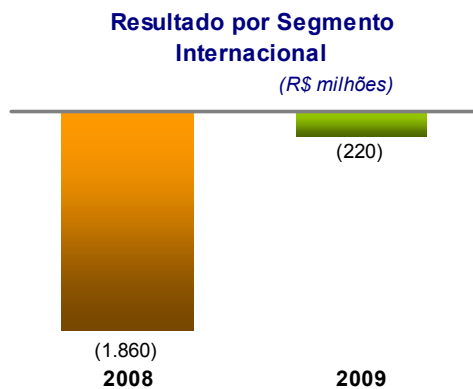
As margens de comercialização diminuíram 2%, em função dos menores preços médios de realização, compensando parte da elevação no resultado.

A participação no mercado de distribuição de combustíveis aumentou de 34,9% em 2008, para 38,6% em 2009.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

e - Internacional



Os principais eventos que influenciaram o resultado em 2009 foram:

- aumento do lucro bruto (R\$ 961 milhões), em função das melhores margens nas operações de refino nos EUA e Japão, maior volume de vendas de óleo, atenuado pela redução dos preços no mercado internacional;
- redução das perdas com desvalorização dos estoques (R\$ 261 milhões);
- reconhecimento em 2008, da provisão para redução do valor recuperável dos ativos (R\$ 330 milhões) e da perda pela devolução do Bloco 31, no Equador (R\$ 182 milhões).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

4. Resultado por Empresa

	R\$ milhões	
	2009	2008
• Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras - Controladora	29.313	36.470
• Petrobras Química S.A. – Petroquisa - Consolidado	216	(472)
• Petrobras Distribuidora S.A. – Consolidado	1.462	1.317
• Petrobras Gás S.A. – Gaspetro – Consolidado	1.617	715
• Downstream Participações S.A. – Consolidado	1.099	(1.422)
• Petrobras Transporte S.A. – Transpetro – Consolidado	400	381
• Petrobras International Finance Company – PifCo – Consolidado	1.009	(1.289)
• Petrobras International S.A. – PIB BV – Consolidado	(1.219)	(2.843)
• Petrobras Netherlands B.V. – PNBV – Consolidado	2.112	1.294
• Braspetro Oil Service Company – Brasoil – Consolidado	56	41
• Braspetro Oil Company – BOC – Consolidado	179	144
• Petrobras Comercializadora de Energia Ltda	166	46
• Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos	561	10
• Refinaria Abreu e Lima	575	-
• FIDC NP do Sistema Petrobras	2.318	1.312
• Petrobras Biocombustíveis S.A.	(92)	-
• SPE **	1.339	(674)
• Termoelétricas *	724	441
• Outros	94	(148)
• Menos: Eliminações e ajustes	(10.195)	(4.424)
• Participação dos acionistas não controladores	(2.752)	2.089
	28.982	32.988

* Termoçu, UTE Norte Fluminense, Termorio, Termobahia, Soc. Fluminense de Energia – SFE, Termoceará, Ibiritermo, Termomacacé Com., Termomacacé Ltda, UTE Juiz de Fora, Baixada Santista, Brasil PCH, Breitener e Brasympe.

** Cayman Cabiúnas Invest., Barracuda e Caratinga Leasing Company, Albacora Japão Petróleo, Cia de Recuperação Secundária – CRSec, Nova Transportadora do Sudeste, Nova Transportadora do Nordeste, Gasene, Manaus Geração Termelétrica Participações, Pdet Off Shore, Codajás Coari Participações, Companhia Mexilhão do Brasil, Charter Development e CIA Desenv. Modernização de Plantas Industriais - CDMPI.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

5. Volume de Vendas

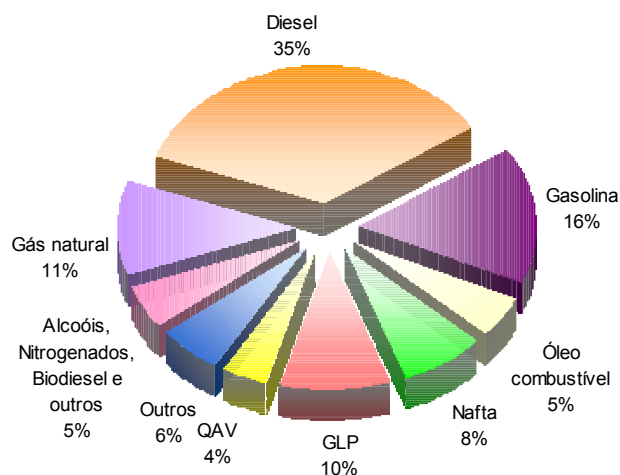
O volume de vendas no mercado interno foi 2% inferior ao de 2008, refletindo as vendas dos seguintes produtos:

- Óleo diesel (redução de 3%) – em função da queda do PIB no período, do aumento do percentual de biodiesel para 4%, da redução da produção da safra de grãos, do aumento da colocação de diesel por terceiros (importadores e Refinaria Riograndense) e acionamento emergencial de térmicas a diesel em 2008.
- Gasolina (redução de 2%) – em função da redução da frota de veículos movidos somente a gasolina e do aumento da colocação do produto no mercado por outros *players* em 2009, com destaque para gasolinas formuladas com importação de correntes por terceiros.
- Óleo Combustível (redução de 7%) – refletindo a redução da produção da indústria de transformação causada pela crise financeira, a redução no consumo das térmicas e a inexistência de consumo das indústrias de pelotização.
- Nafta (aumento de 9%) – em 2008 o consumo das unidades petroquímicas foi menor em função das paradas programadas e da crise que atingiu toda a cadeia.
- Gás natural (redução de 25%) – em função da desaceleração econômica e da substituição por óleo combustível para uso industrial e, também, a retração da demanda térmica devido aos maiores níveis dos reservatórios no sudeste, comparativamente ao início de 2008.

O aumento da produção de petróleo propiciou o incremento das exportações em 5%.

As vendas internacionais reduziram 3%, devido à redução da atividade de trading, em função da redução de oferta no mercado para os produtos anteriormente comercializados.

Volume de Vendas Mercado Interno - 2009
(2.106 mil barris/dia)

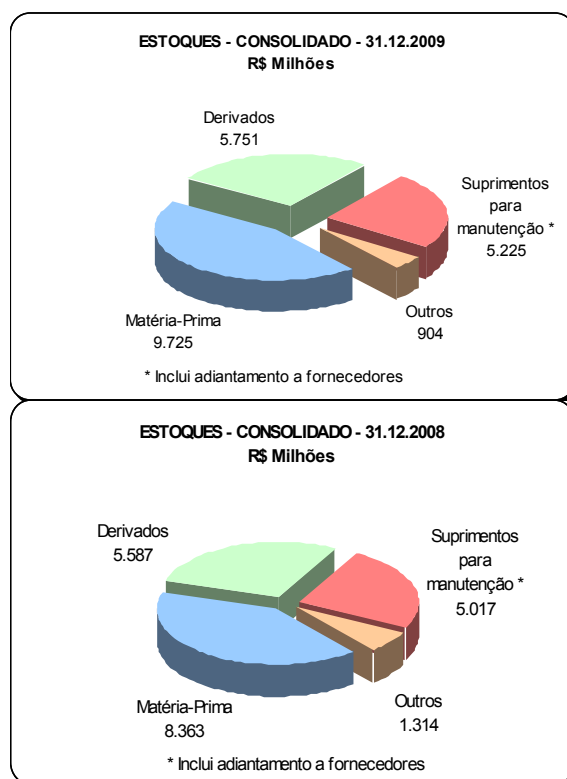


00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

6. Estoques

Os estoques consolidados de petróleo, derivados, matérias-primas e álcoois, atingiram o montante de R\$ 21.605 milhões em 31.12.2009, 7% superiores aos de 31.12.2008. Em 31.12.2009 a provisão para ajuste a valor de mercado dos estoques era de R\$ 609 milhões, contra R\$ 1.340 milhões no exercício de 2008.



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

7. Investimentos

A Petrobras, cumprindo as metas traçadas no seu planejamento estratégico, continua investindo prioritariamente no desenvolvimento de sua capacidade de produção de petróleo e gás natural, através de investimentos próprios e da estruturação de empreendimentos com parceiros. Em 2009, os investimentos totais alcançaram R\$ 70.757 milhões, representando um aumento de 33% sobre os recursos aplicados em 2008.

R\$ milhões					
	Exercício				
	2009	%	2008	%	Δ %
• Investimentos Diretos	63.663	90	46.526	87	37
Exploração e produção	30.819	44	24.662	46	25
Abastecimento	16.508	23	10.111	19	63
Gás e Energia	6.562	9	3.821	7	72
Internacional ⁽¹⁾	6.833	10	6.133	12	11
Distribuição	635	1	558	1	14
Corporativo	2.306	3	1.241	2	86
• Sociedades de Propósito Específico (SPEs) ⁽²⁾	5.564	8	5.645	11	-1
• Empreendimentos em Negociação	1.530	2	1.178	2	30
Total de investimentos	70.757	100	53.349	100	33
(1) Internacional	6.833	100	6.133	100	11
Exploração e produção	4.170	61	5.252	86	(21)
Abastecimento	1.259	18	448	7	181
Gás e Energia	218	3	250	4	(13)
Distribuição	1.142	17	41	1	2.685
Outros	44	1	142	2	(69)
Total de investimentos					
(2) Projetos Desenvolvidos por SPEs	5.564	100	5.645	100	(1)
Exploração e produção	815	15	1.531	27	(47)
Abastecimento	842	15	723	13	16
Gás e Energia	3.907	70	3.391	60	15
Total de investimentos					

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

8. Endividamento

O endividamento, referente a empréstimos e financiamentos no país e no exterior, atingiu R\$ 100.329 milhões, conforme demonstrado a seguir:

	R\$ MILHÕES		
	2009	2008	Δ %
Endividamento Curto Prazo (1)	15.277	13.859	10
Endividamento Longo Prazo (1)	85.052	50.854	67
Total	100.329	64.713	55
Disponibilidades	28.796	15.889	81
Endividamento líquido (2)	71.533	48.824	47
Endividamento líquido/(Endividamento líquido+Patrimônio Líquido) (1)	31%	26%	5
Passivo Total líquido (1) (3)	316.811	276.275	15
Estrutura de capital			
(capital de terceiros líquido / passivo total líquido)	50%	50%	-

	US\$ MILHÕES		
	2009	2008	Δ %
Endividamento Curto Prazo (1)	8.774	5.930	48
Endividamento Longo Prazo (1)	48.847	21.760	124
Total	57.621	27.691	108

(1) Inclui compromissos contratuais com transferência de benefícios, risco e controle de bens (R\$ 739 milhões em 31.12.2009 e R\$ 1390 milhões em 31.12.2008).

(2) Endividamento Total - Disponibilidades.

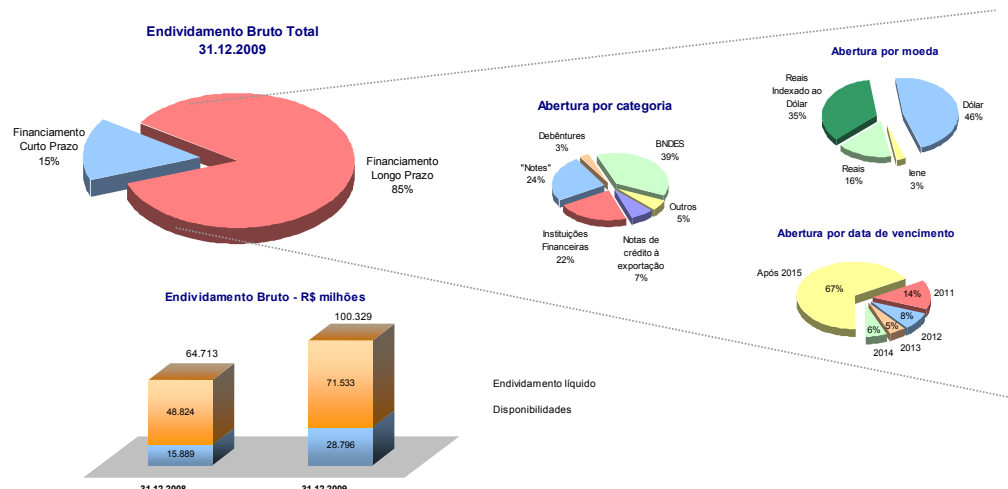
(3) Passivo total líquido de caixa/aplicações financeiras.

O endividamento líquido do Sistema Petrobras aumentou 47% em relação a 31.12.2008, em decorrência de captações de recursos, principalmente de longo prazo, que estão sendo aplicados no programa intensivo de investimentos, além da utilização de disponibilidades no pagamento antecipado de juros sobre capital próprio.

O nível de endividamento, medido através do índice da dívida líquida/EBITDA aumentou de 0,85 em 31.12.2008 para 1,19 em 31.12.2009. A estrutura de capital está representada por 50% de participação de capitais de terceiros.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



9. Retorno Operacional sobre o Capital Empregado (ROCE) e Rentabilidade do Patrimônio Líquido (ROE)

PERÍODO	ROCE	ROE
Exercício 2007	18%	20%
Exercício 2008	19%	25%
Exercício 2009	14%	19%

O Retorno do Capital Empregado reduziu 5 pontos percentuais em relação a 2008, em decorrência da diminuição da lucratividade, em função da redução dos preços de vendas e dos novos financiamentos, aplicados em investimentos de longo prazo de construção.

Já o Retorno sobre o Patrimônio Líquido reduziu 6 pontos percentuais, em decorrência das perdas cambiais durante o período em que a companhia manteve exposição líquida ativa em Dólar e a despesa extraordinária com participação especial.

A participação dos administradores nos lucros ou resultados será objeto de deliberação pela Assembléia Geral Ordinária, em 22 de abril de 2010, na forma disposta pelos artigos 41 e 56 do Estatuto Social da Companhia e pelas normas federais específicas.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

10. Ativos e Passivos sujeitos à Variação Cambial

Ativo	R\$ milhões		
	31.12.2009	30.09.2009	31.12.2008
Circulante	5.581	6.829	7.573
Disponibilidades	4.035	2.273	4.643
Outros ativos circulantes	1.546	4.556	2.930
Não Circulante	17.876	22.791	30.766
Recursos aplicados no exterior via controladas, no segmento internacional, em equipamentos de E&P para uso no Brasil e nas atividades comerciais	16.759	20.838	30.052
Outros Realizáveis a longo prazo	304	390	525
Investimentos	-	-	-
Imobilizado	813	1.563	189
Total do Ativo	23.457	29.620	38.339

Passivo	R\$ milhões		
	31.12.2009	30.09.2009	31.12.2008
Circulante	(11.977)	(15.601)	(9.063)
Financiamentos	(10.303)	(9.542)	(3.345)
Fornecedores	(1.088)	(4.410)	(4.387)
Outros passivos circulantes	(586)	(1.649)	(1.331)
Não Circulante	(15.203)	(12.452)	(12.470)
Financiamentos	(15.125)	(12.302)	(11.292)
Outros exigíveis a longo prazo	(78)	(150)	(1.178)
Total do Passivo	(27.180)	(28.053)	(21.533)

Ativo (Passivo) Líquido em Reais	(3.723)	1.567	16.806
(+) Fundos Cambiais *	-	5	2
(-) Empréstimos FINAME - em reais indexado ao dólar	(179)	(284)	(344)
(-) Empréstimos BNDES - em reais indexado ao dólar	(25.368)	(24.876)	-
Ativo (Passivo) Líquido em Reais	(29.270)	(23.588)	16.464

* O resultado das aplicações em fundos cambiais está refletido nas Receitas Financeiras

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

11. Patrimônio Líquido, Destinação do Resultado e Dividendos

Em 31 de dezembro de 2009, o Patrimônio Líquido da Petrobras (Controladora) atingiu o montante de R\$ 163.879 milhões, correspondendo a R\$ 18,68 por ação.

O valor de mercado da Companhia alcançou R\$ 347.085 milhões.

a) Destinação do Resultado do Exercício

Para o lucro líquido da Controladora, estão sendo propostas as seguintes destinações:

	R\$ milhões	
Lucro Líquido do Exercício		29.313
• Destinações:		
•• Para Reservas:		
Reserva Legal (art. 193 da Lei 6.404/76) constituída a razão de 5% do lucro líquido	1.466	
Reserva Estatutária (art. 194 da Lei 6.404/76)	395	
Reserva de Incentivos fiscais (art. 195 - A da Lei 6.404/76)	554	
Retenção de lucros (art. 196 da Lei 6.404/76)	18.563	20.978
•• Para acionistas:		
Juros sobre o capital próprio	7.195	
Dividendos	1.140	8.335

b) Aumento do Capital Social

Está sendo proposta à Assembléia Geral Extraordinária de 22.04.2010, a incorporação ao capital de parte de reservas de lucros no montante de R\$ 5.627 milhões, sendo R\$ 899 milhões da reserva estatutária, e R\$ 4.713 milhões da reserva de retenção de lucros, de acordo com o artigo 199, da Lei nº 6.404/76 e R\$ 15 milhões de parte de reserva de incentivos fiscais constituída em 2009, em atendimento ao artigo 35 parágrafo 1º, da Portaria nº 2.091/07 do Ministro de Estado da Integração Nacional e de reservas de capital no montante de R\$ 515 milhões sem a emissão de novas ações, aumentando o capital de R\$ 78.967 milhões para R\$ 85.109 milhões, de acordo com o artigo 169, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

c) Proposta de Retenção de Lucros

Na Assembléia Geral de Acionistas, a ser realizada em 22.04.2010, está sendo proposta uma retenção de lucros no montante de R\$ 18.573 milhões, sendo a parcela de R\$ 18.563 milhões provenientes do lucro do exercício de 2009 e R\$ 10 milhões do saldo remanescente de lucros oriundos de exercícios anteriores, que se destina a atender parcialmente o programa anual de investimentos da Companhia, estabelecido no Orçamento de Capital do exercício de 2010, também a ser deliberado na Assembléia Geral de Acionistas.

d) Remuneração aos Acionistas

O Conselho de Administração da Petrobras, com base em disposições estatutárias, está propondo à Assembléia Geral Ordinária do dia 22.04.2010, a distribuição de um dividendo relativo ao exercício de 2009, no montante de R\$ 8.335 milhões, correspondente a 30,53% do lucro básico para fins de dividendo equivalente a R\$ 0,95 por ação ordinária e preferencial, indistintamente, conforme abaixo demonstrado:

Demonstração do lucro básico da Controladora para fins de dividendos

	R\$ milhões
Lucro Líquido do Exercício	29.313
Apropriação:	
Reserva Legal (art. 193 da Lei 6.404/76)	(1.466)
Reserva de Incentivos Fiscais	(554)
(+) Reversões/Adições:	
Reserva de Reavaliação	10
(=) Lucro básico para determinação do dividendo	27.303
Dividendo proposto, equivalente a 30,53% do lucro básico - R\$ 0,95 por ação (29,04% em 2008, R\$ 1,13 por ação) composto de:	
Juros sobre Capital Próprio	7.195
Dividendos	1.140
Total de Dividendos Propostos	8.335
Menos:	
Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente	(6.142)
Atualização dos juros sobre o capital próprio antecipados	(24)
	(6.166)
Saldo de dividendos propostos	2.169

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Os dividendos propostos para o exercício de 2009 incluem a parcela de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 7.195 milhões (R\$ 0,82 por ação), dos quais serão descontados os juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente no montante de R\$ 6.142 milhões, sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para acionistas imunes e isentos e corrigidas pela taxa SELIC desde a data do pagamento até 31.12.2009. A parcela final dos juros sobre o capital próprio juntamente com os dividendos, no valor de R\$ 1.140 milhões, será disponibilizada com base na posição acionária de 22.04.2010, data da AGO, que deliberará sobre o assunto. Esses valores serão atualizados monetariamente, de acordo com a variação da taxa SELIC, a partir de 31.12.2009 até a data de início do pagamento, a ser definido em AGO.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09 (MP 449/08), complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e de normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 19 de março de 2010, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

Adicionalmente, a Companhia está apresentando as seguintes informações:

1.1 Relatório por segmento de negócio

As informações por segmentos de negócios foram preparadas de acordo com a norma norte-americana de contabilidade SFAS-131 emitida pelo “Financial Accounting Standards Board”, a qual foi referendada pelo Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007.

Nas demonstrações por área de negócio, as operações da Companhia estão estruturadas de acordo com os seguintes segmentos: Exploração e Produção, Abastecimento, Gás e Energia, Distribuição, Internacional e grupo de órgãos corporativos.

1.2 Balanço social

O balanço social demonstra os indicadores sociais, ambientais, o quantitativo funcional e informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial. Algumas informações foram obtidas por meio de registros auxiliares e informações gerenciais da Companhia.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2 Princípios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2009 e 2008 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as demonstrações contábeis da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e das seguintes empresas subsidiárias, controladas, controladas em conjunto e sociedades de propósito específicos (SPE):

	Participação no capital - %			
	2009		2008	
	Subscrito e integralizado	Votante	Subscrito e integralizado	Votante
Subsidiárias e controladas				
Petrobras Química S.A. - Petroquisa e suas controladas (v)	100,00	100,00	100,00	100,00
Petrobras Distribuidora S.A. - BR e suas controladas (v)	100,00	100,00	100,00	100,00
Braspetro Oil Services Company - Brasoil e suas controladas (i)	100,00	100,00	100,00	100,00
Braspetro Oil Company - BOC e suas controladas (i)	99,99	99,99	99,99	99,99
Petrobras International Braspetro B.V. - PIBBV e suas controladas (i) (v) (vi)	100,00	100,00	100,00	100,00
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda. - PBEN (vii)	100,00	100,00	100,00	100,00
Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. - E-Petro e sua controlada (v) (ix)	100,00	100,00	100,00	100,00
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro e suas controladas (v)	99,99	99,99	99,97	99,99
Petrobras International Finance Company - PifCo e suas controladas (i)	100,00	100,00	100,00	100,00
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro e sua controlada	100,00	100,00	100,00	100,00
Downstream Participações Ltda. e sua controlada	99,99	99,99	99,99	99,99
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV e suas controladas (i) (v)	100,00	100,00	100,00	100,00
FAFEN Energia S.A. e sua controlada	100,00	100,00	100,00	100,00
5283 Participações Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00
Baixada Santista Energia Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00
Sociedade Fluminense de Energia Ltda. - SFE	100,00	100,00	100,00	100,00
Termorio S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00
Termoceará Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00
Termomacaré Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00
Termomacaré Comercializadora de Energia Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII	99,00	99,00	99,00	99,00
Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00
Termobahia S.A.	98,85	98,85	98,85	98,85
Petrobras Biocombustível S.A. (v)	100,00	100,00	100,00	100,00
Refinaria Abreu e Lima S.A. (viii)	100,00	100,00	100,00	100,00
Cordoba Financial Services GmbH - CFS e sua controlada (i)	100,00	100,00	100,00	100,00
Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos S.A. - CLEP	100,00	100,00		
Marlim Participações S.A. e sua controlada	100,00	100,00		
NovaMarlim Participações S.A. e sua controlada	43,43	43,43		
Comperj Participações S.A.	100,00	100,00		
Comperj Petroquímicos Básicos S.A.	100,00	100,00		
Comperj PET S.A.	100,00	100,00		
Comperj Estirênicos S.A.	100,00	100,00		
Comperj MEG S.A.	100,00	100,00		
Comperj Poliolefinas S.A.	100,00	100,00		
Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda (x)			100,00	100,00
Ipiranga Asfalto S.A.(x)			100,00	100,00
Controladas em conjunto				
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (ii)	10,00	10,00	10,00	10,00
GNL do Nordeste Ltda. (ii)	50,00	50,00	50,00	50,00
Ibiriterno S.A. (iii)	50,00	50,00	50,00	50,00
Termoçu S.A. (ii)	76,87	76,87	74,80	74,80
Participações em Complexos Bioenergéticos S.A. - PC BIOS (ii)	50,00	50,00	50,00	50,00
PMCC Projetos de Transporte de Alcool S.A. (ii)	33,33	33,33	33,33	33,33
Brentech Energia S.A. (ii)	30,00	30,00	30,00	30,00
Brasil PCH S.A. (ii)	42,33	42,33	42,33	42,33
Brasympe Energia S.A. (ii)	20,00	20,00	20,00	20,00
Breitener Energética S.A. (ii)	30,00	30,00	30,00	30,00
Cia Energética Manauara S.A. (ii)	40,00	40,00	40,00	40,00
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (ii)	33,20	33,20		

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Sociedades de Propósito Específico - SPE (iv)

Albacora Japão Petróleo Ltda.
Barracuda & Caratinga Leasing Company B.V. (i)
Cayman Cabiunas Investment CO. (i)
Charter Development LLC - CDC (i)
Codajas Coari Participações Ltda.
Companhia de Desenvolvimento e Modernização de Plantas Industriais - CDMPI
Companhia de Recuperação Secundária S.A. - CRSEC
Gasene Participações Ltda.
Manaus Geração Termelétrica Participações Ltda.
Nova Transportadora do Nordeste S.A. - NTN
Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS
PDET Offshore S.A.
Companhia Mexilhão do Brasil

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-padronizados do Sistema Petrobras

- (i) Empresas sediadas no exterior com demonstrações contábeis elaboradas em moeda estrangeira.
- (ii) Empresas com administração compartilhada, consolidadas na proporção das participações no capital social.
- (iii) Empresas com administração compartilhada, consolidadas integralmente, cujas atividades são controladas pela Petrobras de acordo com a Instrução CVM nº 408/2004.
- (iv) Sociedades de Propósito Específico - SPE, que na essência de sua relação com a Petrobras, indicam que suas atividades operacionais são controladas, direta ou indiretamente, individualmente ou em conjunto, pela Companhia, são consolidadas conforme determina a Instrução CVM nº 408/2004.
- (v) Empresas com participação em controladas em conjunto.
- (vi) Participação de 20,13% da 5283 Participações Ltda.
- (vii) Participação de 0,09% da Petrobras Gás S. A. - Gaspetro.
- (viii) Participação de 0,01% da Downstream.
- (ix) Participação de 0,05% da Downstream.
- (x) Empresas aportadas em 2009 na Petrobras Distribuidora.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- das participações no capital e reservas mantidas entre elas;
- dos saldos de contas correntes e outras, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas;
- das parcelas de resultados do exercício, do ativo circulante e não-circulante que correspondem a resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas; e
- dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre as empresas.

O deságio não alocado é apresentado no Consolidado, como receita diferida no passivo não circulante.

A conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido do exercício consolidado com os correspondentes patrimônio líquido e lucro líquido do exercício da Controladora, em 31 de dezembro de 2009 e 2008, é demonstrada como segue:

	R\$ mil			
	Patrimônio líquido		Lucro líquido do exercício	
	2009	2008	2009	2008
Conforme demonstrações contábeis consolidadas	159.464.599	138.365.282	28.981.708	32.987.792
Lucro na venda de produtos em estoques em Subsidiárias e controladas, líquido de impostos	536.787	659.645	536.787	659.645
Reversão de lucros nos estoques de exercícios anteriores			(659.645)	(685.996)
Juros capitalizados	142.775	460.139	(35.892)	(38.188)
Absorção de passivo a descoberto de controlada (*)	3.584.428	4.160.318	526.843	3.507.491
Outras eliminações	150.462	405.755	(36.383)	38.805
Conforme demonstrações contábeis da controladora	163.879.051	144.051.139	29.313.418	36.469.549

(*) De acordo com a Instrução CVM nº 247/96, as perdas que forem consideradas de natureza não permanentes (temporárias) sobre os investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujas investidas não apresentem sinais de paralisação ou necessidade de apoio financeiro da investidora, devem ser limitadas até o valor do investimento da empresa controladora. Portanto, os passivos a descoberto (patrimônio líquido negativo) de determinadas controladas não influenciaram o resultado e o patrimônio da Petrobras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, gerando item de conciliação entre as demonstrações contábeis da Controladora e as demonstrações contábeis consolidadas.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3 Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real, conforme definido pela Administração.

As variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas, com moeda funcional distinta da controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado quando da realização dos investimentos.

A demonstração do resultado das investidas, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da controladora, é convertida pela taxa de câmbio média mensal, e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

3.2 Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. Essas estimativas incluem: reservas de petróleo e gás, passivos de planos de pensão e de saúde, depreciação, exaustão e amortização, custos de abandono, provisões para passivos contingentes, valor de mercado de instrumentos financeiros, imposto de renda e contribuição social. Embora a Administração utilize premissas e julgamentos que são revisados periodicamente, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3.3 Apuração do resultado, ativos e passivos circulantes e não circulantes

O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui: os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes, incluindo, quando aplicável, os efeitos de ajustes a valor presente das transações relevantes, ajustes ao valor de mercado ou de realização, bem como a provisão para devedores duvidosos constituída em limite considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.

A receita de vendas é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por aplicações de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em numerário, com vencimento em três meses ou menos da data de aquisição.

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3.5 Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica os títulos e valores mobiliários no reconhecimento inicial, com base nas estratégias da Administração para esses títulos, sob as seguintes categorias:

- Os títulos para negociação são mensurados ao valor justo. Os juros e atualização monetária e a variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registrados no resultado quando incorridos.
- Os títulos disponíveis para venda são mensurados ao valor justo. Os juros e atualização monetária são registrados no resultado, quando incorridos, enquanto que as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registradas em ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, sendo transferidos para o resultado do exercício, quando de sua liquidação.
- Os títulos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo de aquisição, acrescidos por juros e atualização monetária que são registrados no resultado quando incorridos.

3.6 Estoques

Os estoques estão demonstrados da seguinte forma:

- As matérias-primas compreendem principalmente os estoques de petróleo, que estão demonstrados pelo valor médio dos custos de importação e de produção, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização;
- Os derivados de petróleo e álcool estão demonstrados ao custo médio de refino ou de compra, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização;
- Os materiais e suprimentos estão demonstrados ao custo médio de compra que não excede ao de reposição, as importações em andamento demonstradas ao custo identificado e os adiantamentos apresentados pelo valor efetivamente desembolsado.

3.7 Investimentos societários

São avaliados pelo método da equivalência patrimonial, os investimentos em controladas, controladas em conjunto e também em coligadas nos quais a administração tenha influência significativa, e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3.8 Imobilizado

Estão demonstrados pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 para as empresas sediadas no Brasil, e no exercício de 2002 para as empresas sediadas na Argentina, e os direitos que tenham por objetos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, decorrentes de operações que transferiram os benefícios, riscos e controles desses bens, estão demonstrados pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do contrato.

Os equipamentos e instalações relacionados com a produção de petróleo e gás cativos aos respectivos poços desenvolvidos são depreciados de acordo com o volume de produção mensal em relação às reservas provadas e desenvolvidas de cada campo produtor. Para os ativos com vida útil menor do que a vida do campo ou que são vinculados a campos com diversas fases de desenvolvimento da produção, é utilizado o método linear. Outros equipamentos e ativos não relacionados com a produção de petróleo e gás são depreciados pelo método linear de acordo com a vida útil estimada.

Os gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás são registrados de acordo com o método dos esforços bem sucedidos. Esse método determina que os custos de desenvolvimento de todos os poços de produção e dos poços exploratórios bem sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados, enquanto os custos de geologia e geofísica devem ser considerados despesas do período em que forem incorridos e os custos com poços exploratórios secos e os vinculados às reservas não comerciais devem ser registrados no resultado quando são identificados como tal.

Os custos capitalizados são depreciados, utilizando-se o método das unidades produzidas em relação às reservas provadas e desenvolvidas. Essas reservas são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo da Companhia de acordo com padrões internacionais e revisadas anualmente ou quando há indicação de alteração significativa.

Os gastos relevantes realizados com manutenção das unidades industriais e dos navios, que incluem peças de reposição, serviços de montagem e desmontagem, entre outros, são registrados no imobilizado. Tais paradas ocorrem em períodos programados (campanha), em média de 4 anos, e os respectivos gastos são depreciados como custo de produção até o início da parada seguinte.

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3.9 Ativos Intangíveis

Estão demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por “*impairment*”. São compostos por direitos e concessões que incluem, principalmente, os bônus de assinatura pagos pela obtenção de concessões para exploração de petróleo ou gás natural, além de marcas e patentes, softwares e ágio por expectativa de rentabilidade futura (“*goodwill*”) decorrente de aquisição de participação com controle (controladas e controladas em conjunto). O ágio decorrente de aquisição de participação em coligadas é apresentado no investimento. A partir de 2009, esses ágios não são mais amortizados, estando sujeitos ao teste por “*impairment*”, o efeito dessa amortização em 2008 totalizou R\$ 247.972 mil na Controladora e R\$ 340.163 mil no Consolidado.

Os bônus de assinatura são amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas totais, enquanto que os demais intangíveis são amortizados linearmente pela vida útil estimada.

3.10 Diferido

A Companhia manteve o saldo do ativo diferido de 31 de dezembro de 2008, que continuará a ser amortizado em até 10 anos, sujeito ao teste de redução ao valor recuperável de ativos (“*impairment*”), em conformidade com a Lei 11.941/09.

3.11 Redução ao valor recuperável – “*Impairment*”

A Companhia avalia os ativos do imobilizado, do intangível com vida útil definida e do diferido quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

Este valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto. Esta taxa deriva da taxa pós-imposto estruturada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC). As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado, curvas de produção associadas aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis. Os ativos vinculados a exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás são revisados anualmente, campo a campo, para identificação de possíveis perdas na recuperação, com base no fluxo de caixa futuro estimado.

A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, exceto com relação à redução no valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura.

3.12 Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo menos os custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa de juros efetiva.

3.13 Contratos com transferência de benefícios, riscos e controle de bens

A Companhia registra em seu ativo imobilizado, pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do contrato, os direitos que tenham por objetos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia decorrentes de operações que transferiram os benefícios, riscos e controle destes bens, assim como sua obrigação correlata.

3.14 Abandono de poços e desmantelamento de áreas

A obrigação futura com abandono de poços e desmantelamento de área de produção está contabilizada pelo seu valor presente, descontada a uma taxa livre de risco, sendo registrada integralmente no momento da declaração de comercialidade de cada campo, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão, registrada no passivo, que suportará tais gastos.

3.15 Instrumentos financeiros derivativos e operações de “*hedge*”

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram reconhecidos no balanço da Companhia, tanto no ativo quanto no passivo, e são mensurados pelo valor justo.

Nas operações com derivativos, para proteção das variações nos preços de petróleo e derivados e de moeda, os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo são registrados no resultado financeiro.

Para as operações de “*hedge*” de fluxo de caixa, os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo são registrados em ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, até a sua liquidação.

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3.16 Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais e prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

3.17 Benefícios concedidos a empregados

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados, conforme Deliberação CVM nº 371/00, com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período laborativo dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são incluídos ou excluídos, respectivamente, na determinação do compromisso atuarial líquido e são amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos.

A Companhia também contribui para os planos nacionais de pensão e seguridade social de subsidiárias internacionais, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

3.18 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções governamentais para investimentos, recebidos a partir de 1º janeiro de 2008, são reconhecidas como receita ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática, aplicando-se na Petrobras da seguinte forma:

- Subvenções com reinvestimentos: na mesma proporção da depreciação do bem, e
- Subvenções diretas relacionadas ao lucro da exploração: diretamente no resultado.

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores apropriados no resultado serão destinados à reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido.

Os saldos das reservas de capital referentes às doações e subvenções para investimento, em 31 de dezembro de 2007, foram mantidos no patrimônio líquido até a sua total utilização, na forma prevista na Lei 6.404/76.

3.19 Reserva de reavaliação

A Companhia manteve o saldo das reservas de reavaliação de 31 de dezembro de 2007 até sua total realização, em consonância com a Lei 11.638/07.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4 Caixa e equivalentes de caixa

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Caixa e bancos	2.749.353	2.622.270	645.862	394.220
Aplicações financeiras				
- No País				
Fundos de investimentos exclusivos:				
.Cambial				
.DI	10.636.809	1.454.268	8.428.509	7.696
.Títulos Públicos	6.992.964	3.492.197		
.Direitos Creditórios			3.442.384	6.338.839
Fundos de investimentos financeiros:				
.Cambial	4.008	2.223		
.DI	1.283.825	1.685.713		
Outros	205.568	237.519	114.085	85.247
	<u>19.123.174</u>	<u>6.871.920</u>	<u>11.984.978</u>	<u>6.431.782</u>
- No Exterior				
. "Time deposit"	5.380.969	4.005.280	3.950.737	3.989.814
. Título de Renda fixa	1.542.218	2.389.126	216.536	452.498
	<u>6.923.187</u>	<u>6.394.406</u>	<u>4.167.273</u>	<u>4.442.312</u>
Total das aplicações financeiras	<u>26.046.361</u>	<u>13.266.326</u>	<u>16.152.251</u>	<u>10.874.094</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>28.795.714</u>	<u>15.888.596</u>	<u>16.798.113</u>	<u>11.268.314</u>

As aplicações financeiras no país possuem liquidez imediata e são representadas por quotas de fundos exclusivos, cujos recursos estão aplicados em títulos públicos federais e operações de derivativos, executadas pelos gestores dos fundos, com contratos futuros de dólar norte-americano e de DI (Depósito Interbancário) com garantia da BM&F (Bolsa de Mercadorias & Futuros). Os fundos exclusivos não possuem obrigações financeiras significativas, limitando-se às obrigações diárias de ajuste das posições na BM&F, serviços de auditoria, taxas de serviços relativas à custódia dos ativos e execução de operações financeiras e demais despesas administrativas. Os saldos das aplicações financeiras estão atualizados pelos rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de dezembro de 2009, a Controladora mantinha recursos investidos no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados ("FIDC-NP") do Sistema Petrobras. Esse fundo de investimentos é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas pelas empresas do Sistema Petrobras e visa à otimização da gestão financeira do caixa da Controladora e suas Subsidiárias. As cessões de direitos creditórios registradas no Passivo circulante da Controladora no montante de R\$ 14.318.379 mil (R\$ 5.764.529 mil em 2008) foram compensadas no Consolidado com os valores aplicados no FIDC-NP. Os investimentos em títulos públicos do FIDC-NP estão registrados em Caixa e equivalentes de caixa (Consolidado) em função dos seus respectivos prazos de realização.

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, a Companhia e as suas subsidiárias PifCo e Brasoil mantinham recursos investidos em fundo de investimento no exterior, que detinha, entre outros, títulos de dívidas de empresas do Sistema Petrobras e de Sociedade de Propósito Específico relacionados a projetos da Companhia, principalmente aos projetos CLEP, Malhas e Marlim Leste (P-53) e Gasene equivalentes a R\$ 12.724.142 mil (R\$ 11.595.171 mil em 31 de dezembro de 2008). Esses valores, referente às empresas que são consolidadas, foram compensados no saldo de financiamentos nos passivos circulante e não circulante.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5 Contas a receber, líquidas

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Cientes				
Terceiros	15.040.474	14.273.886	2.187.257	3.550.726
Partes relacionadas (Nota 6.1)	1.125.436	1.198.572	56.973.820	103.132.236 (*)
Outras	3.646.082	3.571.698	3.731.629	2.604.744
	<u>19.811.992</u>	<u>19.044.156</u>	<u>62.892.706</u>	<u>109.287.706</u>
Menos: provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(2.542.302)</u>	<u>(2.813.902)</u>	<u>(306.110)</u>	<u>(291.265)</u>
	17.269.690	16.230.254	62.586.596	108.996.441
Menos: contas a receber não circulante, líquidas	<u>(3.285.420)</u>	<u>(1.326.522)</u>	<u>(49.742.215)</u>	<u>(91.626.391)</u>
Contas a receber a curto prazo, líquidas	<u>13.984.270</u>	<u>14.903.732</u>	<u>12.844.381</u>	<u>17.370.050</u>

(*) Não contempla os saldos de dividendos a receber de R\$ 2.508.981 mil em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 987.986 mil em 31 de dezembro de 2008), ressarcimentos a receber de R\$ 1.511.022 mil em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 1.143.898 mil em 31 de dezembro de 2008) e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de R\$ 4.678.719 mil em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 5.816.275 mil em 31 de dezembro de 2008).

Mutação da provisão para créditos de liquidação duvidosa	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Saldo em 1º de janeiro	2.813.902	2.287.957	291.265	202.692
Adições (*)	246.126	561.942	36.909	99.315
Baixas (*)	(517.726)	(35.997)	(22.064)	(10.742)
Saldo em 31 de dezembro	<u>2.542.302</u>	<u>2.813.902</u>	<u>306.110</u>	<u>291.265</u>
Circulante	1.545.853	1.499.770	306.110	291.265
Não circulante	<u>996.449</u>	<u>1.314.132</u>		

(*) Inclui variação cambial credora sobre provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída em empresas no exterior.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6 Partes relacionadas

As operações comerciais da Petrobras com suas subsidiárias, controladas e sociedades de propósito específico são efetuadas a preços e condições de mercado. As operações de compra de petróleo e derivados efetuadas pela Petrobras com a subsidiária PifCo possuem prazo maior de liquidação em função de a PifCo ser uma subsidiária criada para este fim, com a cobrança dos devidos encargos incorridos no período. Os repasses de pré-pagamento de exportações são efetuados nas mesmas taxas obtidas pela subsidiária. As operações de mútuo são realizadas de acordo com as condições de mercado e legislação aplicável.

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, não eram esperadas perdas na realização destas contas a receber.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6.1 Ativo

	R\$ mil							
	CONTROLADORA							
	ATIVO CIRCULANTE			ATIVO NÃO CIRCULANTE				
	Contas a Receber, principalmente por vendas	Disponibilidades e Títulos e Valores Mobiliários	Dividendos a Receber	Adiantamento para aumento de capital	Valores vinculados à construção de gasoduto	Operações de mútuo	Outras Operações	Ressarcimento a Receber
								TOTAL DO ATIVO
CONTROLADAS (*)								
Petroquisa	11.150		138.877					150.027
BR Distribuidora	1.277.777		555.809			206.289		2.039.875
Gaspetro	1.014.910		346.497	3	973.404	14.617		2.349.431
PifCo	2.691.559					13.689.388	3.523	16.384.470
PNBV	10.976			8.562			6.712	26.250
Downstream	94.027					223.917		317.944
Transpetro	301.890		342.904					644.794
PIB-BV Holanda	209.365						63.924	273.289
Brasoil	10.098					33.259.866	3.699	33.273.663
BOC						219.608	265	219.873
Fundo de Investimento Imobiliário	19.288			135.962				155.250
Petrobras Comercializadora Energia Ltda	35.522		157.406					192.928
Petrobras Biocombustível S.A.	43.350			45.000				88.350
Marlim Participações S.A			22.889					22.889
Termoeletricas	146.414		443.434	92.381		223.398		905.627
Refinaria Abreu e Lima	201.894		3					201.897
Cia Locadora de Equipamentos Petrolíferos			493.372					493.372
Demais Controladas	5.130		7.790	3.900			14	16.834
	6.073.350		2.508.981	285.808	973.404	47.837.083	78.137	57.756.763
SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO								
Nova Transportadora do Nordeste - NTN	480.798						71.236	552.034
Nova Transportadora do Sudeste - NTS	467.821						34.623	502.444
Transportadora Urucu Manaus - TUM	340.728							340.728
PDET Off Shore							1.151.729	1.151.729
Cayman Cabiunas Investment							253.306	253.306
Transportadora Gasene S.A	55.552							55.552
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (**)	(481.231)	5.159.950						4.678.719
Demais SPE's							128	128
	863.668	5.159.950					1.511.022	7.534.640
COLIGADAS								
	371.841			9.299				381.140
31/12/2009	7.308.859	5.159.950	2.508.981	295.107	973.404	47.837.083	78.137	65.672.543
31/12/2008	11.437.671	6.338.839	987.986	500.530	907.862	89.550.219	130.731	110.997.737

(*) Inclui suas controladas e grupo de controladas em conjunto.

(**) Composto por (R\$ 837.621 mil) de recebíveis cedidos / performados e R\$ 356.390 mil de despesas antecipadas.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Indexador	Taxas dos Mútuos Ativos	
	R\$ mil	
	31.12.2009	31.12.2008
TJLP + 5% a.a.	49.432	54.587
LIBOR + 1 a 3% a.a.	44.797.544	88.577.145
1,70% a.a.	223.917	415.665
101% do CDI	171.474	240.780
14,5% a.a.	77.175	85.658
IGPM + 6% a.a.	146.223	176.384
Outras Taxas	2.371.318	-
	47.837.083	89.550.219

Gasoduto Bolívia-Brasil

O Gasoduto Bolívia-Brasil, no território boliviano, é de propriedade da empresa Gás Transboliviano S.A. (GTB), tendo a Gaspetro participação minoritária (11%) no capital desta companhia.

Para construção do trecho boliviano, foi firmado um contrato com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), posteriormente repassado à GTB, por empreitada global ("*turn key*"), no valor de US\$ 350 milhões, que está sendo liquidado em 12 anos, desde janeiro de 2000, através do fornecimento de serviços de transporte.

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo dos direitos ao fornecimento futuro, por conta do custo incorrido na obra, até aquela data, acrescidos de juros de 10,7% a.a., é de R\$ 338.558 mil (R\$ 560.369 mil em 31 de dezembro de 2008), sendo R\$ 231.045 mil classificados no ativo realizável a longo prazo como adiantamento a fornecedores (R\$ 416.745 mil em 31 de dezembro de 2008), que inclui o valor de R\$ 101.912 mil (R\$ 141.530 mil em 31 de dezembro de 2008) relacionado à aquisição antecipada do direito de transportar 6 milhões de metros cúbicos de gás pelo prazo de 40 anos (TCO - "Transportation Capacity Option").

A titularidade do gasoduto no trecho brasileiro é da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG), controlada da Gaspetro. Em 31 de dezembro de 2009, o total de créditos da Petrobras junto à TBG, relacionados ao gerenciamento, ao repasse de custos e financiamentos vinculados à construção do gasoduto e à aquisição antecipada do direito de transportar 6 milhões de metros cúbicos de gás, pelo prazo de 40 anos (TCO), era de R\$ 973.404 mil (R\$ 907.862 mil em 31 de dezembro de 2008), e está classificado no ativo realizável a longo prazo, como contas a receber líquidas.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6.2 Passivo

	R\$ mil									
	CONTROLADORA									
	PASSIVO CIRCULANTE					PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
	Fornecedores, princip. por compras de petróleo e derivados	Adiantamento de Clientes	Afretamento de Plataformas	Compromissos Contratuais com Transf. de Benefícios, Riscos e Controles de Bens	Fluxo de recebíveis cedidos - FDC	Outras Operações	Compromissos Contratuais com Transf. de Benefícios, Riscos e Controles de Bens	Operações de Mútuo	Outras Operações	TOTAL DO PASSIVO
CONTROLADAS (*)										
Petroquisa	(31.090)	(17)				(27)				(31.134)
BR Distribuidora	(186.401)	(5.478)						(396.809)		(588.688)
Gaspetro	(347.798)	(284.018)								(631.816)
PiCo	(27.431.533)	(441.576)						(458.771)		(28.331.880)
PNBV	(77.384)		(1.362.038)							(1.439.422)
Downstream	(167.268)									(167.268)
Transpetro	(780.743)					(50)				(780.793)
PB-BV Holanda	(302.843)	(11.347)				(5)				(314.195)
Bras oil	(7.718)		(32.080)							(39.798)
Termoelétricas	(251.048)			(28.509)			(582.704)			(862.261)
Marlim Participações S.A.				(374.245)			(276.574)			(650.819)
Petrobras Biocombustível S.	(36.270)	(3.805)								(40.075)
Cia Locadora de Equipamentos Petrolíferos				(1.629.700)			(2.144.678)			(3.774.378)
Demais Controladas	(5.372)	(32)				(2)	(157.406)			(162.812)
	(29.625.468)	(746.273)	(1.394.118)	(2.032.454)		(84)	(3.161.362)	(855.580)		(37.815.339)
SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO										
PDET Offshore				(129.158)		(138.943)	(1.503.792)			(1.771.893)
Nova Transportadora do Nordeste - NTN				(168.978)			(1.188.539)			(1.357.517)
Nova Transportadora do Sudeste - NTS				(138.314)			(1.121.059)			(1.259.373)
Cayman Cabinnas Investment Co.				(145.278)						(145.278)
Charter Development LLC				(367.211)			(2.766.101)			(3.133.312)
Barracuda Caratinga Leasing Co BV				(355.949)						(355.949)
Gasene Participações S/A				(164.740)			(1.163.017)			(1,327,757)
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios					(14.318.379)					(14,318,379)
Demais SPE's				(1,469,628)	(14,318,379)	(138,943)	(7,742,508)			(23,669,458)
	(97.866)	(5.443)						(49.359)		(152.668)
COLIGADAS										
31/12/2009	(29,723,334)	(751,716)	(1,394,118)	(3,502,082)	(14,318,379)	(139,027)	(10,903,870)	(49,359)	(855,580)	(61,637,465)
31/12/2008	(56,782,638)	(3,567,680)	(1,433,066)	(5,068,182)	(5,764,529)	(212,371)	(12,654,967)	(46,261)	(1,054,267)	(86,583,961)

(*) Inclui suas controladas e grupo de controladas em conjunto

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6.3 Resultado

	R\$ mil			
	Controladora			
	Resultado			
	Receitas Operacionais, principalmente por vendas	Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	TOTAL DO RESULTADO
CONTROLADAS (*)				
Petroquisa	241.620		504	242.124
BR Distribuidora	50.783.027	(11.687)	14.151	50.785.491
Gaspetro	4.122.886	(14.773)	(201.478)	3.906.635
PitCo	18.010.028	(502.798)	156.768	17.663.998
PNBV		(469)	477.729	477.260
Downstream	3.056.297	4.979	(98.452)	2.962.824
Transpetro	450.059		12.771	462.830
PIB-BV Holanda	65.825		(4.710)	61.115
Brasoil		1.442.806	(9.209.120)	(7.766.314)
BOC		17.891	(99.835)	(81.944)
Petrobras Comercializadora Energia Ltda	237.298		1.251	238.549
Termoelétricas	68.341	(82.065)	19.377	5.653
Marlim Participações S.A		(99.298)		(99.298)
Cia Locadora de Equipamentos Petrolíferos		(492.921)		(492.921)
Refinaria Abreu e Lima	199.129			199.129
Petrobras Biocombustível	74.505		(428)	74.077
Demais Controladas	104.471			104.471
	77.413.486	261.665	(8.931.472)	68.743.679
SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO				
Nova Transportadora do Nordeste - NTN	66.122	(115.482)	418.694	369.334
Nova Transportadora do Sudeste - NTS	13.469	78.186	481.042	572.697
Transportadora Urucu Manaus - TUM	160.536			160.536
PDET Offshore		17.644		17.644
Charter Development LLC		(36.844)	1.088.294	1.051.450
Cayman Cabiunas Investment Co.		(19.976)	81.703	61.727
Gasene Participações S/A		(64.885)		(64.885)
Transportadora Gasene	103.887			103.887
Barracuda & Caratinga Leasing		576	261.503	262.079
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios		1.397.066		1.397.066
Demais SPE's		(1.018)	951	(67)
	344.014	1.255.267	2.332.187	3.931.468
COLIGADAS	8.142.351	(3.080)	(3.420)	8.135.851
31/12/2009	85.899.851	1.513.852	(6.602.705)	80.810.998
31/12/2008	92.610.715	(931.553)	8.187.668	99.866.830

(*) Inclui suas controladas e grupo de controladas em conjunto

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6.4 Garantias obtidas e concedidas

A Petrobras tem como procedimento conceder garantias às subsidiárias e controladas para algumas operações financeiras realizadas no exterior.

As garantias oferecidas pela Petrobras são efetuadas com base em cláusulas contratuais que suportam as operações financeiras entre as subsidiárias e terceiros, garantindo a compra da dívida em caso de inadimplência por parte das subsidiárias e controladas.

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, as operações financeiras realizadas por estas subsidiárias e garantidas pela Petrobras apresentam os seguintes saldos a liquidar:

Data de Vencimento das Operações	R\$ mil						
	31/12/2009						31/12/2008
	Brasoil	PNBV	PifCo	PIB-BV	Ref. Abreu e Lima	TAG	Total
2009							2.068.245
2010	54.248	1.384.254	3.177.690	311.021			4.927.213
2011		882.266	420.239	0			1.302.505
2012		703.445	1.915.320	87.060			2.705.825
2013		148.002	651.576	0			799.578
2014		553.702	1.316.427	174.120			2.044.249
2015 em diante		3.941.743	19.907.110	522.360	9.071.997	5.228.551	38.671.761
	54.248	7.613.412	27.388.362	1.094.561	9.071.997	5.228.551	50.451.131
							26.258.411

Em conformidade com o Decreto 4.543/2002 que legisla sobre o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e de Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural – Repetro, a Petrobras vem efetuando importação e exportação de equipamentos e materiais, sob este regime. O benefício dessas operações feitas via Repetro é a suspensão temporária dos impostos federais pelo prazo em que os referidos materiais e equipamentos permaneçam no Brasil. Para a concessão desse benefício, é exigido uma Fiança Idônea, assinada por terceiros, como forma de garantia do recolhimento dos tributos suspensos.

As Fianças Idôneas vêm sendo concedidas pela Petrobras Distribuidora S/A - BR e a Petrobras Gás S/A – Gaspetro e a remuneração cobrada está fixada em 0,30% ao ano, sobre o montante dos tributos federais suspensos.

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, as despesas anuais incorridas pela Petrobras na obtenção das Fiança Idônea foram:

	R\$ mil	
	31.12.2009	31.12.2008
BR	20.100	21.582
Gaspetro	9.779	1.297
Total	29.879	22.879

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6.5 Transações com Entidades Governamentais e Fundos de Pensão

A Companhia é controlada pela União Federal e mantém diversas transações com entidades governamentais no curso normal de suas operações.

As transações significativas com entidades governamentais e com fundo de pensão resultaram nos seguintes saldos:

	R\$ mil			
	Consolidado			
	2009		2008	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Petros (Fundo de Pensão)		523.284		479.581
Banco do Brasil S.A.	1.484.332	7.294.305	750.798	5.100.281
BNDES	1.085	34.928.827		10.726.041
Caixa Econômica Federal	571	3.952.649	1.669	3.617.670
Governo Federal - Dividendos Propostos e JCP		562.575		3.193.964
Depósitos vinculados para processos judiciais (CEF e BB)	1.716.089	62.936	1.581.541	82.489
Conta de petróleo e álcool - créditos junto a União Federal	816.714		809.673	
Títulos Governamentais	11.560.978		7.412.913	
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis		1.321.702		
Outros	592.348	510.580	730.158	589.065
	16.172.117	49.156.858	11.286.752	23.789.091
Circulante	8.966.386	5.816.578	4.782.062	7.366.018
Não circulante	7.205.731	43.340.280	6.504.690	16.423.073

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os saldos estão classificados no Balanço Patrimonial conforme abaixo: R\$ mil

	Consolidado			
	2009		2008	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo				
Circulante:	8.966.386		4.782.062	
Caixa e equivalentes de caixa	8.368.789		4.168.488	
Contas a Receber, líquidas	74.409		62.305	
Outros ativos circulantes	523.188		551.269	
Não circulante:	7.205.731		6.504.690	
Conta petróleo e álcool - STN	816.714		809.673	
Depósitos judiciais	1.716.089		1.580.435	
Títulos e valores mobiliários	4.582.648		3.941.889	
Outros ativos realizados a longo prazo	90.280		172.693	
Passivo				
Circulante:		5.816.578		7.366.018
Financiamentos		2.835.604		2.617.666
Dividendos propostos		691.017		3.949.365
Outros passivos circulantes		2.289.957		798.987
Não circulante:		43.340.280		16.423.073
Financiamentos		43.209.637		16.278.387
Outros passivos não circulantes		130.643		144.686
	16.172.117	49.156.858	11.286.752	23.789.091

6.6 Remuneração de dirigentes e empregados da Controladora (expresso em reais)

O Plano de Cargos e Salários e de Benefícios e Vantagens da Petrobras e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus dirigentes e empregados.

No exercício de 2009, a maior e a menor remunerações atribuídas a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$ 55.747,18 e R\$ 1.647,17 (R\$ 51.708,73 e R\$ 1.539,43 em 31 de dezembro de 2008), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2009 foi de R\$ 8.638,66 (R\$ 7.916,16 em 31 de dezembro de 2008).

Com relação a dirigentes da Companhia, a maior remuneração em 2009, ainda tomando-se por base o mês de dezembro, correspondeu a R\$ 59.465,04 (R\$ 59.465,04 em 31 de dezembro de 2008).

O total da remuneração de benefícios de curto prazo para a administração da Companhia durante o exercício de 2009 foi de R\$ 7.099.271,81 (R\$ 6.812.072,23 em 31 de dezembro de 2008), referente a sete diretores e nove conselheiros.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7 Estoques

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Produtos:				
Derivados de petróleo (*)	5.751.330	5.587.327	4.051.752	3.993.002
Álcool (*)	656.812	598.382	237.196	281.180
	<u>6.408.142</u>	<u>6.185.709</u>	<u>4.288.948</u>	<u>4.274.182</u>
Matérias-primas, principalmente petróleo bruto (*)	9.724.691	8.363.429	7.260.937	5.297.904
Materiais e suprimentos para manutenção (*)	3.295.077	3.362.265	2.880.019	2.865.459
Adiantamentos a fornecedores	1.930.273	1.654.610	1.891.459	1.609.257
Outros	247.086	715.087	32.844	105.096
Total	<u>21.605.269</u>	<u>20.281.100</u>	<u>16.354.207</u>	<u>14.151.898</u>
Circulante	21.424.651	19.977.171	16.186.906	13.847.969
Não circulante	180.618	303.929	167.301	303.929

(*) Inclui importações em andamento.

8 Contas petróleo e álcool - STN

Visando concluir o encontro de contas com a União, de acordo com o previsto na Medida Provisória nº 2.181, de 24 de Agosto de 2001, a Petrobras, após ter prestado todas as informações requeridas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, está buscando equalizar as divergências ainda existentes entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta de R\$ 816.714 mil poderá ser quitado pela União por meio da emissão de títulos do Tesouro Nacional, de valor igual ao saldo final do encontro de contas ou mediante compensação com outros montantes que a Petrobras porventura estiver devendo ao Governo Federal, na época, inclusive os relativos a tributos ou uma combinação das operações anteriores.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9 Títulos e valores mobiliários

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Disponíveis para venda	4.467.830	3.773.133	4.171.047	3.589.343
Para negociação		132.178		
Mantidos até o vencimento	294.953	449.720	1.726.339	8.419
	4.762.783	4.355.031	5.897.386	3.597.762
Menos: parcela circulante de títulos e valores mobiliários	123.824	288.751	1.717.566	
Parcela não circulante de títulos e valores mobiliários	4.638.959	4.066.280	4.179.820	3.597.762

Os títulos e valores mobiliários, classificados no realizável a longo prazo, compõem-se de:

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
NTN-B	4.380.432	3.778.198	4.167.049	3.589.343
Certificados B	26.660	119.032		
Outros	231.867	169.050	12.771	8.419
	4.638.959	4.066.280	4.179.820	3.597.762

As Notas do Tesouro Nacional - Série B foram dadas em garantia à Petros, no dia 23 de outubro de 2008, após assinatura do Termo de Compromisso Financeiro entre Petrobras e as subsidiárias patrocinadoras do Plano Petros, entidades sindicais e a Petros para o equacionamento de obrigações com o plano de pensão. O valor nominal das NTN-B está indexado à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Os cupons de juros serão pagos semestralmente à taxa de 6% a.a. sobre o valor nominal atualizado desses títulos e os vencimentos são em 2024 e 2035.

Os Certificados B foram recebidos pela Brasoil por conta da venda de plataformas em 2000 e 2001, com vencimentos semestrais até 2011 e rendendo juros equivalentes a Libor mais 0,70% a.a. até 4,25% a.a.

Em 31 de dezembro de 2009, a Controladora mantinha recursos investidos no "FIDC-NP", relativo a direitos creditórios não performados de suas atividades operacionais no montante de R\$ 1.717.566 mil.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10 Projetos estruturados

A Petrobras desenvolve projetos em conjunto com agentes financeiros nacionais e internacionais e com empresas do setor de petróleo e de energia com o objetivo de viabilizar os investimentos necessários nas áreas de negócio em que a Companhia atua.

10.1 Sociedades de propósitos específicos

Os projetos estruturados são viabilizados por meio de Sociedades de Propósitos Específicos (SPE), cujas atividades são, na essência, controladas pela Petrobras, em razão dos compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles assumidos e, ao término de cada contrato, a Companhia tem o direito a exercer a opção de compra dos ativos ou da totalidade das ações ordinárias das SPE.

a) Projetos com ativos em operação

Os bens e obrigações oriundos destes compromissos contratuais são reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais da Petrobras a partir da entrada em operação desses ativos e estão inseridos nas notas explicativas 13.1⁽¹⁾ e 16, respectivamente.

Projeto	Descrição	Principais garantias
Barracuda e Caratinga	Viabilização do desenvolvimento da produção dos campos de Barracuda e Caratinga, da Bacia de Campos. A SPE Barracuda e Caratinga Leasing Company B.V. (BCLC) é responsável pela constituição de todos os ativos (poços, equipamentos submarinos e unidades de produção) demandados pelo projeto, sendo também proprietária destes.	Garantia da Brasoil para cobertura de necessidades financeiras da BCLC.
PDET	A SPE PDET Offshore S.A. é a proprietária dos ativos do projeto cujo objetivo é melhorar a infraestrutura de transferência do óleo produzido na Bacia de Campos para as refinarias da Região Sudeste e para exportação. Esses ativos foram alugados pela Petrobras até o ano de 2019.	Todos os ativos do projeto.
Malhas	Consórcio entre Transpetro, Transportadora Associada de Gás (TAG), antiga TNS, Nova Transportadora do Sudeste (NTS) e Nova Transportadora do Nordeste (NTN). A contribuição da NTS e NTN no consórcio ocorre através da constituição de ativos relacionados ao transporte de gás natural. A TAG (companhia 100% Gaspetro) disponibiliza ativos já constituídos anteriormente. A Transpetro contribui como operadora dos gasodutos	Pagamentos antecipados por capacidade de transporte para cobrir eventuais deficiências de caixa do consórcio.
Cabiúnas	Projeto com objetivo de aumentar a capacidade de escoamento da produção de gás da Bacia de Campos. A Cayman Cabiunas Investment Co. Ltd. (CCIC) disponibiliza os ativos para a Petrobras através de um contrato de leasing internacional.	Penhor de 10,4 bilhões de m ³ de gás.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Projeto	Descrição	Principais garantias
Gasene	A Transportadora Gasene S.A. é responsável pela construção e futura propriedade de gasodutos de transporte de gás natural, com extensão total de 1,4 mil quilômetros e capacidade de transporte de 20 milhões de metros cúbicos por dia, ligando o Terminal de Cabiúnas no Rio de Janeiro até a cidade de Catu, na Bahia. O primeiro trecho do projeto Gasene, o Gasoduto Cabiúnas- Vitória entrou em operação em 10 de novembro de 2008. O segundo trecho, o Gasoduto Cacimbas-Catu, encontra-se em fase de construção.	Penhor de Direitos Creditórios. Penhor das Ações da SPE.
Marlim Leste (P-53)	Para desenvolver a produção do campo de Marlim Leste, a Petrobras utilizará uma Unidade Estacionária de Produção (UEP), a P-53, que foi afretada junto à Charter Development LLC. O contrato de afretamento, na modalidade casco nu (Bare Boat Charter), firmado em novembro/09, vigorará por um período de 15 anos, contados a partir de março de 2010.	Todos os ativos do projeto serão dados em garantia.
Outros (Albacora, Albacora/Petros e PCGC)		Titularidade dos ativos ou pagamento adicional de aluguel caso a receita não seja suficiente para atender às obrigações com financiadores.

b) Projetos com ativos em construção

Os bens oriundos de projetos em desenvolvimento serão registrados no imobilizado da controladora quando da entrada em operação desses ativos e estão inseridos na nota explicativa 13 das demonstrações consolidadas da Petrobras.

Projeto	Descrição	Principais garantias
Amazônia US\$ 2,1 bilhões (*)	Construção de um gasoduto de 385 km de extensão, entre Coari e Manaus, e de um GLPduto de 285 Km de extensão, entre Urucu e Coari, ambos sob a responsabilidade da Transportadora Urucu Manaus S.A., e construção de uma termelétrica, em Manaus, com capacidade de 488 MW através da Companhia de Geração Termelétrica Manauara S.A.	Penhor de Direitos Creditórios. Penhor das Ações da SPE.
Mexilhão US\$ 756 milhões (*)	Constituição de uma plataforma (PMXL-1) de exploração de gás natural dos Campos de Mexilhão e Cedro, na Bacia de Santos, que será detida pela Companhia Mexilhão do Brasil (CMB), responsável pela captação dos recursos necessários para constituição da referida plataforma. Concluída a construção, a PMXL-1 será alugada à Petrobras, detentora da concessão para exploração e produção dos referidos campos.	Penhor de Direitos Creditórios. Penhor das Ações da SPE.
Modernização da Revap US\$ 1,65 bilhão (*)	O objetivo deste projeto é elevar a capacidade da Refinaria Henrique Lage (Revap) em processar óleo pesado nacional, ajustar o diesel por ela produzido às novas especificações nacionais e reduzir a quantidade de emissão de poluentes. Para tanto, foi criada a SPE Cia. de Desenvolvimento e Modernização de Plantas Industriais - CDMPI, que construirá e alugará para a Petrobras uma unidade de Coqueamento Retardado, uma unidade de Hidrotratamento de Nafta de Coque e unidades correlatas a serem instaladas naquela refinaria. A Diretoria Executiva autorizou aporte adicional de recursos de US\$ 450 milhões através da emissão de notas promissórias, perfazendo um total de US\$ 750 milhões.	Pagamentos antecipados de aluguel para cobrir eventuais deficiências de caixa da CDMPI.

(*) Valor estimado do investimento no projeto.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Projeto concluído com o exercício da opção de compra

Projeto	Descrição	Principais garantias
Marlim	Consórcio com a Companhia Petrolífera Marlim (CPM), que disponibiliza para a Petrobras equipamentos submarinos de produção de petróleo do campo de Marlim. Em 30 de abril de 2009, a Petrobras exerceu a opção de compra das ações da MarlimPar (holding da CPM) e substituiu conselheiros e diretores. Foi concluído o fechamento de capital da MarlimPar e CPM.	70% da produção do campo limitado a 720 dias.
CLEP	A Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos (CLEP) disponibiliza para a utilização da Petrobras ativos vinculados à produção de petróleo localizados na Bacia de Campos, através de contrato de aluguel com prazo de 10 anos. Em 11 de dezembro de 2009, a Petrobras exerceu a opção de compra das ações da CLEP e com a transferência das ações os dirigentes da sociedade foram substituídos.	Pagamentos antecipados de aluguel, caso a receita não seja suficiente para atender às obrigações com financiadores.
NovaMarlim	Consórcio com a NovaMarlim Petróleo S.A. (NovaMarlim) que disponibiliza equipamentos submarinos de produção de petróleo e ressarc, por meio de adiantamento já efetuado à Petrobras, custos operacionais decorrentes da operação e manutenção dos ativos do campo. Em 30 de dezembro de 2009, a Petrobras exerceu a opção de compra das ações da Nova MarlimPar (holding da NovaMarlim Petróleo).	30% da produção do campo limitado a 720 dias.

10.2 Ressarcimentos a receber e Empreendimentos em negociação

O saldo de ressarcimentos a receber, líquido dos adiantamentos recebidos, referente aos gastos realizados pela Petrobras por conta de projetos já negociados com terceiros estão evidenciados na nota explicativa 6.1.

Os empreendimentos em negociação, que compreendem os gastos já realizados pela Petrobras para os quais ainda não há parceiros definidos, totalizam R\$ 752.107 mil em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 895.395 mil em 31 de dezembro de 2008).

Estes gastos são registrados no ativo realizável a longo prazo, como projetos estruturados, nas demonstrações individuais da Petrobras e, no ativo imobilizado, nas demonstrações contábeis consolidadas.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Trabalhistas	725.960	608.383	693.997	581.623
Fiscais (*)	888.324	895.430	661.620	659.053
Cíveis (*)	362.216	339.508	330.273	298.944
Outros	12.188	9.771	4.897	2.758
Total	1.988.688	1.853.092	1.690.787	1.542.378

(*) Líquido de depósito relacionado a processo judicial provisionado, quando aplicável.

Outras informações

- Busca e apreensão de recolhimentos tidos como indevidos de ICMS/substituição tributária*

No período de 2000 e 2001, a Petrobras foi acionada na justiça dos Estados de Goiás, Tocantins, Bahia, Pará, Maranhão e Distrito Federal, por distribuidoras de petróleo, sob a suposta alegação de não repassar aos governos estaduais o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS retido, por força de lei, no ato da venda dos combustíveis.

Dos valores dessas ações, cerca de R\$ 80.159 mil foram efetivamente sacados das contas da Companhia, por força de decisões judiciais de antecipação de tutela. Mediante recurso processual, essas decisões antecipatórias de tutela foram cassadas.

A Petrobras, com o apoio das autoridades estaduais e federais, além de ter conseguido impedir a efetivação de outros saques, está empreendendo todos os esforços possíveis para obter o ressarcimento das quantias que foram, indevidamente, sacadas das suas contas.

A posição atual dos nossos assessores jurídicos é que não há expectativa de futuros desembolsos para a companhia sobre esses processos.

- Outros bloqueios judiciais*

A justiça determinou bloqueios de numerários por conta de processos trabalhistas que totalizavam R\$ 49.987 mil em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 34.767 mil em 31 de dezembro de 2008), classificados no ativo não circulante.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12 Investimentos

12.1 Informações sobre as subsidiárias, controladas, controladas em conjunto e coligadas

	R\$ mil	R\$ mil		R\$ mil	
	Capital subscrito em 31 de dezembro de 2009	Milhares de ações / quotas		Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
		Ações Ordinárias / quotas	Ações preferenciais		
Subsidiárias e controladas					
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	5.153.048	42.853.453		7.867.901	146.1661
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	4.874.834	2.536	633	6.520.379	139.1811
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV	2.443.702	9.385		4.119.287	2.111.588
Termorio S.A.	2.785.000	2.785.000		2.801.799	3.19.883
Petrobras Química S.A. - Petroquisa	2.180.677	13.508.637	12.978.886	2.600.217	225.809
Petrobras International Braspetro - PIB BV	3.212	2		(1935.457)	(1.180.513)
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	1.716.880	1.716.880		1.900.155	399.807
Refinaria Abreu e Lima S.A.	1.168.241	1.168.241		1.743.339	575.098
Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos S.A. - CLEP	826.976	180.000		1.511.991	37.417
Braspetro Oil Services Company - Brasoil	266.404	106.210		1.477.444	55.967
Comperj Petroquímicos Básicos S.A.	1.011.002	101.101		1.011.002	
Termomacacê Ltda.	934.015	934.015 (*)		934.040	124.431
Downstream Participações Ltda.	630.000	630.000 (*)		931.610	769.325
FAFEN Energia S.A.	380.574	380.574		280.893	51.528
Sociedade Fluminense de Energia Ltda. - SFE	255.556	255.556 (*)		260.167	164.422
Termoceará Ltda.	275.226	275.226 (*)		236.332	35.578
Baixada Santista Energia Ltda.	262.136	262.136 (*)		227.427	(33.829)
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda. - PBEN	216.852	216.852 (*)		226.462	165.835
Petrobras International Finance Company - PifCo	53.1479	300.050		(209.441)	1013.801
Comperj Poliolefinas S.A.	136.692	13.670		136.692	
Comperj PET S.A.	129.618	12.963		129.618	
Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.	109.127	97.863		113.038	
Braspetro Oil Company - BOC	89	50		(111.006)	178.641
Petrobras Biocombustível S.A.	192.010	19.201		100.048	(919.62)
Termobahia S.A.	311.752	52		59.012	32.361
M arlim Participações S. A.	56.314	56.314		58.373	24.094
Comperj M EG S.A.	39.933	3.994		39.933	
Termomacacê Comercializadora de Energia Ltda	6.218	6.218 (*)		(35.388)	2.887
Comperj Estirénicos S.A.	3.1933	3.194		31.933	
Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. - E-Petro	2.1000	2.1000		24.433	980
5283 Participações Ltda.		142.1604 (*)		(400)	(82)
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - Fil	656	117.127 (*)		(261)	(439)
Cordoba Financial Services GmbH	94	1 (*)		32	(1.397)
Comperj Participações S.A.	1	1		1	
Nova M arlim Participações S. A.		55.900			2.065
Controladas em conjunto					
Termoaçu S.A.	699.737	1.254.233		709.300	6.832
UTE Norte Fluminense S.A.	48.1432	48.1432		60.1091	14.176
Brasil PCH S.A.	109.032	94.188	14.844	145.336	19.416
Breitener Energética S.A.	160.000	160.000		129.607	(22.332)
Ibiritermo S.A.	7.649	7.652		109.128	33.240
Brasympe Energia S.A.	26.000	26.000		71.930	907
Participações em Complexos Bioenergéticos S.A. - PCBIOS	58.400	58.400		61.663	5.211
Cia Energética Manauara S.A.	44.077	45.000		48.893	17.670
Brentech Energia S.A.	25.901	25.901		13.439	(12.462)
Projetos de Transporte de Alcool S.A. - PM CC	11.000	12.000		9.499	(1.407)
GNL do Nordeste Ltda.	820	7.507 (*)		75	(71)
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	15.296	5.158	10.138	51	37.730
Outras Empresas					
Coligadas					
Quattor Participações S.A.	2.202.111	238.654		1.265.317	(229.151)
UEG Araucária Ltda.	707.440	707.440 (*)		650.583	(10.543)
Energética Camaçari M uricy I Ltda.	67.260	67.260 (*)		50.636	(16.624)
Arembepe Energia S.A.	45.218	45.218		32.381	(12.837)
Termoeletrica Potiguar S.A. - TEP	12.800	5.100		22.511	(4.789)
Energética SUAPE II	8.814	8.814		5.800	(3.014)
Companhia Energética Potiguar S.A.	7.632	1		2.629	(5.003)
Bioenergética Britarumã S.A.	110	110		110	

*(Quotas)

** (Quantidade de ações em unidades)

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12.2 Descrição das atividades das subsidiárias e controladas

a) Petrobras Química S.A. - Petroquisa

Participa em sociedades que objetivam a fabricação, comercialização, distribuição, transporte, importação e exportação de produtos das indústrias química e petroquímica e na prestação de serviços técnicos e administrativos relacionados com as referidas atividades.

b) Petrobras Distribuidora S.A. - BR Distribuidora

Opera na área de distribuição, comercialização e industrialização de produtos e derivados de petróleo, álcool, energia e outros combustíveis.

c) Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

Participa em sociedades que atuam no transporte de gás natural, na transmissão de sinais de dados, voz e imagem através de sistemas de telecomunicações por cabo e rádio, bem como a prestação de serviços técnicos relacionados a tais atividades. Participa também em diversas distribuidoras estaduais de gás, exercendo o controle compartilhado que são consolidados na proporção das participações no capital social.

d) Petrobras Transporte S.A. - Transpetro

Exerce, diretamente ou através de controlada, as operações de transporte e armazenagem de grãos, petróleo e seus derivados e de gás em geral, por meio de dutos, terminais e embarcações, próprias ou de terceiros.

e) Downstream Participações Ltda.

Participa em sociedades que atuam no segmento de refino.

f) Petrobras International Finance Company - PifCo

Exerce atividades de comercialização de petróleo e derivados no exterior, de intermediação de compra e venda de petróleo, derivados e materiais para empresas do Sistema Petrobras e de captação de recursos no exterior.

g) Petrobras Internacional Braspetro B.V. - PIB BV

Participa em sociedades que atuam no exterior em pesquisa, lavra, industrialização, comercialização, transporte, armazenamento, importação e exportação de petróleo e seus derivados, assim como a prestação de serviços e outras atividades relacionadas com os vários segmentos da indústria do petróleo.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

h) Braspetro Oil Services Company - Brasoil

Tem como objeto a prestação de serviços em todas as áreas da indústria do petróleo, bem como no comércio de petróleo e de seus derivados.

i) Petrobras Netherlands B.V. - PNBV

Atua, diretamente ou por intermédio de controladas, nas atividades de compra, venda, lease, aluguel ou afretamento de materiais, equipamentos e plataformas para a exploração e produção de óleo e gás.

j) 5283 Participações Ltda.

Sociedade por cota de responsabilidade limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro e tem como objeto a participação no capital de outras sociedades.

k) Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. - E-PETRO

Participação no capital social de sociedades que tenham por objeto atividades realizadas pela internet ou meios eletrônicos.

l) Braspetro Oil Company - BOC

Tem como objeto promover a pesquisa, lavra, industrialização, comercialização, transporte, armazenamento, importação e exportação de petróleo e seus derivados, assim como na prestação de serviços e outras atividades relacionadas com os vários segmentos da indústria do petróleo.

m) Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII

Tem por objetivo viabilizar a construção de 4 edifícios administrativos em Macaé por meio da emissão de Certificados Recebíveis Imobiliários através da Rio Bravo Securitizadora S.A., lastreado em direitos creditórios locatícios junto à Petrobras.

n) Termelétricas

- Termorio S.A.; FAFEN Energia S.A.; Baixada Santista Energia Ltda.; Termomacaé Ltda.; Sociedade Fluminense de Energia Ltda - SFE.; Termoceará Ltda.; Termobahia S.A.; Ibiritermo S.A.; e Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.

O conjunto de sociedades acima tem por objetivo a implantação e exploração comercial de centrais termelétricas, algumas com processo de cogeração, todas localizadas no território nacional, utilizando gás natural como combustível para geração de energia elétrica.

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

São compostas por usinas termelétricas com potência instalada, ou em fase final de instalação, de 3,4 GW (não auditado), estando esta capacidade comercializada através de leilões da ANEEL, contratos de comercialização de energia e exportações.

o) Comercializadoras de Energia Elétrica

- Petrobras Comercializadora de Energia Ltda. - PBEN; e Termomacaé Comercializadora de Energia Ltda. - TMC

As comercializadoras acima centralizam a gestão da carteira de compra e venda de energia elétrica do Sistema Petrobras, sendo responsáveis pelas operações de venda de energia elétrica dos ativos de geração do Sistema Petrobras, e eventual compra de energia elétrica do mercado.

p) Petrobras Biocombustível S.A.

Tem como objeto desenvolver a produção de etanol, biodiesel e de quaisquer outros produtos e atividades correlatos ou afins e a geração de energia elétrica associada às suas operações, podendo também explorar todas essas atividades através da participação em outras sociedades, bem como promover a integração de diversas áreas da empresa em torno do tema biocombustíveis.

q) Refinaria Abreu e Lima S.A.

Sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto a construção e operação de uma Refinaria de Petróleo em Ipojuca - PE, bem como refino, processamento, comercialização, importação, exportação e transporte de petróleo e seus derivados, correlatos e biocombustíveis.

r) Cordoba Financial Services Gmbh - CFS

Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, com sede em Viena, Áustria, que tem como objeto a participação no capital de outras sociedades na Áustria e no exterior. Cordoba é a única acionista do World Fund Financial Services (WFFS), Companhia estabelecida sob as leis das Ilhas Cayman, que tem como objeto atuar em operações bancárias e financeiras fora das Ilhas Cayman.

s) Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos - CLEP

Sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, cuja finalidade é a locação de ativos para exploração e produção de petróleo e gás natural, incluindo a prestação e a contratação de serviços relacionados à produção de petróleo e todas as outras atividades relacionadas.

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

t) *Marlim Participações S.A.*

Companhia, com sede na cidade do Rio de Janeiro, criada exclusivamente para participar do capital social da Companhia Petrolífera Marlim (CPM). A CPM, por sua vez, é uma sociedade de propósito específico criada exclusivamente para participar do Consórcio formado com a Petrobras tendo por objeto a conjugação de esforços e recursos das partes com o fim específico de complementar o desenvolvimento da produção do Campo de Marlim.

u) *Nova Marlim Participações S.A.*

Companhia aberta, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, criada exclusivamente para participar do capital social da NovaMarlim Petróleo S.A. (NovaMarlim). A NovaMarlim, por sua vez, foi criada exclusivamente para participar de um consórcio formado com a Petrobras, o qual tem por objeto a conjugação de esforços e recursos das partes para otimizar a complementação do desenvolvimento da produção do Campo de Marlim.

v) *Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ*

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - Comperj tem como principal objetivo aumentar a produção nacional de produtos petroquímicos, com o processamento de cerca de 150 mil barris/dia de óleo pesado nacional. Para este fim foram criadas as seguintes sociedades: Comperj Participações S.A. - Sociedade de Propósito Específico, que deterá as participações da Petrobras nas sociedades produtoras do COMPERJ; Comperj Petroquímicos Básicos S.A. - Sociedade produtora de Petroquímicos Básicos; Comperj PET S.A. - Sociedade produtora de PTA/PET; Comperj Estirênicos S.A. - Sociedade produtora de Estireno; Comperj MEG S.A. - Sociedade produtora de Etileno Glicol e Óxido de Eteno; e Comperj Poliolefinas S.A. - Sociedade produtora de Poliolefinas (PP/PE).

12.3 Descrição das atividades das controladas em conjunto

A Petrobras exerce o controle compartilhado sobre as termoeletricas Termoaçu, UTE Norte Fluminense, Brentech, Brasympe Energia, Breitener Energética e Cia Energética Manauara; as empresas de biocombustíveis PMCC e PCBIOS; a unidade de regaseificação de gás natural liquefeito GNL do Nordeste, que foram consolidadas na proporção das participações no capital social, e sobre a Brasil PCH que detém participação em pequenas centrais hidrelétricas.

A GNL do Nordeste é uma unidade de regaseificação de gás natural liquefeito a ser construída no complexo Industrial e Portuário do Suape, em Pernambuco, visando à revaporização do GNL.

Além das termoeletricas, a Petrobras exerce controle compartilhado sobre a Refinaria de Petróleo Riograndense cujas principais atividades são refino, processamento, comercialização e importação de petróleo e seus derivados.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12.4 Mutação dos investimentos

	R\$ mil																			
	Controladas																			
	Subsidiárias e Controladas																			
	Petrobras Distribuidora	Petroquisa	Cinquento	Transporte	Brasil	Devonium	PBRN	Termoju	FAFEN	PBRV	Brasão Saneas	Termojuat	Termojuat Lda	SFE	Refinaria Abreu e Lima	COMPERJ Petroquímica	CLIP	Outras Controladas	Controladas em Conjunto	Coligadas
No início do exercício	7.179.942	1.656.090	4.688.640	1.832.830	1.421.678	165.635	242.996	2.811.839	219.873	2.062.200	196.112	200.754	832.889	163.279	474.839			971.418	728.839	660.947
Ajustes Acumulados de Exercícios		(97)		(27.340)	(492.238)					(1.079.826)							1.189			(3.796.165)
Crédito no período pelo custo líquido disponível para venda	47.836	32.807																		80.863
Crédito no período pelo custo. Instrumentos financeiros				32.175																32.175
Aquisição e apelo de capital	430.908	841.766	2.164.402							43.489					481.337	1.011.002	1.967.946	347.329	40.171	13.902
Esgotamento patrimonial	1.432.411	268.454	1.361.823	444.260	(8.454)	752.081	165.081	300.104	61.820	2.069.934	(14.766)	35.578	101.910	164.439	554.971		37.417	34.800	24.342	(88.072)
Dividendos	(1.645.096)	(138.873)	(1.154.517)	(433.065)			(182.422)	(109.175)					(473)	(87.506)	(3)		(481.372)	(141.531)	(16.288)	(4.612.414)
Ratios por incorporação / apelo																	(672.018)	(672.018)		(672.018)
Outros	(1.032)																			(1.032)
No fim do exercício	7.647.236	2.686.237	6.526.508	1.846.090	921.196	921.556	226.260	2.861.709	280.893	3.872.326	227.427	236.332	933.966	260.146	1.743.164	1.811.002	1.931.996	746.967	777.089	374.977

	2009	2008
Subsidiárias, controladas em conjunto e coligadas	35.663.837	26.721.054
Outros investimentos	148.948	150.279
Ágio e deságio	(494.383)	1.435.614
Total dos investimentos	35.318.402	28.306.947

12.5 Informações em 31 de dezembro de 2009 das controladas em conjunto incluídas na consolidação

	R\$ mil											Controladas em conjunto	
	Controladas em conjunto diretamente											indiretamente	
	Termoquç	UTE Norte Fluminense	GNL do Nordeste	PC BIOS	PMCC	Brentech	Brasil PCH	Brasympe Energia	Breitener Energética	CIA Energética Manauara	Refinaria de Petróleo Riograndense	Distribuidoras de Gás	Outras
Ativo Circulante	35.997	329.874	77	2.352	1.943	8.780	125.632	20.853	244.563	100.065	213.806	1.688.254	261.124
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.106			60.324		6.986	9.480	72.774	37.807	14.055	444	237.127	13.506
Investimentos						104						1.523	509
Imobilizado	693.808	848.017			18	87.566	1.272.868	32.532	212.346	164.954	40.592	1.691.907	720.767
Intangível	1.322	1.184			8.047	12	132	6.024	132	222		13.773	4.212
Diferido	50.469					3.840	79.837		71.844	6.079		50.067	26.168
Passivo Circulante	74.402	235.126	2	1.013		78.159	128.410	17.301	282.601				197.043
Passivo não circulante		342.858			509	15.690	1.214.203	31.434	154.484	87.730	201.439	1.340.987	89.307
Patrimônio Líquido	709.300	601.091	75	61.663	9.499	13.439	145.336	71.930	129.607	148.752	53.353	277.935	739.557
Controladores								11.518		48.893	51	2.063.729	379
Receita Operacional Líquida	75.047	913.477				25.369	218.612	7.122	243.725	123.204	752.922	3.822.639	322.137
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	6.832	141.176	(71)	5.211	(1.407)	(12.462)	19.416	907	(22.332)	123.204	37.730	425.559	17.346
Percentual de Participação - %	76,87%	10,00%	50,00%	50,00%	33,33%	30,00%	42,33%	20,00%	30,00%	40,00%	33,20%	23,50% a 83,0%	33,00 a 72,00%

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12.6 Informações sobre coligadas

R\$ mil				
2009				2008
Participação no capital subscrito %	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Ativo não circulante	Ativo não circulante
Vinculadas à Petroquisa				
Deten Química S.A.	27,88	247.230	132.877	149.689
NITROCLOR Produtos Químicos Ltda.	38,00	(129)	(342)	1.029
Braskem S.A.	25,34	4.753.948	917.228	15.327.925
			15.478.643	15.405.776

R\$ mil					
2009					2008
Participação no capital subscrito %	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Ativo não circulante	Ativo não circulante	
Vinculadas à BR					
CDGN - Companhia Distribuidora de Gás Natural	10,00	3.380	733	16.107	6.742
Brasil Supply S.A.	10,00	7.288	(2.050)	3.380	242
				19.487	6.984

R\$ mil					
2009					2008
Participação no capital subscrito %	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Ativo não circulante	Ativo não circulante	
Vinculadas à Gaspetro					
Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. - TSB	25,00	26.465	395	24.482	26.121
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGAS	41,50	211.797	40.707	177.541	148.266
				202.023	174.387

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12.7 Ágio e deságio

Movimentação do ágio/deságio:

	R\$ mil	
	Consolidado	Controladora
Saldo do ágio/deságio em 31/12/2008	944.448	1.435.613
Ágio na incorporação da Triunfo pela Braskem	16.608	
Deságio na aquisição de ações da Marlim Participações S.A.	(57.151)	(57.151)
Deságio na aquisição de ações da Nova Marlim	(1.017)	(1.017)
Deságio na aquisição de ações da CLEP	(1.877.946)	(1.877.946)
Amortização do deságio	6.118	6.118
Transferência	(10.758)	
Outros (*)	243	
Saldo do ágio/deságio em 31/12/2009	(979.456)	(494.383)

(*) Inclui variação cambial sobre saldos de empresas no exterior

Na controladora, o saldo do deságio no montante de R\$ 2.188.032 mil está contabilizado em investimento e no consolidado o montante de R\$ 53.875 mil está apresentado como receita diferida no passivo não circulante.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12.8 Investimentos em empresas com ações negociadas em bolsas

Apresentamos, a seguir, os investimentos em companhias abertas com ações negociadas em bolsas de valores:

Empresa	Lote de mil ações		Tipo	Cotação em bolsa de valores (R\$ por ação)		Valor de mercado R\$ mil	
	2009	2008		2009	2008	2009	2008
Controladas							
Pepsa (*)		1.249.717	ON		1,50		1.874.576
Petrobras Argentina (*)	678.396	229.729	ON	2,77	4,40	1.879.157	1.010.808
						<u>1.879.157</u>	<u>2.885.384</u>
Coligadas							
Braskem	59.014	59.014	ON	12,44	5,57	734.134	328.708
Braskem	72.997	62.965	PNA	14,08	5,55	1.027.798	349.456
Quattor Petroquímica	51.111	51.111	PN	7,40	8,40	378.221	429.332
						<u>2.140.153</u>	<u>1.107.496</u>

(*) Em 01 de janeiro de 2009, a Petrobras Energia Participaciones S.A. (Pepsa) foi incorporada por sua controlada Petrobras Energia S.A. (Pesa), que teve sua razão social alterada para Petrobras Argentina S.A..

Cotação das ações da Pesa na Bolsa de Valores de Buenos Aires.

O valor de mercado para essas ações não reflete, necessariamente, o valor de realização de um lote representativo de ações.

12.9 Outras informações

a) Novos investimentos no exterior

a.1) Aquisição da totalidade da Refinaria de Pasadena

Em decisão proferida em 10 de abril de 2009, no âmbito de processo arbitral entre a Petrobras America Inc. - PAI e outras e a Astra Oil Trading NV - ASTRA e outras, que tramitou segundo as regras de arbitragem do International Centre for Dispute Resolution, foi confirmado como válido o exercício da opção de venda ("put option") pela ASTRA, para a PAI e subsidiárias, dos 50% remanescentes das ações da ASTRA na Pasadena Refinery Systems Inc. ("PRSI") e na empresa de Trading correlata. A PRSI detém a Refinaria de Pasadena, com escritório operacional no Texas. As responsabilidades operacionais, gerenciais e financeiras já haviam sido transferidas à PAI desde 17 de setembro de 2008, com base em decisão arbitral preliminar de 24 de outubro de 2008.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Segundo a decisão arbitral de 10 de abril de 2009, ficou definido em US\$ 466 milhões o valor dos 50% remanescentes da participação acionária na Refinaria e na Trading em Pasadena. O pagamento seria realizado em três parcelas, uma primeira no valor de US\$ 296 milhões (devida originalmente em 27 de abril de 2009, segundo a decisão) e as duas seguintes no valor de US\$ 85 milhões cada uma, estas duas últimas com vencimento fixado pelos árbitros para setembro de 2009 e setembro de 2010. As partes em disputa apresentaram pedidos de esclarecimentos ao painel arbitral acerca de alguns pontos da decisão, mas o painel arbitral houve por bem, em 3 de junho de 2009, confirmar “in totum” a decisão original, sem apresentar qualquer esclarecimento adicional. A decisão arbitral determinou, ainda, adicionalmente ao valor atribuído à compra das ações, o reembolso pela PAI à ASTRA do montante de US\$156 milhões, correspondente a uma garantia relativa a empréstimo contraído pela Trading Company junto ao BNP Paribas, uma vez que ocorrera o encerramento de uma linha de crédito desta sociedade junto ao citado banco.

Os valores correspondentes à compra das ações e ao reembolso do pagamento da garantia do BNP à ASTRA vêm sendo reconhecidos contabilmente pela Companhia desde a decisão arbitral de abril de 2009. Em 31.12.2009 esses valores correspondiam a US\$ 488 milhões e US\$ 177 milhões, respectivamente, já considerados os juros incidentes até essa data.

Em março de 2009 foi reconhecida perda no valor de R\$ 341.179 mil (US\$ 147.365 mil), correspondente à diferença entre o valor dos ativos líquidos e o valor definido pelo painel arbitral.

As partes até o momento não se puseram de acordo quanto à finalização das diversas pendências existentes entre elas, algumas objeto de duplicidade de cobrança por parte da ASTRA, para a assinatura de termo global de acordo que ponha fim a todas as demandas e permita os pagamentos objeto da decisão arbitral.

Em 10 de março de 2010, a Corte Federal de Houston, Texas, EUA, confirmou a sentença arbitral proferida em 10 de abril de 2009, rejeitando pedido da PAI de extinção do processo sem resolução de mérito, por incompetência do juízo, e de anulação parcial e modificação da sentença arbitral. Ratificou no entanto, a decisão de que a PAI adquiriu 100% da participação acionária da Astra Oil Trading NV na PRSI. A PAI irá recorrer da parte da decisão que confirmou a competência da corte federal em questão e de outros aspectos do julgado.

Continuam também em andamento processos judiciais em que são formulados pedidos de indenizações recíprocas formulados pelas partes. Adicionalmente, a PRSI e a Trading Company estão buscando a recuperação de determinados livros e registros fiscais e contábeis dessas companhias retidos indevidamente pela ASTRA e por duas sociedades de advogados.

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a.2) No Chile

Em 30 de abril de 2009, a Petrobras, através das suas subsidiárias integrais Petrobras Venezuela Investments & Services B.V e Petrobras Participaciones, S.L., localizadas na Holanda e Espanha, respectivamente, concluíram o processo de aquisição dos negócios de distribuição e logística da ExxonMobil no Chile com o pagamento de US\$ 400 milhões, líquidos das disponibilidades das empresas adquiridas.

Com a aquisição, a Petrobras entrou no mercado chileno de distribuição de combustíveis com uma rede de cerca de 230 postos de serviços, presença em 11 aeroportos, participação em seis terminais de distribuição, sendo quatro próprios e dois em joint venture, e participação de 22% na empresa Sociedad Nacional de Oleodutos e 33,3% na empresa Sociedad de Inversiones de Aviación.

Em 01 de dezembro de 2009 foi efetivada a compra, por aproximadamente US\$ 14 milhões, da Chevron Chile S.A.C, que produz e comercializa lubrificantes da marca Texaco no Chile.

A Chevron Chile S.A.C. é uma empresa chilena, que possui uma planta situada em Santiago, com capacidade produtiva de 15.900 m³ por ano e conta com uma participação no mercado chileno de lubrificantes acabados de cerca de 6%.

Essa aquisição consolida a presença da Companhia no segmento de distribuição de combustíveis e lubrificantes na América Latina, onde, além do Brasil, a empresa já opera na Argentina, Colômbia, Paraguai, Chile e no Uruguai, através de uma rede de cerca de mais de 1200 postos de serviços.

b) Investimentos na Venezuela

Com a conversão dos convênios operacionais na Venezuela em empresas mistas, com uma participação de 60% do governo venezuelano e 40% dos demais sócios privados, a Petrobras Energia S.A. - PESA deixou de consolidar os ativos, passivos e resultados referentes às mencionadas operações, apresentando-os como investimentos societários em coligadas a partir de abril de 2006. A recuperação destes investimentos está relacionada à volatilidade do preço do petróleo, às condições econômicas, sociais e regulatórias na Venezuela, e em particular, aos interesses de seus acionistas em relação ao desenvolvimento das reservas de petróleo. Conseqüentemente, para adequar o valor contábil do investimento ao seu valor recuperável estimado, foram reconhecidas perdas sobre investimentos no montante equivalente a R\$ 134.816 mil (US\$ 77.007 mil) em 2009 e R\$ 55.425 mil (US\$ 23.115 mil) em 2008.

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Grupo Ipiranga

c.1) Ativos de refino

Em março de 2009, foi finalizado o recebimento dos ativos de refino adquiridos do Grupo Ipiranga, com a efetiva entrega das ações da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A., pertinentes à Petrobras e à Braskem.

A entrega das ações ocorreu concomitantemente ao aumento de capital da Refinaria, através da subscrição e consequente integralização de novas ações pela Petrobras, Braskem e Ultrapar, de forma a equalizar a participação societária entre as mesmas. Em 18 de março de 2009, foi firmado Acordo de Acionistas entre Petrobras, Ultrapar e Braskem, no qual se estabeleceram as regras de governança para viabilizar o controle e administração conjuntos entre as signatárias.

c.2) Ativos de distribuição e asfaltos

Em 06 de março de 2009, o Conselho de Administração da Petrobras e da Petrobras Distribuidora autorizou o aporte das participações em Alvo e IASA mediante um aumento de capital correspondente ao patrimônio líquido destas empresas.

Em 09 de abril de 2009, a AGE da Petrobras Distribuidora aprovou o aumento de capital proposto, no montante de R\$ 670.966 mil, finalizando o processo de transferência da Alvo e da IASA, que se tornaram subsidiárias da Petrobras Distribuidora.

Em 31 de outubro de 2009, a AGE da Petrobras Distribuidora aprovou a incorporação total da Alvo ao patrimônio da BR, com o objetivo de otimizar a gestão do negócio de distribuição e capturar as sinergias estimadas no momento da aquisição do Grupo Ipiranga.

d) Acordo de Investimento da Braskem

A incorporação da Petroquímica Triunfo S.A. (Triunfo) na Braskem, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação de 07 de abril de 2009, foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Braskem em 30 de abril e na AGE da Triunfo em 5 de maio. Essa operação concluiu a integração de ativos prevista no Acordo de Investimentos, celebrado em novembro de 2007 e aprovada pelo CADE em julho de 2008 entre a Braskem, Odebrecht, Petrobras, Petroquisa e Norquisa. Com a incorporação, a Petroquisa passou a deter 31,0 % do capital votante e 25,3 % do capital social total da Braskem.

e) Criação de empresas do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ

A Petrobras, em prosseguimento à implementação do COMPERJ - Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro constituiu, em 05 de fevereiro de 2009, seis (6) sociedades anônimas no Rio de Janeiro, a saber:

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Comperj Participações S.A. - Sociedade de Propósito Específico, que deterá as participações da Petrobras nas sociedades produtoras do COMPERJ; Comperj Petroquímicos Básicos S.A. - Sociedade produtora de Petroquímicos Básicos; Comperj PET S.A. - Sociedade produtora de PTA/PET; Comperj Estirênicos S.A. - Sociedade produtora de Estireno; Comperj MEG S.A. - Sociedade produtora de Etileno Glicol e Óxido de Eteno e Comperj Poliolefinas S.A. - Sociedade produtora de Poliolefinas (PP/PE).

Atualmente, a Petrobras detém 100% (cem por cento) do capital total e votante dessas companhias e está sendo implantado o modelo de integração e relacionamento das empresas do COMPERJ. Esse modelo busca capturar as sinergias decorrentes da localização de várias companhias em um mesmo site de produção. Os bens, as obrigações e os direitos relativos ao COMPERJ serão oportunamente transferidos pela Petrobras para essas sociedades.

Em 30 dezembro de 2009, a Petrobras realizou aportes em bens no valor total de R\$ 1.349.173 mil pautados em laudos contábeis aprovados pela administração de cada companhia.

Em 21 de janeiro de 2010, a Petrobras, Odebrecht e Braskem celebraram um Acordo de Associação que tem como objetivo regular a relação comercial e societária no COMPERJ, conforme detalhado na nota explicativa 31 Eventos Subsequentes .

f) Petrobras Bicomcombustível adquire 50% de usina de biodiesel no Paraná

Em dezembro de 2009, a Petrobras Biocombustível ingressou no capital social da empresa BSBIOS Marialva Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A. com investimentos no valor de R\$ 55 milhões, passando a deter 50% das ações da empresa. Do total do investimento, R\$ 45 milhões já foram aportados em 2009 e os R\$ 10 milhões restantes serão aportados por ocasião do início das operações da Companhia, previsto para o segundo trimestre de 2010.

A BSBIOS Marialva, constituída em 12 de junho de 2009, está localizada no município de Marialva, no Estado do Paraná, e tem capacidade de produzir 120 milhões de litros de biodiesel por ano. Na região, a Agricultura Familiar é responsável por 31% da soja produzida, configurando um cenário propício à obtenção da certificação do Selo Combustível Social.

O objeto social consiste na industrialização, beneficiamento, comercialização, importação, exportação e distribuição de cereais e sementes oleaginosas, óleos vegetais brutos e refinados, biodiesel, glicerina, seus derivados e subprodutos incluindo, mas não limitando proteínas vegetais.

g) Opções de Compra de Sociedades de Propósitos Específicos (SPE)

A Petrobras exerceu em 2009 a opção de compra das SPE listadas no quadro abaixo, conforme previsto nos Contratos de Opção de Compra e Venda de Ações celebrados entre Petrobras e antigos acionistas das SPE.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Data da opção	Projeto	Razão social da SPE	% das ações	R\$ mil	
				Valor da opção	Deságio
30/04/2009	Marlim	Marlim Participações S.A	100%	1	57.151
11/12/2009	CLEP	Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos	100%	90.000	1.877.946
30/12/2009	NovaMarlim	NovaMarlim Participações S.A	43,43%	1	1.017
Total				90.002	1.936.114

A efetivação da transferência das ações remanescentes da NovaMarlim Participações S.A., 56,57% do capital social, depende da conclusão de procedimentos formais junto ao agente escriturador.

Os deságios apurados são decorrentes de outras razões econômicas e estão registrados em investimentos na controladora e no consolidado.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13 Imobilizado

13.1 Por área de negócio ⁽¹⁾

R\$ mil				
Consolidado				
	2009	2008		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Exploração e produção	176.054.830	(58.182.608)	117.872.222	102.289.658
A bastecimento	75.221.427	(21.584.356)	53.637.071	35.844.947
Distribuição	6.008.251	(2.504.123)	3.504.128	3.192.563
Gás e energia	41.400.408	(5.780.126)	35.620.282	27.024.526
Internacional	25.793.729	(10.092.598)	15.701.131	20.084.131
Corporativo	5.295.861	(1.400.177)	3.895.684	2.318.342
	329.774.506	(99.543.988)	230.230.518	190.754.167

R\$ mil				
Controladora				
	2009	2008		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Exploração e produção	146.151.029	(54.023.110)	92.127.919	78.268.563
A bastecimento	59.617.713	(18.645.846)	40.971.867	28.022.472
Distribuição				
Gás e energia	12.721.155	(1.387.877)	11.333.278	10.307.803
Internacional	18.199	(8.493)	9.706	10.068
Corporativo	5.405.907	(1.399.728)	4.006.179	2.598.186
	223.914.003	(75.465.054)	148.448.949	119.207.092

(1) Inclui bens decorrentes de contratos que transfiram os benefícios, riscos e controles, conforme abaixo:

R\$ mil							
Consolidado				Controladora			
	2009	2008			2009	2008	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido		Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Exploração e produção	1.614.144	(806.216)	807.928	1.171.423	17.393.410	(6.035.863)	11.357.547
Abastecimento	517.476	(205.965)	311.511	340.272	577.459	(397.241)	180.218
Distribuição	157.794	(9.794)	148.000	74.046			
Gás e energia					6.098.619	(838.560)	5.260.059
	2.289.414	(1.021.975)	1.267.439	1.585.741	24.069.488	(7.271.664)	16.797.824
							17.417.552

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13.2 Por tipo de ativos

		R\$ mil			
		Consolidado			
		2009		2008	
Tempo de vida útil estimado	em anos	Depreciação		Líquido	
		Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Edificações e benfeitorias	25 a 40	11.684.085	(3.188.237)	8.495.848	6.267.055
Equipamentos e outros bens	3 a 30	130.027.854	(58.958.326)	71.069.528	64.145.157
Terrenos		1.203.601		1.203.601	1.138.720
Materiais		8.145.670		8.145.670	6.034.143
Adiantamentos a fornecedores		5.236.856		5.236.856	5.189.735
Projetos de expansão		82.719.607		82.719.607	59.238.898
Gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás (E&P)		90.756.833	(37.397.425)	53.359.408	48.740.459
		329.774.506	(99.543.988)	230.230.518	190.754.167

		R\$ mil			
		Controladora			
		2009		2008	
Tempo de vida útil estimado	em anos	Depreciação		Líquido	
		Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Edificações e benfeitorias	25 a 40	7.506.019	(1.979.134)	5.526.885	3.731.538
Equipamentos e outros bens	3 a 30	81.135.800	(41.158.967)	39.976.833	34.122.523
Terrenos		464.514		464.514	478.350
Materiais		6.780.171		6.780.171	4.579.142
Adiantamentos a fornecedores		1.526.921		1.526.921	1.602.179
Projetos de expansão		50.133.225		50.133.225	36.977.682
Gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás (E&P)		76.367.353	(32.326.953)	44.040.400	37.715.678
		223.914.003	(75.465.054)	148.448.949	119.207.092

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13.3 Gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Gastos capitalizados	90.756.833	83.883.258	76.367.353	66.557.820
Depreciação acumulada	(36.384.862)	(34.081.244)	(31.396.553)	(27.885.150)
Amortização de gastos com abandono	(1.012.563)	(1.061.555)	(930.400)	(956.992)
Investimento líquido	53.359.408	48.740.459	44.040.400	37.715.678

No exercício de 2009, a Companhia revisou, de acordo com a prática contábil descrita na Nota 3.14, as estimativas de gastos para futuro abandono de poços e desmantelamento de área de produção de óleo e gás, considerando a vida útil econômica dos campos e os fluxos de caixa esperados, a valor presente, por uma taxa de juros livre de riscos, ajustada pelo risco da Petrobras. Esta revisão resultou numa redução no passivo em R\$ 1.769.628 mil e no ativo imobilizado em R\$ 778.247 mil. O efeito líquido destes ajustes, somado aos gastos incorridos com o abandono de poços no exercício, no montante de R\$ 49.917 mil, resultou na diminuição dos custos exploratórios para extração de petróleo e gás, no resultado do exercício, no montante de R\$ 941.464 mil.

13.4 Depreciação

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e 2008 está assim apresentada:

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Parcela absorvida no custeio:				
De bens	7.609.149	5.730.051	5.208.283	3.877.298
De gastos de exploração e produção	4.647.015	3.614.225	3.511.403	2.456.143
Custo para abandono de poços capitalizado / provisionado	563.849	491.300	506.968	491.086
	12.820.013	9.835.576	9.226.654	6.824.527
Parcela registrada diretamente no resultado	945.989	1.003.399	496.795	571.486
	13.766.002	10.838.975	9.723.449	7.396.013

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13.5 Redução ao valor recuperável de ativos

13.5.1 Por área de negócio

	R\$ mil					
	Consolidado			Controladora		
	2009			2009		
	Constituição	Reversão	Total	Constituição	Reversão	Total
Exploração e produção	577.155	(25.546)	551.609	577.155	(25.546)	551.609
Internacional	644	(8.085)	(7.441)			
Total	577.799	(33.631)	544.168	577.155	(25.546)	551.609

13.5.2 Por tipo de ativo

	R\$ mil					
	Consolidado			Controladora		
	2009			2009		
	Constituição	Reversão	Total	Constituição	Reversão	Total
Equipamento e outros bens	178.889	(16.588)	162.301	178.245	(8.503)	169.742
Gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás	398.910	(17.043)	381.867	398.910	(17.043)	381.867
Total	577.799	(33.631)	544.168	577.155	(25.546)	551.609

Exploração e Produção

A perda está relacionada, principalmente, aos ativos em produção do Brasil. No ano de 2009, os Campos de Petróleo e Gás Natural que apresentaram perdas encontram-se no estágio de maturidade de sua vida útil e, considerando os níveis de suas produções futuras, as suas estruturas de custos e o cenário de preços projetados, os testes de recuperação econômica destes ativos indicaram a necessidade de constituição de provisão para perda por desvalorização de ativos.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14 Intangível

14.1 Por área de negócio

R\$ mil				
Consolidado				
2009			2008	
	Amortização			
	Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Exploração e produção	2.155.270	(355.940)	1.799.330	1.792.716
Abastecimento	361.017	(109.322)	251.695	192.578
Distribuição	1.297.428	(603.450)	693.978	692.249
Gás e energia	398.072	(52.422)	345.650	335.072
Internacional	3.820.036	(1.162.875)	2.657.161	3.866.964
Corporativo	2.029.026	(968.509)	1.060.517	1.123.634
	10.060.849	(3.252.518)	6.808.331	8.003.213

R\$ mil				
Controladora				
2009			2008	
	Amortização			
	Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Exploração e produção	2.154.790	(355.732)	1.799.058	1.792.377
Abastecimento	250.901	(73.376)	177.525	158.066
Distribuição	472.983	(47.945)	425.038	425.038
Gás e energia	284.090	(31.643)	252.447	252.430
Internacional	71.366	(13.344)	58.022	45.763
Corporativo	1.993.740	(958.941)	1.034.799	1.108.042
	5.227.870	(1.480.981)	3.746.889	3.781.716

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14.2 Por tipo de ativos

	R\$ mil				
	Consolidado				
	Softwares			Agio com expectativa de rentabilidade futura ("goodwill")	Total
	Direitos e Concessões	Adquiridos	Desenvolvidos Internamente		
Saldo em 31 de dezembro de 2007	3.828.871	466.223	1.236.959		5.532.053
Adição	1.102.797	154.864	398.416	27.158	1.683.235
Baixa	(87.772)	(74.426)	(473)	(9.438)	(172.109)
Transferências	8.886	(25.257)	(5.764)	1.221.814	1.199.679
Amortização	(196.263)	(131.053)	(278.864)	(118.257)	(724.437)
"Impairment" - constituição				(384.431)	(384.431)
Ajuste acumulado de conversão	630.059	43.639		195.525	869.223
Saldo em 31 de dezembro de 2008	5.286.578	433.990	1.350.274	932.371	8.003.213
Adição	124.669	83.249	309.848	16.463	534.229
Baixa	(57.903)	(8.318)	(15.947)		(82.168)
Transferências	(107.410)	40.042	(2.984)	16.471	(53.881)
Amortização	(179.500)	(148.957)	(289.111)		(617.568)
Ajuste acumulado de conversão	(902.818)	(32.210)		(40.466)	(975.494)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	4.163.616	367.796	1.352.080	924.839	6.808.331
Tempo de vida útil estimado - anos	25	5	5	Indefinida	

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	R\$ mil				
	Controladora				
	Softwares			Agio com expectativa de rentabilidade futura ("goodwill")	Total
	Direitos e Concessões	Adquiridos	Desenvolvidos Internamente		
Saldo em 31 de dezembro de 2007	1.655.632	197.171	1.221.872		3.074.675
Adição	98.927	80.951	389.542	27.158	596.578
Baixa	(43.858)	(86)	(473)		(44.417)
Transferências	(640)	(8.968)	(450)	553.853	543.795
Amortização	(2.200)	(75.309)	(278.864)	(32.542)	(388.915)
"Impairment" - constituição					
Ajuste acumulado de conversão					
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.707.861	193.759	1.331.627	548.469	3.781.716
Adição	15.454	51.073	296.282		362.809
Baixa	(15.478)	(3.248)	(9.558)		(28.284)
Transferências		216	1.170		1.386
Amortização	(3.498)	(79.757)	(287.483)		(370.738)
Ajuste acumulado de conversão					
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.704.339	162.043	1.332.038	548.469	3.746.889
Tempo de vida útil estimado - anos	25	5	5	Indefinida	

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14.3 Devolução à ANP de áreas na fase de exploração

Durante o exercício de 2009, a Petrobras devolveu para a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP a totalidade dos direitos sobre os seguintes blocos exploratórios:

- Bacia Potiguar Terra: POT-T-435, POT-T-447, POT-T-531, POT-T-605, POT-T-606, POT-T-650, POT-T-651, POT-T-696 e POT-T-697;
- Bacia do Recôncavo Terra: REC-T-66, REC-T-67, REC-T-77, REC-T-103 e BT-REC-126;
- Bacia Sergipe Terra: SEAL-T-357, SEAL-T-371, SEAL-T-419, SEAL-T-455, SEAL-T-456 e SEAL-T-461;
- Bacia do Espírito Santo: ES-T-47, ES-T-67, ES-T-68, ES-T-88, ES-T-107, ES-T-108, ES-T-125 e ES-T-527;
- Bacia de Santos: S-M-237;
- Bacia Marítima Camamu/Almada: BM-CAL-6;
- Bacia Marítima Barreirinhas: BAR-M-355, BAR-M-376, BAR-M-378 e BAR-M-399;
- Bacia Marítima Foz do Amazonas: FZA-M-533, FZA-M-534, FZA-M-569, FZA-M-570, FZA-M-571, FZA-M-605, FZA-M-606, FZA-M-607 e FZA-M-608;
- Bacia Marítima de Campos 28: C-M-299.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15 Financiamentos

	R\$ mil			
	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2009	2008	2009	2008
No exterior				
Instituições financeiras	9.314.364	8.216.007	18.802.103	17.144.130
Obrigações ao portador - "Notes", "Global Notes"	996.330	740.483	20.737.402	12.989.912
Trust Certificates - "Senior/Junior"	120.372	159.719	450.704	762.432
Outros	3.224	253.346	174.120	233.700
Subtotal	10.434.290	9.369.555	40.164.329	31.130.174
No País				
Notas de Crédito à Exportação	1.099.897	578.559	6.177.294	3.367.472
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	1.519.973	1.137.540	32.065.415	7.642.362
Debêntures	1.653.519	328.590	2.358.730	3.740.615
FINAME - vinculados à construção do Gasoduto Bolívia-Brasil	80.678	99.475	103.653	244.967
Cédula de Crédito Bancário	7.083	11.735	3.770.630	3.605.934
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC)	4.476	1.614.543		
Outros	87.295	134.470	62.640	317.917
Subtotal	4.452.921	3.904.912	44.538.362	18.919.267
	14.887.211	13.274.467	84.702.691	50.049.441
Juros sobre financiamentos	(1.316.041)	(823.330)		
Principal	13.571.170	12.451.137		
Parcela circulante dos financiamentos no passivo não circulante	(5.987.558)	(8.541.232)		
Total dos financiamentos de curto prazo	7.583.612	3.909.905		

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	R\$ mil			
	Controladora			
	Circulante		Não Circulante	
	2009	2008	2009	2008
No exterior				
Instituições financeiras	255.425	423.041	5.855.615	1.186.744
Obrigações ao portador - "Notes", "Global Notes"				
Trust Certificates - "Senior/Junior"				
Outros				
Subtotal	255.425	423.041	5.855.615	1.186.744
No País				
Notas de Crédito à Exportação	1.099.897	578.559	6.177.294	3.367.472
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	190.571		8.631.698	
Debêntures	1.492.576	175.858	1.631.833	3.056.412
FINAME - vinculados à construção do Gasoduto				
Bolívia-Brasil	77.431	96.427	101.593	240.002
Cédula de Crédito Bancário	7.083	11.735	3.605.934	3.605.934
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC)		1.179.159		
Outros		41.377		
Subtotal	2.867.558	2.083.115	20.148.352	10.269.820
	3.122.983	2.506.156	26.003.967	11.456.564
Juros sobre financiamentos	(670.577)	(229.334)		
Principal	2.452.406	2.276.822		
Parcela circulante dos financiamentos no passivo não circulante	(2.452.406)	(1.108.321)		
Total dos financiamentos de curto prazo		1.168.501		

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15.1 Vencimentos do principal e juros dos financiamentos no passivo não circulante

	R\$ mil	
	2009	
	Consolidado	Controladora
2011	12.104.470	7.756.660
2012	7.053.701	1.744.923
2013	3.953.281	362.442
2014	4.951.464	1.671.148
2015 em diante	56.639.775	14.468.794
Total	84.702.691	26.003.967

15.2 Taxas de juros dos financiamentos no passivo não circulante

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
No exterior				
Até 6%	24.931.369	21.952.589	5.758.068	924.473
De 6 a 8%	12.693.540	5.361.720	97.547	262.271
De 8 a 10%	2.208.247	3.207.172		
De 10 a 12%	78.510	245.882		
Acima de 12%	252.663	362.811		
	40.164.329	31.130.174	5.855.615	1.186.744
No País				
Até 6%	2.846.049	2.656.532	101.593	240.002
De 6 a 8%	24.940.838	840.045	8.631.698	
De 8 a 10%	7.996.242	5.575.819	2.898.715	367.966
De 10 a 12%	8.755.233	2.873.466	8.516.346	2.688.447
Acima de 12%		6.973.405		6.973.405
	44.538.362	18.919.267	20.148.352	10.269.820
	84.702.691	50.049.441	26.003.967	11.456.564

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15.3 Saldos por moedas no passivo não circulante

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Dólar norte-americano	39.489.206	30.516.815	5.671.026	1.043.814
Iene	2.189.296	3.211.342	184.589	382.237
Euro	81.394	109.031		695
Real (*)	42.820.853	15.828.040	20.148.352	10.029.818
Outras	121.942	384.213		
	84.702.691	50.049.441	26.003.967	11.456.564

(*) Em 31 de dezembro de 2009, inclui R\$ 25.547.384 mil de financiamentos em moeda nacional parametrizada à variação do dólar.

O valor justo estimado para os empréstimos de longo prazo da Controladora e do Consolidado, em 31 de dezembro de 2009, era, respectivamente, R\$ 26.915.635 mil e R\$ 85.740.219 mil calculado a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, e pode ser comparado com o valor contábil de R\$ 26.003.967 mil e R\$ 84.702.691 mil.

As operações de “*hedge*”, contratadas para cobertura de “Notes” emitidos no exterior em moedas estrangeiras, estão divulgadas na Nota 27.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15.4 Captações

As principais captações de longo prazo realizadas durante o exercício social de 2009 estão demonstradas a seguir:

a) No exterior

Empresa	Data	Valor (US\$ mil)	Vencimento	Descrição
PifCo	fev/09	1.500.000	2019	Global notes - cupom de 7,875%
PifCo	março a set/2009	1.100.000	Até 2012	Linhas de crédito - Libor mais spread de mercado.
PifCo	jul/09	1.250.000	2019	Global notes - cupom de 7,875%.
PifCo	out/09	4.000.000	2020 e 2040	Global notes nos montantes de US\$ 2.500.000 e US\$ 1.500.000, com cupom de 5,75% e 6,875%.
Petrobras	dez/09	<u>3.000.000</u>	2019	Financiamento obtido com o China Development Bank (CDB) - Libor mais spread de 2,8% a.a.
		<u>US\$ 10.850.000</u>		

b) No país

Empresa	Data	Valor (R\$ mil)	Vencimento	Descrição
Petrobras	março a nov/2009	3.580.000	Até 2017	Notas de Crédito à Exportação - juros de 110% a 114% da taxa média do CDI.
Petrobras, Rnest e TAG	jul/09	<u>25.000.000</u>	2029	Financiamento - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES indexado a variação do Dólar norte-americano mais taxa de juros de mercado.
		<u>R\$ 28.580.000</u>		

15.5 Outras informações

Os empréstimos e financiamentos se destinam, principalmente, à compra de matéria-prima, ao desenvolvimento de projetos de produção de óleo e gás, à construção de navios e de dutos, bem como à ampliação de unidades industriais.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15.5.1 Financiamentos com Agências Oficiais de Crédito

a) No exterior

Empresa	Agência	Valor em US\$ mil			Descrição
		Contratado	Utilizado	Saldo	
Petrobras	China Development Bank	10.000.000	3.000.000	7.000.000	Libor + 2,8% a.a.

b) No país

Empresa	Agência	Valor em R\$ mil			Descrição
		Contratado	Utilizado	Saldo	
Transpetro (*)	BNDES	7.798.526	281.553	7.516.973	Programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF) - TJLP+2,5% a.a.
Transportadora Urucu Manaus TUM	BNDES	2.489.500	2.433.564	55.936	Gasoduto Coari-Manaus - TJLP+1,96% a.a.
Transportadora GASENE	BNDES	2.214.821	2.119.246	95.575	Gasoduto Cacimbas-Catu (GASCAC) TJLP+1,96% a.a.

(*) Foram assinados contratos de compra e venda condicionada de 33 navios com 4 estaleiros nacionais no montante de R\$ 8.665.029 mil, sendo 90% financiados pelo BNDES.

15.5.2 Debêntures

As debêntures emitidas pela Petrobras financiaram, através do BNDES, a aquisição antecipada do direito de transportar, no Gasoduto Bolívia-Brasil, o volume de 6 milhões de m³/dia de gás, pelo prazo de 40 anos (TCO - Transportation Capacity Option), totalizaram R\$ 430.000 mil (43.000 títulos com valor nominal de R\$ 10,00) com vencimento em 15 de fevereiro de 2015. Essas debêntures são garantidas por ações ordinárias da TBG.

Em agosto de 2006, a Alberto Pasqualini - Refap S.A. emitiu 852.600 debêntures simples, nominativas e escriturais no montante de R\$ 852.600 mil, objetivando a ampliação e a modernização de seu parque industrial, com as seguintes características (condições básicas aprovadas pelo BNDES e BNDESPAR em 23 de junho de 2006): amortização de 96 meses mais 6 meses de carência; 90% das debêntures subscritas pelo BNDES com juros de TJLP + 3,8% a.a.; e 10% das debêntures subscritas pelo BNDESPAR com juros da cesta de moedas do BNDES + 2,3% a.a.. Em maio de 2008, a Refap efetuou uma segunda emissão de 507.989 debêntures com características similares, no montante de R\$ 507.989 mil. O saldo em 31 de dezembro de 2009 totalizava R\$ 722.736 mil, sendo R\$ 144.287 mil no passivo circulante.

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15.5.3 Garantias

As instituições financeiras no exterior não requerem garantias à Petrobras. Os financiamentos concedidos pelo BNDES estão garantidos pelos bens financiados (tubos de aço carbono para o Gasoduto Bolívia-Brasil e embarcações).

Por conta de contrato de garantia emitido pela União em favor de Agências Multilaterais de Crédito, motivado pelos financiamentos captados pela TBG, foram firmados contratos de contragarantia, tendo como signatários a União, a TBG, a Petrobras, a Petroquisa e o Banco do Brasil S.A., nos quais a TBG se compromete a vincular as suas receitas à ordem do Tesouro Nacional até a liquidação das obrigações garantidas pela União.

Em garantia às debêntures, a Refap possui uma conta de aplicações financeiras (depósitos vinculados a operações de crédito) atrelada à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O saldo da conta deve ser de três vezes o valor da soma da amortização do principal e acessórios da última parcela vencida.

Nota de Crédito Industrial – NCI: A Refap emitiu Notas de Crédito Industrial de nº 40/00627-1 em 19 de agosto de 2009 e nº 40/00646-8 em 15 de outubro de 2009, no valor de R\$ 50.000 mil e R\$ 150.000 mil, respectivamente, em favor do Banco do Brasil S/A, a ser provido com recursos do Programa Especial de Crédito – PEC - do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES.

O valor do crédito destina-se única e exclusivamente para financiamento de capital de giro. Após o período de carência, o valor será pago em 24(vinte e quatro) prestações mensais. A NCI 40/00627-1 tem como vencimento da primeira prestação em 15.10.2010 e a última em 15.09.2012, e a NCI 40/00646-8 vencimento da primeira prestação 15.12.2010 e da última 15.11.2012, correspondendo cada uma delas ao resultado da divisão do saldo devedor pelo número de parcelas a pagar.

Os juros serão devidos à taxa anual de 4,75% (quatro inteiros e setenta e cinco centésimos percentuais) na NCI nº 40/00627-1 e de 3,75% (três inteiros e setenta e cinco centésimos percentuais) na NCI 40/00646-8, a título de “spread”, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

15.5.4 Endividamento da CIESA e TGS

A fim de promover o saneamento financeiro da Companhia de Inversiones de Energia S.A. - CIESA (sociedade controlada em conjunto), a Pesa transferiu a sua participação de 7,35% no capital social da Transportadora de Gás Del Sur S.A. - TGS (controlada da CIESA) para a Enron Pipeline Company Argentina S.A. - ENRON e, de forma simultânea, a ENRON transferiu 40% de sua participação no capital da CIESA para um agente fiduciário, cujo destinatário viria a ser indicado pela CIESA, segundo os termos de sua reestruturação financeira a serem acordados com seus credores.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em uma segunda etapa do processo, conforme o acordo de reestruturação da dívida financeira, uma vez que se obtivessem as aprovações necessárias do Ente Nacional Regulador Del Gas - ENARGAS e da Comisión Nacional de Defensa de la Competencia, a ENRON transferiria os 10% de participação remanescentes na CIESA para os credores financeiros em troca de 4,3% das ações ordinárias - classe B da TGS que a CIESA entregaria a seus credores financeiros como pagamento parcial da dívida.

O acordo de reestruturação firmado com os credores em setembro de 2005, estabelecia que o saldo remanescente da dívida financeira seria capitalizado pelos credores. Também estabeleceu um prazo de vigência que foi prorrogado sucessivamente até 31 de dezembro de 2008, data a partir da qual qualquer uma das partes poderia considerar o acordo como terminado unilateralmente.

O prazo de vigência do acordo expirou sem que se obtivessem as aprovações governamentais e, em 9 de janeiro de 2009, a Ashmore Energy International Limited (atualmente denominada AEI) declarou ser a única proprietária das obrigações negociáveis da CIESA.

Em 28 de janeiro de 2009, a CIESA ajuizou uma ação judicial nos Tribunais do Estado de Nova York, nos Estados Unidos da América, contestando a prescrição das mencionadas Obrigações negociáveis.

Em 21 de abril de 2009, a AEI entrou com um pedido de anulação do processo ajuizado pela CIESA no Estado de Nova York.

Em 14 de maio de 2009, a CIESA e a AEI apresentaram-se na Corte de Nova York para discussão do pedido de anulação requerido pela AEI. Até a presente data, a corte de Nova York ainda não emitiu sua decisão sobre o assunto.

Adicionalmente, em 6 de abril de 2009, a CIESA foi notificada de um pedido de falência contra a mesma requerido pela AEI na Corte Argentina, e ressarcimento do valor equivalente a US\$ 127 milhões referentes a um suposto crédito originado pelas obrigações negociáveis. A CIESA respondeu à notificação, opondo-se ao pedido de falência, apresentando, principalmente, os seguintes motivos: (i) não preenchimento dos requisitos de um pedido de falência, considerando que os pedidos sob Corporate Bonds têm um limite de prescrição sob a lei de Nova York. (ii) CIESA não está insolvente.

Em decisão de segunda instância proferida pela Cámara Nacional de Apelaciones em 09 de outubro de 2009, foi descartada a situação de insolvência da CIESA requerida pela AEI. A decisão é irrecorrível, portanto, definitiva.

Em virtude da decisão da Cámara, a CIESA apresentou aos Tribunais de Nova York um pedido de renovação e reargumentação em relação ao pedido da AEI de anulação do processo movido pela CIESA no Estado de Nova York, solicitando a revogação da sentença de 29 de julho de 2009 em que admitiu o pedido de anulação apresentado pela AEI.

Atualmente a CIESA e AEI aguardam resolução do Tribunal de Nova York sobre o assunto.

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

De acordo com a Instrução CVM 247/96, as demonstrações da CIESA foram excluídas do processo de consolidação, tendo em vista que a empresa está operando sob restrições de longo prazo que prejudicam significativamente a sua capacidade de transferir recursos para os investidores.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía compromissos financeiros em função de direitos decorrentes de operações com e sem transferência de benefícios, riscos e controles desses bens.

a) Pagamentos/recebimentos mínimos futuros de compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens:

	R\$ mil		
	31.12.2009		
	Consolidado	Controladora	
	Recebimentos Mínimos	Pagamentos Mínimos	Pagamentos Mínimos
2010	122.912	400.773	3.815.429
2011 - 2014	491.650	315.584	10.536.622
2015 em diante	1.802.717	106.805	6.258.784
Pagamentos/recebimentos futuros de compromissos estimados	2.417.279	823.162	20.610.835
Menos montante dos juros anuais	(1.187.379)	(83.428)	(6.150.157)
Valor presente dos pagamentos/recebimentos mínimos	1.229.900	739.734	14.460.678
Menos parcela circulante das obrigações	(122.912)	(390.252)	(3.556.808)
Parcela de longo prazo	1.106.988	349.482	10.903.870

b) Pagamentos mínimos futuros de compromissos contratuais, sem transferência de benefícios, riscos e controles de bens:

	R\$ mil	
	31.12.2009	
	Consolidado	Controladora
2010	13.424.743	14.713.924
2011 - 2014	39.415.036	49.023.142
2015 em diante	11.464.603	32.399.983
Total	64.304.382	96.137.049

Em 2009, a Companhia pagou um montante de R\$ 7.951.251 mil no Consolidado (R\$ 12.961.100 mil na Controladora), reconhecidos como despesa do exercício.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17 Receitas e despesas financeiras

Os encargos financeiros e as variações cambiais e monetárias líquidas, apropriados ao resultado de 2009 e de 2008, estão demonstrados a seguir:

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Resultado cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(665.619)	762.126	(800.595)	577.142
Resultado cambial sobre financiamentos	2.069.680	(2.077.211)	475.126	(498.157)
Resultado cambial s/ compromissos contratuais com transf. de benef., riscos e controles de bens com terceiros	25.134	(27.263)	22.177	(27.263)
	1.429.195	(1.342.348)	(303.292)	51.722
Variação Monetária s/ financiamentos (*)	2.405.713	(321.426)	1.079.074	(279.679)
Despesa com financiamentos	(4.217.280)	(3.320.973)	(1.400.650)	(861.695)
Despesa com compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	(24.082)	(4.489)	(1.568)	(4.489)
Receita com aplicações financeiras	1.387.656	755.460	623.348	101.683
Receita líquida com FIDC			(519.480)	11.583
	(2.853.706)	(2.570.002)	(1.298.350)	(752.918)
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	981.202	(4.233.776)	(522.568)	(980.875)
Variação cambial sobre ativos no exterior	(5.636.698)	6.417.693	(8.828.698)	9.329.950
Variação Cambial s/ compromissos contratuais com transf. de benef., riscos e controles de bens com subsidiárias	1.431.500	(1.398.715)	1.431.500	(1.398.715)
“Hedge” sobre operações comerciais e financeiras	(372.835)	671.090	171.855	30.384
Títulos e Valores Mobiliários	763.960	584.994	474.913	451.465
Juros s/ compromissos contratuais com transf. de benef., riscos e controles de bens com empresas do sistema			(876.671)	(1.896.354)
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	6.607	615.213	879.880	1.108.266
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	(11.590)	472.285	603.373	552.858
Resultado Financeiro Líquido	(2.837.854)	3.128.784	(6.666.416)	7.196.979

(*) Inclui variação monetária sobre financiamentos em moeda nacional parametrizada à variação ao dólar.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18 Outras despesas operacionais, líquidas

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Relações institucionais e projetos culturais	(1.071.256)	(1.227.680)	(958.793)	(1.143.793)
Despesas operacionais c/ termoeletricas	(610.235)	(593.353)	(1.060.068)	(897.372)
Gastos corporativos de segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS)	(354.312)	(382.170)	(353.280)	(371.971)
Acordos coletivos de trabalho	(486.822)	(542.675)	(486.822)	(542.673)
Perdas e contingências com processos judiciais	(2.498.336)	(502.246)	(2.339.418)	(262.656)
Multas contratuais e regulatórias	(74.928)	(434.029)	(53.412)	(477.712)
Encargos contratuais com serviços de Transporte - "Ship or Pay"	(52.543)	(101.198)		
Parada não programadas e gastos pré-operacionais	(747.241)	(205.958)	(724.801)	(203.439)
Ajuste ao valor de mercado dos estoques	(609.466)	(1.340.706)	(124.429)	(84.167)
Outros	918.127	617.772	437.734	617.105
	(5.587.012)	(4.712.243)	(5.663.289)	(3.366.678)

19 Impostos, contribuições e participações

19.1 Impostos a recuperar

Ativo Circulante	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
No país:				
ICMS	2.385.651	2.527.495	1.670.843	1.916.608
PASEP/COFINS	1.562.744	1.323.099	1.152.784	883.206
CIDE	52.246	222.938	31.533	34.008
Imposto de renda	1.701.590	2.005.575	781.277	1.460.462
Contribuição social	444.864	801.491	180.846	663.702
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.582.894	1.658.708	2.296.480	1.090.270
Outros impostos	475.923	408.943	231.878	224.905
	9.205.912	8.948.249	6.345.641	6.273.161
No exterior:				
Imposto sobre valor agregado - IVA	100.802	313.039		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	46.343	113.370		
Outros impostos	297.676	266.589		
	444.821	692.998		
	9.650.733	9.641.247	6.345.641	6.273.161

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19.2 Impostos, contribuições e participações a recolher

Passivo Circulante	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
ICMS	1.675.816	1.741.030	1.351.758	1.402.632
PASEP/COFINS	1.082.820	1.064.304	845.794	901.787
CIDE	650.936	447.324	583.164	411.103
Participação especial/Royalties	4.655.977	2.528.153	4.595.798	2.491.731
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	549.387	1.221.996	513.061	872.235
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.055.345	793.687		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.195.914	4.196.372	2.065.486	4.070.151
Outras taxas	881.685	748.516	378.149	388.243
	12.747.880	12.741.382	10.333.210	10.537.882

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, a Companhia adotou o Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Lei 11.941/09, ou seja, na determinação do lucro tributável considerou os critérios contábeis da Lei 6.404/76, antes das alterações da Lei 11.638/07. Os impostos sobre diferenças temporárias, geradas pela adoção da nova lei societária, foram provisionados como impostos e contribuições diferidos ativos e passivos.

19.3 Impostos e contribuição social diferidos - não circulante

Não circulante	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Ativo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.378.334	2.970.881	605.220	477.183
ICMS diferido	2.526.968	1.998.157	1.898.559	1.538.410
PASEP e COFINS diferidos	6.917.479	4.842.359	6.431.385	4.599.148
Outros	109.026	426.911		
	12.931.807	10.238.308	8.935.164	6.614.741
Passivo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.239.058	13.100.459	14.036.510	10.821.894
Outros	51.937	64.673		
	17.290.995	13.165.132	14.036.510	10.821.894

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Natureza	R\$ mil		Fundamento para realização
	Consolidado	Controladora	
	2009		
Plano de Pensão	164.856	135.351	Pelo pagamento das Contribuições da Patrocinadora.
Lucros não realizados entre companhias do sistema	1.168.838		Mediante a realização efetiva dos lucros.
Provisões para contingências e para créditos duvidosos	419.858	248.366	Pela efetivação fiscal da perda, e ajuizamento das ações e créditos vencidos
Prejuízos fiscais	887.138		Com lucros tributários futuros
Provisão para Participação nos Lucros	493.068	431.751	Pelo pagamento.
Provisão para investimento de pesquisa e desenvolvimento	(11.295)	(11.295)	Mediante a realização dos gastos.
Remuneração aos acionistas - Juros sobre Capital Próprio	357.982	357.982	Pelo Crédito individualizado aos acionistas
Diferença temporária entre os critérios de depreciação contábil e fiscal	319.017	121.441	Realização no prazo da depreciação linear dos bens.
Absorção de financiamentos condicionais	79.400		Término dos contratos de financiamento
Variação Cambial	708.770	687.261	Mediante liquidação dos contratos
Provisão para exportação em andamento	280.549	280.549	Mediante o reconhecimento da receita
Provisão para perda de redução ao valor recuperável de ativos	392.457	392.457	Alienação de bens
Outros	746.933	257.837	
Total	6.007.571	2.901.700	
Não circulante	3.378.334	605.220	
Circulante	2.629.237	2.296.480	

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

Natureza	R\$ mil		Fundamento para realização
	Consolidado	Controladora	
	2009		
Custos com prospecção e perfuração para extração de petróleo	14.578.445	14.578.445	Conforme depreciação pelo método de unidades produzidas em relação às reservas provadas/desenvolvidas dos campos de petróleo.
Diferença temporária entre os critérios de depreciação contábil e fiscal	1.021.526	47.065	Mediante depreciação pela vida útil do bem ou alienação
IR e CS sobre lucros no exterior	94.175	47.497	Mediante a ocorrência de fatos geradores para disponibilização dos lucros.
Investimentos em controladas e coligadas	192.744		Mediante a ocorrência de fatos geradores para disponibilização dos lucros.
Variação Cambial	1.074.297		Mediante liquidação dos contratos
Diferença temporária dos compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens e depreciação	1.498.549	1.366.136	Liquidação dos passivos
Outros	975.236	62.853	
Total	19.434.972	16.101.996	
Não circulante	17.239.058	14.036.510	
Circulante	2.195.914	2.065.486	

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Na Controladora, a realização dos créditos fiscais diferidos ativos no montante de R\$ 2.901.700 mil não depende de lucros futuros porque estes serão absorvidos anualmente pela realização do passivo fiscal diferido. No consolidado, para a parcela que excede o saldo da Controladora, quando aplicável, as administrações das subsidiárias, com base em projeções efetuadas, têm expectativa de compensar estes créditos no prazo de até dez anos.

	R\$ mil			
	Expectativa de realização			
	Consolidado		Controladora	
	Imposto de Renda e CSLL diferidos ativos	Imposto de Renda e CSLL diferidos passivos	Imposto de Renda e CSLL diferidos ativos	Imposto de Renda e CSLL diferidos passivos
2010	2.629.237	2.195.914	2.296.480	2.065.486
2011	427.240	2.616.990	73.097	1.834.892
2012	274.108	2.115.233	25.666	1.842.292
2013	298.024	2.145.423	16.599	1.840.125
2014	635.892	2.920.586	410.504	2.632.100
2015	198.279	2.450.081	12.498	2.215.431
2016 em diante	1.544.791	4.990.745	66.856	3.671.670
Parcela registrada contabilmente	6.007.571	19.434.972	2.901.700	16.101.996
Parcela não registrada contabilmente	1.684.134		527.638	
Total	7.691.705	19.434.972	3.429.338	16.101.996

A controlada Petrobras Energia S.A. (PESA) e suas controladas possuem créditos tributários não registrados, decorrentes de prejuízos fiscais acumulados de aproximadamente R\$ 34.824 mil (US\$ 20.000 mil), em países onde não há prazo de prescrição dos referidos créditos.

Adicionalmente, a controlada Petrobras America Inc. - PAI possui créditos tributários não registrados no montante de R\$ 1.005.902 mil (US\$ 577.706 mil) decorrentes de prejuízos fiscais acumulados, oriundos, principalmente, das atividades de exploração e produção de óleo e gás. De acordo com legislação específica dos Estados Unidos, país em que a PAI se encontra domiciliada, os créditos fiscais prescrevem em 20 anos, a partir da data da sua constituição.

Algumas controladas no exterior possuem prejuízos fiscais acumulados na fase exploratória. Esses créditos serão reconhecidos, de acordo com a legislação tributária de cada país, caso o empreendimento seja bem sucedido, mediante a geração de lucros tributáveis futuros.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19.5 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados nos exercícios de 2009 e de 2008 estão apresentados a seguir:

a) Consolidado

	R\$ mil	
	2009	2008
Lucro do exercício antes dos impostos e após a participação dos empregados	41.711.288	46.860.272
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(14.181.838)	(15.932.493)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
· Adições permanentes, líquidas	(201.422)	(1.081.649)
· Incentivos fiscais	159.707	226.942
· Crédito em razão da inclusão de JSCP como despesas operacionais	2.446.220	2.386.549
· Créditos fiscais de empresas no exterior em fase exploratória	(152.071)	(124.437)
· Prejuízos Fiscais	110.575	(941.713)
· Resultado de empresas no exterior com alíquotas diferenciadas	1.361.533	(270.873)
· Outros	480.090	(224.303)
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(9.977.206)	(15.961.977)
Imposto de renda/contribuição social diferidos	(804.988)	(4.769.951)
Imposto de renda/contribuição social correntes	(9.172.218)	(11.192.026)
	(9.977.206)	(15.961.977)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	23,9%	34,1%

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Controladora

	R\$ mil	
	2009	2008
Lucro do exercício antes dos impostos e após a participação dos empregados	34.922.352	51.353.567
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(11.873.600)	(17.460.213)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
· Adições permanentes, líquidas (*)	2.828.612	(99.760)
· Incentivos fiscais	144.168	214.780
· Crédito em razão da inclusão de JSCP como despesas operacionais	2.446.213	2.386.549
· Outros itens	845.673	74.626
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(5.608.934)	(14.884.018)
Imposto de renda/contribuição social diferidos	261.091	(5.736.891)
Imposto de renda/contribuição social correntes	(5.870.025)	(9.147.127)
	(5.608.934)	(14.884.018)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	16,1%	28,9%

(*) Inclui equivalência patrimonial e ágio/deságio.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20 Benefícios concedidos a empregados

Os saldos relativos a benefícios concedidos a empregados estão representados a seguir:

	R\$ mil							
	Consolidado				Controladora			
	31.12.2009		31.12.2008		31.12.2009		31.12.2008	
	Plano de Pensão	Plano de Saúde	Plano de Pensão	Plano de Saúde	Plano de Pensão	Plano de Saúde	Plano de Pensão	Plano de Saúde
Passivo circulante:								
Plano de benefício definido	593.595	565.952	582.510	523.714	547.007	531.118	534.215	493.221
Plano de contribuição variável	48.179		45.478		44.679		44.836	
	641.774	565.952	627.988	523.714	591.686	531.118	579.051	493.221
Passivo não circulante:								
Plano de benefício definido	3.443.965	11.184.849	3.399.929	10.296.679	2.940.030	10.343.557	2.895.287	9.510.037
Plano de contribuição variável	117.365		75.652		110.807		70.797	
	3.561.330	11.184.849	3.475.581	10.296.679	3.050.837	10.343.557	2.966.084	9.510.037
Total	4.203.104	11.750.801	4.103.569	10.820.393	3.642.523	10.874.675	3.545.135	10.003.258

20.1 Plano de Pensão - Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros)

a) Plano Petros

A Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, constituída pela Petrobras, instituiu o Plano Petros em julho de 1970, do tipo benefício definido, que assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social. Além da Petrobras, o Plano Petros é patrocinado pela Petrobras Distribuidora S.A. (BR), Petroquisa e Alberto Pasqualini – Refap, e está fechado aos empregados admitidos a partir de setembro de 2002.

A avaliação do plano de custeio da Petros é procedida por atuários independentes, em regime de capitalização, para a maioria dos benefícios. As patrocinadoras efetuam contribuições regulares em valores iguais aos valores das contribuições dos participantes (empregados) e assistidos (aposentados e pensionistas), ou seja, de forma paritária.

Na apuração de eventual déficit no plano de benefício definido, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional nº 20 de 1998, o seu equacionamento deverá ocorrer via ajuste no plano de custeio, através de contribuições extraordinárias calculadas pelo método do valor agregado, devendo tal custo ser rateado paritariamente entre patrocinadoras e participantes.

Em 23 de outubro de 2008, a Petrobras e as subsidiárias patrocinadoras do Plano Petros e a Petros assinaram Termos de Compromisso Financeiro – TCF em consequência à homologação de transação judicial, relativa ao plano de pensão, como o previsto no Acordo de Obrigações Recíprocas – AOR firmado pelas patrocinadoras e entidades sindicais. Os compromissos dos TCF têm prazo de vencimento em 20 anos com pagamento de juros semestrais de 6% a.a. sobre o saldo a pagar atualizado. Em 31 de dezembro de 2009, os saldos dos TCF totalizavam R\$ 4.304.177 mil

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(R\$ 4.047.527 mil na Controladora), dos quais R\$ 37.438 mil (R\$ 34.164 mil na Controladora) de juros vencem em 2010.

A obrigação assumida pela Companhia, por intermédio dos TCF, representa uma contrapartida às adesões feitas pelos participantes/assistidos do Plano Petros à repactuação para alteração do regulamento do plano, em relação aos benefícios, e ao encerramento de litígios existentes.

Em 16 de abril de 2009 o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, suspendeu os efeitos de uma liminar concedida em 24 de março de 2009, a sindicatos de petroleiros, associações de aposentados e outros, que tornava sem efeito o processo de repactuação. Com isso, foram mantidas todas as alterações no regulamento do plano decorrentes desse processo.

Em 31 de dezembro de 2009, a Petrobras e subsidiárias possuíam Notas do Tesouro Nacional - de longo prazo, no montante de R\$ 4.114.811 mil (R\$ 3.901.428 mil na Controladora), adquiridas para contrapor passivos com a Petros, que serão mantidas na carteira da Companhia para garantia dos TCF.

b) Plano Petros 2

A partir de 1º de julho de 2007, Petrobras, Petrobras Distribuidora S.A. (BR), Petroquisa e Alberto Pasqualini - Refap S.A., implementaram um novo plano de previdência complementar, denominado Plano Petros 2, na modalidade de Contribuição Variável (CV) ou misto, para os empregados sem previdência complementar. Posteriormente, as empresas Ipiranga Asfaltos S.A. - IASA, FAFEN Energia S.A., Termorio S.A. e Termoceará Ltda. aderiram ao plano.

A parcela deste plano com característica de benefício definido, refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, e os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida, destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada e foi reconhecida no resultado do exercício conforme as contribuições são efetuadas. No exercício de 2009, a contribuição da Petrobras e das subsidiárias para a parcela de contribuição definida deste plano foi de R\$ 256.470 mil (R\$ 245.376 mil na Controladora).

As patrocinadoras Petrobras, Petrobras Distribuidora S.A. (BR), Petroquisa e Alberto Pasqualini - Refap S.A. assumiram o serviço passado das contribuições correspondentes ao período em que os participantes estiveram sem plano, a partir de agosto de 2002, ou da admissão posterior, até o dia 29 de agosto de 2007. O plano continuará aberto para inscrições após essa data, mas não haverá mais o pagamento do Serviço Passado.

Os desembolsos relacionados ao custo do serviço passado serão realizados, mensalmente, ao longo do tempo durante o mesmo número de meses em que o participante ficou sem plano, devendo, portanto cobrir a parte relativa aos participantes e patrocinadoras.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Ativos dos Planos de Pensão

Os ativos dos planos de pensão do Sistema Petrobras são investidos principalmente em títulos do governo, fundos de investimento, instrumentos patrimoniais e outros.

	Consolidado			
	2009		2008	
	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável
Títulos do governo	41%		43%	
Fundos de investimento	31%	92%	38%	92%
Participações em ações	21%	7%	12%	8%
Outros	7%	1%	7%	
	100%	100%	100%	100%

A carteira de investimentos dos Planos Petros e Petros 2, em 31 de dezembro de 2009, era constituída por 61% de renda fixa, com rentabilidade esperada de 6,54% a.a.; 34% de renda variável, com rentabilidade esperada de 7% a.a.; 5% de outros investimentos (operações com participantes, imóveis e projetos de infraestrutura), com rentabilidade esperada de 8% a.a., que resultou numa taxa de juros média de 6,74% a.a.

Os ativos dos planos de pensão administrados pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros incluem os seguintes títulos de partes relacionadas:

	R\$ mil	
	2009	2008
Ações ordinárias da Petrobras	462.547	313.698
Ações preferenciais da Petrobras	714.764	512.312
Companhias controladas pelo governo	218.329	261.567
Títulos do governo	16.168.179	13.348.545
Títulos de outras partes relacionadas	155.700	240.001
	17.719.519	14.676.123

O Plano Petros tem 41% dos investimentos em títulos do governo, dos quais 88% são representados por NTN-B, que por fideicomisso com a Secretaria de Previdência Complementar, serão mantidos até o vencimento.

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20.2 Petrobras Internacional Braspetro B.V. – PIB BV

20.2.1 Petrobras Energia S.A.

a) *Plano de pensão de contribuição definida*

Em 2005, a Petrobras Energia S.A. (Pesa) implementou este plano de adesão voluntária para todos os empregados que cumpram com determinadas condições. Os aportes são realizados em montantes equivalentes às contribuições dos empregados, de acordo com a contribuição definida para cada nível salarial.

O custo do plano é reconhecido de acordo com as contribuições que a sociedade efetua, que em 31 de dezembro de 2009 totalizou R\$ 5.292 mil (R\$ 4.619 mil em 31 de dezembro de 2008).

b) *Plano de pensão de benefício definido*

b.1) Plano “Termination Indemnity ”

É um plano de benefícios pelo qual os empregados que cumprem determinadas condições estão aptos para receber um mês de salário por ano de serviço na empresa, de acordo com uma escala decrescente, conforme os anos de vigência do plano, no momento de sua aposentadoria.

b.2) Plano “Fondo Compensador”

Têm direito a este benefício os empregados da Pesa que tenham aderido aos planos de contribuições definidas vigentes ao longo do tempo e que tenham ingressado na sociedade antes de 31 de maio de 1995, e acumulem o tempo de serviço requerido. O benefício é calculado complementarmente aos benefícios outorgados por estes planos e pelo sistema de aposentadorias, de tal modo que a soma dos benefícios totais recebidos por cada empregado seja equivalente ao definido neste plano.

Caso se produza um valor excedente, devidamente certificado por um atuário independente, dos fundos aportados a fideicomissos destinados a pagar os benefícios definidos outorgados pelo plano, a Pesa poderá dispor do mesmo, devendo, apenas, fazer a devida comunicação ao agente fiduciário.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20.2.2 Nansei Sekiyu K.K.

A Refinaria Nansei Sekiyu K.K. oferece aos seus empregados um plano de benefícios de aposentadoria complementar, na modalidade benefício definido, onde o participante para se tornar elegível ao benefício precisa ter no mínimo 50 anos de idade e 20 anos de serviço na Companhia. As contribuições são efetuadas somente pela patrocinadora. O plano é administrado pela Sumitomo Trust & Banking.

20.3 Plano de Saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Petrobras, suas subsidiárias, Petrobras Distribuidora, Petroquisa e a controlada Alberto Pasqualini - Refap S.A., mantêm um plano de assistência médica (AMS), com benefícios definidos, que cobre todos os empregados das empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela própria Companhia e os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos.

O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

a) *Variação nos custos com assistência médica*

As premissas de evolução de custos com assistência médica têm impacto significativo nos saldos dos valores provisionados e respectivos custos reconhecidos. Uma variação de 1% nas premissas (nota 20.6) teria o seguinte impacto nos valores apresentados:

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	1% de acrécimo	1% de redução	1% de acrécimo	1% de redução
Passivo atuarial	1.701.554	(1.399.796)	1.576.369	(1.297.703)
Custo do serviço e juros	244.768	(198.312)	226.423	(183.130)

20.4 Outros Planos de Contribuição Definida

A subsidiária Transpetro e algumas controladas da Petrobras patrocinam planos de aposentadoria aos seus empregados, de natureza de contribuição definida.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20.5 O saldo das obrigações dos gastos com benefícios pós-emprego, calculados por atuários independentes, apresenta a seguinte movimentação:

	R\$ mil					
	Consolidado					
	2009			2008		
	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva
Variação das obrigações de benefícios						
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	37.524.079	300.167	9.874.853	41.411.603	254.049	12.217.790
Custo dos juros:						
• Com termo de compromisso financeiro	369.524			83.770		
• Atuarial	4.366.526	38.822	1.258.266	4.060.932	37.936	1.227.765
Custo do serviço corrente	330.027	106.191	149.810	448.888	161.826	197.686
Benefícios pagos	(1.815.981)	(2.941)	(470.785)	(1.707.640)	(1.026)	(441.760)
(Ganho)/Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	6.797.033	82.900	1.148.715	(6.963.363)	(155.258)	(3.326.628)
Outros	(77.998)	(27)		189.889	2.640	
Valor presente da obrigação atuarial no fim do exercício	47.493.210	525.112	11.960.859	37.524.079	300.167	9.874.853
Variação dos ativos do plano						
Ativo do plano no início do exercício	32.899.837	86.302		33.178.866	15.876	
Rendimento esperado dos ativos do plano	3.984.300	16.150		3.441.863	32.783	
Contribuições recebidas pelo fundo	779.552	90.132	470.785	835.269	70.432	441.760
Recebimentos vinculados ao termo de compromisso financeiro	229.507			1.393.906		
Benefícios pagos	(1.815.437)	(2.941)	(470.785)	(1.707.640)	(1.026)	(441.760)
Ganho/(Perda) atuarial sobre os ativos do plano	3.412.212	10.943		(4.258.433)	(31.906)	
Outros	(7.321)	10		16.006	143	
Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício	39.482.650	200.596		32.899.837	86.302	
Valores reconhecidos nas demonstrações contábeis						
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	8.010.559	324.516	11.960.859	4.624.242	213.865	9.874.853
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidas	(3.830.375)	(51.109)	(174.623)	(462.836)	22.265	985.112
Custo do serviço passado não reconhecido	(142.625)	(107.863)	(35.435)	(178.967)	(115.000)	(39.572)
Passivo atuarial líquido 31 de dezembro	4.037.560	165.544	11.750.801	3.982.439	121.130	10.820.393

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	R\$ mil					
	Controladora					
	2009			2008		
	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva
Variação das obrigações de benefícios						
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	34.888.477	284.468	9.231.164	38.822.922	245.368	11.406.884
Custo dos juros:						
• Com termo de compromisso financeiro	345.558			79.266		
• Atuarial	4.080.500	36.976	1.176.078	3.799.444	36.641	1.146.066
Custo do serviço corrente	293.193	99.657	137.454	403.657	156.687	180.139
Benefícios pagos	(1.717.487)	(2.655)	(445.911)	(1.617.327)	(787)	(414.895)
(Ganho)/Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	6.467.889	78.027	1.042.925	(6.599.485)	(153.441)	(3.087.030)
Outros						
Valor presente da obrigação atuarial no fim do exercício	44.358.130	496.473	11.141.710	34.888.477	284.468	9.231.164
Variação dos ativos do plano						
Ativo do plano no início do exercício	30.728.336	82.691		31.236.450	15.237	
Rendimento esperado dos ativos do plano	3.732.587	15.529		3.239.012	31.543	
Contribuições recebidas pelo fundo	722.763	86.282	445.911	769.271	67.709	414.895
Recebimentos vinculados ao termo de compromisso financeiro	215.166			1.393.906		
Benefícios pagos	(1.717.487)	(2.655)	(445.911)	(1.617.327)	(787)	(414.895)
Ganho/(Perda) atuarial sobre os ativos do plano	3.347.569	9.024		(4.261.627)	(31.011)	
Outros				(31.349)		
Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício	37.028.934	190.871	-	30.728.336	82.691	-
Valores reconhecidos nas demonstrações contábeis						
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	7.329.196	305.602	11.141.710	4.160.141	201.777	9.231.164
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidas	(3.718.313)	(47.850)	(234.555)	(584.210)	22.848	808.370
Custo do serviço passado não reconhecido	(123.846)	(102.266)	(32.480)	(146.429)	(108.992)	(36.276)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	3.487.037	155.486	10.874.675	3.429.502	115.633	10.003.258

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	R\$ mil					
	Consolidado					
	2009			2008		
	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva
Saldo em 1º de janeiro	3.982.439	121.130	10.820.393	4.927.134	17.270	9.727.919
(+) Custos incorridos no exercício	721.061	97.577	1.401.166	900.941	146.017	1.534.011
(-) Pagamento de contribuições	(416.221)	(59.960)	(470.788)	(490.533)	(35.148)	(441.760)
(-) Pagamento do termo de compromisso financeiro	(228.265)			(1.393.906)		
Outros	(21.454)	6.797	30	38.803	(7.009)	223
Saldo em 31 de dezembro	4.037.560	165.544	11.750.801	3.982.439	121.130	10.820.393

	R\$ mil					
	Controladora					
	2009			2008		
	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva
Saldo em 1º de janeiro	3.429.502	115.633	10.003.258	4.509.080	15.683	8.983.942
(+) Custos incorridos no exercício	654.413	83.069	1.317.298	732.570	133.728	1.434.214
(-) Pagamento de contribuições	(381.682)	(43.245)	(445.911)	(450.442)	(33.778)	(414.895)
(-) Pagamento do termo de compromisso financeiro	(215.166)			(1.393.906)		
Outros	(30)	29	30	32.200		(3)
Saldo em 31 de dezembro	3.487.037	155.486	10.874.675	3.429.502	115.633	10.003.258

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A despesa líquida com os planos de benefícios de pensão e saúde inclui os seguintes componentes:

	R\$ mil					
	Consolidado					
	2009			2008		
	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva
Custo do serviço corrente	329.002	105.677	149.811	448.888	161.826	197.686
Custo dos juros:						
• Com termo de compromisso financeiro	369.524			83.770		
• Atuarial	4.366.526	38.822	1.258.266	4.060.932	37.936	1.227.765
Rendimento estimado dos ativos do plano	(3.984.300)	(16.150)		(3.441.863)	(32.783)	
Amortização de (ganhos)/perdas atuariais não reconhecidas	2.043	370	(11.020)	3.959	(21)	104.645
Contribuições de participantes	(372.315)	(43.084)		(362.082)	(107.162)	
Custo do serviço passado não reconhecido	23.407	6.756	4.138	25.087	77.046	4.138
Outros	(12.826)	5.186	(29)	82.250	9.175	(223)
Custo líquido no exercício	721.061	97.577	1.401.166	900.941	146.017	1.534.011

	R\$ mil					
	Controladora					
	2009			2008		
	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva
Custo do serviço corrente	293.193	99.657	137.454	403.656	156.687	180.139
Custo dos juros:						
• Com termo de compromisso financeiro	345.558			79.266		
• Atuarial	4.080.500	36.976	1.176.078	3.799.444	36.641	1.146.066
Rendimento estimado dos ativos do plano	(3.732.587)	(15.529)		(3.239.012)	(31.542)	
Amortização de (ganhos)/perdas atuariais não reconhecidas						104.213
Contribuições de participantes	(343.813)	(44.836)		(333.366)	(102.112)	
Custo do serviço passado não reconhecido	22.583	6.726	3.796	22.582	74.054	3.796
Outros	(11.021)	75	(30)	-		
Custo líquido no exercício	654.413	83.069	1.317.298	732.570	133.728	1.434.214

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	R\$ mil					
	Consolidado					
	2009			2008		
	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva
Relativa a empregados ativos:						
Absorvida no custeio das atividades operacionais	198.543	44.936	223.440	252.163	73.043	272.848
Diretamente no resultado	152.992	51.778	177.783	270.361	72.970	212.189
Reativa aos inativos	369.526	863	999.943	378.417	4	1.048.974
Custo líquido no exercício	721.061	97.577	1.401.166	900.941	146.017	1.534.011

	R\$ mil					
	Controladora					
	2009			2008		
	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva
Relativa a empregados ativos:						
Absorvida no custeio das atividades operacionais	191.297	42.181	217.844	237.420	72.205	263.903
Diretamente no resultado	117.558	40.302	150.102	143.243	61.523	178.445
Reativa aos inativos	345.558	586	949.352	351.907		991.866
Custo líquido no exercício	654.413	83.069	1.317.298	732.570	133.728	1.434.214

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20.6 Premissas atuariais

As principais premissas adotadas no cálculo das empresas brasileiras foram as seguintes:

Modalidade	Premissa atual
Plano de benefício (pensão e saúde)	Benefício definido/Contribuição variável e Assistência médica supletiva
Método de avaliação atuarial	Unidade de Crédito Projetada
Tábua de mortalidade	AT 2000 *
Invalidez	ZIMMERMANN ajustada pela GLOBALPREV e TASA 1927
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 *
Rotatividade Plano de Pensão	0% a.a.
Rotatividade AMS	% médio anual de desligamento - 0,768% a.a. **
Taxa de desconto para o passivo atuarial	Juros: 6,57% a.a. *** + inflação: 4,5% a 4,0% a.a. ****
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	Juros: 6,74% a.a. + inflação: 4,5% a.a. ****
Crescimento salarial	2,295% a.a. + inflação: 4,5% a 4,0% a.a. ****

(*) Separada por sexo (masculino e feminino).

(**) Varia de acordo com a idade e tempo de serviço.

(***) A Companhia utiliza uma metodologia para apuração de uma taxa real equivalente a partir da curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo, considerando-se no cálculo desta taxa o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde.

(****) Inflação linearmente decrescente, partindo de 4,5% a.a. (2010) a 4,1% a.a. (2014) e constante em 4% a.a. de 2015 em diante.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21 Participação dos empregados e administradores

A participação dos empregados nos lucros ou resultados, conforme disposto na legislação em vigor, pode ocorrer baseada em programas espontâneos mantidos pelas empresas ou em acordos com os empregados ou com as entidades sindicais.

Dessa forma, no exercício de 2009, a Petrobras provisionou R\$ 1.495.323 mil no Consolidado (R\$ 1.344.526 mil em 2008) e R\$ 1.269.854 mil na Controladora (R\$ 1.138.078 mil em 2008), de participação dos empregados e administradores nos lucros ou resultados (PLR). O valor da provisão respeita os limites estabelecidos pela Resolução nº 10, de 30 de maio de 1995, do Conselho de Controles das Empresas Estatais - CCE.

A participação dos administradores nos lucros ou resultados será objeto de deliberação pela Assembléia Geral Ordinária, em 22 de abril de 2010, na forma disposta pelos artigos 41 e 56 do Estatuto Social da Companhia e pelas normas federais específicas.

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 78.966.691 mil está representado por 5.073.347.344 ações ordinárias e 3.700.729.396 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal.

As ações preferenciais terão prioridade no caso de reembolso do capital e no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação, ou de 5% (cinco por cento) calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, prevalecendo sempre o maior, participando, em igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros. As ações preferenciais não asseguram direito de voto e não são conversíveis em ações ordinárias e vice-versa.

A Administração da Petrobras está propondo à Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada em conjunto com a Assembléia Geral Ordinária de Acionistas em 22 de abril de 2010, o aumento do capital social da Companhia de R\$ 78.966.691 mil para R\$ 85.108.544 mil, mediante a capitalização de parte de reservas de lucros no montante de R\$ 5.626.997 mil, sendo R\$ 899.376 mil de reserva estatutária, R\$ 4.713.169 mil de reserva de retenção de lucros, em conformidade com o artigo 199, da Lei 6.404/76, e R\$ 14.452 mil de parte da reserva de incentivos fiscais constituída em 2009, em atendimento ao artigo 35, parágrafo 1º, da Portaria nº 2.091/07 do Ministro de Estado da Integração Nacional, e de reservas de capital no montante de R\$ 514.856 mil. Essa capitalização será efetivada sem a emissão de novas ações, de acordo com o artigo 169, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76.

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22.2 Reservas de capital

a) *Incentivos fiscais*

Inclui incentivo para subvenção de investimentos no Nordeste, no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com redução de 75% do imposto de renda devido, calculado sobre o lucro da exploração de atividades incentivadas, em montante de R\$ 514.856 mil constituída até 31 de dezembro de 2007, e somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda.

As doações e subvenções para investimento contabilizadas até 31 de dezembro de 2007 serão mantidas em reserva de capital até a sua total utilização.

22.3 Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, contabilizadas por controlada em conjunto e por coligadas de subsidiária, em exercícios anteriores.

A Companhia optou por manter o saldo das respectivas reservas de reavaliação de 31 de dezembro de 2007, até sua total realização.

A realização desta reserva em 2009, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi integralmente transferida para lucros acumulados no montante de R\$ 9.934 mil (R\$ 51.236 mil em 2008).

22.4 Reservas de lucros

a) *Reserva legal*

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

b) *Reserva estatutária*

Constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo desta reserva não pode exceder a 5% do capital social integralizado, de acordo com o artigo 55 do Estatuto Social da Companhia.

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Reserva de incentivos fiscais

É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

No exercício de 2009, foram destinados do resultado R\$ 539.995 mil referentes ao incentivo para subvenção de investimentos no Nordeste e Amazônia, no âmbito das Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Amazônia (SUDAM), e R\$ 14.452 mil referentes à realização de parte dos depósitos para reinvestimentos com recursos próprios.

d) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 está prevista uma retenção de lucros, no montante de R\$ 18.573.027 mil, sendo a parcela de R\$ 18.563.093 mil proveniente do lucro líquido do exercício e R\$ 9.934 mil do saldo remanescente de lucros acumulados, que se destina a atender parcialmente o programa anual de investimentos estabelecido no orçamento de capital do exercício de 2010, a ser deliberado em Assembléia Geral Ordinária de Acionistas em 22 de abril de 2010.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22.5 Dividendos

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A proposta do dividendo relativo ao exercício de 2009, que está sendo encaminhada pela Administração da Petrobras à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2010, no montante de R\$ 8.335.373 mil, atende aos direitos garantidos, estatutariamente, às ações preferenciais (artigo 5º), distribuindo indistintamente às ações ordinárias e preferenciais o dividendo calculado sobre o lucro básico ajustado para esse fim, podendo ser assim demonstrado:

	R\$ mil	
	2009	2008
Lucro líquido do exercício (controladora)	29.313.418	36.469.549
Apropriação:		
Reserva legal	(1.465.671)	(1.823.477)
Reserva de incentivos fiscais	(554.447)	(557.185)
	27.293.300	34.088.887
Reversões/adições:		
Reserva de reavaliação	9.934	51.236
Lucro básico para determinação do dividendo	27.303.234	34.140.123
Dividendos propostos, equivalente a 30,53 % do lucro básico - R\$ 0,95 por ação, (29,04% em 2008, R\$ 1,13 por ação) composto de:		
Juros sobre o capital próprio	7.194.743	7.019.261
Dividendos	1.140.630	2.895.446
Total de dividendos propostos	8.335.373	9.914.707
Menos:		
Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente	(6.141.854)	
Atualização dos juros sobre o capital próprio antecipados	(24.567)	
	(6.166.421)	
Saldo de dividendos propostos	2.168.952	9.914.707

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$ 8.335.373 mil incluem juros sobre capital próprio no total de R\$ 7.194.743 mil, aprovados pelo Conselho de Administração da seguinte forma:

- Em 24 de junho de 2009, R\$ 2.632.224 mil, correspondente a R\$ 0,30 por ação, e disponibilizada aos acionistas em 30 de novembro de 2009, com base na posição acionária de 03 de julho de 2009;
- Em 21 de setembro de 2009, R\$ 1.754.815 mil, correspondente a R\$ 0,20 por ação, distribuída em 21 de dezembro de 2009, com base na posição acionária de 30 de setembro de 2009;
- Em 17 de dezembro de 2009, R\$ 1.754.815 mil, correspondente a R\$ 0,20 por ação, disponibilizada em 29 de dezembro de 2009, com base na posição acionária de 18 de dezembro de 2009;
- Em 19 de março de 2010, a parcela final de juros sobre o capital próprio a ser disponibilizada com base na posição acionária de 22 de abril de 2010, data da Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre o assunto, no montante de R\$ 1.052.889 mil, correspondente a R\$ 0,12 por ação ordinária e preferencial, juntamente com os dividendos de R\$ 1.140.630 mil correspondente a R\$ 0,13 por ação ordinária e preferencial.

As parcelas dos juros sobre o capital próprio distribuídas antecipadamente em 2009 serão descontadas dos dividendos propostos para este exercício, corrigidas pela taxa SELIC desde a data de seu pagamento até 31 de dezembro de 2009. Os dividendos e a parcela final de juros sobre o capital próprio serão pagos na data que vier a ser fixada em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, e terão os seus valores atualizados monetariamente, a partir de 31 de dezembro de 2009 até a data de início do pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

Os juros sobre o capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95. Esses juros foram imputados aos dividendos do exercício, na forma prevista no Estatuto Social da Companhia, contabilizados no resultado operacional, conforme requerido pela legislação fiscal, e foram revertidos contra lucros acumulados, conforme determina a Deliberação CVM nº 207/96, resultando em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 2.446.213 mil (R\$ 2.386.549 mil em 2008).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23 Processos judiciais e contingências

23.1 Processos judiciais provisionados

A Petrobras e suas subsidiárias, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constituiu provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Em 31 de dezembro de 2009, essas provisões são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Contingências previdenciárias	54.000	54.000	54.000	54.000
Processos fiscais				
Total do passivo circulante	54.000	54.000	54.000	54.000
Reclamações trabalhistas	101.768	96.640	14.956	13.233
Processos fiscais	122.536	141.677	1.766	1.592
Processos cíveis (*)	462.058	500.759	180.928	188.460
Outras contingências	158.589	151.250		
Total do passivo não circulante	844.951	890.326	197.650	203.285
Total das contingências	898.951	944.326	251.650	257.285

(*) Líquido de Depósito Judicial, quando aplicável.

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Federação dos Pescadores do Rio de Janeiro - FEPERJ

A FEPERJ pleiteia, em nome dos seus representados, indenizações diversas em razão do vazamento de óleo na Baía da Guanabara, ocorrido no dia 18 de janeiro de 2000. À época, a Petrobras indenizou extrajudicialmente todos que comprovaram ser pescadores no momento do acidente. Segundo registros do cadastro nacional de pescadores, apenas 3.339 poderiam pleitear indenização.

Em 02 de fevereiro de 2007, foi publicada decisão acolhendo, parcialmente, o laudo pericial e que, a pretexto de quantificar a decisão condenatória, fixou os parâmetros para os respectivos cálculos que, por tais critérios, alcançaria a importância de R\$ 1.102.207 mil. A Petrobras recorreu dessa decisão ao Tribunal de Justiça/RJ, visto que os parâmetros fixados na decisão são contrários àqueles já definidos pelo próprio TJ/RJ. O recurso foi provido. Em 29 de junho de 2007, foi publicada decisão da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro negando provimento ao recurso da Petrobras e dando provimento ao recurso da FEPERJ. Contra essa decisão foram interpostos Recursos Especiais pela Petrobras, os quais em julgamento realizado no dia 19 de novembro de 2009, pelo Supremo Tribunal de Justiça, foram providos para anular o acórdão da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça/RJ.

Aguarda-se a publicação do acórdão para avaliar se serão interpostos novos recursos pela FEPERJ, ou se o processo será devolvido ao TJ/RJ para novo julgamento.

Com base nos cálculos elaborados pelos assistentes periciais da Companhia, foi mantido o valor de R\$ 42.208 mil, atualizado para 31 de dezembro de 2009, por representar o montante que a Companhia entende que será fixado ao final do processo pelas instâncias superiores.

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP – Participação especial do campo de Marlim – Bacia de Campos

Em 18 de julho de 2007, a Petrobras foi notificada de nova Resolução de Diretoria da ANP, estabelecendo o pagamento de novas verbas consideradas devidas no cálculo da participação especial do campo de Marlim, retroativamente a 1998, anulando a anterior Resolução da Diretoria que determinou que a Petrobras efetuasse o pagamento adicional de R\$ 400.000 mil referentes a valores que teriam sido recolhidos a menor, em função da utilização da nova metodologia de cálculo inicialmente definida pela ANP.

A Petrobras impetrou Mandado de Segurança e obteve liminar para suspender a cobrança das diferenças da Participação Especial mencionadas na Resolução de Diretoria ANP 400/2007. A cobrança administrativa que havia sido sustada através de liminar concedida em Mandado de Segurança foi retomada em razão do indeferimento do pleito da Petrobras. A Companhia interpôs recurso de Apelação Cível além de pedido cautelar de concessão de efeito suspensivo, que aguardavam exame pelo Tribunal.

O julgamento da ação em primeira instância, desfavorável à Companhia, foi confirmado pelo Tribunal Regional Federal em acórdão publicado em 30 de setembro de 2009, contra o qual foram interpostos recursos pela Petrobras aos tribunais superiores em Brasília. Contudo, em razão do acordo a seguir noticiado, as partes (Petrobras e ANP) estão formulando petição conjunta para o encerramento do processo.

Com o objetivo de solucionar o conflito resultante da cobrança adicional de participação especial do Campo de Marlim, a Petrobras, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP e o Estado do Rio de Janeiro, no âmbito de mediação junto à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Pública Federal da AGU (CCAF/AGU), chegaram ao entendimento de rever o método de cálculo adotado para atualização do valor devido, assim como sua quitação pela Companhia.

O montante, após as devidas revisões, resultou no saldo de R\$ 2.065.360 mil na data do acordo.

Além do consenso a que chegaram as partes quanto à nova metodologia de cálculo da dívida, a proposta da Petrobras enviada a ANP também contempla a sua quitação em 08 (oito) parcelas mensais e sucessivas atualizadas pela taxa SELIC, sendo que já foram pagas 03 (três) parcelas, restando um saldo a pagar no total de R\$ 1.321.702 mil em 31 de dezembro de 2009.

O pagamento em questão encerra definitivamente toda e qualquer discussão judicial e administrativa relacionada ao assunto.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23.2 Processos judiciais não provisionados

Apresentamos a seguir a situação atual dos principais processos legais com probabilidade de perda possível:

Descrição	Situação Atual
<p>Autor: Porto Seguro Imóveis Ltda.</p> <p><i>Natureza: Cível</i></p> <p>A Porto Seguro, acionista minoritária da Petroquisa, ajuizou ação contra a Petrobras, relativa a alegados prejuízos decorrentes da venda da participação acionária da Petroquisa em diversas empresas petroquímicas incluídas no Programa Nacional de Desestatização. Na aludida ação, pretende a autora que a Petrobras, na qualidade de acionista majoritária da Petroquisa, seja obrigada a recompor o “prejuízo” causado ao patrimônio da mesma Petroquisa, por força dos atos que aprovaram o preço mínimo de venda de sua participação acionária no capital das empresas desestatizadas.</p>	<p>Em 30 de março de 2004, o Tribunal de Justiça do RJ, por unanimidade, deu provimento ao novo recurso interposto pela Porto Seguro para condenar a Petrobras a indenizar à Petroquisa a importância de US\$ 2.370 milhões mais 5% a título de prêmio e 20% de honorários advocatícios.</p> <p>A Petrobras interpôs recurso especial e extraordinário ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF), que foram inadmitidos. Contra essa decisão, a Petrobras ofereceu Agravo de Instrumento ao STJ e ao STF.</p> <p>Em dezembro de 2009 foi julgado e improvido o recurso de Agravo Regimental oferecido pela Porto Seguro, que buscava obstar o processamento do Recurso Especial da Petrobras.</p> <p>Aguarda-se a publicação dessa decisão e julgamento do referido Recurso Especial por meio do qual a Petrobras busca reverter totalmente a condenação.</p> <p>Com base na opinião dos advogados, a Companhia não espera obter decisão final desfavorável nesse processo.</p> <p>Caso a situação não seja revertida, a indenização estimada à Petroquisa, incluindo atualização monetária e juros, seria de R\$ 16.026.052 mil em 31 de dezembro de 2009. Como a Petrobras detém 100% do capital social da Petroquisa, parte da indenização à Petroquisa, estimada em R\$ 10.577.194 mil, não representará um desembolso efetivo do Sistema Petrobras. Adicionalmente, a Petrobras teria que indenizar a Porto Seguro, autora da ação, R\$ 801.303 mil a título de prêmio e a Lobo & Ibeas Advogados R\$ 3.205.210 mil a título de honorários advocatícios.</p>
<p>Autor: Delegacia da Receita Federal do Rio de Janeiro</p> <p><i>Natureza: Tributária</i></p> <p>Auto de infração referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre remessas de pagamentos de afretamentos de embarcações, referente ao período de 1999 a 2002.</p>	<p>A Petrobras apresentou novos recursos administrativos para a Câmara Superior de Recursos Fiscais, última instância administrativa, que se encontram pendentes de julgamento.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 4.390.654 mil.</p>

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	Situação Atual
<p>Autor: Inspetoria da Receita Federal em Macaé</p> <p><i>Natureza: Tributária</i></p> <p>Juros e multa sobre II e IPI - Naufrágio da Plataforma P-36.</p>	<p>Decisão de primeira instância desfavorável à Petrobras.</p> <p>Interposto Recurso Voluntário que se encontra pendente de julgamento. A Petrobras impetrou o Mandado de Segurança, obtendo sentença favorável no sentido de sustar, até a conclusão das apurações das causas do afundamento da plataforma, qualquer cobrança de tributos. Há recurso da União Federal/Fazenda Nacional, pendente de julgamento.</p> <p>Com a decisão do Tribunal Marítimo, a Companhia propôs Ação Anulatória de Débito Fiscal e obteve liminar suspendendo a cobrança do tributo.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 375.306 mil.</p>
<p>Autor: SRP - Secretaria da Receita Previdenciária</p> <p><i>Natureza: Tributária</i></p> <p>Notificações fiscais, relativas aos encargos previdenciários, em decorrência de processos administrativos instaurados pelo INSS que atribuem responsabilidade solidária à Companhia na contratação de serviços de construção civil e outros.</p>	<p>Dos valores desembolsados pela Companhia, a fim de garantir a interposição de recursos e/ou a obtenção de Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, R\$ 114.998 mil estão registrados em depósitos judiciais e poderão ser recuperados no âmbito das próprias ações em curso, relativos a 331 notificações, no montante de R\$ 363.293 mil em 31 de dezembro de 2009. A posição da área jurídica da Petrobras para essas notificações é de expectativa de perda possível, por considerar mínimo o risco de desembolso futuro.</p>
<p>Autor: Delegacia da Receita Federal no Rio de Janeiro</p> <p><i>Natureza: Tributária</i></p> <p>Auto de infração referente ao Imposto de Importação e sobre Produtos Industrializados (II e IPI), questionando a classificação fiscal como Outros Grupos Eletrogêneos, na importação do conjunto de equipamentos pertencentes à usina termoeletrica Termorio S.A.</p>	<p>Em 15 de agosto de 2006, a Termorio protocolou, na Inspetoria da Receita Federal do Rio de Janeiro, impugnação a este Auto de Infração ao considerar que as classificações fiscais efetuadas estavam amparadas por laudo técnico de instituto de conhecimento notório. Em sua sessão de 11 de outubro de 2007, a 1ª Turma de Julgamento julgou improcedente o lançamento do Auto de Infração, vencido um Julgador que votou pela procedência parcial. A Inspetoria da Receita Federal interpôs recurso de ofício ao Conselho de Contribuintes de Porto Alegre-RS, sendo que tal solicitação ainda não foi julgada.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 710.949 mil.</p>
<p>Autor: Secretaria da Receita Federal</p> <p><i>Natureza: Tributária</i></p> <p>CIDE – Combustíveis. Não recolhimento no período de março de 2002 a outubro de 2003, em obediência às ordens judiciais obtidas por Distribuidoras e Postos de Combustíveis, imunizando-os da respectiva incidência.</p>	<p>Na primeira instância, julgado procedente o lançamento. A Companhia interpôs Recurso Voluntário que se encontra pendente de julgamento.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 1.149.354 mil.</p>

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	Situação Atual
<p>Autor: Secretaria da Receita Federal</p> <p><i>Natureza: Tributária</i></p> <p>IRRF - Remessas para pagamento de importação de petróleo.</p>	<p>Em primeira instância foi julgado improcedente o lançamento. Houve recurso de Ofício (da Receita Federal) ao Conselho de Contribuintes que foi provido. A Petrobras interpôs recurso voluntário que pende de julgamento.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 865.666 mil.</p>
<p>Autor: Delegacia da Receita Federal/Rio de Janeiro</p> <p><i>Natureza: Tributária</i></p> <p>IRPJ/2003 e CSLL/2003 - Cobrança de multa de mora em pagamento por denúncia espontânea.</p>	<p>Em primeira instância foi julgado procedente o lançamento. A Petrobras interpôs recurso voluntário que se encontra pendente de julgamento</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 259.737 mil.</p>
<p>Autor: IBAMA</p> <p><i>Natureza: Cível</i></p> <p>Descumprimento da cláusula Termo de Acordo e Compromisso - TAC da Bacia de Campos de 11 de agosto de 2004 por continuidade de perfuração sem aprovação prévia.</p>	<p>Decisão em primeira instância administrativa, condenando a Petrobras ao pagamento pelo inadimplemento do TAC. A Companhia interpôs recurso Hierárquico ao Ministro do Meio Ambiente que aguarda julgamento.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 153.383 mil.</p>
<p>Autor: Secretaria da Receita Federal</p> <p><i>Natureza: Tributária</i></p> <p>Cobrança de CIDE sobre Importação de Propano e Butano.</p>	<p>Encerrado na esfera administrativa. Aguarda-se o início da execução fiscal pela SRF. A Companhia obteve tutela antecipada judicial suspendendo a exigibilidade do crédito mediante o depósito para recurso, efetuado por meio de Seguro-Garantia.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 189.228 mil.</p>
<p>Autor: Secretaria da Receita Federal</p> <p><i>Natureza: Tributária</i></p> <p>Não recolhimento da CIDE pela Petrobras em operações de importação de Nafta revendida à Braskem.</p>	<p>Em primeira instância foi julgado procedente o lançamento. A Petrobras interpôs recurso voluntário que foi convertido em vistorias nas dependências da Companhia.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 1.915.410 mil.</p>
<p>Autor: Estado do Rio de Janeiro</p> <p><i>Natureza: Tributária</i></p> <p>ICMS - Naufrágio da Plataforma P-36.</p>	<p>Decisão na 1ª instância favorável à Petrobras. Interposto recurso de apelação pelo Estado do Rio de Janeiro e pela Própria Petrobras, em relação ao valor dos honorários. Por maioria, deu-se provimento ao Recurso do Estado do Rio de Janeiro, e julgou-se prejudicado o recurso da Companhia. A Petrobras opôs embargos infringentes ao Acórdão, os quais aguardam de julgamento.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 859.379 mil.</p>

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	Situação Atual
<p>Autor: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro</p> <p><i>Natureza: Tributária</i></p> <p>ICMS - Operações de Transferência de LGN no âmbito do estabelecimento centralizador.</p>	<p>Decisão desfavorável à Petrobras. Interposto Recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, que se encontra pendente de julgamento.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 175.178 mil.</p>
<p>Autor: Estado de São Paulo</p> <p><i>Natureza: Tributária</i></p> <p>Afastamento de cobrança de ICMS em operações de importação de gás natural da Bolívia.</p>	<p>Na primeira instância, julgado procedente o lançamento.</p> <p>A Companhia interpôs Recurso Ordinário.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 736.367 mil.</p>
<p>Autor: Prefeituras Municipais de Anchieta, Aracruz, Guarapari, Itapemirim, Jaguaré, Marataízes, Serra, Vila Velha e Vitória.</p> <p><i>Natureza: Tributária</i></p> <p>Falta de retenção e recolhimento de ISS na atividade de prestação de serviços em águas marítimas.</p> <p>Alguns municípios localizados no Estado do Espírito Santo lavraram autos de infração contra a Petrobras, pela suposta falta de retenção do ISSQN incidente sobre serviços prestados em águas marítimas. A Petrobras reteve esse ISSQN, porém o recolheu aos cofres dos municípios onde estão estabelecidos os respectivos prestadores, em conformidade com a Lei Complementar nº 116/03.</p>	<p>A Companhia apresentou impugnações/recursos no intuito de ver canceladas as autuações, encontrando-se a sua maioria ainda em fase de julgamento administrativo. Dos municípios em relação aos quais já se esgotou a discussão (na esfera administrativa), apenas o Município de Itapemirim ingressou com ação de execução fiscal. Neste caso judicial, a Companhia ofertou garantia e está se defendendo, porquanto recolheu corretamente o ISS, nos termos da LC nº 116/2003.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 1.133.643 mil.</p>
<p>Autor: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro</p> <p><i>Natureza: Tributária</i></p> <p>Aproveitamento indevido de créditos de ICMS de brocas de perfuração e de produtos químicos utilizados na formulação de fluido de perfuração.</p> <p>A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro lavrou os autos de infração por entender que constituem material de uso e consumo, cujo aproveitamento do crédito somente será permitido a partir de 2011.</p>	<p>A Petrobras apresentou defesas judiciais no intuito de ver canceladas as autuações, encontrando-se a sua maioria ainda em fase de julgamento.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 567.747 mil.</p>

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	Situação Atual
<p>Autor: Delegacia da Receita Federal do Rio de Janeiro</p> <p><i>Natureza: Tributária</i></p> <p>Auto de infração recebido pela Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos – CLEP, referente a questionamento em relação à alíquota de Imposto de Renda Retido na Fonte e IOF, aplicável na emissão de títulos no exterior. Possibilidade de aplicação do Tratado Brasil – Japão (Dec. 61.889/67).</p>	<p>Em 16 de julho de 2009 a CLEP recebeu Auto de infração.</p> <p>Em 14 de agosto de 2009, a CLEP protocolou, na Delegacia da Receita Federal do Rio de Janeiro, impugnação a este Auto de Infração.</p> <p>Em 3 de setembro de 2009 o Processo foi remetido ao Serviço de Controle e Julgamento – DRJ.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 325.742 mil.</p>
<p>Autor: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo</p> <p><i>Natureza: Tributária</i></p> <p>Afastamento de Cobrança de ICMS e Multa de Importação e descumprimento de obrigação acessória. Admissão temporária – Sonda de Perfuração – Admissão São Paulo – Desembaraço no Rio de Janeiro. (Convênio ICMS nº 58/99)</p>	<p>Na primeira instância, julgado procedente o lançamento. Foi interposto Recurso Ordinário em 23 de dezembro de 2009, que se encontra pendente de julgamento.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 2.252.487 mil.</p>
<p>Autor: Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal.</p> <p><i>Natureza: Tributária</i></p> <p>Recolhimento de ICMS em razão da omissão de saída (Estoque).</p>	<p>Na primeira instância, julgado procedente o lançamento. A Petrobras interpôs Recurso Voluntário, que se encontra pendente de julgamento.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 177.566 mil.</p>

23.3 Processos de pequenos valores

A Companhia detém diversos processos judiciais e administrativos, com expectativas de perdas possíveis, cujo total alcança R\$ 525.511 mil, com a seguinte composição: R\$ 129.186 mil de causas Cíveis, R\$ 251.896 mil de causas Trabalhistas e R\$ 144.429 mil de causas Tributárias.

23.4 Questões ambientais

A Companhia está sujeita a diversas leis e normas ambientais, que disciplinam atividades envolvendo a descarga de petróleo, gás e outros materiais e estabelecem que os efeitos sobre o meio ambiente das operações da Companhia devem ser por ela corrigidos ou mitigados. A seguir, a situação dos principais processos ambientais com probabilidade de perda possível.

Em 2000, um derramamento de óleo ocorrido no Terminal São Francisco do Sul, da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – Repar lançou em torno de 1,06 milhão de galões de óleo cru no arredor. Naquela época, foram gastos em torno de R\$ 74.000 mil com intuito de proceder à limpeza total da área atingida, bem como para fazer frente às multas impostas pelas autoridades ambientais. Há o seguinte processo com relação a esse derramamento:

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	Situação Atual
Autor: AMAR - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária <i>Natureza: Ambiental</i> Indenização de danos moral e patrimonial ambiental.	Sem decisão em primeira instância. Aguarda-se o início da perícia para qualificação do valor. Exposição máxima atualizada: R\$ 127.911 mil. O juízo determina conexão com a ação do Instituto Ambiental do Paraná - IAP para julgamento conjunto.
Autor: Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual do Estado do Paraná <i>Natureza: Ambiental</i> Indenização de danos morais	Sem decisão em primeira instância. Exposição máxima atualizada: R\$ 4.866.538 mil.

Em 2001, o oleoduto de Araucária - Paranaguá rompeu com um movimento sísmico e derramou, aproximadamente, 15.059 galões de óleo combustível em vários rios no Estado do Paraná. Naquela época, foram concluídos os serviços de limpeza das superfícies dos rios, recuperando, aproximadamente, 13.738 galões de óleo. Como resultado do acidente foi apresentado o seguinte ato contra a Companhia:

Descrição	Situação Atual
Autor: Instituto Ambiental do Paraná – IAP <i>Natureza: Ambiental</i> Multa aplicada por supostos danos causados ao meio ambiente.	Recurso da Petrobras improvido na 2ª instância administrativa. Aguarda-se o início da Execução Fiscal para oferecer defesa em juízo. Exposição máxima atualizada: R\$ 132.043 mil. O juízo determinou conexão com a ação da AMAR para julgamento conjunto.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 20 de março de 2001, a plataforma P-36 afundou na Bacia de Campos. Em consequência do acidente, foi apresentado o seguinte ato contra a Companhia:

Descrição	Situação Atual
Autor: Ministério Público Federal/RJ <i>Natureza: Cível</i> Indenização de dano patrimonial ambiental - P-36.	Em publicação havida no dia 23 de maio de 2007, foi julgado procedente, em parte, o pedido, apenas para condenar a Petrobras ao pagamento da quantia de R\$ 100.000 mil, a título de indenização pelos danos causados ao meio ambiente, a ser corrigido monetariamente e com juros de mora de 1% ao mês desde a data do evento. Contra essa decisão, a Petrobras interpôs recurso de Apelação Cível que se encontra pendente de julgamento. Exposição máxima atualizada: R\$ 249.074 mil.

23.5 Contingências Ativas

23.5.1 Recuperação de PIS e COFINS

A Petrobras e suas controladas Gaspetro, Transpetro e Refap, ajuizaram ação ordinária contra a União perante a Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, referente à recuperação, por meio de compensação, dos valores recolhidos a título de PIS incidentes sobre receitas financeiras e variações cambiais ativas, no período compreendido entre fevereiro de 1999 e novembro de 2002, e COFINS compreendido entre fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, considerando a inconstitucionalidade do §1º do art. 3º da Lei 9.718/98.

Em 09 de novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional o mencionado §1º do art. 3º da Lei 9.718/98. Em 09 de janeiro de 2006, devido à decisão definitiva do STF, a Petrobras ajuizou nova ação visando a recuperar os valores de COFINS referentes ao período de janeiro de 2003 a janeiro de 2004.

Em 31 de dezembro de 2009, os valores de R\$ 2.206.929 mil da Petrobras, R\$ 71.782 mil da Gaspetro, R\$ 27.481 mil da Transpetro e R\$ 13.718 mil da Refap, relativo às citadas ações, não estão refletidos nestas demonstrações contábeis em virtude da ausência de decisão favorável definitiva.

23.5.2 Ações judiciais no exterior

h) Nos Estados Unidos - P-19 e P-31

Em 25 de julho de 2002, a Braspetro Oil Service Company (Brasoil) e a Petrobras venceram em primeira instância, perante a Justiça norte-americana, ações conexas movidas pelas seguradoras United States Fidelity & Guaranty Company e American Home Assurance

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Company desde 1997. Por decisão judicial da Corte Federal do Distrito Sul de Nova York, restou reconhecido à Brasoil e à Petrobras o direito ao recebimento por perdas e danos do valor de US\$ 237 milhões, acrescido de juros e reembolso de despesas judiciais na data do efetivo recebimento referentes à “performance Bond”, totalizando, aproximadamente, US\$ 370 milhões. Um recurso de apelação movido pelas seguradoras afastou, contudo, a obrigação das seguradoras quanto ao pagamento de multa, honorários advocatícios e custas, reduzindo, assim, o valor da indenização para US\$ 245 milhões.

Em 21 de julho de 2006, a justiça americana proferiu decisão executiva, condicionando o pagamento dos valores devidos à Brasoil ao encerramento definitivo das ações com idêntico objeto em curso perante a Justiça Brasileira, o que vem sendo providenciado pelas partes.

i) Em Londres - P-36

Com relação ao afundamento, em 2001, da Plataforma P-36, nos contratos relativos à construção da Plataforma, a Brasoil e a Petrobras se obrigaram a depositar a indenização do seguro, em caso de sinistro, em favor de um Agente das Garantias (“Security Agent”) para pagamento aos credores, de acordo com um mecanismo ajustado contratualmente. Está em curso, perante Cortes Londrinas, uma ação judicial de autoria de empresas que julgam serem credoras de parte desses pagamentos que a Brasoil e a Petrobras entendem ser direitos seus.

Na fase atual do litígio, a Petromec, parte contratual envolvida, protocolou, em 29 de setembro de 2008, contra a Brasoil e a Petrobras, pleito no montante de US\$ 154 milhões, mais juros. A defesa da Brasoil e da Petrobras deve ser protocolada no primeiro trimestre de 2010. O julgamento do pleito da Petromec deve ocorrer no período de 2010 a 2011.

j) Outras ações de ressarcimento

Na construção/conversão de navios em unidades produtoras e de escoamento de produção do tipo FPSO e FSO, a Brasoil aportou recursos financeiros no montante de US\$ 633 milhões, equivalentes a R\$ 1.102.929 mil, em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 1.460.583 mil em 31 de dezembro de 2008) diretamente aos seus fornecedores e subcontratados, com o intuito de evitar atrasos nas construções/conversões e, conseqüentemente, prejuízos à Brasoil.

Com base em pareceres dos assessores jurídicos da Brasoil, esses gastos são passíveis de ressarcimento junto aos construtores, motivo pelo qual foram impetradas ações judiciais de ressarcimento financeiro em cortes internacionais. Entretanto, conservadoramente, está provisionada como crédito de liquidação duvidosa a parcela desse saldo não coberto por garantias reais, no montante de US\$ 561 milhões, equivalentes a R\$ 977.490 mil, em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 1.292.222 mil em 31 de dezembro de 2008).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24 Compromissos assumidos pelo segmento de energia

24.1 Compromissos de compra de gás natural

A Petrobras assinou contrato com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos – YPFB, tendo por objeto a compra de um total de 201,9 bilhões de m3 de gás natural ao longo de sua vigência, comprometendo-se a comprar volumes mínimos anuais a um preço calculado segundo fórmula atrelada ao preço do óleo combustível. O contrato tem vigência inicial até 2019, que será prorrogada até que todo o volume contratado seja consumido.

No período entre 2002 e 2005, a Petrobras comprou um volume menor do que o mínimo estabelecido no contrato com a YPFB e pagou US\$ 81,409 (equivalentes a R\$ 141.685 mil em 31 de dezembro de 2009) referentes aos volumes não transportados, cujos créditos serão realizados por retiradas de volumes futuros.

Os compromissos de compra de gás, até o final do contrato, representam volumes médios anuais de 24 milhões de metros cúbicos por dia.

Petrobras e a YPFB assinaram, no 4º trimestre de 2009, aditivo contratual que regula o pagamento de valores adicionais à YPFB referente à quantidade de líquidos (hidrocarbonetos pesados) presentes no gás natural importado pela Petrobras da YPFB por meio do Gas Supply Agreement - GSA. O aditivo estabelece valores adicionais entre US\$ 100 milhões e US\$ 180 milhões por ano, aplicados a volumes de gás entregues a partir de maio de 2007. Com relação ao ano de 2007, a obrigação de pagamento adicional da Petrobras foi provisionada e foi liquidada em fevereiro de 2010. O pagamento dos valores referentes aos anos posteriores somente serão devidos após cumprimento de condição precedente estabelecida no aditivo, que demandará negociações adicionais com a YPFB.

25 Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo

A Petrobras concedeu garantias à Agência Nacional de Petróleo - ANP no total de R\$ 4.100.403 mil para os Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração, permanecendo em vigor R\$ 3.555.688 mil, líquidos dos compromissos já cumpridos. Desse montante, R\$ 2.975.888 mil correspondem ao penhor do petróleo de campos previamente identificados e já em fase de produção e R\$ 579.800 mil referem-se a garantias bancárias.

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

26 Informações sobre segmentos de negócios

A Petrobras é uma Companhia que opera de forma integrada, sendo que a maior parte da produção de petróleo e gás, oriunda da área de Exploração e Produção, é transferida para outras áreas da Petrobras.

Nas demonstrações por área de negócio, as operações da Companhia estão apresentadas de acordo com o modelo de organização e gestão aprovado em 23 de outubro de 2000, pelo Conselho de Administração da Petrobras, contendo as seguintes áreas:

- a) Exploração e Produção: abrange, por intermédio de Petrobras, Brasoil, PNBV, PifCo, PIB B.V., BOC, Fundo de Investimento Imobiliário e Sociedades de Propósito Específico, as atividades de exploração, desenvolvimento da produção e produção de petróleo, LGN (líquido de gás natural) e gás natural no Brasil, objetivando atender, prioritariamente, as refinarias do país e, ainda, comercializando nos mercados interno e externo o excedente de petróleo, bem como derivados produzidos em suas plantas de processamento de gás natural.
- b) Abastecimento: contempla, por intermédio de Petrobras, Downstream (Refap), Transpetro, Petroquisa, PifCo, PIB B.V., Refinaria Ipiranga, Quattor Participações e PNBV, Refinaria Abreu Lima e Sociedade de Propósito Específico, as atividades de refino, logística, transporte e comercialização de derivados, petróleo e alcoóis, além das participações em empresas petroquímicas no Brasil e duas plantas de fertilizantes.
- c) Gás e Energia: engloba, por intermédio de Petrobras, Gaspetro, Petrobras Comercializadora de Energia, Petrobras Distribuidora, PifCo, GNL do Nordeste, Brasil PCH, Sociedades de Propósito Específico e Termoelétricas, as atividades de transporte e comercialização do gás natural produzido no país ou importado, assim como as atividades de transporte e comercialização de GNL importado, a geração e comercialização de energia elétrica e as participações societárias em transportadoras e distribuidoras de gás natural e em termoelétricas.
- d) Distribuição: responsável pela distribuição de derivados, alcoóis e gás natural veicular no Brasil, representada pelas operações da Petrobras Distribuidora.
- e) Internacional: abrange, por intermédio de PIB B.V., PifCo, 5283 Participações, BOC e Petrobras, as atividades de exploração e produção de petróleo e gás, de abastecimento, de gás e energia e de distribuição, realizadas no exterior, em diversos países das Américas, África, Europa e Ásia.

No grupo de órgãos corporativos são alocados os itens que não podem ser atribuídos às demais áreas, notadamente aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o "overhead" relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e beneficiários. Estão também contemplados nesse grupo os negócios com biocombustíveis, representado, principalmente, pelas operações da Petrobras Biocombustível.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As informações contábeis por área de negócio foram elaboradas com base na premissa da controlabilidade, objetivando atribuir às áreas de negócio somente os itens sobre os quais estas áreas tenham efetivo controle.

27 Instrumentos financeiros derivativos, proteção patrimonial (“hedge”) e atividades de gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a uma série de riscos de mercado decorrentes de suas operações. Tais riscos envolvem principalmente o fato de que eventuais variações nos preços de petróleo e derivados, nas taxas cambiais ou de juros, possam afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa futuros e lucros da Companhia.

27.1 Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

A Petrobras mantém uma política global de gerenciamento de riscos que vem se desenvolvendo sob a gestão dos diretores da Companhia. Em 2004, a Diretoria Executiva da Petrobras instituiu o Comitê de Gestão de Riscos formado por gerentes executivos de todas as áreas de negócio e de diversas áreas corporativas. Esse comitê, além de ter objetivo de garantir o gerenciamento integrado das exposições aos riscos e formalizar as principais diretrizes de atuação da Companhia, visa concentrar as informações e discutir sobre as ações de gerenciamento dos riscos, facilitando a comunicação com a Diretoria e o Conselho de Administração em aspectos relacionados às melhores práticas de governança corporativa.

A política de gestão de riscos do Sistema Petrobras visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos - físicos, financeiros e humanos - a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

Além de assegurar proteção adequada aos seus ativos fixos, instalações, operações e administradores e orientar as avaliações de exposição aos riscos financeiro, tributário, regulatório, de mercado, das operações de crédito, dentre outros, a Política de Gestão de Riscos da Petrobras busca explicitar seu caráter de complementaridade às ações estruturais que criarão fundamentos econômico-financeiros sólidos, capazes de garantir que as oportunidades de crescimento serão aproveitadas, mesmo em meio a condições externas adversas.

27.2 Gerenciamento de riscos de mercado de petróleo e derivados

a) Política de proteção patrimonial (“hedge”)

Tendo em vista que o plano de negócios da Companhia utiliza premissas de preço conservadoras e que, em condições normais, as flutuações de preços de “Commodities” são administradas de forma a não representar exposição substancial para a consecução dos objetivos estratégicos, a Petrobras, mantém a exposição ao ciclo de preços, não utilizando derivativos para a proteção de

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

operações sistêmicas, ou seja, a compra ou venda de mercadorias com o objetivo de atender às necessidades operacionais do Sistema Petrobras.

Não obstante, as deliberações referentes a este tema são periodicamente revisadas e recomendadas ao Comitê de Gestão de Riscos. Caso seja indicada a proteção, em cenários com probabilidade significativa de eventos adversos, a estratégia de proteção patrimonial (“*hedge*”) deve ser executada com o intuito de proteger a solvência e a liquidez da Companhia, considerando uma análise integrada de todas as exposições a risco da Companhia, e assegurar a execução do plano corporativo de investimentos.

Seguindo a premissa de considerar apenas a exposição líquida consolidada do risco de preço de petróleo e derivados, as operações com derivativos, em geral, se limitam a proteger o resultado de transações realizadas no mercado internacional de cargas físicas, ou seja: são operações de proteção patrimonial (“*hedge*”) nas quais as variações positivas ou negativas são compensadas total ou parcialmente por resultado oposto na posição física.

b) Principais transações e compromissos futuros objeto de proteção patrimonial (“*hedge*”)

As principais operações objetos de proteção patrimonial (“*hedge*”), realizadas pelas empresas do Sistema Petrobras, destinam-se à proteção dos resultados esperados das transações realizadas no exterior.

Com esse objetivo, as operações de proteção patrimonial (“*hedge*”) são usualmente de curto prazo, acompanhando os prazos das operações comerciais. Os instrumentos utilizados são contratos futuros, a termo, “swaps” e opções. As operações são realizadas nas Bolsas NYMEX – “New York Mercantile Exchange” e ICE – “Intercontinental Exchange”, bem como no mercado de balcão internacional.

c) Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos e resultados obtidos em relação aos objetivos propostos

Os principais parâmetros utilizados na gestão de risco para variações de preços de petróleo e derivados da Petrobras são, para as avaliações de médio prazo, o fluxo de caixa operacional em risco (CFAR) e para as avaliações de curto prazo, o Valor em Risco (“Value at Risk”-VAR) e “Stop Loss”. São definidos limites corporativos para os parâmetros VAR e “Stop Loss”.

As operações de proteção patrimonial (“*hedge*”) liquidadas, em 2009, correspondiam a aproximadamente 17% do volume comercializado de importação e exportação a partir do Brasil mais o volume total das cargas comercializadas no exterior, contra (40%) no período de janeiro a dezembro de 2008.

d) Critérios de determinação do valor justo

O valor justo dos derivativos de petróleo e derivados é definido através dos preços cotados (sem ajustes) no mercado, para ativos ou passivos idênticos.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

e) Valores de referência (nocional), justo e em risco da carteira

As principais contrapartes de operações de derivativos de petróleo e derivados são a Bolsa Mercantil de Nova York (NYMEX), Intercontinental Exchange (ICE), BP North America Chicago, Morgan Stanley e TOTAL S.A.

A carteira de operações comerciais realizadas no exterior, bem como as operações de proteção patrimonial (“*hedge*”) associadas à sua proteção por meio de derivativos de petróleo e derivados, apresentava, em 31 de dezembro de 2009, uma perda máxima estimada para um dia (VAR – “Value at Risk”), calculada a um nível de confiança de 95%, de aproximadamente US\$ 26,091 milhões.

A tabela a seguir resume as informações sobre os contratos de derivativos de petróleo e derivados vigentes.

Derivativos de petróleo e derivados

	Consolidado				Vencimento
	Valor de Referência (Nocional) em mil bbl*		Valor justo contabilizado R\$ mil**		
	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2008	
<u>Contratos Futuros</u>	(8.510)	(5.205)	(38.234)	81.590	2010
Compromissos de compra	25.882	4.218			
Compromissos de venda	(34.392)	(9.423)			
<u>Contratos de Opções</u>	(1.150)		(1.800)		2010
<u>Compra</u>	(550)		(1.600)		
Posição Titular		220			
Posição Lançadora	(550)	(220)			
<u>Venda</u>	(600)		(200)		
Posição Titular	250	320			
Posição Lançadora	(850)	(320)			
<u>Contratos a termo</u>	(1.075)	(442)	(7.129)	1.348	2010
Posição Comprada	987	2.530			
Posição Vendida	(2.062)	(2.972)			
Total registrado em outros ativos e passivos circulantes			(47.163)	82.938	

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora				
	Valor de Referência (Nocional) em mil bbl*		Valor justo contabilizado R\$ mil **		Vencimento
	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2008	
<u>Contratos Futuros</u>	162	(661)	(2.329)	26.606	2010
Compromissos de compra	10.683	158			
Compromissos de venda	(10.521)	(819)			
<u>Contratos de Opções</u>	(1.150)		(1.800)		2010
<u>Compra</u>	(550)		(1.600)		
Posição Titular		220			
Posição Lançadora	(550)	(220)			
<u>Venda</u>	(600)		(200)		
Posição Titular	250	320			
Posição Lançadora	(850)	(320)			
<u>Contratos a termo</u>	101	(600)	192	9.921	2010
Posição Comprada	276	978			
Posição Vendida	(175)	(1.578)			
Total registrado em outros ativos e passivos circulantes			(3.937)	36.527	

* Valor de Referência (Nocional) negativo representa posição vendida.

**Os valores justos negativos foram contabilizados no passivo e os positivos no ativo.

f) Ganhos e perdas no exercício

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Derivativos de petróleo e derivados				
Ganho (perda) registrado no resultado	(298.662)	729.458	171.855	30.384
Ganho (perda) registrado no patrimônio líquido				

g) Valor e tipo de margens dadas em garantia

As garantias dadas como colaterais se constituem, em geral, em depósitos. O saldo das margens dadas para a cobertura das operações de derivativos de *commodities* transacionadas nas bolsas de valores e no mercado de balcão da Controladora e do Consolidado, em 31 de dezembro de 2009, era respectivamente de R\$ 120.212 mil e R\$ 243.407 mil.

h) Análise de sensibilidade

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de petróleo e derivados. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2009, os cenários possível e remoto consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Derivativos de Mercado de petróleo e derivados	Risco	R\$ mil		
		Consolidado		
		Cenário Provável em 31.12.2009	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Brent	Baixa do Petróleo Brent	23.252	(102.160)	(227.573)
Diesel	Alta do Diesel	(10.204)	(107.617)	(212.526)
Dubai	Baixa do Petróleo Dubai	1.032	(3.398)	(7.829)
Gasolina	Alta da Gasolina	(11.475)	(85.209)	(162.860)
Nafta	Baixa da Nafta	339	(2.972)	(6.284)
Óleo Combustível	Alta do Óleo Combustível	(17.081)	(107.381)	(197.681)
WTI	Alta do Petróleo WTI	(21.587)	(148.206)	(286.962)

27.3 Gerenciamento de riscos cambiais

a) Política de proteção patrimonial (“*hedge*”)

O risco cambial é um dos riscos financeiros a que a empresa está exposta, sendo este oriundo de movimentos nos níveis ou na volatilidade da taxa de câmbio. No que se refere ao gerenciamento destes riscos, a Petrobras busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, buscando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial (“*hedge*”).

Aproveitando-se de atuar de forma integrada no segmento de energia, a empresa busca, primeiramente, identificar ou criar proteções naturais (“*hedges*” naturais), ou seja, beneficiar-se das correlações entre suas receitas e despesas. No caso específico da variação cambial inerente aos contratos onde o custo e a remuneração envolvem moedas distintas, esta proteção se dá através da alocação das aplicações do caixa entre real, dólar ou outra moeda.

O gerenciamento de riscos é feito para a exposição líquida. São elaboradas análises periódicas do risco cambial subsidiando as decisões da Diretoria Executiva. A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais envolve o uso de instrumentos derivativos para minimizar a exposição cambial de certas obrigações da Companhia.

A subsidiária Petrobras Distribuidora realiza operações de proteção patrimonial (“*hedge*”) cambial para cobertura das margens comerciais inerentes às exportações (segmento aviação) para clientes estrangeiros. O objetivo da operação, contratada concomitantemente à definição do custo dos produtos exportados, é garantir que as margens comerciais pactuadas com os clientes estrangeiros sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento. A política interna limita o volume de operações de proteção patrimonial (“*hedge*”) cambial ao volume dos produtos exportados.

A REFAP tem como política o uso de operações de “SWAP” (US\$ por CDI) para redução da exposição cambial. O Comitê de Proteção Cambial avalia os riscos a que a Companhia está exposta, e recomenda a realização de operações de contratação de proteção cambial, para liquidação futura ao custo de Certificado de Depósito Interbancário-CDI, acrescido de cupom cambial. O objetivo exclusivo da política é a redução da exposição cambial.

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Refinaria de Petróleo Riograndense utiliza operação de *hedge* cambial, através de NDF (Contrato a termo de moeda sem entrega física), para assegurar a margem na atividade do refino. Isso ocorre porque a Refinaria realiza compras de petróleo a partir da cotação do barril no mercado internacional, convertido para reais com base na taxa cambial do dólar dos Estados Unidos no dia do efetivo pagamento ao fornecedor, seja este petróleo nacional ou importado. Por outro lado, realiza as vendas das principais frações do seu refino diretamente em reais, especialmente em razão das características mercadológicas do diesel e da gasolina. Dessa forma, o *hedge* tem como objetivo de mitigar os riscos da volatilidade cambial quando da liquidação da compra do petróleo.

b) Principais transações e compromissos futuros objeto de proteção patrimonial (“*hedge*”)

Em setembro de 2006, a Companhia, por meio de sua subsidiária PifCo, contratou uma operação de proteção patrimonial (“*hedge*”) denominada “cross currency swap” para cobertura dos “Bonds” emitidos em ienes de forma a fixar em dólares os custos da Companhia nesta operação. No “cross currency swap” ocorre uma troca de taxas de juros em diferentes moedas. A taxa de câmbio do iene para dólar norte americano é fixada no início da transação e permanece fixa durante sua existência. A Companhia não tem intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento. Para essa relação entre o derivativo e o empréstimo, a Companhia adotou a metodologia de contabilização de operações de “*hedge*” (“*hedge accounting*”).

A Petrobras Distribuidora se posiciona vendida em taxas futuras de câmbio através de NDFs (Contrato a termo de moeda sem entrega física) no mercado de balcão brasileiro. Para o segmento de aviação, que representou 98 % das operações contratadas do período, o prazo de exposição é de 3 meses em média e o *hedge* é contratado concomitantemente à definição do custo do querosene de aviação exportado, fixando e garantindo desta forma a margem da comercialização. No período em questão foram contratadas operações no valor de US\$ 309,6 milhões.

Em 31 de dezembro de 2009, a REFAP não tinha operações com derivativos em aberto.

c) Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos e resultados obtidos em relação aos objetivos propostos

A operação de proteção patrimonial (“*hedge*”) denominada “cross currency swap” segue a Deliberação CVM 566/08 que referendou o CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação.

A Companhia resolveu qualificar suas operações de swap cruzado de moedas de *hedging* de fluxo de caixa. Na contratação do *hedging* e durante a sua vigência, espera-se que o *hedging* de fluxo de caixa seja altamente eficaz na compensação dos fluxos de caixa atribuíveis ao risco do *hedging*, durante a vigência do mesmo. As alterações no valor justo, na medida da eficácia da operação de *hedging*, testados trimestralmente, são lançadas em outros lucros abrangentes acumulados, até que o fluxo de caixa do item passível de *hedge* seja realizado.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Petrobras Distribuidora se posiciona vendida em taxas futuras de câmbio através de NDFs (Contrato a termo de moeda sem entrega física) no mercado de balcão brasileiro. O *hedge* é contratado concomitantemente à definição do custo dos produtos exportados, fixando e garantindo desta forma a margem da comercialização. A política da Companhia é de executar *hedge* até o máximo de 100% do volume exportado.

O volume de *hedge* contratado para o faturamento internacional de 2009 representou 66 % de todo o volume exportado pela Petrobras Distribuidora no ano. As liquidações de todas as operações vencidas entre 1º. de janeiro e 31 de dezembro de 2009 geraram um resultado positivo para a Companhia de R\$ 38.088 mil.

A Ipiranga Asfaltos também contratou NDFs na posição vendida em dólares para garantir receitas em reais de clientes estrangeiros com cartas de crédito. Em 2009 foram contratados operações no total de US\$ 3,9 milhões. No mesmo período, as liquidações ocorridas geraram um resultado positivo de R\$ 365 mil.

d) Critérios de determinação do valor justo

O valor justo dos derivativos é calculado com base em práticas usuais de mercado, usando os valores de fechamento das taxas de juros em iene, dólar e real para todo o período dos contratos.

e) Valores de referência (nocional), justo e em risco da carteira

A tabela abaixo resume as informações sobre os contratos de derivativos vigentes. As transações de derivativos consideraram os limites aprovados e saldo de crédito de cada instituição de acordo com as orientações normativas e procedimentos estabelecidos pela Companhia. As principais contrapartes dessas operações são: Citibank, HSBC, Bradesco e BNP Paribas e Barclays.

Derivativos de Moeda Estrangeira

	Consolidado				Vencimento	Valor em Risco R\$ mil *
	Valor de Referência (Nocional) em \$ mil		Valor justo R\$ mil **			
	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2008		
Contratos a termo de dólar						
Posição Vendida (USD)	75.898	67.506	1.722	(3.823)	2010	1.745
	75.898	67.506	1.722	(3.823)		
Contratos de "swaps"						
Cross Currency Swap			112.863	110.489	2016	38.483
Posição ativa						
Taxa Média de Recebimento (JPY) = 2,15% a.a.	35.000.000	35.000.000	710.604	978.268		
Posição passiva						
Taxa Média de Pagamento (USD) = 5,69% a.a.	297.619	297.619	(597.741)	(867.779)		
			114.585	106.666		

* Valor em Risco = perda máxima esperada em 1 dia com 95% de confiança em condições normais de mercado. Não auditado.

**Os valores justos negativos foram contabilizados no passivo e os positivos no ativo.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

f) Ganhos e perdas no exercício

Derivativos de moeda estrangeira	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Ganho (perda) registrado no resultado	(74.173)	(58.368)		
Ganho (perda) registrado no patrimônio líquido	26.861	(69.683)		

g) Valor e tipo de margens dadas em garantia

As operações existentes de derivativos de moeda estrangeira não exigem depósito de margem de garantia.

h) Análise de sensibilidade

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de moeda estrangeira. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2009, os cenários possível e remoto consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

Derivativos de Moeda Estrangeira	Risco	Consolidado			
		R\$ mil			
		Cenário Provável em 31.12.2009	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)	VAR*
Contratos a termo de dólar	Valorização do Dólar frente ao Real	2.410	(30.680)	(63.770)	1.745
Cross Currency Swap	Desvalorização do lene frente ao Dólar	112.863	(29.257)	(124.005)	38.483

* Valor em risco = perda máxima esperada em 1 dia com 95% de confiança em condições normais de mercado. Não auditado.

27.4 Gerenciamento de riscos das taxas de juros

O risco da taxa de juros a que a Companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala, de curto prazo. A dívida a taxas de juros flutuantes de moeda estrangeira está sujeita, principalmente, à flutuação da libor, e a dívida a taxas de juros flutuantes expressa em reais está sujeita, principalmente, à flutuação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. A Companhia atualmente não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar sua exposição às flutuações das taxas de juros.

27.5 Instrumentos financeiros

No decorrer normal de seus negócios a Companhia utiliza-se de diversos tipos de instrumentos financeiros.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Risco de concentração de crédito

Uma parcela significativa dos ativos da Companhia, incluindo instrumentos financeiros, está localizada no Brasil. Os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos ao risco de concentração de crédito são, principalmente, disponibilidades, títulos governamentais, contas a receber e contratos futuros.

A Companhia adota diversas medidas para reduzir a sua exposição a riscos de crédito a níveis aceitáveis.

b) Valor justo de mercado

O valor justo de mercado dos instrumentos financeiros é determinado com base em preços de mercado publicados, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. O valor justo de mercado das disponibilidades, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores é equivalente ao seu valor contábil. O valor justo de mercado dos ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seu valor contábil.

c) Análise de Sensibilidade

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o risco de mercado considerando o valor justo dos empréstimos e aplicações financeiras em moeda estrangeira. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2009, os cenários possível e remoto representam a variação do valor justo com base na deterioração da variável de risco em 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

		Consolidado		
		R\$ mil		
Dívida de Moeda Estrangeira *	Risco	Cenário Provável em 31.12.2009	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Real ¹	Valorização do Dólar frente ao Real	25.547.384	6.386.846	12.773.692
Dólar	Valorização do Dólar frente ao Real	39.489.206	9.872.302	19.744.603
Euro	Valorização do Euro frente ao Real	81.394	20.349	40.697
Yen	Valorização do Yen frente ao Real	2.189.296	547.324	1.094.648
		67.307.280	16.826.820	33.653.640

1 - Financiamentos em moeda nacional parametrizada à variação do dólar.

		Consolidado		
		R\$ mil		
Aplicação Financeira*	Risco	Cenário Provável em 31.12.2009	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
em moeda estrangeira	Valorização do Real frente ao Dólar	6.923.187	(1.730.797)	(3.461.594)
		6.923.187	(1.730.797)	(3.461.594)

* A análise de sensibilidade isolada dos instrumentos financeiros não representa a exposição líquida da Companhia ao risco cambial. Considerando o equilíbrio entre passivos, ativos, receitas e compromissos futuros em moeda estrangeira, o impacto econômico de possíveis variações cambiais não é considerado significativo.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28 Seguros

Para proteção do seu patrimônio, a Petrobras tem por filosofia básica transferir, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. Os demais riscos são objeto de autosseguro, com a Petrobras, intencionalmente, assumindo o risco integral, mediante ausência de seguro. A Companhia assume parcela expressiva de seu risco, contratando franquias que podem chegar ao montante equivalente a US\$ 50 milhões.

As premissas de risco adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

As informações principais sobre a cobertura de seguros vigente em 31 de dezembro de 2009 podem ser assim demonstradas:

Ativo	Tipos de cobertura	R\$ mil	
		Importância segurada	
		Consolidado	Controladora
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Incêndio e riscos operacionais	124.488.532	99.853.676
Navios-tanque e embarcações auxiliares	Cascos	1.825.822	
Plataformas fixas, sistemas flutuantes de produção e unidades de perfuração marítimas	Riscos de petróleo	40.583.132	16.180.214
Total		168.897.486	116.033.890

A Petrobras não faz seguros de lucros cessantes, controle de poços e da malha de dutos no Brasil.

Considerando seu porte financeiro e seus compromissos e investimentos nas áreas de Saúde, Meio Ambiente e Segurança (SMS) e Qualidade, a Petrobras, a exemplo das empresas petrolíferas de porte semelhante ao seu, retém uma parcela significativa de seu risco, inclusive através do aumento de suas franquias, que podem atingir US\$ 50 milhões.

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

29 Segurança, meio ambiente e saúde

Em 2009, os principais indicadores de segurança, meio ambiente e saúde da Petrobras mantiveram-se compatíveis com os das melhores empresas mundiais do setor, não tendo registrado, no período, nenhuma ocorrência mais significativa de impacto no meio ambiente.

A Petrobras investe continuamente em treinamento, capacitação e desenvolvimento de novas tecnologias visando à prevenção de acidentes e à segurança e saúde dos trabalhadores, o que contribuiu para que a empresa fosse mantida por mais um ano – o quarto consecutivo – entre as empresas que compõem o índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI).

Os gastos totais da Companhia em segurança, meio ambiente e saúde (SMS), considerando investimentos e operações, atingiram, em 2009, o montante de R\$ 4.488.004 mil, sendo R\$ 2.238.734 mil em segurança, R\$ 1.875.065 mil em meio ambiente e R\$ 374.203 mil em saúde, não estando aí computados os gastos com Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS) e apoio a programas e/ou projetos ambientais externos.

Nesse total, estão incluídos os gastos realizados através do PEGASO (Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional), que somaram no exercício, entre investimentos e operações, R\$ 598.577 mil.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

30 Pronunciamentos, interpretações e orientações que entrarão em vigor em 2010

Dentro do processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as normas internacionais (IFRS) foram emitidos 26 pronunciamentos, 12 interpretações e 1 orientação pelo CPC e referendados pela CVM durante o ano de 2009 com aplicação a partir do exercício de 2010, dentre os quais se destacam:

a) CPC 15 – Combinação de Negócios

Estabelece que a companhia adquirente deve reconhecer os ativos adquiridos e os passivos, decorrentes de uma combinação de negócios, pelos seus respectivos valores justos, mensurados na data de aquisição.

b) CPC 18 – Investimentos em Coligada e em Controlada

Especifica como devem ser contabilizados os investimentos em coligadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do investidor e em controladas nas demonstrações contábeis da controladora, tendo como novidade a eliminação na parte do investidor nos lucros e prejuízos resultantes de transações ascendentes (upstream) e descendentes (downstream) entre o investidor (incluindo suas controladas consolidadas) e a coligada ou controlada.

c) CPC 19 – Investimentos em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture)

Especifica como contabilizar as participações em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) e a divulgação dos ativos, passivos, receitas e despesas desses empreendimentos nas demonstrações contábeis dos investidores, destacando-se que o investidor somente apresentará os ganhos e perdas decorrentes de transações com a joint venture que for atribuível à participação dos demais empreendedores.

d) CPC 20 – Custos de Empréstimos

Define quais custos de empréstimos são diretamente atribuídos à aquisição, à construção ou à produção de ativos qualificáveis para a sua capitalização formam parte do custo de tais ativos. Adicionalmente, permite a capitalização de custos de empréstimos sem destinação específica, por meio de uma taxa média ponderada dos custos dos empréstimos que estiverem vigentes no período.

e) CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

Define a base de apresentação das demonstrações contábeis para assegurar a comparabilidade com períodos anteriores da mesma entidade, bem como com as demonstrações contábeis de outras entidades, trazendo como principal novidade a demonstração do resultado abrangente.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

f) ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43

Dentre os diversos esclarecimentos, destaca-se o processo de revisão inicial e periódica das taxas de depreciação do ativo imobilizado e os requisitos necessários para essa revisão.

Face ao exposto, a Companhia está em processo de avaliação dos potenciais efeitos relativos a esses pronunciamentos e interpretação, bem como aos demais pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos ao longo de 2009, nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 a serem apresentadas comparativamente às demonstrações contábeis relativas ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010.

31 Informações Adicionais aos Fluxos de Caixa

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2008
Valores pagos e recebidos durante o exercício				
Juros pagos, líquidos do montante capitalizado	5.374.420	4.012.109	3.114.976	1.785.459
Juros recebidos sobre empréstimos			2.708.345	3.122.428
Imposto de renda e contribuição social	8.592.555	10.918.489	6.496.056	10.454.838
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	3.874.682	2.047.224	3.446.349	1.942.373
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa				
Aquisição de imobilizado a prazo	121.140			
Aquisição de imobilizado de contrato com transferência de benefícios riscos e controle de	110.100	9.972	597.922	6.686.914
Bens recebidos por doação		3		
Provisão para desmantelamento de áreas	(737.010)	131.438	(778.247)	70.698

32 Eventos Subsequentes

32.1 Acordo de investimentos entre Petrobras, Petroquisa e Odebrecht

Em 22 de janeiro de 2010, conforme fato Relevante divulgado ao mercado, foi celebrado um acordo de investimento, entre Petrobras, Petroquisa e Odebrecht, o qual estabelece que a operação de integração das participações petroquímicas se dará por meio das seguintes etapas: (i) a formação de uma holding, a BRK Investimentos Petroquímicos S.A. ("BRK"), que deterá a totalidade das ações ordinárias de emissão da Braskem atualmente detidas por Odebrecht, Petroquisa e Petrobras; (ii) aportes de recursos na BRK, a serem realizados em dinheiro por Odebrecht e Petrobras; (iii) aumento de capital da Braskem a ser realizado sob a forma de uma subscrição privada por seus acionistas; (iv) aquisição pela Braskem das ações da Quattor detidas pela Unipar; e (v) aquisição pela Braskem de 100% das ações da Unipar Comercial e Distribuidora S.A. ("Unipar Comercial") e

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

de 33,33% das ações da Polibutenos S.A. Indústrias Químicas ("Polibutenos"); (vi) incorporação pela Braskem das ações da Quattor detidas pela Petrobras e Petroquisa.

Também nesta data, Odebrecht, Petrobras, Petroquisa e Braskem celebraram um acordo de associação que tem como objetivo regular sua relação comercial e societária no Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro ("COMPERJ") e no Complexo Petroquímico de Suape ("Complexo de Suape"). O Acordo de Associação prevê que a Braskem assumirá as sociedades que desenvolvem as 1ª. e 2ª. gerações petroquímicas do COMPERJ, bem como adquirirá gradualmente participação nas sociedades que desenvolvem os negócios do Complexo de Suape, nos termos e condições acordadas no Acordo de Associação. Tais transações se harmonizam com o interesse de Odebrecht e Petrobras em integrar seus interesses petroquímicos na Braskem.

Dando seguimento à operação de reestruturação, em 11 de fevereiro de 2010 a W.B.W., subsidiária integral da Petroquisa detentora de 31% do capital votante da Braskem, foi incorporada pela BRK. Com esse movimento, Odebrecht e Petrobras iniciam o processo de concentração da totalidade de suas ações ordinárias de emissão da Braskem na BRK. Como resultado, a BRK passa a ser titular de ações ordinárias de emissão da Braskem correspondentes a 93,3% do seu capital votante.

Até 05 de abril de 2010, a Petrobras irá aportar R\$ 2,5 bilhões na BRK que participará com R\$ 3,5 bilhões no aumento de capital da Braskem.

32.2 Petrobras Biocombustível adquire participação em usina de etanol

Em janeiro de 2010, a Petrobras Biocombustível integralizou R\$ 65.000 mil no capital social da Total Agroindústria Canavieira S.A., conforme compromisso estabelecido, na Ata de Assembléia Geral Extraordinária de 22 de dezembro de 2009, de integralizar o montante de R\$ 150.000 mil até março de 2011, quando passará a deter 40,4% do capital social.

A iniciativa, em linha, com planejamento estratégico 2009-2013, insere a Companhia no mercado de etanol. A parceria viabilizará a ampliação da usina para uma capacidade total de 203 milhões de litros por ano, com um excedente de energia elétrica para comercialização de 38,5 MW, gerada pelo aproveitamento do bagaço de cana-de-açúcar.

32.3 Segundo saque do financiamento com o China Development Bank

Em 10 de fevereiro de 2010, a Petrobras realizou o segundo saque no valor de US\$ 2 bilhões, relativo ao contrato de financiamento celebrado com China Development Bank Corporation (CDB) em 03 de novembro de 2009.

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

32.4 Leilões de venda de gás natural em contratos de curto prazo

Em 16 de março de 2010 a Petrobras realizou o décimo leilão eletrônico de gás natural, quando dezesseis distribuidoras de gás natural participaram desse leilão e arremataram 6,87 milhões de m³/dia. As vendas foram realizadas em submercados definidos a partir das características logísticas de cada região, tendo como novidade a interligação gasífera das regiões Sudeste e Nordeste por meio do Gasene, gasoduto que, segundo estimativas da Administração, estará em operação comercial em abril de 2010.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO SOCIAL

1 - Base de Cálculo	2009	2008
Receita líquida Consolidada (RL)	182.710.057	215.118.536
Resultado operacional Consolidada (RO)	43.206.611	48.204.799
Folha de pagamento bruta (FPB)	10.195.443	9.500.291

2 - Indicadores Sociais Internos (i)	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	664.793	6,52%	0,36%	578.966	6,09%	0,27%
Encargos sociais compulsórios	4.585.062	44,97%	2,51%	4.633.742	48,77%	2,15%
Previdência privada	366.327	3,59%	0,20%	412.641	4,34%	0,19%
Saúde	1.884.773	18,49%	1,03%	2.009.498	21,15%	0,93%
Segurança e saúde no trabalho	113.840	1,12%	0,06%	110.736	1,17%	0,05%
Educação	107.066	1,05%	0,06%	106.440	1,12%	0,05%
Cultura	6.869	0,07%	0,00%	14.982	0,16%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	264.076	2,59%	0,14%	426.832	4,49%	0,20%
Creches ou auxílio-creche	3.091	0,03%	0,00%	2.825	0,03%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	1.495.323	14,67%	0,82%	1.344.526	14,15%	0,63%
Outros	55.267	0,54%	0,03%	152.581	1,61%	0,07%
Total - Indicadores sociais internos	9.546.487	93,63%	5,22%	9.793.769	103,09%	4,55%

3 - Indicadores Sociais Externos (i)	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho	33.882	0,08%	0,02%	35.752	0,07%	0,02%
Educação para a Qualificação Profissional	54.345	0,13%	0,03%	72.693	0,15%	0,03%
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (I)	74.137	0,17%	0,04%	90.159	0,19%	0,04%
Cultura	154.578	0,36%	0,08%	206.751	0,43%	0,10%
Esporte	42.412	0,10%	0,02%	68.952	0,14%	0,03%
Outros	11.273	0,03%	0,01%	26.473	0,05%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	370.628	0,87%	0,20%	500.780	1,04%	0,23%
Tributos (excluídos encargos sociais)	77.328.119	178,97%	42,33%	80.140.559	166,25%	37,25%
Total - Indicadores sociais externos	77.678.747	179,83%	42,53%	80.641.339	167,29%	37,49%

4 - Indicadores Ambientais (i)	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	1.872.458	4,33%	1,02%	1.919.751	3,98%	0,89%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	151.626	0,35%	0,08%	53.763	0,11%	0,02%
Total dos investimentos em meio ambiente	2.024.084	4,68%	1,11%	1.973.514	4,09%	0,92%
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%		() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	
	()cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre de 76 a 100%		()cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre de 76 a 100%	

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5 - Indicadores do Corpo Funcional (i)	2009	2008
Nº de empregados(as) ao final do período	76.919	74.240
Nº de admissões durante o período	2.519	6.351
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	295.260	260.474
Nº de estagiários(as)	1.197	1.213
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	30.928	28.447
Nº de mulheres que trabalham na empresa	12.586	11.511
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	13,6%	13,01%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa (II)	10.581	10.581
% de cargos de chefia ocupados por negros(as) (II)	29,9%	29,9%
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais (III)	1.077	1.068

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2009			Metas 2010		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa – valor (i)	24,98			24,98		
Número total de acidentes de trabalho (IV) (i)	417			459		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: (i)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: (i)	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa: (i)	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(x) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla: (i)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla: (i)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa: (i)	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	(x) serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa: (i)	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (V) (i)	na empresa 9.362	no Procon 2	na Justiça 22	na empresa 8.750	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas: (V) (i)	na empresa 99,62%	no Procon 0%	na Justiça 0%	na empresa 99,91%	no Procon	na Justiça
Valor adicionado total a distribuir (consolidado) - valor:	Em 2009:	138.691.110		Em 2008:	141.483.416	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	56% governo 11% colaboradores(as) 8% acionistas 10% terceiros 15% retido			60% governo 10% colaboradores(as) 6% acionistas 8% terceiros 16% retido		

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7 - Outras Informações

- 1) Esta companhia não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.
 - 2) Nossa companhia valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.
-
- I. Inclui R\$ 34 milhões de repasse ao Fundo para a Infância e a Adolescência (FIA).
 - II. Informações relativas à Petrobras Controladora com base no Censo para a Diversidade Petrobras, realizado em 2008.
 - III. Do total de 74.240 empregados do Sistema Petrobras, 6.775 pertencem aos quadros da Área internacional, não sujeita à legislação brasileira. Do restante, 19.524 ocupam cargos onde é prevista a reserva de vagas para pessoas com deficiência. Destes empregados, 1.077 são pessoas com deficiência, o que corresponde a 5,52% do efetivo naquela condição.
 - IV. Para 2010, é estimado um aumento de 11% no número de horas trabalhadas em relação a 2009. Espera-se manter em 2010 a mesma taxa de acidentados registrada em 2009, que se aproxima dos referenciais de excelência da indústria internacional, com excelentes condições de segurança no trabalho, mesmo em face do aumento expressivo das atividades da empresa.
 - V. As informações na empresa incluem o quantitativo de reclamações e críticas recebidas pelos SAC da Petrobras Controladora e da Petrobras Distribuidora. As metas para 2010 na empresa não contêm somente a estimativa do SAC da Petrobras Distribuidora.
-
- (i) Não auditada.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

DEMONSTRAÇÃO DA SEGMENTAÇÃO DE NEGÓCIOS (CONSOLIDADO)

2009 ⁽¹⁾								
	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Internacional	Corporativo	Eliminação	Total
Ativo	129.981.251	87.122.415	44.412.335	10.951.129	27.755.005	55.895.073	(10.509.958)	345.607.250
Circulante	6.514.776	27.587.413	5.058.016	5.667.556	5.085.788	36.175.645	(9.415.179)	76.674.015
Disponibilidades						28.795.714		28.795.714
Outros ativos circulantes	6.514.776	27.587.413	5.058.016	5.667.556	5.085.788	7.379.931	(9.415.179)	47.878.301
Não circulante	123.466.475	59.535.002	39.354.319	5.283.573	22.669.217	19.719.428	(1.094.779)	268.933.235
Realizável a longo prazo	4.410.314	2.403.483	2.397.252	1.060.478	2.430.008	14.804.959	(1.126.463)	26.380.031
Imobilizado	117.872.222	53.637.071	35.620.282	3.504.128	15.701.131	3.895.684		230.230.518
Outros	1.183.939	3.494.448	1.336.785	718.967	4.538.078	1.018.785	31.684	12.322.686
2008								
	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Internacional	Corporativo	Eliminação	Total
Ativo	116.174.626	64.782.225	36.179.125	10.320.163	33.242.388	40.582.412	(9.117.097)	292.163.842
Circulante	5.880.892	23.620.084	5.343.529	5.680.866	5.848.084	25.007.856	(7.806.033)	63.575.278
Disponibilidades						15.888.596		15.888.596
Outros ativos circulantes	5.880.892	23.620.084	5.343.529	5.680.866	5.848.084	9.119.260	(7.806.033)	47.686.682
Não circulante	110.293.734	41.162.141	30.835.596	4.639.297	27.394.304	15.574.556	(1.311.064)	228.588.564
Realizável a longo prazo	4.187.708	1.890.639	2.323.390	734.604	1.334.571	11.997.201	(1.213.270)	21.254.843
Imobilizado	102.289.658	35.844.947	27.024.526	3.192.563	20.084.131	2.361.201	(42.859)	190.754.167
Outros	3.816.368	3.426.555	1.487.680	712.130	5.975.602	1.216.154	(54.935)	16.579.554

(1) - Estão contemplados no grupo de órgãos corporativos os resultados dos negócios com Biocombustíveis.
As premissas utilizadas na elaboração dessa demonstração estão descritas na Nota 26.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2009								
	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Internacional	Corporativo	Eliminação	Total
Demonstração do Resultado								
Receita operacional líquida	76.182.838	146.768.975	11.627.332	58.277.172	21.167.309		(131.313.569)	182.710.057
Intersementos	75.252.209	49.404.935	1.842.433	1.347.249	3.466.743		(131.313.569)	
Terceiros	930.629	97.364.040	9.784.899	56.929.923	17.700.566			182.710.057
Custo dos produtos e serviços vendidos	(39.139.274)	(120.861.052)	(8.293.336)	(53.123.500)	(17.157.290)		129.537.207	(109.037.245)
Lucro bruto	37.043.564	25.907.923	3.333.996	5.153.672	4.010.019		(1.776.362)	73.672.812
Despesas operacionais	(7.072.562)	(5.424.986)	(1.793.403)	(3.118.620)	(3.197.029)	(7.197.027)	259.677	(27.543.950)
Vendas, gerais e administrativas	(660.269)	(4.672.275)	(973.042)	(3.126.220)	(1.693.767)	(3.627.029)	190.381	(14.562.221)
Tributárias	(93.902)	(93.015)	(30.160)	(25.872)	(163.692)	(250.589)	(1.239)	(658.469)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo e gás	(2.520.966)				(937.128)			(3.458.094)
Perda na recuperação de ativos	(551.609)				7.441	-		(544.168)
Custo com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(516.256)	(336.621)	(63.788)	(10.364)	(3.805)	(432.534)	(286)	(1.363.654)
Plano de pensão e saúde						(1.370.332)		(1.370.332)
Outras receitas (despesas) operacionais	(2.729.560)	(323.075)	(726.413)	43.836	(406.078)	(1.516.543)	70.821	(5.587.012)
Lucro (prejuízo) operacional	29.971.002	20.482.937	1.540.593	2.035.052	812.990	(7.197.027)	(1.516.685)	46.128.862
Financeiras líquidas						(2.837.854)		(2.837.854)
Resultado de participação em investimentos		169.754	54.606	(22.451)	(286.815)	509		(84.397)
Lucro (prejuízo) operacional antes da contribuição social, do imposto de renda, das participações dos empregados e administradores e da participação dos acionistas não controladores	29.971.002	20.652.691	1.595.199	2.012.601	526.175	(10.034.372)	(1.516.685)	43.206.611
Imposto de renda e contribuição social	(10.024.247)	(6.873.509)	(503.845)	(657.528)	(539.395)	8.105.647	515.671	(9.977.206)
Participação dos empregados e administradores	(487.929)	(266.727)	(55.817)	(101.145)	(47.480)	(536.225)		(1.495.323)
Participação dos acionistas não controladores	140.851	(179.734)	(121.902)		(159.116)	(2.432.473)		(2.752.374)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	19.599.677	13.332.721	913.635	1.253.928	(219.816)	(4.897.423)	(1.001.014)	28.981.708

(1) - Estão contemplados no grupo de órgãos corporativos os resultados dos negócios com Biocombustíveis.
As premissas utilizadas na elaboração dessa demonstração estão descritas na Nota 26.

	2008							
	E&P	Abastecimento	Energia	Distribuição	Internacional	Corporativo	Eliminação	Total
Demonstração do Resultado								
Receita operacional líquida	106.225.551	173.176.848	15.987.874	55.762.758	22.464.350		(158.498.845)	215.118.536
Intersementos	104.453.913	48.549.773	2.237.059	1.358.176	1.899.924		(158.498.845)	
Terceiros	1.771.638	124.627.075	13.750.815	54.404.582	20.564.426			215.118.536
Custo dos produtos e serviços vendidos	(43.633.484)	(172.114.682)	(14.177.728)	(51.129.970)	(19.414.411)		158.846.916	(141.623.359)
Lucro bruto	62.592.067	1.062.166	1.810.146	4.632.788	3.049.939		348.071	73.495.177
Despesas operacionais	(5.361.560)	(5.657.824)	(2.339.339)	(2.799.592)	(4.343.514)	(7.315.679)	272.564	(27.544.944)
Vendas, gerais e administrativas	(729.122)	(4.976.520)	(970.329)	(2.813.052)	(1.698.977)	(3.486.887)	265.265	(14.409.622)
Tributárias	(109.529)	(114.013)	(68.261)	(22.249)	(272.742)	(275.972)		(862.766)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo e gás	(2.550.569)				(943.689)			(3.494.258)
Perda na recuperação de ativos	(602.675)				(330.413)			(933.088)
Custo com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(899.212)	(276.564)	(72.660)	(13.728)	(4.653)	(438.755)		(1.705.572)
Plano de pensão e saúde						(1.427.395)		(1.427.395)
Outras receitas (despesas) operacionais	(470.453)	(290.727)	(1.228.089)	49.437	(1.093.040)	(1.686.670)	7.299	(4.712.243)
Lucro (prejuízo) operacional	57.230.507	(4.595.658)	(529.193)	1.833.196	(1.293.575)	(7.315.679)	620.635	45.950.233
Financeiras líquidas						3.128.784		3.128.784
Resultado de participação em investimentos		(554.100)	17.994	76.645	(414.270)	(487)		(874.218)
Lucro (prejuízo) operacional antes da contribuição social, do imposto de renda, das participações dos empregados e administradores e da participação dos acionistas não controladores	57.230.507	(5.149.758)	(511.199)	1.909.841	(1.707.845)	(4.187.382)	620.635	48.204.799
Imposto de renda e contribuição social	(19.307.037)	1.657.928	194.017	(596.513)	(355.239)	2.655.884	(211.018)	(15.961.978)
Participação dos empregados e administradores	136.911	164.188	42.644		301.302	1.444.452		2.086.497
Participação dos acionistas não controladores	(445.102)	(280.604)	(41.444)	(78.749)	(96.657)	(401.970)		(1.344.526)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	37.615.279	(3.608.246)	(315.982)	1.234.579	(1.858.439)	(489.016)	409.617	32.987.792

As premissas utilizadas na elaboração dessa demonstração estão descritas na Nota 26.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2009					
	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminações
Área Internacional						
Ativo	19.864.586	5.565.567	2.435.144	1.163.257	3.909.723	(5.183.272)
Demonstração do Resultado						
Receita Operacional Líquida	5.765.724	11.970.976	1.784.240	5.416.219	29.356	(3.799.206)
Intersegmentos	4.024.865	2.822.344	324.722	89.100	8.880	(3.803.168)
Terceiros	1.740.859	9.148.632	1.459.518	5.327.119	20.476	3.962
Lucro (Prejuízo) Operacional	1.149.373	(105.817)	253.447	45.306	(583.208)	53.889
Lucro Líquido (Prejuízo)	765.698	(185.278)	219.194	43.821	(1.117.140)	53.889
	2008					
	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminações
Área Internacional						
Ativo	24.206.697	6.386.636	3.244.587	859.271	4.104.016	(5.558.819)
Demonstração do Resultado						
Receita Operacional Líquida	5.203.103	14.838.549	1.880.068	4.924.620	4.455	(4.386.445)
Intersegmentos	2.695.517	3.113.133	385.578	133.760		(4.428.064)
Terceiros	2.507.586	11.725.416	1.494.490	4.790.860	4.455	41.619
Lucro (Prejuízo) Operacional	522.958	(1.253.303)	309.798	(15.265)	(851.364)	(6.399)
Lucro Líquido (Prejuízo)	(127.480)	(1.405.991)	179.325	(11.436)	(486.458)	(6.399)

As premissas utilizadas na elaboração dessa demonstração estão descritas na Nota 26.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS (NÃO AUDITADAS)

Informações sobre reservas

As reservas de petróleo e gás provadas líquidas foram estimadas pela Companhia, em conformidade com os conceitos de reservas definidos pela "Securities and Exchange Commission", de acordo com o ASC Topic 932 - Divulgações Sobre Atividades Relativas à Produção de Petróleo e Gás (substituto do SFAS 69).

As reservas de petróleo e gás provadas correspondem às quantidades estimadas de petróleo bruto, gás natural e condensado que pela análise dos dados de geo-engenharia, podem ser estimados com razoável certeza, considerados comerciais, de um reservatório conhecido, sob condições econômicas definidas, métodos de operação conhecidos e sob as condições regulatórias vigentes, numa determinada data.

As reservas provadas desenvolvidas correspondem às quantidades de hidrocarbonetos que se espera recuperar nos projetos existentes de exploração de óleo e gás através de poços, equipamentos e métodos operacionais existentes. As reservas provadas não desenvolvidas correspondem aos volumes de hidrocarbonetos que se esperam recuperar em função de investimentos futuros em perfuração de poços, em equipamentos adicionais.

A estimativa de reservas possui incertezas inerentes ao negócio, e assim sendo alterações podem ocorrer à medida que se amplia o conhecimento, a partir da aquisição de novas informações.

Em 2009, a Companhia apresentou uma significativa apropriação de reservas provadas em função do aumento do preço internacional do petróleo e dos resultados obtidos em campos já existentes, através de projetos que visavam aumento da recuperação dos mesmos. Nas estimativas de reservas não foram considerados os volumes do Pré-Sal da Bacia de Santos que se encontram em avaliação, porém, o Pré-Sal do Espírito Santo está contribuindo com 182 milhões de barris de óleo equivalente para as reservas provadas.

Nas reservas provadas internacionais de 2009, não estão sendo incluídas as reservas da Bolívia, atendendo à exigência da Nova Constituição Política do Estado (NCPE), que proíbe a anotação e registro das reservas de óleo e gás por empresas privadas no país.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As reservas de petróleo e gás provadas líquidas estimadas pela Companhia estão apresentados na tabela a seguir:

	Petróleo (bilhões de bbl)			Gás (bilhões de m³)			Petróleo + Gás (bilhões de boe)		
	Brasil	Internacional	Total	Brasil	Internacional	Total	Brasil	Internacional	Total
Saldo em 31/12/2008	8,716	0,390	9,106	247,643	79,100	326,743	10,274	0,856	11,130
Varição das reservas	1,892	0,001	1,893	28,763	(41,251)	(12,488)	2,074	(0,243)	1,831
Produção	(0,689)	(0,048)	(0,737)	(15,163)	(6,041)	(21,204)	(0,785)	(0,083)	(0,868)
Saldo em 31/12/2009	9,919	0,343	10,262	261,243	31,808	293,051	11,563	0,530	12,093
Reserva de empresas não consolidadas									
Saldo em 31/12/2008		0,048	0,048		2,142	2,142		0,061	0,061
Saldo em 31/12/2009		0,040	0,040		1,787	1,787		0,051	0,051
Reservas provadas e desenvolvidas									
Em 31/12/2008	5,346	0,211	5,557	134,340	49,694	184,034	6,191	0,504	6,695
Em 31/12/2009	6,121	0,202	6,323	142,627	15,709	158,336	7,019	0,295	7,314

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidente

FÁBIO COLLETTI BARBOSA
Conselheiro

LUCIANO GALVÃO COUTINHO
Conselheiro

FRANCISCO ROBERTO DE
ALBUQUERQUE
Conselheiro

JORGE GERDAU JOHANNPETER
Conselheiro

SÉRGIO FRANKLIN QUINTELLA
Conselheiro

GUIDO MANTEGA
Conselheiro

JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE
AZEVEDO
Conselheiro

SILAS RONDEAU CAVALCANTI
SILVA
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO
Presidente

ALMIR GUILHERME BARBASSA
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

MARIA DAS GRAÇAS SILVA
FOSTER
Diretora de Gás e Energia

WILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA
Diretor de Exploração e Produção

PAULO ROBERTO COSTA
Diretor de Abastecimento

JORGE LUIZ ZELADA
Diretor Internacional

RENATO DE SOUZA DUQUE
Diretor de Serviços

MARCOS MENEZES
Contador - CRC-RJ 35.286/O-1

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Petróleo Brasileiro S.A. - **Petrobras**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida República do Chile, 65, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob nº 33.000.167/0001-01, declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da **Petrobras** do exercício social findo em 31 de dezembro de 2009.
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente as demonstrações contábeis da **Petrobras** do exercício social findo em 31 de dezembro de 2009.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2010.

José Sergio Gabrielli de Azevedo
Presidente

Almir Guilherme Barbassa
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

Renato de Souza Duque
Diretor de Serviços

Guilherme de Oliveira Estrella
Diretor de Exploração e Produção

Paulo Roberto Costa
Diretor de Abastecimento

Maria das Graças Silva Foster
Diretora de Gás e Energia

Jorge Luiz Zelada
Diretor Internacional

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS**, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, com ausência justificada do Conselheiro **César Acosta Rech**, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2009.

2. **Foram verificadas as seguintes propostas**, que estão sendo encaminhadas pela Administração da **PETROBRAS** à aprovação dos acionistas: a) **a serem submetidas à deliberação da Assembléia Geral Ordinária – AGO a ser realizada em 22 de abril de 2010:** 1ª) Aprovar a parcela que cabe aos administradores da Companhia relativamente à participação nos lucros ou resultados (**PLR**) do exercício de 2009; 2ª) Aprovar as Demonstrações Contábeis da **PETROBRAS** (Controladora e Consolidadas) do exercício social de 2009; 3ª) Aprovar a retenção de lucros no Patrimônio Líquido, em Reservas de Retenção de Lucros, no montante de R\$ 18.573 milhões, sendo a parcela de R\$ 18.563 milhões do saldo do lucro líquido do exercício e R\$ 10 milhões do saldo remanescente de lucros acumulados, que se destina a atender parcialmente o programa anual de investimentos, estabelecido no orçamento de capital de 2010, no montante de R\$ 58.031 milhões (Recursos Próprios: R\$ 47.919 milhões; e Recursos de Terceiros: R\$ 10.112 milhões); e 4ª) Aprovar a destinação do resultado que considera a distribuição do dividendo do exercício de 2009 no montante de R\$ 8.335 milhões (equivalente a 30,53% do lucro básico – R\$ 0,95 por ação ordinária e preferencial), que inclui a parcela de R\$ 7.195 milhões de juros sobre o capital próprio (equivalente a R\$ 0,82 por ação); e b) **a ser submetida à deliberação da Assembléia Geral Extraordinária – AGE a ser realizada em 22 de abril de 2010:** Aprovar a incorporação ao capital de parte de reservas de lucros no montante de R\$ 5.627 milhões, sendo R\$ 899 milhões da reserva estatutária, R\$ 4.713 milhões da reserva de retenção de lucros, e R\$ 15 milhões de parte de reserva de incentivos fiscais, constituída em 2009, e de reserva de capital no montante de R\$ 515 milhões sem a emissão de novas ações.

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3. Com base nos exames efetuados e à vista do parecer da KPMG Auditores Independentes, de 19 de março de 2010, apresentado sem ressalva, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas a serem submetidas à discussão e votação nas Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária dos Acionistas da PETROBRAS.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2010

Marcus Pereira Aucélio
Presidente

Maria Lúcia de Oliveira Falcón
Conselheira

Nelson Rocha Augusto
Conselheiro

Túlio Luiz Zamin
Conselheiro

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

15.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

As alterações foram:

No Relatório de Administração:

- Item 11 alínea (a), 1º parágrafo

Nas Notas Explicativas:

- Nota 21 – Participação dos empregados e administradores, 3º parágrafo
- Nota 27.5 – Instrumentos Financeiros, alínea (c), quadros das análises de sensibilidade
- Nota 30 - Pronunciamentos, interpretações e orientações que entrarão em vigor em 2010, alínea (c).
- Nota 31 – Informações Adicionais aos Fluxos de Caixa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS****DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS****Data-Base - 31/12/2009****Legislação Societária****EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS****Reapresentação Espontânea****01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	9
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 A 31/12/2009	10
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008	11
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007	12
06	01	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	13
07	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	14
07	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	16
08	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	18
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	20
10	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2009 A 31/12/2009	21
10	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2008 A 31/12/2008	22
10	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2007 A 31/12/2007	23
11	01	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO CONSOLIDADO	24
12	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	25
13	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	26
14	01	NOTAS EXPLICATIVAS	115
15	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	239

ANEXO V

Este Anexo V é parte integrante do “Prospecto Definitivo da Distribuição Pública de Cotas da 1ª Série de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras - Industrial e Serviços”

Declarações do Coordenador Líder e da Instituição Administradora



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



DECLARAÇÃO

BANCO UBS PACTUAL S.A. (denominação em fase de alteração para **BANCO BTG PACTUAL S.A.**), sociedade integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º e 6º andares, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 30.306.294/0001-45, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de instituição responsável por coordenar e colocar a distribuição pública de 72.500 (setenta e duas mil e quinhentas) cotas seniores integrantes da 1ª (primeira) série ("Cotas Seniores da 1ª Série") emitidas pelo "**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços**" ("Fundo"), fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, administrado pelo UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º andar – parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23 ("Oferta"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, declarar, exclusivamente para fins do processo de registro da Oferta na Comissão de Valores Mobiliários, que: (i) o prospecto da Oferta: (a) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das Cotas Seniores da 1ª Série, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e (b) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes e (ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que as informações referentes ao Fundo e aos cedentes dos direitos creditórios por ele adquiridos são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, de modo a permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 2009



BANCO UBS PACTUAL S.A.

(denominação em fase de alteração para
BANCO BTG PACTUAL S.A.)

CAROLINA CURY MAIA COSTA
PROCURADORA

Por:
Cargo:

CAMILA BARROS DONATI
PROCURADORA



DECLARAÇÃO

Eu, **MARCELO MESQUITA DE SALLES OLIVEIRA**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da carteira de identidade RG nº 25.111.011-4, e inscrito no Cadastro da Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº 263.163.928-69; com domicílio profissional na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 10º andar, diretor estatutário da **UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM** (denominação em fase de alteração para **BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**), sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º andar - parte, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 59.281.253/0001-23, instituição administradora do "**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços**" ("**Fundo**"), designado nos termos da Resolução nº 2.451, de 27 de novembro de 1997, do Conselho Monetário Nacional ("**CMN**") com as modificações introduzidas pela Resolução nº 2.486, de 30 de abril de 1998, do CMN, responderei, civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a ele relativas, em conformidade com o disposto na Instrução CVM nº 356, de 12 de dezembro de 2001, conforme alterada. Declaro também que:

- i) estou ciente de minhas obrigações para com o Fundo;
- ii) sou responsável pela movimentação dos direitos creditórios do Fundo, e
- iii) sou responsável, nos termos da legislação em vigor, inclusive perante terceiros, por negligência, imprudência ou imperícia na administração do Fundo, sujeitando-me, ainda, à aplicação das penalidades previstas no artigo 11 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 2009

MARCELO MESQUITA DE SALLES OLIVEIRA
Diretor



DECLARAÇÃO

Declaramos, sob pena de prática de crime de falsidade ideológica, que o regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços" está em conformidade com a legislação vigente.

Declaramos, também, que assumimos o compromisso de seguir as normas da Instrução CVM nº 356/01 e adotar as providências necessárias para o atendimento das exigências que venham a ser formuladas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 2009


UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM

(denominação em fase de alteração para
BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM)
Instituição Administradora do

"Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e
Serviços"

Por:

CAROLINA CURY MAIA COSTA
PROCURADORA

Cargo:

Marcelo Mesquita de Sales Oliveira
Diretor Executivo



DECLARAÇÃO

UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM (denominação em fase de alteração para BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM), sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º andar - parte, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 59.281.253/0001-23, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social, instituição administradora do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços", declara que firmou contrato com instituição legalmente habilitadas a executar o serviço de distribuição de cotas, nos termos do artigo 20, § 1º, I, da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da Comissão de Valores Mobiliários.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 2009

UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM

(denominação em fase de alteração para

BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM)

Instituição Administradora do

"Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços"

Marcelo Mesquita de Sales Oliveira
Diretor Executivo

Por:
Cargo:

CAROLINA CURY MAIA COSTA
PROCURADORA



DECLARAÇÃO

UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM (denominação em fase de alteração para BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM), sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º andar - parte, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 59.281.253/0001-23, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de instituição administradora do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços" (doravante designado simplesmente "Fundo"), vem, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que as informações constantes do prospecto da primeira distribuição pública de cotas seniores integrantes da primeira série do Fundo ("Prospecto") são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores conhecimento das referidas cotas seniores, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades, bem como uma tomada de decisão fundamentada a respeito das cotas seniores, tendo o Prospecto sido elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 2009

UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM

(denominação em fase de alteração para

BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM)

Instituição Administradora do

"Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços"

Marcelo Mesquita de Sales Oliveira
Diretor Executivo

Por
Cargo:

CAROLINA CURY MAIA COSTA
PROCURADORA



Formulário Cadastral de Administrador de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

1. Razão Social: **UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM (denominação em fase de alteração para BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM)**
2. Denominação Comercial: **BTG PACTUAL**
3. CNPJ/MF: **59.281.253/0001-23**
4. Endereço da Sede: **Praia de Botafogo, 501, 5º andar - parte**
Cidade/UF/CEP: **Rio de Janeiro/RJ/22250-040**
Telefone: **(11) 3847-9337**
Fax: **(11) 3847.5502**
5. Endereço para Correspondência: **Praia de Botafogo, 501, 5º andar - parte**
Cidade/UF/CEP: **Rio de Janeiro/RJ/22250-040**
6. Diretor Responsável pela administração do FIDC:
Nome: **Marcelo Mesquita de Salles Oliveira**
CPF: **263.163.928-69**
Endereço eletrônico (e-mail): **marcelo.mesquitaoliveira@btgpactual.com**

ANEXO VI

Este Anexo VI é parte integrante do “Prospecto Definitivo da Distribuição Pública de Cotas da 1ª Série de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras - Industrial e Serviços”

Modelo de Contrato de Cessão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO DE DIREITOS CRÉDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças, doravante denominado simplesmente “Contrato de Cessão”,

[DENOMINAÇÃO OU RAZÃO SOCIAL], sociedade com sede na Cidade de [COMPLETAR], Estado de [COMPLETAR], na [ENDEREÇO], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº [CNPJ], neste ato representada por [NOME DO REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE DO REPRESENTANTE], [ESTADO CIVIL DO REPRESENTANTE], [PROFISSÃO DO REPRESENTANTE], residente e domiciliado na [ENDEREÇO], inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (“CPF/MF”) sob o nº [CPF] e portador da Cédula de Identidade nº [IDENTIDADE], expedida pela [ÓRGÃO EXPEDIDOR], doravante designada simplesmente “Cedente” ou “Fornecedor”; e

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS – INDUSTRIAL E SERVIÇOS, com seu regulamento registrado no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro (“Regulamento”), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.313.971/0001-08, doravante designado simplesmente “Fundo”, neste ato representado pela sua instituição administradora, **BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, abaixo qualificada, doravante designada “Instituição Administradora”; e

cada uma das partes também denominada individualmente “Parte”, e conjuntamente “Partes”;

e, como intervenientes,

BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM, com sede na Praia de Botafogo, nº 501 - 5º andar, parte, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23; e

BANCO BTG PACTUAL S.A., instituição financeira com sede na Praia de Botafogo, nº 501 - 5º e 6º andares, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0001-45, doravante designado simplesmente “Custodiante” ou “Banco BTG”;

CONSIDERANDO QUE:

- i) o Cedente é empresa que celebra Contratos com a Petrobras, constituindo, desta forma, Direitos Creditórios;
- ii) o Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios, destinado preponderantemente à aplicação em Direitos Creditórios, nos termos da Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, e da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e demais alterações, bem como de acordo com a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão estabelecidas no Regulamento;
- iii) o Custodiante é o responsável, nos termos do artigo 38 da Instrução CVM nº 356/01 e do disposto no Regulamento, pela prestação dos serviços de custódia para o Fundo;
- iv) o Cedente pretende ceder ao Fundo os Direitos Creditórios que atendam a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão;
- v) o Cedente poderá, ainda, ceder ao Banco BTG Direitos Creditórios oriundos de Contratos que possuam Direitos Creditórios cedidos ao Fundo;
- vi) o Fundo, por sua vez, tem interesse em adquirir os Direitos Creditórios do Cedente, desde que atendam a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão, tendo em vista que a cessão dos Direitos Creditórios é elemento essencial da operação de securitização em cujo contexto se insere o Fundo, e nesse contexto se dará a determinação do valor a ser pago pelos Direitos Creditórios cedidos; e
- vii) o Banco BTG poderá ter interesse em adquirir Direitos Creditórios oriundos de Contratos que possuam Direitos Creditórios cedidos ao Fundo;

as Partes têm justo e contratado o disposto nas cláusulas a seguir:

1. DEFINIÇÕES

1.1 Quaisquer termos ou expressões utilizados em letras maiúsculas neste Contrato de Cessão, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuídos no glossário que integra este Contrato de Cessão como Anexo I.

2. PROMESSA DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

2.1 Como elemento essencial do presente negócio, o Cedente cederá, ao Fundo, Direitos Creditórios, incluindo todos os seus acessórios, títulos, instrumentos que os representam, respectivos anexos e garantias constituídas, mediante solicitação da Instituição Administradora e de acordo com os termos e condições estabelecidos neste Contrato de Cessão.

2.1.1 O Fundo não estará obrigado a adquirir Direitos Creditórios que venham a ser ofertados pelo Cedente.

2.2 Os Direitos Creditórios serão considerados perfeitamente cedidos e inclusos nos termos do presente Contrato de Cessão após observado o seguinte procedimento:

- i) apresentação prévia à Instituição Administradora de Autorização de Cessão original, cujo modelo integra o presente Contrato de Cessão como seu Anexo II, para a cessão de Direitos Creditórios a Performar, e como seu Anexo II-A, para a cessão de Direitos Creditórios Performados, por meio da qual a Petrobras manifesta ciência e autorização à cessão dos Direitos Creditórios, pelo Cedente ao Fundo, em observância ao artigo 290 do Código Civil, acompanhada de cópia dos Documentos Comprobatórios;
- ii) seleção pela Instituição Administradora, a seu exclusivo critério, de Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, bem como fixação pela Instituição Administradora, também a seu exclusivo critério, do percentual do Contrato que poderá ser adquirido pelo Fundo;
- iii) envio pelo Cedente à Instituição Administradora, e desta ao Custodiante, de cópias dos Documentos Comprobatórios, para que o Custodiante realize análise dos Direitos Creditórios oferecidos à cessão pelo Cedente e selecionados pela Instituição Administradora, que incluirá a checagem, a critério da Instituição Administradora, do CRCC e do BAD ou RAD junto à Petrobras, bem como análise do enquadramento dos Direitos Creditórios com relação à Política de Investimento e aos Critérios de Elegibilidade, de acordo com os procedimentos previstos no Anexo V deste Contrato de Cessão;

- iv) após a análise referida no item anterior, a Instituição Administradora (a) enviará ao Cedente o Termo de Cessão em via eletrônica ou física, de acordo com o modelo constante do Anexo III do presente Contrato, contendo indicação dos Direitos Creditórios que deseja adquirir para o Fundo e o preço total de aquisição dos referidos Direitos Creditórios, calculado com base nas taxas discriminadas no item 4.1 abaixo; e (b) devolverá ao Cedente os Direitos Creditórios que não serão adquiridos para o Fundo e que também não serão adquiridos pelo Banco BTG. É de conhecimento do Cedente que tais Direitos Creditórios não adquiridos para o Fundo não poderão ser objeto de nenhuma cessão de crédito com terceiros, excetuada a possibilidade de cedê-los ao Banco BTG, conforme previsto no item 2.7 e seguintes abaixo, a exclusivo critério do Banco BTG;
- v) o Cedente deverá assinar o Termo de Cessão e enviá-lo à Instituição Administradora, para assinatura; e
- vi) após a validação das assinaturas do Cedente e da Instituição Administradora por meio de abono bancário dos signatários, o Fundo pagará ao Cedente o preço de cessão, calculado nos termos da cláusula 4 abaixo.

2.3 Ao formalizar a cessão do Direito Creditório por meio de cada Termo de Cessão, o Cedente cederá, automaticamente, ao Fundo, todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, garantias e ações legal e contratualmente previstos que sejam relativos ao Direito Creditório, inclusive (i) o direito de receber integralmente o seu valor, acrescido dos juros, das multas, da atualização monetária e/ou de demais encargos remuneratórios e/ou moratórios; (ii) o direito de ação e o de protesto em face do respectivo devedor para exigir o cumprimento da obrigação de pagar deste ou visando resguardar direito do Fundo; (iii) as garantias eventualmente existentes, sejam reais ou pessoais; e (iv) o direito de declarar o Direito Creditório vencido antecipadamente nas hipóteses contratadas com o devedor e naquelas previstas na legislação aplicável. O Fundo poderá declarar vencida antecipadamente a parcela que lhe couber do Contrato, podendo utilizar, para tanto, os poderes que lhe forem conferidos no mandato outorgado nos termos deste Contrato de Cessão.

2.4 O Cedente desde já autoriza que a Petrobras forneça ao Fundo, à Instituição Administradora e ao Custodiante, toda e qualquer informação sobre o Cedente e os respectivos Contratos cujos Direitos Creditórios serão cedidos ao Fundo, em especial, mas não somente, os respectivos boletins de medição, CRCC e BAD ou RAD, quando houver.

2.5 O Cedente e o Fundo declaram, em caráter irrevogável e irretratável, que será aplicável a toda e qualquer operação de cessão de Direitos Creditórios que vier a ser constituída entre eles por meio de cada Termo de Cessão, automaticamente e independentemente de qualquer ulterior formalidade ou manifestação de vontade, o disposto neste Contrato de Cessão, no respectivo Termo de Cessão e nos artigos 286 e seguintes do Código Civil.

2.6 Em caso de divergência ou contradição entre o Termo de Cessão e o presente Contrato de Cessão, deverá prevalecer o disposto no Contrato de Cessão, exceto se o presente Contrato de Cessão determine expressamente a prevalência do Termo de Cessão.

2.7 Se assim desejar, o Banco BTG poderá solicitar ao Cedente Direitos Creditórios, comprometendo-se o Cedente neste ato a ceder ao Banco BTG os Direitos Creditórios eventualmente solicitados, incluindo todos os seus acessórios, títulos, instrumentos que os representam, respectivos anexos e garantias constituídas.

2.8 O Banco BTG poderá solicitar ao Cedente Direitos Creditórios que sejam oriundos de Contratos que possuam ou não Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. Ainda, o Banco BTG poderá celebrar com os Fornecedores negócios jurídicos de natureza diversa daqueles previstos neste Contrato, incluindo a concessão de empréstimos a Fornecedores garantidos por recebíveis detidos pelo Fornecedor contra a Petrobras.

2.9 A cessão de Direitos Creditórios pelo Cedente ao Banco BTG será formalizada por meio da assinatura do Termo de Cessão cujo modelo consta do Anexo III-A do presente Contrato.

2.10 Aplicam-se as disposições do presente Contrato à cessão dos Direitos Creditórios pelo Cedente ao Banco BTG, exceto quando expressamente ressalvado por este Contrato.

2.11 O Banco BTG poderá ceder a terceiros os Direitos Creditórios adquiridos no âmbito do presente Contrato. Ao cessionário competirão todos os deveres e direitos previstos no presente Contrato que sejam aplicáveis ao Banco BTG na condição de adquirente de Direitos Creditórios, especialmente o disposto no item 5.8 abaixo.

3. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

3.1 O Fundo apenas poderá adquirir Direitos Creditórios que preencham a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão, definidos no Regulamento, o qual integra o presente Contrato de Cessão como se aqui estivesse transcrito.

3.2 O Cedente, neste ato, declara conhecer a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão e entender que o Fundo não poderá adquirir Direitos Creditórios que não os atendam integralmente.

3.3 A perda, por qualquer motivo, após a aquisição pelo Fundo, da condição de Direito Creditório elegível não dará ao Fundo e seus Cotistas qualquer pretensão, recurso ou direito de regresso contra o Cedente, o Custodiante ou terceiros.

4. DO PREÇO DA CESSÃO E DO PAGAMENTO

4.1 Os Direitos Creditórios Performados serão adquiridos pelo valor calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VA = VN \times \left[1 - \left(\frac{TA}{100} \right) \times \left(\frac{Dk}{30} \right) \right]$$

onde:

“VA” é o valor de aquisição do Direito Creditório Performado;

“VN” é o valor nominal do Direito Creditório Performado;

“TA” corresponde ao spread excedente para aquisição dos Direitos Creditórios Performados, que será apurado pela Instituição Administradora a cada cessão de Direitos Creditórios Performados; e

“Dk” é a diferença de dias corridos entre a data de aquisição do Direito Creditório Performado e sua respectiva data de vencimento.

4.2 Sempre que o Fornecedor ofereça ao Fundo Direitos Creditórios a Performar, e desde que (i) tais Direitos Creditórios a Performar atendam aos Critérios de Elegibilidade, e (ii) observado o procedimento disposto no item 2.2 do presente

Contrato, o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios de titularidade do Fornecedor, presentes e futuros, em montante equivalente ao preço de cessão fixado pela Instituição Administradora previamente à cessão, acrescido de percentual da Taxa DI ou acrescido de taxa pré-fixada, ambas a serem fixadas pela Instituição Administradora no Termo de Cessão respectivo.

4.3 O pagamento do preço de cessão será efetuado em até 1 (um) dia útil contado da efetiva escrituração dos Direitos Creditórios pelo Banco BTG, na condição de Custodiante com relação aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, ou na condição de cessionário com relação aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Banco BTG, por meio de TED para a seguinte conta de titularidade do Cedente:

Conta nº [COMPLETAR]

Agência [COMPLETAR]

[INSTITUIÇÃO FINANCEIRA].

5. DO RECEBIMENTO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

5.1 Nos termos da Autorização da Cessão, os pagamentos relativos à totalidade dos Direitos Creditórios deverão ser efetuados pela Petrobras mediante transferência de recursos para a Conta Vinculada, incluindo os pagamentos relativos a Direitos Creditórios cedidos ao Banco BTG.

5.1.1 Com base nos relatórios de medição e nos demais documentos que evidenciam o adimplemento, por parte do Cedente, do Contrato do qual os Direitos Creditórios são oriundos, periodicamente enviados pela Petrobras ao Cedente, deste para a Instituição Administradora e desta repassados ao Custodiante, o Custodiante realizará a conciliação dos valores depositados na Conta Vinculada de acordo com as instruções da Instituição Administradora, transferindo em até 1 (um) dia útil contado do respectivo recebimento os valores nela depositados pela Petrobras aos seus respectivos titulares.

5.1.1.1 Recursos depositados pela Petrobras na Conta Vinculada que correspondam ao pagamento de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo serão transferidos pelo Custodiante para a seguinte conta de titularidade do Fundo mantida no Custodiante:

Conta nº: [COMPLETAR]

Agência nº: [COMPLETAR]

Banco BTG Pactual S.A.

5.1.1.2 Recursos depositados pela Petrobras na Conta Vinculada que não correspondam ao pagamento de Direitos Creditórios serão transferidos pelo Custodiante para a seguinte conta de titularidade do Cedente:

Conta nº: [COMPLETAR]

Agência nº: [COMPLETAR]

[INSTITUIÇÃO FINANCEIRA]

5.1.1.3 Recursos depositados pela Petrobras na Conta Vinculada que correspondam ao pagamento de Direitos Creditórios cedidos ao Banco BTG serão transferidos para a seguinte conta de titularidade do Banco BTG:

Conta nº: [COMPLETAR]

Agência nº: [COMPLETAR]

Banco BTG Pactual S.A.

5.1.1.4 Na hipótese de cessão dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Banco BTG a terceiros, o cessionário informará ao Custodiante a conta de sua titularidade para a qual os recursos depositados na Conta Vinculada deverão ser direcionados.

5.2 O Cedente não poderá receber, da Petrobras ou de quaisquer terceiros, montantes decorrentes dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo ou ao Banco BTG, cuja totalidade deverá ser depositada na Conta Vinculada, independentemente de terem sido cedidos ou não.

5.3 Não obstante o disposto no item 5.2 acima, o Cedente se compromete a transferir à Conta Vinculada, no dia útil seguinte do recebimento, todo e qualquer montante relativo ao pagamento dos Direitos Creditórios eventualmente recebidos da Petrobras ou de terceiros, comunicando tal fato à Instituição Administradora.

5.4 O não cumprimento do disposto no item 5.3 acima acarretará para o Cedente a obrigação de pagamento de juros de mora definidos no respectivo Termo de Cessão, incidente pro rata temporis desde a data do descumprimento até a data da efetiva transferência dos recursos pelo Cedente, acrescido de multa também definida no Termo de Cessão.

5.4.1 A Instituição Administradora ou o Banco BTG, conforme o caso, poderão renunciar ou reduzir discricionariamente a cobrança dos juros de mora e multa previstos no item anterior.

5.5 As Partes convencionam que, se o Cedente vier a receber qualquer valor da Petrobras relativo a Direito Creditório que tenha sido cedido ao Fundo ou ao Banco BTG por meio deste instrumento e do respectivo Termo de Cessão, tal recebimento será efetuado sob a forma de depósito, ficando o Cedente nomeado como fiel depositário de tal valor para o fim exclusivo de repassá-lo ao Fundo ou ao Banco BTG no prazo do item 5.3, sem qualquer direito de retenção ou compensação a qualquer título. Aplicam-se ao ora avençado os artigos 627 e seguintes do Código Civil.

5.6 O Custodiante comunicará à Instituição Administradora o integral pagamento pela Petrobras de todos os Direitos Creditórios oriundos de um mesmo Contrato e cedidos ao Fundo, no mesmo dia útil em que ocorrer este pagamento. Em até 1 (um) dia útil contado desta comunicação, a Instituição Administradora solicitará ao Cedente que obtenha junto a Petrobras a transferência do domicílio bancário do Contrato da Conta Vinculada para outra conta, que não seja de titularidade do Fundo.

5.6.1 Caso o Contrato mencionado no item anterior possua Direitos Creditórios cedidos ao Banco BTG que (i) cujo vencimento ainda não tenha ocorrido ou (ii) estejam vencidos e ainda não tenham sido integralmente adimplidos pelo Cedente, o domicílio bancário do Contrato deverá ser transferido para conta de titularidade do Banco BTG.

5.7 O Cedente se compromete a comunicar à Instituição Administradora a obtenção da autorização da Petrobras para a transferência do domicílio bancário do Contrato em até 1 (um) dia útil contado da ciência deste fato pelo Cedente, devendo a Instituição Administradora, no mesmo prazo, comunicar este fato ao Custodiante.

5.8 Não haverá qualquer direito de preferência entre o Fundo e o Banco BTG no recebimento dos recursos correspondentes ao pagamento de Direitos Creditórios efetuado pelo Cedente. Desta forma, referidos recursos depositados na Conta Vinculada serão utilizados na satisfação dos créditos detidos pelo Fundo e pelo Banco BTG contra a Petrobras na proporção dos Direitos Creditórios vencidos de titularidade de cada um.

5.8.1 Caso o Banco BTG ceda a terceiros Direitos Creditórios por ele adquiridos a terceiros, aplicar-se-á o disposto no item anterior ao cessionário.

6. DO MANDATO E COBRANÇA

6.1 As Partes convencionam que a aquisição de parcela dos Direitos Creditórios oriundos de um Contrato, pelo Fundo, não gera qualquer espécie de responsabilidade solidária, condomínio ou propriedade comum entre o Cedente e o Fundo ou entre o Cedente e o Banco BTG, quer sobre tal Contrato, quer sobre direitos dele emergentes, sendo, portanto, a parcela do Fundo, a parcela do Banco BTG e a parcela do Cedente divisíveis.

6.2 Não obstante o disposto no item 6.1, o Cedente outorga mandato ao Fundo, conforme procuração que integra o presente Contrato de Cessão como seu Anexo IV.

6.2.1 O Banco BTG, a seu critério, poderá exigir do Cedente a outorga de mandato, nos moldes do disposto no item anterior e no Anexo IV, sempre que houver aquisição de Direitos Creditórios pelo Banco BTG.

6.3 O mandato a que se refere o item 6.2 acima é outorgado como condição essencial do negócio celebrado neste ato e por ocasião de cada Termo de Cessão e visa a garantir plena eficácia ao disposto neste instrumento.

6.4 Na hipótese de o Fundo e/ou o Banco BTG decidirem exigir extrajudicial (incluindo-se por meio de protesto) e/ou judicialmente o valor do Direito Creditório, cuja obrigação de fornecimento de produtos e/ou serviços tenha sido cumprida pelo Cedente e que não houver sido pago pontualmente pela Petrobras, o Cedente concorda, em caráter irrevogável e irretratável, que serão tomadas medidas conjuntamente com o Fundo, de acordo com as políticas previstas no Regulamento, e/ou com o Banco BTG, visando a buscar o recebimento do valor cabível, devendo ser rateadas entre o Cedente, o Fundo e/ou o Banco BTG, de forma proporcional entre os quinhões do Contrato que competirem a cada um, as despesas de qualquer natureza, inclusive honorários advocatícios, decorrentes dessas medidas. O mandato outorgado na forma do Anexo IV inclui poderes para a nomeação de advogados mediante cláusula “ad iudicia”. Caso seja ingressada medida judicial para o fim ora previsto, caberá ao Fundo e/ou ao Banco BTG, conforme o caso de comum acordo, a escolha do advogado que irá representar as Partes.

6.5 Para o fim do disposto no item anterior, o Cedente deverá disponibilizar todos e quaisquer documentos que vierem a ser solicitados pelo Fundo e/ou pelo Banco BTG no prazo de até 5 (cinco) dias corridos a contar do recebimento da respectiva solicitação.

6.6 Sem prejuízo do disposto acima, a Instituição Administradora poderá solicitar ao Cedente a recompra de Direitos Creditórios do Cedente adquiridos pelo Fundo, a seu exclusivo critério, em caso de inadimplemento, comprometendo-se o Cedente a recomprá-los no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da solicitação por escrito encaminhada pela Instituição Administradora, corrigido conforme definido no item 5.4 acima, sendo que esta obrigação somente será aplicável em relação àqueles Direitos Creditórios em cujo Termo de Cessão referida aplicabilidade seja expressamente acordada entre as Partes.

6.7 O Banco BTG também poderá solicitar ao Cedente a recompra de quaisquer Direitos Creditórios adquiridos pelo Banco BTG, a seu exclusivo critério, em caso de inadimplemento, comprometendo-se o Cedente a recomprá-los na forma do item anterior.

6.7.1 O direito previsto no item anterior assistirá igualmente a terceiro que adquira Direito Creditório do Banco BTG.

7. DO SEGURO

7.1 No caso de cessão de Direitos Creditórios a Performar cujo Cedente não possua CRCC, o Cedente deverá contratar seguro de performance perante Seguradora Autorizada, nos termos do Regulamento, tendo o Fundo e/ou o Banco BTG como beneficiário. O Seguro deverá garantir o integral adimplemento da obrigação do Cedente em relação à Petrobras no que se refere ao fornecimento de produtos e/ou de serviços, mediante a previsão de indenização em quantia que seja suficiente para garantir que o Fundo e/ou o Banco BTG recebam o valor integral dos Direitos Creditórios a Performar cedidos.

7.2 O custo de contratação do Seguro caberá exclusivamente ao Cedente e o respectivo prêmio deve ser integralmente quitado pelo Cedente previamente à cessão de Direito Creditório a Performar ao Fundo ou ao Banco BTG.

7.3 Somente serão aceitos seguros cujas apólices e Seguradoras Autorizadas atendam aos termos do Regulamento.

8. DEPÓSITO DOS DOCUMENTOS

8.1 Sem prejuízo da guarda pelo Custodiante de cópia dos Documentos Comprobatórios entregues pela Cedente à Instituição Administradora nos termos do item 2.2 (i) acima, a cada cessão de Direitos Creditórios, todos os Documentos Comprobatórios originais ficarão sob a posse do Cedente, para que este os guarde na qualidade de fiel depositário, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da data de vencimento do Contrato cujos Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo, devendo ser apresentados à Instituição Administradora ou ao Custodiante em até 5 (cinco) dias a contar do recebimento de solicitação por escrito de qualquer desses.

8.1.1 O Cedente pagará multa equivalente a 1% (um por cento) do valor dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo ou ao Banco BTG, para os Direitos Creditórios por este adquiridos, por cada dia útil que extrapole o prazo para apresentação dos respectivos Documentos Comprobatórios estabelecido no item anterior, sem prejuízo do direito do Fundo, da Instituição Administradora e/ou do Custodiante de buscar em juízo indenização complementar por eventuais perdas e danos sofridos em razão de tal atraso.

8.2 Todos os Documentos Comprobatórios deverão ser guardados pelo Cedente em arquivos segregados que permitam sua identificação.

8.3 O Cedente não fará jus a qualquer remuneração pelo depósito ora avençado, nem a reembolso por quaisquer despesas decorrentes da prestação de tais serviços.

8.4 O Cedente se compromete a guardar todos os Documentos Comprobatórios com o máximo cuidado e diligência, em nome e por conta do Fundo e/ou do Banco BTG.

8.5 O Custodiante e/ou a Instituição Administradora poderão realizar a verificação da regularidade dos Documentos Comprobatórios, por amostragem ou não, na sede do Cedente ou em local que este indicar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar de notificação do Custodiante e/ou da Instituição Administradora neste sentido, conforme o caso.

8.5.1 O Cedente pagará multa equivalente a 1% (um por cento) do valor dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, ou equivalente a 1% (um por cento) do valor dos Direitos Creditórios cedidos ao Banco BTG, conforme o caso por cada dia útil que extrapole o prazo para apresentação dos respectivos Documentos Comprobatórios estabelecido no item anterior, sem prejuízo do direito do Fundo, da Instituição Administradora e/ou do Custodiante de buscar em juízo indenização complementar por eventuais perdas e danos sofridos em razão de tal atraso.

8.6 O Cedente se compromete a prontamente observar as ordens de restituição dos Documentos Comprobatórios dadas pelo Custodiante e/ou pela Instituição Administradora, observando ainda as eventuais indicações de dia, horário e local estabelecidas.

8.7 O Cedente declara conhecer as consequências decorrentes da eventual não restituição, quando exigida, de documentos relacionados aos Direitos Creditórios sob sua guarda, nos termos do artigo 652 do Código Civil. O Cedente aponta, neste ato, [NOME DA PESSOA FÍSICA], [NACIONALIDADE, PROFISSÃO, ESTADO CIVIL], inscrito no CPF/MF sob o nº [COMPLETAR] e portador da cédula de identidade RG nº [COMPLETAR] para ser responsável pessoalmente pelo depósito dos Documentos Comprobatórios, assumindo solidariamente com o Cedente as responsabilidades atribuídas ao fiel depositário nos termos da legislação aplicável.

8.8 Uma vez decorrido o prazo referido no item 8.1 acima em relação a determinado Documento Comprobatório, o Custodiante e/ou a Instituição Administradora poderão exigir que o Cedente não seja partir de então responsável pela sua guarda e conservação, devendo o Cedente neste caso observar as instruções que lhe der o Custodiante e/ou a Instituição Administradora quanto à destinação deste.

9. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES ADICIONAIS DO CEDENTE

9.1 O Cedente somente oferecerá à cessão ao Fundo Direitos Creditórios que preencham, cumulativamente, a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão previstas no Regulamento.

9.1.1 Sem prejuízo da verificação pela Instituição Administradora, a observância das Condições de Cessão será de exclusiva responsabilidade do Cedente.

9.2 O Cedente obriga-se a não ceder ao Fundo quaisquer Direitos Creditórios caso tal ato (ou como decorrência dele) configure fraude contra credores, fraude à execução, fraude à execução fiscal ou ainda fraude falimentar.

9.3 O Cedente será responsável:

- i) pela existência dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo ou ao Banco BTG, nos termos do artigo 295 do Código Civil;

- ii) pela performance (entrega do bem e/ou prestação do serviço) dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo ou ao Banco BTG;
- iii) por eventuais exceções apresentadas pelos Devedores dos Direitos Creditórios cedidos contra o Cedente quando da notificação da cessão, nos termos do artigo 294 do Código Civil;
- iv) por prejuízos sofridos pelo Fundo ou pelo Banco BTG em razão de dificuldade ou impossibilidade de cobrança de Direitos Creditórios cedidos que tenham qualquer vício em sua formação; e
- v) por fornecer ao Custodiante os documentos necessários para a realização do abono bancário de assinaturas, conforme mencionado na cláusula 2.2 (vi), quais sejam: (a) Estatuto ou Contrato social, conforme o caso (cópia autenticada e com registro); (b) Eleição de diretoria/gerente (cópia autenticada e com registro); (c) Procuração, conforme o caso (cópia autenticada); (d) Cartão de autógrafos dos representantes, com firma reconhecida ou abono bancário, e (e) Documento de Identidade e CPF dos representantes

9.3.1 Na hipótese de responsabilidade do Cedente conforme o item 9.3 acima, o Fundo ou o Banco BTG, conforme o caso, poderão compensar a quantia devida com quaisquer valores que tenham a pagar ao Cedente.

9.4 Se, por qualquer razão, inclusive em decorrência de defeito dos produtos ou da não entrega dos serviços fornecidos pelo Cedente conforme o Contrato, a Petrobras tiver o direito de reter, deduzir, compensar ou reduzir o valor dos Direitos Creditórios, tal retenção, dedução, compensação ou redução deverá recair sobre a parcela remanescente do Contrato pertencente ao Cedente, se houver. Se o valor de tal parcela não existir ou se o valor da parcela do Cedente não for suficiente para cobrir o montante da retenção, dedução, compensação ou redução eventualmente efetuada pela Petrobras, e esta deixar de efetuar o pagamento integral devido ao Fundo ou ao Banco BTG, estes poderão (i) exigir do Cedente a complementação do valor devido ao Fundo ou ao Banco BTG, cujo pagamento deverá ser efetuado em até 2 (dois) dias a contar do recebimento da competente notificação; ou (ii) abater o valor devido ao Fundo ou ao Banco BTG de quaisquer quantias de titularidade do Cedente que sejam depositadas na Conta Vinculada.

9.5 Na hipótese de ocorrer, após a cessão do respectivo Direito Creditório ao Fundo ou ao Banco BTG, qualquer fato ou ato praticado pela Cedente, pela Petrobras ou por qualquer terceiro, que não o Fundo, a Instituição Administradora ou o Custodiante, que acarrete a alteração das condições de pagamento do Direito Creditório cedido ou sua inexigibilidade, inclusive em decorrência do atraso ou vício na entrega do produto ou do fornecimento do serviço, da prorrogação ou da antecipação do prazo de vencimento do respectivo Direito Creditório, da prorrogação ou da antecipação da entrega do produto ou da prestação do serviço contratado ou do cancelamento do pedido de fornecimento do produto e/ou do serviço pela Petrobras no caso de Direito Creditório a Performar, o Fundo ou o Banco BTG poderão, de igual maneira, exercer a prerrogativa referida no item 9.4 acima. Adicionalmente, o Fundo ou o Banco BTG poderão optar por renegociar o preço do Direito Creditório cedido caso ele continue a ser exigível da Petrobras, mediante a devolução do correspondente valor pela Cedente, se for o caso.

9.6 Se o Cedente, sem a anuência prévia e por escrito do Fundo ou do Banco BTG, conforme o caso, alterar as condições do Direito Creditório cedido ao Fundo ou da relação comercial estabelecida entre ele e Petrobras, de forma a gerar uma mudança nas condições do Direito Creditório ou na perda do seguro garantia, se houver, o Cedente pagará uma multa não compensatória equivalente a 50% (cinquenta por cento) da taxa de desconto que tiver sido utilizada para fixação do preço de cessão do respectivo Direito Creditório, a qual poderá ser recebida pelo Fundo ou pelo Banco BTG mediante compensação de qualquer valor devido por este ao Cedente, sem prejuízo do exercício dos direitos previstos nos itens 9.5 e 9.4 acima, quando aplicáveis.

9.7 O exercício de qualquer dos direitos previstos nos itens anteriores não extingue os demais estabelecidos neste Contrato de Cessão, que poderão ser exercidos concomitantemente ou em diferentes momentos até que os créditos devidos ao Fundo ou ao Banco BTG, conforme o caso, sejam integralmente satisfeitos.

9.8 Será vedada, a partir da data de celebração de cada Termo de Cessão, a prática de qualquer ato pelo Cedente em relação aos Direitos Creditórios objeto daquele instrumento ou a qualquer garantia real ou pessoal eventualmente outorgada pela Petrobras ou terceiro em relação a tais Direitos Creditórios, que possa afetar os direitos do Fundo ou do Banco BTG adquiridos por meio do Termo de Cessão. Qualquer ato praticado pelo Cedente em desacordo com o disposto neste instrumento e no Termo de Cessão será nulo e ineficaz em relação ao Fundo ou ao Banco BTG, conforme o caso. O ora disposto não exclui qualquer outra penalidade prevista neste Contrato de Cessão, no Termo de Cessão ou na legislação aplicável, especialmente o direito de exigir perdas e danos.

9.9 Além das demais obrigações e responsabilidades previstas neste Contrato de Cessão, o Cedente também se obriga a:

- i) comunicar, em até 5 (cinco) dias úteis, à Instituição Administradora e/ou ao Banco BTG o início de qualquer procedimento administrativo ou judicial contra si, em montante superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);
- ii) comunicar, em até 5 (cinco) dias úteis, à Instituição Administradora e/ou ao Banco BTG caso venha a inadimplir obrigação em montante superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);
- iii) comunicar, em até 5 (cinco) dias úteis, à Instituição Administradora e/ou ao Banco BTG a ocorrência de qualquer protesto de títulos de crédito de sua responsabilidade, em valor superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);
- iv) comunicar imediatamente à Instituição Administradora e/ou ao Banco BTG a ocorrência de qualquer um dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Resilição de que tiver conhecimento;
- v) durante o período de vigência do presente Contrato de Cessão, manter verdadeiras as declarações prestadas neste instrumento;
- vi) manter sempre válidas, em vigor e em perfeita ordem todas as autorizações necessárias à execução deste instrumento;
- vii) cumprir tempestivamente todas as obrigações assumidas no presente instrumento e perante a Petrobras;
- viii) não proceder a alterações, aditamentos ou cessões com terceiros que sejam relativos a Direitos Creditórios cedidos para o Fundo ou para o Banco BTG, sem a prévia e expressa anuência do Fundo ou do Banco BTG, conforme o caso;
- ix) cumprir as obrigações previstas no Contrato, nos documentos ou títulos constitutivos dos Direitos Creditórios cedidos para o Fundo ou para o Banco BTG, dentro dos prazos ali estabelecidos;
- x) utilizar seus melhores esforços a fim de colaborar com o Fundo e/ou com o Banco BTG em tudo o que se fizer necessário para que os cessionários recebam a totalidade dos Direitos Creditórios a este cedidos;

- xi) encaminhar à Instituição Administradora e/ou ao Banco BTG, durante todo o prazo de vigência deste instrumento, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias contados do encerramento de cada exercício social, cópia autenticada de suas demonstrações financeiras, relatório de administração e parecer dos auditores independentes ou conselho fiscal, se aplicável;
- xii) informar à Instituição Administradora e/ou ao Banco BTG, prontamente, qualquer modificação substancial negativa em sua situação econômico-financeira que possam afetar a decisão do Fundo e/ou do Banco BTG de adquirir Direitos Creditórios do Cedente, como, por exemplo, insolvência, oneração de maquinário necessário à execução do Contrato; contingências judiciais que possam alterar a capacidade operacional do Cedente, entre outras hipóteses;
- xiii) entregar à Instituição Administradora, nesta data, cópia autenticada de seu estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial competente, bem como apresentar cópias autenticadas dos documentos que alteram o referido estatuto ou contrato social no prazo máximo de 10 (dez) dias de sua alteração;
- xiv) encaminhar à Instituição Administradora e/ou ao Banco BTG quaisquer comunicações ou notificações recebidas da Petrobras, bem como informá-los a respeito de (i) alterações nas condições dos contratos que originaram os Direitos Creditórios; (ii) atrasos na entrega dos produtos e/ou fornecimento dos serviços; e (iii) recebimento de quaisquer valores e/ou adiantamentos relacionados aos Direitos Creditórios cedidos;
- xv) no caso de Direitos Creditórios a Performar cedidos ao Fundo ou ao Banco BTG, informar à Instituição Administradora e/ou ao Banco BTG sobre o andamento da obrigação de fazer (i.e. manufatura e entrega do produto e/ou prestação de serviços) mensalmente ou sempre que a Instituição Administradora o solicite, informação esta que deverá ser disponibilizada em até 2 (dois) dias a contar do recebimento da solicitação; e
- xvi) não ceder para terceiros quaisquer parcelas do Contrato não cedidas para o Fundo, exceto em favor do Banco BTG.

10. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES ADICIONAIS DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

10.1 Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Contrato de Cessão, a Instituição Administradora se obriga a cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, os pagamentos dos Direitos Creditórios, transferindo os valores recebidos para a conta corrente do Fundo ou, conforme o caso, emitir ou providenciar que sejam emitidos os boletos de pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, nos quais constará o preço de cessão dos Direitos Creditórios, calculado de acordo com a fórmula constante do item 4.1 acima.

10.1.1 O Banco BTG será responsável pela emissão dos boletos relativos aos Direitos Creditórios por ele adquiridos, quando aplicável.

10.2 A Instituição Administradora se obriga, ainda, a fornecer ou disponibilizar ao Custodiante cópia de todos os Termos de Cessão celebrados entre o Cedente e o Fundo, em até 1 (um) dia a contar da data da respectiva celebração.

11. DECLARAÇÕES DAS PARTES

11.1 O Cedente, devidamente representado na forma de seus atos constitutivos, declara e assegura à Instituição Administradora que, na data de assinatura deste Contrato de Cessão e em cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo:

- i) é uma sociedade validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável;
- ii) a celebração deste Contrato de Cessão e do Termo de Cessão e a assunção das obrigações deles decorrentes se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia;
- iii) os signatários do presente Contrato de Cessão e seus respectivos Anexos têm poderes para assumir, em seu nome, as obrigações aqui estabelecidas, nos termos definidos neste Contrato de Cessão;
- iv) a situação econômica, financeira e patrimonial do Cedente, na data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;

- v) até a data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não há quaisquer títulos de emissão do Cedente ou sacados contra esta que tenham sido protestados, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- vi) a celebração deste Contrato de Cessão e do Termo de Cessão e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarreta, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, (a) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato de Cessão dos quais o Cedente, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas; (b) de qualquer norma legal ou regulamentar a que o Cedente, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas estejam sujeitos; e (c) de qualquer ordem ou decisão judicial ou administrativa, ainda que liminar, que afete o Cedente, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas;
- vii) os Direitos Creditórios oferecidos à cessão, nos termos deste Contrato de Cessão, são de sua legítima e exclusiva titularidade, estando livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, que possam obstar a cessão prometida e o pleno gozo e uso, pelo Fundo, de todos os direitos, garantias e prerrogativas relacionados aos Direitos Creditórios a este cedidos, nos termos deste Contrato de Cessão;
- viii) os contratos e demais instrumentos que dão origem aos Direitos Creditórios, uma vez obtida a respectiva Autorização de Cessão, não contêm qualquer avença que impeça, proíba ou condicione, a qualquer título, a cessão dos Direitos Creditórios do Cedente ao Fundo ou do Fundo para terceiros;
- ix) os Direitos Creditórios oferecidos à cessão ao Fundo ou ao Banco BTG não são ou foram objeto (a) de qualquer contestação judicial, extrajudicial ou administrativa, por parte da Petrobras, independentemente da alegação ou mérito que possa, direta ou indiretamente, comprometer sua liquidez e certeza; ou (b) de qualquer tipo de renegociação, acordo ou transação;

- x) os Contratos que dão origem aos Direitos Creditórios não apresentam e não apresentarão, no momento da cessão ao Fundo, quaisquer parcelas vencidas e não pagas pela Petrobras;
- xi) não está inscrita na SERASA ou qualquer outra entidade cadastral de cheques sem fundo, protesto, falência, recuperação judicial ou extrajudicial, e não possui cheques sem fundo que, considerados em conjunto, sejam superiores a 1% (um por cento) do seu patrimônio líquido;
- xii) não há e tampouco haverá no momento da celebração de cada Termo de Cessão qualquer motivo que permita à Petrobras efetuar deduções, a qualquer título, dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo ou ao Banco BTG;
- xiii) os documentos que constituem os Direitos Creditórios serão emitidos em conformidade com critérios legais e as determinações da Petrobras, de modo que estes não poderão se recusar a efetuar o pagamento por vício ou defeito de tais documentos;
- xiv) assinará todos e quaisquer documentos e tomará todas as medidas exigidas pela Petrobras, pelo Fundo ou pelo Banco BTG para que aquela efetue o pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo;
- xv) envidará os melhores esforços para que qualquer cessão de crédito que venha a ser formalizada com o Fundo ou com o Banco BTG não seja passível de anulação ou nulidade por qualquer terceiro, especialmente em virtude de caracterização de fraude contra credores, fraude à execução, fraude de execução fiscal ou ainda fraude falimentar; contudo, caso qualquer cessão de crédito venha a ser considerada nula ou anulável, o Cedente compromete-se a indenizar o Fundo ou o Banco BTG, conforme o caso, nos termos deste Contrato de Cessão;
- xvi) leu e compreendeu integralmente o Regulamento, especialmente a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão nele estabelecidos; e
- xvii) todas as declarações e garantias acima são válidas na data deste instrumento e o serão na data de cada Termo de Cessão.
- xviii) autoriza a Instituição Administradora a consultar órgãos como Serasa, SCPC e Sisbacen.

11.2 A Instituição Administradora, devidamente representada na forma de seus atos constitutivos, declara e garante que:

- i) o Fundo é um condomínio validamente constituído, regularmente registrado e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios;
- ii) é uma sociedade anônima validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável;
- iii) a celebração deste Contrato de Cessão e a assunção das obrigações dele decorrentes se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia;
- iv) as pessoas que assinam este Contrato de Cessão e os respectivos Anexos em nome da Instituição Administradora têm poderes para assumir em seu próprio nome ou, conforme o caso, por conta e ordem do Fundo, as obrigações nele estabelecidas;
- v) a celebração deste Contrato de Cessão e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, (a) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato de Cessão dos quais a Instituição Administradora, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas, (b) de qualquer norma legal ou regulamentar a que a Instituição Administradora, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas estejam sujeitos, e (c) de qualquer ordem ou decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa, que afete a Instituição Administradora, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas; e
- vi) encontra-se técnica e operacionalmente habilitada e autorizada a prestar os serviços de administração do Fundo, contando com todos os sistemas necessários ao pleno e satisfatório exercício de suas funções, nos termos do Regulamento, dos demais documentos relacionados ao Fundo e da legislação aplicável.

12. DA RESOLUÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

12.1 Considerar-se-á resolvida a cessão de um Direito Creditório, operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao Cedente e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo ou para o Banco BTG, nas seguintes hipóteses:

- i) caso o pagamento do Direito Creditório seja recusado, conforme o caso, pela Petrobras por alegação de vícios, defeitos ou inexistência de lastro ou caso sejam opostas pela Petrobras quaisquer outras exceções quanto à legalidade, legitimidade ou veracidade dos Direitos Creditórios e seus respectivos títulos transferidos ao Fundo;
- ii) caso o Direito Creditório seja reclamado por terceiros comprovadamente titulares de direitos, ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição desses pelo Fundo ou pelo Banco BTG;
- iii) se os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo e/ou ao Banco BTG forem objeto de acordo entre o Cedente e a Petrobras, que possa gerar arguição, compensação e/ou outras formas de redução, extinção ou modificação de qualquer uma das condições que interfiram ou prejudiquem quaisquer dos direitos emergentes dos Direitos Creditórios cedidos; e
- iv) não pagamento do Direito Creditório em caso de (a) ato de responsabilidade do Cedente; (b) qualquer exceção, defesa ou justificativa da Petrobras baseada em fato de responsabilidade do Cedente ou contrário aos termos deste Contrato de Cessão; (c) qualquer exceção, defesa ou justificativa da Petrobras baseada na recusa da aceitação de mercadoria e/ou serviço ou qualquer demora, inadimplemento do Cedente perante a Petrobras; (d) contra-protesto da Petrobras e/ou reclamação judicial da Petrobras contra o Cedente; ou (e) caso fortuito ou força maior.

12.2.1 Adicionalmente às hipóteses acima dispostas, a cessão de Direitos Creditórios poderá ser resolvida em virtude de não pagamento do Direito Creditório em caso de insolvência da Petrobras reconhecida judicialmente (falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou outra forma de concurso de credores), sendo que o disposto no presente item somente se aplicará àqueles Direitos Creditórios em cujo Termo de Cessão referida aplicabilidade seja expressamente acordada entre as Partes.

12.2 Sem prejuízo da resolução da cessão, o Cedente deverá notificar por escrito a Instituição Administradora da ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contado da data em que este tomar conhecimento do evento.

12.3 O Cedente estará obrigado a restituir ao Fundo e/ou ao Banco BTG, exclusivamente em moeda corrente nacional, em até 2 (dois) dias úteis contados da ocorrência de qualquer uma das Condições Resolutivas da Cessão, o preço de cessão dos Direitos Creditórios cuja cessão tiver sido resolvida, nos termos deste Contrato de Cessão, (i) apurado na forma da cláusula 4 acima, atualizado pro rata temporis desde a respectiva data de aquisição até a data de restituição dos valores devidos, considerando-se a taxa de desconto utilizada na determinação do respectivo preço de cessão; e (ii) acrescido de até 10% (dez por cento), a título de multa. Neste caso, os valores pagos ao Fundo e/ou ao Banco BTG em razão da resolução da cessão, sem considerar o valor da multa acima, não poderão ser superiores ao valor nominal dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos ou vincendos.

12.4 Sem prejuízo do disposto acima, para Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, o Cedente poderá permutar um Direito Creditório objeto de resolução da respectiva cessão por outro Direito Creditório que atenda aos critérios de elegibilidade do Fundo, a critério exclusivo da Instituição Administradora.

12.5 A exclusivo critério do Banco BTG, o Cedente poderá permutar Direito Creditório objeto de resolução da respectiva cessão ao Banco BTG por outro Direito Creditório.

13. RESILIÇÃO E MORA

13.1 Este Contrato de Cessão poderá ser resilido de pleno direito pela Instituição Administradora a seu exclusivo critério e em nome do Fundo, sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificar sua decisão, a qualquer tempo, mediante notificação do Cedente com 30 (trinta) dias de antecedência.

13.2 Na hipótese de resilição deste Contrato de Cessão, todas as obrigações de dar, fazer ou não fazer, assumidas pelo Cedente relacionadas aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo ou ao Banco BTG nos termos deste Contrato de Cessão permanecerão existentes, válidas e eficazes, em todos os seus termos, até o resgate das cotas do Fundo ou até o integral adimplemento, pela Petrobras, dos Direitos Creditórios cedidos ao Banco BTG.

13.3 O descumprimento, por qualquer das Partes, de quaisquer das obrigações de natureza financeira previstas neste instrumento caracterizará, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação da outra Parte, a mora da Parte inadimplente, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos: (i) juros de mora de 4% (quatro por cento) ao mês; (ii) atualização monetária calculada pelo Índice Geral de Preço – Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, em caso de extinção ou impossibilidade de aplicação, por outro índice que vier a substituí-lo; e (iii) multa de mora convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor total devido após juros e atualização monetária. Os juros e a atualização mencionados nos itens (i) e (ii) acima serão calculados sobre o montante devido pro rata temporis desde a data em que o pagamento se tornar devido até o seu integral recebimento pelo Fundo.

14. INDENIZAÇÃO

14.1 O Cedente se obriga a indenizar integral e imediatamente o Custodiante, o Fundo e a Instituição Administradora, bem como seus administradores e prepostos, por qualquer prejuízo que estes venham a sofrer em decorrência do descumprimento, por parte do Cedente, seus empregados ou quaisquer prepostos, de qualquer obrigação oriunda deste Contrato de Cessão, em 5 (cinco) dias contados da devida comunicação de descumprimento ao Cedente.

14.2 Sem prejuízo da indenização devida em caso de inadimplemento de qualquer uma das cláusulas do presente Contrato de Cessão, a Parte prejudicada poderá exigir da parte inadimplente a execução específica da obrigação devida.

15. ANUÊNCIA DA PETROBRAS

15.1 Para os fins do artigo 290 do Código Civil e como condição para formalização da cessão dos Direitos Creditórios, o Cedente deverá entregar uma via original à Instituição Administradora da Autorização de Cessão de que trata o item 2.2 (i) acima, devidamente assinada e confirmada pela Petrobras.

16. REGISTRO DO CONTRATO

16.1 A Instituição Administradora poderá requerer o registro do presente Contrato de Cessão, em até 20 (vinte) dias a contar da data da sua assinatura, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos situado na comarca do Rio de Janeiro, e o Cedente o requererá em Cartório de Registro de Títulos e Documentos de sua respectiva sede, devendo o Cedente arcar com todos os custos e despesas decorrentes de ambos os registros. A mesma obrigação de registro aplicar-se-á também ao Termo de Cessão.

16.1.1 Para Termos de Cessão celebrados entre o Banco BTG e o Cedente, o Banco BTG poderá solicitar o registro do Termo de Cessão em até 20 (vinte) dias contados da data de sua assinatura, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos situado na comarca do Rio de Janeiro, e, caso o Banco BTG requeira o registro do Termo de Cessão, o Cedente deverá também fazê-lo em Cartório de Registro de Títulos e Documentos de sua respectiva sede, se diversa da sede do Banco BTG, devendo o Cedente arcar com os custos e as despesas decorrentes de ambos os registros.

16.2 Caso o Cedente não providencie a devolução deste Contrato ou dos Termos de Cessão devidamente registrados em até 5 (cinco) dias úteis da sua assinatura, o Cedente ficará impedido de realizar novas cessões de Direitos Creditórios ao Fundo.

16.3 Os custos decorrentes dos registros previstos nesta cláusula, quando realizados pela Instituição Administradora e/ou ao Banco BTG, poderão ser debitados por estes diretamente da Conta Vinculada, independentemente de prévia autorização do Cedente.

17. CONFIDENCIALIDADE

17.1 As Partes e o Custodiante se obrigam a guardar segredo sobre as informações confidenciais adquiridas por força do presente Contrato de Cessão, durante e após seu período de duração. São informações confidenciais todos os documentos e informações relativos aos negócios das Partes e do Custodiante que não sejam de conhecimento público, tais como, a título exemplificativo, custos, lucros, participações de mercado, produtos, serviços, preços, lista de clientes, lista de fornecedores, know-how, técnicas de produção e estratégias de mercado.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Este Contrato de Cessão tornar-se-á eficaz na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de duração do Fundo.

18.2 Quaisquer pagamentos efetuados sob este Contrato de Cessão sofrerão dedução de tributos e/ou retenções incidentes diretamente sobre eles, desde que devidos nos termos de qualquer lei ou regulamentação aplicável.

18.3 Todas as notificações decorrentes deste Contrato de Cessão e dos Termos de Cessão deverão ser feitas por escrito e serão consideradas eficazes: (i) quando entregues pessoalmente à Parte a ser notificada ou ao Custodiante, mediante protocolo; ou (ii) após 5 (cinco) dias contados (a) da postagem de carta com aviso de recebimento à Parte a ser notificada ou ao Custodiante ou (b) da transmissão da notificação por fax à Parte a ser notificada ou ao Custodiante, desde que acompanhada de postagem do original por carta registrada, que também deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias da respectiva transmissão. Para efeito de qualquer notificação, observar-se-ão os dados abaixo fornecidos pelas Partes e pelo Custodiante, que poderão ser alterados por notificação enviada por uma Parte ou pelo Custodiante aos demais:

[CEDENTE]

At.: [RESPONSÁVEL]

[ENDEREÇO]

fax nº: [COMPLETAR]

correio eletrônico: [COMPLETAR]

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

FORNECEDORES PETROBRAS – INDUSTRIAL E SERVIÇOS, representado por

BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM

At.: [RESPONSÁVEL]

Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar

[CEP] – Rio de Janeiro - RJ

fax nº: [COMPLETAR]

correio eletrônico: [COMPLETAR]

BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM

At.: [RESPONSÁVEL]

Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar

[CEP] – Rio de Janeiro - RJ

fax nº: [COMPLETAR]

correio eletrônico: [COMPLETAR]

18.3.1 Será admitido, para fins de comunicação entre as Partes durante o processo de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, o uso do correio eletrônico indicado no item 18.3 acima.

18.4 Qualquer alteração ao presente Contrato de Cessão somente será considerada válida e eficaz se feita por escrito, assinada por todas as Partes, com interveniência do Custodiante, e, se for o caso, registrada nos termos do item 16.1 acima.

18.5 Os direitos de cada Parte previstos neste Contrato de Cessão (i) são cumulativos com outros direitos previstos em lei, a menos que expressamente os excluam; e (ii) só admitem renúncia por escrito e específica. O não exercício, total ou parcial, de qualquer direito decorrente do presente Contrato de Cessão não implicará novação da obrigação ou renúncia ao respectivo direito por seu titular.

18.6 Se qualquer disposição deste Contrato de Cessão for considerada inválida e/ou ineficaz, as Partes deverão emendar seus melhores esforços para substituí-la por outra de conteúdo similar e com os mesmos efeitos. A eventual invalidade e/ou ineficácia de uma ou mais cláusulas não afetará as demais disposições do presente Contrato de Cessão.

18.7 As Partes se comprometem a empregar seus melhores esforços para resolver através de negociações qualquer disputa ou controvérsia relacionada a este Contrato de Cessão.

18.8 Este Contrato de Cessão será regido pelo direito brasileiro.

18.9 As Partes neste ato elegem o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com expressa exclusão de qualquer outro, ainda que privilegiado, como competente para dirimir quaisquer dúvidas e/ou questões oriundas deste instrumento.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual forma e teor, para um só efeito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

Rio de Janeiro, [DATA]

[CEDENTE]

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
FORNECEDORES PETROBRAS – INDUSTRIAL E SERVIÇOS**

representado por

BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

Testemunhas:

Nome:
R.G.:

Nome:
R.G.:

ANEXO I

Este Anexo I é parte integrante do “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças” firmado entre [CEDENTE] e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviço, e, na qualidade de intervenientes, BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e Banco BTG Pactual S.A), em [DATA].

GLOSSÁRIO

Autorização de Cessão	Documento pelo qual a Petrobras declara sua ciência e anuência em relação à cessão dos Direitos Creditórios, bem como autoriza a transferência do domicílio bancário dos Direitos Creditórios em favor do Fundo, cujos modelos constam deste Contrato de Cessão como seu Anexo II, para Direitos Creditórios a Performar, e como seu Anexo II-A, para Direitos Creditórios Performados
BAD	Boletim de Avaliação de Desempenho elaborado pela Petrobras para cada Contrato em vigor
Banco BTG	Banco BTG Pactual S.A., quando referido na condição de adquirente de Direitos Creditórios
Cedente	[COMPLETAR]
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002

Condições de Cessão	São as condições definidas no item 12.1 do Regulamento, que devem ser atendidas antes da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo e validadas pela Instituição Administradora
Condições Resolutivas da Cessão	Hipóteses descritas na cláusula 12 deste Contrato de Cessão, em que a cessão será considerada resolvida
Conta Vinculada	Conta reserva de titularidade do Fornecedor mantida junto ao Custodiante na qual deverão ser depositados e/ou transferidos pela Petrobras os recursos decorrentes do pagamento de cada Contrato
Contrato	Significa qualquer modalidade de contrato celebrado entre Cedente e a Petrobras cujos Direitos Creditórios sejam passíveis de aquisição pelo Fundo de acordo com a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão, e/ou pelo Banco BTG
Contrato de Cessão	Este Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças
Cotistas	São os titulares de Cotas
Cotas	São as cotas do Fundo
CPF/MF	Cadastro da Pessoa Física do Ministério da Fazenda
CRCC	Certificado de Registro e Classificação Cadastral, emitido pela Petrobras em favor de seus fornecedores

Custodiante	Banco BTG Pactual S.A., quando referido na condição de prestador dos serviços de custódia ao Fundo
Critérios de Elegibilidade	Características que os Direitos Creditórios devem, obrigatória e cumulativamente, apresentar para que possam ser adquiridos pelo Fundo, estabelecidos no Regulamento
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Direitos Creditórios	Significa cada prestação devida pela Petrobras, sempre em moeda corrente nacional, líquida de qualquer taxa de administração ou de serviço, decorrente de contratação de prestação de serviços e /ou contrato de compra e venda mercantil ou fornecimento de bens entre o Cedente e a Petrobras, nos termos de qualquer instrumento ou contrato, que estejam de acordo com a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão
Direito Creditório a Performar	Significa um Direito Creditório cuja prestação ainda não é exigível da Petrobras em função da não entrega, total ou parcial, pelo Cedente, de serviço ou bem objeto do respectivo Contrato
Documentos Comprobatórios	São documentos relacionados aos Direitos Creditórios, incluindo comprovantes de entrega de produtos e/ou prestação de serviços e outros títulos que consubstanciem os Direitos Creditórios ou tenham função de garantia do pagamento dos Direitos Creditórios, se houver
Fornecedor	Cedente

Fundo	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços
Instituição Administradora	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM
Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, sociedade de economia mista com sede na Avenida República do Chile, 65, Centro, CEP 20.031-170, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.000.167/0001-01, bem como suas subsidiárias e/ou controladas
Política de Investimento	Significa a política de investimento do Fundo prevista no Regulamento.
RAD	Relatório de Avaliação de Desempenho elaborado pela Petrobras para cada Contrato em vigor
Regulamento	Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços
Seguradora Autorizada	Sociedade devidamente habilitada a operar com seguros que tenha cuja contratação seja autorizada pela Instituição Administradora e seja ratificada pela agência classificadora de risco sem que implique no rebaixamento de qualquer classificação de risco das Cotas, nos termos do Regulamento
Taxa DI	Taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, over Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis

TED

Transferência Eletrônica Disponível

Termo de Cessão

Instrumento pelo qual é formalizada a cessão de Direitos Creditórios pelo Cedente ao Fundo a que o primeiro se compromete por meio do Contrato de Cessão

BTG Pactual Serviços Financeiros

BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, com sede na Praia de Botafogo, nº 501 - 5º andar, parte, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23

ANEXO II

Este Anexo II é parte integrante do “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças” firmado entre [CEDENTE] e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços, e, na qualidade de intervenientes, BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e Banco BTG Pactual S.A., em [DATA].

MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE CESSÃO PARA DIREITOS CREDITÓRIOS A PERFORMAR

“AUTORIZAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, sociedade de economia mista, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº [COMPLETAR], doravante denominada PETROBRAS, atendendo à solicitação da Empresa CONTRATADA [COMPLETAR RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO E INSCRIÇÃO NO CNPJ], ora denominada CEDENTE, autoriza condicionalmente, por meio desta, a Cessão de Direitos Creditórios referentes ao Contrato nº ao **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS – INDUSTRIAL E SERVIÇOS**, com seu regulamento registrado no [Nº DO CARTÓRIO] Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro (“Regulamento”), inscrito no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], ora CESSIONÁRIO, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

1. A CEDENTE PERMANECE INTEGRALMENTE RESPONSÁVEL PERANTE A PETROBRAS PELO TOTAL CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS DO CONTRATO, EM ESPECIAL, PELA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E/OU ENTREGA DOS MATERIAIS OBJETO DO CONTRATO.

2. Os direitos de crédito, objeto da presente autorização, serão efetivados desde que verificado pela PETROBRAS o integral cumprimento pela CEDENTE das obrigações estabelecidas no Contrato. O CESSIONÁRIO não poderá reclamar perante a PETROBRAS pelo não recebimento dos direitos de crédito a ele cedido relativos ao Contrato, se não gerados créditos por falta de cumprimento das obrigações contratuais pela CEDENTE.

3. O relacionamento comercial entre CEDENTE e PETROBRAS não será modificado em razão da presente Autorização.

4. A presente autorização não gera ao CESSIONÁRIO qualquer direito sobre os materiais e/ou serviços objeto do Contrato.

5. Nos termos do art. 290 do Código Civil Brasileiro, Lei 10.406/02, a PETROBRAS manifesta ciência e autorização à Cessão, pela CEDENTE ao CESSIONÁRIO abaixo descrito, dos direitos de crédito em razão do Contrato, correspondente a [COMPLETAR]% do valor total do contrato, observadas as condições citadas nesta Autorização.

NOME DO CESSIONÁRIO: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS – INDUSTRIAL E SERVIÇOS
CNPJ DO CESSIONÁRIO: [COMPLETAR]

6. A REMESSA DOS VALORES A SEREM REMETIDOS PELA PETROBRAS, POR CONTA E ORDEM DA CEDENTE, AO CESSIONÁRIO, SERÁ REALIZADA ATRAVÉS DE TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA, PARA A SEGUINTE CONTA INDICADA PELO CESSIONÁRIO:

Titular da Conta: [CUSTODIANTE]

CNPJ do Titular: XXX

Número do Banco: XXX.

Número da Agência: XXX-X.

Número da Conta Corrente: XXXXXXXX.X.

7. A PETROBRAS declara que opõe ao CESSIONÁRIO dos créditos as exceções que lhe competirem, mencionando-se expressamente que as remessas ao CESSIONÁRIO estão condicionadas ao preenchimento pela CEDENTE de todas as suas obrigações contratuais.

8. A PETROBRAS não se responsabiliza por quaisquer despesas, seja a que título for, em razão da Cessão dos Créditos objeto da presente AUTORIZAÇÃO.

9. A presente Autorização entra em vigor na data de sua assinatura.

[LOCAL], [DATA]

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Nome da empresa

Testemunhas

Nome:

RG:

Nome:

RG:

ANEXO II-A

Este Anexo II-A é parte integrante do “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças” firmado entre [CEDENTE] e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços, e, na qualidade de intervenientes, BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e Banco BTG Pactual S.A., em [DATA].

MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE CESSÃO PARA DIREITOS CREDITÓRIOS PERFORMADOS

“[LOCAL], [DATA].

À
PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS

Prezados Senhores,

Informamos que negociamos com o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços, por meio de seu Administrador, a BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, uma operação de crédito vinculada a fatura nº. xxxxxx, Boletim de Medição nº xxxxxx, do contrato nº xxxx.xxxxxx.xx-xx no valor total de R\$ xxxxxxxx,xx (), mantido com V.Sas.

Para tanto, solicitamos que o pagamento da referida fatura seja feito em caráter IRREVOGÁVEL e IRRETRATÁVEL através de depósito bancário na conta corrente xxxxx-xx da agência xxxxxx, naquele Banco.

Outrossim, informamos que qualquer solicitação de alteração de domicílio bancário somente poderá ser feita pela PETROBRÁS S/A, mediante prévia consulta e obtenção do De Acordo por escrito da agência do Banco PACTUAL S/A, acima citada.

XXXXXXXXXXXX

Ciente e de acordo, condicionado ao pleno cumprimento pela contratada de suas obrigações contratuais, sendo oponível a qualquer tempo eventuais exceções decorrente deste ou de outros contratos, bem como, não nos responsabilizamos por eventuais bloqueios de origem contratual ou judicial.

Data PREVISTA para pagamento: / /

ÓRGÃO PAGADOR DA PETROBRAS

Em anexo: A) Nota Fiscal (cópia)

B) Boletim de medição (cópia)

ANEXO III

Este Anexo III é parte integrante do “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças” firmado entre [CEDENTE] e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviço, e, na qualidade de intervenientes, BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e Banco BTG Pactual S.A., em [DATA].

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS Nº [.]

1. Por meio do presente Termo de Cessão, o [CEDENTE], sociedade com sede na cidade de [COMPLETAR], Estado de [COMPLETAR], na [ENDEREÇO], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob nº [CNPJ], neste ato representada na forma do seu [ESTATUTO SOCIAL/CONTRATO SOCIAL], doravante designada simplesmente “Cedente”, formaliza a cessão de direitos creditórios de sua titularidade (“Direitos Creditórios”) ao **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS – INDUSTRIAL E SERVIÇOS**, com seu regulamento registrado no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro (“Regulamento”), inscrito no CNPJ/MF sob nº 11.313.971/0001-08, doravante designado simplesmente “Fundo” ou “Cessionário”, neste ato representado pela sua instituição administradora, **BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, com sede na Praia de Botafogo, nº 501 - 5º andar, parte, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23, doravante designada “Instituição Administradora”.

2. O presente Termo de Cessão é celebrado em conformidade com o disposto no “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças” firmado entre o Cedente e o Fundo, tendo o Banco BTG Pactual S.A. como interveniente, na condição de possível adquirente de Direitos Creditórios e de custodiante do Fundo, em [COMPLETAR] (“Contrato de Cessão”). O presente Termo de Cessão está sujeito aos termos e condições do Contrato de Cessão, constituindo parte integrante deste a partir da data de sua assinatura.

3. Os termos e expressões definidos terão o mesmo significado a eles atribuídos no Contrato de Cessão.

4. O valor total a ser recebido pelo Cedente em razão da presente cessão de Direitos Creditórios ao Fundo é de R\$ [COMPLETAR] ([COMPLETAR POR EXTENSO]).

4.1 O valor mencionado no item 4 acima foi calculado de acordo com a fórmula prevista no Contrato de Cessão mediante a aplicação de taxa de desconto equivalente a [COMPLETAR]. **[EXCLUIR ESTE ITEM EM CASO DE CESSÃO DE DIREITO CREDITÓRIO A PERFORMAR]**

4.1 Em contrapartida do recebimento do preço de cessão descrito no item anterior, o Cedente cede e transfere ao Cessionário Direitos Creditórios a Performar, presentes e futuros, em valor total equivalente ao preço de cessão acrescido de [[COMPLETAR]% da Taxa DI] OU [de taxa pré-fixada equivalente a [COMPLETAR]%, conforme descritos no item 6 abaixo. [EXCLUIR ESTE ITEM EM CASO DE CESSÃO DE DIREITO CREDITÓRIO PERFORMADO]

5. O pagamento ao Cedente do valor mencionado acima será efetuado à vista, em até 1 (um) dia útil após a efetiva escrituração dos Direitos Creditórios na conta de custódia do Fundo no Custodiante.

6. As características gerais dos Direitos Creditórios cedidos pelo Cedente ao Fundo encontram-se abaixo descritas.

Direito(s) Creditório(s) Cedido(s)

		CNPJ/MF:
		I.M.:
Endereço:		
		Estado:

Documento(s) Originador(es) do(s) Direito(s) Creditório(s):

Tipo: [Contrato/NF/DM/DS]	Data:
Natureza: [Produtos e/ou Serviços]	Boletim de Medição: [S/N] [data] [descrição]
Valor Exigível pelo Fundo:	Vencimento:
	Aceito por: [sacado]
Cronograma de pagamentos: Vide Anexo	Código CNAE:

Direito Creditório a Performar:

Natureza: [Produtos e/ou Serviços]	Vencimento:
Valor da parcela nº 1:	Vencimento da parcela nº 1:
Valor da parcela nº 2:	Vencimento da parcela nº 2:
Valor da parcela nº 3:	Vencimento da parcela nº 3:
Valor da parcela nº 4:	Vencimento da parcela nº 4:
Valor da parcela nº 5:	Vencimento da parcela nº 5:
Valor da parcela nº 6:	Vencimento da parcela nº 6:
Valor da parcela nº 7:	Vencimento da parcela nº 7:

Seguro Garantia:

Apólice No.:		Valor de Cobertura:
Observações:		
Seguradora:		CNPJ/MF:
SUSEP:		
Endereço:		
		Estado:
		Tel.:
		Fax:
		e-mail:

Seguro de Crédito:

Apólice No.:		Valor de Cobertura:
Observações:		
Seguradora:		CNPJ/MF:
SUSEP:		
Endereço:		
		Estado:
		Tel.:
		Fax:
		e-mail:

7. O disposto nos itens 6.6 e 12.2.1 do Contrato de Cessão [será] OU [não será] aplicável aos Direitos Creditórios cedidos por meio do presente Termo de Cessão.

8. O não cumprimento do disposto no item 5.3 do Contrato de Cessão acarretará para o Cedente a obrigação de pagamento de juros de mora de [.]% ao mês, incidente pro rata temporis desde a data do descumprimento até a data da efetiva transferência dos recursos pelo Cedente, acrescido de multa de [.]%.

9. O presente Termo de Cessão poderá ser registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades do Rio de Janeiro e [COMPLETAR] na forma do Contrato de Cessão.

Rio de Janeiro, [DATA].

[CEDENTE]

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS FORNECEDORES
PETROBRAS – INDUSTRIAL E SERVIÇOS**

Testemunhas:

Nome:

Nome:

R.G.:

R.G.:

ANEXO III-A

Este Anexo III-A é parte integrante do “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças” firmado entre [CEDENTE] e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços, e, na qualidade de intervenientes, BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e Banco BTG Pactual S.A., em [DATA].

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS Nº [.]

1. Por meio do presente Termo de Cessão, o [CEDENTE], sociedade com sede na cidade de [COMPLETAR], Estado de [COMPLETAR], na [ENDEREÇO], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob nº [CNPJ], neste ato representada na forma do seu [ESTATUTO SOCIAL/CONTRATO SOCIAL], doravante designada simplesmente “Cedente”, formaliza a cessão de direitos creditórios de sua titularidade (“Direitos Creditórios”) ao **BANCO BTG PACTUAL S.A.**, instituição financeira com sede na Praia de Botafogo, nº 501 - 5º e 6º andares, parte, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0001-45, doravante designado simplesmente “Cessionário”, neste ato representado nos termos de seu Estatuto Social.

2. O presente Termo de Cessão é celebrado em conformidade com o disposto no “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças” firmado entre o Cedente e o Fundo, tendo o Cessionário como interveniente, na condição de possível adquirente dos Direitos Creditórios e de custodiante do Fundo, em [COMPLETAR] (“Contrato de Cessão”). O presente Termo de Cessão está sujeito aos termos e condições do Contrato de Cessão, constituindo parte integrante deste a partir da data de sua assinatura

3. Os termos e expressões definidos terão o mesmo significado a eles atribuídos no Contrato de Cessão.

4. O valor total a ser recebido pelo Cedente em razão da presente cessão de Direitos Creditórios ao Cessionário é de R\$ [COMPLETAR] ([COMPLETAR POR EXTENSO]).

4.1 O valor mencionado no item 4 acima foi calculado de acordo com a fórmula prevista no Contrato de Cessão mediante a aplicação de taxa de desconto equivalente a [COMPLETAR]. [EXCLUIR ESTE ITEM EM CASO DE CESSÃO DE DIREITO CREDITÓRIO A PERFORMAR]

4.1 Em contrapartida do recebimento do preço de cessão descrito no item anterior, o Cedente cede e transfere ao Cessionário Direitos Creditórios a Performar, presentes e futuros, em valor total equivalente ao preço de cessão acrescido de [[COMPLETAR]% da Taxa DI] OU [de taxa pré-fixada equivalente a [COMPLETAR]%, conforme descritos no item 6 abaixo. [EXCLUIR ESTE ITEM EM CASO DE CESSÃO DE DIREITO CREDITÓRIO PERFORMADO]

5. O pagamento ao Cedente do valor mencionado acima será efetuado à vista, em até 1 (um) dia útil após a assinatura do presente Termo de Cessão.

6. As características gerais dos Direitos Creditórios cedidos pelo Cedente ao Cessionário encontram-se abaixo descritas.

Direito(s) Creditório(s) Cedido(s)

		CNPJ/MF:
		I.M.:
Endereço:		
		Estado:

Documento(s) Originador(es) do(s) Direito(s) Creditório(s):

Tipo: [Contrato/NF/DM/DS]	Data:
Natureza: [Produtos e/ou Serviços]	Boletim de Medição: [S/N] [data] [descrição]
Valor Exigível pelo Fundo:	Vencimento:
	Aceito por: [sacado]
Cronograma de pagamentos: Vide Anexo	Código CNAE:

Direito Creditório a Performar:

Natureza: [Produtos e/ou Serviços]	Vencimento:
Valor da parcela nº 1:	Vencimento da parcela nº 1:
Valor da parcela nº 2:	Vencimento da parcela nº 2:
Valor da parcela nº 3:	Vencimento da parcela nº 3:
Valor da parcela nº 4:	Vencimento da parcela nº 4:
Valor da parcela nº 5:	Vencimento da parcela nº 5:
Valor da parcela nº 6:	Vencimento da parcela nº 6:
Valor da parcela nº 7:	Vencimento da parcela nº 7:

Seguro Garantia:

Apólice No.:		Valor de Cobertura:
Observações:		
Seguradora:		CNPJ/MF:
SUSEP:		
Endereço:		
		Estado:
		Tel.:
		Fax:
		e-mail:

Seguro de Crédito:

Apólice No.:		Valor de Cobertura:
Observações:		
Seguradora:		CNPJ/MF:
SUSEP:		
Endereço:		
		Estado:
		Tel.:
		Fax:
		e-mail:

7. O disposto nos itens 6.6 e 12.2.1 do Contrato de Cessão [será] OU [não será] aplicável aos Direitos Creditórios cedidos por meio do presente Termo de Cessão.

8. O não cumprimento do disposto no item 5.3 do Contrato de Cessão acarretará para o Cedente a obrigação de pagamento de juros de mora de [.]% ao mês, incidente pro rata temporis desde a data do descumprimento até a data da efetiva transferência dos recursos pelo Cedente, acrescido de multa de [.]%.

9. O presente Termo de Cessão poderá ser registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades do Rio de Janeiro e [COMPLETAR] na forma do Contrato de Cessão.

Rio de Janeiro, [DATA].

[CEDENTE]

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Testemunhas:

Nome:

Nome:

R.G.:

R.G.:

ANEXO IV

Este Anexo IV é parte integrante do “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças” firmado entre [CEDENTE] e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços, e, na qualidade de intervenientes, BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e Banco BTG Pactual S.A., em [DATA].

PROCURAÇÃO

[CEDENTE], sociedade legalmente organizada e existente sob as leis brasileiras, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº [COMPLETAR], com sede na cidade de [CIDADE], estado de [ESTADO], na [ENDEREÇO], neste ato representada nos termos de seu [ESTATUTO/CONTRATO] social (“Outorgante”), nomeia e constitui seu bastante procurador o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Petrobras – Industrial e Serviços, fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº [COMPLETAR] (“Outorgado”), representado por sua instituição administradora, o **BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, com sede na Praia de Botafogo, nº 501 - 5º andar, parte, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23 (“Instituição Administradora”), com poderes para, em nome do Outorgante, (i) receber o valor da parcela de contrato (“Contrato”) celebrado entre o Outorgante e a Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”), devida por esta última, e dar quitação, não podendo o Outorgado transigir ou renegociar o valor dessa parcela (exceto em caso de não pagamento do Direito Creditório nas datas originalmente previstas no Contrato e em relação ao direito de declarar vencido antecipadamente o respectivo crédito), sob pena de ser obrigado a responder pelas perdas e danos que seu ato acarretar ao Outorgante; (ii) renegociar o preço do Direito Creditório, conforme definido no regulamento do Outorgado, cedido pelo Outorgante ao Outorgado, caso este Direito Creditório continue a ser exigível da Petrobras, na hipótese de ocorrer, após a cessão do respectivo Direito Creditório ao Outorgado, qualquer fato ou ato praticado pelo Outorgante, pela Petrobras ou por qualquer terceiro que não o Outorgado, a Instituição Administradora ou o custodiante dos ativos de titularidade do Outorgado (“Custodiante”) que acarrete a alteração das condições de pagamento do Direito Creditório cedido ao Outorgado ou sua inexigibilidade; (iii) restabelecer as condições do Direito Creditório cedido ao Outorgado ou da relação comercial estabelecida originalmente entre Outorgante e Petrobras, na hipótese de alteração, pelo Outorgante, sem autorização prévia do Fundo, das condições do Contrato com a

Petrobras ou na perda do seguro garantia, se houver; e (iv) escolher e nomear advogados, mediante cláusula “ad juditia”, para exigir extrajudicial (incluindo-se por meio de protesto) e/ou judicialmente o valor do Direito Creditório cuja obrigação de fornecimento de produtos e/ou serviços tenha sido cumprida pelo Cedente que não houver sido pago pontualmente pela Petrobras. A Instituição Administradora, na condição de representante do Outorgado, poderá substabelecer, total ou parcialmente, os poderes ora conferidos ao Outorgante. O presente mandato é conferido de modo irrevogável e irretratável, conforme o artigo 684 do Código Civil, extinguindo-se somente ao término da vigência do “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças” celebrado em [DATA] entre o Outorgante e o Outorgado, com a interveniência da Instituição Administradora, sem prejuízo de outras hipóteses que, por lei, tornem tal extinção obrigatória.

[LOCAL], [DATA]

[CEDENTE]

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

ANEXO VII

Este Anexo VII é parte integrante do “Prospecto Definitivo da Distribuição Pública de Cotas da 1ª Série de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras - Industrial e Serviços”

Suplemento da 1ª Série de Cotas Seniores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VII

Este Anexo VII é parte integrante do Regulamento do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços” constituído em 11 de novembro de 2009, por UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM (denominação em fase de alteração para BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM).

SUPLEMENTO DA 1ª SÉRIE DE COTAS SENIORES

1. O presente documento constitui o suplemento nº 1 (“Suplemento”) referente à 1ª série de cotas seniores (“1ª Série” e “Cotas Seniores da 1ª Série”) emitida nos termos do regulamento do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras – Industrial e Serviços”, registrado sob o nº 799131 no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este Suplemento é parte integrante (“Regulamento”), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.313.971/0001-08 e administrado pelo **UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM (DENOMINAÇÃO EM FASE DE ALTERAÇÃO PARA BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM)**, com sede na Praia de Botafogo, nº 501 - 5º andar, parte, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23 (“Instituição Administradora”).
2. Serão emitidas nos termos deste Suplemento e do Regulamento Cotas Seniores no valor de R\$1.000,00 (mil reais) cada na data da primeira subscrição de cotas da presente Série (“Data de Subscrição Inicial”). Fica a critério da Instituição Administradora a quantidade de Cotas Seniores da 1ª Série a ser inicialmente emitida, desde que observado o disposto no Regulamento e (i) o limite máximo de 72.500 (setenta e duas mil e quinhentas) Cotas Seniores da 1ª Série; e (ii) a proporção mínima de 27,5% (vinte e sete inteiros e cinco décimos por cento) de Cotas Subordinadas sobre o total de Cotas emitidas.
3. Na subscrição de Cotas Seniores da 1ª Série em data diversa da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da cota de mesma Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências.

4. A remuneração das Cotas Seniores da 1ª Série, calculada na forma prevista na cláusula 16 do Regulamento, havendo recursos suficientes para tanto após o pagamento ou provisionamento das despesas do Fundo, será equivalente a até 120% (cento e vinte por cento) da Taxa DI, incidentes sobre o valor anterior de cada uma das Cotas Seniores.
5. O Prazo de Carência para o pagamento de amortizações das Cotas Seniores da 1ª Série será de 12 (doze) meses, findo o qual iniciar-se-ão os pagamentos de amortizações, pelo Regime de Caixa, nas condições prevista no Regulamento e também abaixo especificadas. As Datas de Amortização das Cotas Seniores da 1ª Série ocorrerão no dia 15 (quinze) de cada mês, caso a Data de Amortização não seja um Dia Útil, a Instituição Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente.
- 5.1 As Cotas Seniores da 1ª Série deverão ser resgatadas na última Data de Amortização pelo seu respectivo valor contábil. O prazo de duração da 1ª Série será de 4 (quatro) anos contados da Data de Subscrição Inicial.
6. Os termos e condições definidos utilizados neste Suplemento terão o mesmo significado atribuído quando utilizados no Regulamento.
7. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Instituição Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as disposições do Regulamento em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições deste Suplemento. As Cotas Seniores da 1ª Série terão as mesmas características, poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídas à classe de Cotas Seniores, exceto com relação aos prazos e valores de amortização e resgate, bem como de remuneração, especificados e expressamente previstos neste Suplemento.
8. O presente Suplemento deverá ser averbado nos registros do Regulamento no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2009

UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM